



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 804

Terça-feira - 16 de Agosto de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	1
Ascurra .....	1
Biguaçu .....	2
Caçador .....	3
Campo Alegre .....	10
Campos Novos .....	10
Capinzal .....	17
Catanduvas .....	17
Chapadão do Lageado .....	17
Concórdia .....	18
Coronel Martins .....	19
Corupá .....	21
Curitibanos .....	25
Eral Velho .....	25
Forquilha .....	25
Fraiburgo .....	207
Garopaba .....	212
Gaspar .....	213
Guaramirim .....	226
Herval do Oeste .....	227
Imbituba .....	227
Iomerê .....	228
Itapoá .....	228
Joaçaba .....	229
Lages .....	235
Lindóia do Sul .....	235
Massaranduba .....	237
Monte Carlo .....	248
Nova Trento .....	248
Novo Horizonte .....	251
Passo de Torres .....	287
Porto União .....	294
Rio do Sul .....	298
São Lourenço do Oeste .....	304
São Pedro de Alcântara .....	304
Schroeder .....	307
Timbó .....	315
Três Barras .....	321
Tunápolis .....	321
Vidal Ramos .....	321
Videira .....	323
Vitor Meireles .....	331

### Consórcios

CONEXSUL .....	332
----------------	-----

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Portaria N° 343/2011

PORTARIA N° 343/2011

Concede Adicional a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal do município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1028/2005,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO - PÓS-GRADUAÇÃO, a servidor, THAYSE GUESSER, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR I - 20H, a partir do mês de Agosto de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de Agosto de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 15 de Agosto de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## Ascurra

### PREFEITURA

#### Comunicado Novo Local das Provas Escritas - Ref. Edital Concurso Público 01/2011 e 02/2011 - Emprego Público

COMUNICADO NOVO LOCAL DAS PROVAS ESCRITAS

A Prefeitura Municipal de Ascurra, após avaliação da empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e com base nos Itens 7.4 e 7.5 do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 e nos Itens 7.20 e 7.21 do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, face o número de candidatos inscritos para os certames que serão realizados no dia 28 de Agosto de 2011, comunica aos candidatos inscritos a alteração do local das provas

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

escritas, conforme segue:

Novo local das provas escritas: Escola de Educação Básica Domingos Sávio, sito à Rua Dom Bosco, 279, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Data das provas escritas: 28 de Agosto de 2011.

Horário de início das provas: 09h.

Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

Ascurra / SC, 15 de Agosto de 2011.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal em Exercício

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### 56ª Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU  
GABINETE DO PREFEITO  
56ª CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu - SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

CARGO: FARMACEUTICO  
08 JANAINA CRISTIANE BORGES

CARGO: FISIOTERAPEUTA  
13 GABRIELA ZANELLA BAVARESCO

CARGO: FONOAUDIÓLOGO  
05 DANIELA CRISTINA VICCO DOMINGUEZ

Biguaçu, 10 de Agosto de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### 57ª Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU  
GABINETE DO PREFEITO  
57ª CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu - SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL 20 H  
06 CLEONE MARIA BRAZIL DA ROSA

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL  
88 MARIANA DE OLIVEIRA MENDES  
89 MIRIAM RIBAS DA SILVA LUCA

CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR 40H  
08 ROSANGELA DE AMORIM TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
09 ANA PAULA CALCAGNOTTO IARTO

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H  
05 ADRIANA MARGARIDA DE SOUZA

Biguaçu, 11 de Agosto de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Pregão Presencial 184/2011-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 184/2011-PMB

OBJETO: aquisição de concreto usinado para uso na pavimentação de ruas e implantação de drenagem pluvial no Município de Biguaçu.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 30/08/2011 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 12 de agosto de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

# Caçador

## PREFEITURA

### Ata 82-2011 PREFEITURA

Ata nº 82/2011 - acréscimo em até 25% nas quantidades constantes na Ata Principal de registro de preços nº 186/2010 para AQUISIÇÃO DE BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRISCO E PEDRA PULMÃO, DESTINADOS A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS E RURAIS, do Edital do Pregão Presencial nº 70/2010, mediante solicitação emitida pela Secretaria de Infra Estrutura e parecer jurídico favorável nº 334/2011. Fornecedor: MINEROCHA CATARINENSE LTDA, CNPJ 02.720.984/0001-00. Caçador - SC.

ITEM	QTDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UN	TOTAL
01	1.250	M3	PEDRA BRITA Nº 01	44,00	55.000,00
06	1.250	M3	BRITA GRADUADA	44,00	55.000,00
07	500	M3	PÓ DE PEDRA ESPECIAL	44,00	22.000,00
TOTAL					132.000,00

### Decreto Nº 4.911

DECRETO nº 4.911, de 08 de julho de 2011.  
Suplementa e anula Dotações Orçamentárias.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784 de 22/12/10,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, no valor de R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais), conforme segue:

#### 02.03- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.452.0020.2.071- Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura  
4.4.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 288.000,00  
Soma R\$ 288.000,00

#### 02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 500,00  
Soma R\$ 500,00

#### 02.05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047- Aplicação dos recursos do Fundeb 40%  
3.1.91.00.00-Transf.Intra Orçamentária R\$ 30.000,00  
12.361.0011.2.048-Aplicação do salário educação  
3.3.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Soma R\$ 50.000,00

#### 02.09-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.099-Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento e Turismo  
3.3.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 3.500,00  
Soma R\$ 3.500,00  
Total R\$ 342.000,00

Art. 2º Em atendimento às suplementações realizadas nas formas dispostas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais):

#### 02.03- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.452.0020.2.071- Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura  
3.1.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 288.000,00  
Soma R\$ 288.000,00

#### 02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 500,00  
Soma R\$ 500,00

#### 02.05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047- Aplicação dos recursos do Fundeb 40%  
3.1.90.00.00-aplicações diretas R\$ 30.000,00  
12.361.0011.2.048-Aplicação do salário educação  
4.4.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Soma R\$ 50.000,00

#### 02.09-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.099-Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento e Turismo  
3.1.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 3.500,00  
Soma R\$ 3.500,00  
Total R\$ 342.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de julho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 4.915

DECRETO nº 4.915, de 11 de julho de 2011.  
Suplementa e anula Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/10,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 132.100,00 (cento e trinta e dois mil e cem reais):

#### 04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 132.100,00  
Soma R\$ 132.100,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 132.100,00 (cento e trinta e dois mil e cem reais):

#### 04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.1.91.00.00-Transferências Intra-Orçamentárias R\$ 132.100,00  
Soma R\$ 132.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal..

**Decreto Nº 4.922**

DECRETO nº 4.922, de 14 de julho de 2011.

Suplementa e anula Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/10,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.026-Manutenção do Projeto Sentinela

3.3.90.00.0051-Aplicações diretas R\$ 3.500,00

Soma R\$ 3.500,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte Dotação Orçamentária, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.026-Manutenção do Projeto Sentinela

3.1.91.00.0051-Aplicações diretas R\$ 3.500,00

Soma R\$ 3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de julho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal..

**Decreto Nº 4.941**

DECRETO nº 4.941, de 04 de agosto de 2011.

Dispõe sobre as atribuições de cargos comissionados pertencentes a Estrutura de Cargos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII c/c artigo 101, "b" da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 209, de 23/02/2011, que dispõe sobre a Nova Organização Administrativa da Prefeitura de Caçador;

D E C R E T A :

Art. 1º - As atribuições dos cargos comissionados pertencentes à Estrutura da Administração Pública Direta e Indireta, que se referem os incisos deste dispositivo, são as constantes dos Anexos I a IV, que fica fazendo parte integrante do presente decreto:

I - Da Fundação Municipal de Esportes - FME: Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Esporte e Participação.

II - Da Secretaria de Administração e Fazenda: Secretário Adjunto para Assuntos da Administração.

III - Da Secretaria de Educação: Diretor Geral do CAIC.

IV - Da Secretaria de Assistência Social: Supervisor do Grupo de Idosos - Casa Lar e Supervisor do Grupo de Mulheres.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**ANEXO I**

DECRETO Nº 4.941, de 04 de agosto de 2011

Art. 1º, I - Cargos Pertencentes à Fundação Municipal de Esportes - FME

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA FME**

- Possuir curso superior nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Direito ou Economia;
- Coordenar os serviços administrativos, de tesouraria e contabilidade, promovendo a guarda de toda a documentação pertinente, respeitando prazos e dispositivos legais;
- Assinar a documentação de rotina; cheques e os demais documentos de ordem financeira, em conjunto com o Presidente ou com o Vice - Presidente ou demais diretores;
- Apresentar, mensalmente, relatórios e balancetes evidenciando a posição dos recursos financeiros;
- Elaborar as demonstrações contábeis e financeiras;
- Elaborar as atas das reuniões da FME, editais de convocação e avisos de interesse da mesma;
- Elaborar o relatório e a gestão financeira da FME;
- Gerir o quadro de pessoal;
- Elaborar o plano de ação e orçamento anuais da FME.

**DIRETOR DE ESPORTE E PARTICIPAÇÃO**

- possuir curso superior em Educação Física;
- organizar eventos esportivos que envolvam a comunidade;
- colaborar com a administração do pessoal e bens colocados à disposição;
- apresentar relatórios periódicos das atividades realizadas na FME.

**ANEXO II**

DECRETO Nº 4.941, de 04 de agosto de 2011

Art. 1º, II - Cargos Pertencentes à Secretaria de Administração e Fazenda

**DO SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO**

- assessorar ao Secretário de Administração em todos os assuntos relativos à área de Administração;
- administrar e gerenciar todos os assuntos relacionados à área de Recursos Humanos;
- procurar informar ao Secretário de tudo aquilo que interesse à administração municipal;
- administrar o pessoal relacionado à área de Administração e zelar pela disciplina dos servidores da Secretaria;
- nos impedimentos do Secretário, tomar medidas de competência deste, "ad-referendum" do mesmo;
- representar o Secretário sempre que for designado para tal;
- estudar e fornecer elementos com vistas à elaboração do orçamento e plano plurianual de investimento municipal, relacionados ao Setor de Recursos Humanos;
- praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções.

**ANEXO III**



DECRETO N º 4.941, de 04 de agosto de 2011  
Art. 1º, III - Cargos Pertencentes à Secretaria de Educação

**DO DIRETOR GERAL DO CAIC**

- Convocar o representante da Associação de Pais e Professores
- APP, para participar do processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;
- Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- Encaminhar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar à Secretaria Municipal de Educação para aprovação e garantir o seu cumprimento;
- Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
- Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
- Estudar e propor alternativas de solução, ouvidas, quando necessário, a A.P.P.- Associação de Pais e Professores, para atender situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;
- Participar do conselho de classe;
- Propor alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela escola;
- Propor aos Serviços Técnico-Pedagógicos e Técnico-Administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao Planejamento Anual da Unidade Escolar;
- Manter o fluxo de informações entre Unidade Escolar e os órgãos da administração municipal de ensino;
- Coordenar a elaboração do Calendário Escolar e garantir o seu cumprimento de acordo com a decisão tomada pela comunidade escolar em reunião pedagógica;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração municipal de ensino as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras;
- Coordenar as solenidades e festas de formatura;
- Administrar o patrimônio escolar em conformidade com a lei vigente;
- Promover a articulação entre a Escola, Família e Comunidade;
- Comunicar ao Conselho Tutelar os casos de: maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar dos alunos;
- Assessorar e acompanhar os professores nas atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, como também, a orientação educacional dos alunos;
- incentivar a frequência das crianças em idade escolar da comunidade, bem como buscar informações nos casos de evasão;
- Participar de reuniões e eventos desenvolvidos pela Secretaria de Educação, bem como manter informados os professores sobre o conteúdo desses encontros;
- Supervisionar o recebimento da merenda escolar, participar na elaboração do cardápio, acompanhar a confecção e distribuição da merenda, garantindo uma boa qualidade da mesma.

**ANEXO IV**

DECRETO N º 4.941, de 04 de agosto de 2011  
Art. 1º, IV - Cargos Pertencentes à Secretaria de Assistência Social

**SUPERVISOR DO GRUPO DE IDOSOS E CASA LAR SÃO JOSÉ**

- manter um plantão central de atendimento ao idoso;
- fornecer os benefícios assegurados por lei e outros que se fizerem necessários;
- encaminhar os idosos interessados para o grupo de convivência mais próximo de sua residência;
- cadastrar os participantes nos grupos;
- realizar os encaminhamentos necessários a fim de satisfazer as necessidades dos grupos e dos idosos individualmente;
- realizar o atendimento individualizado, visitas domiciliares, reuniões e relatórios mensais e anuais;
- oferecer capacitação às voluntárias dos grupos através de cursos e treinamentos;
- planejamento, organização e comemoração das datas

- significativas do ano;
- desempenhar outras atividades afins.

**DO SUPERVISOR DO GRUPO DE MULHERES**

- manter atendimento às necessidades da mulher;
- encaminhar as mulheres interessadas ao grupo de mulheres mais próximo de sua residência;
- realizar o cadastramento das participantes;
- realizar encaminhamentos para outros programas, de acordo com a necessidade da participante;
- realizar visitas aos grupos periodicamente;
- realizar visitas domiciliares, reuniões mensais, atendimentos individualizados;
- capacitar as monitoras oferecendo cursos e treinamentos específicos;
- realizar de relatórios mensais e anuais;
- realizar o monitoramento e a avaliação dos grupos a fim de medir a efetividade dos objetivos propostos e o impacto na comunidade;
- planejar, organizar e comemorar as datas significativas do ano;
- conhecer a legislação pertinente;
- desempenhar outras atividades afins

**Decreto Nº 4.942**

DECRETO nº 4.942, de 05 de agosto de 2011.

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 1.068, de 12 de novembro de 1996,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo prazo de dois anos, de acordo com o art. 3º, da Lei Municipal nº 1.068, de 12/11/1.996, conforme segue:

**I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:**

**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO**

Titular: Divala Marchi Gonçalves Bridi

Suplente: Ivonete Bazanella

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

Titular: Celso Luiz Thomé

Suplente: Leandro Chiarello de Souza

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular: Teresinha Aparecida Wames Coelho de Souza

Suplente: Silvia Linhares Martello

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Titular: Edite Salete Ventz

Suplente: Ires Terezinha da Silva

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Jane Schneider

Suplente: Juçara S. M. João

**GERENCIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Titular: Rosana Dalva Ferlin

Suplente: Ivete Verona

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Titular: Beatriz Ribeiro dos Santos

Suplente: Viviane Ortiga Jung Drissen

Sistema Nacional de Emprego - SINE  
Titular: Fátima Noeli da Silva  
Suplente: Beatriz Camargo Schimigel

**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

Titular: Marcelo Marques  
Suplente: Mauro Mingotti

**II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

a) Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social:

ACEIAS - Associação Caçadoreense de educação Infantil e Assistência Social

Titular : Maria de Lourdes Roman Ros Ceratti  
Suplente : Mariany Boscarl

AMAR - Associação Maria Rosa

Titular: Neuzeli Aparecida da Silva  
Suplente: Mirela Carla Urlo

APAS - Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador

Titular: Marcia Regina Fenili  
Suplente: Cleony Lopes Barbosa Figur

b) Representantes dos Trabalhadores da Área:

Associação dos Assistentes Sociais de Caçador

Titulares: Any Danielli Wolf e Ana Paula de Castilha Souza  
Suplente: Marilaine Chaves Witiuk e Cristiane Aline de Santi

Associação dos Psicólogos de Caçador e Região - APSIC

Titular: Clayton Luiz Zanella  
Suplente: Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio

c) Organizações de Usuários e Representantes de Usuários:

UAMC - União das Associações de Moradores de Caçador

Titular : Sirlei Maria Martins Braghini  
Suplente : Antonio Vanderlei Moreira

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA PARAÍSO

Titular : Lucy Valy Brandt  
Suplente : Brigida Elizabeth Kindermann

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTA CLARA

Titular : Marilene Ruppel Mantovani  
Suplente : Viridiana dos Passos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 4.623, de 23 de setembro de 2010, 4.811, de 13 de abril de 2011, e, 4.864, de 26 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

**Aviso de Licitação PR 12-2011 ASSISTENCIA SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 12/2011

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14:00 Horas do Dia 01/09/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 01/09/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor.

e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 11 de Agosto de 2011.

MARINÉS D. COLAÇO

Secretária Municipal de Assistência Social

**Retificação 1º Termo de Aditamento ao Proc. Licit. Nº 23/2011 PR Nº 16/2011 Saúde**

RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC

1º TERMO DE ADITAMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2011 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2011

Através do presente TERMO DE ADITAMENTO ao Edital do Pregão Presencial nº 16/2011 referente ao processo licitatório nº 23/2011 para Aquisição de Tiras e

Lancetas Para Manutenção dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador/SC.

Ficam alteradas e acrescidas as seguintes Cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 16/2011 do Fundo Municipal de Saúde de Caçador/SC.

Especificações do Item 01 passa a vigor com a seguinte descrição:

Item nº 01 100.000 (cem mil) unidades de:

Tira teste para medição quantitativa de glicose sanguínea, que utilize sangue capilar total, com amostra de no máximo 1,0 microlitros, com capacidade de medição de glicemia entre 10mg/dl a 600mg/dl, com leitura de resultado de no máximo 10 segundos. Que utilize tecnologia de glicose desidrogenase com metodologia de amperometria e/ou fotometria. Tiras reagentes que absorvam o sangue (gota) automaticamente (aspiração capilar) para dentro da célula reagente

\* A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato 500 aparelhos compatíveis com as fitas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

\*\* A empresa vencedora deste item ficará responsável pelo treinamento, manutenção, troca dos aparelhos sem qualquer custo adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Altera o horário para protocolo dos envelopes dia 24/08/2011 às 14 horas e abertura do referido processo que passa a vigor é o dia 24/08/2011 às 14h05min

As demais cláusulas do Edital Pregão Presencial nº 16/2011, permanecem inalteradas.

Caçador/SC, 12 de agosto de 2011.

ELIZETE REGINA BLEICHUEHL

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto nº 4.831 de 09 de maio de 2011.

**Edital de Notificação**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Por meio do presente EDITAL, com fundamento no disposto no art. 87, § 2º da Lei Municipal 54/83 (Código Tributário Municipal),



NOTIFICO os contribuintes abaixo relacionados, todos com processo de fiscalização em trâmite junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os quais não foram localizados nos endereços constantes dos autos, sobre as decisões proferidas nos referidos processos:

- FMC Transportes Frantum Ltda - Impugnação nº 7519/2011 - INDEFERIDA;
- Maria Aparecida Úrio Carrer - Me - Impugnação nº 7338/2011 - INDEFERIDA.
- Nilson Carneiro - ME - impugnação nº 7528/2011 - INDEFERIDA;

Os contribuintes acima ficam NOTIFICADOS do indeferimento das impugnações apresentadas e cientificados de que os tributos e penalidades, atualizados e acrescidos de multa e juros de mora deverão ser recolhidos no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do presente edital.

Depois de transcorrido o prazo acima, os referidos débitos serão encaminhados para execução fiscal, na forma da legislação vigente.

E, para que não seja alegado o desconhecimento por parte dos interessados, expeço o presente EDITAL.

Caçador, 15 de agosto de 2011.  
JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER  
Fiscal Tributaria - Matr. 6814

### Edital de Notificação

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Por meio do presente EDITAL, com fundamento no disposto no art. 87, § 2º da Lei Municipal 54/83 (Código Tributário Municipal), NOTIFICO os contribuintes abaixo relacionados, todos com processo de fiscalização em trâmite junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os quais não foram localizados nos endereços constantes dos autos e/ou recusou a assinar documento que lhe foi apresentado:

- Alessandra Lilian Welicz - ME - Ação Fiscal Protocolo nº 7519/2011.

Os contribuintes acima ficam NOTIFICADOS do lançamento do ISSQN apurado na ação fiscal em referência, relativo ao exercício de 2006, cientificando-se que, na forma do Artigo 158, VI do Código Tributário Municipal, assiste-lhe o direito de interpor impugnação ao lançamento ou recolher o débito, devendo fazê-lo no prazo de 20 (vinte) dias da presente notificação (art. 88 CTM).

Depois de transcorrido o prazo acima, os referidos débitos serão encaminhados para execução fiscal, na forma da legislação vigente.

E, para que não seja alegado o desconhecimento por parte dos interessados, expeço o presente EDITAL.

Caçador, 15 de agosto de 2011.  
JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER  
Fiscal Tributaria - Matr. 6814

### Portaria Interna Nº 007 - suspende concessão de diárias

PORTARIA INTERNA Nº 007, de 09 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a necessidade na contensão de despesas,

D E T E R M I N A:

Art. 1º - Fica suspenso o pagamento de diárias aos Servidores

Públicos Municipais para deslocamento temporário do Município, durante o exercício de 2011.

Art. 2º - Para viagens, poderá ser concedido adiantamento, com a devida autorização do Prefeito Municipal e com valor a ser fixado conforme cada viagem.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 20.868

PORTARIA Nº 20.868, de 29 de julho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, o cidadão, a seguir relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Maicon André Ribeiro dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	003	01	44	Até realização processo seletivo	04/07/11 a 31/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSON LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.887

PORTARIA Nº 20.887, de 01 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinado com as Emendas Constitucionais nºs 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, pagamento do abono de permanência, especificando código, nome, cargo e secretaria de lotação:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar
1049	Sineide do Carmo Rotta	Auxiliar de Secretário	Adm. e Fazenda	18/07/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.896

PORTARIA Nº 20.896, de 02 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

RESCINDIR, os contratos por tempo determinado dos servidores abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	C.H.	Data rescisão
Doraci Maria Ruppel	Agente Comunitário de Saúde	006	40	08/08/11
Mirian Olizete Almeida Funks	Agente Comunitário de Saúde	006	40	03/08/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.897

PORTARIA Nº 20.897, de 02 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JÚLIO CESAR FERREIRA, Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, em exercício junto a Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho em 20 de julho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda

### Portaria Nº 20.898

PORTARIA Nº 20.898, de 02 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 174, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, 01 (um) mês de vencimentos ou remuneração a título de auxílio doença, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref	Sec.
4110	Daniela Monteiro	Merendeira	1.5B	05

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda

### Portaria Nº 20.899

PORTARIA Nº 20.899, de 08 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71 parágrafo 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal ADMIR JOSÉ CASAGRANDE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Referência 01, com exercício de 35 (trinta e cinco) horas semanais, junto a Secretaria de Administração e Fazenda, a partir de 31 de agosto de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.901

PORTARIA Nº 20.901, de 08 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais especificados, e, apresentarem os respectivos Laudos Médicos, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:



Dia 12/08/2011 - 11h

Servidora: LADIR ANTUNES DE CAMARGO

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza

Servidor: AURÉLIO LUIZ ARRABAR

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza

Servidora: ODETE CRIVILATTI

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza

Servidora: CLEUSA MARIA WERNER FERLIN

Médicos Peritos: Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal..

### Portaria Nº 20.902

PORTARIA Nº 20. 902, de 09 de agosto de 2011.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, a cidadã ANY LUIZI RODRIGUES DE LIMA, no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, do "Grupo Ocupacional Administrativo", no Poder Executivo Municipal, com 35h semanais, Referência 09, para exercer suas atividades junto a Unidade Básica de Saúde Bom Sucesso da Secretaria de Saúde do Município, com posse e exercício a contar de 01 de agosto de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.905

PORTARIA Nº 20.905, de 09 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal JANINI ELYAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 5.392 (cinco mil trezentos e noventa e dois) dias, ou, 14 (quatorze) anos, 09 (nove) meses e 12 (doze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00015/050, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 13/09/2005.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.906

PORTARIA Nº 20.906, de 09 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº 20.874, de 01 de agosto de 2011, o nome dos cidadãos RUBENS RIBEIRO, contratado como Educador Social para Casa de Passagem - PETI, e ROSEMARIA KUHL MEIRELES DA SILVA, contratada como Monitora do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, a partir de 11 de agosto de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.907

PORTARIA Nº 20.907, de 09 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Senhora CECIANE TEODÓZIO, do cargo em Comissão de Diretora do Programa da Dengue, da Secretaria Municipal de Saúde, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, Referência CC-3, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 08 de agosto de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de

2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal..

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 6.628 de 12 de Agosto de 2011

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 6.628 DE 12 DE AGOSTO DE 2011  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. DOUGLAS ALEXANDRE KONEFAL, Instrutor de Informática, matrícula nº 954896, a partir de 12 de agosto de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de agosto de 2011.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/08/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Portaria Nº 8.398 de 15 de Agosto de 2011

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 8.398 DE 15 DE AGOSTO DE 2011  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Agente Operacional I - RENILDA HRUSCHKA, Matrícula Funcional nº 000390, Registro no Sistema sob nº 887060, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2006 a 12 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 18 de julho de 2011 á 16 de agosto de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Portaria Nº 8.399 de 15 de Agosto de 2011

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 8.399 DE 15 DE AGOSTO DE 2011  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo II, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 08 de agosto de 2011 á 12 de agosto de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 2011.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato 274/2011

EXTRATO DE CONTRATO 2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADO: PRISMA ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA ME  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA 70 (SETENTA) HORAS/AULA DE TREINAMENTO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.  
VALOR:R\$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais).  
DATA: 29/07/2011

VIGENCIA: 31/12/2011  
CONTRATO: 274/2011

### **Lei Nº 3.645 de 01/06/11**

LEI Nº 3.645 DE 01/06/11

ESTABELECECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

#### **CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165. § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2012, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais

#### **CAPITULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2012 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, § 1º, 2º e 30 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Anexo - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- IX - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XI - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

- XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XVII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- XVIII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XIX - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2012 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2012 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

#### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2010/ 2013.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada

por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1:

II - juros e encargos da dívida - 2:

III - outras despesas correntes - 3:

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou  
b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e



V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1 da Lei nº4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo □ Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos. Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4 320. de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº4.320, de 1964 e ad. 12, da Lei Complementar nº101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos. Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica. Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação:

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no ad. 2º. inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no ad. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto da lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 13. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

##### Seção II

##### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 14. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

##### Seção III

##### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 15. O projeto de lei orçamentário anual, relativo ao exercício de 2012, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 16. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

##### Seção IV

##### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 17. Na decorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

#### Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 18. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houver sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

#### Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 19. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### Seção VII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, das transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação Somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 50, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital Social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de Outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores

#### Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2012, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de Sistema de Controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

### CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº101, de 2000.

Art. 27. A Lei Orçamentária de poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 28. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

### CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29. No exercício financeiro de 2012, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 30. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social,

Art. 31. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

#### CAPITULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 33. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 34. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

Art. 35. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto, e atender ao disposto no art.

14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPITULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 37. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº101, de 2000.

Art. 38. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei nº4.320, de 1964.

Art. 39. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciada que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 43. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 15 de abril de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/1  
 Data: 13/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	54.471.339,63	DESPESAS CORRENTES	47.130.450,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.522.510,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.685.955,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	615.664,87	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	104.550,00
RECEITA PATRIMONIAL	402.977,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.339.944,58
RECEITA AGROPECUÁRIA	14.522,44		
RECEITA DE SERVIÇOS	4.733.407,08		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.584.781,50		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.597.475,21		
		Superavit	7.340.889,30
Total	54.471.339,63	Total	54.471.339,63
Superavit do orçamento corrente	7.340.889,30		
RECEITAS DE CAPITAL	3.980.923,05	DESPESAS DE CAPITAL	11.301.312,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.535.352,60	INVESTIMENTOS	10.053.326,06
ALIENAÇÃO DE BENS	664.154,18	INVERSOES FINANCEIRAS	5.125,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	32.997,70	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.242.861,29
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.748.418,57		
		Superavit	31.163,84
Total	11.321.812,35	Total	11.332.476,19
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	54.471.339,63	81,08 %	DESPESAS CORRENTES 47.130.450,33 70,17 %
RECEITAS DE CAPITAL	3.980.923,05	5,94 %	DESPESAS DE CAPITAL 11.301.312,35 16,83 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	8.716.221,95	12,97 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 20.500,00 0,03 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 8.716.221,95 12,98 %
	67.168.484,63		
Total		100,00 %	Total 67.168.484,63 100,00 %

Vilibaldo Erich Schmid  
 Prefeito Municipal

Deise Salmória Pires  
 Contadora CRC/SC 02.6647/O-1

Alain Pedro Freitas  
 Secretário de Admin e Finanças

Aldemir Scolaro  
 Secretário de Planejamento e  
 Coord. Geral



## Capinzal

### PREFEITURA

**Contrato 0180/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0180/2011

Pregão Presencial 0100/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: PLANETA VIP LAVAGEM DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA ME

OBJETO: Contratação serviços de lavagem de veículos, veículos leves e utilitários, caminhões, ônibus e máquinas da frota da Municipalidade (Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Educação, Fundo de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Administração, Gabinete e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Patrulha Agrícola), recursos próprios.

VALOR R\$: 3.396,00

VIGÊNCIA: 12/08/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0181/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0181/2011

Pregão Presencial 0100/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ADILSON FRACASSO

OBJETO: Contratação serviços de lavagem de veículos, veículos leves e utilitários, caminhões, ônibus e máquinas da frota da Municipalidade (Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Educação, Fundo de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Administração, Gabinete e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Patrulha Agrícola), recursos próprios.

VALOR R\$: 3.600,00

VIGÊNCIA: 12/08/2011 A 31/12/2011

## Catanduvas

### PREFEITURA

**Republicação de Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0076/2011 - Edital de Tomada de Preços Nº 0002/2011**

REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na construção de passeio público, conforme projetos de engenharia anexos ao edital deste, visando cumprimento de convênio celebrado com o Governo Federal no Programa SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO. Abertura das Propostas: às 09 horas e 30 minutos do dia 31 de agosto de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 15 de agosto de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo

telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas - SC, 15 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

**Retificação de Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0076/2011 - Edital de Tomada de Preços Nº 0002/2011**

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011

Tomada de Preços nº 0002/2011 (Processo Licitatório nº 0076/2011).

Fica retificado devido a erros de digitação a publicação realizada no dia 12/08/2011, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição nº 802, pág. 24, referente ao Processo Licitatório nº 0076/2011 Edital de Tomada de Preços nº 0002/2011.

Onde lê-se: " Abertura das Propostas: às 09 horas e 30 minutos do dia 23 de agosto de 2011", leia-se: "Abertura das Propostas: às 09 horas e 30 minutos do dia 31 de agosto de 2011".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Catanduvas-SC, 15 de agosto de 2011

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Lei Nº 0517 de 11.08.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0517 de 11.08.2011

"INSTITUI A SEMANA DE COMBATE AO USO DE DROGAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ BRAULIO INACIO, Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Combate ao Uso de Drogas no Município de Chapadão do Lageado a realizar-se, anualmente durante a semana de junho, correspondente ao dia 26 do mês, Dia Internacional de Combate ao Uso de Drogas.

Art. 2º A semana ora instituída passara a constar no calendário oficial de eventos do Município.

Art. 3º O Poder público promoverá nesta data, com a participação da sociedade, eventos para o combate as Drogas, como debates, palestras de conscientização nas escolas e em locais públicos.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de agosto de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 351 de 15.08.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 351/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder e autorizar a servidora ZILA DE ZOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar as férias regulamentares, conforme art.78 da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 15.08.2011 à 13.09.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de agosto de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Contas Aprovadas**

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC  
COMUNICADO

As contas do Ex-Prefeito Antonio Bizatto, relativas ao exercício de 2008, se encontram na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores para análise e também a disposição dos cidadãos.

O Tribunal de Contas, através do Parecer Técnico, pronunciou-se pela aprovação das contas. A Comissão tem 60 dias para análise das mesmas.

LEALBERTO SCHNEIDER  
Presidente

**Concórdia**

---

**PREFEITURA**

---

**Aviso Pregão Eletrônico Nº 17/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2011- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais (novos), e contratação de serviços, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital, para implantação de unidade demonstrativa de cultivo de peixes em tanques-rede no reservatório da Usina Hidrelétrica Ita, através de recursos provenientes do Convênio nº 092/2010, celebrado com o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 8h15min do dia 31 de agosto de 2011.

Abertura: dia 31 de agosto de 2011 às 8h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 15 de agosto de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aviso Pregão Eletrônico Nº 18/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2011- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de material de consumo e limpeza, destinados as Unidades Administrativas, em conformidade com as especificações constantes no Anexo "A" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 8h15min do dia 01 de setembro de 2011.

Abertura: dia 01 de setembro de 2011 às 8h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aviso Aplicação de Sanções - DARLAN DALMAGRO & CIA LTDA ME - PE 22/2010 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 290/2010

Pregão Eletrônico nº 22/2010

Contrato nº39/2011

Contratada: DARLAN DALMAGRO & CIA LTDA - ME

APLICA-SE à empresa DARLAN DALMAGRO & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.812.694/0001-12, com sede na Rua Julio Moritz, 38, Imperial, Concórdia, SC, CEP: 89700-000, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Senhor Darlan Carlos Dalmagro, portador da Cédula de Identidade nº 14R 2.466.029 SSPSC e inscrito no CPF sob nº 916.076.390-68, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- multa de 20% (vinte por cento), totalizando o valor de R\$ 7.859,70 (sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos), sobre o valor da obrigação não cumprida;

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por 02 (dois) anos a contar da data de publicação deste documento.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos do do § 3º inciso IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como, previsto no art. 7º da Lei Federal 10.520/02, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 15 de agosto de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Resolução Nº 021/2011 de 11 de agosto de 2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - CMASC

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

cmasc@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO nº 021/2011 de 11 de agosto de 2011.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de julho de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.940, de 09 de Setembro de 1996, com suas alterações e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

**RESOLVE:**

Art. 1o. Deliberar e aprovar de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente ao mês de julho de 2011.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA  
Presidente do CMAS

**Coronel Martins****PREFEITURA****Termo Aditivo Nº. 036/2011.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 036/2011.

MÊS/ANO: AGOSTO/2006 NÚMERO CONTRATO: 111/2006

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/08/2006

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quarta do Contrato nº. 111 de 31 de Agosto de 2006.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

A Cláusula Quarta do Contrato nº. 048/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O prazo de duração do presente Contrato inicia-se com a assinatura do presente esse estende até 31.08.2016, podendo ser renovado indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 03.542.406/0001-94

CONTRATADO: COOPERCEL - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE CORONEL MARTINS LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/08/2016

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: GRATUITA.

**Termo Aditivo Nº. 037/2011 de Contrato de Repasse Nº. 0337677-05/2010.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 037/2011 DE CONTRATO DE REPASSE Nº. 0337677-05/2010.

NUMERO CONTRATO: 0323996-68-2010 E PMCM 095-2010

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo alterar o subitem nº. 4.1 da Clausula Quarta do Contrato de repasse nº. 0337677-05/2010, de 19/08/2010 realizado segundo os termos do Programa PRONAT do MDA, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR**

4.1 - A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Repasse, de acordo com cronograma de execução financeira, o valor de R\$ 6.125,00( seis mil, cento e vinte e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato vinculado ao Termo de Compromisso ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ 95.993.093/0001-09

CONTRATADO: MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS

**Lei Complementar Nº. 030, de 11 de Agosto de 2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 030, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre alterações na Lei nº 234/2003, de 09 de abril de 2003, que trata da Estrutura da Administração do Poder Executivo do Município de Coronel Martins, estabelece diretrizes gerais para a modernização administrativa, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o art. 16 da Lei nº 234, de 09 de abril de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. A organização administrativa do Poder Executivo Municipal constitui-se de:

I - Gabinete do Prefeito;

II - Gabinete do Vice-Prefeito;

III - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

IV - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

V - Secretaria Municipal da Saúde;

VI - Secretaria Municipal de Assistência Social;

VII - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

VIII - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;

IX - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social."

Art. 2º Fica alterado o caput do Art. 27 da Lei nº 234, de 09 de abril de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. À Secretaria Municipal da Saúde, integrada pelo Departamento de Saúde Pública, Departamento de Saúde Preventiva e pelas Assessorias de Saúde e Saneamento e de Relações Comunitárias, compete desenvolver as atividades relacionadas com o Sistema Único de Saúde, especialmente:

I - saúde pública e medicina preventiva;  
II - atividades médicas, paramédicas e odonto-sanitárias;  
III - educação para a saúde;  
IV - administração hospitalar e ambulatorial;  
V - vigilância sanitária;  
VI - vigilância epidemiológica;  
VII - saneamento básico e atividades de meio ambiente, relacionados com sua área de atuação.

§ 1º O Departamento de Saúde Pública é integrado pela Assessoria de Saúde e Saneamento

Art. 3º Fica revogado o § 2º do Art. 27 da Lei nº 234, de 09 de abril de 2003.

Art. 4º Fica acrescentado ao texto da Lei nº 234, de 09 de abril de 2003, o Art. 27-A e respectivo parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 27-A. À Secretaria Municipal da Assistência Social, integrada pelo Departamento de Assistência Social, Departamento Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e pela Assessoria de Políticas Sociais, compete desenvolver as atividades relacionadas às políticas de apoio aos idosos e às minorias; promoção humana; de atendimento, proteção, amparo e de defesa das garantias da criança e do adolescente, observada a legislação pertinente; de assistência materno-infantil, alimentação e nutrição; de orientação e recuperação social; e atividades de ação comunitária e demais programas sociais a nível municipal e federal.

Parágrafo único. O Departamento de Assistência Social, Departamento de Políticas de Defesa da Mulher é integrado pela Assessoria de Políticas Sociais.”

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Anual do Município de Coronel Martins.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, aos 11 de agosto de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### **Lei N.º 559 Convenio Cidasc**

LEI MUNICIPAL 559 DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC A FIRMAR CONVÊNIO, DISPONIBILIZAR SERVIDOR PÚBLICO, PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES ESPECÍFICAS PELA CIDASC E O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que a Lei lhe confere, FAZ SABER a todos que a câmara de Vereadores aprovou e o mesmo SANCIONOU a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, visando disponibilizar Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, a fim de contribuir na realização de atividades de registros, controles e emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA e outros documentos referentes ao Programa de Identificação e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos do Estado de Santa Catarina (PIB-SC), bem como executar serviços de interesse da comunidade agropecuária do Município de Coronel Martins -SC, com o objetivo de assegurar ao Estado a condição de “livre de febre

aftosa sem vacinação”.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a disponibilizar imóvel, que consiste em uma sala, que deverá estar localizada na sede do Município de Coronel Martins - SC, além de linha telefônica com acesso a internet.

Art. 3º- Os Recursos para aplicação da presente Lei ocorrerão por conta do Orçamento do Município, vigente para cada exercício.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de agosto de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### **Portaria Nº. 096, de 09 de Agosto de 2011.**

PORTARIA Nº. 096, DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal, Senhor Marcos Antonio Souza da Silva, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 09 de agosto de 2011, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de agosto de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### **Portaria Nº. 097 de 11 de Agosto de 2011.**

PORTARIA Nº. 097 DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e



referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/08/2011 à 13/09/2011.

Nome	Cargo	Referência
Ricardo José Pertille	Vigia	10/ 02/2010 à 09/02/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de agosto de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Corupá**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 365/11**

DECRETO Nº 365/11

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação do horário de atendimento, de agilidade na realização de transações bancárias e de diminuição de custos;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos relativos à implementação de movimentação financeira por meio eletrônico.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar de meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A - Agência 2011-7.

Art. 2º - A movimentação financeira, para os fins deste Decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas, inclusive transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor, disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 3º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio de senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste Decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 4º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos,

regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 5º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de Julho de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Decreto Nº 367/2011**

DECRETO Nº 367/2011

DECRETA O TOMBAMENTO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR INTITULADA ESCOLA RIO NOVO/GUARAJUVA EM ÂMBITO MUNICIPAL POR SE TRATAR DE UMA EDIFICAÇÃO HISTÓRICA E DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA AO MUNICÍPIO.

Luiz Carlos Tamanini, Prefeito do Município de Corupá, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 11, I, III, IV e 66, VII da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

CONSIDERANDO que, segundo pesquisas efetuadas, a antiga escola Rio Novo é uma edificação construída no município, com data entre 1915 a 1925;

CONSIDERANDO que a citada edificação possui uma técnica construtiva de característica artesanal, equiparando-se a técnica enxaimel;

CONSIDERANDO que a citada edificação foi executada, em sua totalidade, pelas famílias de moradores da própria comunidade, a qual doou o material e o trabalho de forma voluntária;

CONSIDERANDO que a construção da referida escola, foi um marco para o desenvolvimento educacional de nosso Município e daquela comunidade;

CONSIDERANDO as péssimas condições de conservação desta edificação.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica tombada como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Corupá, a edificação da antiga Escola Rio Novo situada na localidade de Rio Novo/Guarajuva.

Art., 2º Esta edificação é Patrimônio Histórico, Cultural e arquitetônico, pela importância que possui.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de agosto de 2011  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 363/11**

DECRETO Nº. 363/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 55.308,21 (cinquenta e cinco mil trezentos e oito reais e vinte e um centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 55.308,21

TOTAL 55.308,21

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.02.00 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde, no valor de R\$ 55.308,21 (cinquenta e cinco mil trezentos e oito reais e vinte e um centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 25 de julho de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 364/11**

DECRETO Nº. 364/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 14.406,74 (quatorze mil quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 14.406,74

TOTAL 14.406,74

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.02.00 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde, no valor de R\$ 14.406,74 (quatorze mil quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 25 de julho de 2011.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 366/11**

DECRETO Nº. 366/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.451.0040.1003 Pavimentação e Conservação da Área Urbana

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 14.000,00

TOTAL 14.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 368/11**

DECRETO Nº. 368/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL 120.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Decreto Nº. 369/11**

DECRETO Nº. 369/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$  
07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura  
07.001 Divisão de Serviços Públicos  
015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras  
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da Reserva de Contingência para atender situação de emergência, conforme Decreto Nº. 342/2011 de 13 de junho de 2011:

Código DR Classificação Valor R\$  
99.000 Reserva de Contingência  
  
99.999 Reserva de Contingência  
999.999.9999.9999 Reserva de Contingência  
9.9.99.99.99.99 0.1.00.00 Reserva de Contingência 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Edital de Convocação para Apresentação de Documentos Nº 007/2011- Concurso Público Nº 001/2010**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO  
DE DOCUMENTOS Nº 007/2011  
(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Fica convocado o candidato abaixo relacionado, aprovado nas etapas de prova escrita, bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer no prazo de 07 (sete) dias, contados da data de publicação deste, ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Cargo	Nome	Situação
Engenheiro Civil	Petter Alexander Kintzel	Apto

Os aprovados no Concurso, ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

- I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;
- VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Prova de identidade;
  - Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
  - CPF;
  - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
  - Comprovar idade mínima de 18 anos;
  - Uma foto 3x4;
  - Certidão de Nascimento ou Casamento;
  - Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
  - Folha Corrida Judicial;
  - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
  - Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;
- VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido de 07 (sete) dias, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa

Catarina, aos 15 dias do mês de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. de Administração e Fazenda

### Notificação de Receita 07/2011

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 07/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês de julho de 2011, recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas.

Data	Origem	Objeto	Valor
11/07/2011	Federal	MAC - Assistência Ambulatorial de Médio e Alto Custo/complexidade	R\$ 1.838,62
11/07/2011	Federal	Ações Básicas de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	R\$ 8.959,89
13/07/2011	Federal	PAFB - Programa de Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.686,50
13/07/2011	Federal	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 12.546,00
13/07/2011	Federal	PNTE - Programa Nacional de Transporte Escolar	R\$ 6.283,76
15/07/2011	Federal	IGD - Índice de Gestão Descentralizada - Assistência Social	R\$ 687,50
20/07/2011	Federal	SE - Salário Educação	R\$ 32.471,46
25/07/2011	Federal	PAB - Fixo - Piso de Atenção Básica	R\$ 20.070,00
25/07/2011	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	R\$ 26.800,00
25/07/2011	Federal	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 19.500,00
25/07/2011	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	R\$ 2.100,00
25/07/2011	Estadual	NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	R\$ 20.500,00
25/07/2011	Estadual	Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.771,67
29/07/2011	Estadual	TE - Transporte Escolar	R\$ 36.105,00
Total			R\$ 199.320,40

Corupá, 01 de agosto de 2011.

DILVANE KÜHL KLABUNDE

Gerente Fazendário

LUIZ ALBERTO WIESE

Controlador Interno

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário de Administração e Fazenda

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1468/11 - Nomeia os Membros de Análise e Coordenação do Pde-Escola

PORTARIA Nº 1468/11

NOMEIA OS MEMBROS DE ANÁLISE E COORDENAÇÃO DO PDE-ESCOLA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir os membros de Análise e Coordenação do PDE-Escola, no Município de Corupá, composto pelos seguintes membros:

Joney Cícero Morozini - Secretário Municipal de Educação;

Darci Rutsatz - Assistente Pedagógica;

Emanuelle Françoise Blunk Schiochet - Coordenadora Pedagógica.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1469/11

PORTARIA Nº 1469/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. BENTA CARINA DE SOUZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. BENTA CARINA DE SOUZA, a partir de 08 de agosto de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da substituição da funcionária Wanderlei Minatti Toni, que está em licença-maternidade, lotada na Secretaria Municipal de Educação e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



## Curitibanos

### PREFEITURA

#### **Editais de Tomada de Preços Nº 109/2011**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 109/2011

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo menor preço global, para Prestação de serviços de execução de pavimentação com pedra ardósia na Rua Humberto de Matias no município de Curitibanos. Conforme memoriais descritivos em anexo.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 29/08/2011, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 29/08/2011, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 09 de agosto de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Presidente da CPL

## Erval Velho

### PREFEITURA

#### **Extrato de Edital de Dispensa 015/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 056/2011

Edital de Dispensa de Licitação nº 015/2011

Objeto: Recuperação da Caixa de Cambio do Ford F13000 placa LXE 8120

Contratado: SCHERER S/A COMERCIO DE AUTOPEÇAS

Valor do Contrato: R\$ 6.886,82 (Seis mil oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos)

Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

## Forquilha

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 38 de 26 de Maio de 2011.**

DECRETO Nº. 38 DE 26 DE MAIO DE 2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.601 de 24 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 49.425,00 (quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 18 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

2.071 - Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário, Artesanal e Agricultura Familiar

7 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 49.425,00

TOTAL R\$ 49.425,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recurso o excesso de arrecadação específica na rubrica 42471990000 - Outras Transferências de Convênios da União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

#### **Lei Complementar Nº. 013, de 11 de Agosto de 2011.**

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 013, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL, ESTABELECE OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS PARA AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Diretor Municipal de Forquilha,

com fundamentos na Constituição Federal, Constituição do Estado de Santa Catarina, no Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/2001, bem como na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. As normas, os princípios básicos e as diretrizes para implantação do Plano Diretor Municipal, são aplicáveis a toda a extensão territorial do Município.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal de Forquilha, nos termos desta Lei, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município, integra o processo de planejamento municipal e definirá:

I - a função social da cidade e da propriedade;

II - as estratégias de desenvolvimento municipal, configuradas pelas políticas setoriais e diretrizes de desenvolvimento municipal;

III - o processo de planejamento, acompanhamento e revisão do Plano Diretor Municipal;

IV - o traçado do perímetro urbano;

V - as áreas de expansão urbana;

VI - o uso e ocupação do solo urbano e rural;

VII - o disciplinamento do parcelamento, implantação de loteamentos e diretrizes para regularização fundiária;

VIII - a hierarquização das vias urbanas e municipais, classificação e questões de mobilidade;

IX - a atualização do código de obras e código de posturas.

Parágrafo único. As políticas, diretrizes, ações estratégicas, normas, programas, planos plurianuais e orçamentos anuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei e Anexo 1 - Tabela de Diretrizes de Gestões, bem como nas Leis que integram o Plano Diretor Municipal de Forquilha.

Art. 3º Integram o Plano Diretor Municipal as seguintes leis:

I - Lei do Plano Diretor Municipal;

II - Lei do Perímetro Urbano;

III - Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;

IV - Lei de Parcelamento do Solo Municipal;

V - Lei de Sistema Viário e Mobilidade Municipal;

VI - Código de Obras;

VII - Código de Posturas;

VIII - Lei do Consórcio Imobiliário;

IX - Lei do Direito de Preempção;

X - Lei da Compulsoriedade do Solo Urbano;

XI - Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir;

XII - Lei da Transferência do Direito de Construir.

Parágrafo único. Outras leis e decretos poderão vir a integrar ou complementar o Plano Diretor Municipal de Forquilha, desde que tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal.

## CAPÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

#### SEÇÃO I

##### DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º O Plano Diretor Municipal de Forquilha é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, tendo como finalidades a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, o atendimento às aspirações da comunidade, a disciplina do desenvolvimento municipal e a preservação e conservação dos recursos naturais locais.

Art. 5º O Plano Diretor Municipal de Forquilha tem por princípios:

I - a justiça social e a redução das desigualdades sociais e regionais;

II - o desenvolvimento sustentável do Município;

III - a função social da propriedade;

IV - a gestão democrática, participativa e descentralizada, com a participação de setores da sociedade civil e do governo;

V - o direito universal à cidade, compreendendo a terra urbana, a moradia digna, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura e ao

lazer;

VI - a preservação e recuperação do ambiente natural e construído;

VII - o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

VIII - a garantia da qualidade ambiental;

IX - o fortalecimento da regulação pública e o controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;

X - a integração horizontal entre os órgãos da Administração Pública, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, consubstanciadas em suas políticas, programas e projetos.

## SEÇÃO II

### DOS OBJETIVOS

Art. 6º O objetivo geral do Plano Diretor Municipal de Forquilha é orientar a política de desenvolvimento do Município, considerando as suas condicionantes e aproveitando suas potencialidades.

Art. 7º São objetivos específicos do Plano Diretor Municipal de Forquilha:

I - ordenar o crescimento urbano do Município, em seus aspectos físico-ambiental, econômico, social, cultural e administrativo, dentre outros;

II - promover o máximo aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município;

III - ordenar o uso e ocupação do solo, em consonância com a função socioeconômica da propriedade;

IV - promover a regularização fundiária;

V - promover o desenvolvimento do setor primário de forma a assegurar:

a) a qualidade das vias municipais (rurais);

b) a regulamentação das atividades agrossilvipastoris;

c) a proteção ambiental.

VI - promover o desenvolvimento do setor secundário de Forquilha de forma a minimizar a degradação ambiental e paisagística atento aos níveis de poluição;

VII - promover o desenvolvimento do setor terciário de Forquilha;

VIII - promover a instalação de empresas e agroindústrias no município;

IX - promover a equilibrada e justa distribuição espacial da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais, visando:

a) garantir a plena oferta dos serviços de abastecimento de água potável em toda a área urbanizada do Município;

b) prever a implementação e ampliação de sistema coletivo de coleta e tratamento de esgoto sanitário em toda a área urbanizada do Município;

c) garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário;

d) garantir a coleta e destinação adequada dos resíduos de serviços de saúde;

e) assegurar a qualidade e a regularidade da oferta dos serviços de infraestrutura de interesse público, acompanhando e atendendo ao aumento da demanda;

f) promover melhorias na malha viária urbana, como pavimentação, utilizando matéria-prima local, e sinalização;

g) promover, em conjunto com as concessionárias de serviços de interesse público, a universalização da oferta dos serviços de energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações e de transporte coletivos.

X - intensificar o uso das regiões bem servidas de infraestrutura e equipamentos para otimizar o seu aproveitamento;

XI - direcionar o crescimento da cidade para áreas propícias à urbanização, evitando problemas ambientais, sociais e de mobilidade;

XII - compatibilizar o uso dos recursos naturais e cultivados, além da oferta de serviços, com o crescimento urbano, de forma a controlar o uso e ocupação do solo;

- XIII - evitar a centralização excessiva de serviços;
- XIV - proteger o meio ambiente de qualquer forma de degradação ambiental, mantendo a qualidade da vida urbana e rural, com as finalidades de:
- a) consolidar e atualizar as ações municipais para a gestão ambiental, em consonância com as legislações estaduais e federais;
  - b) promover a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico do Município;
  - c) recuperar e conservar as matas ciliares;
  - d) preservar as margens dos rios, fauna e reservas florestais do Município, evitando a ocupação na área rural, dos locais com declividade acima de 30%, das áreas sujeitas à inundação e dos fundos de vale;
  - e) contribuir para a redução dos níveis de poluição e degradação ambiental e paisagística;
  - f) recuperar áreas degradadas;
  - g) melhorar a limpeza urbana, a redução do volume de resíduo gerado, a reciclagem do lixo urbano, o tratamento e destino final dos resíduos sólidos.
- XV - valorizar a paisagem de Forquilha, a partir da conservação de seus elementos constitutivos;
- XVI - dotar o Município de Forquilha de instrumentos técnicos e administrativos capazes de prevenir os problemas do desenvolvimento urbano futuro e, ao mesmo tempo, indicar soluções para as questões atuais;
- XVII - promover a integração da ação governamental municipal com os órgãos federais e estaduais e a iniciativa privada;
- XVIII - propiciar a participação da população na discussão e gestão da cidade e na criação de instrumentos legais de decisão colegiada, considerando essa participação como produto cultural do povo, com vistas a:
- a) aperfeiçoar o modelo de gestão democrática da cidade por meio da participação dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos para o desenvolvimento da cidade;
  - b) ampliar e democratizar as formas de comunicação social e de acesso público às informações e dados da administração;
  - c) promover avaliações do modelo de desenvolvimento urbano, social e econômico adotado.

### CAPÍTULO III DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 8º A ordenação, a expansão e o desenvolvimento do Município, serão implementados por meio de políticas setoriais integradas, suas diretrizes e ações estratégicas que, em conjunto, compõem a Política Urbana do Município.

### CAPÍTULO IV DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Art. 9º A propriedade urbana, pública ou privada, cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos no Plano Diretor Municipal e nas leis integrantes a este, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I - atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos fundamentais individuais e sociais e ao desenvolvimento econômico e social;
- II - compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, como também com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e com a segurança, bem-estar e saúde de seus moradores, usuários e vizinhos;
- III - a preservação dos recursos naturais do Município e a recuperação das áreas degradadas ou deterioradas;
- IV - compatibilização da ocupação do solo com os parâmetros definidos pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do

Município.

§ 1º Do direito de propriedade sobre o solo não decorre, necessariamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

### CAPÍTULO V DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL

Art. 10 . A propriedade rural cumprirá sua função social quando houver a correta utilização econômica da terra e sua justa distribuição, de modo a atender o bem estar social da coletividade, mediante a produtividade e a promoção da justiça social, tendo em vista:

I - O aproveitamento racional e adequado do solo;

II - A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - A observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - A exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores.

§ 1º A propriedade rural deve ainda cumprir a função socioambiental, com vistas aos requisitos ambientais, simultaneamente aos demais elementos, quando cumprir as disposições e condutas discriminadas nas leis federais, estaduais e municipais vigentes.

§ 2º Em caso de descumprimento das regras impostas por essas leis, a Prefeitura Municipal deverá aplicar a pena de multa nos limites e condições estabelecidas por legislação específica, tais como Código de Obras, Código de Posturas, sem prejuízo de outras.

§ 3º O órgão público ambiental competente do Município será responsável pela fiscalização das propriedades rurais, bem como pela aplicação e respectiva cobrança das penalidades descritas na legislação complementar.

§ 4º O valor arrecadado com as multas aplicadas pelo descumprimento da função socioambiental da propriedade rural será revertido para o Fundo de Desenvolvimento Municipal, e gerenciado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, nos termos desta Lei.

§ 5º O cumprimento das normas descritas no parágrafo 1º não exime o proprietário do cumprimento de todas as demais leis de preservação ambiental de competência do Estado e da União.

### TÍTULO II DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS URBANAS

#### CAPÍTULO I DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 11 . A consecução dos objetivos do Plano Diretor Municipal de Forquilha, dar-se-á com base na implementação de políticas integradas, visando ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município, permitindo o seu crescimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida.

Art. 12 . A política de desenvolvimento municipal compõe-se de macrodiretrizes, diretrizes e ações estratégicas, definidas de acordo com as condicionantes, deficiências e potencialidades do município.

§ 1º São macrodiretrizes estratégicas de desenvolvimento do Município de Forquilha:

I - Desenvolvimento territorial sustentável;

II - Garantia da qualidade de vida e bem-estar;

III - Fortalecimento do produtor rural e do turismo rural.

§ 2º São diretrizes estratégicas de desenvolvimento do Município de Forquilha:

I - Desenvolvimento Estratégico Regional;

II - Ordenamento socioespacial;

III - Sustentabilidade Sócio-espacial;

IV - Conservação ambiental;

V - Estruturação da infraestrutura e dos serviços públicos;

VI - Desenvolvimento socioeconômico;

VII - Estruturação da infraestrutura social municipal;

VIII - Articulação Institucional.

Art. 13 . As diretrizes estabelecidas nesta lei deverão ser observadas de forma integral e simultânea pelo Poder Público, visando garantir a sustentabilidade do Município.

## CAPÍTULO II

### DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DA INFRAESTRUTURA SOCIAL

Art. 14 . A política municipal de desenvolvimento socioeconômico e da infraestrutura social tem como objetivo geral a promoção social e econômica, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida da população, preservando e incentivando as potencialidades regionais e locais, através da articulação das políticas públicas em suas várias dimensões.

Art. 15 . Na política de desenvolvimento socioeconômico devem ser observadas os seguintes objetivos:

I - fortalecer a agroindústria, ampliando o valor agregado da produção primária;

II - estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do Município e da região;

III - promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por microbacias hidrográficas, proteção de matas ciliares e criação e implementação de Unidades de Conservação;

IV - atrair novos setores produtivos para o Município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;

V - incentivar o empreendedorismo nos setores primário, secundário e terciário, a partir da identificação de vazios econômicos no município;

VI - promover a geração de emprego, trabalho e renda e o fortalecimento dos segmentos econômicos relevantes para o desenvolvimento do Município, sempre de forma sustentável.

Art. 16 . São diretrizes gerais da política de desenvolvimento da infraestrutura social:

I - respeito e valorização do indivíduo como cidadão, independentemente da condição sócio-econômica, raça, cor ou credo;

II - a ação social como processo sistêmico e integrado, a partir de base territorial e com foco na família, na cultura e na inclusão sócio-econômica de cada cidadão;

III - excelência em serviços públicos de assistência e promoção social, através de práticas inovadoras;

IV - integração e complementaridade nos programas, projetos e ações entre os diversos órgãos de governo e a sociedade civil;

V - estímulo à autonomia da população em situação de risco e vulnerabilidade social, em especial na educação, na formação profissional e geração de oportunidades de trabalho e renda;

VI - implementação de políticas socialmente inclusivas, vinculadas à geração de emprego e renda.

#### SEÇÃO I

##### DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Art. 17 . Constituem objetivos para uma política de trabalho, emprego e renda:

I - reduzir as desigualdades e exclusão sociais;

II - garantir os direitos sociais;

III - combater a fome;

IV - garantir a acessibilidade a bens e serviços;

V - promover a cidadania.

Art. 18 . Constituem diretrizes para uma política de trabalho, emprego e renda:

I - fortalecimento das estratégias de desenvolvimento econômico como mecanismo de melhoria da renda e qualidade de vida da população local;

II - criação de condições de infraestrutura e instrumentos de incentivos para o aumento da oferta de postos de trabalho em todos

os setores produtivos da economia;

III - geração de renda e formação de micros e pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, fortalecendo o campo da economia solidária;

IV - estudo, diagnóstico e a constituição de novas cadeias produtivas sustentáveis, e geradoras de postos de trabalho;

V - promoção entre os empresários, ações de comprometimento com as responsabilidades sociais das empresas articulando parcerias, projetos e programas de geração de emprego e renda;

VI - investimento público contra inatividade da força de trabalho com idade entre 16-24 anos, por meio de programas de bolsas de estudo, inclusive para os níveis técnicos, tecnólogo e superior.

Art. 19 . São ações estratégicas da Política de geração de trabalho, emprego e renda:

I - incentivar o trabalho no campo no município;

II - promover a capacitação técnica de mão-de-obra qualificada.

#### SEÇÃO II

##### DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

Art. 20 . São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do setor primário:

I - ampliação da comercialização da produção agrícola no próprio município;

II - ampliação de convênios para escoamento da produção agrícola;

III - oferta da infraestrutura viária eficiente;

IV - incentivo da prática de culturas alternativas;

V - incentivo do manejo sustentável das matas;

VI - incentivo da prática do reflorestamento com fins comerciais;

VII - promoção do incentivo fiscal para adequação das propriedades à legislação ambiental;

VIII - implementação de programas de melhorias de habitação rural;

IX - restrição de atividades poluitivas nas regiões próximas de manancial de abastecimento;

X - promoção da hierarquia viária de acordo com a lei do sistema viário;

XI - garantia do abastecimento de água na área rural.

Art. 21 . São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do setor primário:

I - desenvolver mecanismos legais que impeçam a exploração carbonífera em áreas urbanas existentes e futura;

II - fortalecer os pequenos produtores rurais (incentivos fiscais, insumos);

III - fortalecer as associações de produtores rurais;

IV - implantar centro de comercialização de produtos gastronômicos da cultura local;

V - manter os incentivos na agricultura existentes (máquinas).

#### SEÇÃO III

##### DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO

Art. 22 . São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do setor secundário:

I - Fomento do fortalecimento de indústrias e empresas;

II - Destino de área para a implantação de indústrias e empresas;

III - Continuidade à atração de novos empreendimentos industriais e empresariais;

IV - Incentivo e fomento da atração e desenvolvimento da agroindústria no município agregando valor aos produtos locais.

Art. 23 . São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do setor secundário:

I - incentivar o fortalecimento das atividades industriais diversificadas no município;

II - realizar estudos e implantar novo polo/núcleo industrial;

III - incentivar a instalação de novas indústrias no município.

#### SEÇÃO IV



**DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO**

Art. 24 . São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do setor terciário:

- I - Incentivo do consumo no comércio local pelo município;
  - II - Fomento do fortalecimento de empresas existentes no município;
  - III - Promoção da estruturação, implementação e adequação dos sistemas de comunicação.
- Art. 25 . São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do setor terciário:
- I - incentivar ao empreendedorismo local;
  - II - promover a capacitação técnica de mão-de-obra qualificada.

**SEÇÃO V  
DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Art. 26 . São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do turismo:

- I - Contribuição para a melhoria da imagem turística do município;
  - II - Proposta de um novo arranjo organizacional para o desenvolvimento do turismo local;
  - III - Promoção do manejo sustentável da atividade relacionada ao meio ambiente;
  - IV - Promoção do desenvolvimento de atividades turísticas nas pequenas propriedades, enfocando melhorias na infraestrutura rural, divulgação e capacitação.
- Art. 27 . São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do turismo:
- I - promover a organização do turismo;
  - II - incentivar os eventos e manifestações populares típicas;
  - III - promover a melhoria das vias de acesso aos atrativos naturais;
  - IV - promover o incentivo ao desenvolvimento de turismo de negócios em conjunto com Criciúma e/ou demais municípios vizinhos;
  - V - promover o planejamento dos circuitos turísticos regionais.

**SEÇÃO VI  
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA**

Art. 28 . São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento humano e qualidade de vida:

- I - Ampliação da rede de saneamento básico municipal;
- II - Fortalecimento da prática de reciclagem no município;
- III - Promoção de melhorias na mobilidade urbana;
- IV - Ampliação da oferta de espaços de desenvolvimento de atividades de lazer, cultura e esporte;
- V - Garantia do acesso ao atendimento de saúde, educação, segurança, lazer e moradia digna para todos;
- VI - Implantação de área industrial e empresarial;
- VII - Promoção de melhorias nas áreas de atendimento social no município;
- VIII - Consolidação de parcerias público-privado para capacitação de mão-de-obra local visando atender a realidade e demanda municipal e regional;
- IX - Promoção do incentivo aos programas assistenciais do próprio município;
- X - Promoção de melhorias no sistema de segurança pública municipal;
- XI - Incentivo do desenvolvimento da cultura no município.

**SEÇÃO VII  
DA HABITAÇÃO**

Art. 29 . A política municipal de habitação tem por objetivo orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia a toda população, sem distinção, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional e

demais políticas municipais.

Parágrafo único. As diretrizes gerais da política municipal de habitação estão voltadas para o conjunto da população do Município, com destaque para as diretrizes da política da habitação.

Art. 30 . São diretrizes gerais da política municipal de habitação:

- I - integração da política municipal de habitação com as demais políticas públicas, em especial as de desenvolvimento urbano, de mobilidade, de geração de trabalho, emprego e renda e ambiental;
  - II - promoção da ocupação do território urbano de forma harmônica, com áreas diversificadas e integradas ao ambiente natural;
  - III - promoção do cumprimento da função social da terra urbana respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e neste Plano Diretor;
  - IV - viabilização da produção de lotes urbanizados e de novas moradias, com vistas à redução do déficit habitacional e ao atendimento da demanda constituída por novas famílias;
  - V - estímulo da participação da iniciativa privada na produção de moradias a toda população;
  - VI - continuidade ao processo de simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas para as edificações, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades de moradia, sem prejuízo das condições adequadas à habitabilidade e ao meio ambiente.
- Art. 31 . São ações estratégicas da Política municipal de habitação:
- I - implantar os projetos, programas e demais ações pertinentes do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS);
  - II - firmar convênios para produção de moradias.

**SEÇÃO VIII  
DA EDUCAÇÃO**

Art. 32 . A política municipal da educação tem como fundamento assegurar ao aluno educação de qualidade para o exercício da cidadania, com os seguintes objetivos:

- I - atender à demanda da educação infantil, conforme os parâmetros do Plano Nacional da Educação;
  - II - universalizar o atendimento à demanda do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência na escola;
  - III - promover a erradicação do analfabetismo;
  - IV - compatibilizar as propostas educacionais com as necessidades oriundas do processo de desenvolvimento sustentável da Cidade;
  - V - melhorar os indicadores de escolarização da população.
- Art. 33 . São diretrizes gerais da política municipal da educação:
- I - promoção do acesso à escola e da população às novas tecnologias;
  - II - ampliação e consolidação da autonomia administrativa, financeira e pedagógica das unidades educacionais, garantindo agilidade na viabilização de projetos pedagógicos e qualidade no atendimento;
  - III - promoção da participação da sociedade nos programas educacionais da Cidade;
  - IV - promoção da articulação e da integração das ações voltadas à criação de ambientes de aprendizagem;
  - V - promoção de programas de inclusão e de atendimento a educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
  - VI - elevação do nível de escolaridade da população economicamente ativa;
  - VII - promoção de ações que motivem a permanência das crianças e adolescentes no ambiente escolar, em especial aquelas em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Art. 34 . São ações estratégicas da Política municipal da educação:

- I - implantar o contra-turno escolar nas escolas de ensino básico e fundamental;
- II - implantar novas escolas municipais;
- III - manter o ensino educacional de boa qualidade;

IV - manter os equipamentos de educação em condições satisfatórias de uso;  
V - manter os programas educacionais existentes no município e incentivar a criação de novos;  
VI - manter serviço de transporte escolar e buscar a atração de instalações de novas instituições de ensino técnico e superior.

#### SEÇÃO IX DA SAÚDE

Art. 35 . A política municipal de saúde visa à promoção da saúde da população pela gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados, pelo monitoramento de doenças e agravos, pela vigilância sanitária, integrada as políticas de controle da qualidade ambiental, do ar e das águas, dos resíduos orgânicos e inorgânicos, tendo como objetivos:

I - promover a saúde, reduzir a mortalidade e aumentar a expectativa de vida da população;

II - consolidar a gestão plena do Sistema de Saúde.

Art. 36 . São diretrizes gerais da política municipal de saúde:

I - promoção da melhoria constante da infraestrutura pública dos serviços de saúde;

II - implantação de sistemas de gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados ao SUS;

III - promoção da melhoria do quadro epidemiológico, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde da população;

IV - promoção de ações estratégicas de atenção à mulher, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso e ao portador de deficiência;

V - promoção da educação na área de saúde, visando o autocuidado, a prevenção e a co-responsabilidade da população por sua saúde;

VI - viabilização de ações de prevenção, promoção, proteção e atenção à saúde, no âmbito municipal;

VII - promoção de melhoria dos índices de morbidade e mortalidade no município, especialmente das patologias de enfrentamento contínuo.

Art. 37 . São ações estratégicas da Política municipal da saúde:

I - manter as condições físicas dos equipamentos de saúde em condições satisfatórias de uso;

II - manter o transporte de pacientes para outros municípios vizinhos;

III - promover a interligação dos sistemas de saúde e convênios com outros hospitais em municípios polos da região;

IV - manter os programas de saúde existentes no município bem como ampliá-los;

V - promover corpo clínico para atendimento;

VI - implantar serviço odontológico nas comunidades;

VII - implantar atendimento 24h de saúde no município.

#### SEÇÃO X DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 38 . A política municipal de assistência social visa a autosustentabilidade da população em situação de risco ou vulnerabilidade social e tem como objetivos:

I - promover a proteção e a defesa dos direitos da população em situação de risco e vulnerabilidade social;

II - realizar ações de promoção à família e de apoio ao desenvolvimento comunitário;

III - implementar ações que possibilitem a criação de oportunidades de trabalho e renda à população em situação de risco ou vulnerabilidade social;

IV - investir e incentivar a educação profissional, priorizando a população de risco ou vulnerabilidade social.

Art. 39 . São diretrizes gerais da política municipal de assistência e promoção social:

I - fortalecimento e ampliação da rede de responsabilidade solidária para a ação social;

II - promoção e incentivo a convivência familiar, a autonomia e a integração do idoso na comunidade;

III - promoção a inclusão da pessoa portadora de deficiência e necessidades especiais na família e na comunidade;

IV - desenvolvimento junto ao jovem uma cultura de protagonista de participação e de co-responsabilidade para com a comunidade;

V - promoção, no âmbito da Assistência Social, do enfrentamento à violência, à exploração e abuso sexual, e o atendimento à população de rua, à vitimizada e àquela em conflito com a lei.

Art. 40 . São ações estratégicas da Política municipal de assistência social:

I - manter e ampliar as estruturas de assistência social no município;

II - manter e ampliar os programas e projetos desenvolvidos no setor;

III - ampliar o Programa de Inclusão Digital ("Melhor Idade"/ Clube das Mães).

#### SEÇÃO XI DA CULTURA, ESPORTE E LAZER

Art. 41 . A política municipal da cultura, esporte e lazer tem como fundamento a promoção de ações que possibilitem a utilização do tempo livre, a prática esportiva, a melhoria e conservação da saúde por meio da atividade física, a sociabilização e promover o desenvolvimento sócio-artístico-cultural da população, com os seguintes objetivos:

I - formular, planejar, implementar e fomentar práticas culturais, de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano e de seu bem estar;

II - desenvolver a cultura e o costume esportivo e de lazer junto à população, com práticas cotidianas baseadas em valores de integração do homem com a natureza e da sua identificação com a cidade.

Art. 42 . São diretrizes gerais da política municipal da cultura, esporte e lazer:

I - ampliação das possibilidades de convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão e a inserção da arte no âmbito comunitário;

II - ampliação de programas nos segmentos de cultura, esporte, educação e rendimento como fator de promoção social;

III - ampliação de programas destinados à disseminação de práticas artísticas e saudáveis junto à comunidade;

IV - promoção da preservação e conservação do patrimônio cultural da Cidade.

Art. 43 . São ações estratégicas da Política municipal da cultura, esporte e lazer:

I - criar Parque de Eventos Culturais (Festividades /Auditório/ Teatro);

II - potencializar e melhorar a infraestrutura do Parque Ecológico;

III - promover legislações e ações que visam o tombamento de edifícios históricos com a finalidade de preservar a história e cultura do município;

IV - implantar áreas de lazer no município por várias regiões do município, sejam áreas urbanas ou rural;

V - promover a prática esportiva nas escolas;

VI - implantar biblioteca pública, bem como acervo desta e equipamentos;

VII - incentivar as festividades culturais e religiosas no município;

VIII - apoiar grupos de dança existente no município bem como a cultura alemã.

#### CAPÍTULO III DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 44 . A política ambiental municipal tem como objetivo promover a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente, em seus aspectos natural e cultural, estabelecendo normas, incentivos e restrições ao seu uso e ocupação, visando

a preservação ambiental e a sustentabilidade da Cidade, para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único. Constituem os aspectos natural e cultural do meio ambiente, o conjunto de bens existentes no Município, de domínio público ou privado, cuja proteção ou preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação histórica, quer por seu valor natural, cultural, urbano, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, artístico, etnográfico e genético, entre outros.

Art. 45 . São diretrizes gerais da política ambiental municipal:

I - implementação de diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Saneamento, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas e regulamentos federais e estaduais;

II - promoção da sustentabilidade ambiental planejando e desenvolvendo estudos e ações visando incentivar, proteger, conservar, preservar, restaurar, recuperar e manter a qualidade ambiental urbana e cultural;

III - elaboração de planos, programas e ações de proteção e educação ambiental e cultural visando garantir a gestão compartilhada;

IV - garantia do lançamento na natureza, de qualquer forma de matéria ou energia, não produza riscos à natureza ou a saúde pública e que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tenham sua implantação e operação controlada;

V - definição de forma integrada, de áreas prioritárias de ação governamental visando à proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - identificação de unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas;

VII - ampliação de áreas integrantes do Sistema Municipal de Áreas Verdes;

VIII - estabelecimento de normas específicas para a proteção de recursos hídricos, por meio de planos de uso e ocupação de áreas de manancial e bacias hidrográficas;

IX - promoção de adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental;

X - promoção do saneamento ambiental, por meios próprios ou de terceiros, com a oferta de serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

XI - promoção da preservação do patrimônio cultural edificado e dos sítios históricos, mantendo suas características originais e sua ambiência na paisagem urbana, por meio de tombamento ou outros instrumentos, e orientar e incentivar o seu uso adequado;

XII - identificação dos bens de valor ambiental e cultural, de natureza material e imaterial, de interesse de conservação e preservação, integrantes do Patrimônio Ambiental e Cultural do Município;

XIII - estabelecimento de normas, padrões, restrições e incentivos ao uso e ocupação dos imóveis, públicos e privados, considerando os aspectos do meio ambiente natural, cultural e edificado, compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental;

XIV - orientação do uso adequado do patrimônio, dos sítios históricos e da paisagem urbana;

XV - estabelecimento de incentivos construtivos e fiscais visando à preservação, conservação e recuperação do patrimônio cultural e ambiental;

XVI - redução, anual, da emissão de poluentes nocivos à saúde despejados no ar, no solo e nas águas, observados os protocolos internacionais relativos à matéria firmados pelo Brasil.

Art. 46 . A Política Municipal Ambiental compõe-se de ações estratégicas como:

I - implementar ações de conscientização, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas;

II - desenvolver planos, programas e projetos de recuperação das áreas degradadas ambientalmente, em especial aquelas relativas

à mineração do carvão, mitigando-as;

III - Implementar projeto de saneamento básico;

IV - realizar estudo específico, que delimite as áreas de proteção dos poços e nascentes existentes;

V - elaborar Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) para o aterro sanitário, que deverá contemplar o monitoramento da área de influência do empreendimento, monitoramento ambiental dos efluentes gerados, bem como a caracterização geológica e hidrogeológica da área e do entorno em escala de detalhe;

VI - elaborar e implantar plano de controle de cheias;

VII - elaborar Plano Diretor de Drenagem Municipal;

VIII - identificar os principais sítios de recursos minerais ecologicamente sensíveis e adequar o seu plano de lavra;

IX - fomentar a fiscalização ambiental no município.

## SEÇÃO I

### SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS VERDES

Art. 47 . Compõem o Sistema Municipal de Áreas Verdes:

I - Áreas verdes públicas ou privadas com vegetação significativa, parques e Unidades de Conservação, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população;

II - Áreas de preservação permanente (nascentes, cabeceiras dos cursos d'água dentre outras) que integram as bacias hidrográficas do Município;

III - Áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental, que devem ser recuperadas e destinadas, preferencialmente, ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental;

IV - Áreas naturais preservadas em função da existência de populações tradicionais.

Art. 48 . O Sistema Municipal de Áreas Verdes tem por objetivo:

I - Assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema;

II - Adotar critérios justos e equitativos de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer no âmbito municipal;

III - Definir critérios para a vegetação a ser empregada no paisagismo urbano, garantindo sua diversificação;

IV - Garantir a multifuncionalidade das unidades através do tratamento paisagístico a ser conferido às mesmas e atender às demandas por gênero, idade e condição física;

V - Ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando parques lineares ao longo dos cursos d'água não urbanizados;

VI - Integrar as áreas de vegetação significativa de interesse paisagístico, protegidas ou não, de modo a garantir e fortalecer sua condição de proteção e preservação;

VII - Ampliar e articular os espaços de uso público, em particular os arborizados e destinados à circulação e bem-estar dos pedestres;

VIII - Mobilizar a população envolvida de modo a identificar suas necessidades e anseios quanto às características físicas e estéticas do seu bairro de moradia;

IX - Garantir as formas tradicionais de organização social relacionada com recursos naturais preservados.

Art. 49 . São diretrizes relativas ao sistema:

I - Manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;

II - Estimulo à parceria entre setores públicos e privados;

III - Disciplina do uso, nas praças, nos parques e demais áreas verdes, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico;

IV - Estabelecimento de programas de recuperação de áreas degradadas;

V - Criação e implantação de Unidades de Conservação da natureza, a fim de assegurar amostras representativas dos ecossistemas e preservar o patrimônio genético, biológico, ecológico e paisagístico do Município.

Art. 50 . São ações relativas ao sistema:

I - inserir o Parque Ecológico Municipal São Francisco de Assis no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), com a participação pública na elaboração e implementação do plano de manejo do parque.

II - promover a criação de um conselho municipal de proteção do patrimônio cultural do município;

III - elaborar Lei de Proteção do Patrimônio Cultural;

IV - realizar levantamento, enquadrar e criar Unidades de Conservação (UCS) nos remanescentes vegetacionais do município, de acordo com SNUC e SEUC;

V - promover a inclusão da Vegetação de Interesse Científico e Paisagístico (VICP) do município em Zonas de Uso Restrito (ZUR) e ou Zona de Uso Especial (ZUE);

VI - priorizar as linhas de pesquisa agrícola voltadas para o desenvolvimento de sistemas agrosilvipastoris, visando criar alternativas de produção a partir de espécies nativas e exóticas na Mata Atlântica;

VII - promover a criação de corredores ecológicos entre remanescentes vegetacionais através da arborização urbana com essência em espécies nativas e com a restauração de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) degradadas.

#### CAPÍTULO IV

### DAS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

#### SEÇÃO I

##### DO SISTEMA AEROVIÁRIO

Art. 51 . Constitui o sistema Aeroviário de Forquilha o aeródromo, Diomício Freitas, destinado ao tráfego de aeronaves, dotado de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves, embarque e desembarque de pessoas e cargas.

§ 1º Os aeródromos somente serão licenciados no município mediante apresentação dos planos específicos em conformidade com as exigências da Portaria n.1.141/GM5, de 08/12/1987 do Ministério da Aeronáutica, suas alterações e com esta lei.

§ 2º O Sistema aeroviário requer tratamento específico quanto ao uso e ocupação do solo no entorno dos aeródromos, que se refletem na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, bem como na Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 52 . São ações estratégicas da Política Municipal do sistema aeroviário:

I - Garantir a ocupação nas Zonas de Proteção do aeroporto nos padrões exigidos pelo órgão federal competente em regulamento próprio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Portaria 1.141, GM5 08.12.1987 e suas alterações, bem como determinações das demais autoridades competentes quanto ao:

- a) Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo;
- b) Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromos;
- c) Plano de Zona de Proteção de Auxílio à Navegação Aérea;
- d) Plano Básico de Zoneamento de Ruído;
- e) Plano Específico de Zoneamento de Ruído.

II - Garantir que não se instalem atividades perigosas ou prejudiciais nas Áreas de Aproximação, Áreas de Transição dos Aeródromos e Helipontos e demais correlatas, exigindo que os projetos para qualquer tipo de implantação ou aproveitamento de propriedades localizadas nessas áreas sejam submetidos à autorização do Comando Aéreo Regional - COMAR ou demais autoridades competentes.

III - Colaborar com o Departamento de Aviação Civil (DAC), quando solicitado, na elaboração dos Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e incorporação desse zoneamento na legislação municipal.

IV - Promover a manutenção e melhoria das vias de acesso e melhorar a integração dos sistemas de transporte municipal.

#### SEÇÃO II

##### DO SISTEMA FERROVIÁRIO

Art. 53 . O Sistema ferroviário é constituído pela malha ferroviária, equipamentos e edificações, assim como as faixas de domínio da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina que liga a região carbonífera de Forquilha, Criciúma, entre outros municípios às regiões portuárias de Laguna, Imbituba e demais.

Art. 54 . São ações estratégicas da Política municipal do sistema ferroviário:

I - promover a manutenção e melhoria do sistema ferroviário no município, bem como políticas e ações visando fortalecer e melhor integrar o sistema com os diversos portos e malhas ferroviárias estadual e nacional;

II - elaborar e implementar planos, programas, ações, entre outros que mitiguem e compensem os efeitos e possíveis conflitos provenientes do uso e operação da referida malha ferroviária com as demais atividades, usos e ocupações de seu entorno no município.

#### SEÇÃO III

##### DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 55 . O Sistema Viário é constituído pela infraestrutura física das vias municipais (rurais) e urbanas e logradouros que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais. Parágrafo único. O Sistema Viário Municipal é objeto de lei específica, que integrará este Plano Diretor, observadas as diretrizes estabelecidas.

Art. 56 . São objetivos da política municipal do sistema viário:

I - planejar, executar e manter o sistema viário segundo critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente, obedecendo as diretrizes de uso e ocupação do solo e do transporte de passageiros;

II - promover a continuidade ao sistema viário por meio de diretrizes rodoviárias e de arruamento a serem implantadas e integradas ao sistema viário oficial, especialmente nas áreas de urbanização incompleta;

III - promover tratamento urbanístico adequado nas vias, de modo a proporcionar a segurança dos cidadãos e a preservação do patrimônio histórico, ambiental, cultural, paisagístico, urbanístico e arquitetônico da Cidade;

IV - hierarquizar o sistema viário, de forma a propiciar o melhor deslocamento de veículos e pedestres, atendendo as necessidades da população, do sistema de transporte coletivo, individual e de bens;

V - planejar, ordenar e operar a rede viária municipal, priorizando o transporte público de passageiros;

VI - aperfeiçoar e ampliar o sistema de circulação de pedestres e de pessoas portadoras de deficiência, propiciando conforto, segurança e facilidade nos deslocamentos;

VII - garantir o acesso às propriedades e comunidades rurais.

Art. 57 . São ações estratégicas da Política municipal do sistema viário:

I - implantar programa de pavimentação dos acessos para as comunidades;

II - regulamentar através da Lei do Sistema Viário a faixa de domínio e manutenção ao longo das vias municipais;

III - elaborar projetos e finalizar a implantação do anel viário de desvio do tráfego pesado;

IV - promover melhorias na estruturação da malha viária urbana;

V - garantir a continuidade do Programa de Pavimentação das vias nos bairros.

#### SEÇÃO IV

##### DO SISTEMA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art. 58 . A Mobilidade urbana é composta pelo conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar acesso amplo e democrático ao espaço urbano, garantindo a acessibilidade, equidade, segurança e a circulação das pessoas e das mercadorias, orientada para a inclusão social.



Art. 59 . São objetivos do Sistema de Mobilidade Urbana:

- I - planejar e executar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;
- II - priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;
- III - regulamentar todos os serviços de transporte do município;
- IV - revitalizar, recuperar e construir passeios, viabilizando e otimizando a circulação de pedestres;
- V - permitir integração do transporte com outros municípios;
- VI - implementar políticas de segurança do trânsito municipal;
- VII - mitigar o conflito entre a circulação de veículos e de pedestres.

Art. 60 . O Sistema de Mobilidade é integrado pelos sistemas viário e de transporte, que devem interligar as diversas áreas do Município.

Art. 61 . O Sistema Municipal de Transporte é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de cargas, abrigos, estações de embarque e desembarque de passageiros e operadores de serviços, submetidos à regulamentação específica para sua execução.

Art. 62 . São diretrizes específicas da política municipal de transporte:

- I - estabelecimento de critérios de planejamento e operação de forma integrada aos sistemas estadual e interestadual, atendendo aos interesses e necessidades da população e características locais;
  - II - estruturação de medidas reguladoras para o transporte de carga;
  - III - definição das principais rotas, os padrões de veículos e os pontos de carga e descarga a serem utilizados no abastecimento e na distribuição de bens dentro do Município;
  - IV - estabelecimento de horários especiais de tráfego de veículos de transporte de cargas bem como restrições de tonelagem nos principais eixos ou áreas da Cidade;
  - V - promoção de meios institucionais adequados para a perfeita harmonia no planejamento e gerenciamento dos serviços de transporte de passageiros e de cargas no âmbito federal e estadual;
  - VI - promoção da atratividade do uso do transporte coletivo de passageiros por intermédio de deslocamentos rápidos, seguros, confortáveis e custos compatíveis;
  - VII - estabelecimento de políticas tarifárias que preservem o equilíbrio econômico e social do sistema de transporte;
  - VIII - busca da excelência de padrões de qualidade que proporcionem aos usuários do sistema de transporte crescente grau de satisfação com o serviço;
  - IX - racionalização do sistema de transporte e as formas de gerenciamento e controle de operação;
  - X - adequação da oferta de transportes à demanda, compatibilizando seus efeitos indutores com os objetivos e diretrizes de uso e ocupação do solo e da circulação viária;
  - XI - estruturação das medidas reguladoras para os sistemas autorizados de transporte de passageiros;
  - XII - possibilidade da participação da iniciativa privada na operação e implantação de infraestrutura do sistema, sob a forma de investimento, concessão de serviço público, autorização ou obra.
- Art. 63 . São ações estratégicas da Política municipal de transporte:
- I - elaborar e implantar projeto de padronização de passeios e ciclovias nas comunidades rurais;
  - II - elaborar e implantar projeto de arborização pública e paisagismo urbano;
  - III - implantar novo terminal de transportes (coletivo municipal e intermunicipal);
  - IV - promover maior abrangência e melhor infraestruturação do sistema de transporte coletivo;
  - V - elaborar e implantar projeto de Mobilidade Urbana e Padronização de Calçadas e Passeios Públicos de acordo com a legislação do Sistema Viário Municipal;
  - VI - elaborar e implantar projeto de melhoria da sinalização viária

(ciclistas, pedestres e veículos);

VII - realizar campanha de conscientização, sensibilização e educação no trânsito à população.

## SEÇÃO V

### DO SANEAMENTO PÚBLICO

Art. 64 . O Sistema de Saneamento Público, a ser regulamentado em lei específica, observados os objetivos e diretrizes propostos, visa a qualidade de vida, através de um ambiente salubre, e incorpora os seguintes subsistemas e responsabilidades:

- I - abastecimento de água;
- II - esgotamento sanitário;
- III - drenagem pluvial;
- IV - coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Art. 65 . O Sistema de Saneamento Público tem como diretrizes:

- I - a sustentabilidade ambiental, econômica e da infraestrutura existente e a implantação, bem como sua máxima produtividade, eficácia e racionalidade;
- II - a justiça social, através do resgate da dignidade, da cidadania e da salvaguarda dos direitos básicos, considerando-se o contexto sócio-ambiental local;
- III - a universalização, a integralidade, a equidade, a regularidade, a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços do sistema de saneamento e seu enquadramento em padrões sanitários adequados.

Art. 66 . Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação ao abastecimento de água:

- I - garantir a universalização dos serviços e abastecimento de água, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;
- II - estabelecer procedimentos, normas e diretrizes para a preservação, recuperação e ocupação das áreas onde se encontrem poços que abastecem a cidade, bem como o contínuo monitoramento dos mananciais;
- III - monitorar e controlar as perdas do sistema de abastecimento, a fim de reduzi-las;
- IV - promover campanhas institucionais de informação e conscientização para o uso racional da água.

Art. 67 . Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação ao esgotamento sanitário:

- I - garantir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;
- II - proceder à análise periódica dos esgotos tratados de acordo com os padrões e normas vigentes;
- III - implantar o sistema de remoção e tratamento do lodo resultante do tratamento dos esgotos e dar destinação e monitoramento adequado aos resíduos gerados;
- IV - estabelecer procedimentos preventivos e prescritivos para impedir, desestimular e retirar os lançamentos indevidos das águas pluviais na rede de esgotos;
- V - combater permanentemente os vetores que povoam as redes de esgoto, de modo a controlar e erradicar a ocorrência de doenças.

Art. 68 . Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação à drenagem pluvial:

- I - assegurar através de sistemas físicos naturais e construídos, o escoamento das águas pluviais em toda a área do município de modo a propiciar segurança e conforto aos cidadãos priorizando as áreas sujeitas a inundações;
- II - garantir a segurança à margem de curso d'água e outras áreas de fundo de vale, onde haja risco de inundações de edificações;
- III - administrar os cursos d'água cujas bacias de contribuição se localizam integralmente no Município;
- IV - articular com os Municípios vizinhos a realização de ações de interesse comum visando a conservação das bacias de contribuição e os sistemas de drenagem;
- V - implantar gestão integrada da infraestrutura de drenagem

urbana;

VI - criar mecanismos e parâmetros técnicos de macrodrenagem que garantam o equilíbrio do ciclo hidrológico nas bacias de contribuição do Município, em especial no núcleo urbano, visando evitar pontos de alagamento.

Art. 69 . Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação à coleta e tratamento de resíduos sólidos:

I - garantir a universalização dos serviços de coleta, tratamento e disposição dos resíduos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;

II - proteger a saúde pública por meio do controle de ambientes insalubres derivados de manejo e destinação inadequados de resíduos sólidos;

III - preservar a qualidade do meio ambiente e recuperar as áreas degradadas ou contaminadas, através do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos;

IV - promover a inserção da sociedade nas possibilidades de exploração econômica das atividades ligadas a resíduos, visando oportunidades de geração de renda e emprego;

V - criar mecanismos específicos para a redução da geração de resíduos;

VI - incentivar, através de programas específicos, a implantação de reciclagem de resíduos;

VII - reconhecer e disciplinar a catação ambulante de materiais recicláveis, através de programas específicos.

Art. 70 . São ações estratégicas da Política municipal de saneamento público:

I - ampliar o sistema de abastecimento público de água;

II - elaborar e implantar sistema de coleta e tratamento de esgoto;

III - elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico;

IV - elaborar e implantar Plano de Macro-Drenagem Municipal;

V - priorizar Planos, Programa, Projetos e Ações especiais de prevenção e implantação de drenagens devido a topografia municipal e da micro-região;

VI - elaborar e implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

VII - elaborar e implantar programa de coleta seletiva do lixo.

## SEÇÃO VI

### DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 71 . A Iluminação Pública visa conferir conforto e segurança à população, assegurando adequada iluminação noturna nas vias, calçadas e logradouros públicos, adotando medidas de gestão visando a conservação e eficiência energética, redução do consumo e o uso racional de energia, fomentando a co-geração, minimização dos impactos ambientais com estímulo a fontes renováveis.

Art. 72 . Constituem objetivos para a iluminação pública:

I - buscar formas alternativas de energia, para alimentação do sistema de iluminação pública;

II - promover campanhas educativas visando o respeito às instalações referentes à iluminação pública e a redução de consumo evitando-se o desperdício;

III - conceder o direito de uso do solo, subsolo ou do espaço aéreo do Município, em regime oneroso, na forma estabelecida em lei específica;

IV - modernizar com maior eficiência a rede de iluminação pública, com programa municipal de gerenciamento da rede;

V - reciclar lâmpadas e materiais nocivos ao meio ambiente utilizados no sistema de iluminação pública;

VI - racionalizar a iluminação em próprios municipais e edifícios públicos;

VII - ampliar a cobertura de atendimento na Cidade, buscando a eliminação de ruas sem iluminação pública.

Art. 73 . Constitui ação para a iluminação pública:

I - ampliar iluminação pública, em especial no interior (área rural);

II - ampliar a rede de iluminação pública urbana;

III - melhorar a eficiência de iluminação da rede pública municipal,

assim como diminuir o consumo das mesmas.

## SEÇÃO VII

### DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

Art. 74 . Constituem objetivos e diretrizes da política de comunicação:

I - fixar estratégias para acompanhamento da evolução tecnológica dos sistemas de comunicações e telemática em nível municipal e regional, estimulando a participação e controle compartilhado entre os setores público e privado e a sociedade;

II - atuar junto às empresas concessionárias visando promover a disponibilização dos sistemas de telefonia e de transmissão de dados e imagens, integrando-os com centros urbanos regionais, nacionais e internacionais;

III - proporcionar os sistemas de telecomunicações e telemática em infraestrutura de suporte, visando a atração de novos investimentos e empreendimentos urbanos e rurais.

Art. 75 . São ações estratégicas da Política de comunicação:

I - promover a melhorias e expansão permanente dos meios de comunicação em todo município;

II - promover a manutenção no atendimento do sistema de correios.

## SEÇÃO VIII

### DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 76 . O serviço funerário tem caráter público e essencial, podendo ser delegado à iniciativa privada, e reger-se-á por lei específica.

Parágrafo único. O serviço público de competência do Município de FORQUILHINHA, relativo ao sepultamento de corpos humanos sem vida, é disciplinado precipuamente pela circunstância fática da ocorrência do evento, determinado pelo local do óbito.

Art. 77 . O serviço funerário atentarà à regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência e segurança na sua prestação, além da cortesia na relação com os familiares da pessoa falecida, tendo como diretrizes:

I - descentralizar e ampliar a prestação do serviço à comunidade;

II - controlar e monitorar os serviços prestados pela iniciativa privada;

III - ampliar e melhorar a prestação de serviços de cemitério municipal.

## SEÇÃO IX

### DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 78 . A política municipal de segurança pública tem como fundamento desenvolver e implantar medidas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade, para organizar e ampliar a capacidade de defesa da comunidade e dos próprios municipais, com os seguintes objetivos:

I - potencializar as ações e os resultados de segurança pública mediante a articulação com as instâncias públicas federal e estadual e com a sociedade organizada;

II - articular as instâncias responsáveis pela proteção da população, dos bens, dos serviços e dos próprios do Município.

Art. 79 . São diretrizes gerais da política municipal de segurança:

I - realização de parceria e a co-responsabilidade da sociedade com o poder público nas ações de segurança pública, defesa comunitária e proteção do cidadão;

II - promoção da educação e a prevenção na área de segurança pública;

III - intervenção em caráter preventivo e prescritivo nos ambientes e situações potencialmente geradores de transtornos sociais;

IV - manutenção do quadro efetivo adequado para a manutenção da segurança dos próprios públicos;

V - integração programaticamente aos sistemas estadual e federal

de segurança pública, suprimindo pessoal, estrutura, tecnologia e informação necessários ao bom desempenho de suas atribuições definidas em convênio.

Art. 80 . São ações da política da segurança pública:

I - ampliar o efetivo da polícia militar;

II - ampliar e efetivar as rondas noturnas nas comunidades.

## SEÇÃO X

### DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Art. 81 . A política municipal do abastecimento alimentar tem como objetivo geral a promoção da segurança alimentar à população, especialmente àqueles em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo.

Art. 82 . São diretrizes da política municipal do abastecimento:

I - consolidação da rede social de abastecimento;

II - promoção da educação alimentar que vise a forma correta e mais econômica de assegurar uma alimentação saudável;

III - Apoio a iniciativas na produção, distribuição e comercialização de alimentos;

IV - incentivo da produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados;

V - promoção de ações de combate à fome;

VI - viabilização de alimentação em situações emergenciais e de calamidade.

## TÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

#### CAPÍTULO I

##### DAS DEFINIÇÕES

Art. 83 . A organização territorial é a expressão espacial das políticas públicas urbanas e setoriais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento equilibrado do município, consistindo na organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

§ 1º A organização territorial abrange todo o território municipal, envolvendo áreas urbanas e áreas rurais.

§ 2º A lei específica de uso e ocupação do solo complementa o disposto neste título.

Art. 84 . Constituem objetivos gerais da organização territorial:

I - definir o perímetro urbano;

II - organizar o controle do uso e ocupação do solo nas áreas urbanas;

III - definir áreas especiais que, pelos seus atributos, são adequadas à implementação de determinados programas de interesse público ou necessitam de programas especiais de manejo e proteção;

IV - definir diretrizes viárias;

V - qualificar os usos que se pretendem induzir ou restringir em cada área da cidade;

VI - promover o adensamento compatível com a infraestrutura em regiões de baixa densidade e/ou com presença de áreas vazias ou subutilizadas;

VII - preservar, recuperar e sustentar as regiões de interesse histórico, paisagístico, cultural e ambiental;

VIII - urbanizar e qualificar a infraestrutura e habitabilidade nas áreas de ocupação precária;

IX - combater e evitar a poluição e a degradação ambiental;

X - integrar e compatibilizar o uso e a ocupação do solo entre a área urbana e a área rural do Município.

## CAPÍTULO II

### DO PERÍMETRO URBANO

Art. 85 . O perímetro urbano do Município e as áreas de urbanização específica serão definidos em lei específica.

## CAPÍTULO III

### DA PAISAGEM URBANA

Art. 86 . A Paisagem Urbana é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

Art. 87 . É obrigatória a recuperação de áreas degradadas ou que venham a se caracterizar como áreas degradadas sendo responsabilizados os seus autores e ou proprietários.

Art. 88 . Caberá aos cidadãos do município, e em especial aos órgãos e entidades da administração municipal, zelar pela qualidade da paisagem urbana, promovendo as medidas adequadas para a:

I - disciplina e controle da poluição visual e sonora, dos recursos hídricos, do solo e do ar que possam afetar a paisagem urbana;

II - ordenação da publicidade ao ar livre;

III - ordenação do mobiliário urbano;

IV - manutenção de condições de acessibilidade e visibilidade das áreas verdes;

V - recuperação de áreas degradadas;

VI - conservação e preservação de sítios significativos.

Art. 89 . O Poder Público Municipal, no rol de suas atribuições constitucionais, estabelecerá as ações e medidas reparadoras para a recuperação de áreas degradadas, bem como os prazos para a sua execução, exercendo, também, a fiscalização do seu cumprimento.

## CAPÍTULO IV

### DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Art. 90 . São objetivos gerais da política do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico:

I - coordenar, integrar e executar as políticas de pesquisa, sistematização e salvaguarda do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

II - elaborar, definir e executar a política pública de conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

III - mapear, identificar e registrar os suportes adequados, os bens culturais tangíveis e intangíveis do Município;

IV - fomentar parcerias que visem ao desenvolvimento de técnicas, métodos e pesquisas que impactem positivamente a conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

V - fomentar parcerias que visem à inversão de recursos na recuperação, utilização e disponibilização pública de bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico caros à memória social urbana do Município;

VI - fomentar as pesquisas e estudos que aprimorem o alcance e a efetividade dos suportes legais de registro e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente o instrumento jurídico do tombamento;

VII - incrementar as publicações relativas à memória e ao patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico do Município;

VIII - criar a legislação municipal específica de conservação e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

IX - georreferenciar as informações pertinentes à política de patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente localização de bens de valor histórico, projeção de áreas envoltórias, bens em estudos de tombamento e projeção de respectivas áreas envoltórias, áreas ou bens de interesse cultural passíveis de tombamento ou de qualquer outra forma de salvaguarda, situação de conservação dos imóveis tombados ou relacionados para o tombamento.

Art. 91 . São ações da política do patrimônio paisagístico,

histórico, cultural e arqueológico:

- I - proteger as nascentes;
- II - diminuir os focos de poluição com destinação adequada do esgoto;
- III - proteger e adequar as fontes de captação de água;
- IV - efetuar limpeza dos rios.

## CAPÍTULO V

### DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Art. 92 . O Macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e de zoneamento de uso e ocupação e de parcelamento do solo.

Art. 93 . A Política de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo tem por finalidade precípua a ocupação, uso e transformação do território do município de sorte a propiciar a satisfação das demandas econômicas, sociais e ambientais de modo sustentável e equilibrado.

Art. 94 . Os objetivos da política de uso, ocupação e parcelamento do solo são:

- I - evitar a expansão desordenada das áreas urbanas através da ocupação preferencial dos vazios urbanos;
- II - orientar os investimentos de acordo com a demanda da população local e do desenvolvimento das atividades econômicas;
- III - ordenar e controlar as formas de ocupação de acordo com o equilíbrio sócio-ambiental;
- IV - estabelecer índices urbanísticos adequados ao equilíbrio sócio-ambiental;
- V - implementar legislação específica para condomínios;
- VI - garantir a permanência das comunidades tradicionais por meio dos mecanismos de regularização fundiária.

Art. 95 . São ações estratégicas prioritárias da política de uso, ocupação e parcelamento do solo:

- I - regulamentar o uso e ocupação do solo urbano e municipal;
- II - promover a fiscalização quanto a implantação de loteamentos no município;
- III - promover a regularização da nomenclatura das vias em alguns bairros;
- IV - realizar estudos sobre a necessidade de transformação de algumas localidades em áreas urbanas, bem como desenvolver seus perímetros e parâmetros urbanísticos;
- V - realizar estudos e escolha de áreas estratégicas e destiná-las como áreas de interesse público, em especial no centro da cidade;
- VI - incentivar o uso de vazios urbanos.

Art. 96 . Consideram-se Macrozonas:

- I - Macrozona Urbana;
- II - Macrozona Rural.

Art. 97 . A Macrozona Urbana, também denominada Área de Consolidação Urbana (ACU), desdobra-se nas seguintes Áreas, Setores e Zonas:

- I - Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- II - Setor de Serviço e Comércio(SESC);
- III - Zona Central (ZC);
- IV - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- V - Zona Especial de Parque (ZEP);
- VI - Zona Industrial (ZI);
- VII - Zona Institucional (ZIN);
- VIII - Zona Residencial 1 (ZR1);
- IX - Zona Residencial 2 (ZR2);
- X - Zona Ru-Urbana (ZUR).

Art. 98 . A Macrozona Rural desdobra-se nas seguintes Áreas:

- I - Área de Conservação Ambiental (ACA);
- II - Área de Uso Agroindustrial (AUAI);
- III - Área Especial de Recuperação Ambiental (AERA);
- IV - Área Especial de Mineração (AEM);
- V - Área de Uso Agrossilvipastoril (AUA);
- VI - Área de Uso Restrito do Aeroporto (AURA).

Parágrafo único. Na Área Especial de Mineração (AEM) deverá ser

levado em conta sua interferência nas atividades urbanas e infraestrutura arquitetônica e de engenharia, que ocorrem na superfície, em especial sobre as Áreas, Setores e Zonas acima das Áreas Mineradas do Subsolo (AMS), com atenção especial para as exigências desta lei e Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal, assim como demais legislações e normativas pertinentes.

## CAPÍTULO VI

### DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 99 . As compartimentações da zona urbana, de acordo com o suporte natural, infraestrutura, densidade, uso e ocupação do solo, serão objeto da Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, observados os objetivos e diretrizes estabelecidos em lei específica.

## CAPÍTULO VII

### DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Art. 100 . O território do Município será ordenado por meio de parcelamento, a ser regulamentado em lei própria, para atender as funções econômicas e sociais da Propriedade e Cidade, compatibilizando desenvolvimento urbano, condições ambientais e saneamento.

Parágrafo único. A lei de Parcelamento do Solo deverá estar compatibilizada com o estabelecido neste Plano Diretor Municipal (PDM).

Art. 101 . Deverá ter prévia licença o parcelamento do solo:

- I - para fins urbanos ou de urbanização;
- II - para a formação de chácaras de lazer;
- III - para a formação de núcleos residenciais, mesmo que mantidos sob a forma de condomínio;
- IV - para a criação de áreas comerciais, institucionais e de lazer;
- V - para a criação de áreas industriais, de núcleo ou de distritos industriais;
- VI - para a exploração extrativista;
- VII - nas áreas onde existam florestas que sirvam para uma das seguintes finalidades:
  - a) conservar o regime das águas e proteger mananciais;
  - b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais;
  - c) assegurar condições de salubridade pública;
  - d) proteger sítios que, por sua importância e beleza, mereçam ser conservados.
- VIII - para outros fins que não dependam de autorização exclusiva da União ou do Estado.

Art. 102 . O parcelamento do solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento, desdobro de lote, remembramento e remanejamento, cujas definições estão em lei específicas.

## TÍTULO IV

### DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA E AMBIENTAL

Art. 103 . Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da Propriedade urbana, e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano e ambiental, o Município de Forquilha adotará, dentre outros, os instrumentos previstos no Art. 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor Municipal (PDM).

## CAPÍTULO I

### DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E DE PLANEJAMENTO

Art. 104 . São instrumentos orçamentários e de planejamento, sem prejuízo de outros previstos na legislação municipal, estadual ou federal:



- I - plano plurianual;
- II - lei de diretrizes orçamentárias;
- III - lei orçamentária anual.

§ 1º O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual deverão incorporar as políticas, macrodiretrizes, programas, projetos e as ações estratégicas contidas neste Plano Diretor Municipal, instrumento básico do processo de planejamento municipal.

§ 2º As políticas, macrodiretrizes, programas, projetos e ações referidas no parágrafo anterior estão contidas no volume F3 - PROPOSTAS do processo de elaboração deste Plano Diretor Municipal e Anexo 1 - Tabela de Diretrizes de Gestões, sendo ambos partes integrantes desta Lei.

§ 3º As prioridades Baixa, Média e Alta estabelecidas na coluna de Prioridades do Anexo 1 - Tabela de Diretrizes de Gestões representam respectivamente, de 01 (um) a 03 (três) anos, de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, e de 07 (sete) até 10 (dez) anos para começarem a ser realizadas pelas ações do poder público municipal.

§ 4º A coluna de Investimentos do Anexo 1 - Tabela de Diretrizes de Gestões possui valores estimados e orientativos, sendo portanto necessário sua atualização e adequações necessárias, segundo a realidade econômica do município no ato e época de sua implementação.

## SEÇÃO I DO PLANO PLURIANUAL

Art. 105 . O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento das ações do Município, tanto para garantir a manutenção dos investimentos públicos em áreas sociais quanto para estabelecer os programas, valores e metas.

Art. 106 . O Poder Executivo deverá atender as seguintes diretrizes:

- I - deverão ser compatibilizadas as atividades do planejamento municipal com as diretrizes do Plano Diretor Municipal e com a execução orçamentária, anual e Plurianual;
- II - o Plano Plurianual deverá ter abrangência de todo o território e sobre todas as matérias de competência municipal.

## SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 107 . A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as Despesas de Capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Todas as ações da Administração Municipal deverão ser disciplinadas e registradas nas leis orçamentárias do Município, inclusive as oriundas de parcerias com outros entes federados, da Administração Direta ou Indireta, para obtenção de recursos.

Art. 108 . A Lei Orçamentária Anual assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente.

## CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS

Art. 109 . Para os fins deste Plano Diretor Municipal, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos jurídicos e políticos dentro do perímetro urbano municipal, conforme aspectos estabelecidos pela Lei Federal n.º 10.257/2001, sem prejuízo de outros, devendo os mesmos ser regulamentados por lei específica:

- I - Urbanização específica;
- II - Concessão de direito real de uso;
- III - Concessão de uso especial para fins de moradia;
- IV - Da outorga onerosa do direito de construir;
- V - Da transferência do direito de construir;

- VI - Do direito de preempção;
- VII - Do direito de superfície;
- VIII - Das operações urbanas consorciadas;
- IX - Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- X - Da desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;
- XI - Do consórcio imobiliário;
- XII - Do tombamento;
- XIII - Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- XIV - Legitimação de posse;
- XV - Demarcação Urbanística.

## SEÇÃO I URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 110 . Lei específica poderá autorizar a aprovação, por ato próprio, de parcelamento destinado a urbanização específica, desde que localizados nas macrozonas pertinentes.

§ 1º Entende-se pela transformação de área urbana para área de urbanização específica, os parcelamentos já consolidados e caracterizados como tal pelo órgão municipal competente.

§ 2º É necessário o processo de georreferenciamento e mapeamento, levantamento fotográfico, formulação, saídas de campo e oficinas de trabalho, exceto para áreas de interesse social.

§ 3º Os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo de cada área de urbanização específica serão definidos em lei específica municipal.

Art. 111 . A regularização dos parcelamentos objeto de Urbanização Específica deverá ser precedida de Plano de Urbanização Específica.

§ 1º O Plano de Urbanização Específica, deverá atender as diretrizes do órgão público competente e garantir as seguintes condições urbanísticas mínimas:

- I - abastecimento de água potável;
- II - coleta, tratamento e destinação de esgoto;
- III - drenagem de águas pluviais e estabilização dos leitos carroçáveis;
- IV - rede e distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- V - abertura de vias e colocação de guias e sarjetas em conformidade com as condições estabelecidas na Lei de Mobilidade Urbana.

§ 2º O Plano de Urbanização Específica a ser submetido à análise e à aprovação do órgão público competente deverá definir os projetos executivos a serem elaborados, especificando as obras e os serviços a serem executados pelo empreendedor com seus respectivos custos e prazos de execução.

§ 3º Caberá ao empreendedor, o cumprimento de todas as exigências técnicas e jurídicas requeridas para a aprovação do Plano de Urbanização Específica e a execução das obras necessárias à regularização do empreendimento, estando sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e demais alterações, em especial dada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 112 . Aprovado o Plano de Urbanização Específica, a Prefeitura Municipal expedirá a licença para execução das obras e serviços.

Art. 113 . Após o cumprimento das exigências estabelecidas, a Prefeitura Municipal expedirá o Decreto de Regularização, que possibilitará o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. A regularização dos parcelamentos irregulares não implica no reconhecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de quaisquer obrigações assumidas pelo parcelador junto aos adquirentes dos lotes.

## SEÇÃO II CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 114 . Lei específica poderá autorizar a concessão do direito real de uso para processos de regularização fundiária de ocupações

indevidas em imóveis públicos.

§ 1º A concessão do direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente nos casos de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos pelo Poder Público.

§ 2º A lei deverá prever os requisitos para aplicação da concessão do direito real de uso bem como o prazo para outorga do título definitivo.

### SEÇÃO III

#### CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 115 . Lei específica poderá autorizar a outorga àquele que residia em área urbana, de propriedade pública, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, título de concessão de uso especial para fins de moradia, em relação à referida área ou edificação, desde que não seja proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A lei deverá prever os requisitos para a concessão de uso especial para fins de moradia, facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de concessão de uso especial para fins de moradia, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, na hipótese de ocupação do imóvel:

I - localizado em área de risco, cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras e outras intervenções;

II - bem de uso comum do povo;

III - localizado em área destinada a projeto de urbanização;

IV - de comprovado interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;

V - reservado à construção de represas e obras congêneres.

§ 2º Extinta a concessão de uso especial para fins de moradia, o Poder Público recuperará o domínio pleno do imóvel.

### SEÇÃO IV

#### DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 116 . Lei específica poderá autorizar a outorga onerosa do direito de construir, também denominada solo criado, a ser emitida pelo Município, a fim de possibilitar a edificação acima dos índices urbanísticos básicos estabelecidos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos ou alteração de uso, e porte, mediante contrapartida financeira do setor privado, em áreas dotadas de infraestrutura.

Art. 117 . A outorga onerosa do direito de construir será regulamentada em lei, que determinará as zonas onde poderá ser exercida, as fórmulas de cálculo, a contrapartida, as condições relativas a sua aplicação, os limites máximos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos, alteração de uso e porte, de acordo com a compartimentação das macrozonas, e a infraestrutura implantada, sendo que os seus recursos serão aplicados para as seguintes finalidades:

I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária;

II - promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e ambiental;

III - ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

IV - criação de espaços de uso público de lazer e áreas verdes;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

### SEÇÃO V

#### DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 118 . Lei específica poderá autorizar a transferência do direito de construir, também denominada transferência de potencial construtivo, a ser expedida pelo Município ao proprietário do imóvel urbano, ou alienar mediante escritura pública, o potencial construtivo de determinado lote, para as seguintes finalidades:

I - promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico cultural, natural e ambiental;

II - programas de regularização fundiária, urbanização de áreas

ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

III - implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e espaços de uso público;

IV - melhoramentos do sistema viário básico;

V - proteção e preservação de mananciais.

§ 1º A transferência do direito de construir também poderá ser dada ao proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo, por limitações relativas à preservação do patrimônio ambiental ou cultural.

§ 2º O mesmo benefício poderá ser concedido ao proprietário que doar ao Município o seu imóvel, ou parte dele, para os para os fins previstos nos incisos I a V do "caput" deste artigo.

Art. 119 . A transferência do direito de construir será regulamentada em lei específica, que determinará, dentre outras, as condições de aplicação do instrumento, os casos passíveis de renovação de potencial e as condições de averbação em registro de imóveis.

### SEÇÃO VI

#### DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 120 . O Município, por meio do direito de preempção, terá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e o Poder Público dele necessite para:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 121 . As áreas em que incidirão o direito de preempção serão delimitadas em legislação específica, que, dentre outros, também fixará seus prazos de vigências e as finalidades para as quais os imóveis se destinarão.

### SEÇÃO VII

#### DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 122 . Lei específica poderá autorizar o Município a receber ou conceder diretamente ou por meio de suas empresas ou autarquias, o direito de superfície de terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície poderá abranger o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

### SEÇÃO VIII

#### DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 123 . O Município poderá constituir operações urbanas consorciadas, compostas de conjuntos de intervenções e medidas coordenadas, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social.

Parágrafo único. Cada operação urbana consorciada será criada

por lei específica, que poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras e serviços necessários à própria operação, se o caso, e deverá prever medidas a serem adotadas, além de, no mínimo:

I - definição da área de abrangência e do perímetro da área da intervenção;

II - finalidade da operação proposta;

III - programas básicos de ocupação da área e de intervenções previstas;

IV - estudo prévio de impacto de vizinhança;

V - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;

VII - forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

Art. 124 . A operação urbana consorciada pode ser proposta pelo Poder Público, ou por qualquer cidadão ou entidade que nela tenha interesse.

§ 1º No caso de operação urbana consorciada de iniciativa da municipalidade, o Poder Público, poderá, mediante chamamento em edital, definir a proposta que melhor atenda ao interesse público.

§ 2º No caso de operação urbana consorciada proposta pela comunidade, o interesse público da operação será avaliado a atestado pelo Poder Público, ouvido o órgão colegiado municipal de política urbana.

Art. 125 . Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal como contrapartida em operações urbanas consorciadas, serão aplicados exclusivamente em programa de intervenções, a ser definido na lei de criação da respectiva operação.

#### SEÇÃO IX

##### DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 126 . Nos termos fixados em lei específica, o Município poderá exigir do proprietário o adequado aproveitamento, por meio de parcelamento, edificação ou utilização, de imóvel que não estiver cumprindo com sua função social, assim considerado aquele que:

I - estiver integralmente vazio ou estiver ocupado com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% do coeficiente básico definido para a respectiva zona;

II - estiver, mesmo edificado, abandonado há mais dois anos, sem que tenha havido nesse período tentativa de venda, locação, cessão ou outra forma de dar uso social à propriedade.

Parágrafo único. Excetuam-se da compulsoriedade de aproveitamento:

I - imóveis integrantes das Áreas de Proteção Ambiental;

II - áreas de Parques de Conservação, de Lazer e Lineares, de Bosques de Lazer e de Conservação, de Reservas Biológicas e as Unidades de Conservação Específicas;

III - imóveis com Bosques Nativos Relevantes, onde o índice de cobertura florestal seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel;

IV - imóveis com Áreas de Preservação Permanente, conforme o estabelecido no Código Florestal Brasileiro, onde o índice de comprometimento dessas áreas seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel.

Art. 127 . O Município, nos termos definidos em lei, promoverá a notificação dos proprietários, intimando-os a dar o aproveitamento adequado para os respectivos imóveis, determinando as condições e prazos para implementação da referida obrigação.

Art. 128 . Em caso de descumprimento das condições e prazos delimitados na notificação, o Município procederá à aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, conforme estipulação em

lei própria.

#### SEÇÃO X

##### DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO MEDIANTE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 129 . O município poderá, nos termos de lei específica, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, se, decorridos cinco anos de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, o proprietário não tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização.

#### SEÇÃO XI

##### DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 130 . Lei específica poderá instituir o consórcio imobiliário, como forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação, por meio do qual o proprietário transfere ao Município seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 131 . O proprietário de imóvel sujeito à compulsoriedade poderá, nos termos da lei, propor ao Poder Público a instituição de consórcio imobiliário.

Art. 132 . O consórcio imobiliário poderá, obedecidos os requisitos e formas da lei, ser instituído em áreas dentro do perímetro urbano destinadas a:

I - proporcionar lotes para realocação de população residente em áreas de risco;

II - proporcionar lotes para habitação social;

III - proporcionar área para implantação de equipamentos comunitários ou área de lazer;

IV - assegurar a preservação de áreas verdes significativas.

#### SEÇÃO XII

##### DO TOMBAMENTO

Art. 133 . Lei específica disporá sobre o tombamento de bens públicos ou privados de caráter histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, turístico, cultural ou científico, de reconhecido valor para a preservação da identidade e da paisagem local.

#### SEÇÃO XIII

##### INSTITUIÇÃO DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 134 . Lei específica disporá sobre a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) no município.

Parágrafo único. ZEIS ou AEIS são instrumentos urbanísticos que definem regras para o uso e a ocupação do solo no município com as seguintes características básicas:

I - estabelecem áreas destinadas para construção de moradia popular e Habitações de Interesse Social (HIS);

II - constitui uma categoria de zoneamento;

III - permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio e diferenciado para determinadas áreas da cidade.

#### SEÇÃO XIV

##### LEGITIMAÇÃO DE POSSE

Art. 135 . Legitimação de posse consiste em instrumento da Regularização Fundiária, prevista na Lei Federal 11.977/2009, com o objetivo de dar a proteção às posses de pessoas de baixa renda que moram em ocupações urbanas informais.

Art. 136 . Requer as seguintes exigências:

I - Ocupação deve atender às exigências de usucapião especial urbano ou concessão de uso especial para fins de moradia; ou

II - a área deve ser uma ZEIS, AEIS ou área pública declarada de

interesse para regularização fundiária;  
III - Finalidade da ocupação deve ser a moradia da própria pessoa ou de sua família;  
IV - O morador não pode ser possuidor, proprietário ou foreiro de outro imóvel urbano ou rural;  
V - O possuidor não pode ter sido beneficiado anteriormente por outra legitimação de posse.

#### SEÇÃO XV DEMARCAÇÃO URBANÍSTICA

Art. 137 . Demarcação Urbanística consiste em instrumento da Regularização Fundiária, prevista na Lei Federal 11.977/2009 com o objetivo de identificar a área objeto de intervenção (a poligonal do assentamento), dando suporte ao processo da Legitimação de Posse.

#### CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS SEÇÃO I DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Art. 138 . O Estudo Prévio de Impacto Ambiental será exigido no contexto do licenciamento ambiental, à construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de empreendimentos, atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, de acordo com os termos da legislação federal, estadual e municipal.

#### SEÇÃO II DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 139 . Fica instituído o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), como instrumentos de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas ou privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, sistema viário, entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município.

Art. 140 . Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, que dependerão de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, serão definidos em legislação específica, que também estabelecerá os critérios para sua exigência.

Art. 141 . O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo para análise, no mínimo, os seguintes itens:

- I - descrição detalhada do empreendimento;
- II - delimitação das áreas de influência direta e indireta do empreendimento ou atividade, considerando entre outros aspectos:
  - a) o adensamento populacional;
  - b) equipamentos urbanos e comunitários;
  - c) uso e ocupação do solo;
  - d) valorização imobiliária;
  - e) geração de tráfego e demanda por transporte público;
  - f) ventilação e iluminação;
  - g) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
  - h) descrição detalhada das condições ambientais.
- III - identificação dos impactos a serem causados pelo empreendimento ou atividade, nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação, se for o caso;
- IV - medidas de controle ambiental, mitigadoras ou compensatórias adotadas nas diversas fases, para os impactos citados no inciso anterior, indicando as responsabilidades pela implantação das mesmas.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Relatório de

Impacto de Vizinhança (RIV), que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.

Art. 142 . A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

#### SEÇÃO III DA INSTITUIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 143 . As Unidades de Conservação (UCs) serão instituídas e terão suas características, objetivos e peculiaridades definidas através de lei.

§1º Entende-se por Unidades de Conservação as áreas no Município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, às quais se aplicam garantias de conservação, proteção ou utilização pública.

§2º Fica estabelecido como diretriz específica a instituição de uma Unidade de Conservação em Forquilha visando a proteção, conservação, reconhecimento e valorização do encontro dos rios São Bento e Mãe Luzia, sendo o encontro destes a origem da denominação do município.

Art. 144 . Lei criará o Sistema de Unidades de Conservação, assim compreendido como o conjunto de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público e classificadas de acordo com a lei.

#### TÍTULO V DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO

Art. 145 . O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é o conjunto de órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil voltados para propiciar o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana.

#### CAPÍTULO I DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 146 . O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é composto pela seguinte estrutura:

- I - Estrutura administrativa da Prefeitura;
- II - Poder legislativo e executivo;
- III - Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM);e
- IV - Demais conselhos existentes.

Art. 147 . São objetivos do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I - instituir canais de participação da sociedade na gestão municipal das políticas urbanas;
- II - integrar os órgãos e entidades municipais afins ao desenvolvimento territorial;
- III - buscar a transparência e democratização dos processos de tomadas de decisão sobre assuntos de interesse público;
- IV - instituir mecanismos permanentes e sistemáticos de discussões públicas para o detalhamento, implementação, revisão e atualização dos rumos da política urbana municipal e do Plano Diretor Municipal (PDM);
- V - instituir processos de formulação, implementação e acompanhamento dos planos, programas e projetos urbanos.

Art. 148 . São diretrizes do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I - ampliação da rede institucional envolvida com o planejamento e a gestão da política urbana para promover maior articulação e integração entre as áreas;
- II - clareza na definição das competências de cada órgão envolvido com a política urbana, bem como as regras de integração da rede institucional, de modo a agilizar o processo decisório;
- III - fortalecimento dos canais de comunicação intersetorial, intergovernamental e com os municípios vizinhos;



IV - parcerias com entidades e associações, públicas e privadas, em programas e projetos de interesse da política urbana;  
V - interação com lideranças comunitárias;  
VI - otimização dos recursos técnicos, humanos e materiais disponíveis;  
VII - ampliação do quadro de servidores municipais voltados para atuação no planejamento e gestão do desenvolvimento territorial mediante concurso público para o preenchimento de cargos de natureza técnica ou administrativa;  
VIII - aprimoramento constante dos servidores responsáveis pelo planejamento e gestão do desenvolvimento territorial, com ênfase na atualização do conhecimento dos conteúdos relativos à gestão urbana e à perspectiva de abordagem integrada do ambiente urbano;  
IX - sistematização da informação de modo a favorecer o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano e ambiental.

## CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

Art. 149 . Para garantir a gestão democrática, o Poder Executivo manterá atualizado, permanentemente, o Sistema Municipal de Informações sócio-econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, ambientais e físico-territoriais, inclusive cartográficas, e outras de relevante interesse para o município, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - assegurar sucinta e periódica divulgação dos dados do Sistema Municipal de Informações, em especial aos Conselhos, às entidades representativas de participação popular e às instâncias de participação e representação regional, por meio de publicação em jornais locais, na página eletrônica da Prefeitura Municipal e outros;

II - atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos do Sistema Municipal de Informações;

III - estruturar e apresentar o Sistema Municipal de Informações publicamente no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da aprovação deste Plano Diretor Municipal;

IV - os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no Município, deverão fornecer ao Executivo Municipal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da estruturação do sistema, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Municipal de Informações;

V - é assegurado, a qualquer interessado, o direito à ampla informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 150 . O Sistema de Informações será organizado em quatro subsistemas:

I - subsistema de banco de dados;

II - subsistema de indicadores;

III - subsistema documental;

IV - subsistema de expectativas da sociedade.

Art. 151 . O Subsistema de banco de dados deverá seguir, no mínimo, as seguintes ações:

I - levantamento, classificação e reagrupamento de bases de dados, existentes e demais classes de informações para migração e armazenamento em banco de dados;

II - elaboração de base cartográfica digital, em escala 1:5.000;

III - integração com o Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores (PGV) e Setores Censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

IV - utilização de um gerenciador de banco de dados;

V - priorização da aquisição de uma coleção de imagens orbitais com resolução mínima de 70,00 cm (setenta centímetros) ou escala 1:20.000;

VI - objetivar o cadastro único, multiutilitário, que reunirá informações de natureza imobiliária, tributária, judicial, patrimonial, ambiental e outras de interesse para a gestão municipal.

Art. 152 . O Subsistema de indicadores deverá prever uma sistematização e acompanhamento frequente da evolução dos resultados.

§1º Deverão ser utilizados inicialmente os indicadores previstos no Plano Diretor Municipal, bem como os valores de base e meta, os quais foram definidos de forma participativa.

§2º Cada departamento deverá repassar ao mínimo bimestralmente as informações afins a respeito dos indicadores, alimentando o subsistema com informações atualizadas.

§3º O subsistema de indicadores deverá possuir ferramentas que possibilitem gerar alternativas estatísticas e visuais que servirão de apoio ao planejamento municipal e possibilitar melhor conhecimento da realidade municipal.

Art. 153 . O Subsistema documental deverá registrar todos os documentos legais e outros produtos elaborados em um sistema único, incluindo leis, decretos, portarias, planos, programas, projetos e outros.

Art. 154 . O Subsistema de expectativas da sociedade deverá configurar um canal direto de comunicação com toda a população municipal e proceder a um adequado compilamento do processo de gestão democrática, em que:

I - sugestões, críticas e observações sejam processadas e encaminhadas para a estrutura municipal correspondente;

II - os procedimentos e materiais relativos à gestão democrática municipal, seja em material de divulgação, relatórios e atas de audiências públicas, áudio-visual e demais materiais correlatos, sejam armazenados, compilados e atualizados.

## CAPÍTULO III DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 155 . O processo de planejamento municipal dar-se-á de forma integrada, contínua e permanente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta lei.

§1º O processo municipal de planejamento deve promover:

I - Revisão e adequação do Plano Diretor Municipal e da legislação urbanística, sempre que necessário;

II - Atualização e disseminação das informações de interesse do Município;

III - Coordenação das Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

IV - ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e promoção do bem estar dos habitantes do Município;

V - participação democrática popular.

§2º Propostas de alteração deste Plano Diretor deverão ser apreciadas em Conferência Pública e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

## CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

Art. 156 . É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana, dentre outras, mediante as seguintes instâncias de participação:

I - Conferências públicas;

II - Conselho de Desenvolvimento Municipal;

III - Fundo de Desenvolvimento Municipal;

IV - Audiências e consultas públicas;

V - Assembléias Regionais de Política Municipal;

VI - Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal;

VII - Conselhos correlatos reconhecidos pelo Poder Executivo Municipal;

VIII - Assembléias e reuniões de elaboração do Orçamento

Municipal;  
IX - Programas e projetos com gestão popular;  
X - Sistema Municipal de Informações;  
XI - Conselhos municipais.

## CAPÍTULO V DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 157 . As Conferências Públicas, abertas à participação de qualquer cidadão, ocorrerão ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal ou pelo chefe do Poder Executivo ou quando ocorrer a Conferência Regional, Estadual e Nacional nos casos de necessidade de alteração da Lei do Plano Diretor.

Art. 158 . São objetivos das Conferências Públicas:

- I - promover debates sobre matérias da política de desenvolvimento urbano e ambiental;
- II - sugerir ao Poder Executivo Municipal adequações em objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanos;
- III - sugerir propostas de alterações do Plano Diretor e da legislação urbanística, a serem consideradas quando de sua revisão;
- IV - avaliar a política urbana, apresentando críticas e sugestões.

### SEÇÃO I DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 159 . Fica instituído o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (CDMF), órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva, que deverá ser regulamentado em um prazo Máximo de 60 (sessenta) dias e seu Regimento Interno aprovado em 90 (noventa) dias, contados a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. O regimento interno deverá regulamentar o processo de criação, funcionamento e extinção das câmaras técnicas e grupos de trabalho.

Art. 160 . Os conselhos municipais existentes dos setores da habitação, comércio e indústria; meio ambiente; transporte urbano e trânsito serão absorvidos pelo CDMF, passando a integrar câmaras técnicas específicas do CDMF, com as seguintes denominações:

- I - Câmara Técnica da Habitação de Forquilha;
- II - Câmara Técnica do Comércio e Indústria de Forquilha;
- III - Câmara Técnica de Transporte Urbano e Trânsito;
- IV - Câmara Técnica do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Outras Câmaras Técnicas poderão ser criadas a qualquer momento tendo em vista o desenvolvimento urbano e municipal.

Art. 161 . O Poder Executivo Municipal em conjunto com a Comissão de Acompanhamento e Núcleo Gestor do Plano Diretor, convocará e coordenará uma Conferência da Cidade de caráter extraordinário com a finalidade de eleger os (as) Conselheiros (as) para a instituição da primeira gestão do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha que deverá acompanhar a implementação do Plano Diretor.

§1º No processo de convocação da Conferência da Cidade serão realizadas reuniões preparatórias, conforme orientações do Conselho Nacional das Cidades.

§2º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de caráter provisório terminará o mandato quando da realização da próxima Conferência da Cidade, em consonância com o Calendário Nacional de Conferências estipulado pelo Conselho Nacional das Cidades.

Art. 162 . O Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser considerado de instância máxima deliberativa do processo de planejamento e gestão municipal e do Plano Diretor Municipal, tendo como diretrizes:

- I - Constituir um espaço público para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar as ações e medidas referentes à política de desenvolvimento municipal;
- II - Mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, avaliação e formulação das diretrizes e instrumentos de

gestão das políticas públicas no município;

- III - Acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, planos, estratégias, programas e projetos expressos no plano diretor municipal;
- IV - Discutir e buscar articulação com outros conselhos setoriais;
- V - Acompanhar, avaliar e garantir a continuidade das políticas, programas e projetos de desenvolvimento municipal;
- VI - Acompanhar, avaliar e garantir a regularização fundiária e inclusão social no município;
- VII - Definir uma agenda para o município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 163 . Compete ao Conselho de Desenvolvimento Municipal:

- I - Acompanhar, monitorar e incentivar a implementação do Plano Diretor Municipal, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;
  - II - Coordenar as políticas setoriais de desenvolvimento socioeconômico implementadas no Município;
  - III - Deliberar sobre projetos de Lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;
  - IV - Emitir parecer sobre as propostas de alteração da Lei do Plano Diretor Municipal, oriundas da Câmara de Vereadores antes da sanção ou veto por parte do Poder Executivo, de modo a subsidiar a decisão do Prefeito Municipal, desde que respeitadas as condições determinadas no artigo 166 e parágrafo desta Lei;
  - V - Gerir os recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Municipal;
  - VI - Aprovar as minutas de Projetos de Leis vinculadas ao Plano Diretor Municipal do Poder Executivo a ser enviada para o Legislativo;
  - VII - Acompanhar a implementação dos demais instrumentos para o desenvolvimento territorial previstos nesta Lei;
  - VIII - Deliberar nos limites de sua competência alteração nos parâmetros e procedimentos nos termos da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
  - IX - Zelar pela integração das políticas setoriais elaboradas pelas Secretarias Municipais e Conselhos Setoriais de participação popular;
  - X - Deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;
  - XI - Convocar, organizar e coordenar as conferências e reuniões preparatórias;
  - XII - Convocar audiências públicas;
  - XIII - Elaborar e aprovar o regimento interno.
- §1º Para a deliberação sobre projetos de lei determinada no inciso III, o Executivo Municipal deverá encaminhá-lo com justificativa da necessidade de sua aprovação ao Conselho de Desenvolvimento Municipal que, em no máximo 3 (três) sessões deverá deliberar sobre sua viabilidade, podendo sugerir alteração de seu conteúdo.
- §2º Os projetos de lei de interesse da política urbana deverão seguir os princípios instituídos por esta Lei, pela Lei Federal 10.257/2001 e pela Constituição Federal da República, assim como suas demais alterações.
- §3º Durante a discussão de projetos de lei, poderão ser convocadas Audiências Públicas, seguindo os requisitos do art. 175 e 176 desta Lei.
- Art. 164 . O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (CDMF) será composto de forma paritária, contando com 28 (vinte e oito) membros com direito a voto e pelo mesmo número de suplentes, respeitando a seguinte representação:
- I - 08 (oito) representantes indicados pelo Poder Executivo sendo destes um representante do órgão responsável pelo setor de planejamento e outro pelo órgão responsável pelo setor de obras do município;
  - II - 02 (dois) representantes do Poder Legislativo;
  - III - 7 (sete) representantes das regiões comunitárias no desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, sendo que o CDMF pode incluir novas comunidades e bairros nas regiões já pré-estabelecidas;

IV - 2 (dois) representantes da União das Associações de Moradores de Forquilha (UAMFO);  
V - 5 (cinco) representantes do setor do Comércio e Serviço e Indústria, sendo 2 (dois) representantes de entidades classe;  
VI - 2 (dois) representantes de Sindicatos;  
VII - 1 (um) representante indicado por entidade vinculada a educação, pesquisa e cultura;  
VIII - 1 (um) representante de Entidade Não Governamental.

§1º O mandato dos (as) Conselheiros (as) será de no máximo 2 (dois) anos, sendo possível a reeleição, não coincidindo com o início ou término e gestões municipais.

§2º Os representantes da sociedade civil, referidos no Caput deste artigo serão indicados previamente em reuniões preparatórias e eleitos e empossados na Conferência da Cidade, que será realizada a cada 2 (dois) anos, sendo que estes representantes devem residir no município e já exerça a atividade naquela respectiva categoria.

§3º Os representantes do Poder Público serão indicados pelo respectivo órgão e poderão ser reconduzidos por, no máximo, 1 (um) mandato, havendo, necessariamente, renovação de pelo menos 1/3 (um terço) dos(as) conselheiros(as) indicados(as) a cada mandato.

§4º Os representantes dos Órgãos Colegiados Municipais serão indicados entre os(as) conselheiros(as) da sociedade civil dos respectivos Conselhos ou Órgãos, e poderão ser reconduzidos por, no máximo, 1 (um) mandato.

§5º O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal será eleito entre os (as) conselheiros(as) na primeira reunião de cada mandato;

§6º Os (as) conselheiros(as) não serão remunerados no exercício de suas funções.

Art. 165 . Serão convocados a participar do Conselho de Desenvolvimento Municipal, na qualidade de observadores e/ou convidados, sem direito a voto:

I - Demais representantes dos órgãos colegiados do Município;  
II - Representantes de órgãos estaduais e/ou federais relacionados ao planejamento territorial e ambiental;  
III - Representantes de municípios limítrofes;

IV - Representantes das demais organizações da sociedade civil.

Art. 166 . O quorum mínimo de instalação das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento é de cinquenta por cento mais um dos(as) conselheiros(as) com direito a voto.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Municipal serão válidas quando aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros com direito a voto presentes na reunião.

Art. 167 . O Conselho de Desenvolvimento Municipal poderá instituir Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho específicos a critério de suas deliberações internas.

Parágrafo único. O regimento interno deverá regulamentar o processo de criação, funcionamento e extinção das câmaras técnicas e grupos de trabalho.

Art. 168 . O Conselho de Desenvolvimento Municipal deve integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, conservando sua autonomia não se subordinando às determinações e definições no exercício de suas funções.

Art. 169 . O Poder Executivo Municipal garantirá o suporte técnico, operacional e financeiro necessário ao pleno funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal e Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

§ 1º A integração do Conselho à Estrutura Administrativa Municipal visa à disponibilização do suporte administrativo, operacional e financeiro necessário para sua implementação e pleno funcionamento.

§ 2º O suporte técnico, operacional e financeiro deverá ser garantido a fim de permitir que os conselhos cumpram seus objetivos, tendo infraestrutura, pessoal e espaço físico adequados.

## SEÇÃO II

## DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 170 . Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF), com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os princípios, políticas, objetivos gerais, programas, ações e projetos urbanísticos e ambientais integrantes ou decorrentes desta Lei, na Lei Federal 10.257/2001 e no que couber à Lei Federal nº 11.124/2005, em obediência às prioridades nelas estabelecidas.

Art. 171 . O Fundo de Desenvolvimento Municipal será formado pelos seguintes recursos:

I - Recursos próprios do Município, sendo destinado no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos da capacidade de investimento do Orçamento Municipal;

II - Contribuições, doações e transferências de pessoas jurídicas de direito público, privado ou de pessoas físicas;

III - Produtos de operações de crédito celebradas com organizações nacionais e internacionais;

IV - Rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

V - Receitas decorrentes da cobrança de multas por infração às legislações urbanísticas e ambiental;

VI - Receita proveniente da outorga onerosa de potencial construtivo e dos demais instrumentos de planejamento previstos no Plano Diretor;

VII - Recursos auferidos para a realização de Medidas Compensatórias nas áreas ambiental e urbanística;

VIII - Outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

§ 1º Os recursos financeiros previstos neste artigo serão depositados em instituição financeira oficial, em conta específica - Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF).

§ 2º Os recursos financeiros previstos neste artigo poderão ser aplicados diretamente pelo FDMF ou através de formalização de parcerias ou contratos administrativos do Município com entidades públicas ou privadas.

Art. 172 . O Fundo de Desenvolvimento Municipal será administrado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha, cujos recursos serão destinados à aplicação prioritariamente em:

I - Planejamento e execução de programas e projetos habitacionais de interesse social localizados no perímetro do município;

II - Regularização fundiária;

III - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

IV - Preservação, proteção e recuperação de área de interesse histórico, ambiental, urbanístico, paisagístico e paleontológico;

V - Planejamento e execução de sistema de drenagem urbana;

VI - Planejamento e execução de obras viárias e de transporte;

VII - Desenvolvimento tecnológico, institucional e de políticas públicas na área urbanística e ambiental;

VIII - Conservação da biodiversidade e da qualidade ambiental.

Art. 173 . O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha fará prestação de contas das aplicações do Fundo através de:

I - Elaboração e apresentação do Plano de Aplicação Anual dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF);

II - Elaboração e apresentação de relatórios e respectivos balanços anuais dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF);

III - Acompanhamento da execução física dos planos, programas e projetos para a aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF);

IV - Viabilização de celebração de parcerias e contratos administrativos que objetivem a atender às finalidades do Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF);

V - Manutenção dos controles orçamentários e financeiros relativos à execução das receitas e despesas do Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF).

Art. 174 . O Poder Executivo aprovará por Decreto o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (FDMF) no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação

desta lei.

### SEÇÃO III DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 175 . A Audiência Pública é a instância de discussão onde a Administração Pública informa e esclarece dúvidas sobre planos e projetos de interesse dos cidadãos direta e indiretamente atingidos pelos mesmos e estes são convidados a exercer o seu direito de manifestação acerca do tema ou ação correspondente.

§ 1º Todos os documentos relativos ao tema da Audiência Pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de quinze dias da data de realização da respectiva Audiência.

§ 2º Este instrumento será utilizado necessariamente para definir alterações na legislação urbanística.

§ 3º As audiências públicas serão promovidas pelo Poder Público Executivo ou Legislativo, conforme o caso, para garantir a gestão democrática da cidade, nos termos do Art. 43 da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 176 . A consulta pública é a instância consultiva que ocorrerá na forma de Assembléias, nas quais a Administração Pública tomará decisões baseadas no conjunto de opiniões expressas pela população interessada.

### TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 177 . O Presente Plano Diretor Municipal deverá ser revisto, pelo menos, a cada 10 (dez) anos ou sempre que fatos significativos o requeiram.

Art. 178 . Fica assegurada a validade das licenças, aprovações de projetos e dos demais atos praticados antes da vigência desta lei, de acordo com a legislação aplicável a época, devendo, para tanto, suas execuções serem iniciadas em até 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Extinguindo-se os efeitos do ato, por qualquer motivo, o respectivo processo administrativo passará a ser apreciado à luz desta lei.

Art. 179 . O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática, o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 180 . Enquanto não forem aprovadas as legislações complementares, compatíveis com as políticas e diretrizes deste Plano Diretor, continuará em vigência toda a legislação que trata de desenvolvimento urbano.

Art. 181 . A lei poderá autorizar o Município a atuar no Licenciamento Ambiental, dentro dos padrões e conforme estabelecido na legislação e regulamentação pertinente, devendo estipular, inclusive, sobre a utilização de Termo de Ajustamento de Conduta.

Art. 182 . Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo



## ANEXO I

### TABELAS DE DIRETRIZES DE GESTÕES

Quadro 1: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DAS CONDIÇÕES REGIONAIS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL	ARTICULAÇÃO TERRITORIAL E DO MEIO AMBIENTE	MACRODRENAGEM REGIONAL	desenvolver projetos de dragagem e recomposição da mata ciliar nas principais bacias hídricas existentes na região de Criciúma e Araranguá				20.000.000	Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, Prefeituras Municipais, SDR Criciúma e Araranguá, Associações dos agricultores, EPAGRI, sociedade civil
			MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	articular a mobilidade regional, facilitando o acesso tanto para os atrativos turísticos, quanto para o escoamento da produção e mobilidade da população				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, DEINFRA, SDR Criciúma
				municipalizar as rodovias estaduais e federais mas respeitar critérios para futuras duplicações e/ou obras como vias urbanas, ciclovias, entre outras;				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, DEINFRA, SDR Criciúma
				promover a orientação viária, com a padronização das placas de sinalização				120.000	Prefeituras Municipais, DEINFRA, Ministério do Turismo, SDR Criciúma
			OTIMIZAÇÃO DAS ECONOMIAS	promover o crescimento na área de influência de Forquilha com relação aos municípios vizinhos				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, iniciativa privada
			VALORIZAÇÃO DO TURISMO E CULTURA	planejar, implantar e executar melhorias para o polo turístico regional, integrando as diversas áreas (recreativo, de negócios, rural, religioso e ecológico)				já previsto em outras políticas de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico	Prefeituras Municipais, iniciativa privada, SDR Criciúma, iniciativa privada, entre outros
			CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E REGIONAL	elaborar planos especiais, intermunicipais de ordenamento do território com os municípios vizinhos				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, SDR Criciúma
				definir orientações estratégicas para o espaço rural, integrando a proteção da natureza e da paisagem e a revitalização econômica e social				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, FATMA, cooperativas, SDR Criciúma

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
EQUIPAMENTOS DO ESPAÇO	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL	ARTICULAÇÃO TERRITORIAL E DO MEIO AMBIENTE	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	promover melhorias na infraestrutura básica				1.500.000	Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, iniciativa privada
				articular a mobilidade regional, integrando as diversas modalidades de circulação (rodoviário, ferroviário, aéreo) e novas formas de uso e ocupação do solo				isenções e parcerias	Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, iniciativa privada
				articular a mobilidade regional, integrando as diversas modalidades de circulação (rodoviário, ferroviário, aéreo) e novas formas de uso e ocupação do solo				isenções e parcerias	Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, iniciativa privada
				implantar projetos de melhorias no saneamento básico (água, resíduos e especialmente esgoto) e serviços públicos (saúde, educação, assistência social)				1.200.000	Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, iniciativa privada, CASAN, entre outros
POPULAÇÃO E ECONOMIA		DINÂMICA DA ECONOMIA REGIONAL	OTIMIZAÇÃO DAS ECONOMIAS	enquadrar políticas públicas para integrar a economia de extração mineral para fonte geradora sustentável				isenções e parcerias	Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, FATMA, iniciativa privada
				planejar, implantar e executar melhorias para o polo turístico regional, integrando as diversas culturas				isenções e parcerias	Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
POPULAÇÃO E ECONOMIA	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL	DINÂMICA DA ECONOMIA REGIONAL	OTIMIZAÇÃO DAS ECONOMIAS	enquadrar a atividade agrícola como fator de desenvolvimento, associado à necessária revitalização da dinâmica de crescimento regional de forma a fixar a população rural				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, Associações dos agricultores, EPAGRI, AMESC
				enquadrar políticas públicas para integrar a economia de confecção, entre outras ao mercado formal				isenções e parcerias	Governo Federal e Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, iniciativa privada
				enquadrar políticas públicas para integrar a economia secundária e terciária				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, SEBRAE, SENAI, iniciativa privada
POPULAÇÃO E ECONOMIA		DESENVOLVIMENTO SOCIAL	ARTICULAÇÃO SOCIAL	promover capacitação técnica da população migratória e a fixação da população rural				200.000	Governo Federal e Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais, SEBRAE, SENAI, iniciativa privada
				promover políticas públicas de melhoria na qualidade de vida da população regional				isenções e parcerias	Prefeituras Municipais, iniciativa privada, Governo Federal e Estadual, SDR Criciúma

(conclusão)

Quadro 2: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

		POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
MACRODIRETRIZES		PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014		
ASPECTOS HISTÓRICOS	ORDENAMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL	ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO	VALORIZAÇÃO HISTÓRICA-ESPACIAL	promover incentivos para a preservação da arquitetura e cultura histórica do município					Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, iniciativa privada, Ministério do Turismo, IPHAN	
				implantar Levantamento Cadastral no sistema de informações municipais				30.000	Prefeitura Municipal	
ORDENAMENTO DAS ÁREAS URBANAS E RURAL			promover maior fiscalização nas áreas de APPs (ocupação)				10.000 / ano	Prefeitura Municipal, FATMA		
			promover a revisão da Lei sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal					Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores		
			promover a revisão da Lei sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal					Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores		
			promover a fiscalização quanto à implantação de loteamentos no município				10.000 / ano	Prefeitura Municipal		
			regulamentar o uso e ocupação do solo urbano e municipal					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal		
			promover as devidas correções nas bases cartográficas existentes e a regularização do limite municipal, uma vez que o limite físico está correto entre os municípios				ação não valorada por se tratar de ações administrativas e políticas	Governo Federal, Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeitura Municipal		
			promover a regularização da numeração predial nas áreas urbanas junto ao cadastro e <i>in-loco</i>				30.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal		

(continua)



(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ORDENAMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL	ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO	ORDENAMENTO DAS ÁREAS URBANAS E RURAL	promover a regularização da nomenclatura das vias em alguns bairros				100.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				regulamentar a legislação de Zonamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal
				ação já contemplada em outro programa da Gestão Físico Natural					
				criar parque linear ao longo do rio Mãe Luzia, para enfrentar cheias e criar áreas para prática de esportes e lazer;				500.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				ação já contemplada em outro programa da Gestão Físico Natural					
				promover aumento da cobertura vegetal no município				200.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, FATMA, associação produtores rurais, iniciativa privada
				promover a otimização da produção de mudas do Parque Ecológico existente				250.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, FATMA, iniciativa privada, Sociedade Civil Organizada
				já contemplada em outro programa da Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos					
				já contemplada em outro programa da Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos					

(continua)

(continuação)

continuação)		POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
MACRODIRETRIZES		PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014		
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ORDENAMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL	ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO	ORDENAMENTO DAS ÁREAS URBANAS E RURAL	já contemplada em outro programa da Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos						
				realizar estudos quanto a tamanho médio dos módulos territoriais existentes e verificar a possibilidade de redução deste junto ao INCRA				80.000	Governo Federal, INCRA, Governo Estadual, EPAGRI, Prefeitura Municipal, Associação de Produtores e Cooperativas	
				realizar estudos de viabilidade quanto à pertinência de implantação de novos núcleos industriais em localidades rurais					Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, Iniciativa Privada e Comunidade	
				realizar estudos sobre a necessidade de transformação de algumas localidades em áreas urbanas, bem como desenvolver seus perímetros e parâmetros urbanísticos					Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Comunidade das Localidades	
				readequar e ampliar os limites do perímetro urbano existente					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal	
				regulamentar o Uso e Ocupação do solo Municipal					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal	
				regulamentar o Uso e Ocupação do solo Municipal					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal	
				regulamentar o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo nas áreas urbanas e rurais					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal	
				realizar estudos e escolha de áreas estratégicas e destiná-las como áreas de interesse público, em especial no centro da cidade				500.000	Prefeitura Municipal	
				incentivar o uso de vazios urbanos					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal	
				promover fiscalização nos terrenos vazios				10.000 / ano	Prefeitura Municipal	

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
ÁREAS ESPECIAIS	ORDENAMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL	ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO	REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS ESPECIAIS	realizar mapeamento e controle da liberação das lavras e licenças de áreas de exploração no município				250.000	Governo Federal, DNPM, Governo Estadual, FATMA, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada, Concessionárias
				regulamentar e fiscalizar o uso e ocupação do solo e subsolo no município, sobre tudo nas áreas urbanas				10.000 / ano	Governo Federal, DNPM, Governo Estadual, Prefeitura Municipal
				realizar estudos e ações mitigadoras para dotar as áreas e instalações de destinação final ou transitória dos rejeitos contaminantes em condições ambientais aceitáveis perante as legislações e regulamentos pertinentes				500.000	Governo Federal, DNPM, IBAMA, Governo Estadual, FATMA, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada, Concessionárias
				regulamentar e fiscalizar a emissão de gases poluentes na atmosfera				10.000 / ano	
				regulamentar e adequar o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal nas proximidades do aeroporto e áreas de influência					Governo Federal, INFRAERO, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Iniciativa Privada

(conclusão)

Quadro 3: DIRETRIZES PARA A GESTÃO FÍSICO-NATURAL DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

Quadro 5: DIRETRIZES PARA O GESTÃO FÍSICO E FORMAL DO MUNICÍPIO DE PARQUEIRINHA									
	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
RECURSOS HÍDRICOS	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	CONTROLE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS	PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	implementar ações de conscientização, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas				20.000	FATMA, cooperativas, Prefeitura Municipal, produtores rurais
				ampliar o sistema de coleta e disposição das embalagens de agrotóxicos utilizadas				30.000	
		RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO	elaborar e implantar plano de recuperação das APPs degradadas				50.000 / ano	FATMA, Prefeitura Municipal, sociedade civil
		CONTROLE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS	CONTROLE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	elaborar e implantar lei de zoneamento que impeça a ocupação das áreas impróprias, direcionando o desenvolvimento às áreas mais adequadas					Prefeitura Municipal, FUNDAF, e Sociedade Civil Organizada
				ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	desenvolver planos, programas e projetos de recuperação das áreas degradadas ambientalmente, em especial aquelas relativas à mineração do carvão, mitigando-as				estes valores serão computados nas Políticas de Saneamento
			buscar parceria com empresas ou companhias de saneamento e elaborar projetos de saneamento básico						
			MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	sistematizar os dados de controle de qualidade das águas subterrâneas					Prefeitura Municipal, FATMA, CASAN, FUNDAF, iniciativa privada
			MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	sistematizar os dados de controle de qualidade das águas subterrâneas					Prefeitura Municipal, FATMA, CASAN, FUNDAF, iniciativa privada
			DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO	realizar estudo específico, que delimite as áreas de proteção dos poços e nascentes existentes				30.000	Prefeitura Municipal, FATMA, CASAN, FUNDAF, iniciativa privada

(continua)



(continuação)

Continuação)	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
RECURSOS HÍDRICOS	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	CONTROLE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS	MONITORAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO	elaborar PRAD para o aterro sanitário, que deverá contemplar o monitoramento da área de influência do empreendimento, monitoramento ambiental dos efluentes gerados, bem como a caracterização geológica e hidrogeológica da área e do entorno em escala de detalhe				250.000	Governo Federal, Prefeitura Municipal, FATMA, FUNDAF, iniciativa privada
			MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	elaborar cadastro técnico dos poços existentes no município				10.000	DNPM, Prefeitura Municipal, FUNDAF, Sociedade Civil Organizada
GEOMORFOLOGIA E GEOLOGIA		CONTROLE DE CHEIAS E INUNDAÇÕES	MONITORAMENTO DE DESASTRES NATURAIS	elaborar e implantar plano de controle de cheias				100.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, SDR Criciúma
			ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM	realizar o cadastro do sistema de drenagem atual e elaborar um Plano Diretor de Drenagem Municipal				estes valores serão computados nas Políticas de Saneamento	Governo Federal, CASAN, Prefeitura Municipal, iniciativa privada
			CONTROLE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	elaborar e implantar lei de zoneamento que impeça a ocupação das áreas impróprias, direcionando o desenvolvimento às áreas mais adequadas					Prefeitura Municipal e Sociedade Civil Organizada
			RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	exigir dos responsáveis pelas áreas exploradas a elaboração e implantação de PRAD				
COBERTURA VEGETAL	CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS COM VISTAS À CONSERVAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DE POLÍTICAS NA AGRICULTURA E NO MEIO AMBIENTE	adotar as microbacias hidrográficas como unidade de planejamento do trabalho, estabelecendo planos de uso e manejo, monitoramento e avaliação dos recursos naturais, identificando potencialidades e limitações					FUNDAF, Secretaria do Estado de Agricultura e EPAGRI - Programa Microbacias II

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS		baixa	média	alta		
COBERTURA VEGETAL	CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS COM VISTAS À CONSERVAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DE POLÍTICAS NA SILVICULTURA (TRADICIONAL) E NO MEIO AMBIENTE	promover reflorestamentos (exótica, ex. pinus e eucalipto) com vistas a garantir o pleno abastecimento das indústrias e comércios de produtos florestais, exclusivamente em áreas já degradadas				5.000 / ano	FATMA, EPAGRI, FUNDAF, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada
			COMPATIBILIZAÇÃO DE POLÍTICAS NA MINERAÇÃO E NO MEIO AMBIENTE	identificar os principais sítios de recursos minerais ecologicamente sensíveis e adequar o seu plano de lavra				30.000 / ano	Prefeitura Municipal, FATMA, FUNDAF, e DNPM
		RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS NA MATA ATLÂNTICA	RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS EM PASSIVOS AMBIENTAIS	promover a criação de corredores ecológicos entre remanescentes vegetacionais através da arborização urbana com essência em espécies nativas e com a restauração de APPs degradadas				2.000 /ha / ano	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Lab. Ecologia Vegetal / Centro de Ciências Biológicas (CCB)/UFSC e FUNDAF
				restaurar APPs degradadas, principalmente em microbacias de uso atual e/ou futuro para o abastecimento de água à população				2.000/ha / ano	FNMA e Lab. Ecologia Vegetal/CCB/UFSC
		PROTEÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA ASSOCIADA AOS ECOSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA	REGULAMENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA A PROPOSIÇÃO DE CONDICIONANTES ÀS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS (CONSEMA 01/04 E CONAMA 237/97)	fomentar a fiscalização ambiental no município					Prefeitura Municipal, Polícia Ambiental, FATMA, FUNDAF, e IBAMA
		COMPATIBILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS COM VISTAS À CONSERVAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DE POLÍTICAS NA AGRICULTURA E NO MEIO AMBIENTE	priorizar as linhas de pesquisa agrícola voltadas para o desenvolvimento de sistemas agrossilvipastoris, visando criar alternativas de produção a partir de espécies nativas e exóticas na Mata Atlântica				100.000	Lab. Ecologia Vegetal/CCB/UFSC, Núcleo de Pesquisas de Florestas Tropicais (NPFT) / Centro de Ciências Agrárias (CCA) /UFSC, Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV) / UDESC e EPAGRI

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
COBERTURA VEGETAL	CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS COM VISTAS À CONSERVAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	COMPATIBILIZAÇÃO DE POLÍTICAS NA MINERAÇÃO E NO MEIO AMBIENTE	identificar os principais sítios de recursos minerais ecologicamente sensíveis e adequar o seu plano de lavra					Prefeitura Municipal, FUNDAF e FATMA
		PROTEÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA ASSOCIADA AOS ECOSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA	INCENTIVO PARA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	promover a inclusão da vegetação de Interesse Científico e Paisagístico (VICP) do município em Zonas de Uso Restrito (ZUR) e ou Zona de Uso Especial (ZUE)					Prefeitura Municipal e Câmara Municipal
				estabelecer instrumentos de compensação que valorizem os remanescentes florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente					Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Produtores Rurais e Iniciativa Privada
CLIMA E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	MONITORAMENTO DE DADOS METEOROLÓGICOS	MONITORAMENTO DE DESASTRES NATURAIS	monitorar eventos climáticos em parceria com a Defesa Civil e com EPAGRI/CIRAM				20.000 / ano	Prefeitura Municipal, Defesa Civil e EPAGRI/CIRAM
ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL	CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA	PROTEÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA ASSOCIADA AOS ECOSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA	PROGRAMA DE CRIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUNICIPAL	realizar levantamento, enquadrar e criar Unidades de Conservação nos remanescentes vegetacionais do município, de acordo com SNUC e SEUC				50.000	FNMA, MMA, WWF-Brasil, Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), PG-7, FUNDAF, e Compensação Ambiental
				inserir o Parque Ecológico Municipal São Francisco de Assis no SNUC e SEUC, com a participação pública na elaboração e implementação do plano de manejo do Parque				50.000	FNMA, MMA, WWF-Brasil, PPMA, PG-7, FUNDAF, e Compensação Ambiental
	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	PROTEÇÃO E TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL	INVENTÁRIO E TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE FORQUILHINHA	promover a criação de um conselho municipal de proteção do patrimônio cultural do município					IPHAN, Prefeitura e Câmara Municipal
				elaborar Lei de Proteção do Patrimônio Cultural					Prefeitura Municipal e Câmara Municipal

(conclusão)

Quadro 4: DIRETRIZES PARA A GESTÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
POPULAÇÃO	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	DINAMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO	ação já contemplada em outro programa					
			MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO	ação já contemplada em outro programa					
			DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO	ação já contemplada em outro programa					
			MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO	ação já contemplada em outro programa					
EMPREGO E RENDA		ALAVANCAGEM DO EMPREGO E RENDA	ESTRUTURAÇÃO DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	incentivar o trabalho no campo no município					Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual
				incentivar a instalação de novas indústrias no município					Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, SEBRAE, SENAI, iniciativa privada
				implantar posto do Sistema Nacional de Empregos (SINE) no município				40.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual
				promover a capacitação técnica de mão-de-obra qualificada				200.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, SEBRAE, SESI, SENAI
BASE ECONÔMICA		DINAMIZAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS	PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E TERCIÁRIAS	desenvolver mecanismos legais que impeçam a exploração carbonífera em áreas urbanas existentes e futuras					Prefeitura Municipal, iniciativa privada
				buscar diminuir a parcela de arrecadação e dependência da exploração mineral no município, sobretudo com o carvão mineral, em especial na arrecadação de impostos e geração de renda da população					Prefeitura Municipal,

(continua)



(continuação)

continuação)		POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS		
		MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014			
BASE ECONÔMICA	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	DINAMIZAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS	PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E TERCIÁRIAS	fortalecer os pequenos produtores rurais (incentivos fiscais, insumos)						Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, EPAGRI		
				implantar centro de comercialização de produtos gastronômicos da cultura local				250.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual			
				fortalecer as associações de produtores rurais					Prefeitura Municipal, associações			
				manter o PRONAF no município				ação não valorada por se tratar de baixa prioridade	Prefeitura Municipal,			
				fortalecer as cooperativas no município					Prefeitura Municipal, cooperativas,			
				incentivar o fortalecimento das atividades industriais diversificadas no município					Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores			
BASE ECONÔMICA							realizar estudos e implantar novo polo/núcleo industrial				1.000.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, Iniciativa Privada
							manter os incentivos na agricultura existente (máquinas)				400.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, Produtores Rurais
							promover a valorização da cultura local					Prefeitura, comércio e comunidade local, secretaria de cultura, IPHAN, Comunidade
							promover a organização do turismo				150.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, Iniciativa Privada
							promover a melhoria das vias de acesso aos atrativos naturais				já contabilizada em outro programa	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
BASE ECONÔMICA	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	DINAMIZAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS	PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E TERCIÁRIAS	implantar sinalização turística				150.000	Prefeitura Municipal,, empresários do setor
				incentivar o empreendedorismo local				isenções e parcerias	prefeitura, empresários do setor
				promover o incentivo ao desenvolvimento de turismo de negócios em conjunto com Criciúma				800.000	Prefeitura e empresários
				incentivar a preservação dos exemplares de arquitetura típica					Prefeitura Municipal, empresários do setor, comércio e comunidade local
				proporcionar a avaliação dos eventos/festividades realizados no município					Prefeitura Municipal
				incentivar os eventos e manifestações populares típicas				40.000 / ano	Prefeitura Municipal, empresários e comunidade local
				promover o planejamento dos circuitos turísticos regionais				60.000	prefeituras municipais da região, empresários, municípios vizinhos, SDR Criciúma

(conclusão)

Quadro 5: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E MOBILIDADE	ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA MALHA VIÁRIA ESTADUAL	promover a efetivação do projeto de pavimentação da SC-446, trecho Forquilha/ Maracajá					Governo Federal, DNIT, Governo Estadual, DEINFRA, SDR Criciúma, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada
				promover o uso do solo ao longo das rodovias estaduais na estruturação do sistema viário e uso do solo de maneira adequada					Governo Estadual, DEINFRA, Prefeitura Municipal
				promover a regularização das faixas de domínio de rodovias estaduais dentro do perímetro urbano, bem como regulamentar seu uso					Governo Estadual, DEINFRA, Prefeitura Municipal
			ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, TRANSPORTE E MOBILIDADE MUNICIPAL	criar locais de remansos (alargamentos/ áreas) para carregamento de arroz nas estradas municipais [AP];				200.000	Prefeitura Municipal, cooperativas, proprietários rurais
				prever a implantação de trevos nos acessos das comunidades [R.7];				200.000	Governo Estadual, Prefeitura Municipal, cooperativas, proprietários rurais
				implantar programa de pavimentação dos acessos para as comunidades [R.7];				500.000	Governo Estadual, Prefeitura Municipal, cooperativas, proprietários rurais
				elaborar e implantar projeto de padronização de passeios e ciclovias nas comunidades rurais				300.000	Governo Estadual, Prefeitura Municipal, cooperativas, proprietários rurais
				regulamentar através da Lei do Sistema Viário a faixa de domínio e manutenção ao longo das vias municipais					Prefeitura Municipal, proprietários rurais

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E MOBILIDADE	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, TRANSPORTE E MOBILIDADE MUNICIPAL	elaborar projetos e finalizar a implantação do anel viário de desvio do tráfego pesado				1.200.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, DEINFRA, Prefeitura Municipal
				implantar mais um acesso entre o Centro e os bairros Santa Ana e Santa Isabel através de nova ponte sobre o rio Mãe Luzia, já prevendo travessias de pedestres, ciclistas e veículos de forma independente				300.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, DEINFRA, Prefeitura Municipal
				regulamentar através de legislações as vagas de estacionamento (público e privado)					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal
				promover melhorias na estruturação da malha viária urbana				500.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, DEINFRA, Prefeitura Municipal
				garantir a continuidade do Programa de Pavimentação das vias nos bairros				500.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada
				elaborar e implantar projeto de arborização pública e paisagismo urbano				80.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, Prefeitura Municipal
				melhorar o sistema de poda de árvores e coleta de resíduos/ lixo					SDR Criciúma, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada, Concessionárias
				disponibilizar incentivos fiscais para a população quanto à manutenção da arborização pública					Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal

(continua)



(continuação)

Continuação)		POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
MACRODIRETRIZES		PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014		
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA		ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E MOBILIDADE	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, TRANSPORTE E MOBILIDADE MUNICIPAL	implantar novo terminal de transportes (coletivo municipal e intermunicipal)				350.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeitura Municipal	
promover maior abrangência e melhor infraestruturação do sistema de transporte coletivo						200.000	Prefeitura Municipal, iniciativa privada			
ampliar os pontos (paradas/ abrigos) de transporte coletivo						100.000	Prefeitura Municipal			
elaborar projeto urbanístico na rua 26 de abril com a finalidade de torná-la tranquilizada e priorizada aos pedestres e ciclistas						150.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, Prefeitura Municipal, iniciativa privada			
elaborar e implantar projeto de Mobilidade Urbana e Padronização de Calçadas e Passeios Públicos de acordo com a legislação do Sistema Viário Municipal						250.000	Prefeitura Municipal, iniciativa privada			
elaborar e implantar projeto de melhoria da sinalização viária (ciclistas, pedestres e veículos)						150.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual			
realizar campanha de conscientização, sensibilização e educação no trânsito à população						5.000 / ano	Governo Federal e Estadual, Prefeitura Municipal			
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA			FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS DIVERSOS MODAIS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE	regulamentar e fiscalizar a ocupação nas proximidades do aeroporto						Prefeitura Municipal
				promover a manutenção e melhoria do sistema ferroviário no município, bem como políticas e ações visando fortalecer e melhor integrar o sistema com os diversos portos e malhas ferroviárias nacional				valores não estimados devido à extensão das ações e políticas e competências a serem estabelecidas	Governo Federal e Estadual, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada	

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
SANEAMENTO BÁSICO	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ampliar o sistema de abastecimento público de água				500.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, CASAN, Comunidade
				conscientizar a população quanto à conservação dos recursos hídricos				50.000	Prefeitura Municipal, FATMA, Governo Federal e Estadual, CASAN
			ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	elaborar e implantar sistema de coleta e tratamento de esgoto				800.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual
				elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico				80.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo Estadual, CASAN, Prefeitura Municipal
			ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM	elaborar cadastro da rede de drenagem existente					Prefeitura Municipal
				elaborar e implantar Plano de Macrodrenagem Municipal				60.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais
				promover a canalização dos principais valos dos bairros				70.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais
				ampliar o sistema de drenagem urbana				150.000	Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
SANEAMENTO BÁSICO	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM	priorizar Planos, Programa, Projetos e Ações especiais de prevenção e implantação de drenagens devido à topografia municipal e da micro-região				500.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais
			ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	elaborar e implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos				150.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeituras Municipais
				promover a implantação de Centro de Triagem				220.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, cooperativas, associações de catadores
				promover a capacitação dos catadores de material reciclável				30.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, FATMA,
				elaborar e implantar programa de coleta seletiva do lixo				50.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual
				implantar recuperação ambiental no aterro sanitário desativado no bairro Cidade Alta				500.000	Governo Federal, Ministério das Cidades, Meio-Ambiente e Saúde, Governo Estadual, FATMA, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada, Concessionárias
				manter consórcio intermunicipal destino dos resíduos ao aterro controlado no município de Içara					Governo Estadual, SDR Criciúma, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada e Concessionárias

(continua)

(continuação)

Continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E ENERGIA	MELHORIAS NO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA	promover a efetivação do sistema de abastecimento de energia elétrica					Prefeitura Municipal, Concessionárias de energia e Cooperativas
			EXPANSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ampliar iluminação pública no interior				200.000	Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitura Municipal, Concessionárias, Iniciativa Privada
			FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GNV	promover a manutenção e atendimento no sistema de GNV, em especial aos Núcleos Industriais					Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, concessionárias, Iniciativa Privada
OTIMIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO			promover a melhorias e expansão permanente dos meios de comunicação em todo município				300.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, concessionárias, Iniciativa Privada	
		promover a manutenção no atendimento do sistema de correios					Governo Federal, ECT, Prefeitura Municipal		
SERVIÇOS FUNERÁRIOS		ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS	ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO E EQUIPAMENTOS FUNERÁRIOS	regulamentar os serviços funerários					Governo Estadual, FATMA, Prefeitura Municipal, Comunidades das Localidades Rurais
				implantar poços de monitoramento nos cemitérios municipais, bem como exigir nos comunitários				180.000	Governo Estadual, FATMA, Prefeitura Municipal, Comunidades das Localidades Rurais

(continua)



(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
SEGURANÇA PÚBLICA	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	ampliar o efetivo da polícia militar				300.000	Governo Federal e Estadual, Prefeitura Municipal
				ampliar e efetivar as rondas noturnas nas comunidades				120.000	Governo Federal e Estadual, Prefeitura Municipal
				implantar posto policial				180.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual
ABASTECIMENTO ALIMENTAR		ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR MUNICIPAL	MELHORIA DOS SERVIÇOS ALIMENTARES	implantar feira agropopular no município				130.000	Prefeitura Municipal, Governo Federal, Governo Estadual, EPAGRI, associações de produtores rurais, cooperativas

(conclusão)

Quadro 6: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS	
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014		
HABITAÇÃO	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL MUNICIPAL	ESTRUTURAÇÃO HABITACIONAL DIGNA E ADEQUADA	MELHORIA DO SISTEMA HABITACIONAL	implantar os projetos do PLHIS				1.200.000	Governo Federal, PAC, MCMV, Governo Estadual, COHAB/SC, Sociedade Civil Organizada, Associações de Moradores, Iniciativa Privada	
				criar critérios de acompanhamento pós-ocupação das HIS						
				firmar convênio com a COHAB/SC para produção de moradias						Prefeitura Municipal, Governo Estadual, COHAB SC
				rever regulamentação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS)				Prefeitura Municipal,		
EDUCAÇÃO		ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	implantar o contra-turno escolar nas escolas de ensino básico e fundamental				300.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal	
				implantar escolas de 1ª a 4ª série nas comunidades rurais				500.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal	
				implantar novas escolas municipais				400.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal	
				aumentar as vagas nas creches e/ou construir mais unidades para suprir a demanda				500.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal	
				manter o ensino educacional de boa qualidade				300.000	Governos Municipal, Estadual e Federal	
				reutilizar as escolas desativadas do estado no município				240.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual	
				manter os equipamentos de educação em condições satisfatórias de uso				500.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal	

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
EDUCAÇÃO	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL MUNICIPAL	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	manter os programas educacionais existentes no município e incentivar a criação de novos				15.000 / Ano	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				aumentar as vagas e/ou escolas de ensino fundamental completo no município				250.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				elaborar e implantar mais projetos extracurriculares nas escolas				ação já prevista em outra ação	Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitura Municipal
				ampliar o programa "Comunidade Digital" nos bairros					
				criar novas turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos para erradicação do analfabetismo					
				manter serviço de transporte escolar e buscar e fomentar parcerias para qualidade das instalações de novas instituições de ensino técnico e superior					Governo Federal, MEC, Governo Estadual, Prefeitura Municipal, Iniciativa Privada e Sociedade Civil Organizada
SAÚDE		ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	FORTALECIMENTO E MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE	implantar e/ou construir nova unidade básica de saúde em espaço único, com várias especialidades, atendimentos e equipamentos				750.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				manter as condições físicas dos equipamentos de saúde em boas condições de uso				800.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				implantar Clínica Radiológica				350.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, Iniciativa Privada
				manter o transporte de pacientes para outros municípios vizinhos				200.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
SAÚDE	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL MUNICIPAL	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	FORTALECIMENTO E MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE	promover a interligação dos sistemas de saúde e convênios com outros hospitais em municípios polos da região					Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				elaborar e implantar plano de cargos e salários				valor já estimado em outra ação da Política de Articulação Institucional	Prefeitura Municipal,
				manter os programas de saúde existentes no município bem como ampliá-los				200.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				promover corpo clínico para atendimento				300.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				ampliar serviço odontológico nas comunidades				300.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				implantar atendimento 24h de saúde no município				500.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
ASSISTÊNCIA SOCIAL		ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AMPLIAR E FORTALECER OS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	manter e/ou ampliar o programa de inclusão digital ("Melhor Idade" / Clube das Mães/ CRAS, Jovem Adolescente) [Of.];				160.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				ampliar infraestrutura e equipe técnica existente do CRAS e CREAS;					Prefeitura Municipal,
				manter e ampliar as estruturas de assistência social no município				50.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				implantar mais programas de capacitação técnica voltados para população de baixa renda				150.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, SEBRAE, SENAI
				manter e ampliar os programas e projetos desenvolvidos no setor					Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal

(continua)



(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
CULTURA, ESPORTE E LAZER	ESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL MUNICIPAL	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	DESENVOLVER MELHORIAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	construir um novo espaço para Casa da Cultura				300.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				criar Parque Eventos Culturais (Festividades /Auditório/Teatro) [Of.];				600.000	
				implantar Complexo Esportivo				750.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				potencializar e melhorar a infraestrutura do Parque Ecológico [Of.];				350.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				promover legislações e ações que visam o tombamento de edifícios históricos com a finalidade preservar a história e cultura do município					Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Governo Estadual, Governo Federal, IPHAN
				implantar áreas de lazer no município por várias regiões do município, sejam áreas urbanas ou rurais				600.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				implantar academias populares e mobiliário urbano				120.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				promover a prática esportiva nas escolas, através da construção do Complexo Esportivo/ Atletismo, e jogos estudantis				880.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				implantar biblioteca pública, bem como acervo desta e equipamentos				350.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				incentivar as festividades culturais e religiosas no município				90.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
				apoiar grupos de dança existente no município e buscar parceria com consulado alemão para fortalecimento dos grupos alemães, além de apoiar as demais manifestações culturais do município				100.000	Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal

(conclusão)

Quadro 7: DIRETRIZES PARA A GESTÃO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL		ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA	rever competências da área de planejamento					Prefeitura Municipal
				implantar órgão responsável pela área de informática, vinculado a Secretaria de Administração e Finanças (*)				90.000	Prefeitura Municipal
				implantar órgão que atenda as necessidades de Controle Interno (**)				256.000	Prefeitura Municipal
				criar legislação específica que trate do Regime Jurídico Único e Plano de Cargos e Salários					Prefeitura Municipal
				implantar Plano de Capacitação dos Servidores				5.000	Prefeitura Municipal
INSTRUMENTOS LEGAIS/TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS		OTIMIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	ESTRUTURAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA	manter e aprimorar a gestão de responsabilidade fiscal					Prefeitura Municipal
				vincular o investimento na região, consultando a inadimplência dos moradores/ contribuintes				5.000	Prefeitura Municipal
				desenvolver campanha de divulgação dos investimentos realizados pela prefeitura, visando incentivar pagamento de impostos e diminuir nível de inadimplência municipal					
				atualizar o Cadastro Imobiliário e Planta Genérica de Valores (PGV)				100.000	Governo Federal (Ministério das Cidades), Governo Estadual, Prefeitura Municipal
PLANEJAMENTO E GESTÃO		REGULAMENTAÇÃO URBANÍSTICA E MUNICIPAL	REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO	implementar a legislação urbanística e municipal proposta pelo Plano Diretor Municipal					Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores
		OTIMIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	sistematizar reuniões técnicas internas entre gestores e com a comunidade				10.000/ano	Prefeitura Municipal, Sociedade Civil Organizada
				estruturar equipe de fiscalização				80.000	Prefeitura Municipal

(continua)

(continuação)

	POLÍTICAS			AÇÕES	PRIORIDADE			INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	PARCERIAS
	MACRODIRETRIZES	PROGRAMAS	PROJETOS	ESPECÍFICAS	baixa	média	alta	2010 a 2014	
PLANEJAMENTO E GESTÃO		OTIMIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	implantar sistema de informações por meio da implantação de um banco de dados integrado informatizado (todos os setores da administração municipal) (***)				77.000	Prefeitura Municipal
				atualizar constantemente o site municipal				5.000/ano	Prefeitura Municipal
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	implantar os Conselhos Municipais: Trânsito, Assistência Social, Cultura, Esporte					Prefeitura Municipal
				fortalecer e sistematizar encontros técnicos entre os conselhos municipais existentes					Prefeitura Municipal, atores locais
				promover a capacitação dos conselheiros municipais				5.000/ano	atores locais

(conclusão)

Observações:

(\*) 1 técnico + computador + mesa + cadeira + encargos + estimativa % de aumento de remuneração.

(\*\*) 1 Secretário + 1 técnico + computador + mesa + cadeira + encargos + estimativa % de aumento de remuneração.

(\*\*\*) Valor estimado considerando o desenvolvimento do Sistema, por consultoria da área de Tecnologia da Informação. Hora de trabalho R\$ 80,00 x 4 horas por dia x 12 meses = 960 horas de trabalho x hora técnica R\$ 80,00 = investimento R\$ 76.800,00.

**Lei Complementar Nº. 014, de 11 de Agosto de 2011.**

LEI DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
LEI COMPLEMENTAR Nº. 014, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DEFINE O NOVO PERÍMETRO URBANO DA SEDE E NÚCLEO URBANOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei define o novo Perímetro Urbano da sede do município de Forquilha e seus novos Núcleos Urbanos.

Parágrafo único. O memorial descritivo dos perímetros encontra-se no Art. 4º. desta lei.

Art. 2º São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

I - Anexo 1 - Mapa dos Perímetros Urbanos; e

II - Anexo 2 - Tabela com os Pontos, Marcos e Coordenadas Universal Transversal de Mercator (UTM).

Art. 3º São consideradas áreas urbanas do Município de Forquilha, o espaço territorial definido pelo perímetro que se segue, cujo mapa de localização está no Anexo 1.

Art. 4º As coordenadas descritas a seguir estão em formato UTM da Projeção Universal Transversal de Mercator (UTM), sob o Datum SAD-69.

I - Perímetro Urbano da Sede - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco F01 (coordenadas UTM 646664.9589 E e 6817691.0019 N) localizado no encontro da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448) com a Rodovia Francisco Ricken, segue em linha reta e seca ao longo de via coletora projetada, perpendicular a Rodovia Antonio Valmor Canela, sentido geral noroeste até encontrar curso d'água Sanga do Coqueiro no Marco F02 (646.538,9497 E e 6.817.903,1274 N), onde passa a seguir em linha reta e seca ao longo de via coletora projetada paralela ao curso d'água Sanga do Coqueiro, sentido geral norte até encontrar a Rodovia João Backes, via arterial, onde se encontra o Marco F03 (646.549,9367 E e 6.818.516,0016 N). Segue pelo eixo da Rua João Backes até encontrar com a Rodovia dos Imigrantes Poloneses, e seguindo pelo eixo da Rodovia dos Imigrantes Poloneses, via arterial, sentido geral noroeste até encontrar Rodovia Linha Eyng e via arterial projetada no Marco F04 (647.679,0269 E e 6.819.701,7902 N), segue deste ponto em linha reta e seca, via arterial projetada, até encontrar o prolongamento da Rua Josef Eyng com o Rio Mãe Luzia, onde se encontra o Marco F05 (648.143,8501 E e 6.819.665,5665 N). Segue a montante do Rio Mãe Luzia, pelo eixo do referido curso d'água, sentido geral norte, até encontrar com prolongamento de "travessão", linha reta e seca, onde se apresenta o atual limite municipal e divisa com o município de Criciúma no Marco F06 (648.881,1100 E e 6.822.823,5100 N), onde passa a assumir o limite municipal, em linha reta e seca, sentido geral leste/nordeste, pelo eixo do "travessão" até encontrar curso d'água sem denominação no Marco F07 (653.920,9301 E e 6.823.103,7467 N). Segue pelo eixo do curso d'água sem denominação até sua foz no rio Sangão, sentido geral leste/sudeste onde se situa o Marco F08 (654.255,3560 E e 6.822.972,6009 N). Segue pelo eixo do rio Sangão à sua jusante, divisa com o município de Criciúma, sentido geral sul/sudeste até encontrar curso d'água sem denominação, linha de drenagem no Marco F09 (654.508,0870 E e 6.821.890,7183 N). Segue pelo eixo do curso d'água sem denominação, linha de drenagem, sentido geral oeste/sudoeste até encontrar limite de propriedade do Aeroporto Diomício Freitas no Marco F10 (654.079,5851 E e 6.821.774,3683 N), onde passa a assumir a via de acesso ao aeroporto até encontrar a Avenida Vante Rovaris no Marco F11 (652.994,4201 E e 6.821.776,7654 N). Segue pelo eixo da Avenida Vante Rovaris, sentido geral sul/sudoeste até encontrar prolongamento do limite de propriedade do aeroporto no Marco F12 (653.087,6373 E e 6.821.365,1398 N). Segue em linha reta e seca,

sentido geral sul/sudeste até encontrar limite de propriedade do Aeroporto Diomício Freitas no Marco F13 (653.141,6661 E e 6.821.146,9684 N), desde ponto segue em linha reta e seca, limite da propriedade do Aeroporto Diomício Freitas, sentido geral noroeste até encontrar o Marco F14 (654.771,3454 E e 6.821.550,5484 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral sul até encontrar a Avenida Adelina Rosa Bosa Burigo, via arterial no Marco F15 (654.746,0400 E e 6.820.992,8200 N), onde passa a assumir o eixo da Rodovia Municipal 484 em sentido geral sul/sudeste até encontrar curso d'água sem denominação, linha de drenagem, no Marco F16 (654.822,2900 E e 6.820.892,6900 N). Segue em linha reta e seca até o Marco F17 (654.803,8966 E e 6.820.878,6028 N), eixo do curso d'água, linha de drenagem, sentido geral sul/sudoeste. A partir desse ponto segue pelo eixo do referido curso d'água, linha de drenagem, sentido geral oeste/sudoeste, até encontrar via coletora projetada, limite de propriedade onde se encontra antiga área controlada de resíduos no Marco F18 (654.507,9809 E e 6.820.744,4098 N), onde passa a seguir em linha reta e seca, pelo eixo de via coletora projetada, sentido geral sul até o encontrar outra via coletora projetada, também linha de divisa de propriedade adjacente à área de depósito de rejeito peritoso no Marco F19 (654.512,9069 E e 6.820.500,2578 N). Segue a partir desse ponto em linha reta e seca, sentido geral oeste, até encontrar via arterial, Avenida Vante Rovaris no Marco F20 (652.927,3754 E e 6.820.446,8759 N), onde assume seu eixo em sentido geral sul até limite de propriedade próximo a sub-estação de energia no Marco F21 (652.935,7611 E e 6.820.221,6648 N). Segue em linha reta e seca, sentido geral oeste, por limite de propriedade até faixa de 20,00 m (vinte metros) paralela à linha férrea, Dona Tereza Cristina, Marco F22 (652.654,2269 E e 6.820.208,4281 N); onde deste ponto segue em linha paralela de 20,00 m (vinte metros) ao traçado da referida linha férrea, configurando arco até encontra limite de propriedade no Marco F23 (652.373,0054 E e 6.820.195,2060 N), sentido geral oeste. Segue em linha reta e seca por limite de propriedade, sentido geral oeste até encontrar via arterial projetada, também limite de propriedade, no Marco F24 (651.908,5522 E e 6.820.173,0422 N). Segue por linha reta e seca ao longo do limite de propriedade, também eixo de via arterial projetada, em sentido geral sul, até encontrar o prolongamento da Rua 1º (Primeiro) de Maio, via coletora, no Marco F25 (651.932,9074 E e 6.819.406,4489 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral leste, até encontrar limite de propriedade no Marco F26 (652.145,6446 E e 6.819.414,2986 N); onde segue em linha reta e seca, sentido geral sul, até limite de propriedade no Marco F27 (652.159,1626 E e 6.819.100,8207 N); segue deste em linha reta e seca, sentido geral leste até rua sem denominação (rua 184 - cento e oitenta e quatro) no Marco F28 (652.357,4879 E e 6.819.105,3685 N); onde deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral norte, até encontrar rua sem denominação (rua 108 - cento e oito) no Marco F29 (652.356,8102 E e 6.819.200,6808 N). Passa a arrumar o eixo da via sem denominação (rua 108 - cento e oito), sentido geral leste/sudeste até encontrar limite de propriedade no Marco F30 (652.589,5051 E e 6.819.176,7839 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedade, sentido geral sul, até encontrar o Marco F31 (652.591,7269 E e 6.819.016,6548 N) situado no encontro com outro limite de propriedade. Segue deste ponto em linha reta e seca, limite de propriedade, sentido geral leste, até encontrar a Avenida Vante Rovaris no Marco F32 (653.056,5102 E e 6.819.027,1423 N). Deste ponto, segue em linha reta e seca, eixo da Avenida Vante Rovaris, sentido geral sul, até encontrar limite de propriedade, no Marco F33 (653.064,6773 E e 6.818.739,0532 N). Segue a partir deste, em linha reta e seca, sentido geral leste, até encontra curso d'água (braço do Rio Sangão), linha de drenagem, no Marco F34 (653.594,3140 E e 6.818.754,0679 N); onde passa a assumir o eixo deste curso d'água, linha de drenagem, à sua jusante, sentido geral sul, até encontrar sua foz no rio Sangão, limite com o município de Criciúma, no Marco F35 (653.615,1995 E e 6.818.334,6551 N). Deste

ponto assume o eixo do curso d'água, rio Sangão, limite com o município de Criciúma, sentido geral sul/sudoeste, até encontrar projeção da Rodovia São José, ponte sobre o rio Sangão no Marco F36 (653.038,9500 E e 6.817.609,6543 N). Desta ponte segue pelo eixo da Rodovia São José, via coletora, sentido geral oeste/noroeste, até o Marco F37 (653.009,3352 E e 6.817.662,5250 N); onde passa a seguir em linha reta e seca, pelo eixo da referida via, até encontrar o prolongamento da Rua Francisco Ronchi, via coletora, no Marco F38 (652.593,1910 E e 6.817.662,5250 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedade, sentido geral oeste, até encontrar o prolongamento da Rua Nereu Belolli, via arterial, no Marco F39 (651.972,0955 E e 6.817.630,9675 N); onde passa a seguir pelo eixo da referida via arterial, sentido geral sul, até encontrar limite de propriedade e via local projetada no Marco F40 (651.977,5676 E e 6.817.461,7284 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedade e eixo de via local projetada, sentido geral oeste, até encontrar prolongamento da Rua João Pedro Saturno (rodovia municipal sem denominação), via arterial, próximo a curso d'água, linha de drenagem, no Marco F41 (650.471,9573 E e 6.817.433,1729 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral norte, pelo eixo da rodovia municipal sem denominação, via arterial, até encontrar limite de propriedade, no Marco F42 (650.464,2350 E e 6.817.692,6410 N). A partir deste ponto segue em linha reta e seca, por limites de propriedades, sentido geral oeste, por eixo de via coletora projetada, próxima a linha de alta tensão, até encontrar o rio Mãe Luzia no Marco F43 (648.884,6977 E e 6.817.662,6404 N). Deste ponto, segue em linha reta e seca, próxima a linha de alta tensão, por limite de propriedade e eixo de via coletora, até mudança de direção na linha de alta tensão, sentido geral oeste, no Marco F44 (648.554,1930 E e 6.817.613,6570 N); onde desse ponto segue pelo eixo da referida linha de alta tensão, também eixo de via coletora projetada, até nova mudança de direção da linha de alta tensão, sentido geral sudoeste, no Marco F45 (648.117,6050 E e 6.917.164,1550 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, prolongamento da linha de alta tensão, sentido geral sudoeste, até encontrar a Rodovia Francisco Ricken, via coletora, no Marco F46 (647.228,2104 E e 6.816.248,4684 N). Segue deste ponto, pelo eixo da Rodovia Francisco Ricken, via coletora, sentido geral norte/noroeste, até encontrar com a Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448), Marco F01 (UTM 646664.9589 E e 6.817.691.0019 N) ponto inicial deste memorial; fechando assim a descrição deste perímetro com área de 33,64 Km<sup>2</sup> (trinta e três vírgula sessenta e quatro quilômetros quadrados).

a) Zona Rural, Área de Conservação Ambiental (ACA) - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco F47 (coordenadas UTM 653.753,8188 E e 6.822.393,0113 N) localizado à 150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância da Avenida Vante Rovaris e Rua José Feltrin; inicia-se por linha paralela a 150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância da Avenida Vante Rovaris, via arterial, sentido geral sul/sudeste, até encontrar via vicinal sem denominação, limite de propriedade, no Marco F48 (653.841,0614 E e 6.821.776,1735 N); onde segue pelo eixo da referida via vicinal sem denominação, limite de propriedade, em linha reta e seca, sentido geral oeste, até encontrar limite de propriedade no Marco F49 (653.300,4019 E e 6.821.761,6159 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, por limite de propriedade, sentido geral oeste, até encontrar novo limite de propriedade, no Marco F50 (653.086,0310 E e 6.821.743,3360 N); onde desse ponto passa a seguir por limite de propriedade, em linha reta e seca, sentido geral norte, até encontrar o Marco F51 (653.072,9420 E e 6.821.998,9530 N) em novo limite de propriedade; onde segue por limite de propriedade, em linha reta e seca, sentido geral oeste, até o Marco F52 (651.879,7409 E e 6.821.940,8405 N) onde se encontra via arterial projetada, linha de alta tensão, limite de propriedade. Deste ponto segue em linha reta e seca, pelo eixo da linha de alta tensão, também eixo de via arterial projetada, sentido geral norte, até encontrar prolongamento da Rua Antônio Peruchi, via coletora projetada, limite de propriedade, paralela cerca de

150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância da Rua José Feltrin, via coletora, no Marco F53 (651.888,1825 E e 6.822.320,1825 N). Segue por linha reta e seca, paralela a 150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância da Rua José Feltrin, via coletora, sentido geral leste, até encontrar o Marco F47 (653.753,8188 E e 6.822.393,0113 N), ponto inicial deste descritivo; cujo perímetro possui área de 0,88 km<sup>2</sup> (zero vírgula oitenta e oito quilômetros quadrados).

b) Perímetro Urbano da Sede, Cidade Alta - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco F54 (coordenadas UTM 654.214,7094 E e 6.818.676,7108 N) no encontro de curso d'água sem denominação, foz de sanga com o rio Sangão; segue à montante do curso d'água sem denominação, sanga, sentido geral norte, até encontro de outro curso d'água sem denominação, no Marco F55 (654.212,4768 E e 6.818.890,2014 N); onde passa a seguir, a montante, o segundo curso d'água sem denominação, sentido geral norte/nordeste, até o Marco F56 (654.227,7982 E e 6.819.111,5136 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral nordeste, até encontrar curso d'água sem denominação, Marco F57 (654.394,9171 E e 6.819.394,4924 N); onde passa a seguir pelo eixo do curso d'água sem denominação, à montante, sentido geral nordeste, até sua nascente no Marco F58 (654.504,5617 E e 6.819.427,9470 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral nordeste, até encontrar via sem denominação, no Marco F59 (654.555,7474 E e 6.819.440,7381 N); onde passa a seguir pelo eixo de via sem denominação, em sentido geral norte/nordeste, até encontrar o Marco F60 (654.600,1001 E e 6.819.508,5714 N); assumindo o eixo de outra via sem denominação, sentido geral leste/nordeste, até encontrar via sem denominação, paralela à Rua Santa Barbara, cerca de 135m (cento e trinta e cinco metros) de distância, no Marco F61 (654.685,5543 E e 6.819.524,6117 N). Segue em linha reta e seca, hora por via sem denominação, hora por limite de propriedade, cerca de 135m (cento e trinta e cinco metros) de distância paralela à Rua Santa Barbara, sentido geral nordeste, até encontrar limite de propriedade no Marco F62 (654.815,1252 E e 6.819.824,6565 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedade, sentido geral leste/sudeste, até encontrar a Rua Santa Bárbara, via arterial, no Marco F63 (654.918,4940 E e 6.819.782,3957 N); onde passa a seguir pelo eixo da referida via, sentido geral norte/nordeste, até encontrar limite de propriedade no Marco F64 (654.915,1440 E e 6.819.774,0157 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedade, sentido geral leste, até encontrar o Marco F65 (655.290,0540 E e 6.819.774,0257 N); onde passa a seguir pelo limite de propriedade, sentido geral leste, até encontrar com o rio Sangão, divisa com o município de Criciúma, no Marco F66 (655.549,0943 E e 6.819.795,2222 N). Deste ponto, rio Sangão, limite com o município de Criciúma, segue a sua jusante, sentido geral sul/sudoeste até encontrar com o Marco F54 (654.214,7094 E e 6.818.676,7108 N), ponto inicial deste memorial descritivo, fechando assim este memorial com uma área de 0,75 km<sup>2</sup> (zero vírgula setenta e cinco quilômetros quadrados).

II - Perímetro Urbano do Núcleo Urbano de Sanga do Café - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco SC01 (coordenadas UTM 642.094,0464 E e 6.814.792,4532 N) localizado no encontro da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448) com limite de propriedade; inicia-se em linha reta e seca, pelo eixo da referida rodovia, sentido geral nordeste, até encontrar curso d'água sem denominação, linha de drenagem e limite de propriedade, no Marco SC02 (642.751,7923 E e 6.815.188,9703 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, por limite de propriedade, sentido geral noroeste, até encontrar novo limite de propriedade, distante perpendicularmente a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448), Marco SC03 (642.702,4974 E e 6.815.275,8754 N); onde passa a seguir em linha reta e seca, paralela à 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448), sentido geral nordeste, até encontrar o Marco SC04 (642.915,7218 E e 6.815.402,4577 N), localizado a 150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância do eixo da



Rodovia Vereador Alcides Dondossola, via arterial. Deste ponto segue em linha reta e seca, paralela 150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância do eixo da Rodovia Vereador Alcides Dondossola, via arterial, sentido geral noroeste, até encontrar o Marco SC05 (642.726,2912 E e 6.815.579,6033 N). Segue deste ponto, por linha reta e seca, sentido geral oeste, até encontrar o Marco SC06 (642.444,0938 E e 6.815.597,5255 N); onde passa a seguir por linha reta e seca, sentido geral norte, até encontrar o Marco SC07 (642.464,5245 E e 6.815.823,4604 N), localizado a 150,00 m (cento e cinquenta metros) de distância do eixo da Rodovia Vereador Alcides Dondossola, via arterial. Deste ponto segue por linha reta e seca, sentido geral nordeste, até encontrar o Marco SC08 (642.676,3884 E e 6.816.001,2317 N), situado a 120,00 m (cento e vinte metros) de distância do eixo da Rodovia Vereador Alcides Dondossola, via arterial. Deste ponto segue em linha reta e seca, paralela a 120,00 m (cento e vinte metros) de distância do eixo da Rodovia Vereador Alcides Dondossola, via arterial, sentido geral sudeste, até encontrar o Marco SC09 (643.055,4581 E e 6.815.638,8638 N), situado a 230,00 m (duzentos e trinta metros) do eixo da Rodovia Estadual Antônio Valmor Canela (SC-448); onde segue em linha reta e seca, paralela a 230,00 m (duzentos e trinta metros) do eixo da Rodovia Estadual Antônio Valmor Canela (SC-448), sentido geral nordeste, até encontrar o Marco SC10 (643.153,1496 E e 6.815.696,3314 N), situado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Jácomo Berreta, via arterial. Segue a partir desse ponto paralelamente a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Jácomo Berreta, via arterial, sentido geral norte, até encontrar o Marco SC11 (643.261,9153 E e 6.817.134,7457 N); onde passa a seguir em linha reta e seca, sentido geral leste, até encontrar o Marco SC12 (643.463,2906 E e 6.817.149,6689 N), situado também a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Jácomo Berreta, via arterial. Segue a partir desse ponto paralelamente a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Jácomo Berreta, sentido geral sul, até encontrar o Marco SC13 (643.354,4230 E e 6.815.904,1435 N), situado a 304m (trezentos e quatro metros) do eixo da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448). Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral sudoeste, até encontrar o Marco SC14 (643.469,5786 E e 6.815.734,4861 N), situado a 100m (cem metros) do eixo da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448); onde passa a seguir paralelamente ao eixo da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448) a 100,00 m (cem metros) de distância, sentido geral nordeste, até encontrar o Marco SC15 (643.788,9834 E e 6.815.926,7073 N). Segue por linha reta e seca, sentido geral sudeste, até encontrar o Marco SC16 (643.899,5099 E e 6.815.759,6198 N), situado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448); onde passa a seguir paralelamente ao eixo da referida rodovia estadual, a 100,00 m (cem metros), sentido geral sudoeste, até encontrar o Marco SC17 (643.283,6145 E e 6.815.389,9828 N), situado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Mário Vitali, via arterial. Deste ponto segue em linha reta e seca, paralela a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Mário Vitali, sentido geral sudeste, até encontrar o Marco SC18 (643.412,1012 E e 6.815.272,6157 N); onde deste segue em linha reta e seca, sentido geral sudoeste, até encontrar o Marco SC19 (643.271,3176 E e 6.815.130,3920 N), situado também a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Mário Vitali, via arterial; onde passa a seguir paralelamente a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Mário Vitali, sentido geral nordeste, até encontrar o Marco SC20 (643.128,9630 E e 6.815.260,2232 N), situado a 75m (setenta e cinco metros) do eixo da Rodovia dos Imigrantes Italianos, via arterial. A partir desse ponto segue paralelamente à Rodovia dos Imigrantes Italianos, via arterial, a 75m (setenta e cinco metros) do seu eixo, sentido geral sudoeste, até encontrar o Marco SC21 (642.476,2185 E e 6.814.555,8821 N); onde passa a seguir por linha reta e seca, sentido geral noroeste, até encontrar o Marco SC22 (642.354,6890 E e 6.814.681,0491 N), situado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia dos Imigrantes Italianos, via arterial; seguindo em paralelo a referida rodovia municipal, a 100,00 m (cem metros) de

distância do seu eixo, sentido geral nordeste, até encontrar o Marco SC23 (642.478,8416 E e 6.814.815,8100 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedades, sentido geral oeste, até encontrar o Marco SC01 (642.094,0464 E e 6.814.792,4532 N) ponto inicial deste descritivo, fechando e perfazendo assim 1,05 Km<sup>2</sup> (hum vírgula zero cinco quilômetros quadrados) de área deste perímetro urbano.

III - Perímetro Urbano do Núcleo Urbano de Sanga do Engenho - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco SE01 (coordenadas UTM 642.009,4098 E e 6.813.580,2333 N) localizado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia dos Imigrantes Italianos, via arterial; segue em paralelo, a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia dos Imigrantes Italianos, via arterial, sentido geral sul/sudoeste, até encontrar o Marco SE02 (641.824,4100 E e 6.813.018,6427 N), também situado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia dos Imigrantes Italianos. Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral leste, até encontrar com curso d'água, sanga do Engenho, no Marco SE03 (642.021,2037 E e 6.812.982,9720 N); onde passa a seguir paralelamente ao eixo da referida via arterial, a 100,00 m (cem metros), sentido geral norte/nordeste, até encontrar o Marco SE04 (642.208,0199 E e 6.813.556,6953 N), também situado a 65m (sessenta e cinco metros) do eixo da Rodovia dos Imigrantes Italianos, via arterial; de onde passa a seguir em linha reta e seca, sentido geral oeste, até encontrar o Marco SE01 (642.009,4098 E e 6.813.580,2333 N), ponto inicial deste memorial descritivo, fechando assim este memorial com uma área de 0,12 km<sup>2</sup> (zero vírgula doze quilômetros quadrados).

IV - Perímetro Urbano do Núcleo Urbano de Santa Terezinha - Utilizando como apoio o ponto de partida o Marco ST01 (coordenadas UTM 646.244,7070 E e 6.812.825,1441 N) localizado às margens de curso d'água, Sanga do Coqueiro, a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Norberto Sehnem, via coletora; segue em paralelo a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Norberto Sehnem até encontrar a Rodovia Ernesto Beckhauser, deste ponto segue em paralelo a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Leonardo Loch, vias coletoras, sentido geral sul/sudoeste, até encontrar limite de propriedade no Marco ST02 (645.942,5212 E e 6.812.257,5784 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, limite de propriedade, sentido geral sudeste, até encontrar o Marco ST03 (646.023,9380 E e 6.812.180,6584 N), situado a 210,00 m (duzentos e dez metros) de distância do eixo da Rodovia Leonardo Loch, via coletora; onde passa a seguir em paralelo a Rodovia Leonardo Loch, via coletora, em distancia de 210,00 m (duzentos e dez metros) de seu eixo, sentido geral sudoeste, até encontrar divisa de propriedade, Marco ST04 (645.811,9641 E e 6.811.859,9641 N). Deste ponto segue em linha reta e seca, divisa de propriedade, sentido geral noroeste, até encontrar o Marco ST05 (645.730,6776 E e 6.811.934,2347 N), situado a 100,00 m (cem metros) do eixo da Rodovia Leonardo Loch; onde passa a seguir em paralelo pelo eixo da referida via coletora, a 100m (cem metros) de distância, a sentido geral sudoeste, até encontrar o Marco ST06 (645.432,4844 E e 6.811.488,8739 N), situado a 230m (duzentos e trinta metros) da Rodovia Municipal 483 e 100m (cem metros) do eixo da Rodovia Municipal Leonardo Loch, via coletora. Deste ponto segue em linha reta e seca, sentido geral noroeste, até encontrar o Marco ST07 (645.291,8272 E e 6.811.636,6901 N), também situado a 230m (duzentos e trinta metros) da Rodovia Municipal 483 e 100m (cem metros) do eixo da Rodovia Leonardo Loch, via coletora; onde deste ponto passa a percorrer em paralelo a Rodovia Leonardo Loch até encontrar a Rodovia Angelo Dondossola, deste ponto segue em paralelo a Rodovia Norberto Sehnem também a 100m (cem metros), vias coletoras, sentido geral nordeste, até encontrar curso d'água, Sanga do Coqueiro, onde se encontra o Marco ST08 (645.976,1180 E e 6.812.726,7039 N). Deste ponto, segue o referido curso d'água, sanga do Coqueiro, a sua montante, sentido geral nordeste/leste, até encontrar o Marco ST01 (646.244,7070 E e 6.812.825,1441 N) ponto inicial deste memorial descritivo, perfazendo assim uma área de 0,33 km<sup>2</sup> (zero vírgula

trinta e três quilômetros quadrados).

§ 1º A área urbana da sede de Forquilha é o resultado da soma aritmética das áreas do inciso I deste artigo e sua alínea b, subtraído a área rural (ACA) da alínea a, ou seja  $(33,64\text{Km}^2 + 0,75\text{Km}^2 - 0,88\text{Km}^2)$ ,  $33,51\text{Km}^2$  (trinta e três vírgula cinquenta e um quilômetros quadrados).

§ 2º A área urbana total do município de Forquilha é igual a soma do §1º deste artigo e seus incisos II, III e IV  $(33,51\text{Km}^2 + 1,05\text{Km}^2 + 0,12\text{Km}^2 + 0,33\text{Km}^2)$ ; perfazendo uma área urbana total de  $35,01\text{Km}^2$  (trinta e cinco vírgula zero um quilômetros quadrados).

§ 3º O Anexo 2 apresenta a tabela com todas os Pontos, Marcos e Coordenadas UTM's deste artigo.

Art. 5º Torna-se parte integrante desta lei a planta do perímetro urbano de Forquilha, composto na escala 1:25.000, em anexo.

Art. 6º Os marcos a serem implantados "in loco" deverão ser numerados e estarem georeferenciados, serem de concreto com a demarcação correspondente à descrita na presente lei, de modo que propicie a fácil identificação do mesmo.

§ 1º Os referidos marcos são protegidos por lei e sua alteração, modificação ou destruição será motivo de aplicação de multas e penalidades a serem estabelecidas em lei específica, sem que estas desobrigem ou abonem o cumprimento das demais medidas legais, criminais e cíveis cabíveis.

§ 2º A Prefeitura Municipal, no prazo de 180 dias, deverá implantar os marcos representados no mapa em anexo.

Art. 7º O perímetro urbano poderá ser alterado, desde que aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento de Forquilha (CDMF), e instituído por decreto.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

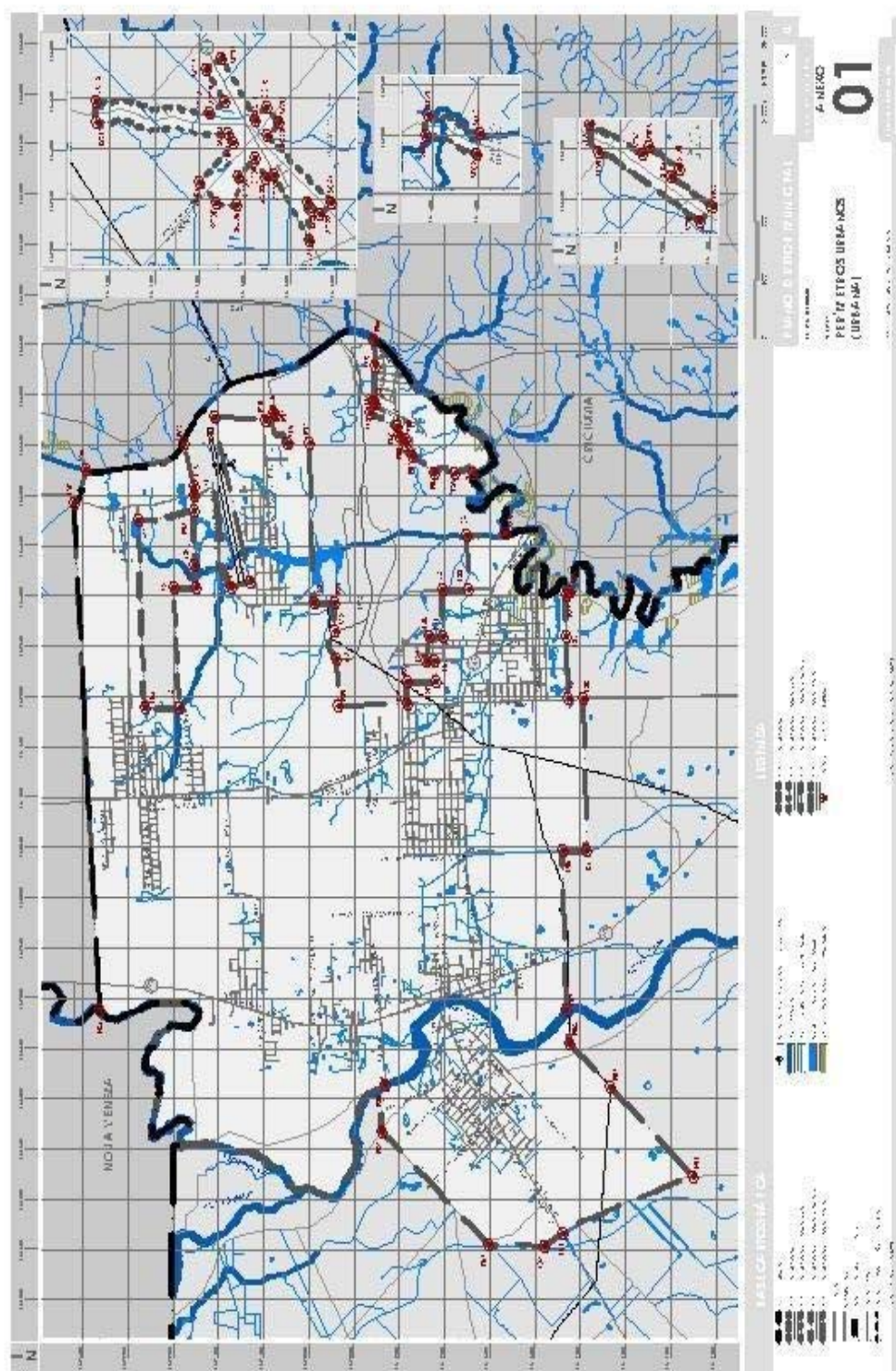
Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO 1

MAPA DOS PERÍMETROS URBANOS





**ANEXO 2**  
**TABELA COM OS PONTOS, MARCOS E COORDENADAS UNIVER-**  
**SAL TRANSVERSAL DE MERCATOR (UTM)**

PONTOS/ MARCOS	Coordenada E (Leste)	Coordenada N (Norte)
F01	646.664,9589	6.817.691,0019
F02	646.538,9497	6.817.903,1274
F03	646.549,9367	6.818.516,0016
F04	647.679,0269	6.819.701,7902
F05	648.143,8501	6.819.665,5665
F06	648.881,1100	6.822.823,5100
F07	653.920,9301	6.823.103,7467
F08	654.255,3560	6.822.972,6009
F09	654.508,0870	6.821.890,7183
F10	654.079,5851	6.821.774,3683
F11	652.994,4201	6.821.776,7654
F12	653.087,6373	6.821.365,1398
F13	653.141,6661	6.821.146,9684
F14	654.771,3454	6.821.550,5484
F15	654.746,0400	6.820.992,8200
F16	654.822,2900	6.820.892,6900
F17	654.803,8966	6.820.878,6028
F18	654.507,9809	6.820.744,4098
F19	654.512,9069	6.820.500,2578
F20	652.927,3754	6.820.446,8759
F21	652.935,7611	6.820.221,6648
F22	652.654,2269	6.820.208,4281
F23	652.373,0054	6.820.195,2060
F24	651.908,5522	6.820.173,0422
F25	651.932,9074	6.819.406,4489
F26	652.145,6446	6.819.414,2986
F27	652.159,1626	6.819.100,8207
F28	652.357,4879	6.819.105,3685
F29	652.356,8102	6.819.200,6808
F30	652.589,5051	6.819.176,7839
F31	652.591,7269	6.819.016,6548
F32	653.056,5102	6.819.027,1423
F33	653.064,6773	6.818.739,0532
F34	653.594,3140	6.818.754,0679
F35	653.615,1995	6.818.334,6551
F36	653.038,9500	6.817.609,6543
F37	653.009,3352	6.817.662,5250
F38	652.593,1910	6.817.662,5250
F39	651.972,0955	6.817.630,9675
F40	651.977,5676	6.817.461,7284
F41	650.471,9573	6.817.433,1729
F42	650.464,2350	6.817.692,6410
F43	648.884,6977	6.817.662,6404
F44	648.554,1930	6.817.613,6570
F45	648.117,6050	6.917.164,1550
F46	647.228,2104	6.816.248,4684
F47(1)	653.753,8188	6.822.393,0113
F48(1)	653.841,0614	6.821.776,1735
F49(1)	653.300,4019	6.821.761,6159
F50(1)	653.086,0310	6.821.743,3360
F51(1)	653.072,9420	6.821.998,9530
F52(1)	651.879,7409	6.821.940,8405
F53(1)	651.888,1825	6.822.320,1825
F54(2)	654.214,7094	6.818.676,7108
F55(2)	654.212,4768	6.818.890,2014
F56(2)	654.227,7982	6.819.111,5136
F57(2)	654.394,9171	6.819.394,4924
F58(2)	654.504,5617	6.819.427,9470
F59(2)	654.555,7474	6.819.440,7381
F60(2)	654.600,1001	6.819.508,5714

F61(2)	654.685,5543	6.819.524,6117
F62(2)	654.815,1252	6.819.824,6565
F63(2)	654.918,4940	6.819.782,3957
F64(2)	654.915,1440	6.819.774,0157
F65(2)	655.290,0540	6.819.774,0257
F66(2)	655.549,0943	6.819.795,2222
SC01	642.094,0464	6.814.792,4532
SC02	642.751,7923	6.815.188,9703
SC03	642.702,4974	6.815.275,8754
SC04	642.915,7218	6.815.402,4577
SC05	642.726,2912	6.815.579,6033
SC06	642.444,0938	6.815.597,5255
SC07	642.464,5245	6.815.823,4604
SC08	642.676,3884	6.816.001,2317
SC09	643.055,4581	6.815.638,8638
SC10	643.153,1496	6.815.696,3314
SC11	643.261,9153	6.817.134,7457
SC12	643.463,2906	6.817.149,6689
SC13	643.354,4230	6.815.904,1435
SC14	643.469,5786	6.815.734,4861
SC15	643.788,9834	6.815.926,7073
SC16	643.899,5099	6.815.759,6198
SC17	643.283,6145	6.815.389,9828
SC18	643.412,1012	6.815.272,6157
SC19	643.271,3176	6.815.130,3920
SC20	643.128,9630	6.815.260,2232
SC21	642.476,2185	6.814.555,8821
SC22	642.354,6890	6.814.681,0491
SC23	642.478,8416	6.814.815,8100
SE01	642.009,4098	6.813.580,2333
SE02	641.824,4100	6.813.018,6427
SE03	642.021,2037	6.812.982,9720
SE04	642.208,0199	6.813.556,6953
ST01	646.244,7070	6.812.825,1441
ST02	645.942,5212	6.812.257,5784
ST03	646.023,9380	6.812.180,6584
ST04	645.811,9641	6.811.859,9641
ST05	645.730,6776	6.811.934,2347
ST06	645.432,4844	6.811.488,8739
ST07	645.291,8272	6.811.636,6901
ST08	645.976,1180	6.812.726,7039

**Notas:**

(1) Pontos/ Marcos relativos à zona rural interna ao perímetro urbano da sede, denominada como Área de Conservação Ambiental (ACA), segundo Macrozoneamento Municipal do Plano Diretor Municipal de Forquilha; e

(2) Pontos/ Marcos relativos ao perímetro urbano da sede, bairro de Cidade Alta.

**Lei Complementar Nº. 015, de 11 de Agosto de 2011.**

LEI DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPA DE FORQUILHINHA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 015, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, REVOGANDO A LEI Nº1207, DE 26 DE JULHO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º O Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal de Forquilha serão regidos pelos dispositivos desta Lei.  
Parágrafo único. O Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal divide o território em zonas; definem a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura e das condicionantes sócio-ambientais.

Art. 2º São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

- I - Anexo 1 - Parâmetros Urbanísticos;
- II - Anexo 2 - Mapa de Macrozoneamento Municipal;
- III - Anexo 3 - Mapa de Macrozoneamento e Sistema Viário Municipal;
- IV - Anexo 4 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal;
- V - Anexo 5 - Mapa de Zoneamento Urbano;
- VI - Anexo 6 - Mapa de Zoneamento e Sistema Viário Urbano;
- VII - Anexo 7 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- VIII - Anexo 8 - Classificação das Atividades de Uso do Solo Urbano;
- IX - Anexo 9 - Carta Imagem de Forquilha, contendo o Mapa do Zoneamento Específico do Aeródromo e Zoneamento de Ruído do Aeroporto Diomício Freitas em Forquilha;
- X - Anexo 10 - Mapa Áreas Mineradas de Subsolo; e
- XI - Anexo 11 - Área do Centro Histórico de Forquilha.

## CAPÍTULO I

### DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º As disposições desta lei devem ser observadas obrigatoriamente:

- I - Na concessão de alvarás de construção, reformas e ampliações;
- II - Na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas;
- III - Na execução de planos, programas, projetos, obras, e serviços referentes a edificações de qualquer natureza;
- IV - Na urbanização de áreas;
- V - No parcelamento do solo; e
- VI - Na implantação de atividades no meio rural que estejam estabelecidos nos parâmetros de uso desta lei.

Art. 4º É obrigatória a destinação de quantidade de vagas para estacionamento, carga e descarga, e áreas de embarque e desembarque em todas as edificações conforme indicado nas tabelas pertinentes, pertencentes à Lei do Sistema Viário e Mobilidade Municipal de Forquilha.

Parágrafo único. Toda e qualquer alteração de Uso, Atividade, Natureza e Porte, conforme estabelecidos nesta lei, seja por motivo de reforma ou alterações dos mesmos em estabelecimentos existentes deverão obedecer ao disposto neste artigo.

Art. 5º Ficam toleradas, a título provisório, todas as edificações cujos usos, atividades e parâmetros urbanísticos venham a estar em desacordo com os novos parâmetros estabelecidos por esta Lei, desde que tais edificações estejam regularizadas e cumprindo todas exigências legais do zoneamento vigente até a aprovação desta lei.

Parágrafo único. Fica o Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), autorizado a definir possíveis critérios específicos para a liberação e renovação de novos alvarás de uso, construção, reforma e afins, sempre que necessário.

## SEÇÃO I

### DOS OBJETIVOS

Art. 6º A presente Lei tem por objetivos:

- I - Estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo municipal, tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade;
- II - Orientar o crescimento da cidade visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis;
- III - Definir zonas, em âmbito municipal e urbano, respectivamente,

estabelecendo parâmetros de uso e ocupação do solo;

IV - Promover por meio de um regime urbanístico adequado, a qualificação do ambiente urbano;

V - Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo municipal, como medida para a gestão do bem público, da oferta de serviços públicos e da conservação do meio ambiente;

VI - Compatibilizar usos e atividades complementares entre si, tendo em vista a eficiência do sistema produtivo e da eficácia dos serviços e da infraestrutura.

## SEÇÃO II

### DAS DEFINIÇÕES

Art. 7º Para os efeitos de interpretação e aplicação desta lei, adotam-se os conceitos e definições adiante estabelecidas, e ilustradas no Anexo 1 desta lei, em parte:

I - Área, Setor ou Zona é a delimitação de uma parte do espaço do município, definida por suas características físicas, sociais e ambientais e sobre onde incidirá parâmetros específicos de uso e ocupação do solo.

II - Uso do solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, sendo esses usos definidos como:

a) adequado - compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da zona correspondente;

b) permissível - compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona dependerá da análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal e outras organizações julgadas afins;

c) proibido - compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona correspondente; e

d) tolerado - compreendem as atividades que após a aprovação do Plano Diretor Municipal e Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal, estiverem em desacordo com estas, face a já estarem devidamente e legalmente instaladas no município.

III - Ocupação do solo é a maneira como a edificação ocupa o terreno, em função das normas e índices urbanísticos incidentes sobre os mesmos.

IV - Práticas conservacionistas - significam a produção de alimentos com o solo permanentemente protegido, com a redução ou eliminação de revolvimento da terra, rotação de culturas e a diminuição do uso de agrotóxicos. Tem por objetivo preservar, melhorar e otimizar os recursos naturais, mediante o manejo integrado do solo, da água, da biodiversidade, compatibilizando com o uso de insumos externos.

V - Os parâmetros urbanísticos, ilustrados e presentes no Anexo 1 parte integrante desta Lei, são definidos como:

a) coeficiente de aproveitamento básico: (CA) valor que se deve multiplicar com a área do terreno para se obter a área máxima computável a construir, determinando o potencial construtivo do lote;

b) taxa de ocupação máxima: (TO) percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação sobre o plano horizontal e a área total do lote;

c) taxa de permeabilidade mínima: (TP) percentual expresso pela relação entre a área permeável do lote e a área total do lote.

VI - altura da edificação ou gabarito: é a dimensão vertical máxima da edificação, em números de pavimentos a partir do térreo, inclusive;

VII - lote mínimo: área mínima de lote, para fins de parcelamento do solo;

VIII - lote máximo: área máxima permitida por lote, para fins de parcelamento do solo;

IX - testada mínima: dimensão mínima da menor face do lote confrontante com uma via.

X - recuo frontal: é a distância mínima perpendicular entre a parede frontal da edificação no pavimento térreo, incluindo o subsolo, e o alinhamento predial existente ou projetado do lote ou módulo. Sua exigência visa criar uma área livre de qualquer tipo



de construção para utilização pública, como alargamento de vias e permeabilidade do solo, por exemplo;

XI - afastamento: é a menor distância entre duas edificações, ou a menor distância perpendicular permitida entre uma edificação e as linhas divisórias laterais e do fundo do lote onde ela se situa, desde que as mesmas possuam abertura para ventilação e iluminação, salvo projeções de saliências em edificações, nos casos previstos no Código de Obras;

XII - Dos termos gerais:

a) área computável: área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno e taxa de ocupação máxima;

b) regime urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada área, setor, região e/ ou zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno.

## CAPÍTULO II

### DO MACROZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL SEÇÃO I

#### DAS ÁREAS E MACROZONAS MUNICIPAIS

Art. 8º O município de Forquilha fica dividido em Áreas conforme Anexo 2 - Mapa de Macrozoneamento Municipal, parte integrante desta Lei, que recebem a denominação como segue:

I - Área de Conservação Ambiental (ACA);

II - Área de Uso Agroindustrial (AUAI);

III - Área Especial de Recuperação Ambiental (AERA);

IV - Área Especial de Mineração (AEM);

V - Área de Uso Agrossilvipastoril (AUAg);

VI - Área de Uso Restrito do Aeroporto (AURA); e

VII - Área de Consolidação Urbana (ACU).

Parágrafo único. Os critérios de uso do solo nas diversas áreas estão contidos no Anexo 4 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal, parte integrante desta lei.

Art. 9º Área de Conservação Ambiental (ACA) - apresenta alterações no seu ecossistema primitivo, entretanto existe grande potencial para conservar a biodiversidade, e condições físicas como solo e permeabilidade, dentre outras; frente a ocorrência de ocupação humana de baixíssimo impacto;

§ 1º Esta área tem como finalidade preservar, conservar e recuperar, com o objetivo de manter o equilíbrio de todo o ecossistema da Área, proteger os cursos d'água e suas margens, além de configurar importante refúgio para a fauna local, caracterizando-se como corredor de biodiversidade.

§ 2º Nesta Área devem ser restringidas atividades econômicas que importem em descaracterização de ecossistemas e na redução de populações naturais e o uso direto dos recursos naturais, permitindo-se o uso criterioso da biota baseado em princípios técnico-científicos rigidamente controlados.

§ 3º Esta área tem como finalidade restringir a ocupação urbana visando a preservação e conservação do meio ambiente, bem como a recuperação ambiental através de medidas mitigadoras.

Art. 10 . Área Especial de Recuperação Ambiental (AERA) - disposta nas proximidades e entorno da área de consolidação urbana, compreende área que necessita de recuperação ambiental devido à exploração mineral, em especial do carvão no município.

Parágrafo único. Esta Área tem por finalidade a recuperação do meio ambiente visando manter o equilíbrio de todo o ecossistema por meio de planos, programas e ações de recuperação ambiental e medidas mitigadoras e de compensação.

Art. 11 . Área Especial de Mineração (AEM) - área permissível para exploração mineral, disposta na região leste do município, tendo em vista seu grande potencial mineral e por contar com grande parte do território superficial ocupado por atividades correlatas.

§ 1º Esta área tem por objetivo controlar o uso do solo, bem como suas atividades nas áreas de entorno, de modo a proporcionar a conservação do mesmo e seguir as diretrizes, orientações e normas quanto ao uso do solo, estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

§ 2º Eventuais Áreas e atividades resultantes dessa exploração mineral deverão ter suas atividades restritas, segundo o estabelecido por esta lei, seguindo as demais definições das diretrizes estabelecidas pela lei do Plano Diretor Municipal, assim como demais regulamentações e recomendações do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (CDMF).

§ 3º Na Área Especial de Mineração (AEM) deverá ser levado em conta sua interferência nas atividades urbanas e infraestrutura arquitetônica e de engenharia, que ocorrem na superfície, em especial sobre as Áreas, Setores e Zonas acima das Áreas Minerada do Subsolo (AMS), com atenção especial para as exigências desta lei e Lei Plano Diretor Municipal, assim como demais legislações e normativas pertinentes.

Art. 12 . Área de Uso Agroindustrial (AUAI) - compreende a área para o desenvolvimento agroindustrial do município, área menos declivosa, propícia para a localização de indústrias de pequeno e médio porte não poluídas na porção sul do município.

§ 1º Esta Área tem como finalidade proporcionar local adequado para o desenvolvimento agroindustrial no município de forma a minimizar os impactos com a ocupação urbana e rural.

§ 2º Esta Área é a mais indicada para a expansão de serviços e agroindústrias, gerando menores conflitos ao se observar as condicionantes ambientais e o aproveitamento da infraestrutura viária existente, tais como proximidade da BR-101 e SC-446.

§ 3º Deverão ser previstos obras e investimento de infraestrutura, sobre tudo quanto a rede de drenagem, pavimentação e energia, além de movimentações de terras, para o correto uso e segurança dos empreendimentos da Área.

Art. 13 . Área de Uso Agrossilvipastoril (AUAg) - inclui as áreas já utilizadas por atividades de agricultura, pastagem e ou silvicultura e suas adjacências.

Parágrafo único. Esta área tem por objetivo promover atividades voltadas à agricultura, pecuária, silvicultura, criações diversas e agroindústrias, segundo práticas conservacionistas, desempenhando papel fundamental no município, onde as atividades primárias são predominantes.

Art. 14 . Área de Uso Restrito do Aeroporto (AURA) - compreende área de entorno do aeroporto, em que seus usos e parâmetros de ocupação e parcelamento são específicos.

Parágrafo único. Esta área tem como finalidade restringir e controlar o uso, ocupação e parcelamentos urbanos do entorno do aeródromo visando maior segurança, salubridade e conforto; tanto das atividades do aeroporto, bem como das áreas do entorno do mesmo.

Art. 15 . Área de Consolidação Urbana (ACU) - definida pelo perímetro urbano, em que seus usos e parâmetros de ocupação são definidos no zoneamento urbano.

§ 1º Os parâmetros de uso e ocupação do solo desta Área de Uso Urbano são detalhados no Capítulo III da presente Lei.

§ 2º As áreas municipais externas à Área de Consolidação Urbana configuram a área rural do município de Forquilha.

Art. 16 . As características de ocupação do solo rural devem seguir legislação federal e estadual, regulamentada e orientada pelos órgãos competentes.

## SEÇÃO II

### DA CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO MUNICIPAL

Art. 17 . Para efeito desta lei as atividades de uso do solo municipal classificam-se em:

I - Preservação: Atividades que visam garantir a manutenção e recuperação das características próprias de um ambiente e as interações entre os seus componentes;

II - Pesquisa científica: Realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela Ciência, permitindo elaborar um conjunto de conhecimentos que auxilie na compreensão da realidade e na orientação de ações;

III - Educação Ambiental: conjunto de ações educativas voltadas à compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a variação/evolução histórica dessa relação;

IV - Usos Habitacionais: Edificações destinadas à habitação permanente;

V - Atividades Turísticas e de Lazer: Atividades em que são promovidos a recreação, entretenimento, repouso e informação;

VI - Usos Agrossilvopastoris: conjunto de atividades de administração (gerenciamento) de uma floresta e/ou área de atividades agrossilvopastoris a fim de que seja possível utilizar-se de forma otimizada os recursos agroflorestais. Abrange aspectos físicos, financeiros, informativos e organizacionais e tem como resultado precípua o aproveitamento dos bens e benefícios produzidos pela floresta e pelo solo, associado à manutenção da qualidade ambiental;

VII - Agroindústrias: Atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos agrícolas;

VIII - Mineração: Atividade pela qual são extraídos minerais ou substâncias não metálicas do solo e subsolo.

### CAPÍTULO III

#### O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

##### SEÇÃO I

##### DAS ÁREAS, SETORES E ZONAS URBANAS

Art. 18 . O zoneamento urbano e parâmetros urbanísticos da área urbana do Município de Forquilha, constantes no Anexo 5 e Anexo 1, respectivamente, são partes integrantes desta Lei, e dividem o território urbano em Áreas, Setores e Zonas urbanas, que passam a ser denominadas como segue:

I - Áreas de Preservação Permanente (APPs);

II - Setor de Serviço e Comércio (SESC);

III - Zona Central (ZC);

IV - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);

V - Zona Especial de Parque (ZEP);

VI - Zona Industrial (ZI);

VII - Zona Institucional (ZIN);

VIII - Zona Residencial 1 (ZR1);

IX - Zona Residencial 2 (ZR2); e

X - Zona Ru-Urbana (ZUR).

Art. 19 . Área de Preservação Permanente (APP) - correspondem às faixas de preservação ao longo dos rios, córregos, nascentes, cursos d'água, entre outros definidas por Lei Federal e Estadual. Parágrafo único. Esta área tem como finalidade preservar e recuperar, com o objetivo de manter o equilíbrio de todo o ecossistema da região, proteger os cursos d'água e suas margens, além de configurar importante refúgio para a fauna local, caracterizando-se como corredor de biodiversidade.

Art. 20 . Setor de Serviço e Comércio (SESC) - corresponde ao corredor formado pelos terrenos urbanos em faixa de 50,00m (cinquenta metros) a partir do alinhamento predial que se destinam ao uso misto, inclusive residencial, para usos predominantes de comércio, de serviços, institucionais, comunitários e industriais, e considerado de média a alta densidade.

§ 1º Caracterizam-se pela proximidade a diversos loteamentos existentes na área urbana e ao longo de importantes vias que dão acessibilidade e continuidade ao tecido urbano para regiões estratégicas no município, e que possuem testadas voltadas para as seguintes vias:

I - Rodovia Antônio Valmor Canela (SC-448);

II - Avenida 25 de Julho;

III - Rodovia Pedro Manoel da Silva (SC-448);

IV - Rodovia Gabriel Arns (SC-446) e

V - Rodovia Josephina Lodetti Vassoler.

§ 2º Este setor tem como finalidade estruturar a paisagem urbana, intensificando e consolidando a ocupação existente, priorizando melhorias no atendimento de infraestrutura e oferta de serviços públicos, respeitando a vocação das vias classificadas

como Arteriais, possibilitando maior adensamento para os lotes de frente a estas vias do setor.

§ 3º O setor tem ainda como finalidade definir área para atração e concentração de comércios e serviços de médio e grande portes, assim como pequenas e médias indústrias, promovendo a instalação adequada dessas atividades, bem como de infraestrutura pertinente necessária.

Art. 21 . Zona Central (ZC) - correspondente à área urbana central da sede, onde se originou inicialmente o núcleo urbano de Forquilha, sendo considerada de alta densidade e destinada ao uso predominantemente comercial e de serviços, também sendo permitido o uso residencial.

§ 1º A implantação desta zona visa consolidar as características comerciais e de serviço de pequeno e médio porte da zona, que por sua conformação atual é passível de comportar intensificação destas atividades com planejamento prévio e adequada infraestrutura.

§ 2º Devido ao processo inicial de consolidação do núcleo urbano, parte desta Zona possui várias ocupações em Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo algumas inclusive anteriores ao Código Florestal federal, devendo portanto ser estudado caso a caso as atividades, usos e ocupações a serem desenvolvidas na Zona.

Art. 22 . Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - corresponde as possíveis áreas para a instalação de Habitações de Interesse Social (HIS) no município de Forquilha, onde deverão haver condições propícias para criação e expansão de programas habitacionais de interesse social e populares, considerada de alta densidade.

§ 1º Esta zona terá como objetivo delimitar área prioritária para implantação de novos programas habitacionais populares e de interesse social, criando banco de terras para futuros conjuntos habitacionais e para a política habitacional municipal em área própria e já servida de infraestrutura sanitária.

§ 2º Novas ZEIS ou Áreas Especiais para Habitações de Interesse Social (AEHIS) poderão ser criadas em Forquilha pelo poder público municipal sempre que necessário, devendo-se respeitar os parâmetros estabelecidos para esta Zona e ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como proceder com os instrumentos de planejamento e participação populares previstos na lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 23 . Zona Especial de Parque (ZEP) - corresponde às áreas destinadas ao uso restrito para lazer e recreação, visando à conservação do meio ambiente, principalmente a qualidade hídrica dos rios São Bento, Mãe Luzia e Sangão presentes nesta zona. Corresponde também a parte da área do Parque Municipal São Francisco de Assis e região do entorno do aeroporto Dimício Freitas.

Parágrafo único. A implantação desta zona visa definir área para atração e concentração de atividades de lazer e recreação, a fim de que se consolidem espaços de lazer e proporcione a conservação e educação ambiental.

Art. 24 . Zona Industrial (ZI) - corresponde às áreas urbanas destinadas ao uso predominantemente de comércio, serviços e indústrias de médio e grande portes, onde existem já alguns Núcleo Industriais instalados no município, sendo considerada de baixa para média densidade, onde o uso residencial é proibido.

§ 1º A implantação desta zona visa definir áreas exclusivas para atração e concentração de comércio, serviços e indústrias de porte ao município, promovendo a implementação de infraestrutura adequada a tais atividades.

§ 2º Deverão ser respeitadas as faixas marginais, não-edificáveis e recuos frontais para acesso aos empreendimentos com testada para os vários tipos viários municipais e estaduais pertinentes a cada zona industrial.

Art. 25 . Zona Institucional (ZIN) - corresponde às áreas urbanas onde se concentram os usos e instalações de atividades institucionais no município de Forquilha, sendo considerada de baixa para média densidade, também sendo possível o uso de comércios e serviços de pequeno e médio portes.

Parágrafo único. Esta zona tem como objetivo prover Forquilha de estoque fundiário para instalação de futuros equipamentos institucionais e de uso público, além de intensificar e consolidar a ocupação existente, priorizando melhorias no atendimento de infra-estrutura e oferta de serviços públicos.

Art. 26 . Zona Residencial 1 (ZR1) - corresponde às áreas urbanas de uso misto destinadas ao uso predominantemente residencial, de média densidade, também sendo possível o uso de comércios e serviços de pequeno e médio portes.

§ 1º Esta zona tem como objetivo intensificar e consolidar a ocupação existente, priorizando melhorias no atendimento de infraestrutura e oferta de serviços públicos.

§ 2º Esta zona deve respeitar a vocação das vias classificadas como Arteriais e Coletoras, pela Lei do Sistema Viário e Mobilidade Municipal, como sendo importantes vias de ligação e passagem de veículos pelo tecido.

Art. 27 . Zona Residencial 2 (ZR2) - corresponde às áreas urbanas de uso misto destinadas ao uso predominantemente residencial, de alta densidade, também sendo possível o uso de comércios e serviços de pequeno e médio portes.

§ 1º Esta zona tem como objetivo intensificar e consolidar a ocupação existente, priorizando melhorias no atendimento de infraestrutura, sobre tudo viária e de transporte público, além da oferta de serviços públicos, estruturando a paisagem urbana.

§ 2º Esta zona deve respeitar a vocação das vias classificadas como Arteriais e Coletoras, pela Lei do Sistema Viário e Mobilidade Municipal, como sendo importantes vias de ligação e passagem de veículos pelo tecido.

Art. 28 . Zona Ru-Rurbana (ZUR) - corresponde às áreas urbanas de uso predominantemente rural com características urbanas, onde se pretende promover uso misto predominantemente residencial, de baixa densidade, também sendo possível o uso de comércios, serviços e indústrias de pequeno.

§ 1º Esta zona tem como objetivo dotar o município de reserva fundiária para posterior ocupação e expansão urbana por estar relativamente distante de infraestrutura urbana e maior densidade de ocupação.

§ 2º Visa-se priorizar melhorias no atendimento de infra-estrutura, sobre tudo viária e de transporte público, além da oferta de serviços públicos, estruturando a paisagem urbana e o desenvolvimento rural.

Art. 29 . Os critérios de uso e ocupação do solo das Áreas, Setores e Zonas desta Seção estão contidos na tabela do Anexo 5, parte integrante desta lei.

#### SUBSEÇÃO I

##### DAS RESTRIÇÕES AOS PARÂMETROS DE USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO

Art. 30 . As Áreas Mineradas de Subsolo (AMS) correspondem às áreas nas quais ocorreram ou ocorrerão atividades de extração mineral no subsolo, onde o desenvolvimento de qualquer atividade urbana, arquitetônica e de engenharia subordinam-se às seguintes condicionantes:

I - Realização de estudo geotécnico preliminar e observância dos parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação e uso do solo definidos nesta lei e outros estabelecidos em legislações específicas e de respectivas regulamentações futuras, conforme Anexo 10 - Mapa Áreas Mineradas Subsolo.

II - Os estudos geotécnicos devem definir com clareza:

- a) os métodos de extração;
- b) os limites e profundidades das mesmas, para a adequação do local ao seu uso proposto;
- c) Análise prévia pelos órgãos municipais de Planejamento, Meio ambiente e demais, assim como pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), com parecer autorizando, ou não o parâmetro de Uso e Ocupação do solo;
- d) Considerar obrigatoriamente os usos mais restritivos, sobretudo quanto ao número máximo de pavimentos, para a referida zona

onde esta se encontre.

§ 1º As áreas de uso estabelecidas neste artigo tem suas delimitações físicas expressas no Anexo 10 - Mapa Áreas Mineradas de Subsolo.

§ 2º Para cada Área, Setor e Zona serão fixados usos e atividades que não comprometam suas características locais pré-estabelecidas, conforme expresso no Anexo 7 - Tabela dos Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano, assim como demais observações e normativas estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 3º O Poder Executivo Municipal poderá aprovar novas regulamentações que se reportem ao Uso do Solo Municipal sobre as Áreas Mineradas no Subsolo.

Art. 31 . As Áreas, Setores e Zonas que estiverem sendo atingidas pelo Plano de Protenção Específico do Aeródromo Dimício Freitas bem como seu Zoneamento de Ruído deverão seguir todos os critérios definidos em normas e regulamentos específicos pertinentes, além do expresso no Capítulo IV, Seção I da Lei do Plano Diretor Municipal de Forquilha.

Parágrafo único. As Áreas, Setores e Zonas estabelecidas neste artigo tem suas delimitações físicas expressas no Anexo 7 - Carta Imagem de Forquilha, contendo o Mapa do Zoneamento Específico do Aeródromo e Zoneamento de Ruído do Aeroporto Dimício de Freitas em Forquilha.

#### SEÇÃO II

##### DA CLASSIFICAÇÃO DOS USOS DO SOLO URBANO

Art. 32 . Para efeito desta lei os usos do solo urbano ficam classificados:

I - quanto às atividades;

II - quanto ao porte; e

III - quanto à natureza.

Art. 33 . As atividades, segundo suas categorias, classificam-se em:

I - Uso Habitacional (H): edificações destinadas à habitação permanente, podendo ser:

a) Unifamiliar (HU): edificação destinada a servir de moradia a uma só família;

b) Coletiva horizontal (HCH): edificação composta por mais de 2 unidades residenciais autônomas, agrupadas horizontalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público;

c) Coletiva vertical (HCV): edificação composta por mais de 2 unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público.

II - Uso Institucional (In): edifícios públicos, destinados a comportar atividades executadas pelo poder público. Incluem Prefeitura, Câmara de Vereadores, sede de concessionárias públicas, entre outros.

III - Usos Comunitários (C): destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos. Subclassificam-se em:

a) Uso Comunitário 1 (C1): atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial;

b) Uso Comunitário 2 (C2): atividades que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, altos níveis de ruídos e padrões viários especiais;

c) Uso Comunitário 3 (C3): atividades de grande porte, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, não adequadas ao uso residencial e sujeitas a controle específico;

d) Uso Comunitário 4 (C4): atividades de grande porte e sujeitas a controle específico.

IV - Comércio e Serviço (CS): atividades pelas quais fica definida uma relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem intelectual, subdividido em:



- a) Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro (CSVb): atividade comercial varejista de pequeno e médio porte, destinada ao atendimento de determinado bairro ou zona;
- b) Comércio e Serviço Setorial (CSS): atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços, destinadas ao atendimento de maior abrangência;
- c) Comércio e Serviço Geral (CSG): atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços, destinados a atender à população em geral, que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria;
- d) Comércio e Serviço Específico 1 (CSE1): atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial;
- e) Comércio e Serviço Específico 2 (CSE2): atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial.

V - Industrial (I): atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos, subdividida em:

- a) Indústria Tipo 1 (I1): atividades industriais compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno;
- b) Indústria Tipo 2 (I2): atividades industriais compatíveis ao seu entorno e aos parâmetros construtivos da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos;
- c) Indústria Tipo 3 (I3): atividades industriais em estabelecimentos que implique na fixação de padrões específicos, quando as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados.
- Parágrafo único. A descrição detalhada das classificações das atividades de uso do solo estão contidas no Anexo 8, parte integrante desta lei.

Art. 34 . As atividades urbanas constantes das categorias de uso comercial, de serviços e industrial classificam-se quanto à natureza em:

- I - perigosa: atividades que possam dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, poeiras, exalação de detritos danosos à saúde ou que eventualmente possam por em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas;
- II - nocivas: atividades que impliquem a manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos sólidos, líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera, o solo e/ ou os cursos d'água; e
- III - incômodas: atividades que possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego, induções à implantação de atividades urbanisticamente indesejáveis, que venham incomodar a vizinhança e/ ou contrariem o zoneamento do município.

Art. 35 . As atividades urbanas constantes das categorias de uso comercial, de serviços e industrial classificam-se quanto ao porte em:

- I - pequeno porte: área de construção até 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados);
- II - médio porte: área de construção entre 150,01 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros e um centímetro quadrados) e 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);
- III - grande porte: área de construção superior a 500,01 m<sup>2</sup> (quinhentos metros e um centímetro quadrados).

Art. 36 . As atividades não especificadas no Anexo 8, nesta Lei serão analisadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) que estabelecerá alternativas de localização e eventuais medidas mitigadoras.

#### CAPÍTULO IV DAS ÁREAS NÃO COMPUTÁVEIS

Art. 37 . Consideram-se área não computável as áreas edificadas que não serão consideradas no cálculo do coeficiente de aproveitamento.

Art. 38 . São consideradas áreas não computáveis:

- I - superfície ocupada por escadas enclausuradas, a prova de

fumaça e com até 15,00m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados), poço de elevadores, central de gás, central elétrica (de transformadores) e central de ar condicionado;

II - sacadas, balcões ou varandas de uso exclusivo da unidade até o limite de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por unidade imobiliária;

III - floreiras de janela projetadas no máximo 50,00 cm (cinquenta centímetros) além do plano da fachada;

IV - reservatórios e respectivas bombas, ar condicionado, geradores e outros equipamentos de apoio, desde que com altura máxima de 2,00 m (dois metros);

V - áreas ocupadas com casas de máquinas, caixa d'água e barilete;

VI - até 100% da área mínima exigida para área de recreação desde que de uso comum;

VII - até dois pavimentos exclusivos para vagas de garagem, desde que haja elevador;

VIII - sótão em residência, desde que esteja totalmente contido no volume do telhado e caracterizado como aproveitamento deste espaço, e;

IX - ático não sendo considerado no cálculo do número de pavimentos, desde que atendidos os seguintes itens:

a) projeção da área coberta sobre a laje da cobertura do último pavimento, desde que não ultrapasse o máximo de 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior, sendo no ático permitido todos os compartimentos necessários para a instalação de casa de máquinas, caixa d'água, áreas de circulação comum do edifício, dependências destinadas ao zelador, área comum de recreação e parte superior de unidade duplex nos edifícios de habitação coletiva;

b) afastamento mínimo de 3,00m (três metros) em relação à fachada do recuo frontal e de 2,00m (dois metros) em relação à fachada dos afastamentos (laterais e de fundos) do pavimento imediatamente inferior;

c) será tolerado somente o volume da circulação vertical no alinhamento das fachadas frontais e de fundos;

d) pé-direito máximo para dependências destinadas ao zelador e parte superior da unidade duplex de 3,20m (três metros e vinte centímetros); e

e) são toleradas áreas destinadas a nichos, que constituam elementos de composição das fachadas e que atendam as condições estabelecidas no Código de Obras e Posturas.

Parágrafo único. Para efeito de verificação da taxa de ocupação, não serão considerados os elementos constantes nas alíneas de I a III deste artigo.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 . Todos os projetos em andamento, ainda não licenciados, protocolados nos órgãos competentes anteriormente à data de vigência desta lei, terão o prazo de 06 (seis) meses para serem ajustados à presente lei, ao Código de Posturas e Código de Obras.

§ 1º As informações constantes nas consultas de construção e parcelamento do solo, expedidas anteriormente à data de vigência desta lei terão validade de 06 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

§ 2º Os projetos licenciados perderão sua validade se as obras não forem iniciadas no prazo de 06 (seis) meses, contado a partir da data de licenciamento, sujeitando-se às normas da presente lei.

Art. 40 . As edificações concluídas com recuos frontais inferiores aos estabelecidos nesta lei, deverão observar os novos parâmetros, em caso de reformas ou demolição

Art. 41 . Será admitida a transferência ou substituição de alvará de funcionamento de estabelecimentos legalmente autorizado, desde que a nova localização ou atividade atenda aos dispositivos expressos nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 42 . Os alvarás de funcionamento para o exercício de atividades que contrariem as disposições contidas nessa Lei, e que

tenham sido expedidos em conformidade com a legislação vigente à época, serão respeitados até a data de vigência, ressaltando-se as demais disposições da legislação em vigor.

Art. 43 . Em caso de um mesmo lote ficar em zonas diferentes prevalecerão os critérios mais restritivos, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

Art. 44 . O remembramento de terrenos que se situam em zonas de uso e ocupação do solo diferentes, somente poderá ser aprovado se houver parecer técnico favorável expedido pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal e aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

Art. 45 . Ficará a cargo do órgão municipal competente ou ao Órgão Estadual competente o pedido de estudos ambientais e/ ou medidas mitigadoras conforme a natureza das atividades desenvolvidas ou o porte das mesmas.

Art. 46 . A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

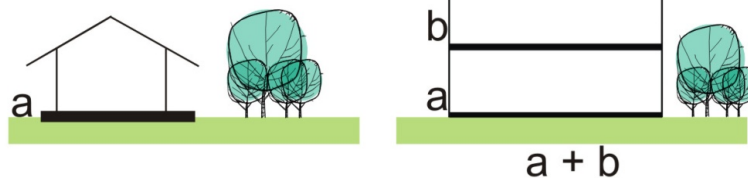
Chefe do Departamento de Governo



## ANEXO 1

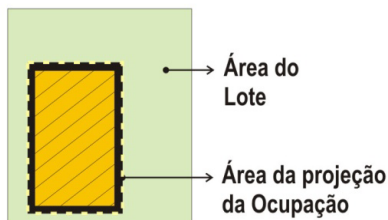
### PARÂMETROS URBANÍSTICOS

$$CA = \frac{\text{Área edificável(a ou a+b)}}{\text{Área do terreno}}$$



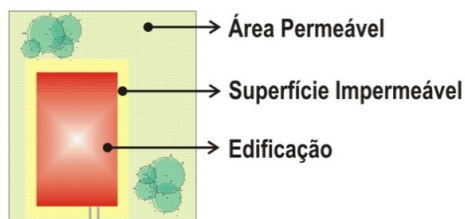
Coeficiente de Aproveitamento Básico – CA

$$TO = \frac{\text{Área de projeção da edificação no solo}}{\text{Área do terreno}}$$



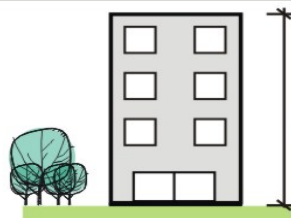
Taxa de Ocupação Máxima – TO

$$TP = \frac{\text{Área permeável (área do terreno - projeção da edificação + superfície impermeabilizada)}}{\text{Área do terreno}}$$



Taxa de Permeabilidade Mínima – TP

ALTURA MÁXIMA



Altura  
máxima  
(n° de pavimentos)

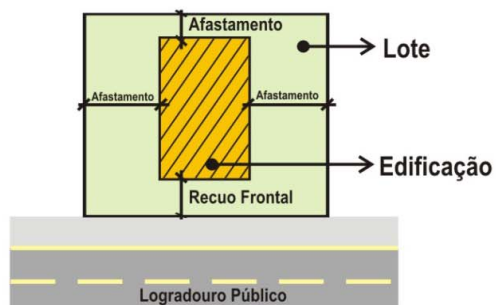
Altura Máxima – Número de Pavimentos (Pav)

LOTE MÍNIMO E TESTADA MÍNIMA

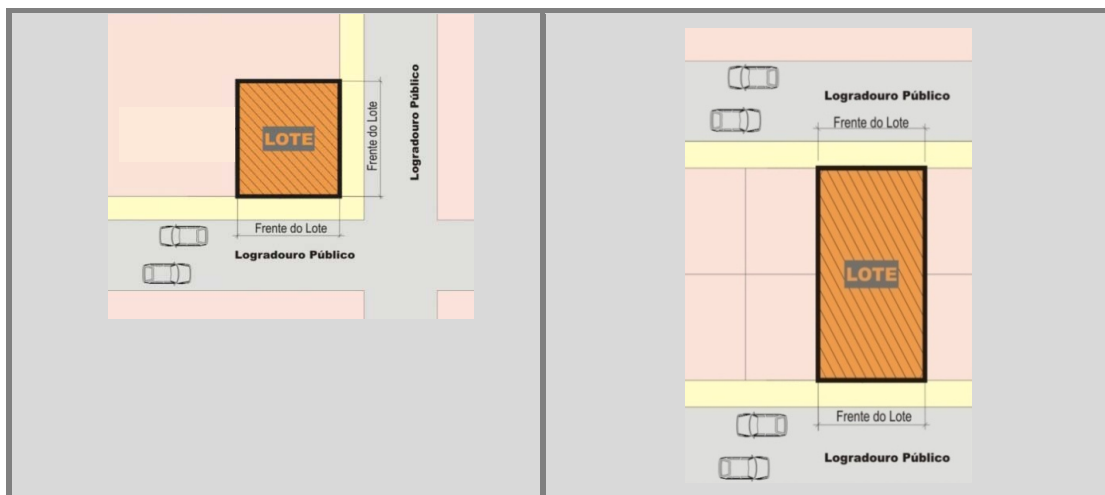


Lote Mínimo e Testada Mínima

RECUOS



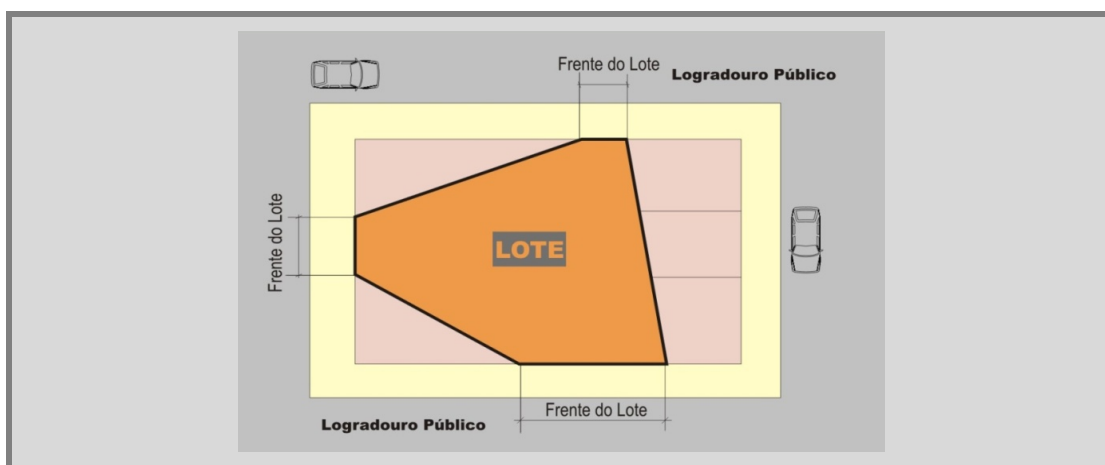
Recuos e Afastamentos



Casos especiais de Recuos

Lotes de esquina resultando em duas  
Frentes

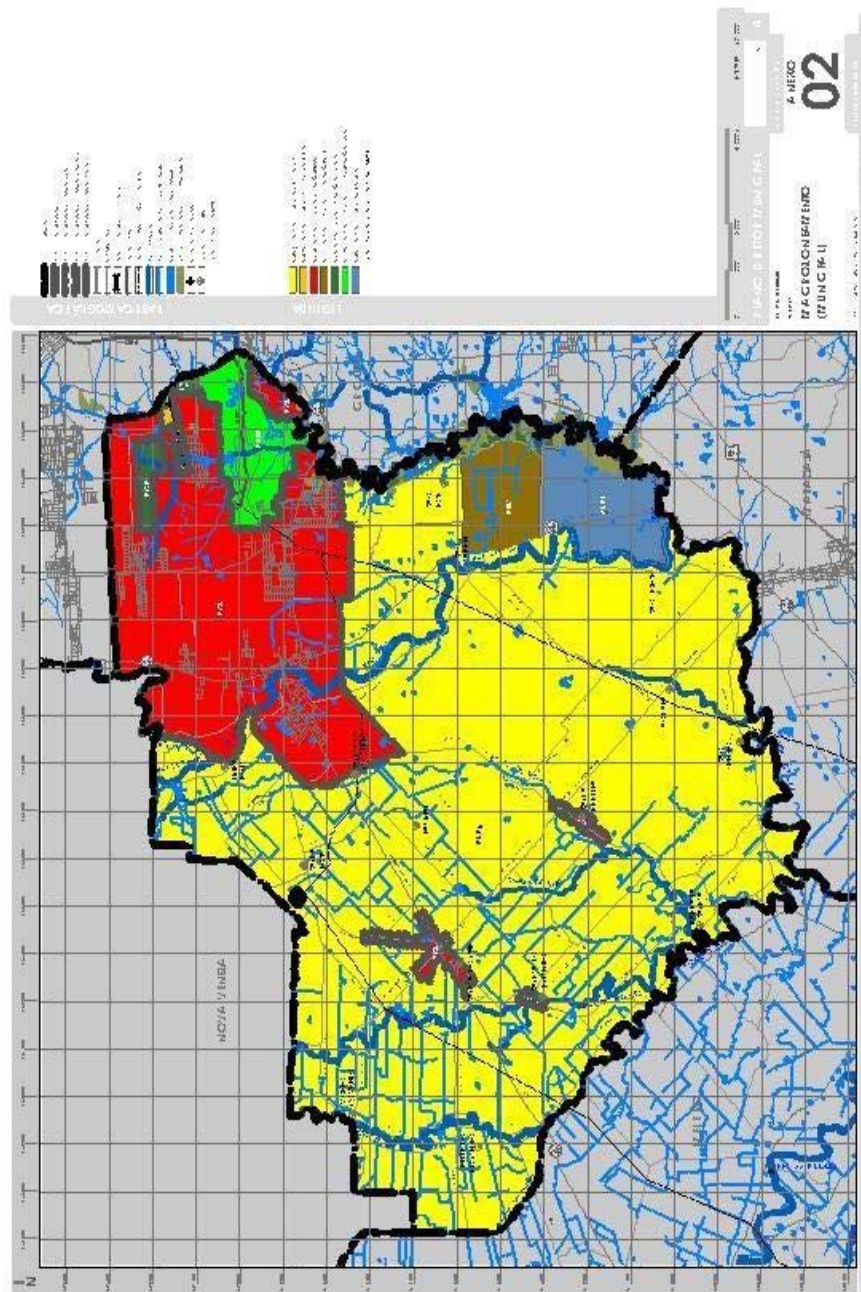
Lotes de meio de quadra com duas  
frentes



Lote irregular resultando em várias frentes

## ANEXO 2

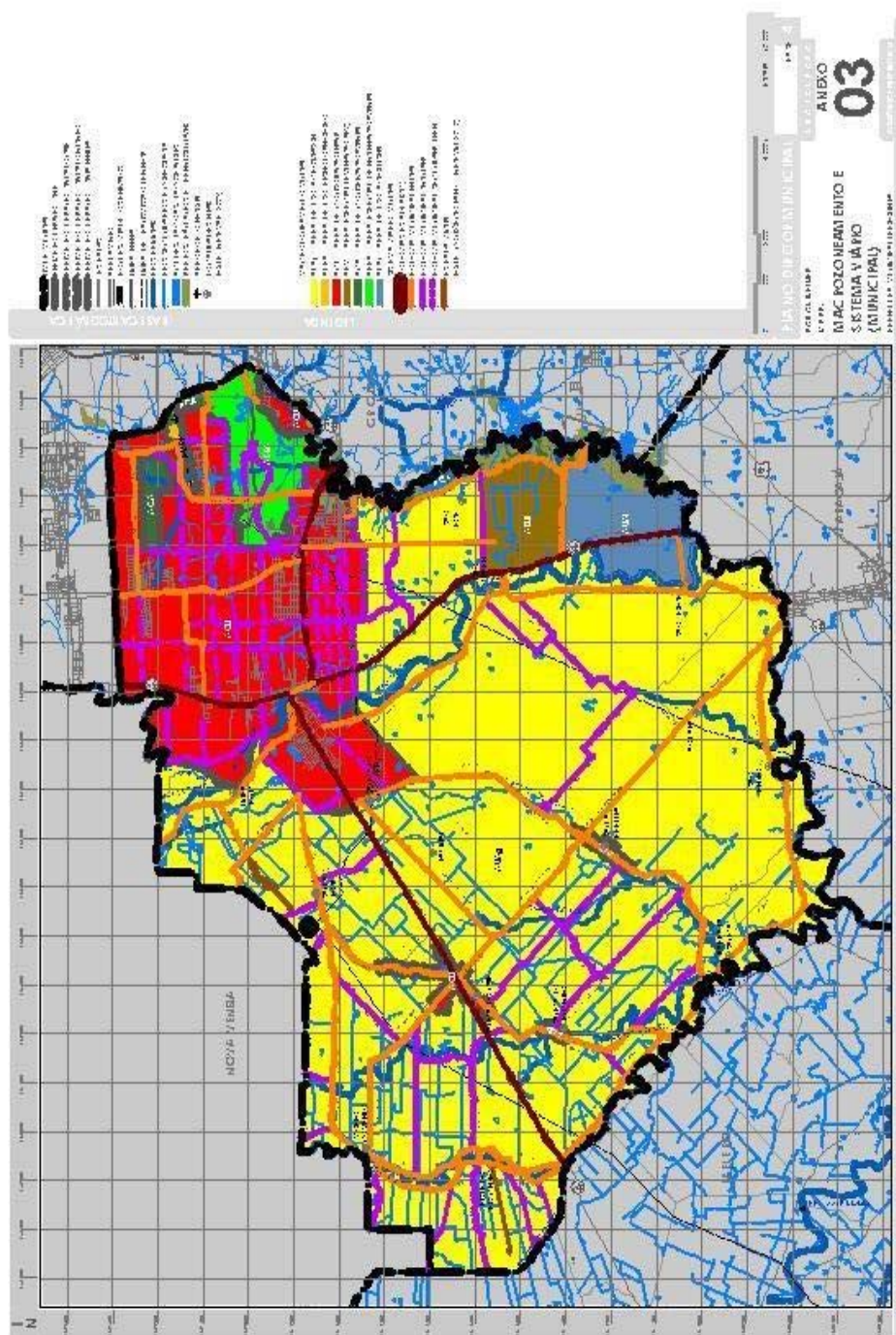
### MAPA DE MACROZONEAMENTO MUNICIPAL





## ANEXO 3

### MAPA DE MACROZONEAMENTO E SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL





## ANEXO 4

### PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

MACROZONAS	USOS			OCUPAÇÃO							
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - CA	TAXA DE OCUPAÇÃO - TO (%)	TAXA PERMEABILIDADE MINIMA. (%)	TESTADA MINIMA. (m)	LOTE MINIMA. (m²)	ALTURA MÁXIMA. (Pav.)	RECUE FRONTAL (m)	AFAST. LATERAIS (m)
Área de Conservação Ambiental (ACA)	-Educação Ambiental; -Pesquisa Científica; -Preservação e Recuperação;	-Atividades Turísticas e de Lazer; -Mineração/ Exploração Mineral;	-Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Uso Agroindustrial (AUAi)	Agroindústrias; -Pesquisa Científica; -Preservação e Recuperação;	-Educação Ambiental; -Usos Habitacionais;	-Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área Especial de Recuperação Ambiental (AERA)	-Educação Ambiental; -Pesquisa Científica; -Preservação e Recuperação;	-Mineração/ Exploração Mineral;	-Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área Especial de Mineração (AEM)	-Educação Ambiental; -Mineração/ Exploração Mineral; -Pesquisa Científica; -Preservação e Recuperação;	-Atividades Turísticas e de Lazer;	-Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Uso Agrossilvipastoril (AUAg)	-Atividades Turísticas e de Lazer; -Educação Ambiental; -Pesquisa Científica; -Preservação e Recuperação; -Usos Agrossilvipastoris; -Usos Habitacionais; <sup>(1)</sup>	-Agroindústrias; -Mineração/ Exploração Mineral;	-Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Uso Restrito do Aeroporto (AURA)	Os Usos e atividades desta Área deverão seguir normativas dos órgãos competentes, em especial a INFRAERO			-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Consolidação Urbana (ACU)	Parâmetros estabelecidos na tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano (ZONEAMENTO)			Parâmetros estabelecidos na tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano (ZONEAMENTO)							

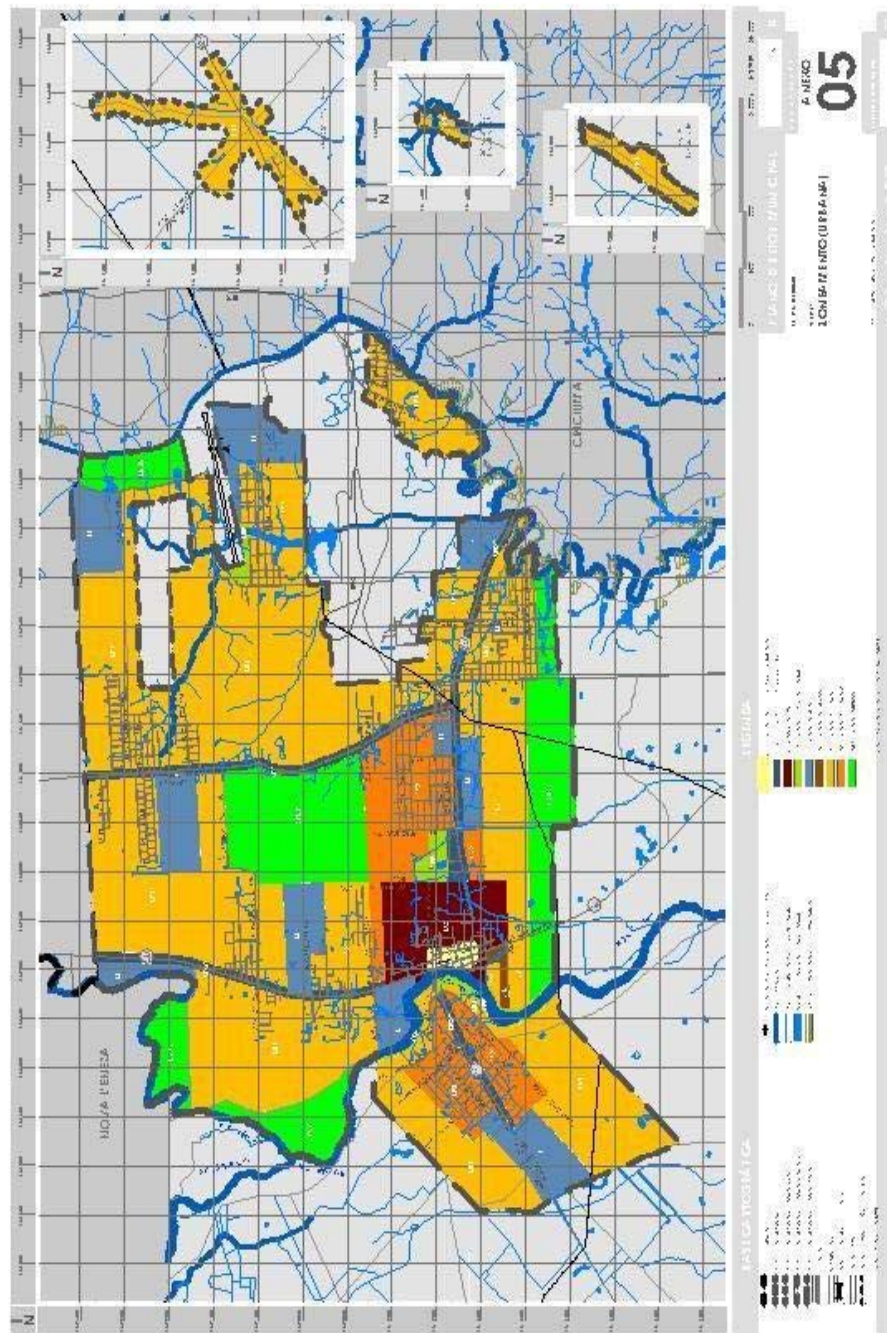
Fonte:  
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2010)

Nota:

(1) Uso controlado com restrições, respeitando-se o Módulo Mínimo do INCRA e demais normas pertinentes relativas.

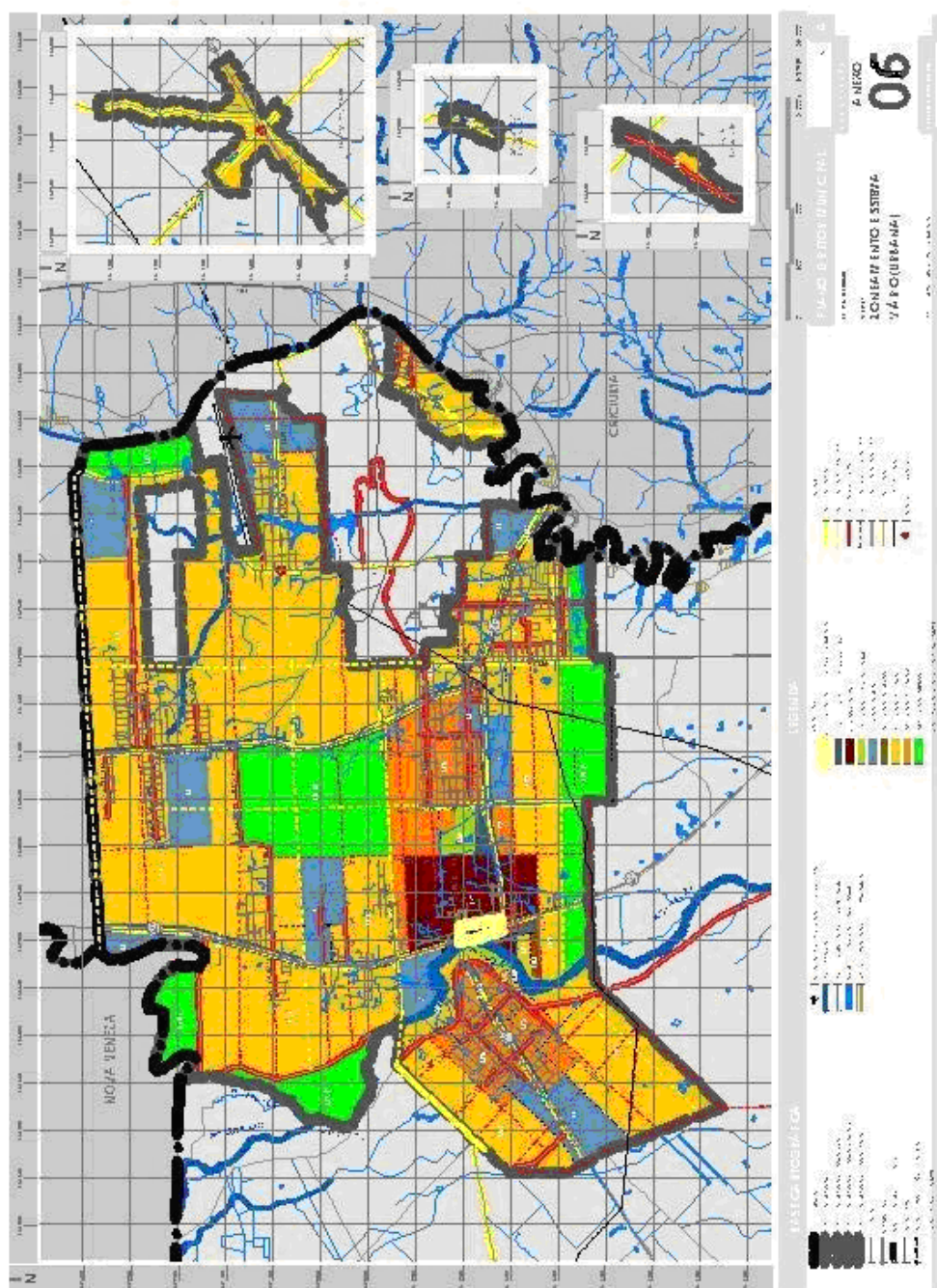
## ANEXO 5

### MAPA DE ZONEAMENTO URBANO



**ANEXO 6**

**MAPA DE ZONEAMENTO E SISTEMA VIÁRIO URBANO**



## ANEXO 7

### PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

ÁREAS, SETORES e ZONAS	USOS			OCUPAÇÃO													
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL <sup>1)</sup>	PROIBIDO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO – CA		TAXA DE OCUPAÇÃO – TO (%)		TAXA DE INFILTRAÇÃO – TI (%)		TESTADA MÍNIMA (m)	LOTE		ALTURA MÁX. (PAV.)	RECUEO FRONTAL (m)		AFASTAMENTO (A) LATERAL (m) <sup>10)</sup>	
				BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.		MÍN. (m²)	MÁX. (m²)		BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.
APP	-C4 <sup>(6)</sup> , <sup>(2)</sup>	-CSE2; <sup>(2)</sup>	- Todas demais atividades.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SESC	-HCV; -In; -C2; C4 <sup>(6)</sup> ; -CSV; -CSS; -CSG.	-HU; -HCH; -C1; -C3; -CSE1; -I2.	- Todas demais atividades.	1,5	2 <sup>(3)(4)</sup>	60	70 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	2.880	3 ou 4 <sup>(3)(6)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>	1,5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZC	-HU; -HCV; -In; -C1; -C2; -C4 <sup>(6)</sup> ; CSV; -CSS	-HCH; -C3; -C4; -CSE1; -I2; -I1; -I2	- Todas demais atividades.	3	4 <sup>(3)(4)</sup>	60	70 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	2.880	6 ou 8 <sup>(3)(6)</sup>	5 <sup>(7)</sup>	3 <sup>(3)(4)</sup> <sup>(7)</sup>	1,5 ≤ 2p <sub>h</sub> /5	h/6 <sup>(3)(4)</sup>
ZEIS	-HU; -HCH; HCV; -In; -C1; CSV.	-C2; -C4; -CSS; -CSE1; -I2; -I1	- Todas demais atividades.	1	1,5 <sup>(3)(4)</sup>	50	70 <sup>(3)(4)</sup>	30	20 <sup>(3)(4)</sup>	10/ 5 <sup>(5)</sup>	50/ 125 <sup>(8)</sup>	1.000 <sup>(3)(4)</sup>	2 ou 3 <sup>(3)(6)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup> <sup>(10)</sup>	1,5	1,5 <sup>(3)(4)</sup>
ZEP	-C4 <sup>(6)</sup> ,	- In; -C1; -C3; -CSV.	- Todas demais atividades.	0,5	*	30	*	40	*	15	720	7.200	2	10	*	3	*
ZI	-In; -C4 <sup>(6)</sup> ; -CSV; -CSG; -CSE1; -I1; -I2; -I3;	-HU; -HCH; -C1; -C2; -C3; -CSS; -CSE2.	- Todas demais atividades.	1	1,5 <sup>(3)(4)</sup>	50	60 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	25	1.440	28.800	2 ou 3 <sup>(3)(6)</sup>	15	10 <sup>(3)</sup> <sup>(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZIN	-In; -C1; -C2; -CSV; -CSS.	-HU; -HCH; -HCV; -C3; -C4; -CSE1; -I1; -I2;	- Todas demais atividades.	1	2 <sup>(3)(4)</sup>	40	60 <sup>(3)(4)</sup>	30	20 <sup>(3)(4)</sup>	15	720	8.640	2 ou 4 <sup>(3)(6)</sup>	10	5 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZR1	-HU; -HCH; -HCV; -In; -C1; -C2; -CSV; -I1;	-C3; -C4; -CSS; -CSE1; -I2; -I2	- Todas demais atividades.	1	2 <sup>(3)(4)</sup>	50	60 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	2.160	2 ou 4 <sup>(3)(6)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>	1,5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZR2	-HU; -HCH; -HCV; -In; -C1; -C2; -CSV; -I1;	-C3; -C4; -CSS; -CSE1; -I2; -I2	- Todas demais atividades.	2	3 <sup>(3)(4)</sup>	50	60 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	3.600	4 ou 6 <sup>(3)(6)</sup>	5	*	1,5 ≤ 2p <sub>h</sub> /5	h/6 <sup>(3)(4)</sup>
ZRUR	-HU; -HCH; -In; -CSV; -I1;	-HCV; -C1; -C2; -C3; -C4; -CSS; -CSE1; -I2; -I3	- Todas demais atividades.	1	2 <sup>(3)(4)</sup>	40	50 <sup>(3)(4)</sup>	30	25 <sup>(3)(4)</sup>	15	720	7.200	2 ou 4 <sup>(3)(6)</sup>	10	5 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>

Notas:

- (1) É Tolerado afastamentos nulos (0m), colado nas divisas opostas à via pública (empenas cegas), somente para um único pavimento de altura máxima, sendo tolerado o pavimento de mezanino, desde que obedecido o Código de Obras e Posturas, em especial para as soluções de ventilação e iluminação dos ambientes.
- (2) Mediante estudo específico, conforme ação específica do Plano Diretor Municipal e demais determinações dos órgãos ambientais e afins.
- (3) Mediante o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- (4) Mediante o instrumento da Transferência do Direito de Construir.
- (5) Parâmetros flexibilizados somente para os casos de regularização fundiária, seguindo os critérios e diretrizes dos Planos, Programas e Ações de regularização fundiária promovidas no município.
- (6) Exceto para a Atividade 3.4.1 Antenas de Celulares, Retransmissão e congêneres, sendo esse esta Atividade Permissíveis.
- (7) Serão tolerados recuos frontais nulos (0m) aos lotes inseridos pelo polígono do Centro Histórico de Forquilha (CHF), conforme apresentado no Anexo 11 – Área do Centro Histórico de Forquilha, parte integrante desta Lei.



## ANEXO 8

### CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO URBANO

1. USO HABITACIONAL (H)	
edificações destinadas à habitação permanente, subclassificando-se em:	
1.1	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (HU) – edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família.
1.2	HABITAÇÃO COLETIVA HORIZONTAL (HCH) – edificação composta por mais de 01 unidade residencial autônoma, agrupadas horizontalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público.
1.3	HABITAÇÃO COLETIVA VERTICAL (HCV) – edificação composta por mais de 2 unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público.
2. USO INSTITUCIONAL (In)	
edifícios públicos, destinados a comportar atividades executadas pelo poder público executivo, legislativo e judiciário, tais como: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fóruns, Ministério Público, entre outros.	
3. USOS COMUNITÁRIOS (C)	
destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos. Subclassificam-se em:	
3.1	COMUNITÁRIO 1 (C1)
3.1.1.	Ambulatório;
3.1.2.	Assistência Social;
3.1.3.	Berçário, Creche, Hotel para Bebês;
3.1.4.	Biblioteca;
3.1.5.	Casas de Saúde, Repouso e de Recuperação, Asilos e congêneres;
3.1.6.	Ensino Maternal, Pré-Escolar, Jardim de Infância;
3.1.7.	Escola Especial;
3.1.8.	Ginásios poliesportivos escolares.
3.2	COMUNITÁRIO 2 (C2)
3.2.1.	Auditório e Programas de Auditório;
3.2.2.	Boliche;
3.2.3.	Campus Universitário;
3.2.4.	Cancha de Bocha, Cancha de Futebol;
3.2.5.	Casa de Culto, Templo Religioso;
3.2.6.	Casa de Espetáculos Artísticos, <i>Boite</i> , Casa de <i>Shows</i> e afins;
3.2.7.	Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações;
3.2.8.	Cinema;
3.2.9.	Colônia de Férias;
3.2.10.	Desfiles de Blocos Carnavalescos ou Folclóricos, Trios Elétricos e congêneres;
3.2.11.	Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus;
3.2.12.	Clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres;
3.2.13.	Hospital;
3.2.14.	Maternidade;
3.2.15.	Museu;
3.2.16.	Piscina Pública;
3.2.17.	Rádio e Estações retransmissoras;
3.2.18.	Ringue de Patinação;
3.2.19.	Sociedade Cultural;
	Teatro;
3.3	COMUNITÁRIO 3 (C3)
3.3.1.	Autódromo, Kartódromo;
3.3.2.	Centro de Convenções, Centro de Exposições, Feiras, Congressos e congêneres;
3.3.3.	Centro de Equitação, Hipódromo;



3.3.4.	Centro e Pista de Treinamento esportivo;
3.3.5.	Centro e/ou Casa de Recreação, Animação, Festas e Eventos;
3.3.6.	Circo, Parque de Diversões, Diversão Pública, Centros de Lazer e congêneres;
3.3.7.	Corridas e competições de animais;
3.3.8.	Estádio, Poliesportivo;
3.3.9.	Ginásios Poliesportivos;
3.3.10.	Rodeio;
3.3.11.	Sede Cultural, Esportiva e Recreativa, e Associações.
3.4	COMUNITÁRIO 4 (C4)
3.4.1.	Antenas de Celulares, Retransmissão e congêneres;
3.4.2.	Controle e Tratamento de Efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;
	Estação de Saneamento, Fornecimento e Tratamento de Água;
3.4.3.	Estação de Tratamento de Esgoto;
3.4.4.	Sub-estação de energia e afins.
3.4.5.	

#### 4. COMÉRCIO E SERVIÇOS (CS)

atividades pelas quais fica definida uma relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão de obra ou assistência de ordem intelectual. Subclassificam-se em:

4.1.	COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL DE BAIRRO (CSVB)
4.1.1.	Academias;
4.1.2.	Açougue;
4.1.3.	Agência Bancária, Banco;
4.1.4.	Agência de Câmbio, Corretagem, Seguros e afins;
4.1.5.	Agência de Notícias, Sede de Jornal e afins;
4.1.6.	Agência de Serviços Postais;
4.1.7.	Armarinhos;
4.1.8.	Atelier de Profissionais Autônomos;
4.1.9.	Bar, Botequim e afins;
4.1.10.	Bazar, Casa de Cigarros, Charutarias, Fumos e afins;
4.1.11.	Bilhar, Snooker, Pebolim;
4.1.12.	Borracharia;
4.1.13.	Cafeteria, Cantina, Casa de Chá, Confeitaria;
4.1.14.	Casa de Banho, Ducha, Sauna, Massagem e congêneres;
4.1.15.	Casa Lotérica;
4.1.16.	Choparia, Churrascaria, Petiscaria, Pizzaria;
4.1.17.	Comércio de Material de Construção;
4.1.18.	Comércio de Produtos Agropecuários e afins;
4.1.19.	Comércio de Refeições Embaladas;
4.1.20.	Comércio de Veículos e Acessórios;
4.1.21.	Comércio Máquinas, Equipamentos e Ferragens;
4.1.22.	Consultórios;
4.1.23.	Drogaria, Ervanário, Farmácia;
4.1.24.	Escritório de Comércio Varejista;
4.1.25.	Escritórios Administrativos;
4.1.26.	Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres;
4.1.27.	Estacionamento Comercial;
4.1.28.	Floricultura, Flores Ornamentais;
4.1.29.	Fonografia ou Gravação de Sons ou Ruídos, inclusive Trucagem, Dublagem e Mixagem Sonora, Estúdio de Som e congêneres;
4.1.30.	Frutaria e Fruteira;
4.1.31.	Instituições Financeiras, de Crédito, Faturização (Factoring) e congêneres;
4.1.32.	Instituto de Beleza, Salão de Beleza, Barbearia, Cabeleireiro, Manicure, Pedicure e congêneres;
4.1.33.	Jogos Eletrônicos;
4.1.34.	Laboratório e Oficina de Próteses em geral;
4.1.35.	Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicos e Fotográficos;
4.1.36.	Lanchonete;
4.1.37.	Lavanderia;
4.1.38.	Leiteria;
4.1.39.	Livraria;
4.1.40.	Locadora, Gravação e Distribuição de Filmes, DVD, Video-Tapes e afins;

4.1.41.	Mercado;
4.1.42.	Mercearia, Hortifrutigranjeiros;
4.1.43.	Montagem de Bijuterias;
4.1.44.	Oficina Mecânica de Veículos, Máquinas e Equipamentos;
4.1.45.	Ótica, Joalheria;
4.1.46.	Panificadora;
4.1.47.	Papelaria, Revistaria, Duplicação de Documentos e afins;
4.1.48.	Pastelaria;
4.1.49.	Posto de Venda de Pães;
4.1.50.	Prestação de Serviços Técnicos, Administrativos, Consultoria, Assessoria, Financeiro e afins;
4.1.51.	Profissionais Autônomos;
4.1.52.	Relojoaria;
4.1.53.	Restaurante, Rotisseria;
4.1.54.	Serviços de Datilografia, Digitação, Estenografia, Secretaria em Geral, Resposta Audível, Redação, Edição, Interpretação, Revisão, Tradução, Apoio e Infra-Estrutura Administrativa e afins;
4.1.55.	Sorveteria.
4.2	COMÉRCIO E SERVIÇO SETORIAL (CSS)
4.2.1.	Agência de Publicidade e Propaganda;
4.2.2.	Agência de Turismo, Passeios, Viagens, Excursões, Hospedagens e afins;
4.2.3.	Buffet com Salão de Festas
4.2.4.	Centros Comerciais;
4.2.5.	Comércio e Revenda de Bebidas;
4.2.6.	Edifícios de Escritórios;
4.2.7.	Empresa ou Estabelecimento de Vigilância ou Segurança pessoal ou de bens;
4.2.8.	Entidades Financeiras;
4.2.9.	Escritório de Comércio Atacadista;
4.2.10.	Hotel, Pensão, Pousada, Motel e similares;
4.2.11.	Imobiliárias;
4.2.12.	Locadora de bens móveis e afins;
4.2.13.	Lojas de Departamentos;
4.2.14.	Produtora de Eventos, Espetáculos e congêneres;
4.2.15.	Produtora de Imagem, Som, Vídeo e afins;
4.2.16.	Sede de Empresas;
4.2.17.	Serv-Car, Locadoras de Veículos, Reboques e afins;
4.2.18.	Serviços de Estofaria e congêneres;
4.2.19.	Serviços de Lavagem de Veículos;
4.2.20.	Serviços Públicos;
4.2.21.	Super e Hipermercados.
4.3	COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL (CSG)
4.3.1.	Agenciamento de Cargas e Bens;
4.3.2.	Agenciamento Marítimo e afins;
4.3.3.	Canil, Gatil e outros;
4.3.4.	Comércio Atacadista;
4.3.5.	Comércio Varejista de Grande Equipamentos;
4.3.6.	Criador de Animais Exóticos;
4.3.7.	Depósito e Comércio de Sucatas e Peças Usadas;
4.3.8.	Depósitos, Armazéns Gerais;
4.3.9.	Entrepósitos, Cooperativas, Silos;
4.3.10.	Estamparias;
4.3.11.	Grandes Oficinas e Oficinas de Máquinas e Equipamentos Pesados;
4.3.12.	Horto florestal, Viveiros de Mudanças, Árvores e afins;
4.3.13.	Hospital Veterinário;
4.3.14.	Hotel para Animais;
4.3.15.	Impressoras, Editoras, Gráficas e similares;
4.3.16.	Marmorarias;
4.3.17.	Oficinas de Lataria e Pintura;
4.3.18.	Serviços e Coleta de Lixo;
4.3.19.	Terminais Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Rodo-Ferroviários, Movimentação de Passageiros e congêneres.
4.4.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 1 (CSE1)
4.4.1.	Comércio de Fogos de Artifício;

4.4.2.	Comércio e Depósito de matéria-prima Mineral;
4.4.3.	Comércio Varejista de Combustíveis;
4.4.4.	Comércio Varejista de Derivados de Petróleo;
4.4.5.	Posto de Gasolina;
4.4.6.	Posto de Venda de Gás Liquefeito;
4.4.7.	Serviços de Bombas de Combustível para Abastecimento de Veículos de Empresa;
4.4.8.	Serviços Portuários, Aeroportuários e afins;
4.4.9.	Transportadoras e Empresas de Ônibus e Frotas de Veículos Pesados.
4.5.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 2 (CSE2)
4.5.1.	Capela Mortuária;
4.5.2.	Casa Funerária e Serviços correlatos;
4.5.3.	Cemitério;
4.5.4.	Crematório de Corpos e/ou Restos Mortais de qualquer espécie;
4.5.5.	Incineração de quaisquer Resíduos;
4.5.6.	Ossário.

## 5. USO INDUSTRIAL

atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos. Subdivide-se em:

5.1. INDÚSTRIA TIPO 1 (I1)

atividades industriais, de pequeno porte, no âmbito da economia familiar, compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno, tais como:

5.1.1.	Confecção de Cortinas;
5.1.2.	Fabricação e Restauração de Vitrais;
5.1.3.	Malharia;
5.1.4.	Fabricação de:
5.1.4.1	Absorventes;
5.1.4.2	Acessórios do Vestuário;
5.1.4.3	Acessórios para animais;
5.1.4.4	Adesivos;
5.1.4.5	Aeromodelismo;
5.1.4.6	Artigos de Artesanato;
5.1.4.7	Artigos de Bijuteria;
5.1.4.8	Artigos de Colchoaria;
5.1.4.9	Artigos de Cortiça;
5.1.4.10	Artigos de Couro;
5.1.4.11	Artigos de Decoração;
5.1.4.12	Artigos de Joalheria;
5.1.4.13	Artigos de Pele;
5.1.4.14	Artigos para Brinde;
5.1.4.15	Artigos para Cama, Mesa e Banho;
5.1.4.16	Bengalas;
5.1.4.17	Bolsas;
5.1.4.18	Bordados;
5.1.4.19	Calçados;
5.1.4.20	Capas para Veículos;
5.1.4.21	Clichês;
5.1.4.22	Etiquetas;
5.1.4.23	Fraldas;
5.1.4.24	Gelo;
5.1.4.25	Guarda-chuva;
5.1.4.26	Guarda-sol;
5.1.4.27	Material Didático;
5.1.4.28	Material Ótico;
5.1.4.29	Mochilas;
5.1.4.30	Painéis Cerâmicos e Mosaicos Artísticos;
5.1.4.31	Pastas Escolares;
5.1.4.32	Perucas e Cabeleiras;
5.1.4.33	Produtos Alimentícios;
5.1.4.34	Produtos Desidratados;
5.1.4.35	Produtos Naturais;
5.1.4.36	Relógio;
5.1.4.37	Rendas;
5.1.4.38	Roupas;
5.1.4.39	Sacolas;
5.1.4.40	Semijóias;
5.1.4.41	Sombrinhas;
5.1.4.42	Suprimentos para Informática.

5.2. INDÚSTRIA TIPO 2 (I2)

atividades industriais compatíveis ao seu entorno e aos parâmetros construtivos da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos:

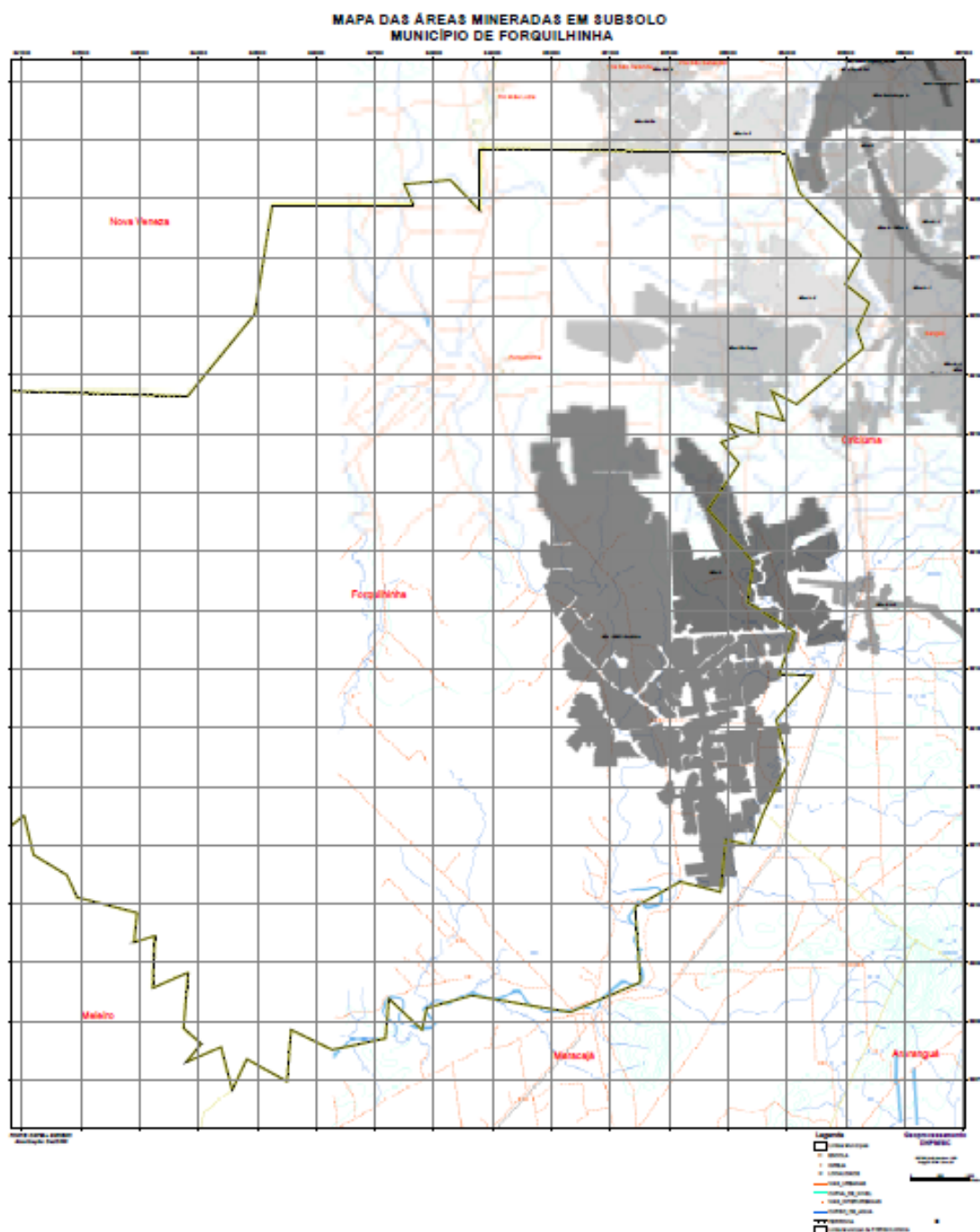
5.1.1.	Cozinha Industrial;
5.1.2.	De Alimentos;
5.1.3.	De Ração e afins;
5.1.4.	Fiação;
5.1.5.	Funilaria;
5.1.6.	Indústria de Panificação;
5.1.7.	Indústria Gráfica;
5.1.8.	Indústria Tipográfica;
5.1.9.	Serralheria;
5.1.10.	Fabricação de:
5.1.10.1.	Acabamentos para Móveis;
5.1.10.2.	Acessórios para Panificação;
5.1.10.37.	Estandes para tiro ao Alvo;
5.1.10.38.	Estofados para Veículos;

5.1.10.3. Acumuladores Eletrônicos; 5.1.10.4. Agulhas; 5.1.10.5. Alfinetes; 5.1.10.6. Anzóis; 5.1.10.7. Aparelhos de Medidas; 5.1.10.8. Aparelhos Fotográficos e Cinematográficos; 5.1.10.9. Aparelhos Ortopédicos; 5.1.10.10. Artefatos de Bambu; 5.1.10.11. Artefatos de Cartão; 5.1.10.12. Artefatos de Cartolina; 5.1.10.13. Artefatos de Junco; 5.1.10.14. Artefatos de Lona; 5.1.10.15. Artefatos de Papel e Papelão; 5.1.10.16. Artefatos de Vime; 5.1.10.17. Artigos de Caça e Pesca; 5.1.10.18. Artigos de Carpintaria; 5.1.10.19. Artigos de Esportes e Jogos Recreativos; 5.1.10.20. Artigos Diversos de Madeira; 5.1.10.21. Artigos Têxteis; 5.1.10.22. Box para Banheiros; 5.1.10.23. Brochas; 5.1.10.24. Capachos; 5.1.10.25. Churrasqueiras; 5.1.10.26. Componentes Eletrônicos; 5.1.10.27. Componentes e Sistemas da Sinalização; 5.1.10.28. Cordas e Barbantes; 5.1.10.29. Cordoalha; 5.1.10.30. Correias; 5.1.10.31. Cronômetro e Relógios; 5.1.10.32. Cúpulas para <i>Abajur</i> ; 5.1.10.33. Embalagens; 5.1.10.34. Espanadores; 5.1.10.35. Escovas; 5.1.10.36. Esquadrias;	5.1.10.39. Estopa; 5.1.10.40. Fitas Adesivas; 5.1.10.41. Formulário Contínuo; 5.1.10.42. Instrumentos Musicais; 5.1.10.43. Instrumentos Óticos; 5.1.10.44. Lareiras; 5.1.10.45. Lixas; 5.1.10.46. Luminárias; 5.1.10.47. Luminárias para Abajur; 5.1.10.48. Luminosos; 5.1.10.49. Materiais Terapêuticos; 5.1.10.50. Molduras; 5.1.10.51. Móveis; 5.1.10.52. Móveis de Vime; 5.1.10.53. Painéis e Cartazes Publicitários; 5.1.10.54. Palha de Aço; 5.1.10.55. Palha Trançada; 5.1.10.56. Paredes Divisórias; 5.1.10.57. Peças e Acessórios e Material de Comunicação; 5.1.10.58. Peças para Aparelhos Eletro-Eletrônico e Acessórios; 5.1.10.59. Persianas; 5.1.10.60. Pincéis; 5.1.10.61. Portas e Divisões Sanfonadas; 5.1.10.62. Portões Eletrônicos; 5.1.10.63. Produtos Alimentícios com Forno a Lenha; 5.1.10.64. Produtos Veterinários; 5.1.10.65. Sacarias; 5.1.10.66. Tapetes; 5.1.10.67. Tecelagem; 5.1.10.68. Toldos; 5.1.10.69. Varais; Vassouras.
5.3.	INDÚSTRIA TIPO 3 (13)
atividades industriais em estabelecimentos que implique na fixação de padrões específicos, quanto às características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de Obras, Habitação e Serviços Urbanos e disposição dos resíduos gerados:	
5.3.1. 5.3.2. 5.3.3. 5.3.4. 5.3.5. 5.3.6. 5.3.7. 5.3.8. 5.3.9. 5.3.10. 5.3.11. 5.3.12. 5.3.13. 5.3.14. 5.3.15. 5.3.16. 5.3.17. 5.3.18. 5.3.19. 5.3.20. 5.3.21. 5.3.22. 5.3.23. 5.2.24. 5.2.25. 5.2.26. 5.2.27.	Destilação de Alcool; Entrepósitos de Madeira para Exportação; Extração Mineral; Frigorífico; Fundição de Peças; Fundição de Purificação de Metais Preciosos; Fundições e Metalúrgicas; Geração e Fornecimento de Energia Elétrica; Indústria Cerâmica; Indústria de Abrasivo; Indústria de Águas Minerais; Indústria de Artefato de Amianto; Indústria de Artefatos de Cimento; Indústria de Beneficiamento; Indústria de Bobinamento de Transformadores; Indústria de Compensados e/ou Laminados; Indústria de Fogos de Artifício; Indústria de Fumo; Indústria de Implementos Rodoviários e Agrícolas; Indústria de Madeira; Indústria de Mármore; Indústria de Plástico; Indústria de Pneus, Recapagem e afins; Indústria de Produtos Biotecnológicos; Indústria Eletromecânica; Indústria Granito; Indústria Mecânica;

5.2.28.	Indústria Metalúrgica;
5.2.29.	Indústria Petroquímica;
5.2.30.	Montagem de Veículos;
5.2.31.	Olarias;
5.2.32.	Pesquisa, Perfuração, Cimentação, Perfilagem, Concretação, Testemunhagem, Estimulação e outros Serviços Relacionados com a Exploração e Exploração de Petróleo, Gás Natural e de outros Recursos Minerais;
5.2.33.	Produção de Óleos vegetais e outros Produtos da Destilação da Madeira;
5.2.34.	Produção de Óleos, Gorduras e Ceras Vegetais e Animais;
5.2.35.	Reciclagem de Plástico;
5.2.36.	Reciclagem de Resíduos da Construção Civil;
5.2.37.	Reciclagem de Sucatas Metálicas;
5.2.38.	Reciclagem de Sucatas não Metálicas;
5.2.39.	Reciclagem e compostagem de Resíduos de Limpa Fossas, Lavanderias Industriais e afins;
5.2.40.	Recuperação de Resíduos Têxteis;
5.2.41.	Refinação de Sal de Cozinha;
5.2.42.	Secagem e Salga de Couro e Peles;
5.2.43.	Sementação de Aço;
5.2.44.	Sinterização ou Pelotização de Carvão de Pedra e Coque;
5.2.45.	Tanoaria;
5.2.46.	Têmpera de Aço;
5.2.47.	Têxtil.

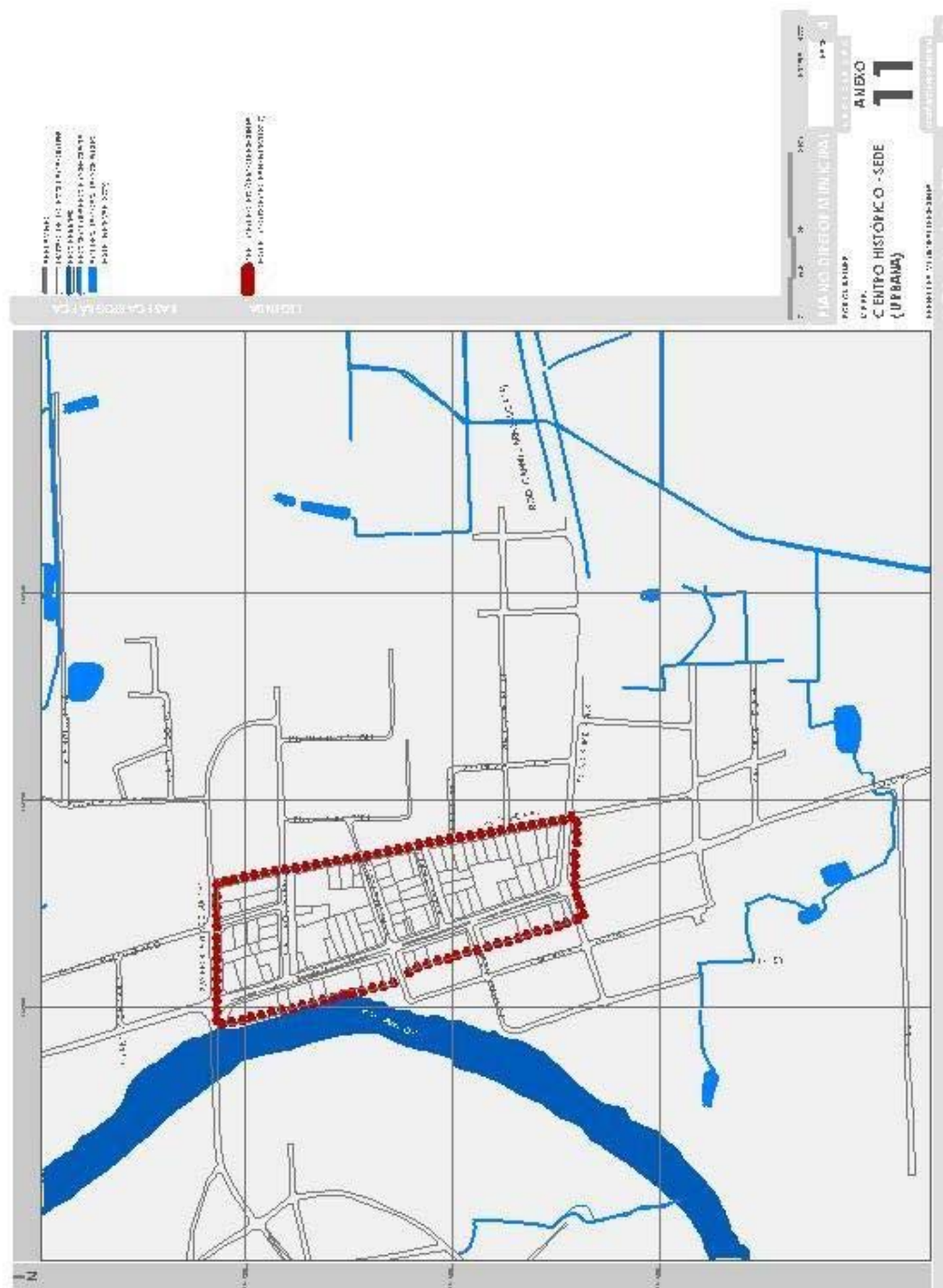






## ANEXO 11

### ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO DE FORQUILHINHA





**Lei Complementar Nº. 016, de 11 de Agosto de 2011.****LEI DO SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 016, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A MOBILIDADE MUNICIPAL E URBANA E HIERARQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DIMENSIONAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS PARA O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Mobilidade Municipal e Urbana do município de Forquilha hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como sua definição para novos parcelamentos, revogando-se disposições contrárias.

Art. 2º São partes integrantes desta Lei:

I - Anexo 1 - tabela de características geométricas das vias municipais;

II - Anexo 2 - perfis das vias municipais;

III - Anexo 3 - mapa do sistema viário municipal;

IV - Anexo 4 - tabela de características geométricas das vias urbanas;

V - Anexo 5 - perfis das vias urbanas;

VI - Anexo 6 - dimensões mínimas de retorno das vias urbanas;

VII - Anexo 7 - mapa do sistema viário urbano;

VIII - Anexo 8 - demarcação de áreas de estacionamento e avanços de calçadas;

IX - Anexo 9 - uso de recuos das edificações como área de estacionamento; e

X - Anexo 10: Tabela das Categorias dos Polos Geradores de Tráfego (PGT);

XI - Anexo 11: Tabela do Número Mínimo de Vagas para Polos Geradores de Tráfego, Tipo P1; e

XII - Anexo 12: Tabela do Número Mínimo de Vagas para Carga e Descarga, Embarque e Desembarque, e Táxis nos Polos Geradores de Tráfego, Tipo P1.

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 3º A função da reestruturação do sistema viário consiste em garantir locomoção com segurança e fluidez, não somente privilegiando o deslocamento de automóveis, mas de outros modos como a pé, bicicleta, ônibus, motocicletas e outros.

Art. 4º A mobilidade urbana privilegia o uso das vias pelos pedestres através de atividades de lazer, de vizinhança, comunitárias e de trabalho.

Art. 5º As vias possuem o papel de ordenação da ocupação urbana, tornando-se eixos de desenvolvimento da malha urbana, possuindo usos ou atividades diferenciadas, necessitando por isso diferentes dimensões e tipos de pavimentação, arborização ou iluminação e demarcações de faixas de estacionamento.

Art. 6º Constituem objetivos da presente Lei:

I - induzir o desenvolvimento equilibrado da área urbana do município, a partir da relação entre circulação e uso e ocupação do solo;

II - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;

III - garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano proporcionando deslocamentos intra e interurbanos que atendam às necessidades da população;

IV - hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego, de modo a assegurar segurança e conforto;

V - priorizar o transporte coletivo ao transporte individual na

ordenação do Sistema Viário;

VI - ampliar e melhorar as condições de circulação de pedestres e de grupos específicos, como idosos, portadores de deficiência especial e crianças;

VII - integrar o sistema de transporte e circulação entre as diversas localidades do município;

VIII - melhorar as estradas vicinais, garantindo a política agrícola e de abastecimento.

Art. 7º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Acesso: o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre: logradouro público e propriedade pública ou privada; propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio; logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.

II - Acostamento: é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando: permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para estacionar fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.

III - Alinhamento: a linha divisória entre o terreno e o espaço público;

IV - Calçada ou passeio: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, vegetação, sinalização e outros fins;

V - Estacionamento: o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

VI - Faixa de manutenção de vias: faixa paralela à pista de rolamento das vias, em ambos os lados;

VII - Logradouro público: é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo);

VIII - Malha urbana: o conjunto de vias do município;

IX - Meio-fio: a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

X - Nivelamento: a medida do nível da soleira de entrada ou do nível do pavimento térreo considerando a grade da via urbana;

XI - Pista de rolamento: a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, canteiros centrais e acostamentos;

XII - Seção normal da via: a largura total ideal da via, sendo a distância entre os alinhamentos prediais para as vias urbanas;

XIII - Sistema viário básico: o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas;

XIV - Sistema Viário Estrutural: caracterizado por dispor de forma ordenada a integração das principais regiões da cidade, formado por vias estratégicas dentro do Sistema Viário Básico, que corresponde:

a) Anel Interno, dividido em trechos;

b) Anel Periférico, dividido em trechos;

c) Radiais Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudoeste.

XV - Via de circulação: o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, passeios, acostamentos e canteiros centrais.

XVI - Via municipal: o conjunto de vias do município, excluídas as vias urbanas, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional;

XVII - Via urbana: o conjunto de vias da sede urbana classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional.

Art. 8º A Prefeitura Municipal será responsável pelo disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

I - Ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;

II - Ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento;

III - À estruturação de vias de circulação para pedestres, a partir da organização e urbanização da sede urbana e do incentivo ao turismo;

IV - Ao estabelecimento de áreas de estacionamento ao longo das vias em pontos adequados;

V - Ao estudo sobre a necessidade da instalação de placas de sinalização e quantidades necessárias de redutores de velocidade, objetivando a segurança dos veículos nestas vias, e principalmente, dos pedestres e ciclistas, ficando a cargo do município, por meio do Órgão Municipal competente pelo setor de Transporte e Obras;

VI - Ao estabelecimento de normas sobre as condições para a implantação de locais de paradas de ônibus ao longo das vias, se for o caso;

VII - À colocação de placas e mobiliário urbano ao longo das vias;

VIII - À implantação de canteiros ao longo das vias conforme consta nesta lei, com espécies determinadas pelo plano de arborização urbana e paisagismo;

IX - Ao procedimento de rebaixamento dos meio-fios e instalação de outros dispositivos de modo a possibilitar e facilitar o deslocamento de portadores de necessidades especiais e idosos;

X - À padronização de calçadas, de acordo com estudos específicos, para utilização de pisos e revestimentos adequados.

Art. 9º Aos proprietários ou inquilinos cujos imóveis possuam testadas para vias públicas, compete:

I - Proceder à remoção e desobstrução de todo e qualquer obstáculo nas calçadas e passeios como escadas, rampas de acesso à edificação fora do alinhamento predial, placas, tocos de árvores, entre outros, tornando o trânsito livre para pedestres, de modo particular aos portadores de necessidades especiais e idosos;

II - Utilizar material antiderrapante para a pavimentação dos passeios e garantir a regularidade do pavimento;

III - Realizar a limpeza e conservação de lotes vagos e proceder ao fechamento dos mesmos em todas as divisas se necessário;

§1º Para estabelecimentos comerciais a permissão para a colocação de mesas e cadeiras nos passeios será mediante autorização do Órgão Municipal Competente e deverá ser liberada somente em dias úteis a partir das 19 horas e sábados, domingos e feriados a partir das 14 horas.

§2º A demarcação e delimitação de faixa a ser utilizada para locação de mesas e cadeiras e outros correlatos deverá ser realizada de modo a deixar livre no mínimo uma faixa de 2,00m (dois metros) de largura correspondente a uma cadeira de rodas e uma pessoa de cada lado.

Art. 10 . É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei em todos os empreendimentos imobiliários, loteamentos, desmembramentos, unificações ou arruamentos que vierem a ser executados no município de Forquilha.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Forquilha fiscalizará a execução das vias de que trata o caput deste artigo.

Art. 11 . Os atos administrativos necessários para o cumprimento do disposto nesta Lei serão definidos através de decreto.

## CAPÍTULO I

### DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS

Art. 12 . Para efeito desta Lei, a hierarquia viária do Município de Forquilha compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 1 (características geométricas), Anexo 2 (perfil das vias) e Anexo 3 (Mapa do sistema viário municipal):

I - Rodovias Estaduais:

a) A SC-446, ligação do município de Criciúma ao centro de Forquilha, trecho denominado como Rodovia Gabriel Arns; onde do centro liga-se ao município de Maracajá, sendo esse trecho denominado como Rodovia Jacob Westrup.

b) A SC-448, ligação entre o centro de Forquilha aos municípios de Nova Veneza/Criciúma, sendo esse trecho denominado como Rodovia Pedro Manoel da Silva, além da ligação do centro de Forquilha (Avenida 25 de Julho, trecho urbano da via que liga as

SC-446 e 448) após a ponte do sobre o Rio Mãe Luzia ao município de Meleiro, sendo este trecho denominado como Rodovia Antônio Valmor Canela

c) Parte das SCs-446 e 448, ou seja Rodovia Gabriel Arns e Rodovia Antônio Valmor Canela, além da Avenida 25 de Julho (trecho urbano central de Forquilha) se interligam à BR-101 configurando uma espécie de alça de contorno à rodovia federal;

II - Estradas Municipais Principais: finalidade de promover a circulação no interior do município. Compreende as vias de maior tráfego, de interligação entre as principais comunidades rurais, e onde trafega o transporte escolar e que em várias ocasiões liga a municípios vizinhos;

III - Estradas Municipais Secundárias: caracterizada pelo deslocamento do tráfego local, de baixa velocidade. Compreende as demais vias rurais do município.

## CAPÍTULO II

### DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS DA SEDE

Art. 13 . Para efeito desta Lei, a hierarquia viária das áreas urbanas de Forquilha compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 7 (Mapa do sistema viário urbano):

I - Via Arterial (VA): são as vias principais da área urbana, tem função de distribuir o tráfego e desafogar regiões saturadas. Essa via atua como um instrumento de interligação entre as comunidades. Deve prioritariamente apresentar sinalização horizontal e vertical adequada, além de dispositivos de segurança ao pedestre;

II - Via Coletora (VC): tem a função de coletar e distribuir o tráfego local e de passagem, formando um sistema de vias interligando a malha urbana;

III - Vias Especiais (VE): serão aquelas tranquilizadas destinadas preferencialmente aos pedestres, ciclistas e afins; como a rua do lazer (rua Ademir Martins, bairro de Santa Ana) e trecho da rua João José Back (centro);

IV - Vias Locais (VL): configuradas pelas vias de mão dupla e baixa velocidade, promovendo a distribuição do tráfego local. Compreende as demais vias urbanas;

V - Vias Marginais (VM): vias marginais às rodovias estaduais existentes, cujas faixas de domínio ainda não foram ocupadas de forma mais intensa, como por exemplo ao longo da SC-448, Rodovia Antônio Valmor Canela, trecho entre a sede e o município de Meleiro; e SC-446, rodovia Jacob Westrup, trecho entre a sede e o município de Maracajá, entre outros.

## SEÇÃO I

### DAS VIAS

Art. 14 . As vias a serem criadas em novos loteamentos ou oficializadas em projeto urbanístico da Prefeitura serão classificadas como vias locais, se não houver necessidade de outra classe de via.

§ 1º Os parâmetros de novas vias deverão seguir as dimensões mínimas constantes nos Anexo 1 e Anexo 4.

I - Declive longitudinal mínima de 0,3% (zero vírgula três por cento) e a máxima de 20% (vinte por cento);

II - Declividade transversal mínima de 2% (dois por cento) e máxima de 4% (quatro por cento).

§ 2º O passeio público é parte integrante da via pública, destinado, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em toda a testada do terreno, edificado ou não, nas ruas pavimentadas garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 3º Nos casos de abertura de novas ruas e calçadas ou reforma das existentes, é obrigatória, nas confluências de vias, a execução de rampa para acesso de pessoas com necessidades especiais.

§ 4º Nas vias de trânsito rápido, arteriais e coletoras deverão ser adaptadas rampas para acesso de pessoas portadores de necessidades especiais, de acordo com a NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Art. 15 . Para abertura de novas vias deverá ser seguida a fluência do traçado do entorno, evitando a falta de continuidade de vias locais.

As vias de trânsito rápido, arteriais e coletoras não poderão ter seu traçado interrompido na abertura de novos loteamentos, devendo ser prevista a continuidade.

Art. 16 . Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário estadual SC-448 e SC-446 (fora do perímetro urbano), será obrigatório o respeito à faixa de domínio determinada pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).

Art. 17 . As vias a serem abertas serão destinadas exclusivamente à circulação, não podendo ser computadas como áreas para estacionamento de uso público ou privado das unidades imobiliárias lindeiras a estas vias.

Art. 18 . As vias poderão ter gabaritos maiores do que os dispostos na tabela dos Anexos 1, 4 e 6; conforme determinação técnica do Executivo Municipal.

Art. 19 . Novas vias poderão ser definidas e classificadas por Decreto Municipal de acordo com esta Lei, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão e urbanização da cidade.

Art. 20 . As vias deverão ter sinalizações horizontal e vertical, de acordo com critérios estabelecidos na legislação nacional de trânsito.

## SEÇÃO II DAS DIMENSÕES DAS VIAS

Art. 21 . Ficam considerados os elementos apresentados nos Anexo 1 e Anexo 4 da presente Lei para o dimensionamento das vias.

Art. 22 . Todas as vias existentes e pavimentadas permanecem com a caixa atual.

Art. 23 . O órgão responsável pelo Planejamento poderá requerer a utilização da faixa de manutenção das vias rurais, quando houver necessidade, sendo a negociação feita diretamente com o proprietário, estudado caso a caso.

Art. 24 . É obrigatório recuo mínimo de 15,00m (quinze metros), para as novas edificações, em vias (estradas) municipais principais e secundárias, a partir da faixa de manutenção.

## SEÇÃO III DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

Art. 25 . A implantação das vias deverá ser a mais adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias para a abertura das vias e implantação de edificações.

## CAPÍTULO III DOS REDUTORES DE VELOCIDADE, ROTATÓRIAS E CURVAS DE DEFLEXÃO

Art. 26 . O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer às normas técnicas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Parágrafo único. O gabarito aprovado de uma nova via local, independentemente de sua extensão, que venha a constituir-se prolongamento de outra via existente ou projetada pelo Município, deverá ter largura igual ou superior a esta última.

Art. 27 . As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem naturais ou córregos, sendo aceitáveis rampas de até 20% (vinte por cento) em trechos não superiores a 150,00 m (cento e cinquenta metros).

§ 1º Os raios de curva do alinhamento na interseção entre vias do Sistema Viário Básico e vias locais serão definidos pelo Órgão municipal de Planejamento Urbano.

§ 2º O raio mínimo de curva de concordância de alinhamento de via deve medir 6,00m (seis metros), exceto em casos onde o

Ângulo de Concordância (AC), formado entre os prolongamentos dos alinhamentos da via que forma a interseção seja maior que 90º (noventa graus).

Art. 28 . Deve ser evitada a remoção de vegetação e implantação de obras de terraplanagem junto a córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente do fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 29 . A implantação de vias deverá estar vinculada a um projeto paisagístico de suas calçadas, de modo a proporcionar qualidade paisagística e, em alguns casos (como em rodovias dentro de perímetro urbano), para promover a desaceleração dos veículos.

Art. 30 . A sinalização viária horizontal ou vertical, de competência do Poder Público Municipal, deverá atender, no que couber, a normatização federal e estadual que lhe é própria.

Art. 31 . As vias sem saída deverão ter praça de retorno onde o veículo possa fazer a conversão, com raio mínimo de 7,00 m (sete metros).

Art. 32 . Nas vias locais existentes, fica permitida a implantação de medidas moderadoras de tráfego, para reduzir a velocidade dos veículos, obedecida a legislação federal.

## CAPÍTULO IV DOS CICLOVIÁRIOS

Art. 33 . Considera-se a implantação de ciclovias e ciclofaixas na sede urbana do Município como uma alternativa importante de meio de transporte para o trabalhador e de lazer para a população.

Art. 34 . Ciclovias são vias de uso especial destinadas aos ciclistas e pedestres possuindo desenho de uso exclusivo, podendo ser utilizados os passeios ou área destinada aos estacionamentos de vias existentes, organizando roteiros de ligação entre diferentes partes das áreas urbanas.

Art. 35 . A ciclovia deve ser separada do trânsito de veículo com elemento físico.

Art. 36 . Na implantação das ciclovias é necessária a execução de sinalização vertical e horizontal e implantação de paraciclos em pontos próximos a espaços de uso público como escolas, postos de saúde, praças.

## CAPÍTULO V DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Art. 37 . Estas áreas deverão ser definidas, demarcadas e ter a sinalização vertical e horizontal implantadas, determinando-se as áreas de estacionamento permitidas e estabelecendo-se critérios de porte de veículos permitidos e horários, pelo órgão responsável pelo sistema de circulação.

Art. 38 . O Município deverá adotar projetos de pavimentação com a implantação de avanço de calçadas nas esquinas, em frente a escolas, hospitais, locais de instalação de paraciclos, entre outros, que facilitem a visualização dos locais de estacionamento.

Art. 39 . É permissível o uso dos recuos das edificações como área de estacionamento nas seguintes condições e conforme ilustração orientativa no Anexo 9:

I - Instalar guia rebaixada;

II - Deixar liberado o espaço reservado para o passeio sem dificultar a mobilidade dos pedestres;

III - Não utilizar integralmente as fachadas das edificações comerciais para vagas de veículos de forma a dificultar a entrada de pedestres, pessoas idosas ou portadores de deficiências físicas;

IV - Sinalizar este espaço com placas, com a utilização de elementos de paisagismo ou diferenciação de nível;

V - Dar preferência as áreas de estacionamento nos fundos da edificação comercial, principalmente quando se tratar de comércio de grande porte.

Parágrafo único. A liberação quanto ao uso ou não de recuos para

estacionamento deverá ser aprovada após análise técnica pelo Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (CDMF) sempre que for pertinente.

Art. 40 . O rebaixo de meio-fio para o acesso veicular não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel e nem ultrapassar os limites do lote.

Parágrafo único. Os imóveis com testada inferior a 7,00m (sete metros) deverão ser avaliados pelo órgão municipal competente que determinará as condições do rebaixo para o acesso veicular.

Art. 41 . Nenhum acesso para veículos poderá estar localizado ao longo do desenvolvimento da curva de concordância entre duas vias ou em interseção viária especial, em nível ou desnível.

§ 1º O acesso, nas situações em que a maior parte da testada do imóvel estiver localizado na curva de concordância ou interseção viária, poderá ser autorizado pelo órgão responsável pelo sistema de circulação.

§ 2º Os rebaixos de até 7,00m (sete metros) cada um, sendo a distância entre eles não inferior a 5,00m (cinco metros) e a distância do rebaixo às divisas do lote não inferior a 1,00m (um metro);

§ 3º Os rebaixos de, no máximo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) não necessitam de afastamento da divisa do lote.

Art. 42 . O posto de combustível e as atividades classificadas como Institucional, Comércio e Serviço, e Industrial, de porte Médio e Grande, constante na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, poderão implantar até dois rebaixos de 10,00 m (dez metros) cada um, desde que:

I - A distância entre os rebaixos não seja inferior a 5,00m (cinco metros);

II - Os rebaixos distem das divisas do lote em, no mínimo, 2,00m (dois metros).

Parágrafo único. A atividade classificada como Infraestrutura, constante do Código de Zoneamento, Uso e Ocupação, terá a extensão de seus rebaixos conforme projeto aprovado pelo órgão municipal competente.

#### SEÇÃO I

##### DA BAIA

Art. 43 . A baia é o recuo entre a pista de rolamento e o passeio destinado a parada e/ou estacionamento de veículos que faz parte da via pública e será executada com até 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura, limitada a largura da pista oficial ou projetada.

Art. 44 . A execução da baia para parada e/ou estacionamento de veículos, deverá ser emitido, pelo órgão municipal responsável, parecer no qual será avaliada as condições de segurança e fluidez de tráfego e seguir os seguintes critérios:

I - ter concordância de 45º entre o meio fio da via pública e o meio fio a ser implantado no recuo;

II - o passeio não poderá ter, na área de transição, largura inferior a 2,00m (dois metros);

III - estar condicionada à viabilidade de construção de passeio com, no mínimo, 2,00m (dois metros) de largura.

#### CAPÍTULO VI

##### DOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO (PGT)

Art. 45 . Consideram-se Polos Geradores de Tráfego (PGT) as atividades que, mediante a concentração da oferta de bens e/ou serviços, geram elevado número de viagens, com substanciais interferências no tráfego do entorno e necessidade de espaços para estacionamento, embarque e desembarque de passageiros, e/ou carga e descarga.

Parágrafo único. Os polos geradores de tráfego são enquadrados e classificados em duas categorias, P1 e P2, cujas atividades estão enquadradas nas características do Anexo 10: Tabela das Categorias dos Polos Geradores de Tráfego (PGT) da presente lei.

Art. 46 . Para os polos geradores categoria P2, os pedidos de aprovação de projetos de edificações, bem como mudança de

destinação em edificações já existentes, para a instalação de atividades consideradas polos geradores de tráfego, deverão ser precedidos pela fixação de diretrizes quanto à viabilidade de implantação por parte da Prefeitura, através dos órgãos municipais legalmente instituídos do Planejamento, Trânsito e Transportes de Forquilha, após parecer técnico dos mesmos.

Parágrafo único. O pedido de fixação de diretrizes deverá ser feito pelo interessado a Prefeitura, através do Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, com os seguintes documentos:

I - Requerimento assinado pelo proprietário do imóvel;

II - Planta em três vias do anteprojeto, em escala 1:20.000 ou 1:10.000 com localização do imóvel e principais logradouros públicos de acesso ao mesmo;

III - Planta em três vias do anteprojeto, em escala 1:500 ou maior, contendo posicionamento do empreendimento no lote, acessos de veículos e pedestres; localização, dimensionamento e distribuição das vagas de estacionamento, de embarque/desembarque e de pátio para carga e descarga; e

IV - Dados gerais do empreendimento, como uso e área construída e características operacionais, de acordo com o formulário a ser fornecido pelo Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído.

Art. 47 . O estudo de viabilidade do empreendimento constará de análise da densidade das atividades instaladas, da geração de viagens, da capacidade da infra-estrutura viária na área objeto do pedido, como também da definição das melhorias públicas decorrentes da instalação do polo gerador de tráfego em questão.

Art. 48 . O Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, após parecer técnico e ouvido o órgão municipal legalmente instituído de Trânsito e Transportes assim como o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM), entregará ao interessado o parecer preliminar, abordando os seguintes itens do projeto:

I - Características e dimensionamento do número de vagas de estacionamento de veículos;

II - Características e dimensionamento das áreas de embarque e desembarque de passageiros e do pátio para carga e descarga;

III - Características e localização dos dispositivos de acessos de veículos e pedestres e respectiva área de acumulação;

IV - Características e dimensionamento do Coeficiente de Aproveitamento (CA) máximo e da Taxa de Ocupação (TO) máxima do lote; e

V - Cálculo do Ônus do Empreendedor.

Parágrafo único. O parecer fornecido, que contém as diretrizes de projeto, deverá ser anexado pelo interessado ao projeto a ser aprovado no Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, tendo tais diretrizes validade de 180 dias.

Art. 49 . A Prefeitura deverá exigir do proprietário o ressarcimento das despesas provenientes das melhorias públicas decorrentes da instalação do polo gerador de tráfego em questão, tais como as originadas dos acertos viários e dispositivos de controle de tráfego e segurança de veículos e pedestres.

Parágrafo único. Estas despesas, Ônus do Empreendedor, terão seu valor variável, de acordo com as características dos melhoramentos a serem implantados e deverão ser calculadas com base nas obras de infraestrutura e demais relativas à implantação das melhorias causadas pelo Polo Gerador de Tráfego (PGT), segundo projetos executivos e orçamentos oficiais do município relacionados.

Art. 50 . No que se refere ao Coeficiente de Aproveitamento (CA) e Taxa de Ocupação (TO) máxima, as diretrizes somente poderão ser iguais ou mais restritivas que os índices permitidos para as diferentes zonas de uso.

Art. 51 . Qualquer alteração no projeto das edificações ou instalações consideradas Polos Geradores de Tráfego que implique alterações das diretrizes já fixadas, deverá ser submetida à nova apreciação da prefeitura.

Art. 52 . Para os Polos Geradores Categoria P1 os pedidos de aprovação de projetos de edificação, bem como mudança de destinação em edificações já existentes, para a instalação de atividades

consideradas Polos Geradores de Tráfego, deverão ser precedidos por uma Consulta Prévia fornecida pela Prefeitura, através dos órgãos municipais legalmente instituídos de Planejamento, Trânsito e Transportes de Forquilha.

Art. 53 . Para Consulta Prévia o interessado deverá apresentar:

I - Requerimento assinado pelo proprietário do imóvel;

II - Planta em três vias do anteprojeto, em escala 1:20.000 ou 1:10.000 com localização do imóvel e principais logradouros públicos de acesso ao mesmo;

III - Planta em três vias do anteprojeto, em escala 1:500 ou maior, contendo posicionamento do empreendimento no lote, acessos de veículos e pedestres; localização, dimensionamento e distribuição das vagas de estacionamento, de embarque/desembarque e de pátio para carga e descarga; e

IV - Dados gerais do empreendimento como usos e área construída e características operacionais, de acordo com o formulário a ser fornecido pelo Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído.

Art. 54 . O estudo de viabilidade do empreendimento constará de análise de densidade das atividades instaladas, da geração de viagens e da capacidade da infra-estrutura viária na área objeto do pedido, como também da definição das melhorias públicas, decorrentes da instalação do Polo Gerador de Tráfego em questão.

Art. 55 . O Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído entregará ao interessado o parecer técnico, abordando os seguintes itens do projeto:

I - Características e dimensionamento do número de vagas de estacionamento de veículos de acordo com Anexo 11: Tabela do Número Mínimo de Vagas para Polos Geradores de Tráfego, Tipo P1, parte integrante desta Lei;

II - Características e dimensionamento das áreas de embarque/desembarque de passageiros e do pátio para carga e descarga de acordo com Anexo 12, parte integrante desta Lei; e

III - Características e localização dos dispositivos de acessos de veículos e pedestres e respectiva área de acumulação.

Parágrafo único. As diretrizes fornecidas terão validade por 180 dias, quando o interessado poderá anexar o parecer fornecido junto ao projeto a ser aprovado no órgão municipal competente.

Art. 56 . A Prefeitura poderá exigir do proprietário ressarcimento das despesas provenientes das melhorias públicas, decorrentes da instalação do Polo Gerador de Tráfego em questão, tais como as originadas dos acertos viários e dispositivos de controle e segurança de veículos e pedestres.

Parágrafo único. Estas despesas - Ônus do Empreendedor - terão seu valor variável, de acordo com as características dos melhoramentos a serem implantados e deverão ser calculadas com base nas obras de infraestrutura e demais relativas à implantação das melhorias causadas pelo Polo Gerador de Tráfego (PGT), segundo projetos executivos e orçamentos oficiais do município relacionados.

## CAPÍTULO VII

### REMOÇÃO DE BARREIRAS NAS CALÇADAS

Art. 57 . A remoção de barreiras nas calçadas consiste na retirada de obstáculos, empecilhos, desníveis abruptos, tocos de árvores entre outros, que possam existir nos passeios calçados ou locais de concentração de pessoas como praças, para proporcionar trânsito livre para idosos, portadores de necessidades especiais e população em geral e evitar acidentes.

§ 1º O plantio de árvores deverá obedecer ao Plano de Arborização Urbana e Paisagismo.

§ 2º Fica proibida a colocação de placas de propaganda ao longo das calçadas.

§ 3º A instalação de estacionamento de bicicletas deverá ser realizada somente nos locais pré-determinados pela prefeitura municipal.

## CAPÍTULO VIII

## DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 58 . O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará ao infrator multa que poderá variar de 500 UFM (quinhentas Unidades Fiscais do Município) a 5.000 UFM (cinco mil Unidades Fiscais do Município) vigentes à época da infração.

§ 1º A multa será aplicada conforme a gravidade da infração a contar da notificação da irregularidade emitida pelo Órgão Público competente.

§ 2º O infrator deverá custear com recursos próprios as obras de reparo por atos praticados que venham a ferir o disposto nesta Lei.

§ 3º As sanções previstas no caput deste artigo não excluem demais penalidades previstas em Leis Federais e Lei Estadual, por atos lesivos que venham contribuir para a ocorrência de danos ambientais.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 . Deverá ser providenciada a instalação de guias rebaiçadas, rampas, sinalização horizontal e vertical indicativa, como faixas de pedestres, placas com nomes de ruas, locais, bairros, órgãos públicos, entre outros.

Art. 60 . A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, tais como loteamentos e condomínios urbanísticos, são de inteira responsabilidade do empreendedor, sem custos para o município, salvo casos específicos previstos por Lei.

Parágrafo único. O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de arruamento no qual constará a orientação para o traçado das vias, onde for necessário.

Art. 61 . Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**ANEXO 1**  
**TABELA DE CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS MUNICIPAIS**

<b>CATEGORIA DA VIA / HIERARQUIA</b>	<b>FAIXA DE DOMÍNIO / CAIXA DA VIA (m)</b>	<b>PISTA DE ROLAMENTO (m)</b>	<b>FAIXA DE MANUTENÇÃO/ ACOSTAMENTO (m)</b>	<b>INCLINAÇÃO MÍN. (%) <sup>(1)</sup></b>	<b>RAMP A MÁX. (%) <sup>(2)</sup></b>
Estradas Municipais Principais (EMP)	(9,00 + 9,00) 18,00	(E)7,00 (D)7,00	(E)2,00 (D)2,00	0,5	20
Estradas Municipais Secundárias (EMS)	(7,50 + 7,50) 15,00	(E)4,00 (D)4,00	(E)3,50 (D)3,50	0,5	20

Nota:

Características geométricas descritas na tabela acima são medidas mínimas a serem atendidas.

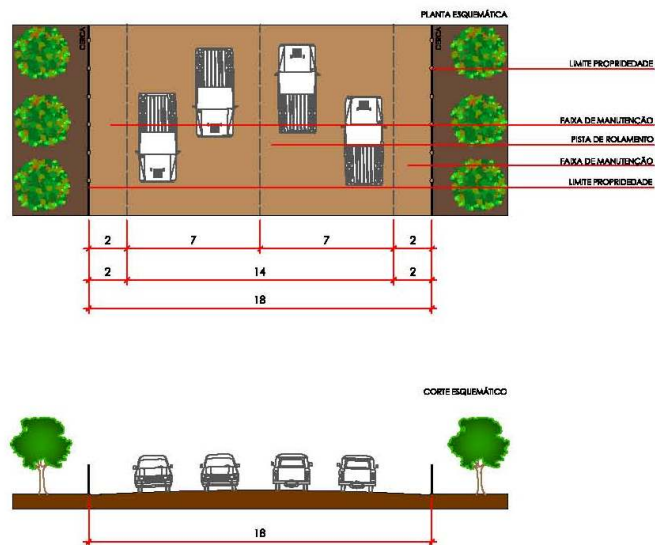
(1) Da seção transversal tipo;

(2) Rampas aceitáveis em trecho da via cuja extensão não exceda 150m (cento e cinquenta metros) de comprimento.

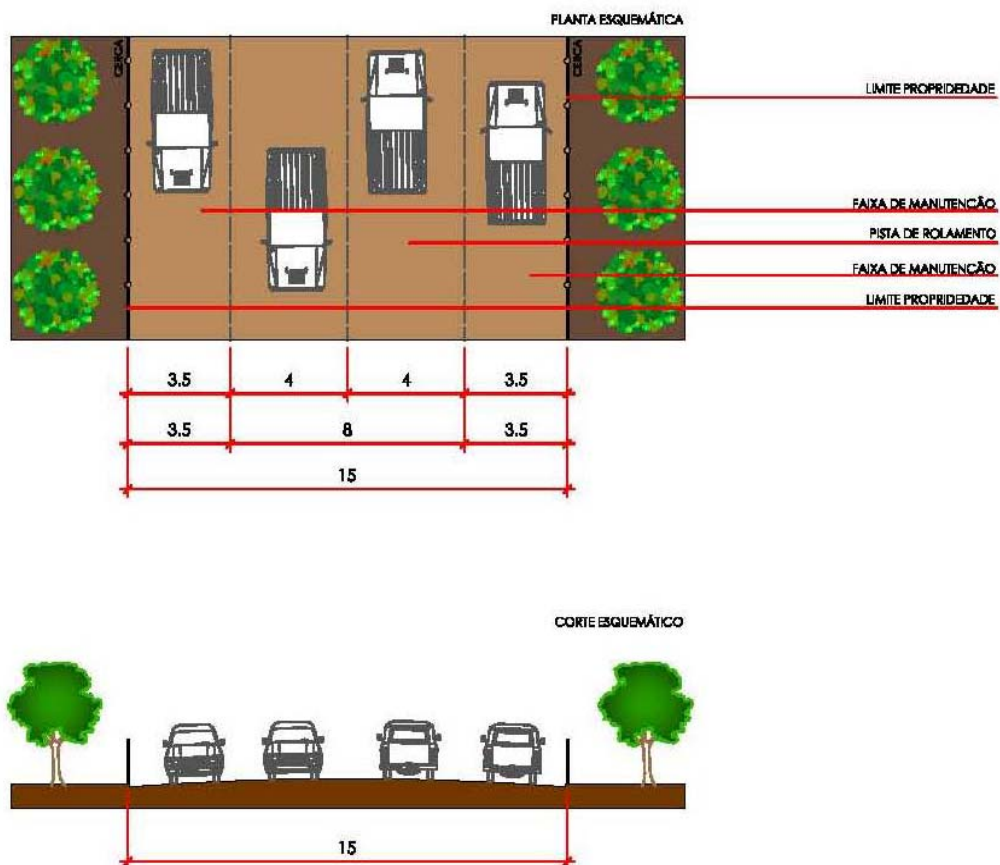
## ANEXO 2

### PERFIS DAS VIAS MUNICIPAIS

EMP - ESTRADA MUNICIPAL PRINCIPAL  
(18 metros)

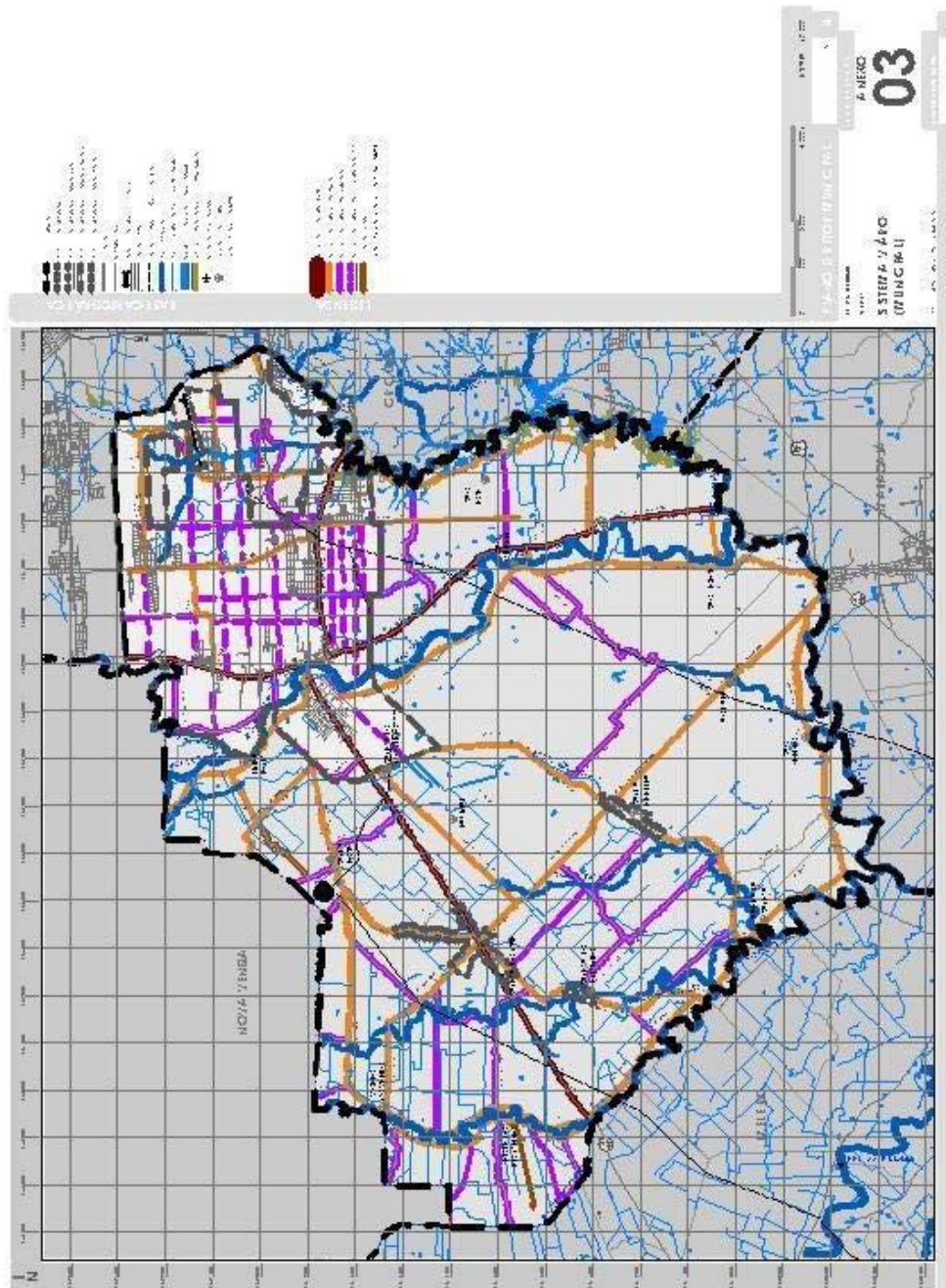




**EMS - ESTRADA MUNICIPAL SECUNDÁRIA  
(15 metros)**

### ANEXO 3

#### MAPA DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL



**ANEXO 4**  
**TABELA DE CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS URBANAS**

CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS URBANAS							
CATEGORIAS DAS VIAS	SEÇÃO NORMAL DA VIA (m)	PISTA DE ROLAMENTO (M)	FAIXA DE ESTACIONAMENTO O. (m)	CALÇADAS (m)	CANTEIRO CENTRAL	INCLINAÇÃO MÍNIMA <sup>(1)</sup> (%)	RAMPA MÁXIMA <sup>(2)</sup> (%)
Via Arterial – VA Via de Trânsito rápido (VTR)	35,00	(E) 9,00 (D) 9,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 4,50 (D) 4,50	3,00	0,5	20
Via Arterial – VA	30,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 4,50 (D) 4,50	4,00	0,5	20
Via Arterial – VA Tipo A	25,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 3,50 (D) 3,50	1,00	0,5	20
Via Arterial – VA Tipo B	25,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 4,00 (D) 4,00	-	0,5	20
Via Arterial – VA Tipo C	25,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(D) 2,50	(E) 3,75 (D) 6,75	-	0,5	20
Via Coletora - VC Tipo A	20,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 1,50 (D) 1,50	-	0,5	20
Via Coletora - VC Tipo B	20,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(E) 2,20 (D) 2,20	(E) 1,80 (D) 1,80	-	0,5	20
Via Coletora - VC Tipo C	20,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(D) 2,50	(E) 2,75 (D) 2,75	-	0,5	20
Via Coletora - VC Tipo D	20,00	(E) 3,00 (D) 6,00	(D) 2,50	(E) 2,75 (D) 5,75	-	0,5	20

Notas:

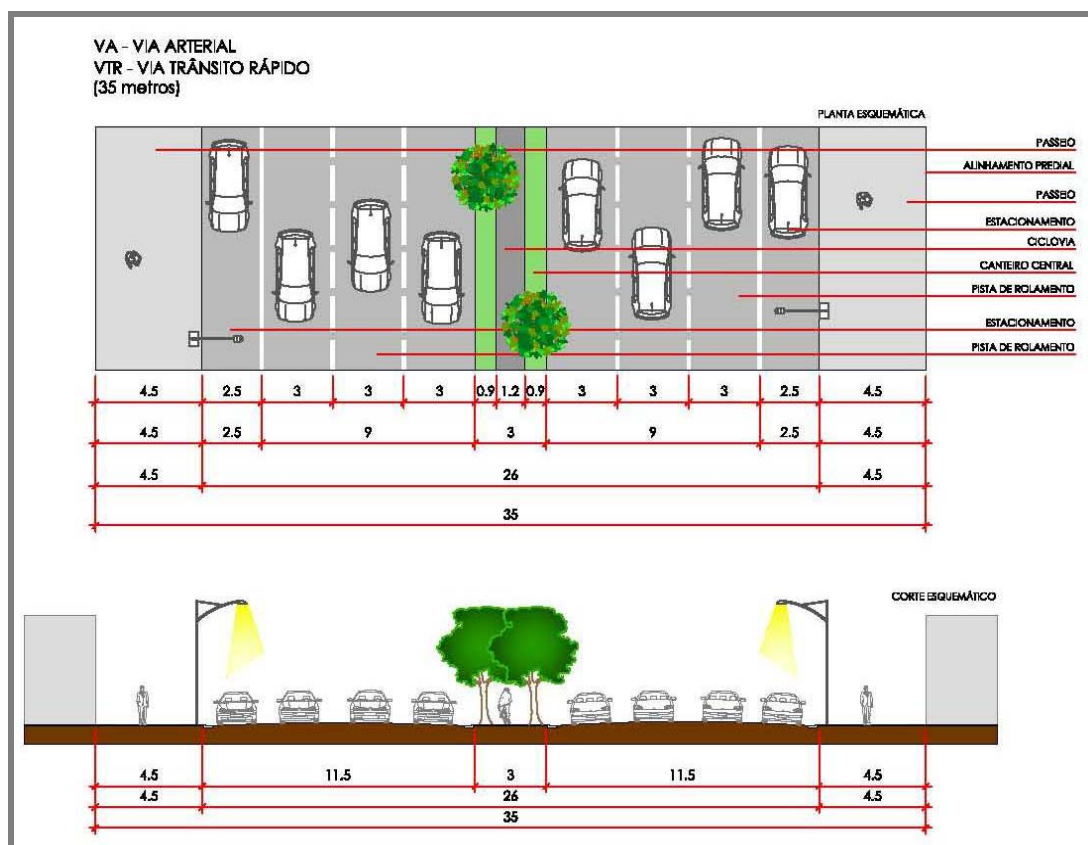
Os passeios terão uma inclinação transversal do alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento),

CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS MUNICIPAIS							
CATEGORIAS DAS VIAS	SEÇÃO NORMAL DA VIA (m)	PISTA DE ROLAMENTO (m)	FAIXA DE ESTACIONAMENTO (m)	CALÇADAS (m)	CANTEIRO CENTRAL	INCLINAÇÃO MÍNIMA <sup>(1)</sup> (%)	RAMPA MÁXIMA <sup>(2)</sup> (%)
<b>Via Coletora - VC Tipo A</b>	18,00	(E) 9,00	(E) 2,50	(E) 3,25 (D) 3,25	-	0,5	20
<b>Via Coletora - VC Tipo B</b>	18,00	(E) 3,00 (D) 6,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 2,00 (D) 2,00	-	0,5	20
<b>Via Local - VL</b>	15,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 2,00 (D) 2,00	-	0,5	20
<b>Via Local - VL</b>	12,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(D) 2,20	(E) 1,75 (D) 1,75	-	0,5	20
<b>Via Marginal - VM</b>	15,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(D) 2,25	(E) 4,50 (D) 2,00	-	0,5	20

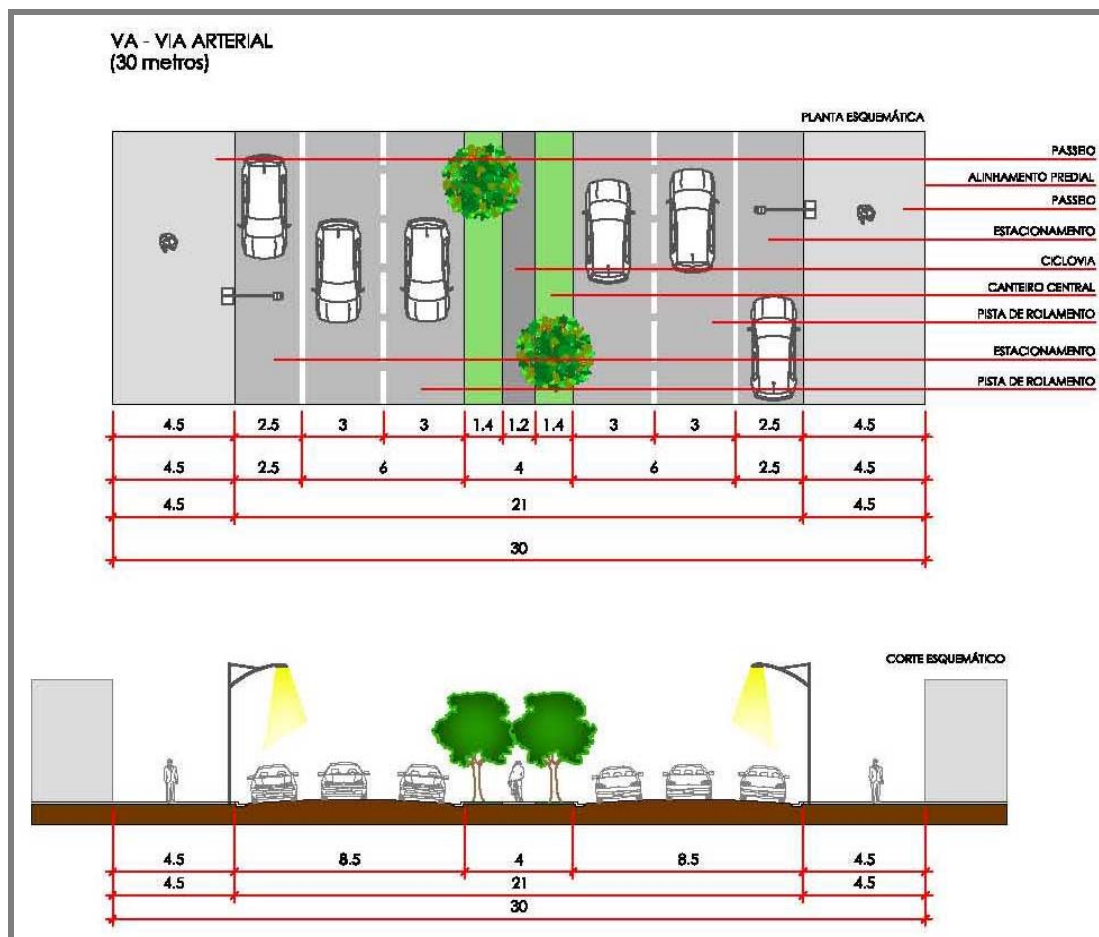
Notas:

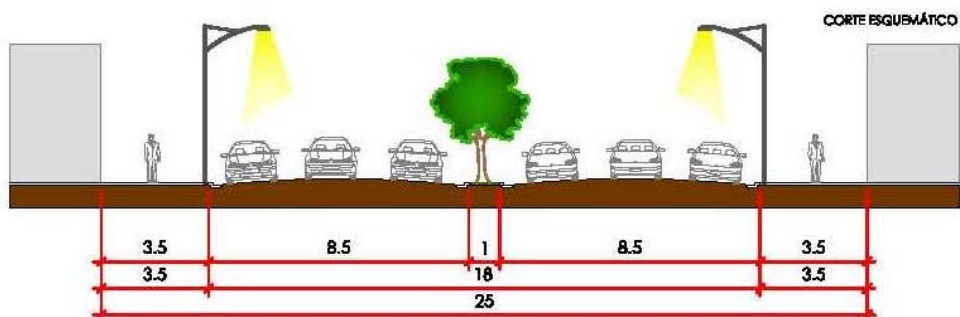
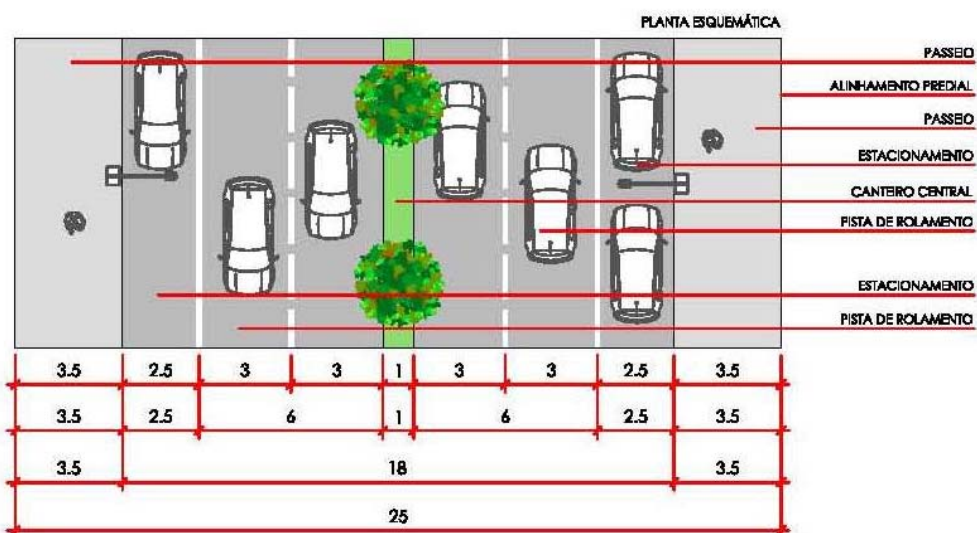
Os passeios terão uma inclinação transversal do alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento),

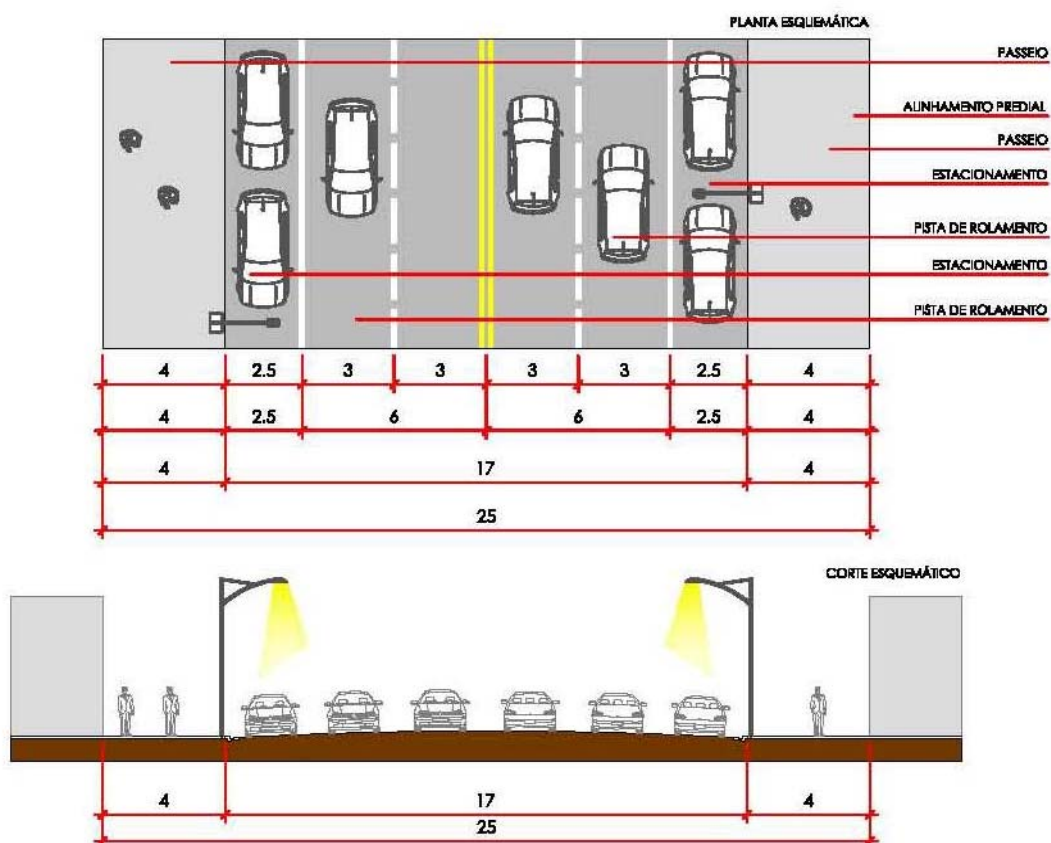
## ANEXO 5 PERFIS DAS VIAS URBANAS

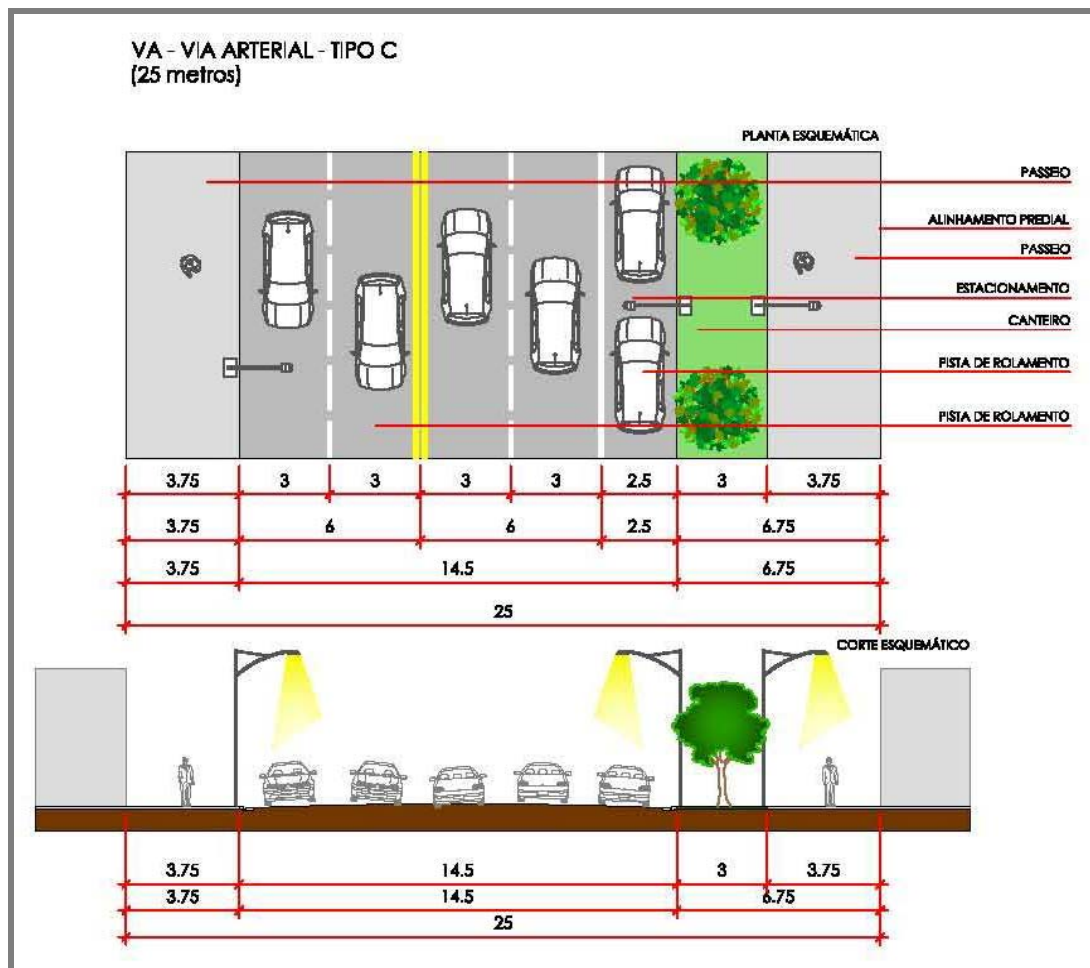






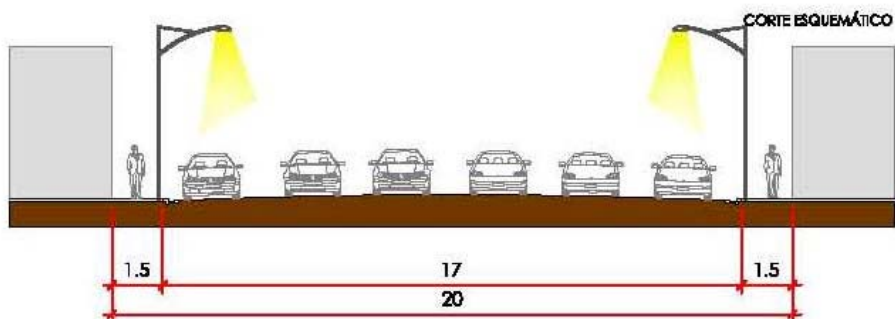
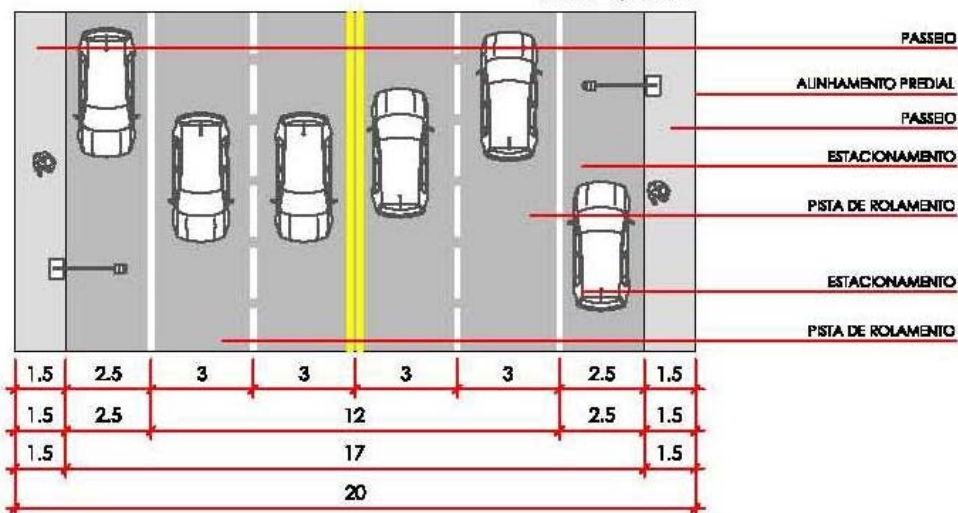
**VA - VIA ARTERIAL - TIPO A  
(25 metros)**

**VA - VIA ARTERIAL - TIPO B  
(25 metros)**

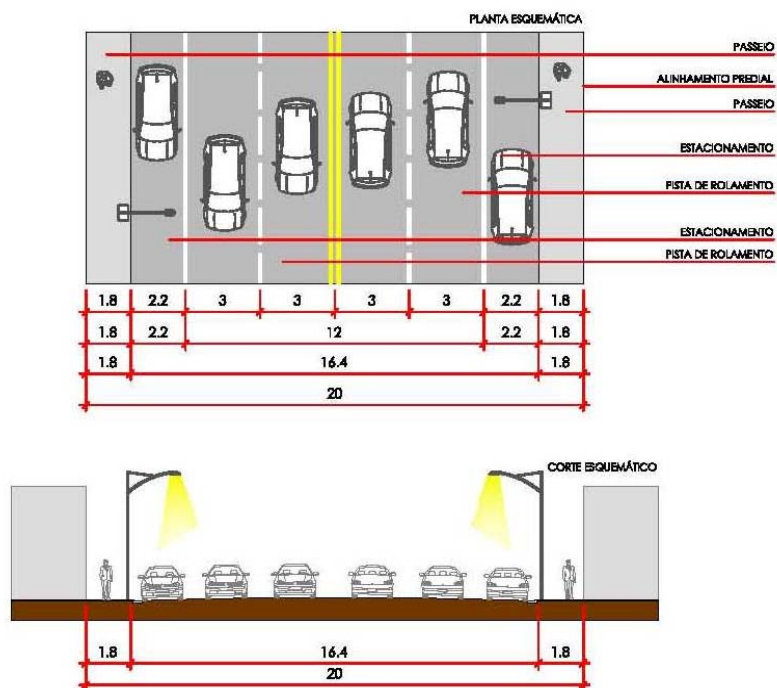


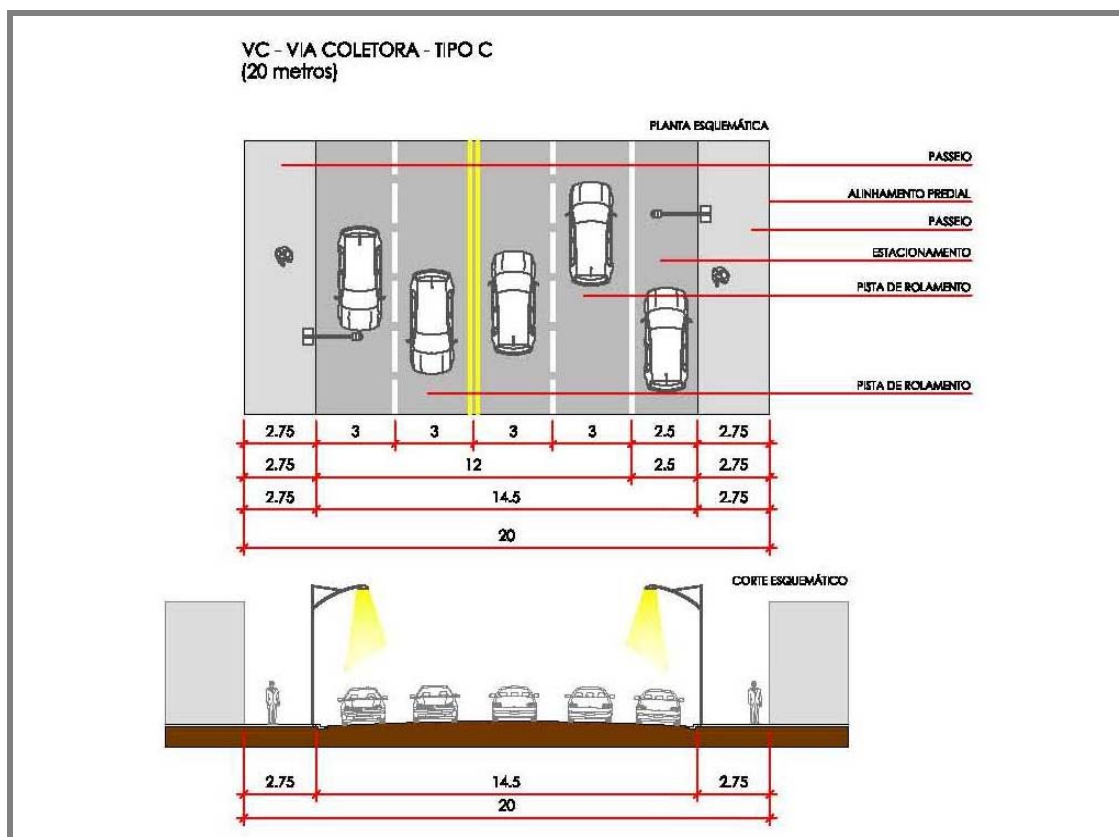
# VC - VIA COLETORA - TIPO A (20 metros)

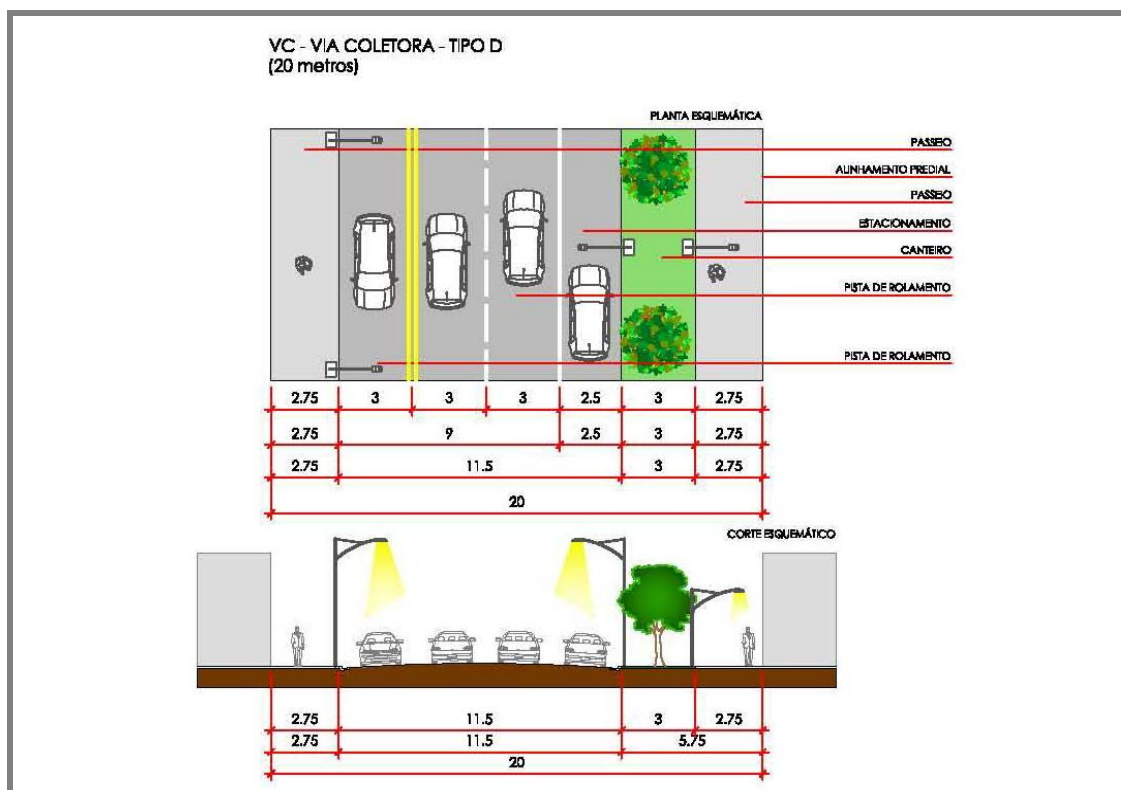
PLANTA ESQUEMÁTICA

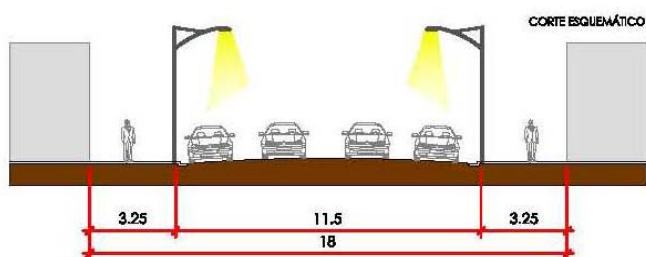
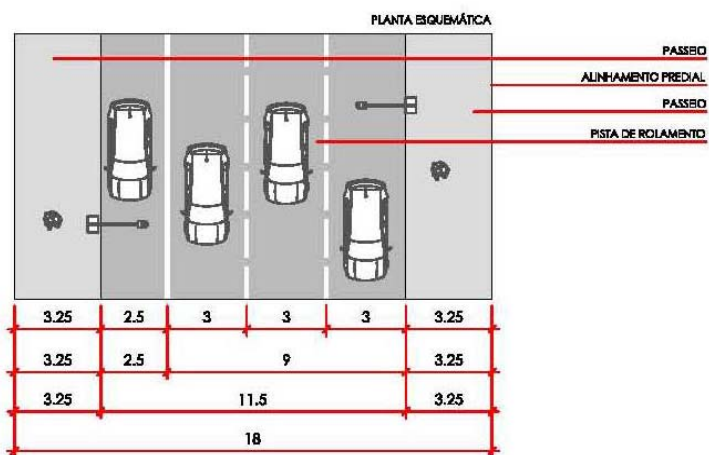


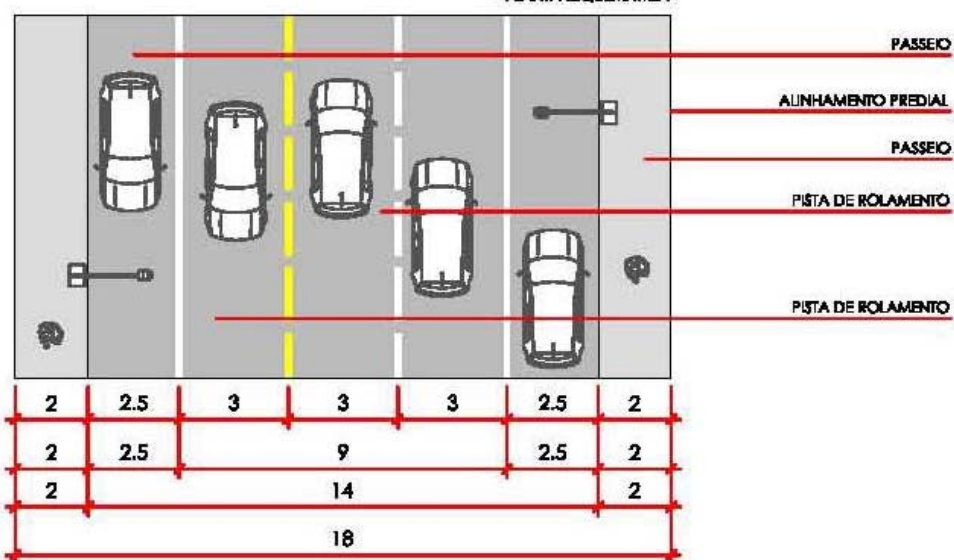
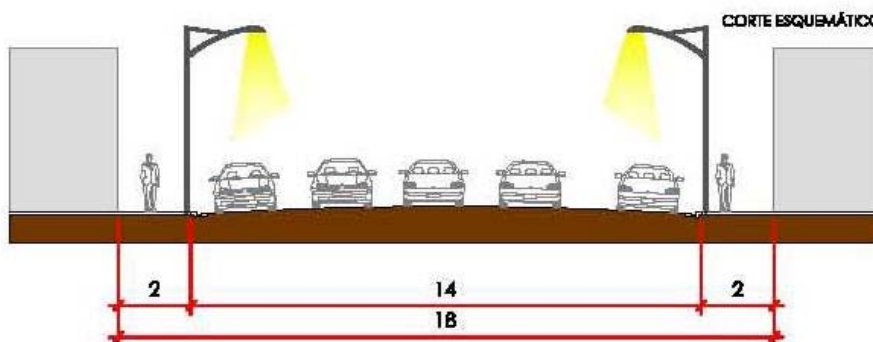


**VC - VIA COLETORA - TIPO B**  
(20 metros)

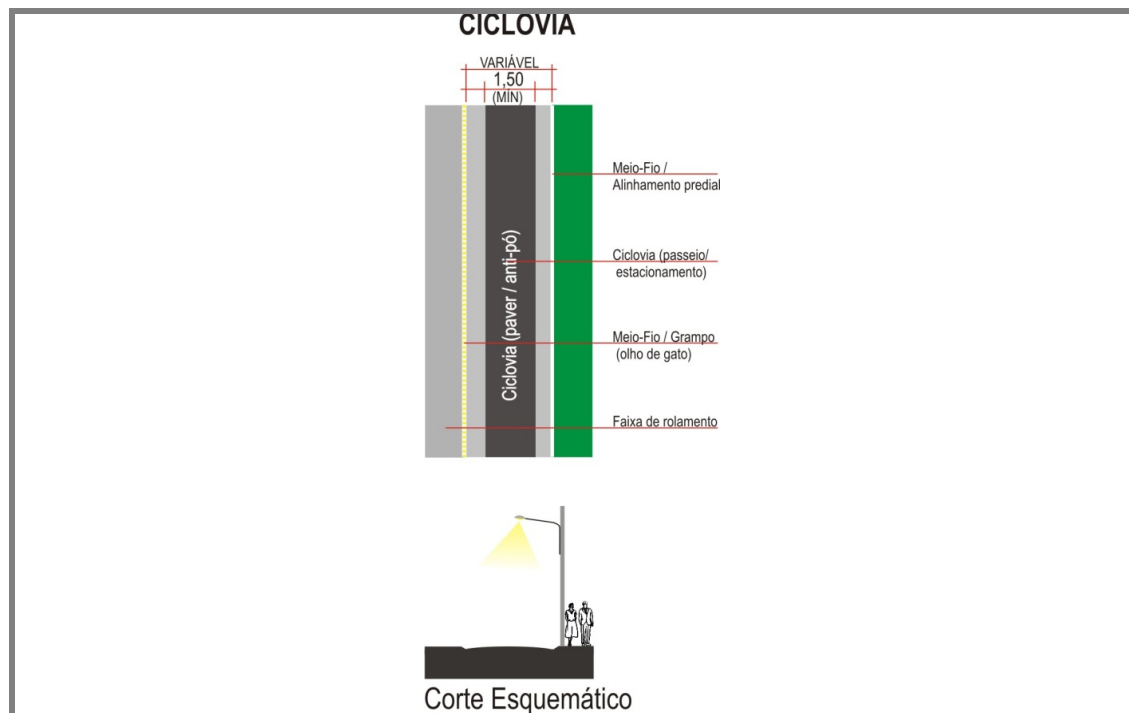




**VC - VIA COLETORA - TIPO A**  
(18 metros)

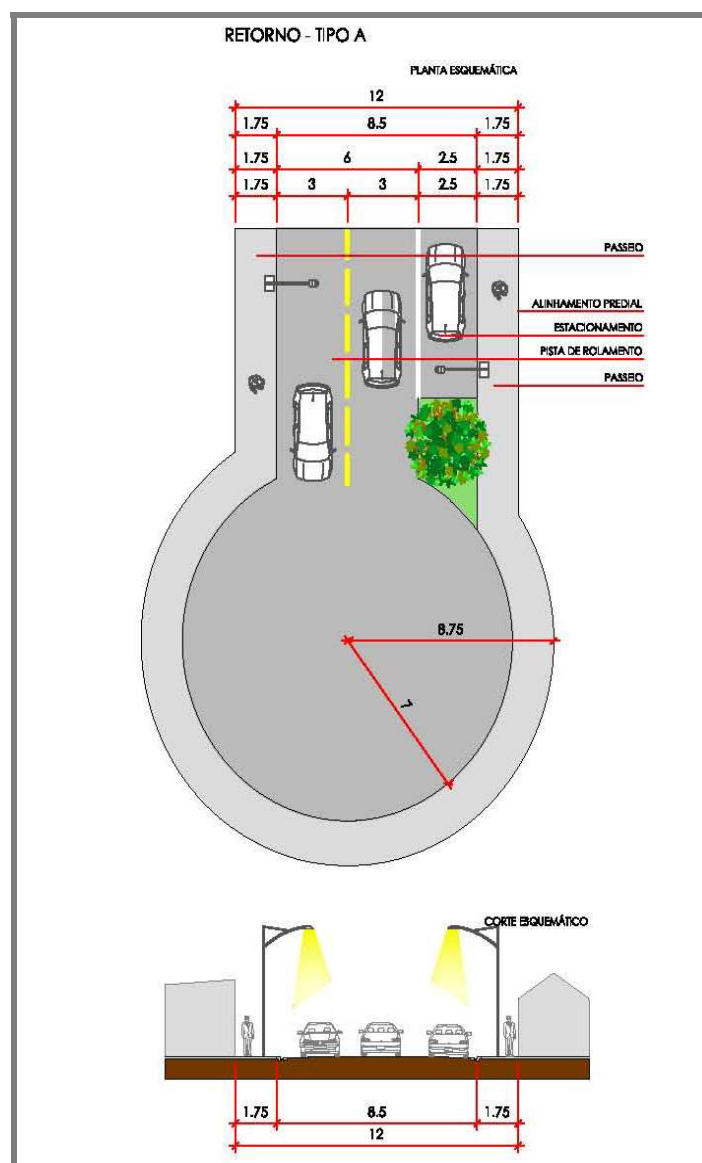
**VC - VIA COLETORA - TIPO B  
(18 metros)****PLANTA ESQUEMÁTICA****CORTE ESQUEMÁTICO**





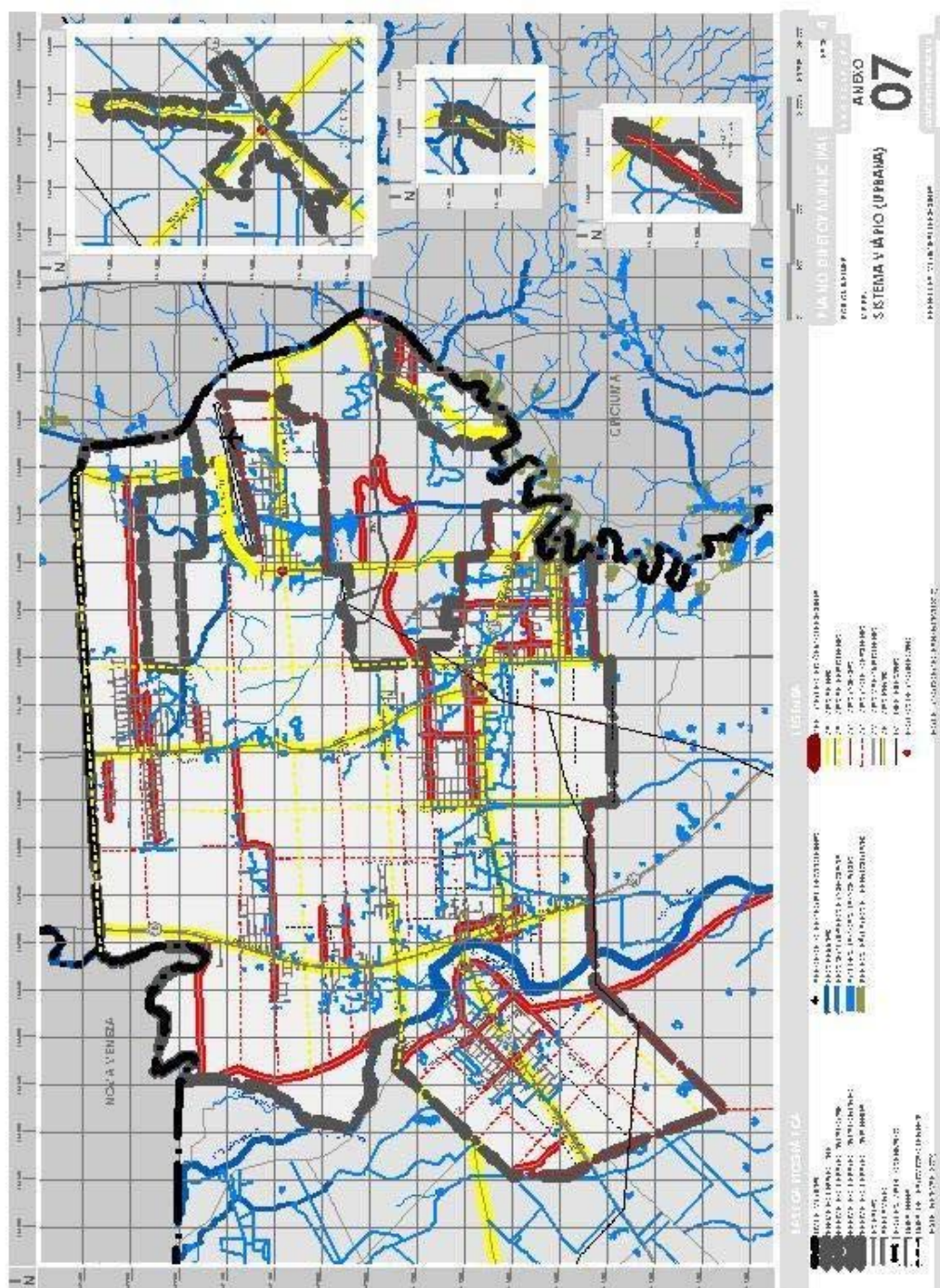
## ANEXO 6

### DIMENSÕES MÍNIMAS DE RETORNO DAS VIAS URBANAS

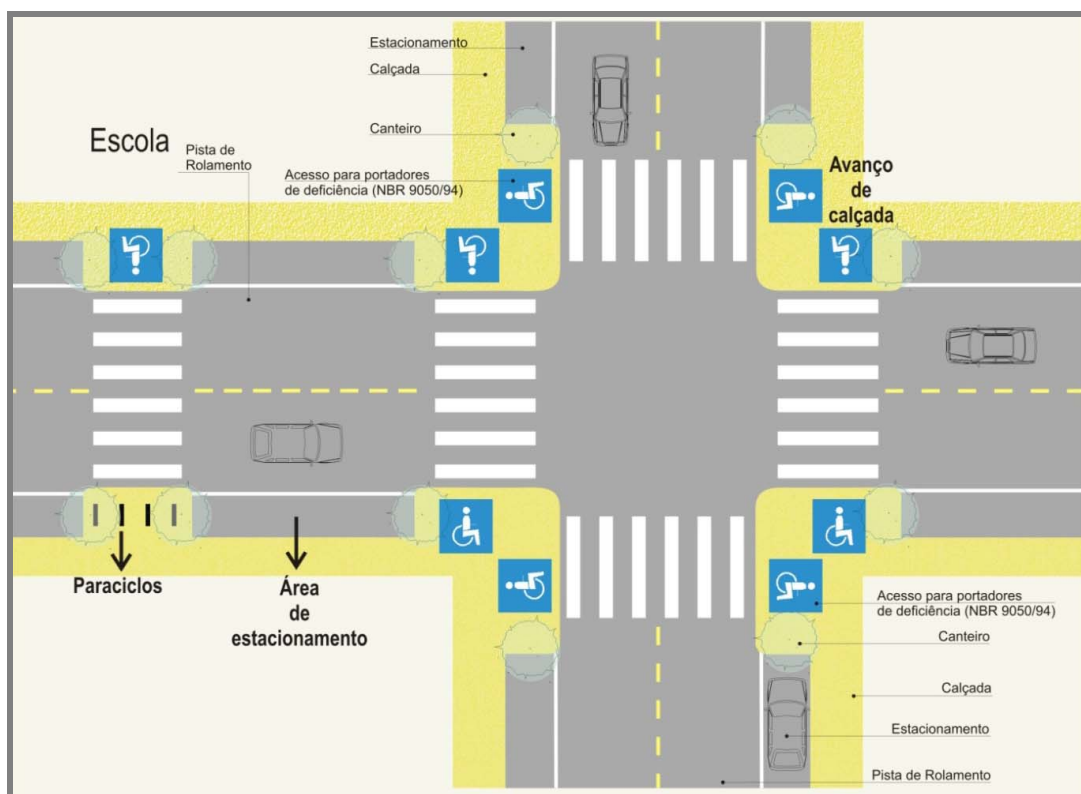


## ANEXO 7

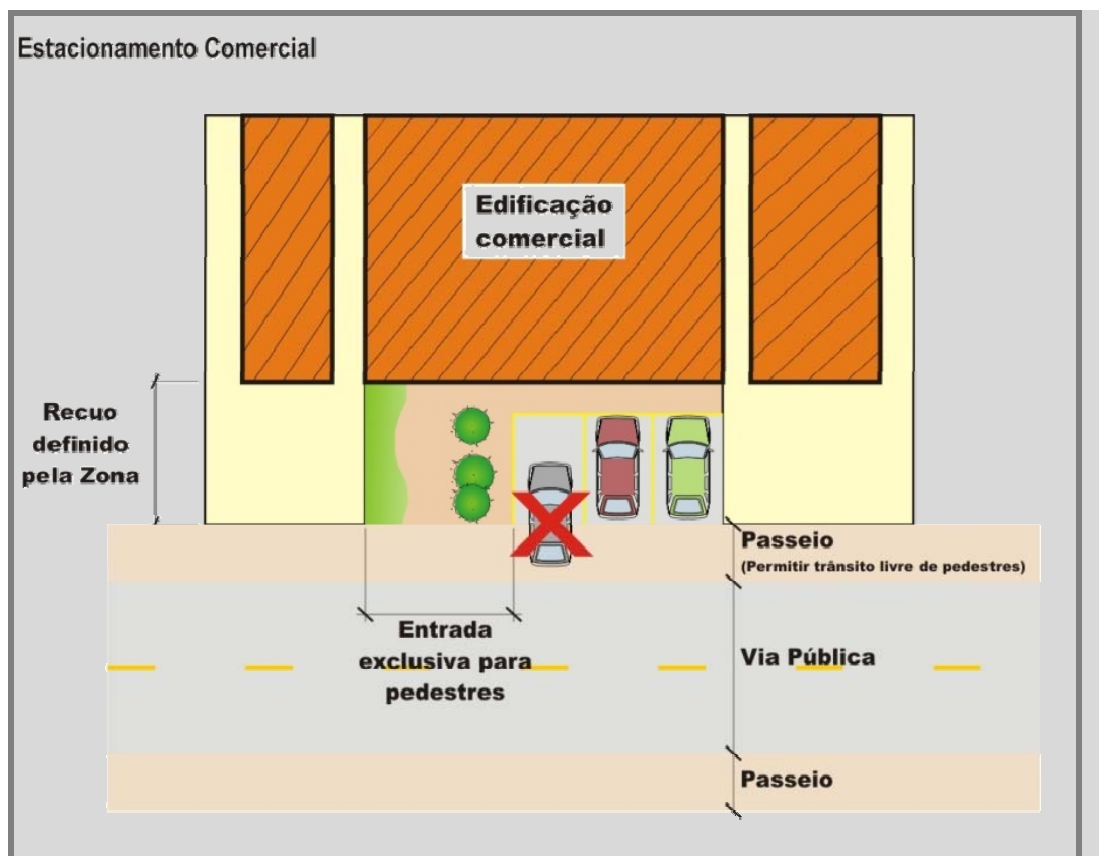
### MAPA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO



**ANEXO 8**  
**DEMARCAÇÃO DE ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E AVANÇOS DE**  
**CALÇADAS**



**ANEXO 9**  
**USO DE RECUOS DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E DE SERVIÇO COMO**  
**ÁREA DE ESTACIONAMENTO**





**ANEXO 10**  
**TABELA DAS CATEGORIAS DOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO (PGT)**

<b>CATEGORIAS DOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO – PGT</b>		
<b>ATIVIDADES</b>	<b>ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA</b>	
	<b>TIPO P1</b>	<b>TIPO P2</b>
Centro de compras, shopping center	De 2.500m <sup>2</sup> a 10.000m <sup>2</sup>	Acima de 10.000m <sup>2</sup>
Lojas de departamento	De 2.500m <sup>2</sup> a 10.000m <sup>2</sup>	Acima de 10.000m <sup>2</sup>
Supermercados, hipermercado, mercados	De 2.500m <sup>2</sup> a 10.000m <sup>2</sup>	Acima de 10.000m <sup>2</sup>
Entrepósitos, terminais, armazéns, depósitos	De 5.000m <sup>2</sup> a 10.000m <sup>2</sup>	Acima de 10.000m <sup>2</sup>
Prestação de serviços, escritórios	De 2.500m <sup>2</sup> a 5.000m <sup>2</sup>	Acima de 5.000m <sup>2</sup>
Hotéis	De 2.500m <sup>2</sup> a 5.000m <sup>2</sup>	Acima de 5.000m <sup>2</sup>
Motéis	De 5.000m <sup>2</sup> a 15.000m <sup>2</sup>	Acima de 15.000m <sup>2</sup>
Hospitais, maternidades	De 5.000m <sup>2</sup> a 15.000m <sup>2</sup>	Acima de 15.000m <sup>2</sup>
Pronto-socorro, clínicas, laboratório de análise, consultórios, ambulatório	De 250m <sup>2</sup> a 2.500m <sup>2</sup>	Acima de 2.500m <sup>2</sup>
Universidade, faculdade, cursos supletivos, cursos preparatórios nas escolas superiores (cursinhos)	De 2.500m <sup>2</sup> a 5.000m <sup>2</sup>	Acima de 5.000m <sup>2</sup>
Escolas 1º e 2º grau, ensino técnico – profissional	De 2.500m <sup>2</sup> a 5.000m <sup>2</sup>	Acima de 5.000m <sup>2</sup>
Escola maternal, ensino pré – escolar	De 250m <sup>2</sup> a 2.500m <sup>2</sup>	Acima de 2.500m <sup>2</sup>
Academias de ginástica, esportes, cursos de línguas, escola de arte, dança, música, quadras e salões de esporte (coberto)	De 250m <sup>2</sup> a 2.500m <sup>2</sup>	Acima de 2.500m <sup>2</sup>
Restaurantes, choperias, pizzarias, boates, casas de música, de chá, de café, salão de festas, de bailes, buffet	De 250m <sup>2</sup> a 2.500m <sup>2</sup>	Acima de 2.500m <sup>2</sup>
Indústrias	De 10.000m <sup>2</sup> a 20.000m <sup>2</sup>	Acima de 20.000m <sup>2</sup>
Cinemas, teatros, auditórios, locais de culto	Entre 300 a 1.000 lugares	Acima de 1.000 lugares
Quadras de esporte (descobertas)	Acima de 500m <sup>2</sup> de terreno	-
Conjuntos residenciais	Acima de 60 unidades	-
Estádios e ginásios de esporte	-	Acima de 3.000m <sup>2</sup>
Pavilhão para feiras, exposições, parque de diversões	-	Acima de 3.000m <sup>2</sup>
Parques, zoológicos, hortos	-	Com área de terreno superior a 15.000m <sup>2</sup>

**ANEXO 11**  
**TABELA DO NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA POLOS GERADORES DE**  
**TRÁFEGO, TIPO P1**

<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA POLOS GERADORES DE TRÁFEGO, TIPO P1</b>	
<b>ATIVIDADES</b>	<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO (AC = ÁREA CONSTRUÍDA COMPUTÁVEL)</b>
Centro de compras, shopping center	1 vaga / 25m <sup>2</sup> ac
Lojas de departamento	1.500 =< ac =< 2.500 – 1 vaga/ 45m <sup>2</sup> ac
	2.500 < ac < 10.000 – 1 vaga / 50m <sup>2</sup> ac
Supermercados, hipermercado, mercados	1 vaga / 25m <sup>2</sup> ac
Entrepósitos, terminais, armazéns, depósitos	1 vaga / 100m <sup>2</sup> ac
Prestação de serviços, escritórios	1 vaga / 35m <sup>2</sup> ac ou 1 vaga / unidade autônoma
Hotéis	1 vaga p/ cada 2 apartamentos com área =< 25m <sup>2</sup>
	1 vaga para apartamento com área > 25m <sup>2</sup>
	1 vaga para 5m <sup>2</sup> de sala de convenções
	1 vaga para 50m <sup>2</sup> de área de uso público
	1 vaga de ônibus para cada 40 apartamentos
Motéis	1 vaga para cada apartamento
Hospitais, maternidades	Nl =< 50 – 1 vaga / leito
	50 < nl =< 200 – 1 vaga / 1,5 leitos
	Nl > 200 – 1 vaga / 2 leitos      nl= no. De leitos
Internatos, orfanatos e asilos	1 vaga / 300m <sup>2</sup> ac, 2 vagas no mín.
Pronto-socorro, clínicas, laboratório de análise, consultórios, ambulatório	1 vaga / 50m <sup>2</sup> ac
Universidade, faculdade, cursos supletivos, cursos preparatórios nas escolas superiores (cursinhos)	1 vaga / 25m <sup>2</sup> ac
Escolas 1º e 2º grau, ensino técnico – profissional	1 vaga / 75m <sup>2</sup> ac
Escola maternal, ensino pré – escolar	1 vaga / 75m <sup>2</sup> ac
Academias de ginástica, esportes, cursos de línguas, escola de arte, dança, música, quadras e salões de esporte (coberto)	1 vaga / 25m <sup>2</sup> ac
Restaurantes, choperias, pizzarias, boates, casas de música, de chá, de café, salão de festas, de bailes, buffet	1 vaga / 20m <sup>2</sup> ac
Indústrias	1 vaga / 100m <sup>2</sup> ac

<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA POLOS GERADORES DE TRÁFEGO, TIPO P1</b>	
<b>ATIVIDADES</b>	<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO (AC = ÁREA CONSTRUÍDA COMPUTÁVEL)</b>
Cinemas, teatros, auditórios, locais de culto	1 vaga / 30m <sup>2</sup> ac
Quadras de esporte (descobertas)	4 vagas para quadra
Cemitérios	1 vaga p/ 2.000m <sup>2</sup> ac, 20 vagas mín.
Comércio varejista em geral	1 vaga / 100m <sup>2</sup> ac
Bancos, administração pública e afins	1 vaga / 25m <sup>2</sup> ac
Serviços manutenção pesada e afins	1 vaga / 50m <sup>2</sup> ac
Oficinas e similares	1 vaga / 20m <sup>2</sup> ac
Conjuntos residenciais	1 vaga por unidade habitacional com área até 80m <sup>2</sup>
	2 vagas p/ unidades com área > 80m <sup>2</sup> e < 250m <sup>2</sup>
	3 vagas para unidade com área > 250m <sup>2</sup>

**ANEXO 12**  
**TABELA DO NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA CARGA E DESCARGA,**  
**EMBARQUE E DESEMBARQUE, E TÁXIS NOS POLOS GERADORES DE**  
**TRÁFEGO, TIPO P1**

<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA CARGA E DESCARGA, EMBARQUE E DESEMBARQUE, E TÁXIS NOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO, TIPO P1</b>			
<b>ATIVIDADES</b>	<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA CARGA E DESCARGA</b>	<b>ÁREA DE EMBARQUE E DESEMBARQUE</b>	<b>ÁREA PARA TAXIS</b>
Centro de compras, shopping center	1.000 $\leq$ ac $\leq$ 2.500 – 2 vagas 2.500 < ac $\leq$ 5.000 – 4 vagas 5.000 < ac $\leq$ 10.000 – 6 vagas	-	-
Lojas de departamento		-	-
Supermercados, hipermercado, mercados		-	-
Entrepósitos, terminais, armazéns, depósitos	1 vaga / 250m <sup>2</sup> ac, 2 vagas min.	-	Obrigatória p/ terminais
Prestação de serviços, escritórios	2 vagas	Obrigatória c/ ac $\geq$ 3.500m <sup>2</sup>	-
Hotéis	2 vagas	Obrigatória	Obrigatória
Motéis	-	-	-
Hospitais, maternidades	2 vagas	Obrigatória	Obrigatória
Internatos, orfanatos e asilos	-	-	-
Pronto-socorro, clínicas, laboratório de análise, consultórios, ambulatório	-	-	-
Universidade, faculdade, cursos supletivos, cursos preparatórios nas escolas superiores (cursinhos)	1 vaga	Obrigatória	-
Escolas 1º e 2º grau, ensino técnico – profissional	1 vaga	1 vaga / cada 50 alunos	-
Escola maternal, ensino pré – escolar	-	1 vaga / cada 25 alunos	-
Academias de ginásticas, esportes, cursos de línguas, escola de arte, dança, música, quadras e salões de esporte (coberto)	-	1 vaga / cada 50 alunos	-
Restaurantes, choperias, pizzarias, boates, casas de música, de chá, de café, salão de festas, de bailes, Buffet	1 vaga / 250m <sup>2</sup> ac, 1 vaga min.	Obrigatória c/ ac $\geq$ 1.000m <sup>2</sup>	-

<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA CARGA E DESCARGA, EMBARQUE E DESEMBARQUE, E TÁXIS NOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO, TIPO P1</b>			
<b>ATIVIDADES</b>	<b>NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA CARGA E DESCARGA</b>	<b>ÁREA DE EMBARQUE E DESEMBARQUE</b>	<b>ÁREA PARA TÁXIS</b>
Indústrias	1.000 $\leq$ ac $\leq$ 2.500 – 2 vagas 2.500 $\leq$ ac $\leq$ 10.000 – 4 vagas 10.000 < ac $\leq$ 20.000 – 6 vagas	-	-
Cinemas, teatros, auditórios, locais de culto	1 vaga	1 vaga p/ cada 50 lugares	Obrigatória
Quadras de esporte (descobertas)	-	-	-
Cemitérios	1 vaga	Obrigatória	-
Comércio varejista em geral	Ac $\geq$ 500m <sup>2</sup> – 1 vaga	-	-
Bancos, administração pública e afins	1 vaga	1 vaga p/ ac $\geq$ 500m <sup>2</sup>	-
Serviços manutenção pesada e afins	1 vaga	-	-
Oficinas e similares	1 vaga	-	-
Conjuntos residenciais	Ac $\geq$ 15.000m <sup>2</sup> – 1 vaga	1 vaga p/ cada 25 unid.	-



**Lei Complementar Nº. 017, de 11 de Agosto de 2011.**

LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO DE FORQUILHINHA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 017, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DEFINE OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS COM O PARCELAMENTO E REMEMBRAMENTOS DE LOTES URBANOS E DEMAIS REQUISITOS URBANÍSTICOS NO MUNICÍPIO; REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.554/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Parcelamento do solo no Município de Forquilha será regido por esta Lei, em conformidade com a Legislação Federal, Estadual e Municipal e demais leis pertinentes.

§ 1º O disposto na presente Lei aplica-se igualmente aos remembramentos do solo para fins urbanos, condomínios ou loteamentos fechados.

§ 2º O parcelamento do solo rural observará as normas federais e estaduais vigentes, respeitando a legislação municipal, relacionada ao sistema viário do município, patrimônio histórico, áreas de paisagem notáveis e demais legislação municipal pertinente, bem como a legislação ambiental municipal, relacionado às áreas de preservação permanente.

§ 3º Na Zona Rural somente será admitido o parcelamento do solo para a implantação de algum equipamento compatível com o uso previsto para a zona, após análise das consultas de viabilidade pela Autoridade Licenciadora e ouvido o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

§ 4º Somente será permitida a transformação de Gleba de uso Rural em Zona Urbana, quando a área pretendida atender às seguintes condições:

I - Tenha sua face maior contígua à área de Zona Urbana parcelada e com 50% dos lotes comercializados;

II - Tenha recebido parecer favorável da Autoridade Licenciadora.

Art. 2º O parcelamento do solo para fins urbanos observará as diretrizes gerais da política urbana, conforme dispõe o art. 2º da Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001, bem como suas alterações, e os seguintes princípios:

I - Função social da cidade e da propriedade;

II - Garantia do direito à moradia e ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos;

III - Urbanismo como função pública e respeito à ordem urbanística;

IV - Prevalência do interesse público sobre o interesse privado;

V - Ocupação prioritária dos vazios urbanos;

VI - Recuperação pelo Poder Público das mais-valias urbanas decorrentes da ação do Poder Público;

VII - Acesso universal aos bens de uso comum do povo;

VIII - Preservação do interesse público como elemento determinante na destinação dos imóveis públicos.

Parágrafo único. Somente será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas e de expansão urbana, assim definidas na lei do Perímetro Urbano, e distante no máximo à 1000m (mil metros) de no mínimo três dos seguintes melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - Via Pavimentada;

II - Sistema de abastecimento d'água;

III - Rede de energia elétrica;

IV - Atendimento por escola;

V - Ponto de atendimento por transporte coletivo;

VI - Unidade de saúde;

VII - Centro comunitário.

Art. 3º A presente lei, visando promover o predomínio do interesse

coletivo sobre o particular, apresenta os seguintes objetivos dentre outros:

I - Orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique em parcelamento do solo, desdobro, condomínios urbanísticos, loteamentos fechados e remembramentos para fins urbanos;

II - Possibilitar à população a facilidade de acesso aos equipamentos urbanos e comunitários para assegurar-lhe condições dignas de habitação, trabalho, lazer e circulação no espaço urbano;

III - Facilitar ao Poder Público Municipal o planejamento de obras e serviços públicos;

IV - Prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

V - Ordenar o crescimento da cidade;

VI - Garantir a continuidade da malha urbana, evitando ociosidade de infraestrutura;

VII - Assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo e remembramentos para fins urbanos.

Art. 4º Para os fins desta lei, consideram-se as seguintes definições:

I - Alinhamento predial: linha divisória entre o lote e o logradouro público;

II - Alvará: documento expedido pelo Poder Público Municipal concedendo licença para o funcionamento de atividades ou a execução de serviços e obras;

III - Aprovação: ato que legitima uma nova situação física/ geométrica/ locacional do lote;

IV - Área de domínio público: é a área ocupada pelas vias de circulação, áreas institucionais e espaços livres;

V - Área de fundo de vale: área do loteamento destinada à proteção das nascentes e dos cursos d'água;

VI - Área institucional: áreas destinadas à implantação dos equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares;

VII - Área rural: a parcela do território cujo emprego envolve atividade de exploração extrativa agrícola, pecuária, silvícola ou agroindustrial;

VIII - Área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano por lei municipal específica, que não se enquadre na definição de área rural; destinada à moradia, ao comércio, a indústria, delimitado pelo perímetro urbano e nele incidindo o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

IX - Área verde: bosques de mata nativa representativos da flora do Município, que contribuam para a preservação de águas existentes, do habitat, da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais;

X - Áreas destinadas a uso comum dos condôminos: aquelas referentes ao sistema viário interno e as demais áreas integrantes de condomínios não caracterizadas como unidades autônomas;

XI - Áreas destinadas a uso público: aquelas referentes ao sistema viário, à implantação de equipamentos comunitários, a espaços livres de uso público e a outros logradouros públicos;

XII - Área de Preservação Permanente: florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, cuja faixa de preservação no Município é determinada pela legislação vigente;

XIII - Arruamento: logradouro ou conjunto de logradouros públicos destinados à circulação viária e acesso aos lotes urbanos;

XIV - Autoridade Licenciadora: constitui-se pelo Núcleo de Análise das Consultas de Viabilidade para Parcelamento do Solo Urbano e Municipal de Forquilha e Secretaria de Planejamento e a de Obras do Município;

XV - Condomínio: divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação e áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos, nem na modificação ou ampliação dos já existentes, podendo haver abertura de vias internas de domínio privado;

XVI - Condomínio urbanístico: a divisão de imóvel em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao perímetro do condomínio;

XVII - Desmembramento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem que haja necessidade de abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes;

XVIII - Desdobro: é a divisão da área do lote para formação de novo ou de novos lotes, os quais obrigatoriamente devem atender às exigências mínimas de dimensionamento e índices urbanísticos para sua edificação, previstos nas leis de Zoneamento, uso e ocupação do solo.

XIX - Empreendedor:

- a) O proprietário do imóvel a ser parcelado, que responde pela implantação do parcelamento;
- b) O compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou o superficiário, desde que o proprietário expresse sua anuência em relação ao empreendimento e sub-rogue-se nas obrigações do compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou do superficiário, em caso de extinção do contrato;
- c) O poder público, quando proprietário do imóvel a ser parcelado, ou nos casos de imissão prévia na posse com o objetivo de implantação de parcelamento habitacional de interesse social ou regularização fundiária;
- d) A pessoa física ou jurídica contratada pelo proprietário do imóvel a ser parcelado ou pelo poder público para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria, sob regime de obrigação solidária, devendo o contrato ser averbado na matrícula do imóvel no serviço de registro de imóveis;
- e) As cooperativas habitacionais, as associações de moradores e as associações de proprietários ou compradores, que assumam a responsabilidade pela implantação do parcelamento.

XX - Equipamentos comunitários: são as instalações públicas de educação, cultura, saúde, segurança, esporte, lazer e convívio social;

XXI - Equipamentos urbanos: são as instalações de infraestrutura urbana básica e outras de interesse público;

XXII - Espaços livres: áreas de interesse de preservação e/ou espaços livres de uso público destinados à implantação de praças, áreas de recreação e esportivas, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos;

XXIII - Faixa não edificável ("non aedificandi"): área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

XXIV - Fração ideal: parte inseparável de um lote ou coisa comum, considerada para fins de ocupação;

XXV - Gleba: área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano;

XXVI - Habitação: moradia digna inserida no contexto urbano, provida de infraestrutura básica, de serviços urbanos e de equipamentos urbanos básicos;

XXVII - Infraestrutura básica: equipamentos urbanos de esgoto, saneamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, sistema de drenagem urbana e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não;

XXVIII - Linhas Sanitárias: projeto de esgotamento cloacal e de tratamento de esgotos; projeto de rede coletora de esgotos; projeto de abastecimento de água potável;

XXIX - Lote: porção de terra parcelada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com testada para via pública oficial, servida de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos nesta Lei e de acordo com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;

XXX - Loteamento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação,

de logradouros públicos, prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes, respeitando-se as diretrizes de arruamento;

XXXI - Parcelamento: subdivisão de glebas, áreas ou terrenos indivisos em lotes. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições das legislações federais, estaduais e municipais pertinentes;

XXXII - Pista de rolamento: faixa destinada exclusivamente ao tráfego de veículos;

XXXIII - Quadra: área resultante de loteamento, delimitada por vias de circulação e/ou limites deste mesmo loteamento;

XXXIV - Registro: ato que legitima a propriedade do lote. Assim, o registro se dá após a aprovação, e um não substitui o outro. Deverá ser obedecido o prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação para que se proceda ao registro do lote. Caso isto não aconteça, a aprovação será considerada sem efeito;

XXXV - Regularização fundiária: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visem a adequar assentamentos preexistentes, informais ou irregulares, às conformações legais, de modo a garantir o direito a cidades sustentáveis e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana;

XXXVI - Remembramento: Considera-se remembramento a unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.

XXXVII - Testada: dimensão frontal do lote;

XXXVIII - Unidade autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação, resultante de condomínio realizado nos termos desta lei;

XXXIX - Vias de circulação: área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas;

XL - Vias públicas: as vias são tornadas públicas oficialmente com a aprovação do lote com testada para elas. São consideradas vias públicas aquelas que figuram em plantas de parcelamento do solo aprovadas e que constituam testadas de lotes ou aquelas pavimentadas pelo poder Público Municipal.

## TÍTULO II

### DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento e desmembramento e desdobros, observadas as disposições desta Lei, bem como da legislação federal e estadual vigente.

§ 1º Os loteamentos, desdobros, e desmembramentos subordinam-se às diretrizes do Plano Diretor, da Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e da Lei do Sistema Viário e Mobilidade Urbana quanto à destinação e à utilização das áreas parceladas, de forma a garantir o desenvolvimento urbano integrado.

§ 2º Os desmembramentos com aproveitamento do sistema viário existente não poderão exceder a 10 (dez) lotes com dimensões e áreas atendendo o mínimo estabelecido por esta Lei, sendo vedado novo desmembramento da área a qualquer tempo.

#### CAPÍTULO II

##### DAS EXIGÊNCIAS PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS DE PARCELAMENTO

Art. 6º O parcelamento do solo urbano só será permitido nas áreas inseridas nos perímetros urbanos do Município, aprovados por lei municipal.

Parágrafo único. O Município não aprovará loteamento de glebas distantes da mancha urbana cuja implantação exija a execução de obras e serviços de infraestrutura urbana, inclusive de vias de acesso, nas áreas adjacentes, salvo se:

I - tais obras e serviços forem executados pelo loteador às suas próprias custas;

II - a gleba se localizar em área propícia para urbanização,

segundo as diretrizes de desenvolvimento urbano decorrentes do planejamento municipal, sem originar situações que caracterizem degradação ambiental.

Art. 7º Para a aprovação de novos parcelamentos deverão ser priorizados os vazios urbanos, e considerados os imóveis sujeitos à Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano.

Art. 8º O parcelamento do solo urbano poderá ser dividido em etapas de execução discriminadas no projeto completo.

Art. 9º Qualquer modalidade de parcelamento do solo urbano ou rural ficará sujeita à aprovação prévia da Prefeitura, nos termos das disposições desta e de outras leis pertinentes.

Art. 10 . A tramitação dos processos de parcelamento do solo urbano ou rural compreende as etapas:

- I - De Consulta Prévia (de viabilidade), onde são requeridas diretrizes de parcelamento para a prefeitura;
- II - Elaboração e apresentação de projeto à Prefeitura Municipal;
- III - Vistoria;
- IV - Expedição de licença;
- V - Expedição de alvará de conclusão de obra.

## SEÇÃO I

### DAS DIRETRIZES PARA A CONSULTA PRÉVIA

Art. 11 . Antes da elaboração do projeto, o interessado está obrigado a realizar a Consulta Prévia junto à Autoridade Licenciadora que resulte em informações das Diretrizes Gerais relativas a:

- I - Uso e ocupação do solo, conforme Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- II - Traçado do sistema viário e diretrizes, conforme Lei Municipal de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal;
- III - Reserva de áreas destinadas a uso público, inclusive quanto a sua localização;
- IV - Reserva de faixas não edificáveis;
- V - Linhas sanitárias.

Parágrafo único. As autoridades competentes para análise da Consulta Prévia e emissão das Diretrizes são: Núcleo para Análise das Consultas de Viabilidade para Parcelamento do Solo Urbano de Forquilha e as Secretarias de Planejamento e a de Obras do Município, que são denominados ao longo do texto desta lei como Autoridade Licenciadora.

Art. 12 . A Autoridade Licenciadora deverá obedecer aos seguintes prazos, desobrigando-se de cumprir tais prazos, por motivos de casos fortuitos ou força maior:

- I - 30 (trinta) dias, para definir as diretrizes na consulta de viabilidade, a partir da entrada do requerimento, devidamente protocolado;
- II - 45 (quarenta e cinco) dias para examinar o anteprojeto, a partir da entrada deste, devidamente protocolado;
- III - 30 (trinta) dias para aprovação do projeto definitivo, a partir da entrada do mesmo, devidamente protocolado;
- IV - 60 (sessenta) dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização, a contar do requerimento devidamente protocolado.

Art. 13 . As Diretrizes Gerais expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição, após o que estarão automaticamente prescritas e o processo iniciado arquivado.

Art. 14 . Para a solicitação de diretrizes previstas no artigo anterior, o empreendedor deve apresentar requerimento específico e planta do imóvel, em 2 (duas) vias, à Autoridade Licenciadora.

§ 1º O requerimento a que se refere o caput deste artigo deve ser instruído com:

- I - Prova de propriedade da gleba ou lote, ou de direito para parcelar, conforme disposto nesta lei;
- II - Certidão de matrícula da gleba ou lote, expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente.

§ 2º A planta a que se refere o parágrafo primeiro deverá vir assinada pelo proprietário ou representante legal e por responsável técnico legalmente habilitado.

§ 3º A planta do imóvel deve estar georreferenciada e conter no mínimo:

- I - As divisas da gleba ou lote, com indicação de suas medidas perimetrais e área, e das vias limítrofes ao seu perímetro;
- II - As curvas de nível de metro em metro com espaçamento adequado à finalidade do empreendimento;
- III - A localização dos cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios e nascentes, áreas de preservação permanente, áreas com vegetação significativa, árvores de porte isoladas e construções existentes na gleba ou lote;
- IV - A indicação dos arruamentos contínuos a todo o perímetro, a localização das vias de circulação, áreas livres, construções e equipamentos urbanos e comunitários, existentes no local ou nas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
- V - O tipo de uso predominante a que o parcelamento se destina e uma estimativa do número de unidades habitacionais, no caso de uso residencial.

Art. 15 . Deve ser comunicada à autoridade licenciadora qualquer alteração na situação jurídica da gleba ou lote objeto de análise para fins de formulação de diretrizes, obrigando à revisão das diretrizes formuladas.

Art. 16 . Será indeferido pela autoridade licenciadora a solicitação de diretrizes, para os casos previstos no art. 48 podendo ainda declarar a impossibilidade de implantação do empreendimento com base na análise dos seguintes fatores:

- I - A compatibilidade do empreendimento com o Plano Diretor Municipal;
  - II - A situação jurídica da gleba ou lote.
- Art. 17 . A autoridade licenciadora ao deferir a solicitação de diretrizes, deve formulá-las, indicando, no mínimo:
- I - O traçado básico do sistema viário principal e diretrizes, no caso de loteamento;
  - II - A localização das áreas destinadas a uso público (faixas de escoamento das águas pluviais, área comunitária e as áreas livres);
  - III - A localização das áreas com restrição ao uso e ocupação em razão da legislação federal, estadual ou municipal;
  - IV - As faixas não edificáveis;
  - V - A(s) zona(s) predominante(s) da área, com os usos admissíveis na gleba ou lote, com as respectivas localizações;
  - VI - Os requisitos a serem cumpridos para o licenciamento ambiental, se for o caso.

Art. 18 . A autoridade licenciadora deve dar ampla publicidade às solicitações de diretrizes e das diretrizes formuladas, especialmente para a Câmara de Vereadores e para o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 19 . Fica dispensada a fase de fixação de diretrizes para loteamentos, desdobros e desmembramentos que não resultem em mais de 10 (dez) unidades, desde que a área não apresente cobertura vegetal em estágio médio de regeneração natural.

## SEÇÃO II

### DO PROJETO DE PARCELAMENTO

Art. 20 . O projeto de parcelamento deve ser elaborado em conformidade com Lei Federal nº.6.766/1979 e suas alterações e Lei Estadual nº.6.063/1982, e com as diretrizes formuladas pelo Município, considerando:

- I - A valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico;
- II - A previsão da execução das obras necessárias em sequência que impeça a instauração de processo erosivo e seu desenvolvimento;
- III - A reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplenadas, com plantio de vegetação apropriada.

Art. 21 . Os parcelamentos deverão atender à seguinte infraestrutura mínima:

- I - Só poderão ser parceladas áreas com acesso direto à via pública em boas condições de trafegabilidade, a critério da Prefeitura



Municipal;

II - Todos os projetos de parcelamento do solo devem prever a conexão com as redes de infraestrutura básica existente;

III - As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local;

IV - A hierarquia das vias e a dimensão mínima das vias deverão respeitar a Lei de circulação, transporte e mobilidade urbana, as diretrizes da Lei do Plano Diretor e as diretrizes fornecidas pelo órgão municipal competente;

V - Todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário as diretrizes de arruamento definidas pelo órgão municipal competente, para assegurar a continuidade do sistema viário do Município.

VI - Nos parcelamentos de solo sob a forma de loteamento é obrigatória:

- a) Implantação do sistema coletivo de abastecimento de água;
- b) Tratamento paisagístico dos passeios;
- c) Coleta e interligação à rede pública de esgotos existente - Estação de Tratamento de Efluentes (ETE);
- d) Implantação da rede de energia elétrica e iluminação das vias públicas;
- e) Captação, condução e disposição das águas pluviais;
- f) Adequação topográfica de modo a garantir acessibilidade entre vias e quadras e greide apropriado;
- g) Demarcação das quadras e lotes;
- h) Abertura e pavimentação das vias, não sendo consideradas como pavimento definitivo as pavimentações primárias como saibro, brita e pedrisco;
- i) Deverá ainda ser apresentado o projeto de pavimentação assinado pelo Responsável Técnico (RT) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- j) Tratamento das faixas ao longo das margens dos córregos, linhas de drenagem sazonais e corpos d'água em geral, que atendam à condição de área de preservação permanente;
- k) Tratamento da área total loteada com gramíneas quando não houver cobertura vegetal remanescente.

VII - Nos parcelamentos de solo sob a forma de desmembramento é obrigatório:

- a) Em áreas críticas, sujeitas à erosão, elaborar e implantar os devidos projetos de drenagem, de acordo com diretrizes do órgão municipal competente;
- b) Apresentar solução para tratamento de esgoto compatível com densidade e tamanho dos lotes.

VIII - Conforme a localização do loteamento o Município poderá ainda exigir implantação de rede de telefonia e/ou gás canalizado, bem como implantação de marcos de amarração;

IX - Os parcelamentos situados ao longo de rodovias estaduais, federais e ferrovias deverão conter ruas marginais paralelas à faixa de domínio das referidas estradas com caixa mínima de 15,00m (quinze metros).

Art. 22 . Nenhum empreendimento imobiliário aprovado pelo Município poderá produzir impacto de aumento da vazão máxima de águas pluviais para jusante, com relação às condições de total permeabilidade da área.

§ 1º Os dispositivos utilizados para manutenção dessa vazão máxima devem ser verificados para o tempo de retorno definido conforme normas municipais.

§ 2º A área permeável é definida pela cobertura que permite a infiltração da precipitação.

Art. 23 . As obras e serviços de infraestrutura urbana exigidos para loteamento deverão ser executados de acordo com o cronograma físico, aprovado pelo órgão municipal competente.

Art. 24 . Desde o registro do seu contrato, os adquirentes de lotes ou unidades autônomas podem apresentar projetos de construção à autoridade municipal competente, ficando, porém, condicionada a expedição de "habite-se" ou ato equivalente ao termo de vistoria e recebimento de obras do parcelamento.

### SEÇÃO III

#### DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 25 . O interessado apresentará projeto de loteamento, que será analisado para efeito de liberação do alvará de licença para início das obras.

Art. 26 . O pedido de autorização para aprovação de projeto de loteamento e início das obras será instruído com os seguintes documentos:

- I - Requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário ou pelo empreendedor, com firma reconhecida;
- II - Proposta de instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor mencionado nos Arts. 86 a 94 da presente Lei que tratam da Responsabilidade do Empreendedor;
- III - Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
- IV - Instrumento de alteração de uso do solo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando for o caso;
- V - Certidões negativas de tributos municipais, estaduais e federais ao imóvel;
- VI - Declaração de possibilidade de abastecimento d'água potável fornecida pelo órgão competente;
- VII - Declaração da possibilidade de fornecimento de energia elétrica fornecida pelo órgão competente;
- VIII - 03 (três) vias impressas dos projetos urbanísticos e complementares preferencialmente nas escalas 1:200 e 1:500, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e 01 (uma) via digital versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, conforme estabelecido nesta Lei, contendo:
  - a) Rumos e distâncias das divisas;
  - b) Área resultante;
  - c) Indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;
  - d) Indicação precisa de edificações existentes;
  - e) Indicação precisa da localização em relação às vias mais próximas;
  - f) Indicação em planta de todas as linhas de escoamento das águas pluviais.

Art. 27 . Em casos de loteamento de parte do terreno, as plantas do projeto urbanístico deverão abranger a totalidade do imóvel;

I - 03 (três) vias impressas e 01 (uma) via digital do memorial descritivo, contendo:

- a) A denominação do parcelamento;
- b) A fixação da(s) zona(s) de uso predominante;
- c) A localização e área total do imóvel com descrição das linhas de divisa, nome dos confrontantes e demais dados que caracterizem mais detalhes a gleba a ser loteada;
- d) As condições urbanísticas do parcelamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- e) A indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do parcelamento;
- f) A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos equipamentos públicos de utilidade pública, já existente no parcelamento e adjacências;
- g) O orçamento detalhado com a relação de materiais dos projetos apresentados.

II - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução;

III - Laudo geológico-geotécnico do loteamento;

IV - Autorização para corte da cobertura vegetal do terreno, expedida pelo órgão competente, quando for o caso.

Art. 28 . O pedido de autorização para aprovação de projeto de desmembramento e desdobro será instruído com os seguintes documentos:

- I - Requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário e/ou empreendedor, com firma reconhecida;
- II - Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
- III - Certidões negativas de tributos municipais, expedidos pelos

órgãos competentes;

IV - 03 (três) vias impressas do projeto urbanístico preferencialmente nas escalas 1:200 e 1:500, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

- a) Rumos e distâncias das divisas;
- b) Área resultante;
- c) Indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;
- d) Indicação precisa de edificações existentes;
- e) Indicação precisa da localização em relação às vias mais próximas;
- f) Indicação em planta de todas as linhas de escoamento das águas pluviais.

V - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução;

VI - Comprovação da existência de rede de abastecimento d'água e de energia elétrica no local;

VII - Memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Parágrafo único. A critério do órgão competente a documentação exigida para o desdobro poderá ser mais flexível quando o imóvel tenha sido objeto de análise anterior por desmembramento.

#### SEÇÃO IV

##### DO CONTEÚDO DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 29 . O projeto urbanístico de loteamento deverá ser apresentado em 03 (três) vias impressas, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

I - Planta geral de localização, que compreenda a região onde o terreno estiver localizado, os logradouros vizinhos e o zoneamento previsto na respectiva lei;

II - Planta planialtimétrica, na escala mínima de 1:500, indicando:

- a) Norte magnético e verdadeiro;
- b) Pontos de amarração ou de referência da obra;
- c) Cursos d'água, áreas alagadiças e mangues, se houver;
- d) Alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;
- e) Edificações existentes;
- f) Subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração;
- g) Sistema de vias com a respectiva hierarquia e denominação provisória (rua a, b);
- h) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
- i) Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
- j) Marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas;
- k) Todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo, em planta e perfis;
- l) Praças e demais áreas públicas estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos em lei;
- m) Áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas não edificáveis estabelecidas pela legislação vigente;
- n) Linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio se houver;
- o) Áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver;
- p) Quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto, inclusive o número de lotes e quadras, áreas das vias públicas, dos espaços livres, dos espaços destinados a edifícios públicos e remanescentes loteáveis, e respectivos percentuais em relação à área total.

III - Memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Art. 30 . Os projetos complementares deverão constar de:

I - Projeto detalhado de arruamento;

II - Projeto de rede de abastecimento d'água (rede de distribuição de água, com indicação da fonte de abastecimento, exame biofísioquímico, volume de descarga por hora, sistema de tratamento, diâmetro das canalizações, classe dos materiais empregados e demais detalhes técnicos necessários) aprovada pelo órgão competente;

III - Projeto de rede elétrica e de iluminação pública aprovado pelo órgão competente;

IV - Projeto de rede de esgotos e, quando necessário, de sistema de tratamento de efluentes aprovado pelo órgão competente;

V - Projeto de rede de escoamento das águas pluviais, dimensionadas conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo órgão competente e projeto municipal, quando existente;

VI - Projeto de arborização e praças, quando exigido a critério da Prefeitura Municipal, conforme Plano de Paisagismo e Arborização Urbana, com a recomendação do uso de espécies nativas da região.

Art. 31 . Será necessária a apresentação de parecer do Órgão Municipal responsável pelo Planejamento ou sugerindo restrições a que a gleba seja parcelada, para os casos de empreendimentos que poderão gerar grandes impactos, tais como em terrenos:

I - Com área superior a 30ha (trinta hectares) ou acima de 500 (quinhentos) lotes;

II - Com presença de nascentes, cursos d'água, represas, qualquer recurso hídrico e vegetação arbórea significativa;

III - Localizados em sítios arqueológicos;

IV - Que constituam áreas alagáveis, aterradas com material nocivo à saúde pública, geo-morfologicamente degradadas ou com declividade superior a 30% (trinta por cento).

Art. 32 . Todas as pranchas dos projetos deverão conter assinatura do proprietário e responsável técnico, anexada à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

#### SEÇÃO V

##### DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LOTEAMENTOS, DESMEMBRAMENTOS E DESDOBRO

Art. 33 . Considera-se aprovado o projeto que possua licença urbanística e licença ambiental.

Art. 34 . A implantação de parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Forquilha depende de análise e aprovação do projeto, com a emissão da respectiva licença urbanística pela autoridade licenciadora, observando-se:

I - A exigência de licenciamento ambiental do parcelamento do solo para fins urbanos, pelo órgão ambiental competente;

II - Admite-se a exigência de renovação periódica da licença ambiental, a critério do órgão licenciador ambiental;

III - A licença ambiental do parcelamento não pressupõe a licença ambiental das obras e atividades a serem implantadas nos lotes ou unidades autônomas produzidos, a qual deve ser feita na forma da legislação ambiental, pelo órgão ambiental competente;

Art. 35 . Recebido o projeto de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá ao exame das plantas e do memorial descritivo, podendo recusar a indicação das áreas a serem doadas ou dos lotes a serem caucionados e escolher outros, bem como exigir modificações que se façam necessárias.

§ 1º A Prefeitura Municipal disporá dos prazos estipulados no artigo 12, incisos II e III desta lei para examinar e aprovar o projeto (30 e 45 dias) e inciso IV (60 dias) para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização.

§ 2º Transcorridos os prazos sem a manifestação do Poder Público, o projeto será considerado rejeitado ou as obras recusadas, assegurada a indenização por eventuais danos derivados da omissão.

§ 3º Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, a Prefeitura Municipal expedirá um Alvará de Licença no qual deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado; as



obras a serem realizadas; o prazo para execução; a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato de seu registro e a descrição das áreas caucionadas por força desta Lei.

Art. 36 . A aprovação do projeto de loteamento ficará condicionada à arborização das vias e, se necessário, dos locais destinados à área verde sob responsabilidade do empreendedor, conforme solicitação do órgão responsável.

Art. 37 . Poderá ser negada a aprovação de loteamento, subdivisão de terrenos ou abertura de via ou logradouro que se contraponham ao interesse público ou sacrifiquem o desenvolvimento e planejamento do Município.

Art. 38 . O Município poderá aprovar parcelamentos com as obras de infraestrutura incompletas ou parciais, desde que o empreendedor ofereça como garantia de sua execução, imóvel a ser caucionado, em valor correspondente ao das obras a serem executadas, conforme avaliação do órgão competente.

#### SEÇÃO VI DA EMISSÃO DE ALVARÁ

Art. 39 . O alvará de conclusão (total ou parcial) só será emitido após a conclusão das obras e dele deve constar o nome do bairro, número dos quarteirões aprovados, nomes das firmas executoras e consultora, assinatura do responsável técnico pelo acompanhamento das obras e por membro de órgão responsável pelo setor de sistema viário, transportes e obras.

Art. 40 . Não serão fornecidos alvarás de licença para construção, reforma ou demolição em lotes resultantes de parcelamentos não aprovados pelo Município.

Art. 41 . Para emissão do alvará de conclusão será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

I - Termo de Recebimento das concessionárias de água, esgoto, iluminação pública e energia elétrica;

II - Termo de Recebimento do órgão responsável pela vistoria ambiental;

III - Laudo da firma executora atestando a qualidade da obra e que a mesma foi executada conforme os respectivos projetos;

IV - Guia de recolhimento da segunda parcela da Taxa de Fiscalização de Obras Particulares quitada.

Art. 42 . Expedido o alvará de licença para o início das obras, o empreendedor poderá dar início às mesmas, mediante comunicação dirigida à Prefeitura.

Art. 43 . O prazo para execução das obras será de 02 (dois) anos, contados a partir da data da autorização, o qual deverá ser anualmente renovado.

Parágrafo único. O empreendedor que não cumprir o prazo disposto no caput deste artigo ficará sujeito à multa estabelecida nos artigos 127 a 129 desta Lei, até a conclusão da obra.

#### SEÇÃO VII DA ENTREGA DAS OBRAS

Art. 44 . Uma vez realizadas as obras e estando quitados os tributos municipais, a Prefeitura a requerimento do interessado aprovará o parcelamento após a realização de devida vistoria, fornecendo certidão e cópia visada do projeto, a ser averbada no Registro de Imóveis pelo interessado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º A manifestação da autoridade licenciadora deve se dar mediante a expedição do Termo de Vistoria e Recebimento de Obras.

§ 2º Todas as eventuais exigências oriundas da vistoria devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor.

§ 3º A Apresentação de exigências pela autoridade licenciadora interrompe o prazo previsto para o recebimento, que recomeça a fluir depois de cumpridas as exigências pelo empreendedor.

Art. 45 . Na entrega das obras, exige-se que as quadras, lotes ou as unidades autônomas do parcelamento estejam devidamente

demarcadas, admitindo-se a tolerância de 5% (cinco por cento) em relação às medidas lineares previstas no projeto.

§ 1º Havendo diferença de medida, ainda que dentro do limite de tolerância, o empreendedor deve providenciar a devida retificação no Serviço de Registro de Imóveis, sem prejuízo das consequências contratuais.

§ 2º No caso da diferença ser superior ao limite de tolerância, a retificação depende de revisão da licença urbanística.

§ 3º A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pelas diferenças que se verificarem tanto nas áreas como nas dimensões e forma dos lotes e quarteirões indicados no projeto aprovado.

Art. 46 . O empreendedor deve solicitar averbação do termo de vistoria e recebimento de obras na matrícula em que se acha registrado o parcelamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua expedição.

Art. 47 . Os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, estadual ou federal, bem como os concessionários ou permissionários de serviços públicos, subordinam-se a todas as condições prescritas nesta lei.

#### CAPÍTULO III DAS EXIGÊNCIAS URBANÍSTICAS PARA O PARCELAMENTO

Art. 48 . Não será permitido o parcelamento do solo urbano em:

I - Terrenos alagadiços e em locais sujeitos as inundações;

II - Terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - Terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - Terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação por serem áreas de risco de deslizamento;

V - Área de Preservação Permanente (APP) ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis;

VI - Terrenos contíguos a cursos d'água, represas e demais recursos hídricos sem a prévia manifestação dos órgãos competentes;

VII - Áreas fora do alcance de equipamentos urbanos, conforme artigo 2º, Parágrafo Único.

VIII - Onde não seja possível o esgotamento sanitário, seja mediante rede coletora ou fossa séptica, conforme determinação do órgão responsável;

IX - Áreas que não sejam adjacentes à malha urbana existente.

X - Nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

XI - Em terrenos situados em Áreas de Preservação Permanente (APPs), bem como em fundos de vale;

XII - Em terrenos contendo jazidas, verificadas ou presumíveis de minério, pedreiras, depósito de minerais ou líquidos de valor comercial;

XIII - Ao longo de águas correntes e dormentes numa faixa de 15m (quinze metros) de cada lado da margem, sendo essa faixa "non aedificandi";

XIV - Em específico para o Rio Mãe Luzia e seus afluentes, considerando o seguinte:

a) 15,00(quinze) metros pela margem esquerda com início na Rua Josef Eyng até a projeção da Rua das Flores

b) 30,00 (trinta) metros pela margem direita com início na Projeção da Rua Josef Eyng até a projeção da Rua das Flores

c) 50,00 (cinquenta) metros nos demais trechos.

Art. 49 . Não serão objetos de indenização em caso de desapropriações, as benfeitorias ou construções realizadas em parcelamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos parcelados, ou parceláveis, para fins de indenização, as glebas parceladas sem a devida autorização.

Art. 50 . As exigências referentes a áreas livres de uso público e a áreas de equipamentos urbanos ou comunitários aplicam-se aos desmembramentos e desdobros quando estes tiverem por finalidade abrigar empreendimentos imobiliários, para fins residenciais ou mistos, gerando aumento de densidade populacional não

previsto nos parâmetros iniciais do loteamento.

Art. 51 . A responsabilidade pelas diferenças constatadas entre as dimensões existentes nos lotes e a planta aprovada, ou pelos custos de compatibilização das ruas com o sistema viário existente ou planejado será exclusivamente do empreendedor.

Art. 52 . Se implantados loteamentos caracterizados como de interesse social, a infraestrutura consistirá de no mínimo:

I - Vias de circulação;

II - Escoamento das águas pluviais;

III - Rede de abastecimento de água potável;

IV - Soluções para o esgotamento sanitário;

V - Rede para energia elétrica pública e domiciliar.

§ 1º O lote mínimo em áreas caracterizadas como de interesse social será de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) conforme a localização da área delimitada na Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, e em casos de regularização dos parcelamentos e ocupações existentes serão tolerados lotes de 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados).

§ 2º As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a áreas verdes de uso público quando destinado ao parcelamento do solo para fins de habitação de interesse social deverão seguir projeto específico pertinente a cada caso sendo o mesmo avaliado tecnicamente e aprovado pelo poder público municipal.

§ 3º As áreas de equipamentos urbano e comunitário, os espaços de uso público e áreas verdes deverão ser implantados pelo empreendedor, conforme diretrizes fornecidas pela Prefeitura Municipal, e deverão ser mantidas e conservadas por este até o recebimento das obras.

Art. 53 . Os parcelamentos devem atender ao disposto nesta lei, bem como à ordem urbanística expressa em leis municipais, Lei do Plano Diretor Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo Municipal, e aos seguintes requisitos:

I - As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbano e comunitário, bem como a áreas verdes de uso público, deverão ser proporcionais à gleba e nunca inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da área loteável, dos quais:

a) Máximo de 15% (quinze por cento) poderá destinar-se à implantação do sistema viário;

b) Áreas verdes públicas deverão ser, no mínimo, iguais a 10% (dez por cento) da área loteável;

c) O restante dos 10% (dez por cento) deverá ser destinado à implantação de equipamentos públicos e comunitários ou área de utilidade pública para usos diversos.

II - As áreas públicas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários a serem entregues ao Município deverão possuir no mínimo, 30% (trinta por cento) de seu total em um só perímetro, onde possa ser inscrito um círculo com raio mínimo de 10,00 m (dez metros), e em terreno com declividade inferior a 30% (trinta por cento);

III - A localização das áreas verdes públicas e das áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos ou comunitários será definida de acordo com o interesse coletivo, pela Prefeitura Municipal não podendo estar situadas nas faixas "non aedificandi";

IV - Não serão computados como áreas verdes públicas os canteiros centrais ao longo das vias;

V - Não serão computadas como áreas verdes públicas as áreas de preservação permanente;

VI - Quando de interesse do Poder Público Municipal, as áreas verdes públicas e destinadas à implantação de equipamentos urbanos poderão ser definidas fora do perímetro da gleba onde for realizado o loteamento.

Parágrafo único. Nenhum loteamento será aprovado, inclusive os destinados a sítios de recreio, condomínios residenciais, industriais ou populares, sem que o proprietário da gleba ceda à municipalidade, sem ônus para esta, a área necessária ao sistema viário, e mais 20% (vinte por cento) da área restante, que serão destinados respectivamente:

I - 10% para Área Verde de Vegetação;

II - 10 % para Área Verde de Lazer;/ou Utilidade Pública.

Art. 54 . A ocupação do solo por meio de parcelamentos deverá ocorrer de forma a respeitar o meio ambiente, assegurando condições de acessibilidade e resolução de questões de risco geológico e inundações.

Parágrafo único. Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em terreno arruado ou loteado sem prévia licença da Prefeitura Municipal.

Art. 55 . Os lotes deverão possuir as áreas e testadas mínimas previstas, definidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, bem como chanfro nos lotes de esquinas, conforme segue:

a) Nos terrenos de esquina em que as frentes formem ângulos menores que 90º(noventa graus), terão chanfro formado pelas frentes concorrentes e uma linha perpendicular à bissetriz do ângulo com 3,00m(três metros) de comprimento;

b) Nos terrenos em que as frentes formem ângulos maiores ou iguais a 90º(noventa graus), terão chanfro formado pelas frentes concorrentes, cujos catetos terão, no mínimo, 3,00m(três metros).

Art. 56 . As vias projetadas deverão harmonizar-se com a topografia local e sua seção transversal deverá obedecer ao disposto na Lei de Sistema Viário e Mobilidade Municipal.

Art. 57 . O comprimento das quadras dos loteamentos deverá ser projetado e executado de acordo com a topografia existente, devendo o arruamento ser compatível com as ruas existentes e projetadas em seu entorno.

§1º As quadras dos loteamentos deverão ter no máximo 200m (duzentos metros) de extensão entre uma via e outra;

§2º As quadras dos loteamentos de sítios de recreios não poderão ter quadras maiores que 500m (quinhentos metros) de extensão entre uma via e outra.

Art. 58 . As tubulações que não passarem pelas vias públicas deverão possuir faixas sanitárias não edificável com largura mínima conforme projeto aprovado pelo órgão competente.

Art. 59 . Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o loteamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pelo Município a qual deverá ser executada pelo empreendedor.

Art. 60 . Onde não existir rede de água, o Município somente autorizará o parcelamento se o empreendedor, com aprovação do órgão competente, executar o projeto de abastecimento a partir da captação em manancial existente na área ou a partir de poços artesianos.

Art. 61 . Caso o órgão competente não assuma a operação do sistema de abastecimento de água, este deverá funcionar em sistema de condomínio, do qual participarão todos os compradores dos lotes e o empreendedor.

Art. 62 . No caso de terrenos em nível inferior ao da rua, deverá haver rede complementar para escoamento das águas na parte mais baixa do terreno.

Art. 63 . As áreas a serem transferidas ao Município passarão a integrar o domínio do Município no ato do registro do loteamento, sem ônus para este.

## SEÇÃO I

### DO REGISTRO DO PARCELAMENTO

#### (LOTEAMENTOS, DESDOBROS E DESMEMBRAMENTOS)

Art. 64 . O Registro Imobiliário do parcelamento deve ser feito no Cartório de Registro de Imóveis na forma prevista em lei, contendo, entre outros dados:

I - O nome do empreendimento;

II - A indicação das licenças concedidas e suas datas;

III - A indicação das áreas, em metros quadrados, destinadas aos lotes ou unidades autônomas, bem como das áreas destinadas ao uso público ou comum dos condôminos;

IV - Os nomes dos futuros logradouros públicos, se os mesmos já constarem do projeto aprovado;

V - As restrições administrativas, convencionais e legais;

VI - O prazo previsto de término da execução das obras e serviços;

VII - Quadro contendo a identificação de cada lote ou unidade autônoma, com sua quadra e número e o número de sua matrícula. Parágrafo único. O parcelamento não pode ser registrado se a descrição do imóvel constante da matrícula não corresponder ao projeto aprovado pelo município, tanto do imóvel situado na área urbana e área rural.

Art. 65 . Juntamente com o registro do parcelamento, devem ser abertas as matrículas correspondentes a cada um dos lotes ou unidades autônomas, cuja descrição deve conter:

I - O número do lote e quadra, o nome do logradouro que faz frente, as medidas perimetrais e área, e os lotes confrontantes com os números de suas respectivas matrículas;

II - Quanto às unidades autônomas, o seu número e quadra, as medidas perimetrais e área; a fração ideal da área comum e as unidades confrontantes com o número de suas respectivas matrículas.

Art. 66 . As restrições administrativas, convencionais e legais, bem como os Ônus, devem ser transportadas para as matrículas abertas por meio de averbação.

Art. 67 . O empreendedor deve requerer o registro do parcelamento dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data de aprovação do projeto, sob pena de caducidade das respectivas licenças, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Título de propriedade da gleba ou lote,

II - Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhado das respectivas certidões expedidas pelo Oficial do Registro de Imóveis;

III - Certidões negativas nos termos da Lei;

IV - Cópias autênticas de:

a) Licenças urbanísticas e ambiental do parcelamento;

b) Projeto;

c) Memorial descritivo e do cronograma físico;

d) Instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor.

V - Cláusulas padronizadas que regem os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas;

VI - Autorização do cônjuge do empreendedor ao parcelamento, salvo no caso de separação absoluta de bens;

VII - Instrumento de instituição e convenção do condomínio urbanístico.

§ 1º Se o empreendedor não for o proprietário do imóvel, serão exigidos:

I - Certidões de ações penais e cíveis condenatórias nos termos da lei;

II - Autorização do cônjuge do proprietário do imóvel, ou do promitente comprador, ou cessionário, ou promitente cessionário ou superficiário, conforme o caso;

III - Declaração do proprietário do imóvel dando anuência ao empreendimento, e responsabilizando-se, no caso de rescisão de contrato com o empreendedor, pelas obrigações assumidas;

IV - Contrato de parceria firmado nos termos desta lei.

§ 2º Na hipótese de o empreendedor ser o Poder Público, fica dispensado a apresentação:

I - Das certidões e a autorização de que trata o inciso II deste artigo;

II - Dos documentos constantes nos incisos I e II deste artigo, no caso de imóvel desapropriado por interesse social com prévia imissão de posse registrada na matrícula.

Art. 68 . O Oficial do Registro de Imóveis tem o prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do protocolo do pedido de registro do parcelamento, para o exame dos documentos apresentados e comunicar ao empreendedor as eventuais exigências para o registro.

Art. 69 . Estando a documentação em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis deve autuar o requerimento com os documentos e, informar o fato à autoridade licenciadora, providenciar a publicação de edital, contendo um resumo do pedido de parcelamento e um desenho simplificado da localização do imóvel.

Parágrafo único. O Edital se processará na forma da Lei que regula os Registros Imobiliários em vigor, bem como as providências cabíveis no que tange as impugnações.

Art. 70 . Registrado o parcelamento, o Oficial do Registro de Imóveis deve encaminhar à autoridade licenciadora a certidão correspondente.

Art. 71 . A partir do registro do parcelamento, as áreas destinadas ao uso público, constante do projeto, passam a integrar o domínio do Município, independentemente de qualquer instrumento de sua outorga.

§ 1º O disposto no caput se aplica também aos parcelamentos do solo para fins urbanos efetuados sobre imóveis de propriedade da União ou do Estado, condicionando-se a apresentação de termo de anuência destes.

§ 2º Na hipótese de o Município dar outra destinação ao imóvel, retirando-lhe o uso público, o domínio das áreas afetadas ao uso comum do povo reverte à União ou ao Estado, através do termo de reversão da titularidade dominial, expedido pela autoridade federal ou estadual.

Art. 72 . O registro do parcelamento só pode ser cancelado, ouvido o Ministério Público:

I - Por decisão judicial;

II - A requerimento do empreendedor, se não houver lotes ou unidades autônomas vendidos, com a anuência da autoridade licenciadora;

III - A requerimento do empreendedor, em conjunto com todos os adquirentes de lotes ou unidades autônomas, com anuência da autoridade licenciadora;

IV - A requerimento da autoridade licenciadora, no caso de parcelamento registrado há mais de 10 (dez) anos e não implantado, cuja licença urbanística não atenda as normas em vigor;

V - No caso em que a área seja objeto de regularização fundiária, objeto de parcelamento anterior, registrado, mas não executado, ou executado em desconformidade com seu licenciamento.

Art. 73 . Os loteamentos e desmembramentos que não resultem em mais de 10 (dez) unidades devem ser requeridos pelo empreendedor e instruídos com a devida licença urbanística, plantas e memoriais descritivos da gleba ou lote e das parcelas a serem criadas, obedecidas às normas contidas na Lei Federal nº6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 74 . O registro de condomínio rege-se pelo disposto nesta lei, e suplementarmente, pela Lei Federal nº4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 75 . Nenhum imóvel pode ser alienado sem antes estar devidamente matriculado no Serviço de Registro de Imóveis, bem como, não podem ser objeto de alienação partes destacadas de terreno, sem antes ter sido o imóvel devidamente parcelado ou regularizado nos termos desta lei.

## SEÇÃO II

### DA INTERVENÇÃO

Art. 76 . No caso de o empreendedor estar executando o parcelamento sem registro, em desacordo com o projeto aprovado ou em descumprimento ao cronograma físico, a autoridade licenciadora deve notificá-lo para, no prazo e nas condições fixadas, regularizar a situação, sem prejuízo da aplicação das devidas sanções administrativas.

I - Além do previsto no caput deste artigo, a autoridade licenciadora deve comunicar a irregularidade ao Ministério Público, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

II - Havendo a omissão da autoridade licenciadora, o Ministério Público também pode promover a notificação do empreendedor prevista no caput deste artigo.

Art. 77 . Qualquer pessoa pode comunicar ao Poder Público municipal a existência de parcelamento irregular, devendo os agentes públicos competentes tomar imediatamente as providências cabíveis, na forma do artigo anterior, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.



Art. 78 . Decorrido o prazo previsto no artigo 76, sem regularização e havendo risco de a irregularidade vir a causar dano à ordem urbanística, a autoridade licenciadora pode decretar a intervenção no empreendimento, nos termos da Lei Federal nº6.766/1979 e alterações.

#### CAPÍTULO IV DOS CONTRATOS

Art. 79 . A alienação dos lotes ou unidades autônomas pode ser contratada por qualquer uma das formas previstas em lei Federal, sendo vedada cláusula de arrependimento nos contratos preliminares, sob pena de considerar-se não escrita.

Art. 80 . Os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas são regidos por disposições específicas a cada contratação e por cláusulas padronizadas, nos termos da Legislação Federal pertinente.

Art. 81 . A alienação de imóvel parcelado caracteriza-se como uma relação de consumo, submetendo-se à Lei Federal nº8.078, de 11 de setembro de 1990, e à Lei Federal nº6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas alterações.

Art. 82 . Nos termos da Lei Federal, o contrato preliminar, desde que registrado, vale como título para o registro da propriedade do lote ou unidade autônoma adquiridos, quando acompanhado da respectiva prova de quitação.

Art. 83 . As questões de insolvência ou de falência, bem como cessão, são regidas pela Lei Federal nº6.766/1979 e suas alterações.

Art. 84 . O registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão só pode ser cancelado:

I - Por decisão judicial;

II - A requerimento conjunto das partes contratantes;

III - Quando houver rescisão comprovada do contrato.

Art. 85 . Com a certidão expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente atestando que o contrato está quitado, o Poder Público, a requerimento do adquirente, deve fazer a transferência do lançamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote ou unidade autônoma para o nome do adquirente.

#### CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES SEÇÃO I DO EMPREENDEDOR

Art. 86 . É obrigatória, para a execução de loteamento, a prestação de caução.

§ 1º No ato de recebimento do Alvará de Licença e da cópia do projeto aprovado pela Prefeitura, o interessado assinará um termo de Compromisso, ao qual deve estar anexado proposta de instrumento de garantia de execução das obras a seu cargo.

§ 2º O instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor, referido no caput deste artigo, pode ser representado por hipoteca de lotes ou unidades autônomas no próprio empreendimento, com o devido registro na matrícula dos imóveis dado em garantia; hipoteca de outros imóveis; fiança bancária ou pessoal; depósito ou caução de títulos da dívida pública; seguro garantia correspondendo ao mesmo valor orçado para as obras de urbanização, ou por qualquer outra espécie de garantia prevista em lei.

§ 3º Se a caução se der na forma de carta de fiança bancária, a mesma ficará em depósito na Divisão da Tesouraria, contendo cláusula de correção monetária e prazo de no mínimo o previsto no cronograma das obras acrescido de 12 (doze) meses. Sendo necessário, na emissão do alvará de urbanização, poderá ser exigida a renovação da caução, com prazo de validade mínima ao do cronograma acrescido de 6 (seis) meses.

Art. 87 . É de responsabilidade, ainda, do empreendedor:

I - Executar os serviços previstos no Art. 21 da presente Lei;

II - Executar as obras de infraestrutura de acordo com os anteprojetos apresentados e aprovados ou modificados pela Prefeitura

Municipal;

III - Não outorgar qualquer escritura da venda dos lotes antes de concluídas as obras previstas nos itens anteriores e de cumpridas as demais obrigações impostas por esta lei ou assumidas no Termo de Compromisso;

IV - Fazer constar dos compromissos de compra e venda de lotes a condição de que as mesmas só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas nos itens anteriores;

V - Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços.

§ 1º As obras de que cogita o presente artigo e seus itens deverão ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

§ 2º O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os itens I e II deste artigo será estabelecido, entre empreendedor e a Prefeitura, quando da aprovação do loteamento, não podendo ser este prazo superior a 02 (dois) anos.

Art. 88 . Será exigida, em todos os loteamentos liberados para a execução das obras de infraestrutura, a instalação de placa com dimensões mínimas de 2 (dois) por 3 (três) metros, fixada em local visível, contendo:

I - Nome do empreendimento;

II - Nome do responsável pelo empreendimento;

III - Nome e número do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do responsável técnico;

IV - Número do alvará de licença para a execução de obras, fornecido pelo Município;

V - Os seguintes dizeres: "Este empreendimento está liberado para implantação de infraestrutura, estando proibida a venda de lotes, conforme a Lei Federal nº 6.766/1979 e Lei Federal nº 9.785/1999, bem como suas alterações. Consulte a Prefeitura antes de comprar um lote".

Art. 89 . De posse do alvará de licença para o início das obras, o empreendedor deverá executar no mínimo os seguintes serviços, conforme os projetos já liberados:

I - Demarcação:

a) Dos lotes com piquetes de madeira de boa qualidade, das quadras, das áreas destinadas a uso público dos loteamentos, e das áreas destinadas a equipamentos comunitários dos desmembramentos, com marcos de concreto;

b) Das unidades autônomas com piquetes de madeira de boa qualidade, áreas de uso comum dos condôminos com marcos em concreto e quando houver, das áreas destinadas a uso público dos condomínios urbanísticos com marcos em concreto;

c) Área verde vegetação deverão ser isoladas com cerca com moirões de concreto ou madeira de boa qualidade e arame liso.

II - Implantação:

a) Dos meio-fios em concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

b) Rede de distribuição de energia elétrica;

c) Da rede de iluminação pública;

d) Rede de abastecimento de água potável, com sistema de captação e tratamento se for o caso;

e) Rede de drenagens de águas superficiais;

f) Das galerias de águas pluviais;

g) Da pavimentação de todas as ruas projetadas e em especial o ensaibramento da pista de rolamento das vias com declividade inferior a 15% (quinze por cento) com material de boa qualidade em camada compacta e com espessura mínima de 20,00 cm (vinte centímetros);

h) Da execução do projeto de arborização;

i) Dos elementos da infraestrutura complementar que venham a ser exigidos por legislação federal ou estadual.

III - Obras de consolidação e arrimo, pontilhões e qualquer obra-de-arte necessária à conservação das ruas;

IV - Recobrimento vegetal de todos os taludes com declividade superior a 1 (um) horizontal para 2 (dois) vertical;

V - Rede de esgoto e sistema de tratamento de efluentes, quando for o caso.

VI - A manutenção das áreas destinadas a uso público, até a

averação do termo de vistoria e recebimento de obras pelo Poder Público municipal.

VII - A manutenção do sistema viário, das áreas de uso comum, da infraestrutura básica e complementar interna do parcelamento, bem como, quando houver, das áreas destinadas a uso público, até o registro da instituição do parcelamento do Registro de Imóveis competente.

Art. 90 . O empreendedor que atender regularmente o estipulado no inciso II deste artigo terá desconto de 80% do valor de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel loteado até a venda deste ou sua edificação no prazo de até 2 (dois) anos contados do Registro do imóvel.

Art. 91 . As canalizações deverão ser recobertas após autorização por escrito da Prefeitura, a qual poderá exigir pranchões de concreto para assentamento das tubulações de águas pluviais.

Art. 92 . Para a execução de obras de infraestruturação de loteamentos, a Prefeitura Municipal e o empreendedor poderão utilizar o instrumento de Consórcio Imobiliário, legislado e regulamentado por Lei Municipal específica.

Art. 93 . Antes de o empreendedor iniciar a pavimentação das ruas, deverá fazer comunicação por escrito neste sentido à Autoridade Licenciadora.

Parágrafo único. Durante a execução das obras deverão ser respeitados os cuidados com a limpeza e o sossego público previstos na Lei do Código de Obras e Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente.

Art. 94 . O empreendedor deve comunicar à autoridade licenciadora quaisquer alterações ocorridas no registro de imóveis quanto à propriedade, direitos reais e ônus relativos à gleba ou ao lote.

Parágrafo único. Além do disposto no caput deste artigo, os empreendimentos regulados por esta Lei podem ser constituídos sob regime de patrimônio de afetação, a critério do empreendedor.

## SEÇÃO II DO PODER PÚBLICO

Art. 95 . É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários:

I - A implantação dos elementos de infraestrutura complementares não exigidos do empreendedor, nos loteamentos e desmembramentos;

II - A operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar, nos loteamentos e desmembramentos e das áreas destinadas a uso público nos parcelamentos.

§1º A implantação, operação e manutenção dos equipamentos comunitários a cargo do Poder Público devem respeitar as orientações específicas das licenças urbanísticas e ambientais, bem como as diretrizes das respectivas políticas setoriais.

§2º Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas a uso público.

§3º Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas ao uso público, externas a condomínios.

§4º É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários disponibilizar os pontos de conexão necessários para a implantação dos elementos de infraestrutura básica ou complementar na área interna do parcelamento, a ser efetuada pelo empreendedor.

Art. 96 . Admite-se a contratação de parceria público-privada, nos termos da lei, para o cumprimento das exigências previstas neste Capítulo.

Art. 97 . O Poder Público ou os concessionários devem reembolsar o custo de obras de sua competência se executadas pelo empreendedor, quando de sua transferência ao Poder Público, na forma do contrato.

## SEÇÃO III DOS CONDÔMINOS

Art. 98 . Serão de responsabilidade e ônus dos condôminos:

I - Serviços de conservação e manutenção do sistema de circulação, das vias internas, inclusive a sua sinalização;

II - Da infraestrutura complementar interna dos condomínios urbanos, a partir do registro da instituição do condomínio no Registro de Imóveis, responsabilizando-se o empreendedor pelos custos relativos às unidades ainda não alienadas

III - Serviços de conservação e manutenção das áreas verdes e de lazer internas ao condomínio, bem como das edificações de uso comum;

IV - Coleta de lixo;

V - Serviços de iluminação das áreas comuns.

§1º O lixo deverá ser recolhido e depositado pelos condôminos em ponto único a ser estabelecido pela Prefeitura, para que esta dê destinação final.

§2º A taxa de coleta de lixo será lançada pelo Município para cada unidade autônoma do condomínio, de acordo com a legislação municipal em vigor.

## SEÇÃO IV DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 99 . Para efeito desta Lei, somente profissionais legalmente habilitados e devidamente inscritos no Município, conforme determina o Código de Obras, poderão assinar como responsáveis técnicos, qualquer documento, projeto ou especificação a ser submetido ao órgão competente da municipalidade.

Parágrafo único. A responsabilidade técnica pelos serviços de projeto cálculo e especificação caberá ao autor do projeto; pela execução das obras ao responsável pela execução.

## CAPÍTULO VI DOS PARCELAMENTOS IRREGULARES

Art. 100 . Serão considerados parcelamentos irregulares e sujeitos à regularização nos termos da legislação vigente:

I - Parcelamento licenciado e não registrado;

II - Parcelamento não licenciado e clandestino;

III - Parcelamento que não atenda a destinação de áreas públicas, nos termos desta lei.

Art. 101 . Ocorrendo a execução de parcelamento licenciado, mas não registrado, a localização, dimensão e finalidade das áreas destinadas a uso público não podem ser alteradas, sob pena de aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

§1º Na hipótese de execução de parcelamento não licenciado, a autoridade licenciadora deve definir, no processo de regularização fundiária, a localização, dimensão e finalidade das áreas de que trata o caput deste artigo.

§2º Caso não seja possível alcançar o percentual de áreas destinadas a uso público exigido por lei municipal, o empreendedor deve ressarcir o Município, em área equivalente, no dobro da diferença entre o total das áreas públicas exigidas e as efetivamente destinadas ou o custo referente ser destinado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

§3º Em caso consolidados, por motivação do município de regularização fundiária, poderá ser aprovado o parcelamento, dispensando áreas verdes, desde que já existam ruas públicas nominadas e infraestrutura implantada.

§4º Quando tratar-se de regularização fundiária consolidada, poderá ser tolerado, testada mínima de 3,00m (três metros), desde que a área do lote a ser regularizado, possua área mínima de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados).

§5º Para os demais casos, poderá ser aceito testada mínima de 5,00m (cinco metros), desde que a área mínima atenda a área mínima de parcelamento conforme zoneamento.

Art. 102 . A Prefeitura poderá promover notificação ao



empreendedor sobre a necessidade do registro do loteamento e, consequentemente, da necessidade de regularização do mesmo para torná-lo capaz de ser registrado, sendo esta notificação feita pessoalmente ao notificado, que deverá assinar comprovante de recebimento.

Art. 103 . O empreendedor que parcelar sem autorização do Município ou em desacordo com o projeto aprovado, além das multas previstas nesta lei, será obrigado a reparar os danos ambientais provenientes de escavações e quaisquer outras obras ou serviços executados no imóvel.

§1º O Órgão Municipal Competente estipulará o prazo que não excederá a 180 dias para o proprietário regularizar o loteamento e iniciar as obras de reparação, nos termos do caput deste artigo, após análise de cada caso concreto.

§2º Havendo parte do loteamento ou ruas em condições de serem aprovadas, poderá ser efetuada a aprovação parcial.

§3º Findo o prazo concedido ao loteador sem que este tenha tomado as providências exigíveis, será facultado aos adquirentes dos terrenos ou lotes irregulares a fazer a regularização e solicitar a aprovação do loteamento, e as taxas devidas serão distribuídas entre os proprietários da área beneficiada e arrecadadas juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do ano subsequente.

Art. 104 . Os clubes de campo, pousadas ou assemelhados que, pelas características de ocupação, sejam parcelamentos do solo para fins urbanos de fato, podem ser regularizados por decisão de 2/3 (dois terços) dos proprietários das frações e transformá-las em condomínios, com a extinção da associação proprietária do terreno e com a transferência aos sócios cotistas das frações ideais do terreno.

Parágrafo único. Para a regularização pode-se dispensar a aprovação de projeto, se já possuírem um projeto aprovado anteriormente observando-se o que segue:

I - Elaboração de projeto específico;

II - Observar o contido na seção III - da documentação;

III - Observar os requisitos para o parcelamento da presente lei, ressalvada a possibilidade de redução, a critério da autoridade licenciadora, do percentual de áreas destinadas a uso público, definido no art. 53 desta Lei.

Art. 105 . Todos os atores envolvidos, como empreendedor, Poder Público, condôminos, autoridade licenciadora, estão obrigados a esta lei, bem como à Lei Federal pertinente, sem prejuízo das normas ambientais e de proteção ao Consumidor.

Art. 106 . A regularização fundiária efetivada nos termos da Lei, posterior ao parcelamento, ou a celebração de termo de ajustamento de conduta, não extingue a punibilidade.

Parágrafo único. Lei Municipal específica regulamentará a Regularização Fundiária no Município, conforme Lei do Plano Diretor.

## CAPÍTULO VII DO REMEMBRAMENTO

Art. 107 . Nos casos de Remembramento, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do respectivo Projeto de Remembramento, devendo para tal fim anexar, em seu requerimento, os seguintes documentos:

I - Título de propriedade dos imóveis, sem cláusula restritiva quanto a sua alienabilidade, comprovada através de Certidões do Registro de Imóveis;

II - Certidão negativa da Fazenda Municipal referente aos Imóveis;

III - Três (3) cópias do projeto de remembramento apresentadas em papel e uma cópia em meio digital, sem rasuras, na escala indicada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, assinadas pelo proprietário e pelo profissional responsável pelo projeto, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) As divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;  
b) Localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas a inundações, bosques, construções existentes;

c) Orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;

d) Arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;

e) Planta de situação anterior e posterior ao remembramento que pretende efetuar, contendo as identificações do(s) lote(s), dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;

f) Quadro estatístico de áreas;

g) Outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do poder executivo municipal.

IV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA);

V - Memoriais descritivos do(s) lote(s).

## CAPÍTULO VIII DOS CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS E LOTEAMENTOS FECHADOS

Art. 108 . Compreendem-se entre os condomínios urbanísticos aqueles empreendidos no perímetro urbano e zona de expansão urbana para fins de moradia, lazer ou veraneio.

§1º No condomínio somente se admitirá edificação com fins exclusivamente residenciais unifamiliares.

§2º Na hipótese de extinção do Condomínio, destinar-se-á 20% (vinte por cento) das áreas dos lotes para área de preservação permanente e o parcelamento da área remanescente deverá cumprir todas as exigências do loteamento.

§3º O empreendimento na zona rural para fins de moradia, lazer ou veraneio, deverá ser autorizado pela Autoridade Ambiental Municipal e Estadual competente, ficando sujeito a todas as leis urbanísticas bem como ao pagamento de IPTU com respectiva comunicação ao INCRA.

Art. 109 . Aplicam-se aos Condomínios Urbanísticos ou loteamentos fechados os requisitos e procedimentos prescritos nesta Lei, os índices urbanísticos definidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e na Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade do Município.

Art. 110 . É vedado ao condomínio:

I - Ter área superior a 100.000m<sup>2</sup> (cem mil metros quadrados) a não ser quando se apresentarem confinadas por obstáculo físico e que haja parecer favorável do órgão de planejamento;

II - Ter fração ideal inferior ao lote mínimo estabelecido para a Área, Setor ou Zona, conforme Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal.

Art. 111 . A implantação do condomínio não poderá interromper o prolongamento das vias públicas existentes ou projetadas, bem como as demais vias classificadas na Lei de Sistema de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal.

Art. 112 . As vias internas do Condomínio Urbanístico serão obrigatoriamente pavimentadas e deverão ter:

I - Largura mínima de 12,00m (doze metros);

II - Passeios de ambos os lados da via interna com dimensão mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - Seção da via carroçável mínima conforme Anexo I.

Art. 113 . Independentemente da área pública com as dimensões definidas no art. 53 da presente lei, que será obrigatoriamente externa ao perímetro murado, o Condomínio deverá destinar uma área comum não inferior a 7,5% (sete e meio por cento) da área total contida no perímetro murado para recreação de seus integrantes.

Parágrafo único. Mediante proposta do interessado, a Prefeitura Municipal poderá aceitar outra área equivalente, desde que a região onde esteja situado o condomínio já se encontre servida por equipamento público nos termos da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 114 . Serão admitidos loteamentos cujo perímetro seja murado de forma a não barrar totalmente a visão e o acesso seja restrito.

§1º A restrição de acesso a que se refere o caput deste artigo não se aplica a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, membros das Forças Armadas, e demais servidores públicos federais, estaduais e municipais, de qualquer esfera do Poder, desde que no exercício de suas funções.

§2º O muro com frente para as vias públicas do Condomínio deve ser construído com altura não superior a 3,00m (três metros), tendo este 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura feitos em material que impeça a visualização e o restante com elemento vazado, sendo ambos em materiais que proporcione estabilidade e segurança.

§3º A extensão máxima de muros que confrontam com vias públicas não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do comprimento de cada face individual de quadra.

§4º Fica permitida a colocação de cercas elétricas, desde que obedidas às normas técnicas de segurança para se evitar danos físicos a pessoas ou a animais, conforme disposto no Código de Obras do Município.

Art. 115 . As obras e serviços de reparos das áreas públicas situadas dentro do perímetro do condomínio somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo municipal.

Art. 116 . O Condomínio deverá ter o registro no Ofício do Registro de Imóveis, especificando-se na respectiva matrícula o uso do imóvel e sua finalidade.

## SEÇÃO I

### DO LOTEAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE SÍTIOS DE RECREIO

Art. 117 . Considera-se loteamento para a formação de sítios de recreio, a subdivisão de imóvel, situado em perímetro urbano ou em área de expansão urbana, de proteção ambiental, de interesse paisagístico e de lazer, definidas pelo Poder Público através da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal e que se destinarem a lazer e recreação.

Art. 118 . Os Loteamentos para a formação de sítios de recreio estão sujeitos, além das demais exigências contidas nesta Lei, aos seguintes requisitos:

I - Os lotes terão área mínima estabelecida na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;

II - Os quarteirões terão dimensão máxima de 500m (quinhentos metros) desde que esses não prejudiquem o Sistema Viário existente.

Art. 119 . Constituem exigências de infraestrutura para os loteamentos de chácaras:

I - Demarcação cravada ao solo, em concreto, contendo a indicação de lotes, quadras e áreas públicas;

II - Via de acesso com revestimento primário;

III - Abertura e terraplenagem das vias públicas, com pavimentação, inclusive do passeio, colocação de meios-fios e sarjetas;

IV - Provisão de elementos de drenagem superficial que viabilizem o adequado escoamento de águas pluviais;

V - Solução de abastecimento e distribuição de água potável;

VI - Solução para esgotamento sanitário;

VII - Instalação de sistema de distribuição de energia elétrica;

VIII - Construção de pontes e pontilhões, quando for o caso;

IX - Contenção de encostas, quando necessário.

§1º A implantação de loteamentos de chácaras deverá garantir a trafegabilidade na malha viária municipal, de forma que as propriedades sejam acessadas através de vias públicas, ficando terminantemente proibido a privatização do acesso com porteiros, correntes e cadeados.

§2º As soluções para abastecimento de água, esgotamento sanitário e distribuição de energia elétrica deverão atender as exigências das respectivas concessionárias de serviços.

I - As vias não pavimentadas deverão ser gramadas, e dispor de canaletas laterais triangulares gramadas, distantes entre si de 8,00m (oito metros);

II - Declividade das vias e sua inclinação transversal de modo a

que o percurso máximo da água sobre a via, em direção à canaleta lateral, será igual à largura da via, e a velocidade máxima da água na canaleta seja compatível com as disposições de normas técnicas atualizadas;

III - Solução de esgotamento sanitário individual, com a utilização de fossa séptica equipada com filtro anaeróbio, e encaminhamento do efluente do filtro para valas de infiltração (trincheira);

IV - Solução de tratamento e descarte de resíduos gerados por exploração e criação animal, aprovada pelo órgão municipal responsável pelo meio ambiente;

V - Condução das águas pluviais e das águas de lavagem de pisos das áreas impermeáveis para poços absorventes executados quando da edificação, dentro de cada lote, devendo os excessos ser conduzidos para as canaletas gramadas situadas nas vias de circulação;

VI - Os detalhes construtivos referentes aos sistemas de esgotamento sanitário, de drenagem das águas pluviais e de lavagem de pisos das áreas impermeáveis serão fornecidos pelo responsável técnico contratado pelo interessado, e analisado pelo órgão competente de Planejamento do Poder Executivo Municipal, quando do fornecimento das diretrizes urbanísticas para a área a ser parcelada.

## SEÇÃO II

### DOS LOTEAMENTOS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 120 . O loteamento de interesse social será promovido pelo Poder Público, em conformidade com a Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 121 . Nesses loteamentos os lotes terão área mínima de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 10,00m (dez metros).

Parágrafo único. Os lotes de esquina serão no mínimo 20% (vinte por cento) maiores e terão testada mínima de 12m (doze metros).

## SEÇÃO III

### DOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS

Art. 122 . São considerados loteamentos empresariais aqueles loteamentos destinados ao uso comercial, industrial ou de serviços, implantados em zonas que assim os permitam, de acordo com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal.

Parágrafo único. As exigências para execução de infraestrutura nos Loteamentos Empresariais são iguais às estabelecidas nesta Lei para os loteamentos padrão, acrescidas de outras que se façam necessárias, a critério competente de Planejamento do Poder Executivo Municipal, em função de projetos específicos.

Art. 123 . Aplica-se ao loteamento industrial o disposto nesta Lei, na Legislação Federal e Estadual pertinentes e disposições do Plano Diretor Municipal.

I - Fica criado o Loteamento Industrial implementado pela iniciativa pública, onde serão permitidas dimensões diferenciadas das previstas na legislação em vigor;

II - Cada loteamento implantado terá normas próprias de ocupação do solo, coeficientes de aproveitamento, controle urbanístico, medidas do lote e gabaritos de ruas diferentes, visando o melhor aproveitamento do solo urbano.

Art. 124 . O Município, conforme a localização do empreendimento, o número de lotes industriais e o número de empregados previstos, poderá exigir a construção de escola, bem como o tratamento das áreas verdes, fornecendo ao proprietário do loteamento, o programa de necessidades.

§1º A exigência de creche e seu dimensionamento obedecerão às normas regulamentadoras e demais legislações pertinentes do Ministério do Trabalho.

§2º A exigência de escola e seu dimensionamento obedecerão às normas do Órgão responsável pela educação no Município.

Art. 125 . Os lotes e quarteirões terão lotes mínimos de 1.440m<sup>2</sup> (mil quatrocentos e quarenta metros quadrados) de acordo com

tabela de parâmetros da Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo Municipal.

Art. 126 . As vias terão dimensões mínimas de 15m (quinze metros) e rampa máxima na pista de rolamento de 8% (oito por cento).

### TÍTULO III

#### DAS PENALIDADES

Art. 127 . Os infratores da presente lei estarão sujeitos às penalidades impostas por infrações administrativas contra a Ordem Urbanística, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, em especial as previstas na Lei Federal nº 6.766/1979 e suas alterações, bem como da obrigação de reparar os danos causados à ordem urbanística e a terceiros.

Art. 128 . Consideram-se infrações específicas às disposições desta lei, com aplicação das sanções correspondentes:

I - O loteador que iniciar a execução de qualquer obra de parcelamento do solo sem projeto aprovado, ou em desacordo com as disposições de legislação e normas federais, estaduais e municipais, bem como prosseguir com as obras depois de esgotados os eventuais prazos fixados, será penalizado com o embargo da obra e com multa de 600 UFM's a 2000 UFM's;

II - O loteador que executar as obras sem observar projeto aprovado será penalizado com embargo da mesma e multa de 300 UFM's a 1.000 UFM's.

III - O loteador que faltar com as precauções necessárias para a segurança de pessoas ou propriedades, ou de qualquer forma danificar ou acarretar prejuízo a logradouros públicos, em razão da execução de obras de parcelamento do solo, será penalizado com multa de 300 UFM's a 1.000 UFM's e recomposição dos danos causados;

IV - Ao loteador que aterrar, estreitar, obstruir ou desviar curso d'água sem autorização da municipalidade, bem como executar estas obras em desacordo com o projeto aprovado, aplicar-se-á o embargo da obra e multa de 1.200 UFM's a 5.000 UFM's.

V - O não atendimento das obrigações contidas nos incisos I a IV acarretará em multa de 30 UFM's a 100 UFM's por dia, a partir da aplicação da primeira multa;

VI - Desrespeitar embargos, intimações ou prazos estipulados pelas autoridades competentes, acarretará em multa de 60 UFM's a 200 UFM's por dia, sem prejuízo de responsabilidade criminal;

VII - Anunciar por qualquer meio a venda, promessa ou cessão de direitos relativos a imóveis, com pagamento de forma parcelada ou não, sem que haja projeto aprovado ou após o término de prazos concedidos e em qualquer caso, quando os efeitos formais ou materiais contrariarem as disposições da legislação municipal vigente, acarretará em apreensão do material, equipamentos ou máquinas utilizadas na propaganda, e multa de 600 UFM's a 2.000 UFM's;

VIII - Ao loteador que não executar as obras de infraestrutura previstas no termo de compromisso firmado no parcelamento do solo, será notificado e aplicar-se-á a multa de 1.200 UFM's a 5.000 UFM's.

Parágrafo único. Comete também a infração prevista no inciso II do caput aquele que, mediante declaração falsa ou outro meio fraudulento, contribui para a expedição indevida do título de legitimação de posse, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 129 . Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o agente público incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 8.429, de 2 de junho de 1992, quando estimular, permitir ou omitir-se em relação a:

I - Parcelamentos do solo para fins urbanos efetivados em desacordo com esta Lei;

II - Ocupações informais ou irregulares do solo urbano.

Parágrafo único. Incorre igualmente em improbidade administrativa o agente público que deixar de cumprir, injustificadamente, os prazos e outras determinações previstas nesta Lei para a prática

dos atos de sua competência.

### TÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 130 . Será obrigatório, conforme Lei Federal nº. 10.932/2004, ao longo das faixas de domínio público das rodovias estaduais, a reserva de uma faixa não-edificável de 15m (quinze metros) de cada lado, salvo maiores exigências de legislação específica.

I - O empreendedor, ainda que já tenha vendido todos os lotes ou unidades autônomas, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação judicial destinada a impedir construção e uso em desacordo com restrições legais ou contratuais, ou para promover a demolição da construção desconforme.

II - Se o empreendedor integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do parcelamento irregular, é solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos adquirentes de lotes ou unidades autônomas e ao Poder Público.

§1º Também são solidariamente responsáveis os co-possuidores e co-proprietários do imóvel objeto do parcelamento, ainda que não tenham anuído com sua implantação.

§2º Nos termos da lei federal, poderá ser decretada a desconsideração da pessoa jurídica e indisponibilidade dos bens necessários das pessoas referidas no caput deste artigo e § 1º, como medida liminar destinada a garantir a regularização do empreendimento ou o ressarcimento dos danos.

Art. 131 . O foro competente para os procedimentos judiciais previstos nesta Lei é sempre o da comarca da situação do lote ou da unidade autônoma, observado o disposto no art. 107 do Código de Processo Civil.

Art. 132 . Os loteamentos aprovados antes da vigência da presente Lei e ainda não totalmente executados terão um prazo de 06 (seis) meses para iniciar a implantação do projeto aprovado, e após este prazo estarão sujeitos às exigências das mesmas.

Art. 133 . Esta lei complementa as normas da legislação referente ao Plano Diretor Municipal de Forquilha.

Art. 134 . Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha (CDMF) em vista de lei federal vigente e leis municipais integrantes ao Plano Diretor Municipal.

Art. 135 . Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1.554/2010.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Lei Complementar Nº. 018, de 11 de Agosto de 2011.**

CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DE FORQUILHINHA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 018, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA REGULAMENTANDO AS NORMAS EDILÍCIAS NO MUNICÍPIO; DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Código de Obras e matérias de Edificações



em Geral do Município de Forquilha.

Art. 2º Serão reguladas pelo presente Código as seguintes obras efetuadas por particulares ou entidade pública, na zona urbana e rural no Município, obedecidas as prescrições legais federais e estaduais pertinentes:

- I - Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação, demolição;
- II - Projetos de edificações;
- III - Serviços e obras de infraestrutura;
- IV - Drenagens e pavimentação;
- V - Abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- VI - Energia e telefonia.

§ 1º Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo, executados por órgão público ou por iniciativa particular, estarão obrigados à prévia Licença Municipal.

§ 2º Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo estão sujeitos a apresentação das seguintes licenças:

- I - Apresentação da Licença Ambiental Prévia (LAP), para aprovação do projeto;
- II - Apresentação da Licença Ambiental de Instalação (LAI), para o licenciamento da construção;
- III - Apresentação da Licença Ambiental de Operação (LAO), para a liberação do Alvará de Uso/ Habite-se.

§ 3º Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo devem ser executados de acordo com as exigências contidas neste Código e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

## TÍTULO I

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

#### CAPÍTULO I

##### DOS OBJETIVOS

Art. 3º Constituem objetivos do Código de Obras:

- I - Regular a atividade edilícia, visando garantir as condições mínimas de segurança, conforto, higiene e salubridade das edificações e obras em geral, inclusive as destinadas ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos;
- II - Atribuir direitos e responsabilidades do município, do proprietário ou possuidor de imóvel, e do profissional, atuantes na atividade edilícia;
- III - Estabelecer procedimentos administrativos, regras gerais e específicas destinados ao controle da atividade edilícia.

Art. 4º Mediante convênio com organizações governamentais ou não-governamentais, poderá o Poder Público dispensar de projeto próprio às edificações residenciais isoladas para casas populares e habitação de interesse social, sendo utilizado projeto-padrão fornecido pela entidade conveniada, sendo a responsabilidade técnica pela execução assegurada por profissionais qualificados, devidamente anotada em formulário especial.

Art. 5º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aqueles destinados à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, conforme orientações previstas na Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) nº 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 6º Para atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida, a critério do órgão competente do Município, aprovação prévia dos órgãos estadual e municipal de controle ambiental quando da aprovação do projeto.

Parágrafo único. Consideram-se impactos ao meio ambiente, natural e construído, as interferências nas condições da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, da insolação e acústica das edificações e suas áreas vizinhas, bem como do uso do espaço urbano.

Art. 7º O projeto do qual possa decorrer risco à saúde pública,

deverão atender as exigências do Código de Vigilância Sanitária, legislação estadual e federal, e ser analisado pela autoridade sanitária municipal, a fim de que obtenha as devidas autorizações e licenciamentos.

Art. 8º As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, ou nas suas vizinhanças, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

## CAPÍTULO II

### DOS CONCEITOS

Art. 9º Para efeito de aplicação deste Código, ficam assim conceituados os termos:

- I - Alinhamento: linha divisória legal entre lote e logradouro público;
- II - Altura da edificação: desnível real entre o pavimento do andar de saída da edificação e o pavimento do andar mais elevado, excluído o ático;
- III - Ampliação: aumento da área construída de edificação cujo projeto esteja aprovado;
- IV - Andar: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior de sua cobertura;
- V - Área edificada: área total coberta de uma edificação;
- VI - Área útil: superfície utilizável de uma Edificação, excluídas as paredes;
- VII - Ático: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar casa de máquinas, piso técnico de elevadores, caixas d'água e circulação vertical;
- VIII - Átrio: pátio interno, de acesso a uma Edificação;
- IX - Balanço: avanço da Edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares;
- X - Certificado de conclusão de obra: documento expedido pela prefeitura que autoriza a ocupação de uma edificação;
- XI - Construção: edificação nova, para efeito de análise dos projetos;
- XII - Coroamento: elemento de vedação que envolve o ático;
- XIII - Demolição: total derrubamento de uma edificação. (a demolição parcial ou o total derrubamento de um bloco de um conjunto de edificações caracteriza-se como reforma);
- XIV - Edificação: obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material;
- XV - Edificação permanente: aquela de caráter duradouro;
- XVI - Edificação transitória: aquela de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;
- XVII - Embargo: ato administrativo que determina a paralisação de uma obra;
- XVIII - Equipamento: elemento destinado a guarnecer ou completar uma edificação, a esta se integrando;
- XIX - Equipamento permanente: aquele de caráter duradouro;
- XX - Equipamento transitório: aquele de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;
- XXI - Escala: relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa;
- XXII - Infração: violação da lei.
- XXIII - Jirau: mobiliário constituído por estrado ou passadiço instalado a meia altura em compartimento; piso intermediário dividindo compartimento existente com área até ¼ da área do compartimento;
- XXIV - Lindeiro: limítrofe;
- XXV - Logradouro público: toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;
- XXVI - Memorial descritivo: texto descritivo de elementos ou serviços para a compreensão de uma obra, tal como especificação de componentes a serem utilizados e índices de desempenho a serem obtidos;
- XXVII - Mezanino: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares;
- XXVIII - Mobiliário: elemento construtivo não enquadrável como

edificação ou equipamento;

XXIX - Modificação: modificação de projeto de edificação que já tenha sido expedido Alvará de Construção;

XXX - Movimento de terra: modificação do perfil do terreno que implicar em alteração topográfica superior a 1,00m (um metro) de desnível ou a 1.000,00m<sup>3</sup> (um mil metros cúbicos) de volume, ou em terrenos pantanosos ou alagadiços;

XXXI - Muro: elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, em relação ao nível do passeio;

XXXII - Muro de arrimo: muro destinado a suportar desnível de terreno superior a 1,00m (um metro), com altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e do terreno a ser edificado;

XXXIII - Obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique na alteração de seu estado físico anterior;

XXXIV - Obra complementar: edificação secundária, ou parte da edificação que, funcionalmente, complemente a atividade desenvolvida no imóvel;

XXXV - Obra emergencial: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel;

XXXVI - Pavimento: plano de piso; conjunto de compartimentos situados no mesmo nível numa edificação;

XXXVII - Peça gráfica: representação gráfica de elementos para a compreensão de um projeto ou obra;

XXXVIII - Perfil do terreno: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serviu de base para a elaboração do projeto e/ou constatação da realidade;

XXXIX - Perfil original do terreno: aquele constante dos levantamentos aerofotogramétricos disponíveis ou do arruamento aprovado, anteriores à elaboração do projeto;

XL - Piso drenante: aquele que permite a infiltração de águas pluviais no solo através de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua superfície por metro quadrado;

XLI - Redes de Serviços: edificação ou manutenção de redes de transmissão de energia elétrica, de saneamento ambiental, de gás, telefonia, de drenagem e outras assemelhada;

XLII - Reforma: obra que implica em uma ou mais das seguintes modificações, com ou sem alteração de uso: área edificada, estrutura, compartimentação vertical e/ou volumetria. Obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação;

XLIII - Regularização: aprovação de projeto de edificação concluída sem alvará de construção;

XLIV - Pequena reforma: reforma com ou sem mudança de uso na qual não haja supressão ou acréscimo de área, ou alterações que infrinjam as legislações edilícias e de parcelamento, uso e ocupação do solo;

XLV - Reconstrução: obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, motivada pela ocorrência de incêndio ou outro sinistro fortuito, mantendo-se as características anteriores;

XLVI - Reparo: obra ou serviço destinado à manutenção de um edifício, sem implicar em mudança de uso, acréscimo ou supressão de área, alteração da estrutura, da compartimentação horizontal ou vertical, da volumetria, e dos espaços destinados à circulação, iluminação e ventilação;

XLVII - Restauro ou restauração: recuperação de edificação tombada ou preservada, de modo a restituir-lhe as características originais;

XLVIII - Saliência: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou apostado em edificação ou muro;

XLIX - Tapume: vedação provisória usada durante a construção;

L - Testada: linha que separa o logradouro público da propriedade particular;

LI - Vistoria: diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições das obras.

## TÍTULO II

### DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

#### CAPÍTULO I

##### DO MUNICÍPIO

Art. 10. O Município, visando exclusivamente à observância das prescrições deste Código, do Plano Diretor Municipal e da legislação correlata pertinente, licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, e da sua execução ou da sua utilização.

§ 1º Na aprovação de projetos a análise será limitada aos índices construtivos, uso e ocupação do solo e aos padrões edifícios definidos por este código e demais legislação municipal.

§ 2º O órgão municipal competente poderá, quando da análise de projetos, exigir laudos, pareceres, estudos, atestados e anuências de profissionais habilitados, órgãos ou entidades privadas ou públicas, municipais, estaduais ou federais.

Art. 11. O Município deverá assegurar, por meio do respectivo órgão competente, o acesso aos munícipes a todas as informações contidas na legislação relativa ao Plano Diretor Municipal, Perímetros Urbanos, Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, pertinentes ao imóvel a ser construído ou atividade em questão, bem como as informações geotécnicas e condições do solo.

Art. 12. O Município manterá um cadastro dos profissionais e empresas, legalmente habilitados, nos termos do art. 18 da presente lei.

Art. 13. Fica obrigada a Prefeitura Municipal de Forquilha, por meio do órgão municipal competente a comunicar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), quando constatar irregularidades e ou infrações cometidas pelos profissionais responsáveis pela obra.

Art. 14. A Municipalidade aplicará as multas, estabelecidas nesta lei, aos infratores do disposto neste Código.

#### CAPÍTULO II

##### DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR

Art. 15. É direito do proprietário ou possuidor promover e executar obras ou implantar equipamentos no imóvel de sua propriedade, mediante prévio conhecimento e consentimento do Município, respeitada a legislação urbanística municipal e o direito de vizinhança.

§ 1º Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro Imobiliário.

§ 2º Considera-se possuidor, a pessoa, física ou jurídica, que tenha de fato o direito de usar e alterar as características do imóvel objeto da obra.

§ 3º A análise dos pedidos de emissão dos documentos previstos neste código dependerá, quando for o caso, da apresentação do Título de Propriedade registrado no Registro de Imóveis, sendo o proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, responsáveis, civil e criminalmente, pela veracidade dos documentos e informações apresentadas ao Município, não implicando sua aceitação em reconhecimento do direito de propriedade sobre o imóvel.

§ 4º O proprietário poderá autorizar, mediante procuração devidamente lavrada em cartório, a construção de terceiros em seu imóvel.

Art. 16. O proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, são responsáveis pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade dos imóveis, edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições deste Código e legislação municipal correlata, assegurando-lhes todas as informações cadastradas na Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, relativas ao seu imóvel.



Parágrafo único. Ainda, é da responsabilidade do proprietário do imóvel:

- I - Contratar profissional legalmente habilitado;
  - II - Obter, junto ao órgão público competente, o respectivo Alvará, antes de iniciar a execução da obra;
  - III - Adotar as medidas de segurança compatíveis com o porte da obra;
  - IV - Assumir, junto do profissional responsável pela obra, as consequências diretas ou indiretas advindas da execução da edificação que atinjam e danifiquem:
- a) vias e logradouros públicos, infraestrutura urbana, imóveis vizinhos, em particular os considerados de patrimônio cultural;
  - b) o meio ambiente natural.

### CAPÍTULO III DO PROFISSIONAL

Art. 17. É obrigatória a assistência de profissional habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional.

Art. 18. Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitada as atribuições e limitações consignadas por aquele organismo e devidamente licenciado pelo Município.

Parágrafo único. Não será considerado legalmente habilitado o profissional ou empresa que estiver em atraso com os impostos municipais.

Art. 19. Será considerado autor, o profissional habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho.

Parágrafo único. É da responsabilidade do autor e/ou executor do projeto:

- I - Adotar as medidas de segurança compatíveis com o porte da obra;
  - II - Elaborar os projetos e/ou executar as obras em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal e das demais normas técnicas em vigor, devendo observar o sistema de circulação existente e projetado e, especialmente, as normas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e as normas de acessibilidade;
  - III - Edificar de acordo com o previamente licenciado pelo Município;
  - IV - Assumir, solidariamente, com o proprietário do imóvel, as consequências diretas ou indiretas advindas da execução da edificação que atinjam e danifiquem:
- a) vias e logradouros públicos, infraestrutura urbana, imóveis vizinhos, em particular os considerados de patrimônio cultural;
  - b) o meio ambiente natural.

Art. 20. A responsabilidade pela elaboração de projetos, cálculos, especificações e pela execução de obras é do profissional que a assinar, não assumindo o Município, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade sobre tais atos.

Parágrafo único. Os profissionais responsáveis pelo projeto e/ou execução da obra, ao assinarem os projetos e a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART respectiva, declaram conhecer e respeitar a legislação municipal, estadual e federal que rege a matéria.

Art. 21. Será considerado Responsável Técnico da Obra, o profissional responsável pela direção técnica das obras, desde seu início até sua total conclusão, respondendo por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado na Prefeitura Municipal de Forquilha e observância da legislação em vigor.

Art. 22. É obrigação do responsável técnico, ou do proprietário, a manter no local da obra, à disposição da fiscalização municipal, uma cópia do projeto aprovado, do respectivo alvará, bem como a colocação da placa da obra em posição bem visível, enquanto

perdurarem as obras.

§ 1º A placa da Obra deve conter as seguintes informações:

- a) Endereço completo da obra;
- b) Nome do proprietário;
- c) Nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s) pelo(s) projeto(s) e pela construção, categoria profissional e número da respectiva carteira;
- d) Finalidade da obra;
- e) Número do alvará ou licença.

§ 2º A desobediência ao contido neste artigo sujeita o infrator a embargo da obra e multas, conforme artigos 424 a 449 do presente código.

Art. 23. É permitida a substituição de profissionais responsáveis pela execução de obras, nos termos da legislação profissional regulada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, devendo o Município ser comunicado, pelo novo responsável, em prazo de 05 (cinco) dias úteis após o deferimento da substituição pelo Conselho.

Parágrafo único. Esta comunicação será efetuada por meio de requerimento específico, cujo modelo será fornecido pela Prefeitura.

Art. 24. A atuação do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra sem os documentos exigidos pelo Município, será comunicada ao órgão fiscalizador do exercício profissional.

### TÍTULO III DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 25. As obras públicas não poderão ser executadas sem autorização da Prefeitura, devendo obedecer às determinações do presente Código ficando, entretanto, isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

- I - Construção de edifícios públicos;
- II - Obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;
- III - Obras a serem realizadas por instituições oficiais ou para-estatais quando para a sua sede própria;
- IV - Obras para entidades com fins filantrópicos.

Art. 26. O processamento do pedido de licença para obras públicas será feito com preferência sobre quaisquer outros processos.

Art. 27. O pedido de licença será feito por meio de ofício dirigido ao Prefeito pelo órgão interessado, devendo este ofício ser acompanhado do projeto completo da obra a ser executada, conforme exigências deste Código.

Art. 28. Os projetos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, sendo a assinatura seguida de indicação do cargo, quando se tratar de funcionário, que deva, por força do mesmo, executar a obra. No caso de não ser funcionário, o profissional responsável deverá satisfazer as disposições do presente Código.

Art. 29. Os contratantes ou executantes das obras públicas estão sujeitos ao pagamento das licenças relativas ao exercício da respectiva profissão, a não ser que se trate de funcionário que deva executar as obras em função do cargo.

Art. 30. As obras pertencentes à Municipalidade ficam sujeitas na sua execução, à obediência das determinações do presente Código.

### TÍTULO IV DAS NORMAS GERAIS ADMINISTRATIVAS

Art. 31. A execução das obras, em geral, somente poderá ser iniciada depois de concedida o Alvará para Construção.

### CAPÍTULO I DA CONDIÇÃO GERAL PARA EDIFICAÇÃO

Art. 32. A edificação é obra destinada a ocupação de uso residencial ou não residencial, devendo observar as disposições gerais desse Código e, quando for o caso, as disposições da legislação

edilícia federal e estadual.

Art. 33. A edificação, conforme o uso classifica-se de acordo com o Código de Zoneamento, Ocupação e Uso do Solo.

Art. 34. Os serviços de terraplenagem e supressão de vegetação necessária para a execução da edificação serão analisados pelo órgão ambiental competente, de acordo com a legislação que rege a matéria.

Art. 35. Os imóveis atingidos por tubulações cuja manutenção é de responsabilidade do Poder Público Municipal deverão reservar faixa sanitária não edificável garantindo a livre passagem para sua manutenção, cuja dimensão será definida pelo órgão municipal competente.

Art. 36. Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão atender as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as especificações do fabricante.

Art. 37. A permeabilidade mínima do solo está definida no Código de Zoneamento e uso do solo.

Art. 38. As edificações devem atender ao Programa de Conservação e Uso Racional de Água a ser previsto em legislação própria.

## CAPÍTULO II

### DA CONSTRUÇÃO, MODIFICAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REGULARIZAÇÃO, REFORMA, DEMOLIÇÃO E REDE DE SERVIÇO

Art. 39. Toda construção, modificação, ampliação, reforma, regularização, demolição e rede de serviço somente poderá ser realizada com a observância das determinações deste Código.

Parágrafo único. Para os efeitos de aplicação das normas deste Código:

I - Toda edificação é caracterizada pela existência de um conjunto de elementos construtivos segundo um plano estabelecido e por meio da superposição e combinação de materiais apropriados.

II - Toda rede de serviço é caracterizada pelo conjunto de obras para implantação de infraestrutura.

Art. 40. As obras de construção, modificação, ampliação, reforma e regularização deverá ser acompanhada, projetada e executada por profissional legalmente habilitado, observada a lei de direitos autorais, a regulamentação do exercício profissional, devendo ser precedida, quando for o caso, dos seguintes atos administrativos:

I - Consulta Prévia;

II - Aprovação dos Projetos técnicos respectivos;

III - Liberação do Alvará respectivo.

Parágrafo único. A demarcação do alinhamento do imóvel com a via pública será realizada pelo órgão municipal competente e deverá ser feita a partir da análise da certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel e do alinhamento oficial da via.

Art. 41. A Consulta Prévia para construção, modificação, ampliação, reforma e regularização é peça informativa das condições urbanísticas de uso e ocupação do solo e deverá ser solicitada, em requerimento padrão, com as seguintes informações:

I - Número de inscrição cadastral do imóvel no Município;

II - Croqui do imóvel com as seguintes informações:

a) Dimensões deste com a localização dos logradouros confrontantes;

b) Distância de qualquer uma das divisas do imóvel até uma edificação ou via mais próxima;

c) Cursos d'água, tubulados ou não, próximos ou que atravessem o imóvel;

d) Linhas de transmissão de energia próximas ou que atravessem o imóvel;

e) Tubulações públicas ou de concessionárias de serviço público, próximas ou que atravessem o imóvel;

III - Tipo de uso e ocupação do solo pretendido.

Parágrafo único. A resposta da Consulta Prévia de Viabilidade terá validade de doze meses, a contar da data em que a resposta for disponibilizada nos sistema de protocolo.

## SEÇÃO I

### DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO,

### MODIFICAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Art. 42. A aprovação de projetos para construção, modificação, ampliação e regularização deverá ser solicitada, através de requerimento padrão, ao órgão municipal competente, para análise e aprovação.

§ 1º As edificações irregulares, no todo ou em parte, poderão ser regularizadas e reformadas, desde que atendam ao disposto nesta Lei e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, expedindo-se devido Alvará.

§ 2º Para a aprovação de projetos a que se refere o caput deste artigo, serão necessários os seguintes documentos:

I - Consulta prévia, válida;

II - Certidão de inteiro teor do imóvel, atualizada;

III - Projeto arquitetônico sem rasuras ou ressalvas, com prancha de tamanho máximo "A0 - Padrão ABNT", composto de, no mínimo:

a) Planta de situação;

b) Plantas baixas de todos os pavimentos;

c) Corte longitudinal e transversal da edificação, podendo o órgão competente solicitar mais cortes a seu critério;

d) Fachada frontal.

IV - Memorial de cálculo de dimensionamento do sistema de tratamento de esgoto adotado nos locais não servidos pela rede pública, quando for o caso.

§ 3º O órgão municipal competente deverá, se necessário, emitir despacho comunicando ao autor do projeto as correções necessárias.

§ 4º Após a aprovação do projeto arquitetônico será emitido, pelo órgão municipal competente, Relatório de Análise do Projeto, em formulário padrão, assinalando os documentos que deverão ser juntados para que se proceda a emissão de Alvará respectivo.

§ 5º O prazo para apresentação dos documentos solicitados no Relatório de Análise do Projeto é de doze meses sob pena de caducidade da aprovação do projeto.

§ 6º Se antes de vencido o prazo determinado no parágrafo anterior for juntado, aos autos do processo, justificativa pela não apresentação dos documentos solicitados, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, a critério do órgão competente, por igual período.

Art. 43. Independem da apresentação de projeto, para fins de licenciamento, os seguintes casos:

I - Construções de madeira para fins residenciais com área de até 80,00m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) e um só pavimento;

II - Construções mistas (madeira e alvenaria) para fins residenciais com área de até 70,00m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) e um só pavimento;

III - Construções de alvenaria para fins residenciais com área de até 60,00m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) e um só pavimento;

IV - Rebaixamento dos meios-fios;

V - Conserto e execução de passeios;

VI - Construção de muros no alinhamento do logradouro;

VII - Troca de cobertura;

VIII - Reparo nos revestimentos das edificações;

IX - Reparos internos e substituição de aberturas em geral;

X - Colocação de toldos.

## SEÇÃO II

### DA REFORMA

Art. 44. A reforma que vise alteração de uso e/ou mudança da distribuição dos compartimentos internos, deverá apresentar projetos para análise e aprovação.

§ 1º As reformas que visem alteração de uso deverão ser precedidas de Consulta Prévia de Viabilidade, tendo em vista que a apresentação do projeto para aprovação terá que se adequar às exigências do novo uso.

§ 2º Os demais tipos de reforma, não contemplados no caput, para receber licenciamento deverão apresentar somente a ART.

Art. 45. Independe de licenciamento, por sua natureza e simplicidade, a reforma que compreenda:

I - Reparo e substituição das telhas, calhas e condutores internos da edificação;

II - Impermeabilização de terraços e piscinas;

III - Limpeza, pintura e reparos nos revestimentos internos das edificações;

IV - Limpeza, pintura e reparos nos revestimentos externos nas edificações com até dois pavimentos;

V - Pintura e revestimento de muros em geral;

VI - Pavimentações internas, desde que respeitados os limites de permeabilidade do solo definidos no Código de Zoneamento e Uso do Solo;

VII - Conserto sem alteração do padrão permitido em lei;

VIII - Fechamento de sacada com elemento translúcido.

Parágrafo único. O fechamento de sacadas de edificações em regime de condomínio deve observar a legislação própria.

Art. 46. Nas edificações a serem reformadas com mudança de uso e em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério da Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, relativas a dimensões e recuos, desde que não comprometam a salubridade nem acarretem redução da segurança.

Parágrafo único. Serão considerados ainda para efeito deste artigo, os imóveis reconhecidos por lei municipal, estadual ou federal, como de patrimônio histórico.

### SEÇÃO III DAS RECONSTRUÇÕES

Art. 47. A edificação regular poderá ser reconstruída, no todo ou em parte, conforme o projeto aprovado.

Art. 48. A edificação irregular só poderá ser reconstruída para atender ao relevante interesse público.

Art. 49. A reconstrução de edificação que abrigava uso instalado irregularmente, só será permitida se:

I - for destinada a uso permitido na zona;

II - adaptar-se às disposições de segurança.

Art. 50. O Município poderá recusar, no todo ou em parte, a reconstrução nos moldes anteriores da edificação com índice e volumetria em desacordo com o disposto nesta Lei ou no Plano Diretor Municipal, que seja prejudicial ao interesse urbanístico.

### SEÇÃO IV DAS REGULARIZAÇÕES

Art. 51. As edificações irregulares, no todo ou em parte, poderão ser regularizadas e reformadas, desde que atendam ao disposto nesta Lei e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, expedindo-se Alvará de Aprovação das edificações e Certificado de Conclusão de Obra.

Art. 52. A reconstrução de qualquer edificação, caso se pretenda introduzir alterações em relação à edificação anteriormente existente, será enquadrada como reforma.

### SEÇÃO V DA REDE DE SERVIÇO

Art. 53. A aprovação de projetos para redes de serviços deverá ser solicitada através de requerimento padrão ao órgão municipal competente, para análise e aprovação, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Certidão de inteiro teor atualizada do imóvel;

II - Se a obra atravessar terrenos particulares, acompanhados da autorização deste, quando for o caso;

III - Projeto da implantação da rede sem rasuras ou ressalvas, com prancha de tamanho máximo "A0 - Padrão ABNT".

### CAPÍTULO III DAS OBRAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 54. A execução de obra ou serviço público ou particular em logradouro público depende de prévio licenciamento da Prefeitura Municipal.

Art. 55. A realização de obra e serviço em logradouro público por órgão ou entidade de prestação de serviço da Administração direta ou indireta será autorizada mediante o atendimento das seguintes condições:

I - A obra ou serviço constará, obrigatoriamente, de planos ou programas anuais ou plurianuais que tenham sido submetidos à Prefeitura Municipal, com uma antecedência mínima de 6 (seis) meses;

II - A licença para a execução de obra ou serviço será requerida pelo interessado, com antecedência mínima de 01 (um) mês;

III - O requerimento de licença será instruído com as informações necessárias para caracterizar a obra e seu desenvolvimento, sendo exigível, no mínimo:

a) Croquis de localização;

b) Projetos técnicos;

c) Projetos de desvio de trânsito;

d) Cronograma de execução.

IV - Compatibilização prévia do projeto com as interferências na infraestrutura situada na área de abrangência da obra ou serviço;

V - Execução da compatibilização do projeto com a infraestrutura e o mobiliário urbano situado na área de abrangência da obra ou serviço;

VI - Colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas, contendo comunicação visual alertando quanto às obras e a segurança;

VII - Colocação, nesses locais, de luzes vermelhas;

VIII - Manutenção dos logradouros públicos permanentemente limpos e organizados;

IX - Manutenção dos materiais de abertura de valas, ou de construção, em recipientes estanques, de forma a evitar o espalhamento pelo passeio ou pelo leito da rua;

X - Remoção de todo o material remanescente das obras ou serviços, bem como a varrição e lavagem do local imediatamente após a conclusão das atividades;

XI - Responsabilização pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido;

XII - Recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços.

Parágrafo único. Em casos de obras emergenciais o órgão competente poderá dispensar as exigências constantes dos itens I, II e III.

Art. 56. A licença de execução de obra e serviço em logradouro público conterà instruções específicas quanto à data de início e término da obra e aos horários de trabalho admitidos.

Art. 57. Concluída a obra ou serviço, o executor comunicará a Prefeitura o seu término, a qual realizará vistoria para verificar o cumprimento das condições previstas no respectivo licenciamento.

Art. 58. Concluída a obra ou serviço, o executor será responsável pela solução/reparação de qualquer defeito surgido no prazo de 05 (cinco) anos.

### SEÇÃO I DOS PASSEIOS

Art. 59. Compete ao proprietário a construção, reconstrução e conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não em conformidade com os padrões de passeios estabelecidos por normas editadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 60. A Prefeitura Municipal estabelecerá os padrões em conformidades com as normas da ABNT, garantida a acessibilidade e a segurança dos passeios.

Art. 61. Transversalmente, os passeios terão uma inclinação do

alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento),

Art. 62. Será prevista abertura para a arborização pública no passeio, em conformidade com os padrões de passeios estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 63. É proibida a colocação de qualquer tipo de material na sarjeta e alinhamento dos lotes, seja qual for a sua finalidade.

Art. 64. Todos os passeios deverão possuir rampas de acesso junto às faixas de travessia, de acordo com especificações da norma NBR 9050/1994 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 65. Nos casos de acidentes e obras que afetem a integridade do passeio, o agente causador será o responsável pela sua recomposição, a fim de garantir as condições originais do passeio danificado.

## SEÇÃO II

### DO REBAIXAMENTO DE GUIAS OU MEIO FIO

Art. 66. As guias rebaixadas em ruas pavimentadas só poderão ser feitas mediante licença, quando requerido pelo proprietário ou representante legal, desde que exista local para estacionamento de veículos.

Art. 67. A indicação das guias rebaixadas será exigida nos projetos, por ocasião da expedição do Alvará de Aprovação, conforme disposto no presente Código.

Art. 68. O rebaixamento do meio-fio é permitido apenas para acesso dos veículos e para portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida, observando-se o contido na Lei de Sistema Viário e Mobilidade Municipal e demais normas pertinentes.

Art. 69. O rebaixamento de guias nos passeios só será permitido quando não resultar em prejuízo para a arborização pública, ficando a juízo do órgão competente a autorização do corte de árvores, desde que atendidas as exigências do mesmo.

Art. 70. O rebaixamento de guia é obrigatório, sempre que for necessário o acesso de veículos aos terrenos ou prédios, através do passeio ou logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas, rampas de madeira ou outro material, fixas ou móveis, na sarjeta ou sobre o passeio.

Art. 71. A regularização de guias deverá ser executada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação.

## CAPÍTULO IV

### DAS OBRAS PARALISADAS OU EM RUÍNAS

Art. 72. No caso de paralisação da obra por mais de um ano, a Prefeitura mandará proceder a uma vistoria e tratando-se de ruína eminente, intimará o proprietário a mandar demoli-la, sob pena de ser feita a demolição pela Prefeitura, cobrando as despesas cabíveis, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

Art. 73. Nas obras paralisadas mais de um ano, deverá ser feito o fechamento do terreno, no alinhamento do logradouro por meio de muro dotado de portão de entrada, observadas as exigências desta Lei, para fechamento dos terrenos.

Art. 74. Durante o período de paralisação, o proprietário será responsável pela vigilância ostensiva da obra, de forma a impedir a ocupação do imóvel.

Parágrafo único. A obrigação estende-se às pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 75. Todas as obras de demolição ou execução de serviços necessários deverão ser acompanhadas por responsável técnico habilitado, o qual deverá tomar as medidas relativas à segurança, durante a sua execução.

Art. 76. No caso de obra comprometida estruturalmente, a Secretaria Municipal responsável determinará a execução de medidas necessárias para garantir a estabilidade de edificação.

Art. 77. Para imóveis tombados, será ouvido o órgão competente, em atendimento às normas legais pertinentes, sem prejuízo da

vedação e lacramento necessários.

## SEÇÃO I

### DA DEMOLIÇÃO

Art. 78. Nenhuma demolição de edificação ou obra permanente, de qualquer natureza, poderá ser realizada sem prévio requerimento à Prefeitura, que expedirá o Alvará de demolição.

Art. 79. Do requerimento, deverão constar os métodos a serem usados na demolição.

Art. 80. Imóveis tombados não poderão ser demolidos, descaracterizados, mutilados ou destruídos.

Parágrafo único. O município fará no prazo de 120 (cento e vinte) dias após aprovação deste código, relação dos imóveis caracterizados como patrimônio histórico, que deverão ser descritos em livro de tombo e sua publicidade se fará através de decreto.

Art. 81. Se a demolição for de construção localizada, no todo ou em parte, junto ao alinhamento dos logradouros, será expedida, concomitantemente, a licença relativa a andaimes ou tapumes.

Art. 82. Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso porá em prática todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, dos logradouros e das propriedades vizinhas, obedecendo ao disposto neste Código.

Art. 83. No caso de nova construção, a licença para demolição poderá ser expedida conjuntamente com a licença para construção.

Art. 84. Os órgãos municipais competentes poderão, sempre que julgarem conveniente, estabelecer horários para demolição.

## CAPÍTULO V

### DOS ALVARÁS

Art. 85. Após a Consulta Prévia, os interessados em construir, reformar, demolir ou regularizar edificações, deverão solicitar os respectivos Alvarás na Secretaria Municipal Competente, instruindo o projeto com as documentações exigidas a cada caso, as quais serão analisadas pela Secretaria.

Art. 86. A Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA poderá emitir os seguintes alvarás, conforme solicitação do interessado, com o pagamento das respectivas taxas:

I - Alvará de Aprovação;

II - Alvará de Construção;

III - Alvará de Alinhamento e Nivelamento;

IV - Alvará de autorização.

## SEÇÃO I

### DO ALVARÁ DE APROVAÇÃO

Art. 87. A pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, a Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Aprovação para:

I - Movimentação de terra;

II - Muro de arrimo;

III - Edificação nova;

IV - Reforma;

V - Aprovação de equipamento;

VI - Sistema de segurança.

§ 1º Um único Alvará de Aprovação poderá abranger a aprovação de mais de um dos tipos de projetos elencados acima.

§ 2º Nos casos de edificação nova ou reforma (III- IV) será exigido no projeto a indicação das guias rebaixadas no projeto para a expedição do Alvará de Aprovação.

Art. 88. O pedido de Alvará de Aprovação será instruído com:

I - Requerimento assinado pelo responsável do projeto e pelo proprietário, solicitando aprovação do projeto;

II - Título de propriedade do imóvel;

III - Apresentação de levantamento topográfico para verificação das dimensões, área e localização do imóvel, quando necessário,



considerando-se que:

- a) Somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento) entre as dimensões e área constantes do documento de propriedade apresentado e as apuradas no levantamento topográfico;
- b) Havendo divergência superior a 5% (cinco por cento) entre qualquer dimensão ou área constante do documento de propriedade e a apurada no levantamento topográfico, poderá ser emitido o alvará de aprovação, ficando a emissão do alvará de construção condicionada à apresentação de escritura retificada.

IV - Memorial descritivo;

V - Duas (2) ou mais cópias do projeto arquitetônico, que deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- a) Data, nome e assinatura do proprietário, do autor do projeto e do responsável pela obra no carimbo de todas as pranchas;
- b) Planta de situação do lote, na escala mínima de 1:2.000 ou 1:1.000 (a critério do órgão competente), com orientação do norte magnético, nome e cotas de largura de logradouros e dos passeios contíguos ao lote, distância do lote à esquina mais próxima, indicação da numeração dos lotes vizinhos e do lote a ser construído, quando houver;
- c) Quadro contendo a relação das áreas de projeção e da área total construída de cada unidade ou pavimento, área do lote e taxa de ocupação.

VI - Planta de localização, na escala mínima de 1: 500, onde constarão:

- a) Projeção da edificação ou das edificações dentro do lote com as cotas;
- b) Dimensões das divisas do lote e as dimensões dos afastamentos das edificações em relação às divisas e a outras edificações porventura existentes;
- c) Dimensões externas da edificação;
- d) Nome dos logradouros contíguos ao lote.

VII - Planta baixa de cada pavimento da edificação na escala mínima de 1:100, onde constarão:

- a) Dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;
- b) Finalidade de cada compartimento;
- c) Traços indicativos de cortes longitudinais e transversais;
- d) Indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.
- e) Cortes transversais e longitudinais, na escala mínima de 1:100 em número suficiente ao perfeito entendimento do projeto, dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris e demais elementos, com indicação, quando necessário, dos detalhes construtivos;
- f) Planta de cobertura com indicação do sentido de escoamento das águas, localização das calhas, tipo e inclinação da cobertura, caixa d'água, casa de máquina, quando for o caso, e todos os elementos componentes da cobertura, na escala mínima de 1:200;
- g) Elevação das fachadas, na escala mínima de 1:100;
- h) Quadro com especificação e descrição das esquadrias a serem utilizadas;
- i) No caso de projetos envolvendo movimento de terra, será exigido corte esquemático com cotas de níveis e indicação de cortes e/ou aterros taludes, arrimos e demais obras de contenção.

VIII - O projeto legal de arquitetura deverá seguir as definições da NBR 5984;

IX - As dimensões das pranchas com os desenhos citados no caput deste artigo deverão adotar as definições da NBR 10068;

X - Apresentação de comprovante de aprovação nos órgãos fiscalizadores;

XI - Será obrigatória a apresentação de projeto estrutural para edificações com mais de três pavimentos em meio digital;

XII - Projeto de prevenção de incêndio, aprovado pelo corpo de bombeiros, para edificações com mais de dois pavimentos;

- a) Poderá ser admitido a apresentação do certificado de aprovação, caso assim defina o Órgão Municipal responsável pelo setor de Obras e Projetos, no caso de aprovação prévia, sendo

apresentado o protocolo de recebimento e entrada do projeto no Corpo de Bombeiros.

XIII - Em casos especiais, poderá a prefeitura exigir cálculos de tráfego de elevadores e projetos de instalações de ar condicionado ou calefação e ainda, de instalações telefônicas;

XIV - Nas obras de reforma, reconstrução ou acréscimo, serão apresentadas, a critério do profissional, com indicação precisas e convencionadas, as partes a acrescentar, demolir ou conservar. Sendo utilizadas cores, as convenções deverão ser as seguintes: amarelo para as partes a demolir, vermelho para as partes novas ou a renovar e preto para as partes a conservar;

XV - Para aprovação de um projeto pela Prefeitura Municipal, o mesmo deverá ser assinado pelo proprietário e pelo seu autor ou autores.

Parágrafo único. Poderá ser exigida pelo órgão responsável pelo setor de análise de projetos da prefeitura escala maior que a expressa nesse artigo em caso de melhor legibilidade das informações.

Art. 89. Quando se tratar de construções destinadas ao fabrico ou manipulação de gêneros alimentícios, frigoríficos e matadouros, bem como hospitais e congêneres, deverá ser ouvida o órgão municipal competente antes da aprovação do projeto, bem como respeitadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 90. As obras de construção de muros de sustentação ou proteção de terras, bem como obras de canalização de cursos d'água, pontes, pontilhões, bueiros, ficam sujeitos à apresentação de projeto e respectiva aprovação.

Art. 91. Em caso de erro ou insuficiência de elementos, o requerente será notificado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da entrada do projeto no órgão municipal competente, a fim de satisfazer as exigências formuladas ou dar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Art. 92. O Alvará de Aprovação terá sua validade por 01 (um) ano a contar da data da publicação do deferimento do pedido, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião dos pedidos de prorrogação.

§ 1º Findo este prazo e não tendo sido requerido o Alvará de Construção, será cancelada a aprovação do projeto.

§ 2º A revalidação do alvará de aprovação não será necessária quando houver Alvará de Construção em vigor.

§ 3º Poderão ser emitidos sucessivos alvarás de aprovação de projeto arquitetônico para um mesmo imóvel enquanto não for requerida a emissão de Alvará de Construção.

§ 4º O prazo do Alvará de Aprovação ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

I - Existência de pendência judicial;

II - Calamidade pública;

III - Declaração de utilidade pública ou interesse social;

IV - Pendência de processo de tombamento;

V - Processo de identificação de edificações de interesse de preservação;

VI - Processo de identificação de áreas de interesse ambiental.

§ 5º O prazo dos Alvarás de Aprovação ficará suspenso durante o período de aprovação de projeto modificativo.

I - O Alvará de Aprovação poderá, enquanto vigente o Alvará de Construção, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados, ou a aprovação de projeto modificativo em decorrência de alteração do projeto original.

II - O Alvará de Aprovação, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

a) Revogado, atendendo relevante interesse público;

b) Cassado, juntamente com o alvará de construção, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;

c) Anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

## SEÇÃO II

### DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO



Art. 93. A pedido do proprietário do imóvel a Prefeitura Municipal, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Construção, indispensável para:

- I - Movimentação de terra;
- II - Muro de arrimo;
- III - Edificação nova;
- IV - Demolição;
- V - Reforma;
- VI - Reconstrução;
- VII - Instalação de equipamentos;
- VIII - Sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- IX - Sistema hidrossanitário;
- X - Implantação de loteamento;
- XI - Sistema de segurança.

Parágrafo único. Um único Alvará de Construção poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de serviço ou obra elencado no artigo anterior.

Art. 94. Quando houver mais de um Alvará de Aprovação em vigor, será concedido Alvará de Construção para um único projeto aprovado.

Art. 95. O Alvará de Construção será concedido mediante:

- I - Título de propriedade do imóvel;
- II - Projetos aprovados, devidamente assinados pelo proprietário, autor e responsável técnico da obra;
- III - Atestado da aprovação do Projeto Preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros;
- IV - Alvará de Aprovação.

Art. 96. Quando o Alvará de Construção for destinado ao licenciamento de um conjunto de serviços ou obras a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele constará a área de atuação de cada um dos profissionais.

Art. 97. Poderá ser requerido Alvará de Construção para cada bloco isoladamente, quando o Alvará de Aprovação compreender mais de um bloco de edificação, observado o prazo de vigência do Alvará de Aprovação.

Art. 98. Durante a vigência do Alvará de Construção, somente serão permitidas alterações nas obras mediante prévia aprovação de projeto modificativo.

Art. 99. No expediente que originou o Alvará de Construção, será comunicado, pelo Responsável Técnico da Obra, o andamento das obras ou serviços durante suas etapas, até a total conclusão, quando será requerida a expedição do Certificado de Conclusão.

Art. 100. O Alvará de Construção, terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado, pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

Parágrafo único. Decorrido o prazo inicial de validade do alvará, sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado.

Art. 101. A revalidação da licença só será concedida se requerida pelo profissional dentro da vigência da referida licença, e desde que os trabalhos de fundação estejam concluídos.

Art. 102. Poderá ser aceita, caso a caso e a critério da Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, a continuação de obras paralisadas e parcialmente executadas, desde que:

- I - Não se agrave eventual desconformidade com este Código, a legislação de Parcelamento E Uso E Ocupação Do Solo no que diz respeito às condições de higiene e salubridade da edificação, e índices de ocupação e aproveitamento;
- II - A edificação for utilizada para uso admitido na zona pela legislação de uso e ocupação do solo;
- III - A edificação for adaptada às normas de segurança.

Art. 103. O prazo do Alvará de Construção ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

- I - Existência de pendência judicial;
- II - Calamidade pública;
- III - Decretação de utilidade pública ou interesse social;
- IV - Pendência de processo de tombamento.

Art. 104. Deverão ser mantidos na obra durante sua construção e ser permitido fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente, os seguintes documentos:

- I - Ficha técnica devidamente assinada pela autoridade competente;
  - II - O alvará de licença de construção;
  - III - Cópia do projeto aprovado assinada pela autoridade competente e pelos profissionais responsáveis.
- Art. 105. Para as edificações de interesse social, deverá ser mantido na obra apenas o Alvará de Construção.

### SEÇÃO III DA DEMOLIÇÃO

Art. 106. O requerimento para obtenção do alvará de demolição será instruído com os seguintes documentos:

- I - Título de propriedade ou equivalente;
- II - Croqui de localização do imóvel, quando necessário;
- III - Anotação de responsabilidade técnica (ART) de profissional habilitado nos seguintes casos:
  - a) Edificação com mais de 2 (dois) pavimentos ou que tenha mais de 8,00 m (oito metros) de altura;
  - b) Edificação no alinhamento ou dele distante menos de 1,00 m (um metro).

IV - No pedido de licença para demolição, deverá constar o nome do proprietário, endereço completo e características gerais da(s) edificação(ões) a ser(em) demolida(s), número da inscrição imobiliária municipal do imóvel, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proprietário e o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado, atendendo solicitação justificada do interessado, e a juízo da Prefeitura.

Art. 107. A licença para demolição será negada quando se tratar de imóvel tombado pela municipalidade.

Art. 108. As demolições com uso de explosivos deverão ser acompanhadas por profissional habilitado e membros dos órgãos fiscalizadores.

Art. 109. O órgão competente da Municipalidade poderá, quando julgar necessário, estabelecer horários para a realização de demolição.

Art. 110. Caso a demolição não fique concluída no prazo licenciado, estará o proprietário sujeito às multas previstas neste Código.

Art. 111. Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso adotará todas as medidas necessárias à garantia das condições de segurança dos operários, dos transeuntes, das benfeitorias dos logradouros e das propriedades vizinhas.

### SEÇÃO IV DA RECONSTRUÇÃO

Art. 112. Os requerimentos para reconstrução serão instruídos com:

- I - Título de propriedade do imóvel;
- II - Laudo técnico de sinistros;
- III - Documentos comprovantes da regularidade da obra sinistrada;
- IV - Peças descritivas, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico da obra.

### SEÇÃO V DO MOVIMENTO DE TERRA

Art. 113. Quando destinado exclusivamente a movimento de terra, o Alvará de Construção, prescreverá em 1 (um) ano, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, podendo ser prorrogado, a pedido, por igual período.

### SEÇÃO VI

**DO ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO**

Art. 114. O Alvará de Alinhamento e Nivelamento será exigido quando surgirem dúvidas quanto à exata localização do alinhamento predial, durante a análise de Solicitação do Alvará de Aprovação.

Art. 115. O proprietário, o possuidor ou o profissional habilitado poderão apresentar requerimento de emissão de Alvará de Alinhamento e Nivelamento, devidamente preenchido com identificação de seu objetivo, do solicitante e do imóvel objeto do pedido.

Art. 116. Para instrução do pedido serão apresentados os seguintes documentos:

I - Título de propriedade ou comprovante de posse;

II - Notificação-recibo do IPTU;

III - Não sendo possível tal verificação por meio de documento de propriedade, será exigida ao solicitante a apresentação de levantamento topográfico que permita a exata localização do lote na quadra.

Art. 117. O Alvará de Alinhamento e Nivelamento será entregue ao requerente juntamente com "croquis" elucidativo dos dados solicitados, devendo ser demarcado no local, por piquetes.

Art. 118. O Alvará de Alinhamento e Nivelamento somente perderá sua validade quando houver alteração do alinhamento ou nivelamento do logradouro, aprovadas por Lei.

Art. 119. A taxa devida a Alinhamento e Nivelamento somente será devida, e cobrada quando da retirada do Alvará de Aprovação, quando o alinhamento e/ou o nivelamento tiverem sido efetivamente demarcados e fornecidos pela Prefeitura Municipal de Forquilha.

**SEÇÃO VII****DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO**

Art. 120. Dependirão obrigatoriamente de Alvará de Autorização:

I - Implantação e/ou utilização de edificação transitória ou equipamento transitório;

II - Implantação e/ou utilização de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;

III - Implantação e/ou utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;

IV - Avanço de tapume sobre parte do passeio público;

V - Utilização temporária de edificação, licenciada para uso diverso do pretendido;

VI - Transporte de terra ou entulho.

Parágrafo único. O pedido de Alvará de Autorização será instruído com peças descritivas e gráficas, e será devidamente avaliado por profissional habilitado quando, a natureza da obra ou serviço assim o exigir, dependendo sua renovação de recolhimento semestral das taxas devidas.

Art. 121. O prazo de validade do Alvará de Autorização e de cada renovação será fixado de conformidade com a sua finalidade.

Art. 122. O Alvará de Autorização poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a Prefeitura Municipal não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.

**SEÇÃO VIII****DO "HABITE-SE" - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA**

Art. 123. Habite-se é o ato administrativo, expedido pela autoridade competente que autoriza o início da utilização, total ou parcial, da construção.

§ 1º O Habite-se parcial compreende a autorização para utilização de partes concluídas da obra em andamento, desde que atendidas às seguintes exigências:

I - Quando as paredes externas estiverem com reboco;

II - Quando a área comum a todos os pavimentos estiver com reboco;

III - Quando o reservatório d'água para abastecimento e reserva

de incêndio estiver concluído;

IV - Quando já possuir elevador em funcionamento, se necessário. § 2º Poderá ainda ser concedido Alvará de Uso Parcial nos seguintes casos:

I - Quando se tratar de edificações com uso misto e houver utilização independente das partes;

II - Quando se tratar de edificação constituída de unidades autônomas e ficarem assegurados o acesso e circulação aos pavimentos e economias;

III - Quando se tratar de edificações construídas no interior de um mesmo lote.

Art. 124. Para a concessão de habite-se, total ou parcial, deverá ser protocolado requerimento em formulário padrão devendo ser apresentado os seguintes documentos:

I - Original ou cópia autenticada alvará de construção;

II - Original ou cópia autenticada dos projetos arquitetônicos;

III - Número de inscrição cadastral do imóvel no Município;

IV - Declaração do responsável pela execução da obra de que a construção está de acordo com o projeto aprovado e em condições de ser habitada;

V - Laudo de vistoria do órgão responsável pela análise dos sistemas de segurança contra incêndio comprovando sua operacionalidade, exceto para edificação unifamiliar.

Art. 125. Poderão ser aceitas pequenas alterações que não descaracterizem o projeto aprovado, nem impliquem em divergência superior a 5% (cinco por cento) entre as metragens lineares e/ou quadradas da edificação, constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada.

Art. 126. O órgão municipal competente deverá, a partir da solicitação de habite-se, proceder à vistoria, emitindo certificado, atestando que a obra encontra-se edificada conforme projeto aprovado.

Art. 127. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida vistoria pelo órgão municipal competente e expedido o Certificado de Conclusão de Obra - o habite-se.

Art. 128. Concluída a obra, o proprietário, juntamente com o responsável técnico, deverá solicitar ao Município, o "habite-se" da edificação, que deverá ser precedido de vistoria pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas neste Código e na legislação estadual e federal.

Art. 129. Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, sendo considerada nestas condições a edificação que:

I - Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;

II - Possuir as instalações previstas em projeto ou com pelo menos um banheiro funcionando a contento;

III - For capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;

IV - Não estiver em desacordo com as disposições deste código e do projeto aprovado;

V - Atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico, quando for o caso;

VI - Tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado (execução do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de esgoto).

Art. 130. Quando se tratar de edificações de interesse social, construídas sob o regime de mutirão ou auto-construção e não pertencente a nenhum programa habitacional será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

I - Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;

II - Não estiver em desacordo com os regulamentos específicos para a área de interesse social a qual pertence a referida edificação;

III - Atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

## TÍTULO V DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

Art. 131. A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado, à boa técnica, às normas técnicas e ao direito de vizinhança, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades e dos logradouros públicos, observados em especial a legislação trabalhista pertinente.

Art. 132. Durante a execução da obra é obrigatório manter em local acessível Alvará de Construção e jogo completo do projeto arquitetônico aprovado.

### CAPÍTULO I CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E PROTEÇÃO ÀS PROPRIEDADES

Art. 133. Durante a execução das obras o profissional responsável deverá pôr em prática todas as medidas necessárias para que as vias e/ou logradouros públicos sejam mantidos em estado permanente de limpeza e conservação, bem como se evitar obstrução do logradouro público ou incômodo para a vizinhança, pela queda de detritos, produção de poeira e ruído excessivos.

§ 1º É proibido executar nas obras qualquer serviço que possa perturbar o sossego dos hospitais, escolas, asilos e congêneres, situados na vizinhança, devendo ser realizados em local distante, sempre que possível, os trabalhos que possam causar perturbação.

§ 2º Nas obras situadas nas proximidades de hospitais, asilos e congêneres e nas vizinhanças de residências, é proibido executar antes das 7:00 (sete) horas e depois das 19:00(dezenove) horas, qualquer trabalho ou serviço que produza ruídos.

Art. 134. Materiais destinados à execução de obras ou delas oriundos, somente poderão ocupar metade da largura do passeio, sendo este espaço delimitado por tapumes e deverá ser garantida a passagem segura de pedestres.

§ 1º Todos os serviços e depósitos de materiais a serem empregados na execução da obra ou dela oriundos deverão estar contidos dentro do terreno da obra ou em terrenos contíguos, autorizados para tanto.

§ 2º Nenhum material poderá permanecer no logradouro público por mais de 24h00 horas (vinte quatro horas), salvo quando as obras forem de muro de alinhamento ou no próprio logradouro, desde que estiverem sendo executadas, devendo a faixa destinada ao tráfego de veículos permanecer desobstruída.

§ 3º A não retirada dos materiais de construção ou do entulho deixados sobre os passeios e logradouros públicos sujeita os infratores às sanções previstas neste Código.

Art. 135. No caso de se verificar a paralisação por mais de 90 dias, a construção deverá:

- I - Ter todos os seus vãos fechados de maneira segura e conveniente;
- II - Ter seus andaimes e tapumes recuados para o alinhamento, quando construídos sobre o passeio.

### SEÇÃO I DOS CANTEIROS DE OBRAS, TAPUMES, PROTEÇÃO AOS TRANSEUNTES E PROPRIEDADES LINDEIRAS

Art. 136. Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas.

Art. 137. Durante a execução da obra é obrigatório que esta esteja:

- I - Isoladas com tapumes ao longo das vias públicas;
- II - Dotadas de proteção para evitar a queda de detritos nos imóveis vizinhos;

III - Adotar providências para a sustentação dos prédios limítrofes e terrenos vizinhos;

IV - Ter a movimentação de materiais e equipamentos, exclusivamente, no espaço delimitado pelas divisas do lote, sendo permitida a carga e descarga pelo sistema de circulação desde que não interrompa de maneira permanente, o trânsito normal de pedestres e veículos.

Parágrafo único. Havendo necessidade de ocupação do sistema de circulação para carga e descarga, deverá ser requerida autorização dos órgãos municipais competentes, que estabelecerá os locais e os horários adequados.

Art. 138. A colocação de tapumes, durante a execução de obras, obedecerá às seguintes condições:

- I - Isolar o canteiro de obras ao longo do sistema de circulação;
- II - Garantir a segurança dos pedestres;
- III - Ter altura mínima de 2,10m (dois metros e dez centímetros);
- IV - Não ocupar mais que 50% (cinquenta por cento) do passeio, deixando livre no mínimo 1,00m (um metro) para a circulação de pedestre.
- V - Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação do alinhamento do logradouro o tapume não poderá ocupar o passeio.

§ 1º Estará dispensada das exigências deste artigo quando se tratar da execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

§ 2º Quando não for possível obedecer à largura mínima, prevista no inciso IV deverá ser disponibilizada, pelo profissional responsável pela execução da obra, passagem segura para o pedestre, na via pública, mediante autorização do órgão responsável pela aprovação de projetos, ouvido o órgão de trânsito local.

§ 3º Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito, e outras instalações de interesse público.

### SEÇÃO II DAS PLATAFORMAS DE SEGURANÇA E VEDAÇÃO EXTERNA DAS OBRAS

Art. 139. Nas obras ou serviços que se desenvolverem a mais de 9,00 m (nove metros) de altura, será obrigatória a execução de:

- I - Plataformas de segurança a cada 8,00m (oito metros) ou 3 (três) pavimentos;
- II - Vedação externa que envolva totalmente a obra.

### SEÇÃO III DAS ESCAVAÇÕES, MOVIMENTO DE TERRA, ARRIMO E DRENAGEM

Art. 140. As escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagem e outros processos de preparação e de contenção do solo, somente poderão ter início após a expedição do devido licenciamento pelos órgãos municipais competentes.

Art. 141. No caso da existência de vegetação de preservação, definida na legislação específica, deverão ser providenciadas as devidas autorizações para a realização das obras junto aos órgãos competentes.

Art. 142. Será obrigatória a apresentação de projeto junto aos órgãos municipais competentes para serviços de bota-fora e áreas de empréstimo em glebas de terra, que deverá emitir o Alvará de Aprovação e o Alvará de Construção.

Art. 143. Antes do início das escavações ou movimentos de terra, deverá ser verificada a existência ou não de tubulações e demais instalações sob o passeio do logradouro público que possam vir a ser comprometidos pelos trabalhos executados.

Art. 144. Toda e qualquer obra executada deverá possuir, em sua área interna, um sistema de contenção contra o carregamento de terras e resíduos, com o objetivo de evitar que estes sejam carregados para galerias de águas pluviais, córregos, rios e lagos,



causando assoreamento e prejuízos ambientais aos mesmos.

Art. 145. Deverão ser protegidas e escoradas construções, muros ou estruturas vizinhas ou existentes no terreno, para que não sejam atingidas pelas escavações, movimentos de terra, rebaixamento de terra ou do lençol d'água. O escoramento deverá ser reforçado e o terreno protegido contra a perda de coesão por desidratação, para evitar desabamento.

Art. 146. As valas e barrancos resultantes de escavações ou movimentos de terra, com desnível superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), deverão ser escorados por tábuas, pranchas ou sistema similar, e apoiados por elementos dispostos e dimensionados conforme exigir o desnível e a natureza do terreno, de acordo com as Normas Técnicas oficiais.

Art. 147. O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosões.

Art. 148. As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos:

I - Atender a porcentagem mínima de permeabilidade estabelecida na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;

II - Construção de reservatório ligado a sistema de drenagem, em casos especiais.

Art. 149. Os passeios e logradouros públicos e eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

Art. 150. O órgão competente poderá exigir dos proprietários a construção, manutenção e contenção do terreno, sempre que for alterado o perfil natural do mesmo pelo proprietário ou seu preposto.

§ 1º Esta medida também será determinada em relação aos muros de arrimo no interior dos terrenos e em suas divisas, quando colocarem em risco as construções existentes no próprio terreno ou nos vizinhos, cabendo a responsabilidade das obras de contenção àquele que alterou a topografia natural.

§ 2º O prazo de início das obras será de 30 (trinta) dias, contado da respectiva notificação, salvo se por motivo de segurança, a juízo do órgão competente, a obra for julgada urgente, situação em que estes prazos poderão ser reduzidos.

#### SEÇÃO IV DAS SONDAGENS

Art. 151. A execução de sondagens em terrenos particulares será realizada de acordo com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 152. Sempre que solicitado pelo órgão competente, deverá ser fornecido o perfil indicativo com o resultado das sondagens executadas.

#### TÍTULO VI DOS COMPONENTES, MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS

Art. 153. Além do atendimento às disposições deste Código, os componentes das edificações deverão atender às especificações constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mesmo quando sua instalação não seja obrigatória por este Código.

Art. 154. O dimensionamento, especificação e emprego dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, garantindo desempenho, no mínimo, similar aos padrões estabelecidos neste Código.

Art. 155. O desempenho obtido pelo emprego de componentes, em especial daqueles ainda não consagrados pelo uso, bem como quando em utilizações diversas das habituais, será de inteira responsabilidade do profissional que os tenha especificado ou adotado.

Art. 156. A Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA poderá desaconselhar o emprego de componentes considerados inadequados, que possam vir a comprometer o desempenho desejável, bem como referendar a utilização daqueles cuja qualidade seja notável.

Art. 157. As edificações deverão observar os princípios básicos de conforto, higiene e salubridade de forma a não transmitir, aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 158. Visando o controle da proliferação de zoonoses, os componentes das edificações, bem como instalações e equipamentos, deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais transmissores de moléstias, conforme disposto no Código de Vigilância Sanitária.

#### CAPÍTULO I DOS COMPONENTES BÁSICOS

Art. 159. Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à função e porte do edifício, de acordo com as normas técnicas, especificados e dimensionados por profissional habilitado, devendo garantir:

I - Segurança ao fogo;

II - Conforto térmico e acústico;

III - Segurança estrutural;

IV - Estanteidade.

Art. 160. Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do solo.

Parágrafo único. O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica, ou através de outro processo estabelecido nas Normas Técnicas.

Art. 161. Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados por meio de laudos técnicos, pareceres ou atestados que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para a sua ocupação.

Art. 162. As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo em hipótese alguma, avançar sob o passeio do logradouro e sob imóveis vizinhos.

Art. 163. No que tange ao cálculo das fundações e estrutura, serão obrigatoriamente considerados:

I - Os efeitos para com as edificações vizinhas;

II - Os bens de valor cultural;

III - Os logradouros públicos;

IV - As instalações de serviços públicos.

Art. 164. As paredes que estiverem em contato direto com o solo deverão ser impermeabilizadas.

Art. 165. As varandas e sacadas acima de 1,00m (um metro) do nível do solo deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra queda, com altura mínima de 1,10 m (um metro e dez centímetros) resistente a impactos e pressão.

Parágrafo único. Se o guarda-corpo for vazado, deverá assegurar condições de segurança contra transposição de esfera com diâmetro superior a 15,00 cm (quinze centímetros).

Art. 166. Quando a edificação estiver junto à divisa, ou com afastamento desta até 25,00 cm (vinte e cinco centímetros), deverá obrigatoriamente possuir platibanda.

Art. 167. As edificações que possuírem beiral, com caimento no sentido da divisa, e cujo afastamento desta seja inferior a 75,00 cm (setenta e cinco centímetros), deverão possuir calhas.

Art. 168. A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma e a parede divisória deverá propiciar total separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

## CAPÍTULO II DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 169. A execução de instalações prediais, tais como, as de água potável, águas pluviais, esgoto, energia elétrica, pára-raios, telefone, gás e disposição de resíduos sólidos, deverão ser projetados, calculados e executados, visando à segurança, higiene e conforto dos usuários, de acordo com as disposições deste Código e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT vigentes.

Art. 170. Todas as instalações e equipamentos exigem responsável técnico legalmente habilitado, no que se refere ao projeto, instalação, manutenção e conservação.

### SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Art. 171. Os terrenos, ao receberem edificações, deverão ser convenientemente preparados para escoamento das águas pluviais e de infiltração com adoção de medidas de controle da erosão.

Art. 172. Não será permitido o despejo de águas pluviais ou servidas, inclusive daquelas provenientes do funcionamento de equipamentos, sobre as calçadas e os imóveis vizinhos, devendo as mesmas ser conduzidas por canalização sob o passeio à rede coletora ou coletiva, de acordo com as normas emanadas do órgão municipal competente.

Art. 173. Não serão admitidas construções sobre valas, redes pluviais; redes que conduzam cabos ou tubulações de terrenos vizinhos ou outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública.

Art. 174. Somente o Município poderá autorizar ou promover a eliminação ou canalização de redes pluviais bem como a alteração do curso das águas.

Art. 175. Todas as edificações ou atividades que gerem efluentes sanitários, industriais, infectantes ou contaminantes deverão possuir tratamento adequado às suas características específicas, em atendimento a legislação ambiental.

§ 1º Onde existir rede de coleta de esgoto, as edificações ficam obrigadas a se conectarem à rede e desativarem a fossa séptica e o sumidouro.

§ 2º Em áreas não atendidas por rede de coleta de esgoto, nas edificações que possuam fossa séptica, o proprietário fica obrigado instalar filtro anaeróbio e sumidouro, bem como a efetuar manutenções periódicas e manter sinalizada a sua localização no lote.

§ 3º As águas provenientes das pias de cozinha e copas deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem esgotadas.

Art. 176. É obrigatória a ligação da rede domiciliar à rede geral de água quando esta existir na via pública onde se situa a edificação.

Art. 177. Toda edificação deverá dispor de reservatório elevado de água potável com volume mínimo de 500 l (quinhentos litros) deverá seguir as normas de acordo com as determinações da NBR 5626.

Art. 178. Todo imóvel está sujeito à fiscalização relativa aos efluentes hídricos, ficando assegurado o acesso dos fiscais.

### SEÇÃO II DA PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

Art. 179. As edificações que se enquadram nas exigências das normas técnicas de prevenção de incêndios, segundo sua ocupação, uso e carga de incêndio, deverão dispor de sistema de proteção contra incêndio, alarme e condições de evacuação, sob comando ou automático.

Art. 180. Em benefício da segurança pública, nos edifícios já existentes, em que se verifique a necessidade de adequações, estas serão exigidas pelo órgão competente, atendendo a legislação específica.

### SEÇÃO III DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 181. As edificações deverão ter suas instalações elétricas executadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentos de instalações da concessionária de energia elétrica local.

### SEÇÃO IV DAS INSTALAÇÕES PARA ANTENAS

Art. 182. Visando a garantir a proteção da saúde e do meio ambiente a instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e de outras radiações eletromagnéticas estão sujeitas à legislação federal pertinente e às regulamentações deste código.

Art. 183. A construção e instalação de antenas de que trata o artigo anterior deverá ser autorizada pelo Órgão Municipal responsável em conjunto com outros órgãos municipal competentes, sem prejuízo das exigências de normas federais, mediante o pagamento de taxa respectiva, (observada a Lei Federal 11.934/2009, a Resolução ANATEL 303/2002 ou outras normas que as venham alterar).

§ 1º A autorização inicial será em caráter provisório, onde serão considerados os cálculos de radiação previstos na RESOLUÇÃO ANATEL 303/2002, em especial as Tabela VII e VIII que apresenta cálculo de distâncias mínimas das antenas para atendimento aos limites de exposição da população.

§ 2º É proibida a instalação de antenas localizada a menos de 50,00 m (cinquenta metros) de hospitais, clínicas, escolas, creches e asilos. (área critica conforme resolução ANATEL 303/02).

§ 3º É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição em lei federal, e sujeito ao órgão regulador federal.

Art. 184. Nas edificações residenciais multifamiliares é obrigatória a instalação de tubulação para antenas de televisão em cada unidade autônoma.

### SEÇÃO V DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 185. A instalação de equipamentos de rede telefônica nas edificações obedecerá à norma NBR 5410, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e os regulamentos da concessionária local.

### SEÇÃO VI DO CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 186. A instalação de renovação e condicionamento de ar deverá obedecer às normas da ABNT.

Art. 187. Nas edificações que requeiram o fechamento das aberturas para o exterior, os compartimentos deverão ser providos de equipamento de renovação de ar ou de ar condicionado, conforme estabelecido nas normas técnicas vigentes, devendo:

I - A temperatura resultante no interior dos compartimentos deverá ser compatível com as atividades desenvolvidas;

II - O equipamento deverá funcionar ininterruptamente durante o período de atividades do local, mesmo durante intervalos, de modo a garantir permanentemente as condições de temperatura e qualidade do ar;

III - Atender a legislação específica quanto à geração de ruídos. Parágrafo único. Quando em edificações no alinhamento, a instalação dos aparelhos deverá ter altura mínima de 2,20m(dois metros e vinte centímetros), em relação ao nível do passeio, devendo ser prevista tubulação para recolhimento das águas condensadas.

### SEÇÃO VII DA INSONORIZAÇÃO

Art. 188. As edificações que ultrapassem os níveis máximos de



intensidade definidos pela NBR 10151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem-estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza.

Art. 189. As instalações e equipamentos causadores de ruídos, vibrações ou choques deverão possuir sistemas de segurança adequados, para prevenir a saúde do trabalhador, usuários ou incômodo à vizinhança.

## SEÇÃO VIII

### DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA - PÁRA RAIOS

Art. 190. É obrigatória a instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, estritamente de acordo com a NBR 5419 da Associação Brasileira de Normas Técnicas e de acordo com exigências do Corpo de Bombeiros.

I - Todas as edificações, exceto nas edificações residenciais com área total construída inferior a 400,00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados) e com altura inferior a 8,00m (oito metros);

II - Edificações de caráter temporário, tais como: circos, parques de diversões e congêneres.

Art. 191. Deverá ser realizada anualmente a manutenção do sistema, devendo o proprietário apresentar laudo técnico, emitido por profissional ou empresa legalmente habilitado, sempre que solicitado pelo órgão competente.

Art. 192. Os Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas poderão ser fiscalizados pelo órgão competente, quando este julgar necessário.

Art. 193. As áreas abertas, onde possa ocorrer concentração de público, deverão ser devidamente sinalizadas, de forma a orientar o público quanto às medidas a serem adotadas, no caso de risco de descarga atmosférica.

Art. 194. É obrigatória a substituição dos sistemas que utilizem materiais radioativos ou que se tenham tornado radioativos, em função do tempo de utilização ou devido à quantidade de descargas atmosféricas absorvidas.

Art. 195. Para remoção, substituição, transporte e disposição final dos pára-raios radioativos, deverão ser obedecidos os procedimentos estabelecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

## SEÇÃO IX

### DA INSTALAÇÃO DE GÁS

Art. 196. Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo as normas técnicas vigentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 197. O armazenamento de recipientes de gás deverá estar fora das edificações, em ambiente exclusivo, dotado de aberturas para ventilação permanente.

Art. 198. É obrigatória a construção de chaminés de descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

## SEÇÃO X

### DO ABRIGO PARA GUARDA DE LIXO

Art. 199. O depósito de recolhimento de resíduos deve ser apropriado e estar localizado, no máximo, a 2,00 m (dois metros) do alinhamento oficial da via pública devendo:

I - Ter seu acesso pela via pública;

II - Ser fechado quando o uso for Residencial Multifamiliar e Não Residencial;

Parágrafo único. No uso Residencial Multifamiliar quando as unidades habitacionais possuírem acessos independentes para a via pública o depósito para recolhimento de resíduos poderá ser aberto.

Art. 200. As edificações destinadas a hospitais, farmácias, clínicas

médicas ou veterinárias e assemelhados deverão ser providas de instalação especial para coleta e eliminação de lixo séptico, de acordo com as normas emanadas do órgão competente, distinguindo-se da coleta pública de lixo comum.

Art. 201. É proibida a instalação de tubo de queda para a coleta de resíduos sólidos urbanos.

Parágrafo único. Os tubos de queda para a coleta de resíduos já existentes deverão ser lacrados.

Art. 202. Serão adotadas medidas especiais para a remoção dos resíduos sólidos, tendo em vista sua natureza e o volume, conforme as normas estabelecidas pelo Código de Vigilância Sanitária e órgão competente.

## SEÇÃO XI

### DOS EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

Art. 203. Qualquer edificação que possua circulação vertical de uso comum superior a 12 metros de altura ou com mais de 04 pavimentos, incluindo subsolo, deverá ser provida de elevadores.

Art. 204. Todo equipamento mecânico, independentemente de sua posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos, ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 205. Qualquer equipamento mecânico de transporte vertical não poderá se constituir no único meio de circulação e acesso às edificações.

Art. 206. Só serão permitidas as instalações mecânicas, tais como, elevadores, escadas rolantes, planos inclinados, caminhos aéreos ou quaisquer outros aparelhos de transporte, para uso particular, comercial ou industrial, quando executada por empresa especializada, com profissional legalmente habilitado e devidamente licenciado pelo órgão competente.

Art. 207. Todos os projetos e detalhes construtivos das instalações deverão ser assinados pelo representante da empresa especializada em instalação e pelo profissional responsável técnico da mesma.

Parágrafo único. Os projetos e detalhes construtivos devem ficar arquivados no local da instalação e com o proprietário ao menos uma cópia, a qual deverá ser apresentada ao Município, quando solicitado pelo órgão competente.

Art. 208. O projeto, a instalação e a manutenção dos elevadores e das escadas rolantes deverão obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as NBRs 9.077 e 13.994.

Art. 209. As escadas rolantes são consideradas como aparelhos de transporte vertical, porém sua existência não será levada em conta para o efeito do cálculo do escoamento das pessoas da edificação, nem para o cálculo da largura mínima das escadas fixas.

Art. 210. Os patamares de acesso sejam de entrada ou saída, deverão ter quaisquer de suas dimensões, no plano horizontal, acima de três vezes a largura da escada rolante, com o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 211. É obrigatória a inspeção periódica e expedição de um relatório anual dos equipamentos das instalações mecânicas pela Empresa de manutenção, assinado por profissional responsável.

Art. 212. O Relatório de Inspeção deverá permanecer em poder do proprietário da instalação, para pronta exibição à fiscalização municipal.

## TÍTULO VII

### DAS NORMAS ESPECÍFICAS

#### CAPÍTULO I

#### DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

##### SEÇÃO I

##### DOS MUROS, CERCAS E GRADES

Art. 213. Os muros, muretas, floreiras, cercas vivas ou assemelhados são elementos que definem o alinhamento predial do imóvel e

consideradas vedações.

Art. 214. A edificação do muro deverá obedecer ao alinhamento predial, bem como as medidas correspondentes das divisas da propriedade.

§ 1º A demarcação do alinhamento do lote será feita pela Prefeitura, mediante requerimento do interessado junto ao órgão municipal competente e pagamento da respectiva taxa de expediente; § 2º A demarcação do alinhamento predial bem como as medidas correspondentes as suas divisas deverão ter a aprovação do Município e de um Responsável técnico devidamente cadastrado e com a sua ART.

§ 3º Os muros das divisas com vias públicas deverão ter no máximo 1,20m (um metro e vinte centímetros) de elemento construtivo que vede a visão, sendo o restante podendo ser construído com elementos que permitam a visibilidade até o máximo de 3,00m (três metros) de altura.

§ 4º Os muros, cercas e grades estabelecidos nos recuos frontais também deverão seguir o estabelecido no Parágrafo anterior, sendo permitido a construção de muros nos afastamentos das divisas até 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de altura com elementos que impeçam a visão e até 3,00m de altura máxima com elementos que permitam a visibilidade.

§ 5º As grades poderão ter altura máxima de 3,00m (três metros).

§ 6º Casos especiais pertinentes poderão ser analisados e definidos parâmetros especiais divergentes deste artigo pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

Art. 215. É permitida a instalação de cercas energizadas nos muros ou gradis, com finalidade de proteção de edificações em geral, condicionada ao licenciamento do órgão municipal competente, e em conformidade com normas técnicas Brasileiras e Normas Técnicas Internacionais editadas pela IEC (International Electrotechnical Commission) que regem a matéria.

§ 1º A instalação deverá respeitar a altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) em relação ao solo, medidos na situação mais desfavorável.

§ 2º A instalação da cerca energizada deverá ser efetuada por responsável técnico habilitado e possuir registro no CREA, responsabilizando-se pela perfeita aplicação das normas de projeto e execução, assumindo total responsabilidade pela qualidade dos equipamentos e materiais utilizados.

§ 3º O proprietário e o profissional e /ou empresa serão responsabilizados penal e civilmente por todos os danos ou ocorrência que possam advir da incorreta instalação da ofendícula.

§ 4º Fica obrigatória a instalação, a cada 5,00m (cinco metros) de cerca energizada, de placas de advertência.

§ 5º Deverão ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção.

Art. 216. Entre propriedades urbanas e rurais serão comuns os muros e cercas divisórias devendo os proprietários dos imóveis confinantes dividir proporcionalmente as despesas de sua construção e conservação, na forma do Artigo 1297 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

Art. 217. Os terrenos da zona urbana poderão ser fechados com muros rebocados e caiados, ou ainda ser utilizados gradis ou cerca de tela de arame liso.

Art. 218. Para os terrenos rurais deverão ser usados, salvo acordo expresso entre os proprietários:

I - Cercas de arame farpado com três fios no mínimo de 1,40m (um metro e quarenta centímetros) de altura;

II - Cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes;

III - Telas de fios metálicos com altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 219. Nos terrenos de esquina as vedações situadas no alinhamento do logradouro público deverão ter o canto chanfrado de 3,00m (três metros) em cada testada, a partir do ponto de encontro das duas testadas, ou de acordo com o projeto do loteamento se já previsto o chanfro no lote de esquina.

## SEÇÃO II

### DAS FACHADAS E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS EM BALANÇO

Art. 220. A composição das fachadas deve garantir as condições térmicas, luminosas e acústicas internas presentes neste Código.

Art. 221. Os elementos construtivos em balanço tais como marquises, varandas, brises, saliências ou platibandas, deverão adaptar-se às condições dos logradouros, quanto à sinalização, posteamento, tráfego de pedestres e veículos, arborização, sombreamento e redes de infraestrutura, exceto em condições excepcionais e mediante autorização do órgão municipal competente.

Art. 222. As saliências para contorno de aparelhos de ar condicionado poderão alcançar o limite máximo de 0,70m (setenta centímetros), desde que sejam individuais para cada aparelho, possuam largura e altura não superiores a 1,00m (um metro) e mantenham afastamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

Parágrafo único. Será tolerado nos afastamentos as saliências e demais equipamentos que se fizerem necessários a obra ou atividade, desde que os mesmos estejam a uma altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) do solo, medidos até a parte mais baixa da saliência e/ou equipamento.

Art. 223. Os beirais deverão ser construídos de maneira a não permitirem o lançamento das águas pluviais sobre o terreno vizinho ou o logradouro público.

Art. 224. Serão permitidos as projeções de jardineiras, saliências, quebra-sóis, beirais, e elementos decorativos sobre os afastamentos, com no máximo 0,50m (cinquenta centímetros) de profundidade.

## SUBSEÇÃO I

### DAS MARQUISES

Art. 225. A construção de marquises na testada dos edifícios deverá obedecer às seguintes condições:

I - Para construções no alinhamento predial, não exceder a largura dos passeios menos 0,50m (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,00m (dois metros); II - Para construções situadas em locais em que a lei de uso e ocupação do solo urbano e municipal exija recuo do alinhamento predial, a marquise não poderá exceder 1,20m (um metro e vinte centímetros), sobre a faixa de recuo;

III - Não apresentar em qualquer de seus elementos, inclusive babinelas, altura inferior a cota de 3,00m (três metros), referida ao nível do passeio;

IV - Ter, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício, junto a qual deverá ser disposta a calha, provida de condutor para coletar e encaminhar as águas, sob o passeio, à sarjeta do logradouro;

V - É vedado o emprego de material sujeito a estilhaçamento;

VI - Deverá ser construída em material incombustível, de boa qualidade, com tratamento harmônico com a paisagem urbana e ser mantida em perfeito estado de conservação.

## SUBSEÇÃO II

### DAS SACADAS

Art. 226. As sacadas em balanço a serem construídas nos recuos frontais, e afastamentos laterais e de fundo, deverão obedecer às seguintes condições:

I - Ter altura livre mínima de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) entre o pavimento em balanço e o piso;

II - O balanço máximo igual a 1/3 (um terço) dos recuos frontal ou lateral, obedecendo ao critério de que o afastamento das divisas deverá ser de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - As sacadas poderão ter fechamento com material translúcido.

## SUBSEÇÃO III

**DAS PÉRGULAS**

Art. 227. As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote, desde que:

I - Localizem-se sobre aberturas de iluminação, ventilação e insolação de compartimentos;

II - Tenham parte vazada, uniformemente distribuída em no mínimo 70% (setenta por cento) da área de sua projeção horizontal;

III - A parte vazada não tenha qualquer dimensão inferior a uma vez a altura de nervura;

IV - Somente 10% (dez por cento) da extensão do pavimento de sua projeção horizontal sejam ocupadas por colunas de sustentação.

Art. 228. As pérgulas que não atenderem o artigo anterior, serão consideradas como áreas cobertas para efeito dos parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 229. É vedada a colocação de quaisquer elementos móveis nas fachadas, marquises ou aberturas das edificações, no alinhamento predial ou a partir do mesmo, tais como: vasos, arranjos, esculturas e congêneres.

Art. 230. É proibida a colocação de vitrines e mostruários nas paredes externas das edificações avançando sobre o alinhamento predial ou limite do recuo obrigatório.

**SUBSEÇÃO IV  
DOS TOLDOS**

Art. 231. Para a instalação de toldos no térreo das edificações no alinhamento predial, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - Não exceder a largura dos passeios menos 50,00 m (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,00 m (dois metros)

II - Não apresentar quaisquer de seus elementos com altura inferior a cota de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), referida ao nível do passeio;

III - Não prejudicarem a arborização e iluminação pública e não ocultarem placas de nomenclatura de logradouros;

IV - Não receberem das cabeceiras laterais quaisquer vedação fixa ou móvel;

V - Serem confeccionadas em material de boa qualidade e acabamento, harmônicos com a paisagem urbana;

VI - Não serão permitidos apoios sobre o passeio.

Art. 232. Os toldos instalados no térreo de construções recuadas do alinhamento predial deverão atender as seguintes condições:

I - Altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), a contar do nível do piso;

II - O escoamento das águas pluviais deverá ter destino apropriado no interior do lote;

III - A área coberta máxima deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da área de recuo frontal;

IV - Deverá ser confeccionado com material de boa qualidade e acabamento.

Art. 233. Os toldos quando instalados nos pavimentos superiores, não poderão ter balanço superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 234. Quando se tratar de imóvel de valor cultural, deverá ser ouvido o órgão competente.

Art. 235. É de responsabilidade do proprietário do imóvel garantir as condições de segurança na instalação, manutenção e conservação dos toldos.

**SEÇÃO III  
DAS CHAMINÉS E TORRES**

Art. 236. As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que o fumo, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes.

§ 1º As chaminés de lareiras, churrasqueiras e coifas deverão ultrapassar o ponto mais alto da cobertura no mínimo 0,50m (cinquenta centímetros).

§ 2º A altura das chaminés industriais não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros) do ponto mais alto das edificações num raio de 50,00m (cinquenta metros).

§ 3º As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento mínimo das divisas de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 4º Se a chaminé ou torre ultrapassar a 10,00 m (dez metros) de altura, observar-se-á afastamento de 1/5 (um quinto) de sua altura.

§ 5º As fábricas/ indústrias e oficinas instaladas antes da vigência desta lei deverão se adequar às presentes normas, e sempre que se construir alguma edificação mais alta do que a chaminé existente, esta deverá ser aumentada.

Art. 237. A qualquer momento o Município poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumívoros ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica.

Art. 238. Para a instalação de torres em estrutura metálica deverá ser solicitada prévia autorização, condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento de propriedade;

II - Planta da quadra do imóvel;

III - Certidão negativa de tributos;

IV - Laudo técnico quanto à estabilidade;

V - Anuência da aeronáutica quanto à altura e interferência nos equipamentos de rádio-navegação;

VI - Pára-raios;

VII - Anotação de responsabilidade técnica (ART);

VIII - Representação da implantação da torre no terreno e corte esquemático com as devidas dimensões, bem como do equipamento de apoio, em escala adequada a boa interpretação.

Art. 239. Para a implantação das torres, as fundações deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, bem como qualquer ponto de sua estrutura ou equipamentos acoplados, qualquer que seja o seu tipo, não podendo, em hipótese alguma, avançar sob ou sobre o passeio do logradouro ou imóveis vizinhos.

Art. 240. Para os casos em que houver necessidade de edificação para utilização de equipamento de apoio, a mesma deverá receber previamente Alvará de Construção e/ ou regularização, se for o caso, ou apresentar projeto aprovado.

**SEÇÃO IV  
DOS JIRAUS E PASSARELAS**

Art. 241. É permitida a construção de jiraus ou passarelas em compartimentos que tenham pé-direito mínimo de 4,00 m (quatro metros) desde que o espaço aproveitável com essa construção fique em boas condições de iluminação e não resulte em prejuízo para as condições de ventilação e iluminação de compartimentos onde essa construção for executada.

Art. 242. Os jiraus ou passarelas deverão ser construídos de maneira a atenderem às seguintes condições:

I - Permitir passagem livre por baixo, com altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros);

II - Ter guarda-corpo;

III - Ter escada fixa de acesso.

Art. 243. Quando os jiraus ou passarelas forem colocados em lugares frequentados pelo público, a escada será disposta de maneira a não prejudicar a circulação do respectivo compartimento, atendendo às demais condições que lhe forem aplicáveis.

Art. 244. Não será concedida licença para construção de jiraus ou passarelas sem que seja apresentada, além das plantas correspondentes à construção dos mesmos, o detalhamento do compartimento onde estes devam ser construídos, acompanhados de informações completas sobre o fim a que se destinam.

Art. 245. Não será permitida a construção de jiraus ou passarelas



que cubram mais de 1/3 (um terço) da área do compartimento em que forem instalados.

Art. 246. Não será permitida a construção de jiraus ou passarelas, em compartimentos destinados a dormitórios em prédios de habitação.

Art. 247. Não será permitido o fechamento de jiraus ou galerias com paredes ou divisões de qualquer espécie.

#### SEÇÃO V DOS SÓTÃOS

Art. 248. Os compartimentos situados nos sótãos que tenham pé-direito médio de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) poderão ser destinados a permanência prolongada, com mínimo de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados), desde que sejam obedecidos os requisitos mínimos de ventilação e iluminação.

#### SEÇÃO VI DAS PORTARIAS, GUARITAS E ABRIGOS

Art. 249. Portarias, guaritas e abrigos para guarda, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizados na faixa de recuo mínimo obrigatório, desde que não ultrapassem 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

Art. 250. As bilheterias, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizadas nas faixas de recuo mínimo obrigatório, não ultrapassando 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), desde que a área de espera não interfira no acesso de pedestres ou na faixa de circulação de veículos, tampouco no passeio público.

Art. 251. Quando solicitado pelo Município, estas edificações deverão ser removidas sem qualquer ônus para o mesmo.

#### CAPÍTULO II DA CIRCULAÇÃO E SISTEMAS DE SEGURANÇA

Art. 252. As exigências constantes deste Código, relativas às disposições construtivas da edificação e a instalação de equipamentos considerados essenciais à circulação e à segurança de seus ocupantes, visam, em especial, permitir a evacuação da totalidade da população em período de tempo previsível e com as garantias necessárias de segurança, na hipótese de risco.

Art. 253. Considera-se Sistema de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio, o conjunto de instalações, equipamentos e procedimentos que entram em ação no momento em que ocorre uma situação de emergência, proporcionando nível adequado de segurança aos ocupantes de uma edificação.

Art. 254. Nos edifícios serão adotadas para as saídas de emergência as normas técnicas vigentes e para a segurança contra incêndio e pânico a legislação estadual pertinente.

Art. 255. Estas disposições aplicam-se a todas as edificações por ocasião da construção, da reforma ou ampliação, regularização e mudanças de ocupação já existentes.

Art. 256. Ficam dispensadas das exigências destas especificações, as edificações destinadas a residências unifamiliares.

Art. 257. As especificações para instalações dos Sistemas de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio deverão ser dimensionadas e executadas de acordo com as normas técnicas oficiais e legislações estadual e federal específicas, especialmente a NBR 9.077.

Art. 258. As edificações existentes, que não atenderem aos requisitos mínimos de segurança, deverão ser adaptadas nas condições e prazos estabelecidos por ato do Executivo.

Art. 259. Os corredores, áreas de circulação, acessos, rampas, escadas e guarda-corpos deverão obedecer aos parâmetros definidos pela NBR 9077, da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Parágrafo único. As rampas e escadas externas à edificação deverão ser executadas atendendo ao alinhamento oficial da via.

#### CAPÍTULO III

#### DA INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 260. Para efeito deste Código, os compartimentos são classificados em:

I - Grupo A - aqueles compartimentos destinados a repouso, estar, refeição, estudo, trabalho, reunião, prática de exercício físico ou esporte;

II - Grupo B - os compartimentos destinados a:

a) Depósitos em geral, com área superior a 2,50 m<sup>2</sup> (dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

b) Cozinhas, copas e áreas de serviço;

c) Salas de espera, com área inferior a 7,50 m<sup>2</sup> (sete metros e cinquenta decímetros quadrados).

III - Grupo C - os compartimentos destinados a:

a) Depósitos em geral, com área igual ou inferior a 2,50 m<sup>2</sup> (dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

b) Instalações sanitárias, vestiários, áreas de circulação em geral e garagens;

c) Todo e qualquer compartimento que, pela natureza da atividade ali exercida, deva dispor de meios mecânicos e artificiais de ventilação e iluminação.

IV - Grupo D - os compartimentos destinados a abrigar equipamentos.

Parágrafo único. Salvo casos expressos, todos os compartimentos deverão ter vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior, devendo atender as seguintes condições:

I - Para efeito de ventilação, será exigido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da abertura iluminante;

II - Não serão considerados ventilados os compartimentos cuja profundidade, a partir da abertura iluminante for maior que 3 (três) vezes o seu pé direito;

III - Não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas do lote, bem como a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

IV - As aberturas de compartimentos de permanência prolongada, quando confrontantes com economias distintas, não poderão ter, entre elas, distância inferior a 3,00m (três metros) embora sejam da mesma edificação;

V - Em nenhum caso a área dos vãos poderá ser inferior a 0,40m<sup>2</sup> (quarenta centímetros quadrados).

Art. 261. As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de produtos químicos deverão ter aberturas de iluminação e ventilação dos compartimentos da linha de produção dotados de proteção.

Art. 262. As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalentes a, pelo menos, um terço de sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e a permitir a iluminação natural mesmo quando fechadas.

Parágrafo único. Sempre que possível utilizar ventilação cruzada.

Art. 263. Para os compartimentos de utilização prolongada, destinados ao trabalho, ficam permitidas a iluminação artificial e ventilação mecânica, mediante projeto específico que garanta a eficácia do sistema para as funções a que se destina o compartimento.

Parágrafo único. Poderá ser construído poço de iluminação como aberturas de janelas, desde que respeitado afastamento mínimo de 1,50 m (hum metro e meio) das laterais.

#### SEÇÃO I DOS DUTOS

Art. 264. Os compartimentos dos Grupos C e D que não utilizarem ventilação e iluminação naturais deverão ter sua ventilação proporcionada por dutos de exaustão vertical ou horizontal, visitáveis e abertos diretamente para o exterior, ou por meios mecânicos.

Art. 265. O duto de exaustão vertical deverá ter:

I - Área mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado);

II - Seção transversal capaz de conter um círculo de 60,00 cm

(sessenta centímetros) de diâmetro.

III - O duto de exaustão horizontal deverá ter:

IV - Área mínima de 50,00 dm<sup>2</sup> (cinquenta decímetros quadrados), observada a dimensão mínima de 25,00 cm (vinte e cinco centímetros);

V - Comprimento máximo de 5,00 m (cinco metros) quando houver uma única comunicação para o exterior;

VI - Comprimento máximo de 18,00 m (dezoito metros) quando possibilitar ventilação cruzada, pela existência de comunicações diretas para o exterior.

Art. 266. Os meios mecânicos deverão ser dimensionados de forma a garantir a renovação do ar, de acordo com as normas técnicas vigentes, salvo exigência maior fixada por legislação específica.

## SEÇÃO II DOS PÁTIOS

Art. 267. Todos os compartimentos dos Grupos A e B deverão ter ventilação direta para logradouros públicos ou para pátios de iluminação e ventilação, devendo satisfazer as seguintes condições:

I - Ser de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), o afastamento de qualquer vão à face da parede e fique oposta, afastamento este medido sobre a perpendicular traçada no plano horizontal;

II - Permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de, no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - Permitir a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo, cujo diâmetro em metros, será calculado pela fórmula:  $d = h/6 + 1,20$ , onde "h" é a distância em metros do forro do último pavimento que deve ser servido pela área, até o piso do pavimento térreo, excluindo-se do cálculo os pavimentos intermediário.

## CAPÍTULO IV DA ABERTURA DE PORTAS E JANELAS

Art. 268. As portas ou janelas terão sua abertura dimensionada em função da destinação do compartimento a que servirem e deverão proporcionar nos casos exigidos resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamentos acústicos, estabilidade e impermeabilidade.

§ 1º As portas terão altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros).

§ 2º As portas de acesso às economias e aos compartimentos terão largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros).

§ 3º As portas de acesso aos dormitórios terão largura mínima de 0,70m (setenta centímetros).

§ 4º As portas secundárias e de banheiros terão largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros).

Art. 269. Os portões, portas e janelas situadas no plano de piso térreo não poderão abrir sobre as calçadas.

Art. 270. Com a finalidade de assegurar a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas, as portas situadas nas áreas comuns de circulação, bem como as de ingresso à edificação e às unidades autônomas, terão largura livre mínima de 0,80m (oitenta centímetros).

Art. 271. Em edificações de uso coletivo, as alturas para acionamento de maçaneta de porta e outras medidas recomendadas para pessoas portadoras de deficiência física deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050.

Art. 272. As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar uso residencial multifamiliar, atividades de comércio e serviço deverão contar com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para edificações com até 4 (quatro) pavimentos e 1,40m (um metro e quarenta centímetros) quando tiver mais de 4 (quatro) pavimentos.

Parágrafo único. Quando o acesso for para galerias comerciais,

a largura mínima será de 90% (noventa por cento) do vão da galeria.

Art. 273. As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de indústrias, fábricas, depósitos e oficinas, além das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deverão ser dimensionadas em função da atividade desenvolvida, correspondendo a 0,01m (hum centímetro) por operário, sempre respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros), e abrindo no sentido de escoamento de saída.

Art. 274. Quando de acesso a locais de reunião, a largura total deverá corresponder a 0,01m (hum centímetro) por pessoa da lotação prevista para o compartimento, respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros), abrindo no sentido de escoamento de saída.

Art. 275. As aberturas para ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos A e B, poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,60m<sup>2</sup> (sessenta centímetros quadrados).

Art. 276. A metade da área necessária à iluminação deverá ser destinada à ventilação do compartimento.

Art. 277. Os compartimentos classificados nos Grupos A e B poderão apresentar, no máximo, a partir do plano de iluminação, profundidade igual a 3 (três) vezes sua largura mínima.

Art. 278. As aberturas para ventilação dos compartimentos classificados no Grupo C poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/15 (um quinze avos) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,25m<sup>2</sup> (vinte e cinco centímetros quadrados).

Art. 279. É obrigatória a ventilação de garagens fechadas.

Art. 280. A ventilação e iluminação de qualquer compartimento poderão ser feitas através de varandas.

Art. 281. A ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos B e C poderão ser feitas através de outro compartimento.

Art. 282. As instalações sanitárias não poderão ser ventiladas através de compartimentos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, e de compartimentos classificados no grupo A.

Art. 283. Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas para o exterior, atendendo às normas técnicas vigentes.

Art. 284. Em observância ao disposto no Código Civil, nenhuma abertura voltada para a divisa do lote poderá ter qualquer de seus pontos situados a menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) dessa, ressalvadas as aberturas voltadas para o alinhamento dos logradouros públicos.

## CAPÍTULO V DAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO E ESCADAS

Art. 285. As áreas de circulação deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

I - Quando de utilização privativa de uma unidade autônoma, deverão possuir largura mínima de 0,90m (noventa centímetros), até o máximo de 3,00m (três metros) de comprimento. Para cada metro, ou fração deste, acrescido neste comprimento, implicará uma ampliação de 0,05m (cinco centímetros) em sua largura;

II - Quando de uso residencial multi familiar, comercial ou de serviço, a largura mínima será de 1,20m (um metro e vinte centímetros) se atenderem até quatro economias e acima deste número, a largura mínima será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

III - Quando em galerias comerciais, a largura será de 1/12 (um doze avos) do comprimento, observando o mínimo de 3,00m (três metros);

IV - Quando em indústrias, fábricas, depósitos e oficinas, a largura total deverá corresponder a 1,00 cm (um centímetro) por operário, respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros);



V - Quando em locais de reunião, a largura total deverá corresponder a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para o compartimento, respeitado o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

VI - O espaço de acesso às portas dos elevadores deverá ter dimensão mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), quando se tratar de elevadores situados em linha, ou 3,00 m (três metros), quando se tratar de elevadores situados frente a frente, sendo esta dimensão medida perpendicularmente ao plano das portas.

Art. 286. As escadas terão largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) e oferecerão passagem com altura mínima de 2,10m (dois metros e dez centímetros), salvo o disposto nos parágrafos seguintes.

Parágrafo único. Quando de uso residencial multi familiar, comercial, de serviço ou em locais de reunião, as escadas deverão obedecer às seguintes exigências:

I - Ter largura mínima de 1,60m (um metro e cinquenta centímetros) para as galerias comerciais e os locais de reunião de público;

II - Ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para as escadas de edificações com até 12 (doze) unidades autônomas

III - Ter largura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros) para as escadas de edificações com mais de 12 (doze) unidades autônomas e nunca inferiores às portas e circulações;

IV - Ter um patamar intermediário com no mínimo 1,00m (um metro) de profundidade, quando o desnível a ser vencido for maior que 3,20m (três metros e vinte centímetros) de altura;

V - Ser de material incombustível, quando atender a mais de dois pavimentos;

VI - Os lances das escadas serão retilíneos, não se permitindo degraus dispostos em leque, salvo quando se tratar de escadas de uso secundário ou eventual.

Parágrafo único. As situações não previstas neste Capítulo deverão obedecer ao disposto no Anexo 3 Tabela - Dimensões mínimas dos cômodos dos edifícios de habitação coletiva (partes comuns).

## CAPÍTULO VI DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 287. Para efeito da presente Lei, as edificações residenciais classificam-se em:

I - Unifamiliares;

II - Multifamiliares;

III - Coletivas.

§ 1º As edificações residenciais multifamiliares, de acordo com o tempo de utilização de suas unidades, serão:

I - Permanentes:

a) Edifícios de apartamentos;

b) Habitações geminadas.

II - Transitórias:

c) Hotéis;

d) Motéis.

§ 2º As edificações residenciais coletivas são os internatos, pensionatos, asilos e congêneres.

Art. 288. Os compartimentos, em função de sua utilização, classificam-se:

I - Compartimentos de permanência prolongada;

II - Compartimentos de utilização transitória.

§ 1º São compartimentos de permanência prolongada os dormitórios, salas de jantar, de estar, de lazer, de costura, de estudos, gabinetes de trabalho.

§ 2º São compartimentos de utilização transitória as copas, cozinhas, vestibulos, circulações, caixas de escada, banheiros, lavabos, vestiários, despensas, áreas de serviço, garagens, depósitos, lavanderias residenciais e todo compartimento de instalações especiais com acesso restrito, em tempo reduzido.

§ 3º Os casos omissos serão analisados por similaridade.

Art. 289. Toda habitação terá no mínimo 35,00 m<sup>2</sup> (trinta e cinco

metros quadrados) de construção e um quarto, uma sala, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço.

Parágrafo único. Todas as residências devem ser construídas no nível da rua, sendo proibida a construção abaixo do nível (enterradas), salvo se o terreno ocorrer em área em auge ou declive acentuado em relação ao nível da rua, nestes casos deverá constar o projeto de terraplanagem e movimentação de terra e sistema de drenagem.

Art. 290. O local para guarda de veículos deverá constar do projeto, não podendo ser utilizados os recuos obrigatórios.

Art. 291. Será permitida a utilização de iluminação zenital nos seguintes compartimentos: vestibulos, banheiros, corredores, depósitos e lavanderias.

Art. 292. Nos demais compartimentos serão toleradas iluminação e ventilação zenital quando esta concorrer no máximo com até 50% (cinquenta por cento) da iluminação e ventilação requeridas, sendo a restante proveniente de abertura direta para o exterior, no plano vertical.

Art. 293. Toda habitação deverá ter revestimento impermeável, nas seguintes situações:

I - Paredes - revestimento impermeável até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II - Pisos - revestimentos impermeáveis na copa, cozinha, banheiro e garagem.

Art. 294. As dimensões mínimas deverão atender o disposto na tabela do Anexo 1.

Art. 295. A edificação em madeira ficará condicionada aos seguintes parâmetros, salvo quando adotada solução que comprovadamente garanta a segurança dos usuários da edificação e de seu entorno:

I - Máximo de 2 (dois) andares;

II - Altura máxima de 8,00 m (oito metros);

III - Afastamento mínimo conforme lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;

IV - Afastamento de 3,00 m (três metros) de outra edificação de madeira;

V - Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

## SEÇÃO I DAS RESIDÊNCIAS ISOLADAS

Art. 296. As residências poderão ter dois compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 297. Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos limites contidos no Anexo 1.

Art. 298. Não serão considerados como aberturas para ventilação as janelas que abrirem para terraços cobertos, alpendres e avandados, se tiverem paredes opostas ou ortogonais à abertura, numa distância inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) da projeção dos beirais, medido desta, em direção ao terraço coberto.

## SEÇÃO II DAS RESIDÊNCIAS GEMINADAS

Art. 299. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de moradias contíguas, que possuam uma parede comum, com testada mínima de 6,00m (seis metros) para cada unidade.

Parágrafo único. O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas do lote estabelecidas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária, onde as moradias, isoladamente, estejam de acordo com este Código e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 300. A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são os definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal para a zona onde se situarem.

### SEÇÃO III

#### DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 301. Consideram-se as residências em Série, paralelas ao Alinhamento Predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia.

Art. 302. As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - A testada do lote de uso exclusivo de cada unidade terá no mínimo 6,00m (seis metros) e profundidade de 25,00 m (vinte e cinco metros);

II - A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela lei municipal de uso e ocupação do solo urbano e municipal e para a zona onde se situarem.

### SEÇÃO IV

#### DAS RESIDÊNCIAS EM SÉRIE, TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 303. Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquela cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades no mesmo alinhamento.

Art. 304. As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - A testada do lote terá no mínimo 36,00m (trinta e seis metros);

II - O acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo: a) 4,20m (quatro metros e vinte centímetros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso;

b) 8,40m (oito metros e quarenta centímetros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados do corredor de acesso;

III - Quando houver mais de 05 (cinco) moradias no mesmo alinhamento, será feito um bolsão de retorno, cujo diâmetro mínimo deverá ser igual a 8,00m (oito metros) de largura;

IV - Possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo, 6,00m (seis metros) de testada e 25,00m (vinte e cinco metros) de profundidade;

V - A Taxa de Ocupação e o Coeficiente de Aproveitamento são definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a zona onde se situarem.

### SEÇÃO V

#### DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS OU CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS

Art. 305. Consideram-se conjuntos residenciais os que tenham mais de 20 (vinte) unidades de moradia, respeitadas as seguintes condições:

I - O anteprojeto será submetido à apreciação da Prefeitura Municipal;

II - A largura dos acessos será determinada em função do número de moradias a que irá servir e deverá se adequar ao Sistema Viário Básico;

III - O lote deverá ter a área mínima estabelecida pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IV - Poderão ser criadas vielas para passagem de pedestres e infraestrutura urbana;

V - Deverá possuir "playground", com área equivalente a 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), por unidade de moradia;

VI - As áreas de acesso serão revestidas de asfalto ou similares;

VII - O terreno será convenientemente drenado;

VIII - A infraestrutura exigida é regulamentada pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IX - Os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de residências isoladas, geminadas ou em série;

X - O terreno, no todo ou em parte, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela mantenha, as dimensões mínimas permitidas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e as construções estejam de acordo com este Código;

XI - Exigir-se-á, ainda, a reserva de área e outras obrigações contempladas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Parágrafo único. Em caso de obras em condomínio deverá ser apresentada documentação do Síndico e ou da Assembléia aprovando as obras.

### SUB-SEÇÃO I

#### DA RESIDÊNCIA MULTIFAMILIAR DE ATÉ 4 UNIDADES

Art. 306. A implantação de residencial multifamiliar em final de via, sem saída, só será autorizado se houver praça de retorno.

Art. 307. A edificação Residencial Multifamiliar Horizontal com até 4 (quatro) unidades na mesma gleba de terras será analisada como Residencial Unifamiliar.

Art. 308. Não será exigida área de lazer e recreação para empreendimento que tenha, no máximo, 04 (quatro) unidades habitacionais.

### SEÇÃO VI

#### DA HABITAÇÃO POPULAR E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 309. Entende-se por habitação do tipo popular a economia residencial urbana destinada exclusivamente à moradia própria, constituída apenas de dormitórios, sala, cozinha, banheiro, circulação e área de serviço.

Art. 310. A habitação popular deverá apresentar as seguintes características e satisfazer as seguintes condições:

I - Área construída máxima de 70,00m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados);

II - Ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) nos seguintes locais: no gabinete sanitário, no local do banho e na cozinha no local do fogão e do balcão da pia, e pisos: na copa, cozinha e banheiro.

Art. 311. Os prédios de apartamentos populares poderão ter orientações diferentes desse Código desde que tecnicamente justificadas pelo projetista e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 312. As habitações de Interesse Social atenderão a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, estando destinadas às famílias com renda mensal até 5 salários mínimos.

Parágrafo único. Deverá apresentar as seguintes características e satisfazer as seguintes condições:

I - Área construída de acordo com o número de integrantes da unidade familiar, podendo ser superior a 70,00m<sup>2</sup>;

II - Ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no gabinete sanitário, no local do banho e na cozinha no local do fogão e do balcão da pia;

III - Ter piso resistente, lavável e impermeável na copa, cozinha e banheiro.

Art. 313. As dimensões mínimas das habitações de interesse social e das casas populares deverão atender o disposto na tabela do Anexo 2.

### SEÇÃO VII

#### DA HABITAÇÃO COLETIVA

Art. 314. Os edifícios de 03 (três) ou mais pavimentos e/ou 8

(oito) ou mais apartamentos possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria, dotado de caixa receptora de correspondência.

Art. 315. Quando o edifício dispuser de menos de 3 (três) pavimentos, e/ou menos de 8 (oito) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 316. O programa e as áreas mínimas de apartamento para moradia do zelador, quando for o caso, deverá ser: sala com 9,00m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), dormitório com 9,00m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), cozinha com 5,00m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados), sanitário com 2,70m<sup>2</sup> (dois metros e setenta decímetros quadrados) e local para tanque.

§ 1º A sala e o dormitório poderão constituir um único compartimento, devendo, neste caso, ter a área mínima de 15,00m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados).

§ 2º Os edifícios não enquadrados nas disposições deste artigo deverão ser dotados de, no mínimo, um banheiro destinado ao zelador (quando for o caso) contendo vaso sanitário, lavatório e chuveiro.

Art. 317. Os edifícios deverão ter revestimento impermeável nas seguintes situações:

I - Paredes - revestimento impermeável até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II - Pisos: revestimento impermeável, na copa, cozinha, banheiro, garagem, hall do prédio, hall dos pavimentos, corredores principais e secundários, escadas e rampas.

Art. 318. A habitação coletiva deverá dispor, no mínimo, de 01 (uma) vaga de garagem/ estacionamento por unidade habitacional, de acordo com a tabela pertinente, parte integrante da Lei de Sistema Viário e Mobilidade Municipal de Forquilha.

Parágrafo único. O recuo de frente obrigatório não poderá ser utilizado como área de estacionamento de veículos.

Art. 319. Os edifícios deverão ter acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física conforme normas técnicas vigentes - NBR 9050/1994 e NBR 13994/1997.

Art. 320. As edificações deverão possuir Saídas de Emergência conforme Normas Técnicas vigentes - NBR 9077/2001.

Art. 321. Os edifícios deverão ter distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economia distinta, não inferior a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros).

Art. 322. Os edifícios com área total de construção superior a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) disporão, obrigatoriamente, de espaço descoberto para recreação infantil, e ainda às seguintes exigências:

I - Ter área correspondente a 3% (três por cento) da área total de construção, observada a área mínima 22,50 m<sup>2</sup> (vinte e dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

II - Conter no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

III - Situar-se junto a espaços livres externos ou internos;

IV - Estar separado do local de circulação ou estacionamento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso direto à circulação vertical;

V - Conter equipamentos para recreação de crianças;

VI - Ser dotado de guarda-corpo com altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) se estiver em piso acima do solo para proteção contra queda.

## SEÇÃO VIII

### DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS A HOTÉIS, E CONGÊNERES

Art. 323. As edificações destinadas a hotéis e congêneres, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão possuir:

I - Sala de estar de utilização comum e vestíbulo de entrada com local de portaria;

II - Compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

III - Instalações sanitárias, por pavimento, constando no mínimo de vaso sanitário, chuveiro e lavatório, de utilização independente por sexo e uma instalação sanitária com vaso sanitário, chuveiro e lavatório adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais de acordo com as normas da ABNT, para cada quatro quartos que não tenham instalações privativas;

IV - Vestiários e instalações sanitárias para pessoal de serviço, independente das destinadas aos hóspedes e separadas para cada sexo, adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com as normas da ABNT;

V - Entrada de serviço independente das destinadas aos hóspedes;

VI - Os dormitórios deverão possuir área mínima de 9,50 m<sup>2</sup> (nove metros e cinquenta decímetros quadrados), em qualquer hipótese, mesmo tratando-se de apartamentos com sanitário.

Parágrafo único. Tratando-se de apartamentos com sanitário privativo deverá ter 5% (cinco por cento) dos mesmos adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com as normas da ABNT, com no mínimo um.

Art. 324. As edificações destinadas a asilos, pensionatos, internatos e congêneres, deverão possuir:

I - Dormitórios:

a) Quando individuais, com área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados);

b) Quando coletivos, com área de 9,00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados) no mínimo, para dois leitos, acrescidos de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por leito excedente;

c) Com pé direito mínimo de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);

II - Sala de estar e área de recreação comum;

III - Instalações sanitárias, em cada pavimento, separadas por sexo, constantes de chuveiros, vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada dez usuários, sendo o percentual de 5% (cinco por cento) das instalações adaptadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, respeitando o mínimo de um conjunto para cada sexo, de acordo com as normas da ABNT;

IV - Área mínima de vãos de iluminação e ventilação igual a 1/6 (um sexto) da área de compartimento de permanência prolongada e igual a 1/12 (um doze avos) da área de compartimento de utilização transitória.

## CAPÍTULO VII

### DAS EDIFICAÇÕES, USOS E BENFEITORIAS NA ÁREA RURAL

Art. 325. Todas as edificações que se instalarem em zona rural ficam subordinadas às exigências deste Código e as demais que lhes forem aplicáveis.

Parágrafo único. As habitações na área rural também são beneficiárias dos programas habitacionais de interesse social.

Art. 326. É proibido qualquer edificação, uso e execução de benfeitorias, como cercas, nas faixas de domínio nas vias rurais.

Art. 327. É proibida a utilização de árvores para promover o cercamento de propriedades ou áreas confinadas.

## CAPÍTULO VIII

### DAS EDIFICAÇÕES NÃO HABITACIONAIS

Art. 328. São consideradas edificações não residenciais, aquelas destinadas a instalações de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais.

Art. 329. As edificações não residenciais deverão ter:

I - Estrutura e entrepisos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do Município);

II - Distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economias distintas não inferiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros);

III - Acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências físicas,

mobilidade reduzida e idosos conforme normas técnicas vigentes (NBR 9050/1994).

IV - Corredores de circulação com largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

V - Saídas de emergência conforme normas técnicas vigentes (NBR 9077/2001).

VI - Estacionamento ou Garagens conforme dispõe o presente Código em conjunto com o disposto na Lei de Circulação, Sistema Viário e Mobilidade Urbana.

VII - Entrada especial para veículos destinados à carga e descarga de mercadorias, em pátio ou compartimento interno, independente do acesso do público, e de forma a não embarçar a circulação de pedestres e de veículos em logradouros públicos.

Art. 330. As edificações destinadas a atividades consideradas potencialmente incômodas, nocivas ou perigosas, além das prescrições do presente Código deverão atender à legislação sobre impactos ambientais.

Art. 331. Nas edificações em que houver atividades que incluam manipulação de óleos e graxas, tais como serviços de lavagem e/ou lubrificação, oficinas mecânicas em geral, retificadoras de motores, dentre outras, além das disposições do artigo anterior, deverá ser instalada caixa separadora de óleo e lama atendendo as normas técnicas pertinentes.

Art. 332. Os sanitários deverão atender ao contido na Seção XI deste Capítulo.

Art. 333. Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despesas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - Ser dimensionados conforme equipamentos específicos;

II - Ter piso e paredes até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

Art. 334. As áreas de estacionamentos descobertas em centros comerciais, supermercados, pavilhões, ginásios e estádios deverão:

I - Ser arborizadas na relação de 01 (uma) árvore para cada 04 (quatro) vagas;

II - Ter piso com material absorvente de águas pluviais, quando pavimentado.

## SEÇÃO I DOS EDIFÍCIOS DE ESCRITÓRIOS

Art. 335. As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional deverão:

I - Ter no pavimento térreo, caixa receptora de correspondência, dentro das normas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

II - Ter portaria quando a edificação contar com mais de 20 (vinte) salas ou conjuntos;

III - Ter, em cada pavimento, um conjunto de sanitários, conforme especificado na Seção XI deste capítulo.

## SEÇÃO II DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

Art. 336. As edificações destinadas ao comércio e serviço em geral, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter os dispositivos de proteção contra incêndio de acordo com as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros do Estado;

II - Ter no pavimento térreo, pé direito mínimo de:

a) 3,00 m (três metros) quando a área do compartimento não exceder a 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados);

b) 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento não exceder a 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados);

c) 4,00 m (quatro metros) quando a área do compartimento exceder a 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados).

III - Ter, as sobrelojas e mezaninos, pés direitos mínimos de 2,20

m (dois metros e vinte centímetros) e sob os mesmos, pés direitos de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);

IV - Ter, nos demais pavimentos, pé direito mínimo de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros);

V - Ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/10 (um décimo) da área do piso, nos compartimentos destinados ao comércio e serviço;

VI - Ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/12 (um doze avos) da área do piso, nos compartimentos de utilização eventual, tais como: copas, cozinhas, despensas, sanitários e similares;

VII - Ter instalações sanitárias conforme especificado na Seção XI deste capítulo.

Art. 337. As galerias comerciais, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter pé direito mínimo de 4,00 m (quatro metros);

II - Ter suas lojas, quando com acesso principal pela galeria, área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados), podendo ser ventiladas através da galeria e iluminadas artificialmente;

III - Garantir fácil acesso para portadores de deficiência física às dependências de uso coletivo.

## SEÇÃO III DO COMÉRCIO ESPECIAL

Art. 338. Os edifícios de comércio especial destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

I - Restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos congêneres;

II - Restaurantes - pizzarias, cantinas, casas de chá, churrascarias;

III - Lanchonetes e bares - lanchonete, bares, botequins, hot-dogs, pastelarias;

IV - Confeitarias e padarias - confeitarias, padarias, docerias, bufes, massas e macarrão, sorveterias.

V - Açougues e peixarias - açougues, casas de carne, peixarias, aves e ovos, animais vivos (de pequeno porte e pequeno número);

VI - Mercarias e quitandas - mercarias quitandas, empórios, armazéns, laticínios, frios;

VII - Mercados e supermercados - pequenos mercados e supermercados.

Art. 339. Nos estabelecimentos de comércio especial os compartimentos destinados ao trabalho, fabrico, manipulação, cozinha, despensa, depósito de matérias primas ou gêneros, e guarda de produtos acabados e similares, deverão ter os pisos, paredes, pilares e colunas revestidas de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens.

Art. 340. Os compartimentos para venda, atendimento ao público ou consumo de alimentos deverão ter, pelo menos, o piso revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens.

Art. 341. Os depósitos de material de limpeza, consertos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigia e a residência ao zelador, não poderão estar no mesmo local, nem ter comunicação direta com os compartimentos destinados a consumo de alimentos, cozinha, fabrico, manipulação, depósito de matérias primas ou gêneros, e a guarda de produtos acabados.

## SEÇÃO IV DOS RESTAURANTES, LANCHONETES, BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 342. As cozinhas, copas, despensas e salões de consumo desses estabelecimentos terão os pisos e paredes revestidas de material liso, resistente e não absorvente, sendo as paredes revestidas até a altura de 2,00 m (dois metros).

Art. 343. Se os compartimentos de consumo de alimentos não dispuserem de aberturas externas, pelo menos em duas faces



deverão ter instalação de renovação de ar.

Art. 344. Além da parte destinada a consumação, os restaurantes deverão dispor:

I - De cozinha - cuja área que não será inferior a 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados), devendo corresponder à relação mínima de 1:10 (um por dez) da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para consumo. As cozinhas não poderão ter comunicação direta com o salão de refeições;

II - Opcionalmente, de um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que deverá satisfazer às condições exigidas para compartimentos de permanência transitória, estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 345. Nos bares e lanchonetes, deverão ser atendidas as seguintes diretrizes:

I - A área dos compartimentos destinados à venda ou à realização de refeições ligeiras, quentes ou frias, deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

II - Os compartimentos ou ambientes que possam ser utilizados para venda ou consumo de alimentos apresentando área cujo total seja superior a 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), deverão satisfazer às seguintes especificações:

a) Dispor de aberturas externas, pelo menos em duas faces ou de instalação de renovação de ar;

b) Possuir um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que satisfaça, para efeito de ventilação e iluminação, as condições estabelecidas para os compartimentos de permanência transitória estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 346. Confeitarias e padarias deverão atender as seguintes especificações:

I - Os compartimentos de consumo, de trabalho e manipulação, quando tiverem área igual ou superior a 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) cada um, deverão ter instalação de renovação de ar, se não dispuserem de abertura externa pelo menos em duas faces;

II - Havendo compartimento para despensa ou depósito de matéria prima para o fabrico de pães, doces e confeitos, este deverá satisfazer às condições do compartimento de permanência transitória, estando ligado diretamente ao compartimento de trabalho e manipulação e tendo área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

III - Não havendo, no estabelecimento, área destinada à consumação, deverá existir, pelo menos, sanitários para funcionários.

#### SEÇÃO V DOS AÇOUQUES E PEIXARIAS

Art. 347. O compartimento destinado a açougues e peixarias deverá:

I - Ter, pelo menos, uma porta de largura não inferior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), amplamente vazada, que abra para via pública ou para faixa de recuo do alinhamento de modo a assegurar plena ventilação para o compartimento;

II - Não ter comunicação direta com os compartimentos destinados a habitação;

III - Ter água corrente e ser dotado de pias;

IV - Ter suficiente iluminação natural e artificial.

Art. 348. As dependências destinadas ao público e ao corte deverão ser separadas entre si por meio de balcão com revestimento impermeável e adequado à função.

Art. 349. As dependências destinadas ao público, ao corte e ao armazenamento não poderão ter aberturas de comunicação direta com chuveiros ou sanitários.

#### SEÇÃO VI DAS MERCEARIAS E QUITANDAS

Art. 350. Nas mercearias e quitandas, as áreas destinadas à venda, atendimento ao público e manipulação deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros).

Art. 351. Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, estes deverão satisfazer, para efeito de ventilação e iluminação, as condições de compartimento de permanência transitória e possuir área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

#### SEÇÃO VII DOS MERCADOS E SUPERMERCADOS

Art. 352. Para construção de mercados particulares no município, serão observadas as seguintes exigências:

I - As portas para os logradouros deverão ter largura mínima de 2,00 m (dois metros);

II - O pé-direito mínimo será de 3,00 m (três metros), medido do ponto mais baixo do telhado;

III - As passagens principais apresentarão largura mínima de 4,00 m (quatro metros) e serão pavimentadas com material impermeável e resistente;

IV - A superfície mínima dos compartimentos será de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), com a dimensão mínima de dois metros;

V - Os pisos serão de material impermeável e resistente;

VI - A superfície iluminante não será, em geral, inferior a 1/5 (um quinto) da superfície útil e as aberturas, quer em plano vertical, quer em clarabóias, serão convenientemente estabelecidas, procurando aclaramento uniforme;

VII - A superfície de ventilação permanente em plano vertical, janelas ou lanternins, não será inferior a 1/10 (um décimo) do piso;

VIII - Deverão possuir instalação frigorífica proporcional à necessidade do mercado;

IX - Deverá haver compartimento especial destinado a depósito de lixo localizado em situação que permita a sua fácil remoção, definido conforme o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos a ser executado pelo Município.

#### SEÇÃO VIII DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 353. Consideram-se edificações para usos de saúde as destinadas à prestação de serviços de assistência à saúde em geral, inclusive veterinária, com ou sem internação, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

I - Hospitais ou casas de saúde;

II - Maternidades;

III - Clínicas médica, odontológica, radiológica ou de recuperação física ou mental;

IV - Ambulatórios;

V - Prontos-socorros;

VI - Postos de saúde;

VII - Bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas;

VIII - Consultórios médicos.

IX - Farmácias.

Art. 354. As edificações para usos de saúde, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer no que couber, às condições estabelecidas nas normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 355. Os hospitais, maternidades e pronto-socorros deverão ser dotados de instalações de energia elétrica autônoma - gerador ou equivalente com iluminação de emergência.

#### SEÇÃO IX DAS ESCOLAS E CRECHES

Art. 356. As edificações para usos educacionais, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer às normas federais, estaduais e municipais específicas.



Art. 357. As edificações destinadas a escolas e creches deverão ter as instalações sanitárias com as seguintes condições:

I - Ter bebedouro automático, no mínimo, 01 (um) para cada 150 (cento e cinquenta) alunos;

II - Garantir fácil acesso para pessoas portadoras de deficiência física às dependências de uso coletivo, administração e a 2% (dois por cento) das salas de aula e sanitários.

Art. 358. As edificações para usos educacionais até o ensino médio, inclusive, deverão possuir áreas de recreação para a totalidade da população de alunos calculada, na proporção de:

I - 0,50m<sup>2</sup> (cinquenta decímetros quadrados) por aluno para recreação coberta;

II - 2,00m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) por aluno para recreação descoberta.

Art. 359. Não será admitida, no cálculo das áreas de recreação, a subdivisão da população de alunos em turnos em um mesmo período.

Art. 360. Não serão considerados corredores e passagens como locais de recreação coberta.

Art. 361. Serão admitidos outros pavimentos, desde que para uso exclusivo da administração escolar.

Art. 362. Os corredores e as escadas deverão ter uma largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 363. As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

#### SEÇÃO X

##### DAS EDIFICAÇÕES PARA LOCAIS DE REUNIÃO

Art. 364. São considerados locais de reunião:

I - Esportivos: estádios, ginásios, quadras para esportes, salas de jogos, piscinas e congêneres;

II - Recreativos: sedes sociais de clubes e associações, salões de bailes, restaurantes e congêneres com música ao vivo, boates e discotecas, boliches, salas de jogos, parques de diversões, circos e congêneres;

III - Culturais: cinemas, teatros, auditórios, centros de convenções, museus, bibliotecas, salas públicas e congêneres;

IV - Religiosos: igrejas, templos, salões de agremiações religiosas ou filosóficas e congêneres;

V - Comerciais: espaços destinados a feiras, exposições e eventos similares.

Art. 365. As folhas das portas de saída dos locais de reunião, assim como as bilheterias, se houver, não poderão abrir diretamente sobre os logradouros públicos.

Art. 366. Todo local de reunião deverá ser adequado à utilização por parte de pessoas portadoras de deficiências físicas, de acordo com a legislação municipal em vigor e as normas técnicas pertinentes (NBR 9050/1994, NBR 13994/1997).

Art. 367. As boates, além das disposições do artigo anterior, deverão possuir isolamento e condicionamento acústico adequado, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 368. As edificações que tenham salas de espetáculos ou auditórios deverão possuir local de espera para o público com área equivalente a no mínimo, 15% (quinze por cento) da área do auditório, coberto ou descoberto.

Art. 369. O estádio deverá possuir, obrigatoriamente, um acesso por rampa que deverá ter sua largura mínima projetada com a seguinte fórmula:  $Largura = 2,00\text{ m} + n^{\circ} \text{ espectadores} / 3.000$ .

§ 1º O número de espectadores é calculado na proporção de 2 (duas) pessoas para cada metro quadrado de arquibancada.

§ 2º O estádio com capacidade superior a 30.000 (trinta mil) espectadores poderá ter sua rampa limitada a 12m (doze metros).

Art. 370. As instalações de estruturas provisórias, como parques de diversão, circos, arquibancadas, palcos, e similares, deverão apresentar ART de montagem e laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 371. As edificações destinadas a culto religioso deverão possuir local de espera, coberto ou descoberto, para o público com

área equivalente a no mínimo 15% (quinze por cento) da área destinada ao culto.

Art. 372. As piscinas públicas, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão possuir:

I - As paredes e fundo revestidos com azulejos ou material equivalente;

II - Equipamento para tratamento e renovação d'água;

Parágrafo único. O cálculo do número máximo de banhistas é feito à proporção de uma pessoa para cada 2,20 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados e vinte decímetros quadrados), de área de piscina.

#### SEÇÃO XI

##### DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 373. Toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias, na razão de sua lotação e em função da atividade desenvolvida, de acordo com os parâmetros das NBRs 5715 e 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 1º A instalação sanitária deverá ser separada por sexo, principalmente nas seguintes situações:

I - Terminal Urbano de Passageiros;

II - No Cemitério;

III - uso educacional;

IV - uso religioso;

V - uso recreacional;

VI - uso segurança;

VII - uso saúde;

VIII - uso serviço especial para crematório, autódromo, cartódromo e motódromo;

§ 2º A instalação hoteleira que não possuir instalação sanitária por acomodação deverá possuir, em cada pavimento destinado a hospedagem, instalações sanitárias separadas por sexo.

Art. 374. Os sanitários nas edificações não residenciais deverão atender, no mínimo, as seguintes condições:

I - Pé-direito mínimo de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

II - Paredes até a altura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - Vaso sanitário e lavatório;

IV - Incomunicabilidade direta com a cozinha, quando for o caso.

Parágrafo único. As edificações deste Capítulo deverão reservar 5% (cinco por cento) de instalações sanitárias para pessoas portadoras de necessidades especiais, adaptadas de acordo com as normas da ABNT, respeitando-se o mínimo de um conjunto para cada sexo.

Art. 375. As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional deverão ter:

I - Sanitários separados para cada sexo;

II - um sanitário, quando privativo, nos conjuntos ou unidades autônomas com área máxima de 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados);

III - conjunto de sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para cada 7,50 m<sup>2</sup> (sete metros e cinquenta decímetros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo.

Art. 376. As edificações destinadas a Comércio e Serviço em geral deverão ter em cada pavimento:

I - quando com área superior a 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), instalações sanitárias para cada sexo, para uso dos funcionários, calculadas em relação à lotação máxima e à base de uma pessoa para cada 7,00 m<sup>2</sup> (sete metros quadrados), de área de piso de sala, nas seguintes proporções:

a) Para o sexo masculino, um conjunto de vaso sanitário, lavatório e mictório para cada 40(quarenta) pessoas ou fração;

b) Para o sexo feminino, um conjunto de vaso sanitário e lavatório para cada 40(quarenta) pessoas ou fração.

II - quando com área igual ou inferior a 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), no mínimo um sanitário, dotado de vaso sanitário e

lavatório.

Art. 377. As galerias comerciais deverão ter instalações sanitárias para uso do público, por pavimento, separadas para cada sexo, calculadas em relação à lotação máxima e à base de uma pessoa para cada 7,00 m<sup>2</sup> (sete metros quadrados), do somatório das áreas de piso das salas, nas seguintes proporções:

I - Para o sexo masculino, um conjunto de vaso sanitário, lavatório e mictório para cada 40(quarenta) pessoas ou fração;

II - Para o sexo feminino, um conjunto de vaso sanitário e lavatório para cada 40(quarenta) pessoas ou fração.

Art. 378. Os mercados particulares deverão contar com instalações sanitárias na proporção mínima de 01 (uma) para cada 05 (cinco) compartimentos, devidamente separadas para cada sexo, de acordo com as normas deste código e localizar-se-ão no mínimo a 5,00 m (cinco metros) de qualquer compartimento de venda.

Art. 379. Os asilos, pensionatos, internatos e congêneres deverão contar com instalações sanitárias em cada pavimento, na proporção de um conjunto de vaso sanitário e lavatório, para cada dez usuários, sendo o percentual de 5% (cinco por cento) das instalações adaptadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, separadas por sexo, de acordo com as Normas da ABNT.

Art. 380. Os auditórios, teatros e cinemas deverão contar com instalações sanitárias separadas para cada sexo, calculadas em relação à lotação máxima e à base de uma pessoa para cada 1,60 m<sup>2</sup> (um metro e sessenta decímetros quadrados) de área de piso de salão, nas seguintes proporções:

I - Para o sexo masculino, um vaso sanitário, um mictório e um lavatório para cada 100(cem) lugares ou fração;

II - Para o sexo feminino, dois vasos sanitários e um lavatório para cada 100(cem) lugares ou fração.

Art. 381. Os clubes, associações, salas de exposição, centros de convenções e congêneres terão instalações sanitárias, calculadas na proporção de uma pessoa para cada 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) de área de piso de salão, assim distribuídos:

I - Sanitários para funcionários separados para cada sexo;

II - Sanitários masculinos na proporção de um vaso sanitário, dois mictórios para cada 200 pessoas e um lavatório para cada 150 pessoas, calculados em relação à lotação máxima;

III - Sanitários femininos na proporção de um vaso sanitário para cada 100 pessoas e um lavatório para cada 150 pessoas, calculados em relação à lotação máxima;

Art. 382. As Boates contarão com:

I - Sanitários para funcionários separados para cada sexo;

II - Sanitários separados para cada sexo na proporção de um conjunto de vaso sanitário, lavatório, e acrescido de mictório quando masculino, calculados em relação à lotação máxima e à razão de um sanitário para cada 25(vinte e cinco) pessoas ou fração, sendo que o número de pessoas é calculado à razão de uma pessoa para cada 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) de área de piso de salão.

Art. 383. Os ginásios esportivos destinados a competições oficiais terão suas instalações sanitárias assim estabelecidas:

I - para uso público: com fácil acesso para ambos os sexos, em relação à lotação máxima, calculadas à base de uma pessoa para cada 1,60 m<sup>2</sup> (um metro e sessenta decímetros quadrados), por área de arquibancada, nas seguintes proporções:

a) Para o sexo masculino, um vaso sanitário, um lavatório e dois mictórios para cada 250(duzentos e cinquenta) lugares ou fração;

b) Para sexo feminino, dois vasos sanitários e um lavatório para cada 250 (duzentos e cinquenta) lugares ou fração.

II - Instalações sanitárias com vestiário contíguo para uso exclusivo dos atletas, com um mínimo de 4 (quatro), obedecendo às seguintes proporções:

a) Cinco (5) vasos sanitários, cinco (5) lavatórios, dois (2) mictórios e seis (6) chuveiros;

b) Vestiário com área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), permitindo a inscrição de um círculo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de diâmetro.

Art. 384. Os estádios deverão ter suas instalações sanitárias assim estabelecidas:

I - para uso público: com fácil acesso para ambos os sexos, em relação à lotação máxima, calculadas à base de uma pessoa para cada 1,60 m<sup>2</sup> (um metro e sessenta decímetros quadrados), por área de arquibancada, nas seguintes proporções:

a) Para o sexo masculino, um vaso sanitário, um lavatório e dois mictórios para cada 500(quinheiros) lugares ou fração;

b) Para sexo feminino, dois vasos sanitários e um lavatório para cada 500(quinheiros) lugares ou fração.

II - Para uso exclusivo dos atletas: Instalações sanitárias com vestiário contíguo, com um mínimo de 4 (quatro), obedecendo às seguintes proporções:

a) 10 (dez) vasos sanitários, 10 (dez) lavatórios, 10 (dez) mictórios e 15 (quinze) chuveiros;

b) Vestiário com área mínima de 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), permitindo a inscrição de um círculo de 3,00 m (três metros) de diâmetro.

III - Para uso exclusivo do árbitro: instalações sanitárias com vestiário contíguo, com um mínimo de 2(dois), obedecendo às seguintes proporções:

a) Um vaso sanitário, um lavatório, um mictório e 2(dois) chuveiros;

b) Vestiário com área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), permitindo a inscrição de um círculo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de diâmetro.

Art. 385. Piscinas públicas terão instalações sanitárias com fácil acesso para ambos os sexos, calculadas em relação à lotação máxima, e com um mínimo de 5 % (cinco por cento) adaptadas às pessoas portadoras de necessidades especiais nas dimensões previstas pelas normas da ABNT, na proporção de:

I - Para o sexo masculino, um vaso sanitário, 2(dois) mictórios, 2(dois) lavatórios e 5(cinco) chuveiros, para cada 150(cento e cinquenta) banhistas;

II - Para o sexo feminino, 2(dois) vasos sanitários, 2(dois) lavatórios e 5(cinco) chuveiros para cada 150(cento e cinquenta) banhistas.

Art. 386. As Indústrias e fábricas deverão ter instalações sanitárias com vestiário contíguo, por pavimento, separados para cada sexo, calculadas de acordo com o número máximo de operários, conforme segue:

I - vestiário com área de 1,50 m<sup>2</sup> (um metro e cinquenta decímetros quadrados) por operário, respeitada a área mínima de 9,00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), permitindo a inscrição de um círculo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de diâmetro;

II - Possuírem um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro para cada 20(vinte) pessoas ou fração, em serviço;

III - Os sanitários masculinos deverão ser providos de mictórios;

IV - Ter assegurado a incomunicabilidade das instalações sanitárias com os locais de trabalho.

Art. 387. Depósitos deverão obedecer às seguintes condições:

I - quando a área for igual ou superior a 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados): sanitários separados para cada sexo, na proporção de um conjunto de vaso sanitário, lavatório e acrescido de mictório para os masculinos, calculados em relação ao número máximo de funcionários e à razão de um sanitário para cada 20(vinte) funcionários ou fração;

II - quando a área for inferior a 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados) ter no mínimo um sanitário.

Art. 388. Oficinas deverão obedecer as seguintes condições:

I - quando a área for igual ou superior a 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), os sanitários deverão ser separados para cada sexo, na proporção de um conjunto de vaso sanitário, lavatório, chuveiro e acrescido de mictório, quando masculino, calculados em relação ao número máximo de funcionários e à razão de um sanitário para cada 20 (vinte) funcionários ou fração;

II - quando a área for inferior a 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), deverá ter no mínimo um sanitário.

Art. 389. As escolas e creches deverão garantir fácil acesso para pessoas portadoras de deficiência física aos sanitários instalados nas seguintes condições:

I - Instalações sanitárias separadas por sexo para os alunos na seguinte proporção:

a) Masculino: 01 (um) vaso sanitário e 01(um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunos e 01 (um) mictório para cada 25 (vinte e cinco) alunos;

b) Feminino: 01 (um) vaso sanitário para cada 20 (vinte) alunas e 01 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunas;

c) Instalações sanitárias adaptados ao porte dos alunos quando em educação infantil (creche e pré-escola);

II - Funcionários e professores: 01 (um) conjunto de vaso sanitário, lavatório e local para chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) pessoas;

III - Sala exclusiva e instalação sanitária para professores, quando com mais de 5 (cinco) salas de aula.

## CAPÍTULO IX

### DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGENS

Art. 390. As dimensões mínimas das vagas de estacionamento e das faixas de manobra serão calculadas em função do tipo de veículo, e do ângulo formado pelo comprimento da vaga e a faixa de acesso, conforme tabela do Anexo 04.

Parágrafo único. Quando houver acréscimo de área construída, em edificações já licenciadas e executadas, a obrigatoriedade da reserva de estacionamento ou guarda de veículos incidirá apenas sobre as áreas ou unidades acrescidas.

Art. 391. As vagas em ângulo de 90º (noventa graus) para automóveis e utilitários que se situarem ao lado de parede, deverão ter larguras mínimas de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 392. Para estacionamentos de uso público e em estabelecimentos comerciais deverão ser previstas vagas para veículos de pessoas com necessidades especiais na seguinte proporção, calculadas sobre o mínimo de vagas obrigatórias, conforme Resoluções CONTRAN vigentes (R 303/08 e R304/08):

I - 2% (dois por cento) para Deficientes Físicos e de Mobilidade Reduzida;

II - 5% (cinco por cento) para Idosos.

## SEÇÃO I

### DAS GARAGENS NÃO COMERCIAIS

Art. 393. São consideradas garagens não comerciais as que forem construídas no lote, em subsolo ou em um ou mais pavimentos de edifício de uso residencial e não residencial.

Art. 394. As edificações destinadas a garagens não comerciais, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

I - Pé-direito livre mínimo de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) com passagem mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros);

II - Locais de estacionamento para cada veículo com largura livre mínima de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros) e comprimento mínimo de 4,60 m (quatro metros e sessenta centímetros) numerados sequencialmente;

III - Vão de entrada com largura mínima de 3,00 m (três metros) e, no mínimo, 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) veículos;

IV - Ter o corredor de circulação largura mínima de 3,00 m (três metros), 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,00 m (quatro metros) ou 5,00 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30º 45º 60º e 90º respectivamente.

Art. 395. Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo.

Art. 396. Não serão permitidas quaisquer instalações de abastecimento, lubrificação ou reparos em garagens não comerciais.

Art. 397. Os locais de estacionamento quando delimitados por paredes, deverão ter largura mínima de 2,50 m (dois metros e

cinquenta centímetros).

Art. 398. O rebaixamento dos meios-fios de passeios para acessos de veículos não poderá exceder a extensão de 7,00 m (sete metros) para cada vão de entrada da garagem, nem ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 1,00 m (um metro).

## SEÇÃO II

### DAS GARAGENS COMERCIAIS

Art. 399. As garagens comerciais são edificações destinadas à guarda de veículos, podendo haver serviços de lavagem, lubrificação e abastecimento, devendo atender as seguintes disposições:

I - Ter local de acumulação com acesso direto do logradouro, que permita o estacionamento eventual de um número de veículos não inferior a 5% (cinco por cento) da capacidade total da garagem, não podendo ser numerado nem sendo computado nesta área o espaço necessário à circulação de veículos;

II - Ter caixa separadora de óleo e lama quando houver local para lavagem e/ou lubrificação;

III - Ter vãos de entrada com largura mínima de 3,00 m (três metros), e no mínimo 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) carros;

IV - Ter os locais de estacionamento para cada carro com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00 m (cinco metros), numerados sequencialmente;

V - Ter o corredor de circulação com largura mínima de 3,00 m (três metros), 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,00 m (quatro metros) ou 5,00 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30º 45º 60º e 90º, respectivamente;

VI - Ter instalação sanitária para uso público de no mínimo 01 (um) conjunto sanitário;

VII - Ter instalação sanitária destinadas aos funcionários na proporção de 01 (um) conjunto com chuveiro para cada 10 (dez) funcionários;

VIII - Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo;

IX - O rebaixamento dos meios-fios de passeios para acessos de veículos, não poderá exceder a extensão de 7,00 m (sete metros) para cada vão de entrada da garagem, nem ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 3,00 m (três metros);

X - As garagens comerciais com circulação vertical por processo mecânico deverão ter instalação de emergência para fornecimento de força.

## CAPÍTULO X

### DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO

Art. 400. Os postos de serviços destinam-se às atividades de abastecimento, lubrificação, limpeza e lavagem de veículos, que podem ser exercidos em conjunto ou isoladamente.

Art. 401. A instalação de dispositivos para abastecimento de combustíveis será permitida somente em postos de serviços, garagens comerciais, estabelecimentos comerciais e industriais, empresas de transporte e entidades públicas.

Art. 402. Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão ser atendidas as seguintes determinações:

I - Os tanques enterrados deverão estar afastados entre si, no mínimo, 1,00 m (um metro), e instalados à profundidade mínima de 1,00 m (um metro);

II - Os tanques de armazenamento e as bombas de abastecimento deverão obedecer a afastamentos mínimos de 4,00 m (quatro metros) do alinhamento e das divisas do lote;

III - Os acessos de veículos e rebaixamento de meios-fios



obedecerão ao disposto na Lei do Sistema Viário e Mobilidade Municipal (art. 43);

IV - Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00 m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote, deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nestas faces;

V - Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

VI - Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

VII - Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

VIII - Ter instalação sanitária para os usuários, separadas das destinadas aos empregados;

IX - Ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de acordo com as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros do Estado;

Art. 403. Os postos de serviços só poderão ser construídos em terrenos com área superior a 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) e testada mínima de 20,00 m (vinte metros).

## CAPÍTULO XI

### DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS INDUSTRIAIS, FÁBRICAS, DEPÓSITOS, PAVILHÕES E OFICINAS

Art. 404. As edificações destinadas indústrias, fábricas, depósitos, pavilhões e oficinas, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis e das normas federais, estaduais e municipais específicas, deverão:

I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou de outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;

II - Ter dispositivos de prevenção contra incêndio de acordo com as normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros do Estado;

III - Ter pé direito mínimo de:

a) 3,00 m (três metros) para edificações com área de compartimento de até 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados);

b) 4,00 m (quatro metros) para edificações com área de compartimento superior a 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) e até 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados);

c) 5,00 m (cinco metros) para edificações com área de compartimento superior a 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados);

IV - Ter os locais de trabalho, vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/10 (um décimo) da área do piso, admitindo-se para este efeito, iluminação e ventilação por meio de lanternins, sheds, ou similares;

V - Ter os pisos de locais de trabalho, isentos de saliências e depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou movimentação de materiais;

VI - Ter assegurado a incomunicabilidade das instalações sanitárias com os locais de trabalho.

VII - Ter instalações sanitárias de acordo com especificações da Seção XI, Capítulo VIII.

Art. 405. Visando o controle da qualidade de vida da população dependerão de aprovação e aceitação, por parte do órgão estadual competente, as indústrias que produzam resíduos líquidos, sólidos ou gasosos.

Art. 406. As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de medicamentos deverão:

I - Ter, nos recintos de fabricação, as paredes revestidas até a altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos;

II - Ter o piso revestido com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos, não sendo permitido o piso simplesmente cimentado;

III - Ter assegurado a incomunicabilidade direta com os compartimentos sanitários;

IV - Ter as aberturas de iluminação e ventilação dotadas de proteção com tela milimétrica.

V - Ter o depósito para as farinhas e açúcar, convenientemente dispostos, com piso e paredes revestidos com material liso, lavável e impermeável e com vãos protegidos por meio de tela milimétrica.

Art. 407. As fábricas de explosivos, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter afastamento mínimo de 500,00 m (quinhentos metros) de residências, centros povoados, ferrovias, rodovias e outros locais incompatíveis;

II - Conservar entre seus diversos pavilhões e em relação às divisas do lote, o afastamento mínimo de 50,00 m (cinquenta metros);

III - Ter pisos incombustíveis e impermeáveis;

IV - Ser de material incombustível;

V - Ter aprovação prévia do Ministério do Exército, cuja autorização deverá fazer parte integrante do processo.

Art. 408. Os depósitos, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão Informar em projeto o número máximo de funcionários previsto, e as instalações sanitárias conforme especificadas na Seção XI, do Capítulo VIII.

Art. 409. Os depósitos de inflamáveis, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter nos pavilhões um afastamento mínimo de 4,00 m (quatro metros) entre si e um afastamento mínimo de 10,00 m (dez metros) das divisas do lote;

II - Ser de material incombustível;

III - Ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 (um vinte avos) da área do piso;

IV - Ter ventilação mediante aberturas ao nível do piso em oposição às portas e janelas, quando o líquido armazenado puder ocasionar produção de vapores;

V - Ter afastamento mínimo de 100,00 m (cem metros) de escolas, a partir das divisas dos terrenos;

VI - Ter o pedido de aprovação do projeto, contendo especificações das instalações, mencionando o tipo de inflamável;

VII - Ter aprovação prévia do Ministério do Exército, cuja autorização deverá fazer parte integrante do processo.

Art. 410. Os depósitos de explosivos, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter afastamento mínimo de 500,00 m (quinhentos metros) de residências, centros povoados, ferrovias, rodovias e outros locais incompatíveis;

II - Conservar entre seus diversos pavilhões e em relação às divisas do lote, o afastamento mínimo de 50,00 m (cinquenta metros);

III - Ter pisos incombustíveis e impermeáveis;

IV - Ser de material incombustível;

V - Ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 (um vinte avos) da área do piso;

VI - Ter aprovação prévia do Ministério do Exército, cuja autorização deverá fazer parte integrante do processo.

Art. 411. As oficinas, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão informar em projeto o número máximo de funcionários previsto, contar com dispositivos de retenção e tratamento de dejetos graxos, conforme exigência da Fundação de Meio Ambiente (FATMA), bem como instalações sanitárias em conformidade com disposto na Seção XI, do Capítulo VIII.

Parágrafo único. Quando houver serviço de pintura, este deverá localizar-se em recinto coberto e fechado.

## CAPÍTULO XII

### DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 412. Poderão ser objeto de regulamentação própria, por ato do Poder Executivo, procedimentos especiais relativos a:

I - Edifícios públicos da administração direta;

II - Programas de habitações de interesse social;

III - Programas de regularização de edificações e obras;

IV - Serviços ou obras que, por sua natureza, admitam

procedimentos simplificados.

## **TÍTULO VIII DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECURSO**

Art. 413. Toda obra deverá ser vistoriada pela Prefeitura Municipal de Forquilha e, devendo o servidor municipal incumbido desta atividade ter garantido livre acesso ao local.

Art. 414. Verificada qualquer irregularidade frente a este Código, o servidor municipal responsável fará a comunicação ao infrator através de:

I - Notificação;

II - Auto de Infração; ou

III - Termo de Embargo.

Art. 415. Constatada irregularidade na execução da obra, pela inexistência da Placa obrigatória, dos documentos necessários, pelo desvirtuamento da atividade edilícia como indicada, autorizada ou licenciada, ou pelo desatendimento de quaisquer das disposições desta lei, o proprietário ou possuidor e o Responsável Técnico da Obra serão intimados e autuados, ficando as obras embargadas.

Art. 416. A Prefeitura poderá fiscalizar as edificações de qualquer natureza e/ou serviços complementares, mesmo após a concessão do habite-se ou Certificado de Conclusão de Obra, para constatar sua conveniente conservação e utilização, podendo interditá-las sempre que suas condições possam afetar a saúde e segurança de seus ocupantes, vizinhos e transeuntes, sem prejuízo de outras sanções.

## **CAPÍTULO I DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DECORRENTES DA FISCALIZAÇÃO SEÇÃO I DA NOTIFICAÇÃO**

Art. 417. Verificada a infração a este Código, será expedida ao infrator notificação, para que no prazo máximo de 5(cinco) dias regularize a situação.

Art. 418. A notificação será feita em formulário próprio, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais será entregue ao notificado e conterá os seguintes elementos:

I - Nome do notificado ou denominação que o identifique;

II - Local e data da lavratura da notificação;

III - Prazo para regularizar a situação;

IV - Descrição do fato que motivou e a identificação do dispositivo legal e infringido;

V - Estágio da obra;

VI - Assinatura do notificado e do fiscal.

Parágrafo único. Recusando-se o notificado a dar o "ciente", será tal recusa declarada na notificação, pelo fiscal que a lavrar.

## **SEÇÃO II DO AUTO DE INFRAÇÃO**

Art. 419. Auto de Infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica, contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos deste Código.

Art. 420. O Auto de Infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as seguintes informações:

I - Endereço da atividade ou obra;

II - Número da inscrição do imóvel no cadastro imobiliário;

III - Nome do proprietário, do construtor e do responsável técnico, ou somente do proprietário quando se tratar de auto-construção;

IV - Data da ocorrência;

V - Descrição da ocorrência que constitui a infração e os dispositivos legais violados;

VI - Multa aplicada;

VII - Intimação para a correção da irregularidade;

VIII - Prazo para a apresentação de defesa;

IX - Identificação e assinatura do atuante e do autuado, e de testemunhas, se houver.

§ 1º As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão na sua nulidade, quando do processo, constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º A autuação deverá ser feita pessoalmente, podendo ser também por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§ 3º A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem a aceitação dos seus termos.

§ 4º A recusa da assinatura no auto, por parte do infrator, não agravará a pena, nem impedirá a tramitação normal do processo.

§ 5º O não atendimento da notificação implicará na lavratura do auto de infração e aplicação de multa, bem como outras penalidades previstas neste Código.

§ 6º Para os efeitos desta lei, considera-se infrator o proprietário ou possuidor do imóvel, e, ainda, quando for o caso, o autor dos projetos e/ou o executante das obras e serviços.

§ 7º Respondem, também, pelo proprietário, os seus sucessores a qualquer título e o possuidor do imóvel.

Art. 421. Lavrado o auto de infração, o infrator poderá apresentar defesa escrita no prazo previsto nos artigos 434 e 435 deste Código, defesa essa que deverá ser acompanhada do comprovante do depósito no valor da multa, que será efetuado na agência bancária autorizada.

Parágrafo único. Imposta a multa, e não tendo sido efetuado o depósito ou pagamento da mesma, no prazo estabelecido, o valor desta será inscrito em dívida ativa e encaminhado para execução fiscal, com as cominações legais.

## **SEÇÃO III DO TERMO DE EMBARGO**

Art. 422. Termo de embargo ou notificação de embargo é o ato por meio do qual o servidor municipal responsável consigna por escrito o embargo de obras de construção, ampliação, reforma, reconstrução, traslado e demolição de qualquer edificação, ou alteração de uso, e ainda as obras de movimento de terra em desacordo com este código, dando-se ao infrator o prazo para regularização e pagamento de multas decorrentes das infrações.

Art. 423. O prazo máximo para o início das providências tendentes à solução das irregularidades apontadas será de 15 (quinze) dias.

§ 1º O embargo será imediato havendo risco à segurança de transeuntes ou aos imóveis limítrofes e ainda, quando verificada a impossibilidade de aprovação da obra.

§ 2º Durante o embargo, só será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação das infrações.

## **CAPÍTULO II DAS PENALIDADES**

Art. 424. Para os efeitos desta lei, considera-se infrator o proprietário do imóvel e, ainda, quando for o caso, o responsável pelo condomínio, o usuário, o responsável pelo uso e o responsável técnico das obras.

Art. 425. O desatendimento às disposições do Código de Obras constitui infração sujeita a penalidades pecuniárias, e poderá acarretar ao infrator as seguintes penas:

I - Interdição;

II - Embargo;

III - Demolição;

IV - Multa.

Art. 426. As penalidades aplicadas não isentam o infrator da obrigação de reparar ou ressarcir o dano resultante da infração, na forma prevista em lei.

## **SEÇÃO I DA INTERDIÇÃO**





Art. 427. Consiste no ato de paralisação de toda ou qualquer atividade, obra, ou parte da obra, impedimento do acesso, da ocupação ou do uso, mediante aplicação do respectivo auto de interdição por autoridade competente.

§ 1º A interdição será imposta após vistoria efetuada pelo órgão competente.

§ 2º Cabe interdição quando:

- I - houver iminente perigo de caráter público ou ambiental;
- II - houver inexistência de condições de estabilidade, segurança e salubridade de uma edificação.

§ 3º A interdição não exime a obrigatoriedade do cumprimento das demais cominações legais e da aplicação concomitante de multas.

§ 4º Durante a interdição somente será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação da irregularidade constatada.

Art. 428. Verificada a irregularidade os infratores serão intimados a promover, nos termos desta lei, o início das medidas necessárias para a regularização, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, devendo a Prefeitura nos próximos 5 (cinco) dias subsequentes vistoriar a obra a fim de constatar a regularidade exigida.

Art. 429. Decorrido o prazo concedido, sem o cumprimento da intimação, ou verificada desobediência à interdição, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

- I - Expedir auto de infração e aplicar multas diárias ao infrator até serem adotadas as medidas exigidas;
- II - Requisitar força policial, requerendo imediatamente abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência previsto no código penal, bem como para adoção das medidas judiciais cabíveis.

Art. 430. Lavrado o auto de flagrante policial e aberto o respectivo inquérito será o processo encaminhado para as providências de ajuizamento da ação cabível, sem prejuízo da incidência das multas, no caso de continuação das irregularidades.

Art. 431. O servidor municipal que lavrar o auto de infração, na ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 432. O atendimento da intimação não desobriga o proprietário ou o possuidor do cumprimento das formalidades necessárias à regularização da obra ou serviço, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 433. Não sendo atendida a intimação, estando o proprietário ou o possuidor autuado e multado, os serviços, quando imprescindíveis à estabilidade da edificação, poderão ser executados pela Prefeitura Municipal de Forquilha e cobrados em dobro do proprietário ou do possuidor, com correção monetária, sem prejuízo da aplicação das multas e honorários profissionais cabíveis.

Art. 434. Independentemente de intimação e assistido por profissional habilitado, o proprietário ou possuidor de imóvel que constatar perigo de ruína ou contaminação, poderá dar início imediato às obras de emergência, comunicando por escrito à Prefeitura Municipal de Forquilha, justificando e informando a natureza dos serviços a serem executados.

Art. 435. Comunicada a execução dos serviços, a Prefeitura Municipal, vistoriando o imóvel objeto da comunicação, verificará a veracidade da necessidade de execução de obras emergenciais.

## SEÇÃO II DO EMBARGO

Art. 436. O embargo consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população, ou que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

§ 1º Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste Artigo, e a qualquer dispositivo deste Código, o encarregado pela fiscalização comunicará o infrator através de Termo (notificação) de Embargo, para regularização da situação no prazo que lhe for destinado, ficando a obra embargada até que isto aconteça.

§ 2º O Termo de Embargo será levado ao conhecimento do infrator - proprietário e/ou responsável técnico para que a assine, e se houver recusa, serão apanhadas as assinaturas de duas testemunhas.

Art. 437. Decorrido o prazo estipulado, a Prefeitura deverá vistoriar a obra nos próximos 5 (cinco) dias subsequentes ao decurso do prazo, e se constatada a resistência ao embargo deverá o funcionário encarregado da vistoria:

- I - Expedir novo auto de infração;
- II - Aplicar multas diárias até a comunicação de regularização da obra, vistoriada pelo órgão competente no prazo de 5 (cinco) dias;
- III - Requisitar, se necessário, força policial, e neste caso, deverá ser lavrado auto de flagrante policial e requerida a abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator por crime de desobediência, que seguirá o curso processual cabível.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se resistência ao embargo a continuação dos trabalhos no imóvel sem a adoção das providências exigidas na intimação.

§ 2º O servidor municipal que lavrar o auto de infração, por ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

§ 3º Enquanto for objeto de ação judicial, as edificações ficam impedidas de processo de regularização e de receber anistia de multas em virtude das irregularidades da obra.

§ 4º O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências da Prefeitura, decorrentes do que especifica este Código.

§ 5º Se não houver alternativa de regularização da obra após o embargo, seguir-se-á a demolição total ou parcial da mesma.

Art. 438. O embargo não impede a aplicação concomitante de outras penalidades estabelecidas neste Código.

Art. 439. Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

- I - Falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;
- II - Falta de licença para obra em execução, independentemente do fim a que se destina;
- III - Falta de licença para execução, alteração ou eliminação de redes de esgoto, pluvial ou cursos d'água;
- IV - Falta de licença para atividade ou instalação comercial, industrial, de serviços ou de qualquer outra natureza;
- V - Quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;
- VI - Na execução ou funcionamento irregular de obra, qualquer que seja seu fim, espécie ou local, nos edifícios, nos terrenos ou nos logradouros públicos;
- VII - Atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal;
- VIII - Obras licenciadas de qualquer natureza em que não estiver sendo obedecido o projeto aprovado, ao alinhamento predial ou nivelamento ou sendo cumprida qualquer prescrição do alvará de licença.
- IX - Estiverem sendo executadas, sem a responsabilidade de profissional habilitado, quando da necessidade desta;
- X - O profissional responsável sofrer suspensão ou cassação da carteira pelo CREA da região;
- XI - Não apresentar a Placa da Obra prevista neste Código.

## SEÇÃO III DA DEMOLIÇÃO

Art. 440. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

- I - A obra estiver sendo executada sem projeto aprovado, sem alvará de licenciamento e não puder ser regularizada;
- II - Houver risco iminente de caráter público;
- III - Houver desrespeito ao alinhamento e não houver possibilidade de modificação na edificação para ajustá-la à legislação vigente;

IV - O proprietário não tomar as providências determinadas pelo município para sua segurança.

#### SEÇÃO IV DA MULTA

Art. 441. A multa será aplicada pelo órgão competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Art. 442. As multas serão aplicadas ao infrator, cabendo também ao responsável técnico da obra, se houver, na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para cada.

Art. 443. As multas diárias por desobediência ao auto de embargo terão como base os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor estabelecido.

Art. 444. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro. Parágrafo único. Considera-se reincidência, para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 445. A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 446. Simultaneamente à lavratura do competente auto de infração, o infrator será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar ou apresentar defesa à autoridade competente, sob pena de confirmação da multa imposta e de sua subsequente inscrição em dívida ativa.

Art. 447. As multas, independentemente de outras penalidades previstas pela legislação em geral e pelo presente Código, terão os seguintes valores cobrados cumulativamente:

I - Multas de 500 UFM a 2000 UFM para:

- a) Obra em execução, ou executada sem licenciamento;
- b) Obra em execução, ou executada em desacordo com o projeto aprovado;
- c) Demolição total ou parcial de prédios sem licença;
- d) Infrações às demais imposições do presente Código;

II - Multas de 1000 UFM a 5000 UFM para:

- a) Obra em execução, estando a mesma embargada;
- b) Quando o prédio for ocupado sem que a Prefeitura tenha fornecido o respectivo Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se");
- c) Obra em execução, ou executada em desacordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 448. A graduação das multas far-se-á tendo em vista:

I - Gravidade da infração, considerando:

- a) A natureza da infração;
- b) As consequências à coletividade.

II - Circunstâncias atenuantes:

- a) A ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;
- b) O infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo.
- c) Ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III - Circunstâncias agravantes:

- a) A reincidência na infração;
- b) Cometer a infração para obtenção e vantagem pecuniária;
- c) Provocar consequências danosas ao meio ambiente;
- d) Danificar áreas de proteção ambiental;
- e) Agir com dolo direto ou eventual;
- f) Provocar efeitos danosos à propriedade alheia;
- g) Uso de meios fraudulentos junto à municipalidade.

IV - Antecedentes do infrator.

Art. 449. A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pelo órgão municipal competente.

#### CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 450. O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para

apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.

Art. 451. A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária, endereçada à Prefeitura Municipal de Forquilha, que apreciará o recurso em até 60 (sessenta) dias, acatando, ou não, pela sua procedência.

Parágrafo único. A apresentação de defesa no prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

Art. 452. O julgamento do recurso em primeira instância compete à Junta de Julgamento de Recursos, e em segunda e última instância, à autoridade competente.

Art. 453. O servidor municipal responsável pela autuação é obrigado a emitir parecer no processo de defesa, justificando a ação fiscal punitiva e, no seu impedimento, a chefia imediata avocará o poder decisório, instruindo o processo e aplicando, em seguida, a penalidade que couber.

Art. 454. Julgada procedente a defesa, tornar-se-á insubsistente a ação fiscal, e o servidor municipal responsável pela autuação, terá vista do processo, podendo recorrer da decisão à última instância no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 455. Consumada a anulação da ação fiscal, será a decisão final, sobre a defesa apresentada, comunicada ao suposto infrator.

Art. 456. Na ausência de defesa ou sendo julgado improcedente o recurso, será aplicada a multa correspondente, notificando-se o infrator para que proceda ao recolhimento da quantia relativa à multa, no prazo de 10 (dez) dias.

#### TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 457. Os casos omissos no presente Código de Obras serão avaliados e julgados pelo Órgão competente juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Municipal aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 458. Todas as situações e fatos ambientais que se encontrem ou se encontrarem em desacordo com o que dispõe este Código, ou contrarie seus princípios, mas não estejam previstos em texto legal, serão gerenciados pelo órgão municipal competente, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Art. 459. São partes integrantes deste Código os seguintes anexos:

I - Anexo 1 - Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências

II - Anexo 2 - Dimensões Mínimas dos Cômodos para Habitações de Interesse Social e Casas Populares

III - Anexo 3 - Dimensões Mínimas dos Cômodos de Edifícios de Habitação Coletiva (Partes Comuns)

IV - Anexo 4 - Dimensões Mínimas de Vagas de Estacionamento;

Art. 460. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pelo órgão municipal competente e demais órgãos pertinentes integrantes da Prefeitura Municipal, e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessária à implementação do disposto neste Código.

Art. 461. São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matéria ambiental com ele não conflitante, revogando-se a Lei Complementar nº 06/ 2005 e demais disposições em contrário.

Art. 462. Este Código entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

# ANEXO 1 DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS PARA RESIDÊNCIAS

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS PARA RESIDÊNCIAS						
CÔMODO	DIÂ- METRO CÍRCULO INSCRITO (m)	ÁREA MÍNIMA (m²)	ILUMI- NAÇÃO MÍNIMA (1)	VENTI- LAÇÃO MÍNIMA (1)	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUN- DIDADE MÁXIMA
Vestíbulo	0,80	-	-	-	2,30	-
Sala de Estar	2,50	10,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Sala de Refeições	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	-
Copa	1,80	5,00	1/6	1/12	2,50	-
1º e 2º Quartos	2,50	8,00	1/6	1/12	2,50	-
Demais Quartos	2,00	5,00	1/6	1/12	2,50	-
Banheiro	1,00	1,50	1/8	1/16	2,20	-
Lavand- ria	1,50	2,50	1/8	1/16	2,20	-
Depósito	1,00	1,50	-	-	2,10	-
Garagem	2,20	9,00	1/12	1/24	2,20	3 vezes o pé-direito
Abrigo	2,00	-	-	-	2,20	-
Despensa	1,00	1,50	1/8	1/16	2,50	-
Corredor	0,80	-	-	-	2,30	-
Escritório	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Escada	0,80	-	-	-	2,00	-

## Notas

(1) Os itens de iluminação mínima e ventilação mínima referem-se a relação entre a área da abertura e a área do piso

# ANEXO 2 DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E CASAS POPULARES

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E CASAS POPULARES						
CÔMODO	DIÂ- METRO CÍRCULO INSCRITO (m)	ÁREA MÍNIMA (m²)	ILUMI- NAÇÃO MÍNIMA	VENTI- LAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUN- DIDADE MÁXIMA
Salas	2,50	7,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Cozinha	1,80	4,00	1/6	1/12	2,30	-
Quartos	2,00	5,00	1/6	1/12	2,50	-
Banheiro	1,00	1,50	1/8	1/15	2,30	-
Corredor	0,80	-	-	-	2,30	-
Escada	0,80	-	-	-	2,00	-

# ANEXO 3 DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO COLETIVA (PARTES COMUNS)

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO COLETIVA (PARTES COMUNS)						
-------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--

CÔMODO	CÍRCULO INSCRITO (m)	ÁREA MÍNIMA (m²)	ILUMI- NAÇÃO MÍNIMA	VENTI- LAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUN- DIDADE MÁXIMA
Hall do Prédio	3,00	-	1/10	1/20	2,50	3 vezes o Pé-Direito
Corre- dores Principais	1,20	-	-	-	2,50	-
Escada	1,20	-	-	-	2,00	-
Rampa	1,20	-	-	-	2,00	-

# ANEXO 4 DIMENSÕES MÍNIMAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

DIMENSÕES MÍNIMAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO						
TIPO DE VEÍCULO	DIMENSÃO (m)	INCLINAÇÃO DA VAGA				
		0°	30°	45°	60°	90°
Automóvel e Utilitário	Altura	2,40	2,40	2,40	2,40	2,40
	Largura	2,40	2,40	2,40	2,40	2,40
	Comprimento	5,00	4,50	4,50	4,50	4,50
	Faixa manobra	3,00	2,75	2,90	4,30	4,60
Ônibus e Caminhões	Altura	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
	Largura	3,20	3,20	3,20	3,20	3,20
	Comprimento	13,00	12,00	12,00	12,00	12,00
	Faixa manobra	5,40	4,70	8,20	10,85	14,50

## Lei Complementar Nº. 019, de 11 de Agosto de 2011.

### CÓDIGO DE POSTURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 019, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 05, DE 05 DE JULHO DE 2005.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código dispõe sobre o Poder de Polícia Administrativa a cargo do Município em matéria de utilização do espaço e da higiene no município, da preservação do Meio Ambiente, de bem-estar público, de Licenciamentos de atividades Econômicas, das infrações e penalidades e demais disposições estatuinte as necessárias relações entre o Poder Público local e os municípios.

§ 1º O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas dos espaços referidos no caput deste artigo.

§ 2º Estão sujeitas à presente regulamentação, no que couber, as edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações quotidianas do meio urbano.

Art. 2º As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo anterior, bem como do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais visam:

I - Garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;

II - Estabelecer padrões relativos à promoção da saúde, qualidade de vida e de conforto ambiental;

III - Promover a segurança e harmonia dentre os municípios;

IV - Assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações neste município.

§ 1º É livre à população o uso e circulação pelos logradouros públicos, nos termos desta Lei.

§ 2º São considerados logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum pertencentes ao município de FORQUILHINHA, tal como definidos em legislação federal.

§ 3º É livre à população o acesso aos bens públicos de uso especial, tais como, Prefeitura Municipal e anexos; Biblioteca Municipal; Centro Cultural; Fórum; Correios dentre outros nos horários de expediente ou visitação pública, nos termos de seus regulamentos próprios.

Art. 3º Incumbe ao Prefeito, servidores públicos municipais, demais autoridades e cidadãos, zelar pela observância dos preceitos deste Código.

## CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 4º Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso do seu poder de polícia, sujeitando o infrator às penalidades constantes neste Código.

Art. 5º Será considerado infrator, além daquele que praticar ação ou omissão:

- I - O co-autor;
- II - O mandante;
- III - Quem motivar alguém a praticar infração;
- IV - O partícipe a qualquer título;
- V - O agente fiscal, que tendo conhecimento de infração, deixar de notificar ou autuar o infrator.

§ 1º Na hipótese da infração ser cometida por Agente de qualquer Poder Público, cabe ao cidadão denunciar a irregularidade ao órgão municipal competente ou ao Prefeito Municipal.

§ 2º Terá o Poder Público Municipal o prazo de 10 (dez) dias úteis para averiguar a denúncia e responder ao denunciante.

Art. 6º As infrações resultantes do descumprimento das disposições desta lei sujeitam o responsável às seguintes sanções:

- I - Multa;
- II - Apreensão;
- III - Embargo;
- IV - Cassação.

Parágrafo único. Quando as infrações descritas no artigo 6º não forem situações de apreensão e/ou embargo será necessariamente precedida de notificação preliminar, a qual será definida o prazo de até 30 dias para regularização.

Art. 7º Quando o Agente fiscalizador constatar a ocorrência de infração prevista nesta Lei, deverá lavrar Auto de Infração que conterá:

- I - O Relatório da Irregularidade constatada;
- II - A sanção prevista para a infração.

§ 1º Notificação é o procedimento administrativo, por meio do qual o Poder Público comunica à parte interessada, da lavratura do Auto de Infração.

§ 2º A notificação deverá conter:

- III - Relato resumido da irregularidade constatada, além da sanção cabível, se for o caso;
- IV - Discriminação das medidas ou providências a serem tomadas pela parte e o respectivo prazo.

Art. 8º As penalidades cominadas nesta lei, quando aplicadas, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. Aplicada qualquer penalidade prevista nesta Lei, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência legal que a houver determinado.

Art. 9º Ao infrator que incorrer simultaneamente em mais de uma infração, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades cominadas.

## SEÇÃO I DAS MULTAS

Art. 10. A multa será aplicada pelo órgão municipal competente em vista do Auto de Infração e de acordo com a escala estabelecida.

Parágrafo único. A pena de multa reverte-se para o município, de forma a ser definida pelo órgão municipal competente, cuja regulamentação se dará por decreto.

Art. 11. A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 12. Quando da imposição da multa será notificado o infrator, cabendo-lhe recurso ao órgão fiscalizador, a ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da notificação.

I - Caso o infrator não interponha recurso, deverá pagar a multa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação;

II - O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa e cobrança judicial.

Art. 13. A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da infração assim definida:

- I - Infrações Leves, com multas de 100 UFM e aplicadas na primeira autuação;
- II - Infrações Médias, com multas de 500 UFM e aplicadas na primeira reincidência;
- III - Infrações Graves, com multas de 1000 UFM e aplicadas na segunda reincidência;
- IV - Infrações Gravíssimas, com multas de 2000 UFM e aplicadas a partir da terceira reincidência.

Parágrafo único. Considera-se reincidência outra infração de mesma natureza.

Art. 14. Serão ainda consideradas para a graduação das multas:

- I - Gravidade da infração, considerando:
  - a) A natureza da infração;
  - b) As consequências à coletividade;
  - c) Legislação Federal, Estadual e Municipal, atinente à espécie.
- II - Circunstâncias atenuantes:
  - a) A ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;
  - b) O infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo;
  - c) Ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.
- III - Circunstâncias agravantes:
  - a) A reincidência na infração;
  - b) Provocar consequências danosas ao meio ambiente ou à saúde de terceiros;
  - c) Danificar áreas de proteção ambiental;
  - d) Agir com dolo direto ou eventual;
  - e) Provocar efeitos danosos a propriedade alheia;
- IV - Antecedentes do infrator.

Parágrafo único. O executivo municipal regulamentará este Artigo 14, por decreto, no que couber.

Art. 15. A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pelo órgão municipal competente, via decreto municipal.

## SEÇÃO II DA APREENSÃO

Art. 16. A apreensão consiste na tomada de coisas móveis ou semoventes, que forem elementos de infração, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo, podendo ser entregue a depositário fiel, nos termos da lei.

Parágrafo único. Será apreendido todo e qualquer material, mercadoria ou equipamento que esteja exposto ou sendo comercializado, cujo vendedor não apresente a respectiva licença.



Art. 17. Nos casos de apreensão será lavrado pelo Agente fiscalizador o respectivo auto de infração, descrevendo detalhadamente a coisa apreendida, que deverá ser recolhida ao depósito municipal ou permanecer no local, caso o objeto seja irremissível por razões diversas, o qual será lavrado termo de depositário fiel.

§ 1º A devolução da coisa apreendida, quando possível de devolução, dar-se-á depois de pagas as multas aplicadas ao caso e indenizado o Poder Público Municipal das despesas que tiverem sido efetivadas em decorrência da apreensão e/ou transporte e depósito.

§ 2º Produtos alimentares perecíveis que venham a ser apreendidos em bom estado de conservação, origem e procedência, serão imediatamente repassados às instituições de caridade, quando couber e aprovados pelos órgãos sanitários competentes.

§ 3º Serão encaminhados para destruição quando se tratar de produto impróprio para o consumo.

Art. 18. Caso não seja reclamada e retirada dentro de 30 (trinta) dias, a coisa apreendida será vendida em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada no pagamento das multas e despesas de que trata o artigo anterior.

§ 1º Se houver qualquer saldo, ficará este à disposição do proprietário da coisa apreendida, que poderá retirá-lo mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º Prescreve em 05 (cinco) dias o prazo para exercício do direito especificado no parágrafo anterior.

Art. 19. No caso de haver omissão por parte do obrigado no cumprimento desta Lei, poderá ser prestada a obrigação pelo Poder Público Municipal.

§ 1º Todas as despesas correrão por conta do faltoso.

§ 2º As medidas contidas neste artigo somente poderão ser executadas depois de devidamente notificado o infrator.

### SEÇÃO III DO EMBARGO

Art. 20. O embargo consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população ou Meio Ambiente e que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

Parágrafo único. A aplicação da penalidade de embargo de que trata este artigo não impede a aplicação concomitante de outros tipos de penalidades, exceto a de cassação.

Art. 21. Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I - Falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II - Quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

III - Atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infringam qualquer legislação municipal;

Art. 22. O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

### SEÇÃO IV DA CASSAÇÃO

Art. 23. A cassação consiste na anulação de alvarás, licenças e autorizações expedidas pelo Poder Público Municipal para exercer atividades de qualquer natureza.

Art. 24. O Alvará de Localização e Funcionamento e Alvará Sanitário do estabelecimento poderá ser cassado, além das situações previstas no Código de Obras, como medida de proteção:

I - Da higiene,

II - Da saúde;

III - Da moral;

IV - Do meio ambiente;

V - Do sossego público;

VI - Da segurança pública.

Parágrafo único. Cassado o Alvará de Localização e Funcionamento e Alvará Sanitário, o estabelecimento será imediatamente fechado até que seja regularizada a atividade ali instalada, qualquer que seja a sua natureza.

### TÍTULO II DA HIGIENE PÚBLICA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estâbulos e pocilgas.

Art. 26. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o funcionário competente apresentará o relatório circunstanciado, sugerindo ou solicitando providências à bem da higiene pública.

Parágrafo único. A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá a instâncias superiores (Estadual e/ou Federal), quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

### CAPÍTULO II DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 27. Compete ao Município, em colaboração com seus municípios, manter limpa a área municipal mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas, bem como coleta, transporte e destinação final do lixo até o Aterro Sanitário.

Parágrafo único. A execução dos serviços de limpeza pública, de competência do Município, poderá ser realizada diretamente ou por terceiros, observadas as prescrições legais pertinentes.

Art. 28. Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteira à sua residência.

Parágrafo único. É proibido varrer lixo e detritos sólidos de qualquer natureza para canos, valas, sarjetas, bueiros ou canais das vias públicas.

Art. 29. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, bocas de lobo, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 30. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - Consentir no escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

II - Transportar sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

III - Queimar no Perímetro Urbano, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos, que possam causar danos ao Meio Ambiente.

IV - Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas.

Art. 31. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações, várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população, prejudicar a estética da cidade, ou que causem danos ao meio ambiente.

Art. 32. O Município manterá o serviço regular de coleta e transporte de resíduos nas ruas e demais logradouros públicos da cidade e mediante pagamento do preço do serviço público, fixado nas tabelas oficiais vigentes.

Art. 33. Os resíduos sólidos das habitações e demais geradores deverão ser armazenados em sacos plásticos apropriados, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 34. Caberá ao Município fixar os dias da semana para a coleta e remoção dos materiais a seguir especificados:

I - Resíduos sólidos de residências; de escritórios e consultórios; comércio em geral; restaurantes, lanchonetes; mercearias; hotéis



e supermercados.

II - Móveis, colchões, utensílios de mudanças e outros similares;

III - Restos de limpeza e podas de jardins;

IV - Entulho, terras e sobras de material de construção;

V - Materiais contaminados, radioativos ou outros que necessitem de condições especiais na sua remoção;

VI - Material remanescente de obras ou serviços em logradouros públicos; e

VII - Sucatas.

§ 1º Os serviços constantes do inciso I do caput deste artigo são de caráter permanente.

§ 2º Serão de responsabilidade dos geradores, os serviços constantes dos incisos II e VII do caput deste artigo.

§ 3º Os serviços de coleta, transporte e destino final de resíduos sólidos da saúde serão de responsabilidade dos respectivos geradores, inclusive os decorrentes de consultórios médicos e odontológicos, laboratórios, clínicas, farmácias e similares.

Art. 35. Os promotores de eventos culturais, religiosos e esportivos, dentre outros, são responsáveis pela limpeza dos logradouros que forem atingidos por resíduos gerados em função da atividade.

Art. 36. As áreas de comercialização, utilizadas por feirantes e vendedores ambulantes, deverão ser mantidas permanentemente limpas, durante e após a realização das atividades.

Art. 37. Os feirantes e vendedores ambulantes deverão realizar a limpeza de sua área de trabalho e acondicionar os resíduos em sacos plásticos para serem recolhidos pela coleta pública.

Art. 38. É obrigatória a disponibilização pelo feirante ou vendedor, de depósito de água para a higiene e limpeza do local e trabalhadores.

Art. 39. Os proprietários ou condutores de animais serão responsáveis pela limpeza dos dejetos dispostos pelos mesmos em qualquer logradouro público.

§ 1º No perímetro urbano consolidado como área residencial de acordo com a lei de uso e ocupação do solo, fica proibido o uso de agrotóxico, salvo quando em situações de emergência, mediante autorização previa do poder público municipal acompanhado de responsabilidade técnica.

§ 2º Não será permitida a instalação de estrumeiras que causem prejuízos ao meio ambiente ou maus odores na área urbana, devendo estas bem como o uso do estrume ficarem a uma distância mínima de 1.000,00 m (mil metros) do perímetro urbano.

Art. 40. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 500 UFM.

### CAPÍTULO III

#### DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E EDIFICAÇÕES

Art. 41. As residências urbanas ou suburbanas deverão ser mantidas em perfeitas condições de habitabilidade e em bom estado de conservação.

Art. 42. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátio dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Art. 43. Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Art. 44. No Perímetro Urbano do município, nenhum terreno urbano pode, por força deste Código, ser mantido sem muro, grades ou outros fechamentos, conforme definido no Código de Obras.

Art. 45. Nenhum terreno urbano, mesmo murado, pode ser mantido com entulho de qualquer espécie ou procedência, com mata-gal ou com água empoçada.

§ 1º A limpeza a que alude o caput deste Artigo, será sempre de responsabilidade do proprietário do terreno, correndo por sua conta, as despesas necessárias para mantê-la.

§ 2º Havendo denúncia, anônima ou nominal, por parte de qualquer cidadão, com referência à infringência do que dispõe este Artigo, o órgão municipal competente notificará o proprietário do terreno urbano, concedendo-lhe o prazo máximo de 10 (dez) dias para que regularize a situação.

§ 3º Não sendo atendida a notificação mencionada no parágrafo anterior, a Prefeitura executará a limpeza, cobrando-se os custos decorrentes do notificado, que além dessas despesas arcará com o pagamento da multa correspondente, conforme Art. 13 e Art. 14 do presente Código.

Art. 46. A infração de qualquer das disposições dos Artigos 44 e 45 (acima), sujeitará o infrator ou o responsável pela infração, à multa variável conforme Art. 13 e Art. 14, deste código, acrescida de 50% (cinquenta por cento) a cada notificação não atendida ou a cada reincidência, não cabendo ao executado, recurso da ação.

Art. 47. Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - Vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II - Facilidade de sua inspeção;

III - Tampa removível.

IV - Limpeza e manutenção.

Art. 48. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer seja individualmente, ou coletivo.

Art. 49. As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 50. É proibido fumar em estabelecimentos onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais:

I - Elevadores;

II - Transportes coletivos municipais;

III - Auditórios, museus, cinemas e teatros;

IV - Hospitais e Maternidades;

V - Estabelecimentos comerciais;

VI - Estabelecimentos Públicos;

VII - Escolas de 1º e 2º Grau.

§ 1º Nos recintos descritos neste Artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade do público.

§ 2º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

### CAPÍTULO IV

#### DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 51. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos desde Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuando os medicamentos.

Art. 52. Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde.

I - Ocorrendo o fato constante do caput, os produtos serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado a inutilização dos mesmos.

II - A inutilização dos gêneros não eximirá o responsável pela fabricação ou pelo estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

III - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 53. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - O estabelecimento terá, para depósito de verduras que devem ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfícies impermeáveis e livre de quaisquer contaminações;

II - As frutas expostas à venda colocadas sobre mesas ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas 1,00m(um metro) no mínimo das ombreiras das portas externas;

III - As gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que deve ser feita diariamente.

Parágrafo único. É proibido utilizar-se para outros fins os depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 54. É proibido ter em depósito ou expostos a venda:

I - Aves doentes;

II - Legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 55. Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente própria para consumo.

Art. 56. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 57. As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - O piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos deverão ser revestidas de material liso, lavável e impermeável.

II - As salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e a prova de insetos.

Art. 58. Não é permitido dar ao consumo carne fresca de bovinos, suínos ou caprinos, que não tenham sido abatidos em matadouros sujeito à fiscalização.

Art. 59. Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em local em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos a venda.

Art. 60. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 2000 UFM.

## CAPÍTULO V

### DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 61. Os hotéis, restaurantes, bares, cafés botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I - a lavagem da louça deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - a higienização da louça e talheres deverá ser feito com água apropriada.

III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas e ventilados, não podendo ficar expostos a contaminação de qualquer tipo.

Art. 62. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 63. Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas individuais.

Parágrafo único. - Os oficiais ou empregados usarão durante o trabalho roupas apropriadas e limpas.

Art. 64. Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais deste código, que lhes forem aplicáveis, são obrigatórias:

I - a existência de uma lavanderia à água quente com instalação completa de desinfecção;

II - a existência de depósito apropriado para roupa servida;

III - a instalação de uma cozinha, com no mínimo três peças, destinadas respectivamente a depósito de gêneros, a preparo de comida e à distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter os pisos e paredes revestidas com material liso, lavável e impermeável.

Art. 65. A instalação dos necrotérios de capelas mortuárias será feito em prédio isolado, distante no mínimo vinte metros das habitações vizinhas e situadas de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Art. 66. As cocheiras e estábulos existentes na Zona rural do município deverão, além da observância de outras disposições deste Código, que lhes foram aplicadas, obedecer ao seguinte:

I - possuir muros divisórios, com 3,00 m (três metros) de altura mínima separando-se dos terrenos limítrofes;

II - conservar a distância mínima de 2,50m (dois metros e meio) entre a construção e a divisa do lote;

III - possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas das chuvas;

IV - possuir depósito para estrume, à prova de insetos e com capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para a zona rural;

V - possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais, devidamente vedado aos ratos;

VI - manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;

VII - obedecer a um recuo de acordo com a legislação vigente do alinhamento do logradouro.

Art. 67. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 500 UFM.

## TÍTULO III

### DA POLÍTICA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

#### CAPÍTULO I

##### DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 68. É expressamente proibida a venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos pelas casas de comércio ou aos ambulantes A MENORES.

Parágrafo único. A reincidência na infração deste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

Art. 69. Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do município, exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprias para banhos ou esportes náuticos.

Parágrafo único. Os praticantes de esportes ou banhistas deverão trajar-se com roupas apropriadas.

Art. 70. Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos, sendo proibida a venda a menores.

Parágrafo único. As desordens, algazarra ou barulho porventura nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 71. É vedada, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço de qualquer natureza e nas casas de diversão, a produção de ruídos que, por sua natureza, perturbem o sossego público, bem como a prática de atividades contrárias à moral e aos bons costumes.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a Administração Pública poderá autorizar o uso de alto-falantes e instrumentos musicais para fins de propaganda.

Art. 72. É vedado a qualquer pessoa que habite em edifício de apartamento residencial:

I - Usar, alugar ou ceder apartamento ou parte dele para escolas de canto, dança ou música, bem como para seitas religiosas, jogos e recreios, ou qualquer atividade que determine o afluxo exagerado de pessoas;

II - Usar alto-falantes, pianos, rádio, máquina, instrumento ou aparelho sonoro em altura de volume que cause incômodo aos demais moradores.

Parágrafo único. Qualquer pessoa que considerar seu sossego perturbado por sons e ruídos não permitidos poderá solicitar ao órgão competente municipal providências cabíveis.

Art. 73. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos, em especial entre as 22 horas e as 07 horas.

§ 1º Entendem-se como Ruídos ou Sons Excessivos, o som puro ou mistura de sons capazes de prejudicar a saúde, a segurança ou o sossego público, tais como:

I - os de motores de explosão desprovidos de silencioso, ou com estes em mau estado de funcionamento;

II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer

outros aparelhos;

III - a propaganda com alto-falantes, bumbos, tambores, cornetas, e outros sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - os produzidos por arma de fogo;

V - Os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI - os de apitos ou silvos de sirene de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas;

VII - os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

§ 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança ou ao sossego públicos, quaisquer ruídos que:

I - Atinja no ambiente exterior e no recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 dB (oitenta e cinco decibéis), medidos no curso "C" do aparelho medidor de Intensidade de Sons, de acordo com o método MB-268 prescrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II - Alcancem, no interior do recinto em que têm origem níveis de sons superiores aos considerados normais pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 74. Não são proibidos os ruídos e sons produzidos pelas seguintes formas:

I - Por sinos de igrejas, conventos e capelas, desde que sirvam exclusivamente, para indicar horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos, devendo ser evitados os toques antes de 5 (cinco) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas;

II - Por bandas de músicas em procissões, cortejos ou desfiles públicos nas datas religiosas e cívicas ou mediante autorização especial do órgão municipal competente.

III - Por sirenes ou aparelhos de sinalização de ambulâncias ou de carros de bombeiros e da polícia;

IV - Por apitos das rondas e guardas policiais;

V - Por máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pela Administração, desde que funcionem entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas e não ultrapassem o nível máximo de 90 dB (noventa decibéis), medidos na curva "C" do aparelho medidor de intensidade de som à distância de 5,00m (cinco metros) de qualquer ponto da divisa do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas;

VI - Por toques, apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, desde que seja entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, estejam legalmente regulados na sua intensidade de som e funcionem com extrema moderação e oportunidade, na medida do estritamente necessário;

VII - Por sirenes ou outros aparelhos sonoros, quando funcionem, exclusivamente, para assinalar horas, entradas ou saídas de locais de trabalho, desde que os sinais não se prolonguem por mais de 60 (sessenta) segundos e não se verifiquem, no caso de entrada ou saída de estabelecimentos, depois das 19 (dezenove) horas;

VIII - Por explosivos empregados em pedreiras, rochas ou suas demolições, desde que as detonações sejam das 7 (sete) às 19 (dezenove) horas e autorizadas previamente pela Administração Pública;

IX - Por manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados e entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas.

Parágrafo único. Ficam proibidos ruídos, barulhos e rumores, bem como a produção dos sons excepcionalmente permitidos no presente artigo, nas proximidades de hospitais, casas de saúde e sanatórios, escolas, teatros, cinemas e templos religiosos, nas horas de seu funcionamento.

Art. 75. As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à rádio recepção.

Parágrafo único. As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das dezoito horas, nos dias úteis.

Art. 76. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 500 UFM.

## CAPÍTULO II

### DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS, DOS FESTEJOS E ATIVIDADES DE CARÁTER PROVISÓRIO

Art. 77. Para realização de divertimentos e festejos públicos, nos logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença para funcionamento, alvará sanitário e alvará do bombeiro.

§ 1º As exigências do presente artigo são extensivas às competições esportivas, aos bailes, aos espetáculos, a circos, festas de caráter público ou divertimentos populares de qualquer natureza.

§ 2º Excetuam-se das prescrições do presente artigo as reuniões particulares, realizadas por clubes ou entidades profissionais e beneficentes, em suas sedes, bem como as realizadas em residências.

Art. 78. O requerimento do Alvará de Localização e Funcionamento dos divertimentos públicos será acompanhado dos certificados que comprovam terem sido satisfeitas as exigências regulamentares da legislação federal, estadual e municipal, nos casos cabíveis.

§ 1º Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 2º A armação de circos de pano ou parques de diversões só será possível em locais permitidos pela Prefeitura.

§ 3º A seu juízo, a Prefeitura poderá não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou sujeitá-los a novas restrições ao renovar a licença.

Art. 79. A instalação e funcionamento de circos, parques de diversões e congêneres está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I - Requerimento;

II - Autorização do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil;

III - Instalações sanitárias e suas adequações com normas de Acessibilidade;

IV - Atendimento das normas de Acessibilidade conforme lei específica e normas da ABNT;

V - Reserva de lugares para portadores de necessidades especiais tais como cadeirantes; pessoas portadoras de deficiência visual; pessoas de mobilidade reduzida, incluindo obesos.

Art. 80. Uma vez instalado o parque de diversões ou congêneres, não serão permitidas modificações nas instalações ou seu aumento, sem a licença prévia, após a vistoria técnica do órgão municipal competente.

Art. 81. Descumpridas as condições impostas pelo Município, o órgão competente poderá promover a interdição do empreendimento.

Art. 82. A apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos equipamentos será exigida, desde que seja realizada vistoria pela Prefeitura Municipal, atestando o atendimento das normas de Acessibilidade, Segurança para as edificações e instalações de equipamentos, prevista pela legislação municipal, estadual e federal.

Art. 83. A Administração poderá exigir um depósito de no máximo três salários mínimos vigentes na região, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recuperação do logradouro público.

Parágrafo único. O depósito será restituído integralmente, mediante requerimento, se não houver necessidade de limpeza ou recuperação do logradouro; em caso contrário, serão deduzidas as despesas com os serviços executados pela Administração.

Art. 84. As licenças para os parques de diversões e congêneres serão concedidas por prazo inicial não superior a 03 (três) meses, devendo ser renovada a vistoria, para que haja renovação ou prorrogação da licença.

Parágrafo único. A prorrogação ou renovação de licença poderá ser negada, podendo a Administração Municipal por outro lado,



estabelecer novas exigências e restrições relativamente a qualquer elemento do parque e podendo, ainda, ser este interditado antes de terminar o prazo de licença concedido, se por motivos de interesse ou segurança pública.

Art. 85. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

II - as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

VI - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de sistema de combate a incêndio de acordo com as normas estabelecidas pelos bombeiros.

VII - possuirão bebedouro automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VIII - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

IX - deverão possuir material de pulverização de inseticidas com apresentação de certificado de desratização e desinsetização;

X - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

Art. 86. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve-se cumprir lapso de tempo suficiente para permitir a renovação do ar, entre a saída e a entrada dos espectadores.

Art. 87. Em todos os teatros, circos, ou salas de espetáculos às autoridades policiais e municipais terão acesso livre para exercer a fiscalização.

Art. 88. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 89. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anúncio e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Art. 90. Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100,00 m (cem metros) de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Art. 91. Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverão ser observadas as seguintes:

I - a parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo entre as duas, mais que as indispensáveis comunicações de serviço;

II - a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada a permanência do público.

Art. 92. Para funcionamento de cinema serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - preferencialmente funcionarão em pavimentos térreos;

II - os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;

III - no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipiente especial,

incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 93. Na localização de "dancings", ou de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego e decoro da população, observando-se ainda a Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Art. 94. Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público para realizar-se dependem de prévia licença da Prefeitura.

Art. 95. É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

Art. 96. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 500 UFM.

### CAPÍTULO III DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 97. Igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso devem ser respeitados, sendo proibido pichar suas paredes e muros, ou neles pregar cartazes.

Art. 98. Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 99. As igrejas, templos e casas de culto não poderão conter maior número de assistentes, a qualquer de seus ofícios do que a lotação comportada por suas instalações.

Art. 100. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente de 500 UFM.

### CAPÍTULO IV DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 101. O trânsito, de acordo com as Leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 102. É proibido embarcar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

§ 1º Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização adequada conforme determina a lei específica.

§ 2º Em qualquer intervenção nas vias e logradouros públicos, o Poder Público e as empresas concessionárias responsáveis pela execução das obras e dos serviços garantirão o livre trânsito e a circulação de forma segura das pessoas em geral, especialmente das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, durante e após a sua execução, de acordo com o previsto em normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na legislação específica.

Art. 103. Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§1º Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.

§2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 104. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 105. Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 106. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, quando não prevista pena no código Nacional de Trânsito, será imposta a

multa correspondente ao valor de 500 UFM.

## CAPÍTULO V DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 107. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 108. O Poder Público e toda a comunidade são responsáveis pelas ações de prevenção e controle de zoonoses no município. Parágrafo único. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I - Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da saúde pública veterinária.

II - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais;

III - Preservar a saúde e o bem estar da população humana, evitando-lhes danos causados por animais.

Art. 109. Ao município, cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais tais como roedores, moscas, mosquitos, pulgas e outros vetores.

§ 1º É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis e outros materiais que propiciem a instalação de roedores e outros vetores.

§ 2º Os estabelecimentos que comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de acúmulos de águas originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 110. É proibida no Perímetro Urbano a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

§ 1º É proibida a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal.

§ 2º É igualmente proibida a criação, no perímetro urbano da sede municipal de qualquer espécie de gado.

§ 3º É proibida a manutenção de estábulos e cocheiras na zona urbana.

Art. 111. Ficam proibidos os espetáculos de feras, exhibições de animais perigosos; rinhas de galo e outros.

Art. 112. É expressamente proibido:

I - Criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

II - Criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III - Criar pombos nos forros das casas de residências.

Art. 113. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, tais como:

I - Transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior as suas forças;

II - Carregar animais com peso superior a 150 quilos;

III - Montar animais que já tenham a carga permitida;

IV - Fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

V - Obrigar qualquer animal a trabalhar mais de 8 horas contínuas sem descanso e mais de 6 horas, sem água e alimento apropriado;

VI - Martirizar animais com esforços excessivos;

VII - Castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar a custa de castigo e sofrimentos;

VIII - Castigar com rancor e excesso qualquer animal;

IX - Conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimento;

X - Transportar animais amarrados à traseira de veículos, ou atados um ao outro pela cauda;

XI - Abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

XII - Amontoar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentos;

XIII - Usar instrumentos, para estímulo e correção de animais;

XIV - Empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar

o animal;

XV - Usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XVI - Praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código que, acarrete e sofrimento para o animal.

Art. 114. É proibida a permanência de animais soltos em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art. 115. É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com o uso adequado de coleira e guia e conduzidos por pessoa com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§1º Incorre em multa quem conduzir animal na via pública pondo em perigo a segurança pública, somente sendo permitido animais devidamente contidos.

§2º Todo cão treinado para ataque ou de raça considerado de temperamento violento somente poderá transitar em vias e logradouros públicos usando focinheira e quando seu condutor possuir idade e força adequada para contê-lo.

§3º Fica proibido o trânsito de cães ou animais de raça considerada de temperamento violento em locais de maior concentração de público.

Art. 116. Será apreendido todo e qualquer animal:

I - Encontrado solto ou abandonado nas vias e logradouros públicos ou de livre acesso à população;

II - Suspeito de raiva ou outra zoonose;

III - Submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto;

IV - Mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V - Cuja criação ou uso sejam vedados por esta lei;

VI - No caso dos cães, que não cumprir o disposto no artigo anterior

VII - Serão apreendidos os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por agente sanitário, ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

Art. 117. O animal cuja apreensão for impraticável em função de ferimentos ou enfermidades poderá, a juízo do Agente sanitário, ser eutanasiado in loco, afastado da atenção pública e após terem-se esgotadas todas as tentativas de sua recuperação.

Parágrafo único. O proprietário do animal, quando identificado, deverá ser comunicado da ocorrência.

Art. 118. Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

I - Resgate

II - Leilão em hasta pública;

III - Adoção;

IV - Doação;

V - Eutanásia.

Parágrafo único. Os animais de grande porte, que não forem resgatados por seus proprietários serão leiloados ou doados a critério do órgão competente.

§ 1º O leilão em hasta pública ocorrerá mediante divulgação de edital, informando data, horário e local.

§ 2º Caso não haja comprador os animais de grande porte deverão incorporar-se ao patrimônio municipal, podendo ser abatidos ou doados mediante recibo a entidades filantrópicas, científicas ou pessoas físicas.

§ 3º A pessoa que receber a doação do animal ficará como fiel depositário, devendo comprometer-se a cuidar da saúde, dando-lhe alimentação, abrigo e condições adequadas de sobrevivência, não sendo permitido abandonar, doar a terceiros, vender ou maltratar o animal.

Art. 119. O Poder Público Municipal não responde por indenizações nos seguintes casos:

I - Dano ou óbito do animal apreendido, caso esteja ferido ou doente;

II - Eventuais danos a bens ou a pessoas causados pelo animal no ato da apreensão.

Art. 120. Os animais apreendidos deverão ser retirados dentro do prazo de 03 (três) dias, mediante pagamento da taxa de manutenção respectiva.



Art. 121. A eutanásia só será efetivada em animais portadores de patologias que não possuam cura clínica, devidamente comprovada por médico veterinário que deverá ser feita por esse profissional com anestesia geral profunda de maneira que não cause nenhuma angústia ou dor ao animal, segundo preconização da Organização Mundial da Saúde.

Parágrafo único. Neste caso, será permitido o acompanhamento do procedimento por entidades de defesa animal.

Art. 122. É de responsabilidade de estabelecimentos comerciais e residências que possuírem cães de guarda alertar os transeuntes através de placa indicativa, em lugar visível e de fácil leitura.

Art. 123. É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção de dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 124. Os proprietários de animais serão responsabilizados por desordens ou perturbações do sossego eventualmente causados pelos mesmos.

Art. 125. A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulada pelas respectivas Convenções, desde que não contrarie este Código.

Art. 126. Em caso de morte do animal, o proprietário é responsável pelo destino do cadáver.

Parágrafo único. Havendo suspeita de doença contagiosa, o proprietário deverá procurar orientação técnica e comunicar o órgão sanitário responsável.

Art. 127. Toda pessoa ou estabelecimento que vender ou negociar animais deverá estar licenciado e sujeito a fiscalização do órgão competente.

Parágrafo único. A licença obedecerá critérios do bem-estar animal.

Art. 128. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1000 UFM.

Parágrafo único. Qualquer cidadão poderá autuar os infratores, devendo o auto de infração ser assinado por duas testemunhas, e enviado à Prefeitura para as providências cabíveis nos termos deste código, e lei federal pertinente.

#### TÍTULO IV

#### DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS

Art. 129. Todo proprietário, arrendatário ou inquilino de casa, sítio, chácara ou terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros ou redutos de outros insetos nocivos existentes dentro de sua propriedade, de acordo com Código de Vigilância Sanitária.

§1º Verificada a existência de formigueiros ou outros insetos nocivos, pelos agentes fiscais do Município, será feita a intimação ao responsável, para que no prazo de 20 (vinte) dias proceda o seu extermínio.

§2º Se no prazo fixado não forem extintos os insetos nocivos, o Município, às expensas do proprietário ou ocupante do imóvel, fará o extermínio.

Art. 130. Na infração, a qualquer dispositivo desta Seção, será imposta multa correspondente ao valor de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFM.

#### CAPÍTULO I

#### DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 131. Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, conforme regulamentado no Código de Obras do município.

§1º Quando os tapumes forem construídos em esquinas as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles afixados de forma visível.

§2º Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

I - Construção ou reparo de muros ou gradis com altura não superior a 2,00m (dois metros);

II - Pinturas ou pequenos reparos.

Art. 132. O uso de andaimes deverá obedecer ao disposto no código de obras do município, sem obstruir o passeio e logradouros públicos, garantindo a segurança dos trabalhadores e transeuntes.

Art. 133. Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comício políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

I - Serem aprovados pela Prefeitura, quanto à sua localização;

II - Não perturbarem o trânsito público;

III - Não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV - Serem removidos no prazo máximo de 24 horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo único. - Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando ao responsável as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 134. Relógios, Estátuas, Fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos desde que comprovado o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura. §1º Dependerá, ainda de aprovação, o local escolhido para a fixação dos monumentos.

§2º No caso de paralisação ou mau funcionamento de relógio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto.

Art. 135. As bancas para a venda de jornais, revistas, cigarros e doces embalados poderão se instalar em praças e demais logradouros públicos a critério da Prefeitura Municipal, mediante Concessão de Uso outorgada sem que traga prejuízo à comunidade e que satisfaçam as seguintes condições:

I - Terem sua localização aprovada pela Prefeitura;

II - Apresentarem bom aspecto quando à sua construção;

III - Não perturbarem o trânsito público;

IV - Serem de fácil remoção.

Parágrafo único. Os padrões para os equipamentos serão estabelecidos pelo órgão municipal competente, não podendo ser alterados sem a prévia anuência.

Art. 136. É vedada a Concessão de Uso em locais com as seguintes características:

I - Rótulas ou praças situadas em rótulas do sistema viário;

II - Canteiros centrais do sistema viário.

Art. 137. Para a implantação de equipamentos em passeios deverá ser preservada uma faixa de circulação para pedestres com largura mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 138. Em praças, largos ou jardinetes, a somatória das áreas de projeção dos equipamentos existentes e previstos não poderá ultrapassar 2% (dois por cento) da superfície total do logradouro.

Art. 139. É vedada a exploração de banca a:

I - Distribuidor ou agente distribuidor de jornal e revista;

II - Titular de emprego público da União, do Estado, do Município, da Administração direta, indireta ou fundacional ou de entidade de economia mista.

Art. 140. O permissionário não poderá explorar mais de uma banca, a qualquer título, estendendo-se ao cônjuge e aos familiares do mesmo.

Art. 141. A seleção dos interessados na implantação de equipamentos de uso comercial ou de serviços em logradouros públicos se fará por meio de licitação pública, constará do Edital de licitação a descrição das obras e serviços a serem executados pelo interessado, através da Concessão de Uso, obedecendo a projeto de urbanização elaborado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O vencedor da licitação assumirá as condições estabelecidas pela Prefeitura, registradas em Contrato Administrativo.

Art. 142. Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do

passeio de largura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 143. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 500 UFM.

## CAPÍTULO II DA ARBORIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

Art. 144. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores da urbanização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas as disposições do Código Florestal Brasileiro e demais normas específicas.

§ 1º Quando se tornar absolutamente imprescindível, poderá ser solicitado pelo interessado a remoção ou o sacrifício de árvores, mediante o pagamento das despesas relativas ao corte e ao replantio.

§ 2º A solicitação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de justificativa, que será criteriosamente analisada e, se cabível, aprovada formalmente pelo órgão responsável da Prefeitura.

§ 3º As remoções importarão no imediato plantio da mesma ou de espécimes arbóreas, em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

Art. 145. Constitui infração ambiental o corte ou sacrifício de arborização pública, estando sujeito às multas estabelecidas nesta lei, sem prejuízo das demais penas aplicáveis determinadas pela Legislação Federal.

Art. 146. Caberá ao órgão competente da Prefeitura seguir o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo e implementá-lo com as espécies vegetais indicadas assim como sobre o espaçamento entre as árvores.

§ 1º Compete à Prefeitura, em colaboração com seus munícipes, a execução e conservação da arborização e ajardinamento dos logradouros públicos, conforme o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo.

§ 2º Fica proibido o plantio de árvores de espécies, *Eucalyptus* spp e *Pinus* spp na área urbana do município.

§ 3º Nas zonas rurais o plantio de espécies arbóreas de *Pinus* spp e *Eucalyptus* spp é permitido desde que atendam as seguintes especificações:

I - Distância mínima de 50 metros de nascentes d'água.

II - Distância de 30 metros ao longo de qualquer curso d'água.

III - Nas divisas fronteiriças deverá ser respeitada uma distância mínima da divisa de 10 metros de largura objetivando não dar impacto de vizinhança, e também 10 metros das vias públicas.

IV - A execução de reflorestamento ou recuperação ambiental, deverá ser precedida de licença ambiental, expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 147. Os passeios das vias, em zonas residenciais, mediante licença da Prefeitura, poderão ser arborizados pelos proprietários das edificações fronteiras, às suas expensas, obedecidas às exigências legais e as especificações técnicas determinadas pelo Órgão municipal competente.

Art. 148. Os tapumes e andaimes das construções deverão ser providos de proteção de arborização sempre que isso for exigido pelo órgão municipal competente.

Art. 149. Nas árvores das vias públicas não poderão ser amarrados ou fixados fios, pregos ou congêneres, nem colocados anúncios, cartazes ou publicações de qualquer espécie.

Art. 150. Sem prejuízo das demais exigências na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e demais normas oficiais adotadas pela Prefeitura, deverão constar da planta indicativa do arruamento ou loteamento, a ser submetido ao órgão municipal competente, a localização e o tipo de vegetação de porte arbóreo existente.

Art. 151. O plantio de novas árvores deverá ser constatado quando da vistoria para verificação da execução das obras de infraestrutura.

Art. 152. Nos Planos de Arruamento ou Projetos de Loteamentos deverá constar o Plano de Arborização e Paisagismo, quando

exigido a critério da Prefeitura, seguindo as diretrizes estabelecidas.

Parágrafo único. As espécies vegetais utilizadas no Plano de Arborização de Loteamento ou Arruamento deverão obedecer às recomendações do órgão competente da Prefeitura.

Art. 153. O Plano de Arborização de Loteamento ou Arruamento deverá ser aprovado pelo órgão municipal competente e executado pelo interessado.

## CAPÍTULO III DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 154. No interesse público cabe à Prefeitura fiscalização a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 155. São considerados inflamáveis:

I - O fósforo e os materiais fosforados;

II - A gasolina e demais derivados de petróleo;

III - Os éteres, alcoóis, a aguardente e os óleos em geral;

IV - Os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

V - Toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de cento e trinta graus centígrados (130°C).

Art. 156. Consideram-se, explosivos:

I - Os fogos de artifício;

II - A nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III - A pólvora e o algodão-pólvora;

IV - As espoletas e os estopins;

V - Os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI - Os cartuchos de guerra, de caça e minas.

Art. 157. É absolutamente proibido:

I - Fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II - Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais, quanto à construção e segurança;

III - Depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§1º Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas a quantidade fixada pela Prefeitura, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de vinte (20) dias.

§2º Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos desde que atendam à regulamentação das Forças Armadas.

Art. 158. Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais permitidos pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, observado o Estudo de Impacto de Vizinhança, e outras exigências do órgão ambiental, Forças Armadas e Corpo de Bombeiros.

§1º Os depósitos serão dotados de instalação para combate a Incêndio, conforme normas dos bombeiros.

§2º Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

Art. 159. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

§1º Não poderão ser transportados explosivos e inflamáveis; simultaneamente no mesmo veículo.

§2º Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 160. Não será permitida descarga de explosivos nos passeios e vias públicas.

Art. 161. É expressamente proibido:

I - Queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos nos logradouros públicos;

II - Soltar balões em toda a extensão do município;

III - Fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura e de outros órgãos competentes;

IV - Fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo.

§1º A proibição de que tratam os itens I, II e III poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, concedida por ocasião de festejos ou festividade religiosas de caráter tradicional indicando-se os locais apropriados;

§2º Os casos previstos no parágrafo 1º serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

Art. 162. Os projetos de construção de estabelecimento de comércio varejista de combustível, chamados de postos de abastecimento e serviços, estão sujeitos às normas que dispõem sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no município, bem como à legislação ambiental vigente e normas estaduais, ouvido o órgão municipal do meio ambiente.

Art. 163. A Prefeitura deverá regulamentar a construção de postos de abastecimento e serviços e sua operação em conformidade com a legislação ambiental e normas da ABNT, no prazo de 180 dias.

Art. 164. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1000 UFM, além da responsabilidade civil ou criminal do infrator, se for o caso.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 165. A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar queimadas das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 166. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 167. É proibido atear fogo em roçada, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - Preparar aceiros de no mínimo 7,00m (sete metros) de largura;

II - Mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 168. É proibido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados é proibido queimar campos de criação em comum.

Art. 169. A derrubada de mata dependerá de licença ambiental.

Art. 170. É expressamente proibido o corte ou danificação de árvore ou arbusto nos logradouros, jardins e parques públicos.

Art. 171. Fica proibida a formação de pastagem na zona urbana do município.

Art. 172. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1000 UFM.

#### CAPÍTULO V

##### DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA A SAIBRO

Art. 173. A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areias e de saibro depende de licença da Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes.

Art. 174. A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§1º Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:

I - Nome e residência do proprietário do terreno;

II - Nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

III - Localização precisa da entrada do terreno;

IV - Declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§2º O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Prova de propriedade do terreno;

II - Autorização para exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;

III - Planta da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada;

IV - Perfis do terreno em três vias.

§3º No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados nos incisos III e IV do parágrafo anterior.

Art. 175. As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo. Parágrafo único. Será interditada a pedreira ou parte da pedreira embora licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 176. Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes.

Art. 177. Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com o documento de licença anteriormente concedida.

Art. 178. Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Art. 179. A exploração de pedreiras com explosivos fica sujeita às seguintes condições:

I - Declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;

II - Colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pelos transeuntes, pelo menos a 100,00m (cem metros) de distância.

III - Intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões;

IV - Lançamento antes da explosão, de uma bandeira à altura conveniente para ser vista à distância;

V - Toque por três vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado dando sinal de fogo.

Art. 180. A instalação de olarias nas zonas urbanas e suburbanas do município deverá obedecer às seguintes prescrições:

I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanções nocivas;

II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

Art. 181. A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Art. 182. É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do município:

I - a jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;

II - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III - quando possibilitem a formação de lodos ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV - quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

Art. 183. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1000 UFM, além de responsabilidade civil ou criminal que couber.

#### CAPÍTULO VI

##### DOS MUROS E CERCAS

Art. 184. Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Código Civil Brasileiro.

Art. 185. Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 186. Os terrenos da zona urbana poderão ser fechados com



muros rebocados e caiados ou com grades de ferro ou madeira conforme dispõe o Código de Obras.

Parágrafo único. Será permitida a colocação de vidro assentados sobre alvenaria, fios de arame farpado ou outro equipamento de segurança conforme dispõe o Código de Obras do Município, a uma altura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 187. Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários serão fechados com:

I - cercas de arame farpado com três fios no mínimo de 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) de altura.

II - cercas vivas, de espécies vegetais adequadas e resistentes.

III - telas de fios metálicos com altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 188. Será aplicada multa correspondente ao valor de 500 UFM a todo aquele que:

I - fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo.

II - danificar, por quaisquer meio cercas existentes sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

## CAPÍTULO VII

### DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

Art. 189. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 190. São considerados meios ou instrumentos de propaganda e publicidade:

I - Os letreiros;

II - Os anúncios visíveis ao público;

III - A propaganda falada por meio de amplificadores de som, alto falante e propagandistas.

§ 1º Consideram-se letreiros, as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou o logotipo, a atividade principal, o endereço e o telefone.

§ 2º Consideram-se anúncios, as indicações de referência a produtos, serviços ou atividades por meio de placas, cartazes, painéis ou similares, instalados em locais estranhos àquele onde a atividade é exercida.

§ 3º A publicidade em imóveis, edificadas ou não, dependerá de licença expedida, sempre a título precário, pelo órgão municipal competente.

Art. 191. Os requerimentos de licença para propaganda ou publicidade deverão especificar:

I - Para letreiros:

a) Alvará de licença de localização no município;

b) Local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;

c) Natureza do material a ser empregado;

d) Dimensões;

e) Inteiro teor dos dizeres;

f) Disposição em relação à fachada, terreno e meio-fio;

II - Para anúncios

a) Alvará de licença de localização no município;

b) Local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;

c) Natureza do material a ser empregado;

d) Dimensões;

e) Inteiro teor dos dizeres;

f) Autorização do proprietário com firma reconhecida;

g) Definição do tipo de suporte;

h) Disposição do equipamento no terreno, em relação às divisas, ao alinhamento predial e às construções existentes.

Art. 192. As propagandas ou publicidades não poderão obstruir a circulação destinada aos pedestres, iluminação, ventilação de compartimentos de edificações vizinhas, ou não, bem como a

estética e beleza de obra de arte, fachada de prédios públicos, escolas, museus, igrejas, teatros ou, de algum modo prejudicar os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas e monumentos.

Art. 193. O veículo de divulgação deverá ser mantido em perfeito estado de conservação, cabendo ao responsável sua substituição durante o período concedido para a licença, caso se deteriore ou estrague, tornando-se fator de poluição visual.

Art. 194. Ficam proibidas a propaganda e publicidade, sejam quais forem suas finalidades, formas ou composições nos, seguintes casos:

I - Nas árvores, postes, bancos, toldos, abrigos, jardineiras, estátuas, monumentos, caixas de correio, caixas de telefone, coleta de lixo, alarme de incêndio, hidrantes, viadutos, pontes, canais, túneis, sinais de trânsito, passarelas e grades de proteção para pedestres;

II - Nos muros, andaimes, e tapumes, quando se tratar de cartazes, impressos, pinturas e letreiros de qualquer natureza, exceto aqueles afixados em quadros próprios, desde que atendida as exigências legais;

III - Em situações onde, vede portas, janelas ou qualquer abertura destinada à ventilação e iluminação;

IV - Nos meio-fios, passeios e leito das vias;

V - No interior de cemitérios;

VI - Quando prejudicarem a iluminação dos logradouros públicos, sinalização de trânsito e a orientação dos pedestres;

VII - Quando possuírem incorreções de linguagem ou façam uso de palavras em língua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência do léxico nacional, a ele hajam sido incorporadas;

VIII - Quando, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito e tráfego;

IX - Sejam ofensivas à moral, pessoas, crenças e instituições.

Art. 195. Na expedição do alvará de publicidade serão observados:

I - Em letreiros:

a) Para mais de um estabelecimento no térreo de uma edificação, a área destinada a publicidade deverá ser subdividida proporcionalmente entre os estabelecimentos;

b) é tolerado o anúncio para o mesmo estabelecimento, desde que não ultrapasse a terça parte do total estabelecido para o letreiro;

c) Permitido o anúncio em toldo somente na bambinela;

d) Para a edificação recuada do alinhamento predial em lote de esquina, o letreiro poderá ser instalado no recuo, a partir de 5,00 m (cinco metros) da confluência dos alinhamentos.

II - Anúncios em imóvel não edificado:

a) Deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e anualmente laudo técnico quanto às condições de estabilidade e segurança;

b) Deverá ser moldurado, contendo em local visível a identificação da empresa de publicidade e o número da licença;

c) No caso de anúncio luminoso não poderá ter sua luminosidade projetada para o imóvel vizinho, excetuando-se os casos em que essa edificação tenha cunho comercial;

d) Sua colocação fica condicionada à limpeza permanente do terreno e existência de muro e passeio, excetuando-se as rodovias, bem como a exigência de execução de passeio quando a via não for dotada de pavimentação definitiva, devendo, neste caso, a área referente ao passeio ser mantida ajardinada.

III - Anúncios em imóvel edificado:

a) Deverão ser atendidas as disposições apresentadas para anúncios em imóveis não edificados;

b) Afastamento mínimo das edificações será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

c) O anúncio não poderá vedar a fachada principal da edificação.

Art. 196. O anúncio no interior do lote para locação e venda do imóvel será permitida independente de licença específica, desde que não ultrapasse 60,00 cm (sessenta centímetros) por 80,00 cm (oitenta centímetros).

Art. 197. Será facultada às casas de diversões, teatros, cinemas e similares, a colocação de programas e de cartazes artísticos na sua

parte externa, desde que colocados em local próprio e se refiram exclusivamente às diversões nelas exploradas.

Art. 198. Nenhuma placa, tabuleta ou letreiro poderá ocupar mais de 5% (cinco por cento) da área da fachada.

Art. 199. Os letreiros, quando colocados sobre as marquises não poderão ultrapassar os limites fixados para as mesmas.

Art. 200. A Prefeitura estabelecerá, por ato do Poder Executivo, prazo para a retirada de toda a propaganda e anúncios luminosos que estejam em desacordo com o estabelecido neste Código.

Art. 201. Toda e qualquer propaganda ou publicidade deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como observar as características e funções definidas no projeto arquitetônico de construções aprovadas pela Prefeitura, de forma que não as prejudiquem.

Art. 202. Cessadas as atividades do anunciante ou a finalidade da propaganda ou publicidade, estabelecida na licença da Prefeitura, deverá ser retirado pelo anunciante todo e qualquer material referente à propaganda ou publicidade no prazo de 10 (dez) dias da data do encerramento.

Art. 203. O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na retirada do material por parte da Prefeitura, o qual só será devolvido ao proprietário após o pagamento das multas devidas assim como das despesas acrescidas de 20% (vinte por cento).

Art. 204. No caso de anúncios, propagandas, letreiros e publicidades já existentes e em desacordo com este Código, o órgão competente fará a notificação necessária, determinando o prazo para retirada, reparação, limpeza ou regularização.

Parágrafo único. Expirado o prazo estipulado na notificação, a Prefeitura efetuará os serviços necessários, cobrando, dos responsáveis, as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das multas aplicadas.

Art. 205. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 100 UFM.

## TÍTULO V

### DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

#### CAPÍTULO I

##### DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 206. Toda atividade comercial, industrial, prestadora de serviços ou comunitária, localizada em áreas particulares ou públicas somente poderá funcionar com o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Administração Pública, a requerimento dos interessados, observadas as disposições contidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e demais leis pertinentes.

Parágrafo único. Para os fins desta lei o Alvará de Localização e Funcionamento constitui a licença da prefeitura para as atividades econômicas no município de Forquilha.

Art. 207. A expedição do Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco ambiental, além do procedimento usual, dependerá de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Art. 208. A expedição de Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco à saúde pública, além do procedimento usual, dependerá de prévio parecer técnico sanitário expedido pela autoridade sanitária municipal.

Art. 209. Somente será concedida a licença quando o interessado comprovar o pagamento da taxa devida nos termos da legislação tributária.

Art. 210. Às infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de 100 UFM.

#### CAPÍTULO II

##### DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMUNITÁRIOS E INDUSTRIAIS

Art. 211. O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido mediante requerimento ao órgão competente.

Art. 212. O requerimento deverá especificar com clareza:

I - O ramo do comércio ou da indústria, ou a tipologia do serviço a ser prestado;

II - O endereço em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 213. Para ser concedido o Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA, as instalações de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços qualquer que seja o ramo de atividades a que se destinam deverão ser previamente vistoriados pelo órgão competente, no que diz respeito às seguintes condições:

I - Compatibilidade da atividade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo;

II - Adequação do prédio e das instalações às atividades que serão exercidas, conforme as exigências relativas que constam no Código de Obras;

III - Compatibilidade das soluções de segurança, prevenção de incêndio, moral e sossego público, previstas neste Código e na legislação estadual e federal pertinente;

IV - Compatibilidade dos requisitos de higiene pública e proteção ambiental, de acordo com as normas específicas.

Art. 214. Fica proibido o fornecimento de Alvará de Localização e Funcionamento para estabelecimentos que foram construídos irregularmente, que não estejam de posse do "Habite-se", e que estejam em:

I - Logradouros públicos;

II - Áreas de preservação ambiental;

III - Áreas de risco assim definidas pela administração municipal.

Art. 215. O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser renovado anualmente.

Art. 216. A critério do órgão competente poderá ser expedido o Alvará de Localização e Funcionamento temporário de estabelecimento, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 217. O estabelecimento ou atividades estão obrigados a novo licenciamento, mediante Alvará de Localização e Funcionamento, quando ocorrer as seguintes situações:

I - Mudança de localização;

II - Quando as atividades ou o uso forem modificados em quaisquer dos seus elementos;

III - Quando forem alteradas as condições da edificação, da atividade ou do uso após a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento;

IV - Quando a atividade ou uso se mostrarem incompatíveis com as novas técnicas e normas originadas do desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de proteger o interesse coletivo.

Parágrafo único. A modificação do Alvará de Localização e Funcionamento devido ao disposto no presente artigo deverá ser requerida no prazo de (30) trinta dias, a contar da data em que se verifique a alteração.

Art. 218. No Alvará de Localização e Funcionamento deverão constar os seguintes elementos:

I - Nome do interessado;

II - Natureza da atividade e restrições ao seu exercício;

III - Local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário, quando se tratar de estabelecimento fixo;

IV - Número de inscrição do interessado no Cadastro Fiscal do município;

V - Horário do funcionamento, quando houver.

Art. 219. O alvará de licença deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível, devendo ser exibido à autoridade fiscalizadora, sempre que esta o exigir.

#### SEÇÃO I

##### DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 220. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos



industriais e comerciais no município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho:

I - Para a indústria de modo geral:

- a) abertura e fechamento entre 6 e 19 horas nos dias úteis;
- b) aos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

II - Para o comércio de modo geral:

- a) abertura às 8 horas e fechamento às 18 horas nos dias úteis;
- b) nos itens previstos na letra b, item I, os estabelecimentos permanecerão fechados;

§1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades seguintes:

I - Impressão de jornais;

II - Laticínios e frios industriais;

III - Purificação e distribuição de água;

IV - Produção e distribuição de energia elétrica;

V - Serviço telefônico;

VI - Produção e distribuição de gás;

VII - Serviço de esgotos;

VIII - Serviço de transporte coletivo;

IX - Outras atividades, às quais, a juízo da autoridade federal competente, seja entendida tal prerrogativa.

§2º O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até as 22 horas.

Art. 221. Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:

I - Varejistas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos:

- a) nos dias úteis - das 6 às 20 horas;
- b) aos domingos e feriados - 6 às 12 horas;

II - Varejistas de peixe:

- a) nos dias úteis - das 5 às 19 horas;
- b) aos domingos e Feriados - 6 às 12 horas;

III - Açougues e Varejistas de carnes frescas:

- a) nos dias úteis - das 5 às 19 horas;
- b) nos domingos e feriados - 5 às 12 horas;

IV - Padarias:

- a) nos dias úteis - das 5 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados - 5 às 18 horas;

V - Farmácias:

- a) nos dias úteis - das 8 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados - no mesmo horário, para os estabelecimentos que estiverem de plantão obedecida a escala organizada pela Prefeitura.

VI - Restaurantes, bares, botequins, confeitarias, sorveterias e bilhares:

- a) nos dias úteis - 7 às 24 horas;
- b) nos domingos e feriados - das 7 às 22 horas;

VII - Agências de aluguel de bicicleta e similares:

- a) nos dias úteis - das 6 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados - 6 às 20 horas;

VIII - Charutarias e "bomboniéres":

- a) nos dias úteis - das 7 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados - das 7 às 12 horas;

IX - Barbeiros, cabeleireiros, massagistas e engraxates:

- a) nos dias úteis - das 8 às 20 horas;
- b) aos sábados e vésperas de feriados o encerramento poderá ser feito às 22 horas;

X - Cafés e leiterias:

- a) nos dias úteis - das 5 às 22 horas;
- b) nos domingos e feriados - das 5 às 12 horas;

XI - Distribuidores e vendedores de jornais e revistas:

- a) nos dias úteis - das 5 às 24 horas;
- b) nos domingos e feriados - das 5 às 18 horas;

XII - Lojas de flores e coroas:

a) nos dias úteis - das 7 às 22 horas;

b) nos domingos e feriados - das 7 às 12 horas;

XIII - Carvoarias e similares:

a) nos dias úteis - das 6 às 18 horas;

b) nos domingos e feriados - das 6 às 12 horas;

XIV - "Dancings", cabarés e similares - das 20 às 02 horas da manhã seguinte;

XV - Casas de Loteria:

a) nos dias úteis - das 8 às 20 horas;

b) nos domingos e feriados - das 8 às 14 horas;

XVI - Os postos de gasolina e empresas funerárias poderão funcionar em qualquer dia e hora.

§1º as farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

§2º Quando fechadas, as farmácias, deverão afixar à porta, uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§3º Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

## SEÇÃO II

### DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 222. Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por pessoa física, sem vínculo de terceiros, pessoa jurídica ou entidade, em locais e horários previamente determinados.

Art. 223. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do município

Art. 224. Para a obtenção da licença para comércio ambulante, o interessado formalizará o requerimento, que será protocolado, na Prefeitura Municipal, acompanhado de:

I - Cópia do documento de identidade;

II - Comprovante de residência;

III - Declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;

IV - Logradouros pretendidos para o exercício da atividade.

Art. 225. Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - número de inscrição;

II - residência do comerciante ou responsável;

III - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

§ 1º O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder, a qual somente lhe será restituída mediante requerimento e após o pagamento de multa correspondente.

§ 2º A licença para comércio ambulante é individual, intransferível e exclusiva para o fim ao qual foi destinada e deverá estar sempre disponível para apresentação, pelo seu titular, à fiscalização, sob pena de multa e apreensão.

§ 3º A licença será concedida pelo Poder Público, sempre a título precário e pelo prazo de (01) ano, podendo ser renovado anualmente.

Art. 226. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa: I - estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais e horários previamente determinados pela Prefeitura;

II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III - transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes, que de algum modo prejudiquem os transeuntes.

## SEÇÃO III

### DAS FEIRAS-LIVRES

Art. 227. As feiras-livres serão sempre de caráter transitório e de venda exclusivamente a varejo e destinar-se-ão ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade.

Art. 228. As feiras, de qualquer natureza, serão localizadas, orientadas e fiscalizadas pelo órgão municipal competente ao qual cabe redimensioná-las, remanejá-las ou proibir o seu funcionamento.

Art. 229. Para o exercício da atividade em feira-livre, além da licença, o feirante deverá ser previamente cadastrado no órgão municipal competente, além de ser portador da Carteira de Saúde devidamente atualizada.

Art. 230. A colocação das bancas, que deverão ser padronizadas e devidamente numeradas, obedecerá ao critério de prioridade, realizando-se o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias.

Art. 231. São obrigações comuns a todos os que exercerem atividades nas feiras:

I - Usar de urbanidade e respeito para com o público em geral, bem como acatar as ordens emanadas da autoridade competente;  
II - Possuir em suas barracas, se for o caso, balanças, pesos e medidas devidamente aferidas sem vício ou alteração com que possa lesar o consumidor;

III - Não jogar lixo na via pública ou nas imediações de sua banca;  
IV - Manter em sua banca um recipiente de lixo;

V - Manter a banca em perfeito estado de asseio e higiene;

VI - Não apregoar as mercadorias com algazarras, nem usar dizeres ofensivos ao decoro público;

VII - Não ocupar, com suas barracas, local diferente do concedido dentro do seu grupo de feira;

VIII - Não colocar os gêneros alimentícios em contato direto com o solo.

Art. 232. O abandono ou o não aparecimento sem justa causa, do licenciado, ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 233. No caso de não cumprimento das exigências deste Código, da legislação específica de cada produto licenciado e respectivo equipamento, os vendedores estarão sujeitos a aplicações de multas, apreensão das mercadorias e equipamentos, suspensão e cancelamento da licença.

#### SEÇÃO IV

##### DAS LANCHONETES E SIMILARES

Art. 234. A Concessão de Uso para lanchonetes e similares será por prazo determinado de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 235. A edificação passará a constar como do patrimônio público, sendo que se concederá a venda do ponto e não a benfeitoria construída.

Art. 236. O concessionário tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do Contrato Administrativo, para executar as obras e serviços objeto da licitação. O concessionário que descumprir as determinações contidas no Contrato Administrativo poderá ter sua Concessão de Uso cassada, sem direito à indenização.

Art. 237. A Concessão de Uso se faz por contrato administrativo, pelo qual o Poder Público atribui a utilização de um bem de seu domínio em contrapartida pela execução de obras e serviços convencionados pelo outorgante, nos termos da legislação federal.

Art. 238. É proibido ao permissionário e aos seus pressupostos:

I - Fechar a banca por mais de 5 (cinco) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias anuais alternados, sem consentimento ou autorização do órgão competente;

II - Vender com ágio jornal, revista e publicação que tenha preço tabelado;

III - Locar ou sublocar a banca;

IV - Recusar-se a vender, em igualdade de condições, mercadorias que lhe foram consignadas por distribuidor registrado;

V - Estabelecer, por motivo político ou ideológico, distinção ou

preferência entre mercadorias recebidas;

VI - Veicular qualquer tipo de propaganda política ou eleitoral, salvo a constante de jornal, revista ou publicação exposta à venda.

#### SEÇÃO V

##### DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DIVERSAS

Art. 239. As instalações que, diretamente ou indiretamente, propiciam à população atendimento e fornecimento de água potável, energia elétrica, gás, serviços de telecomunicações e instalações diversas deverão ser licenciadas pelo Município.

Art. 240. A concessionária dos serviços deverá manter arquivados os projetos e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), devendo fornecê-las ao Município sempre que solicitado.

Art. 241. Todas as instalações deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação e funcionamento, podendo o Município fiscalizar o estado destas instalações e submetê-las a provas de eficiência.

Art. 242. Quando da solicitação do licenciamento para instalação e funcionamento de subestação e linhas de transmissão de energia, torres de telecomunicação e estação de rádio base (ERB) e similares, deverá ser apresentado, pelo interessado, termo de responsabilidade pela instalação e pela sua influência, aos imóveis confrontantes, quanto ao sistema de proteção e compatibilidade eletromagnética.

Art. 243. A critério do órgão competente poderão ser feitas outras exigências, quando necessário, considerando a potencialização do risco do entorno.

#### SEÇÃO VI

##### DO SERVIÇO DE TRANSPORTE EM TÁXI

Art. 244. O serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel - táxi, no Município de Forquilha, constitui serviço de utilidade pública, e somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura, na qualidade de poder promissor a qual será consubstanciada pela outorga de Termo de Permissão e Alvará de Licença.

Art. 245. A outorga de Termo de Permissão e Alvará de Licença será concedida a pessoa física, motorista profissional autônomo devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Condutores de Táxi, possuidores de carteira profissional expedida pela Delegacia Regional do Trabalho e inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 1º A pessoa física para obter a outorga do Termo de Permissão, deverá satisfazer às exigências desta lei e regulamentos.

§ 2º O Termo de Permissão será intransferível, salvo nos casos previstos nesta lei e em regulamento, e pode ser revogado ou modificado a qualquer tempo pelo Município, mediante estudo e proposta do órgão competente, quando este julgar oportuno e conveniente fazê-lo.

§ 3º A revogação do Termo de Permissão, por parte do Município, poderá ocorrer a qualquer tempo, quando proposta pelo Órgão competente, originada em inquérito onde se configure a infração do permissionário às normas e regulamentos em vigor, assegurada ampla defesa à parte.

Art. 246. No caso de condutor autônomo não será concedido o Alvará de Licença e Termo de Permissão para motorista profissional que venha acumular mais de uma atividade que possibilite renda.

Art. 247. No caso de falecimento de um permissionário autônomo, a viúva ou herdeiros do "de cujus", terão direito à obtenção de novo Termo de Permissão e Alvará de Licença, satisfeitas as exigências legais e regulamentares, devendo requerê-los dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias da data do falecimento.

§1º Quando a viúva ou herdeiros do permissionário autônomo falecido não reunirem condições ou não desejarem prosseguir na atividade do "de cujus", a partir do processo de inventário, e depois de obtido novo Termo de Permissão, poderão transferi-lo a terceiros.

§ 2º Ao permissionário autônomo que tiver seu veículo totalmente destruído, uma vez comprovado tal circunstância pelo competente órgão municipal, é assegurado o direito à transferência do Termo de Permissão, vedada sua re-inscrição no cadastro.

§ 3º Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, ao comprador serão exigidas as determinações estabelecidas na presente lei.

Art. 248. Os veículos a serem utilizados no serviço definido nesta lei, deverão ser de categoria automóvel, dotados de 4 (quatro) portas e encontrar-se em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, no máximo 6 (seis) anos de fabricação, comprovado através de vistoria prévia, e satisfazerem às exigências da regulamentação.

§ 1º A vistoria prévia a que se refere o presente artigo deverá ser renovada a cada 6 (seis) meses.

§ 2º A Prefeitura deverá expedir documento hábil relativo às vistorias, o qual deverá ser fixado no veículo à vista do usuário.

Art. 249. Os pontos de estacionamento serão fixados pela Prefeitura, tendo em vista o interesse público, com especificação de categoria, localização e número de ordem, bem como tipos e quantidades máximas de veículos que neles poderão estacionar.

Art. 250. O órgão competente regulamentará a respeito dos táxis que tenham ou venham a ter pontos de estacionamento em locais situados nos limites ou imediações de limites intermunicipais, podendo, ainda, ouvido o Departamento Estadual de Trânsito (DEINFRA) se for o caso, firmar convênio com município vizinho, a propósito de ponto de estacionamento de veículos licenciados neste Município.

Art. 251. A Prefeitura poderá estabelecer pontos obrigatórios de embarque para passageiros de táxi, em áreas previamente delimitadas.

Art. 252. A Prefeitura deverá fixar normas a serem seguidas pelos permissionários no sentido de permanecerem nos pontos de estacionamento, de acordo com os interesses dos usuários, definindo, ainda, um sistema de controle e fiscalização e fixando as penalidades a serem aplicadas no caso de inobservância das normas fixadas.

Art. 253. O Chefe do Poder Executivo fixará tarifa a ser cobrada pelos táxis, mediante estudo efetuado pelo Órgão Competente, e recomendada pelo Conselho Municipal pertinente.

Art. 254. A Prefeitura Municipal através do órgão competente manterá rigorosa fiscalização sobre os concessionários e seus profissionais do volante, com respeito ao comportamento cívico, moral, social e funcional de cada um.

§ 1º O permissionário deverá cumprir sua função em razão do serviço de utilidade pública, razão pela qual obteve sua permissão e licença, sendo que a inobservância das obrigações e deveres estatuídos nesta lei e nos demais atos para sua regulamentação enseja as seguintes sanções gradativas a que se sujeitará o infrator, aplicadas separada ou cumulativamente:

I - advertência oral;

II - advertência escrita;

III - multa;

IV - suspensão ou cassação do Registro de Condutores;

V - suspensão ou cassação do Alvará de Licença;

VI - suspensão ou cassação do Termo de Permissão;

VII - impedimento para prestação do serviço.

§ 2º O Executivo estabelecerá as áreas e instâncias de recursos pela aplicação das penalidades prescritas no presente artigo.

Art. 255. Através de regulamento serão disciplinados os horários de trabalho diurnos e noturnos, que deverão ser cumpridos, fixadas as penalidades pelas infrações cometidas, cabendo ao órgão competente fiscalizar o disposto nesta Seção.

Art. 256. A prefeitura convocará todos os permissionários existentes até a data da aprovação da presente lei para um recadastramento, comunicando-os sobre as alterações da presente lei, dando-lhes prazo de 60 dias para se adequarem, sob pena de não renovação da licença concedida.

Art. 257. A Prefeitura regulamentará a presente lei no prazo máximo de 90 (sessenta) dias, quanto à limitação de permissões para

este serviço; valores de tarifas, padrão de cores para os carros, números e registros pintados no carro.

### CAPÍTULO III

#### DA AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS

Art. 258. As transações comerciais em que intervenham medidas, ou que façam referência a resultados de medidas de qualquer natureza, deverão obedecer ao que dispõe a legislação metrológica federal.

Art. 259. As pessoas ou estabelecimentos que realizem compra e/ou venda de mercadorias, são obrigados a submeter anualmente a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de medir por eles utilizados.

§1º A aferição deverá ser feita nos próprios estabelecimentos, depois de recolhida aos cofres municipais a respectiva taxa.

§2º Os aparelhos e instrumentos utilizados por ambulantes deverão ser aferidos em local indicado pela Prefeitura.

Art. 260. A aferição consiste na comparação dos pesos e medidas com os padrões metrológicos e na posição do carimbo oficial da Prefeitura aos que forem julgados legais.

Art. 261. Só serão aferidos os pesos de metal, sendo rejeitados os de madeira, pedra, argila ou substância equivalente.

Parágrafo único. Serão igualmente rejeitados os jogos de pesos e medidas que se encontrem amassados, furados ou de qualquer modo suspeitos.

Art. 262. Para efeito de fiscalização, a Prefeitura poderá, em qualquer tempo, mandar proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados por pessoas ou estabelecimentos a que se refere o artigo 259.

Art. 263. Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos ou instrumentos de medir a serem utilizados em suas transações comerciais.

Art. 264. Será aplicada multa correspondente ao valor de 1000 UFM que:

I - Usar, nas transações comerciais, aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar ou medir que não sejam baseados no métrico decimal;

II - deixar de apresentar anualmente, ou quando exigido para exame, os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir utilizados na compra ou venda de produtos;

III - usar, nos estabelecimentos comerciais ou industriais instrumentos de medir ou pesar, viciados, já aferidos ou não.

### CAPÍTULO IV

#### DO FUNCIONAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 265. Até que o Poder Público Municipal baixe regulamento próprio para os cemitérios, prevalecerão o constante neste Capítulo, sem prejuízo do cumprimento de normas ambientais pertinentes estabelecidas por órgão federal e estadual.

Art. 266. O Município conta com um Cemitério Público de responsabilidade do Poder Público e os demais Cemitérios Particulares são administrados pelas comunidades às quais pertencem, porem sujeitos permanentemente à fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 267. Toda construção, ampliação e reformas de cemitérios estão sujeitas às normas ambientais.

Art. 268. Os cemitérios públicos terão caráter secular e serão administrados e fiscalizados pela Prefeitura, mediante regulamento próprio, baixado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 269. É lícito às Irmandades, sociedades de caráter religioso ou empresas privadas, respeitadas as Leis e regulamentos que regem a matéria, estabelecer ou manter cemitérios, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade, ficando sujeitos permanentemente à sua fiscalização.

§ 1º A prefeitura poderá fazer concessões perpétuas, nos cemitérios públicos, às pessoas físicas, sociedades civis, instituições, corporações ou confrarias religiosas, mediante o pagamento do



preço respectivo.

§ 2º As relações entre concessionários e adquirentes são as reguladas pela Lei Civil e no que concerne à inumação, exumação e construção funerária, as estabelecidas nos regulamentos municipais e nas condições constantes do termo celebrado entre o concessionário e a Prefeitura.

§ 3º Nas relações entre o concessionário e os adquirentes é obrigatória a assinatura de contrato para relativo aos prazos de concessão de sepulturas, que poderão ser: por prazo de 5 (cinco) anos; de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) anos e perpétua.

Art. 270. Os cemitérios, sejam públicos ou particulares, constituirão parques de utilidade pública por sua natureza, e devem ser respeitados, conservados limpos e tratados com zelo; suas áreas arreadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

§ 1º Nos cemitérios do município são livres todos os cultos religiosos, a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes.

§ 2º Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 271. É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

I - Quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - Quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

§ 1º Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade policial ou da saúde pública.

§ 2º Não se fará sepultamento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.

§ 3º Na impossibilidade da obtenção de Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização da autoridade médica, policial ou jurídica, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 272. Os sepultamentos em jazigos sem revestimento sepulturas poderão repetir-se de 3 (três) em 3 (três) anos, e nos jazigos com revestimento-carneira, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito, seja convenientemente isolado.

§ 1º Considera-se como sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões:

I - Para Adulto: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 0,75m (setenta e cinco centímetros) de largura e 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) de profundidade;

II - Para Crianças: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 1,70m (um metro e setenta centímetros) de profundidade.

§ 2º Considera-se como carneira a cova ou construção acima do solo, com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de largura.

Art. 273. Os proprietários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§ 1º Os jazigos nos quais não forem feitos serviços de limpeza, obras, conservação e reparação, julgados necessários, serão considerados em abandono e ruína.

§ 2º Os proprietários de jazigos considerados em ruína serão convocados em Edital, que será publicado por duas vezes em jornal de circulação local e se, no prazo de 90 (noventa) dias, não comparecerem, as construções em ruína serão demolidas, revertendo ao patrimônio municipal o respectivo terreno.

§ 3º Verificada a hipótese do parágrafo segundo, os restos mortais existentes nos jazigos, serão exumados e colocados no ossário municipal.

§ 4º O material retirado dos jazigos, abertos para fins de exumação,

pertencem ao cemitério, não cabendo aos interessados, o direito de reclamação.

Art. 274. Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 03 (três) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de Saúde Pública.

Art. 275. Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela repartição competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Entende-se por pequenas construções os jazigos de no máximo 80,00 cm (oitenta centímetros) de altura excetuando-se a pedra lápide.

Art. 276. Nos cemitérios é proibido:

I - Praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;

II - Arrancar plantas ou colher flores;

III - Pregiar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

IV - Efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;

V - Praticar comércio;

VI - A circulação de qualquer tipo de veículo motorizado, estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério.

Art. 277. É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia.

Art. 278. Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

I - Sepultamento de corpos ou partes;

II - Exumações;

III - Sepultamento de ossos;

IV - Indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo único. Esses registros deverão indicar:

I - Hora, dia, mês e ano;

II - Nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;

III - No caso de sepultamento deverá ser indicados o nome, a filiação, a idade, o sexo do morto e certidão.

Art. 279. Os cemitérios devem adotar livros tombo ou fichas, onde de maneira resumida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esses livros devem ser escriturados por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 280. Os cemitérios públicos e particulares deverão providenciar os seguintes equipamentos e serviços, nos prazos determinados em cada item:

I - Capelas, com sanitários - em curto prazo;

II - Edifício de administração com:

a) Sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores - imediato;

b) Depósito para ferramentas - imediato;

c) Sanitários para o público - em curto prazo;

d) Sanitários e Vestiário para funcionários, dotados de chuveiros - em curto prazo;

e) Com itens de primeiros socorros - imediato;

III - Ossuário para colocação dos ossos após exumação - imediato;

IV - Iluminação elétrica de toda a área, para facilitar a vigilância - imediato;

V - Rede de distribuição de água - imediato;

VI - Área de estacionamento de veículos - em longo prazo;

VII - Arruamento urbanizado e arborizado - médio prazo;

VIII - Recipientes para depósito de resíduos em geral - imediato.

## CAPÍTULO V

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 281. No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pelo órgão municipal competente e demais órgãos pertinentes integrantes da Prefeitura Municipal, e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessários à implementação do disposto neste Código.

Art. 282. São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matérias ambientais e com ele não conflitantes, revogando-se disposições contrárias.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Lei Complementar Nº. 020, de 11 de Agosto de 2011.**

LEI DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO DE FORQUILHINHA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 020, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

INSTITUI O CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO PARA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§1º O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta lei, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas na lei do Plano Diretor Municipal de Forquilha.

§2º O Consórcio Imobiliário deve viabilizar a utilização do imóvel, atendendo ao princípio da função social da propriedade.

§3º Fica facultado ao proprietário de área atingida pela obrigação de que trata o caput do Art. 5º da Lei Federal 10.257/ 2001, e em conformidade com a Lei Municipal da Compulsoriedade do Solo Urbano, a requerimento deste, o estabelecimento de Consórcio Imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

§4º O pagamento mediante unidades imobiliárias ou edificadas dependerá da obrigação estabelecida ao proprietário:

I - O proprietário deverá receber como pagamento os lotes urbanizados contendo infra-estrutura, se a obrigação for de parcelar;

II - O proprietário deverá receber unidades edificadas, se a obrigação for de utilizar ou edificar.

§5º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário deverá corresponder ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do Art. 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§6º Os demais lotes ficam com o Poder Público, que poderá comercializá-los para atender à população que necessita de habitação.

Art. 2º O Consórcio Imobiliário será aplicado como instrumento de cooperação entre o poder público municipal de Forquilha e a iniciativa privada nas seguintes situações:

I - contenham solo urbano não edificado, imóveis urbanos subutilizados e não utilizados;

II - para realizar urbanização em áreas que tenham carência de infra-estrutura e serviços urbanos; e

III - para viabilizar empreendimentos de habitação de interesse social nas várias Áreas, Setores e Zonas do município de Forquilha.

§1º Para os fins desta lei, entende-se como subutilizados e não utilizados, o imóvel que:

I - estiver integralmente vazio ou estiver ocupado com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% (dez por cento) do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CA), definido para a respectiva Áreas, Setor ou Zona, sobretudo nas futuras Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas Especiais de Habitação de Interesse Social (AEHIS), conforme os Parâmetros Urbanísticos de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal dos Anexos 03 e 05 da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;

II - estiver, mesmo edificado, abandonado há mais dois anos, sem que tenha havido nesse período tentativa de venda, locação, cessão ou outra forma de dar uso e função social à propriedade.

§2º A Prefeitura poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos do Art. 1º, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

#### **CAPÍTULO II**

##### **PROCEDIMENTOS**

Art. 3º O proprietário deverá requerer dentro do prazo de um ano após receber a notificação para aproveitamento compulsório, conforme faculta o Art. 8º da Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano, o estabelecimento de consórcio imobiliário para fins de viabilizar o aproveitamento da área.

Parágrafo único. O Consórcio Imobiliário deve ser formalizado por um contrato entre a Administração Pública e o proprietário, especificando:

I - as condições para a transferência do imóvel para o Poder Público;

II - as condições para a realização da obra;

III - a forma de pagamento ao Proprietário através do recebimento de unidades imobiliárias urbanizadas ou edificadas (conforme estabelecido nos Incisos I e II, do § 4º, Art. 1º da presente lei).

Art. 4º Recebida a notificação, o Poder Público Municipal providenciará um estudo de viabilidade financeira, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, abrangendo no mínimo:

I - uma avaliação do valor do imóvel;

II - uma estimativa de valor das obras de infra-estrutura básica e/ ou complementar, se for o caso, conforme disposto na Lei do Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;

III - uma estimativa do custo da edificação possível ou pretendida no local, se for o caso, permitindo-se a utilização de cálculo expedito baseado no Custo Unitário Básico (CUB) da construção, publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Santa Catarina (SINDUSCON-SC), devidamente afetado de coeficiente aplicável ao tipo de edificação pretendido;

IV - estimativa do percentual de unidades imobiliárias cabíveis ao Poder Público e ao proprietário da área.

§1º O estudo de que trata o artigo anterior será submetido ao Prefeito Municipal e à parte interessada, os quais terão 15 (quinze) dias corridos para decidir pela formação ou não do Consórcio Imobiliário.

§2º Tomada a decisão de que trata o § 1º do presente artigo, fará o Município publicar, no jornal onde são divulgados os atos oficiais, edital onde conste o recebimento da proposta, o resumo do estudo preliminar de viabilidade, e a decisão proferida pelo Prefeito Municipal.

§3º Até 30 (trinta) dias após a publicação de que trata o § 2º.



do presente artigo, poderá qualquer eleitor com domicílio eleitoral no Município de Forquilha apresentar objeções ao estudo preliminar de viabilidade, cabendo manifestação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, que se reunirá, extraordinariamente se necessário, dentro de 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo para a apresentação das objeções.

Art. 5º Sendo a decisão, de que trata o Art. 4º. da presente Lei, favorável à formação do Consórcio Imobiliário, providenciará o Poder Público, em 90 (noventa) dias corridos, simultâneos ao período de que tratam o § 3º. do mesmo artigo, o anteprojeto do empreendimento, o orçamento detalhado das obras necessárias e o recálculo do percentual de unidades imobiliárias atribuído a cada participante.

Parágrafo único. No caso do recálculo do percentual de unidades imobiliárias divergir após o anteprojeto definitivo mais do que 2% (dois por cento) da estimativa preliminar, esta deverá ser refeita e novamente publicada, correndo novamente os prazos de que trata o § 3º do Art. 4º da presente Lei.

Art. 6º Submetido o estudo definitivo à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, providenciará o Município a lavratura de escritura e matrícula imobiliária da transferência do imóvel ao Município de Forquilha, constando do documento as obrigações de cada parte, os valores envolvidos, os prazos para o término das obras e entrega das unidades imobiliárias ao interessado.

Art. 7º Estabelecido o Consórcio Imobiliário, o Poder Público Municipal assume a responsabilidade de promover a obrigação de parcelar, edificar ou dar utilização para um imóvel urbano que não cumpre com a função social.

Parágrafo único. Nos termos do Art. 52. da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), o não cumprimento desta determinação implica em improbidade administrativa para os agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DA TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL E PAGAMENTO AO PROPRIETÁRIO

Art. 8º A individualização das unidades imobiliárias cabíveis a cada parte consorciada será efetuada através de sorteio público, devidamente notificado por edital no jornal onde se publicam os atos oficiais do Município, com antecedência mínima de sete dias corridos.

Parágrafo único. Os valores das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário, obedecerá ao disposto no Art. 7º. da Lei Municipal de Compulsoriedade do Solo Urbano, em conformidade com Art. 46, § 2º e Art. 8º, § 2º, da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), em que a definição do valor real da indenização:

I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza, após a notificação de que trata o Art. 3º da Lei de Compulsoriedade do Solo Urbano;

II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 9º Sobre a transferência imobiliária de que trata o Art. 8º da presente Lei, por se tratar de dação em pagamento, não incide Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Art. 10. A qualquer tempo, recebida proposta de consórcio imobiliário, o Executivo deve enviar à Câmara Municipal, em regime de urgência, o Projeto de Lei criando ou acrescentando dotação para a execução do Consórcio Imobiliário, mencionando a fonte de recursos.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### **Lei Complementar Nº. 021, de 11 de Agosto de 2011.**

LEI DO DIREITO DE PREEMPÇÃO DE FORQUILHINHA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 021, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

INSTITUI O DIREITO DE PREEMPÇÃO, CONFORME ART. 25. DA LEI FEDERAL 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE) NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituído o direito de preferência para aquisição, pelo Poder Público Municipal de Forquilha, de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, nos termos estabelecidos pela presente lei, e nos termos do Art. 25. da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

### CAPÍTULO II

#### ABRANGÊNCIA

Art. 2º Estarão sujeitos à preempção os imóveis urbanos, edificados e não edificados, localizados na área demarcada no Mapa, Anexo 1 - Áreas de Direito de Preempção a esta Lei.

Art. 3º A abrangência territorial de que trata o Art. 2º da presente Lei terá vigência por cinco anos, contados da data de início da vigência da presente Lei, renovável somente depois de decorrido um ano de seu termo, conforme § 1º do Art. 25º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 4º O Direito de Preempção fica assegurado ao Município durante todo o período de vigência consignado no Art. 3º da presente Lei, independentemente do número de alienações de que tenha sido objeto o imóvel.

Art. 5º O direito de preempção será exercido pelo Poder Público na área delimitada pelo Anexo 1, da presente Lei, Mapa das Áreas do Direito de Preempção, para as seguintes finalidades:

I - regularização fundiária;

II - constituição de reserva fundiária;

III - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

IV - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

V - implantação de equipamentos públicos e/ ou comunitários;

VI - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

VII - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; e

VIII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

Parágrafo único. O Poder Público deve utilizar as áreas obtidas por meio do Direito de Preempção em acordo com as finalidades descritas no caput deste artigo, sob pena de incorrer em improbidade administrativa e demais sanções prescritas no Art. 52., Inciso III, da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 6º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação da presente Lei, indicando as propriedades por Indicação Fiscal, mapa e proprietários.

Parágrafo único. Para o cumprimento do presente artigo, a Prefeitura Municipal deverá atualizar o Cadastro Imobiliário e realizar o levantamento cadastral das propriedades integrantes das áreas

indicadas no mapa do Anexo 1 expedindo a numeração de Identificação Fiscal de cada propriedade.

### CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS

Art. 7º O proprietário de qualquer área contida dentro das áreas definidas no Mapa, Anexo 1 da presente Lei, deverá notificar o Município de sua intenção de alienar o imóvel, para que o Poder Público manifeste, em 30 (trinta) dias, sua intenção de comprá-la.

§1º Será anexada à notificação mencionada no caput do presente artigo, proposta de compra assinada por terceiro interessado, estipulando preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§2º No caso de não haver proposta concreta de compra por terceiros, o proprietário deverá apresentar uma proposta de venda do imóvel junto com a notificação.

§3º O Município providenciará avaliação do valor do imóvel, pelo valor de mercado ou da base de cálculo do IPTU, qual seja o de menor valor, que instruirá decisão do Prefeito Municipal, sobre aquisição ou não do imóvel ofertado, a qual deverá ser tomada dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação tratada no caput do presente artigo.

§4º Da decisão de que trata o § 2º do presente artigo, fará o Município publicar, no mesmo jornal onde são divulgados os atos oficiais, um edital resumido onde conste o recebimento da notificação de que trata o caput do presente artigo, inclusive preço e condições de pagamento, e da decisão quanto à aquisição ou não por parte do Poder Público.

§5º Dentro do prazo de sete dias corridos, poderá qualquer cidadão com domicílio eleitoral no município de Forquilha apresentar objeção quanto à decisão de que trata o § 2º do presente artigo, cabendo ao Prefeito Municipal convocar extraordinariamente o Conselho de Desenvolvimento Municipal para que profira decisão definitiva dentro do prazo de sete dias corridos, contados em sequência ao término do prazo de apresentação de objeções.

§6º Fica o órgão municipal competente, responsável por receber as notificações e manifestar interesse pela aquisição do imóvel, consultado o órgão municipal de Finanças.

Art. 8º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da notificação mencionada no Art. 7º, sem que haja manifestação definitiva da parte do Poder Público, estará a parte interessada liberada para realizar a alienação do imóvel a terceiro interessado, nas condições comunicadas através da notificação.

§1º Concretizada a venda a terceiro interessado, o proprietário notificante fica obrigado a apresentar ao órgão competente da Prefeitura, em 30 (trinta) dias corridos contados do instrumento de compra e venda, cópia do documento público de alienação do imóvel.

§2º A alienação processada sem o procedimento prescrito no Art. 7º da presente Lei, ou ainda, em condições diversas daquelas notificadas, será considerada nula de pleno direito.

§3º O executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuada em condições diversa da proposta apresentada; a adjudicação de imóvel que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação do Executivo de seu interesse em exercer o direito de preferência e cobrança da multa.

§4º Ocorrida qualquer das hipóteses mencionadas no § 2º do presente artigo, o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor decorrente da aplicação do valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na notificação, o que for menor.

### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º A qualquer tempo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação de que trata o Art. 7º desta lei, poderá o Executivo enviar à apreciação da Câmara Municipal projeto de lei criando ou acrescentando dotação para fins de exercício

do Direito de Preempção, mencionando a fonte dos recursos, o qual tramitará obrigatoriamente em regime de urgência.

Art. 10. A presente lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

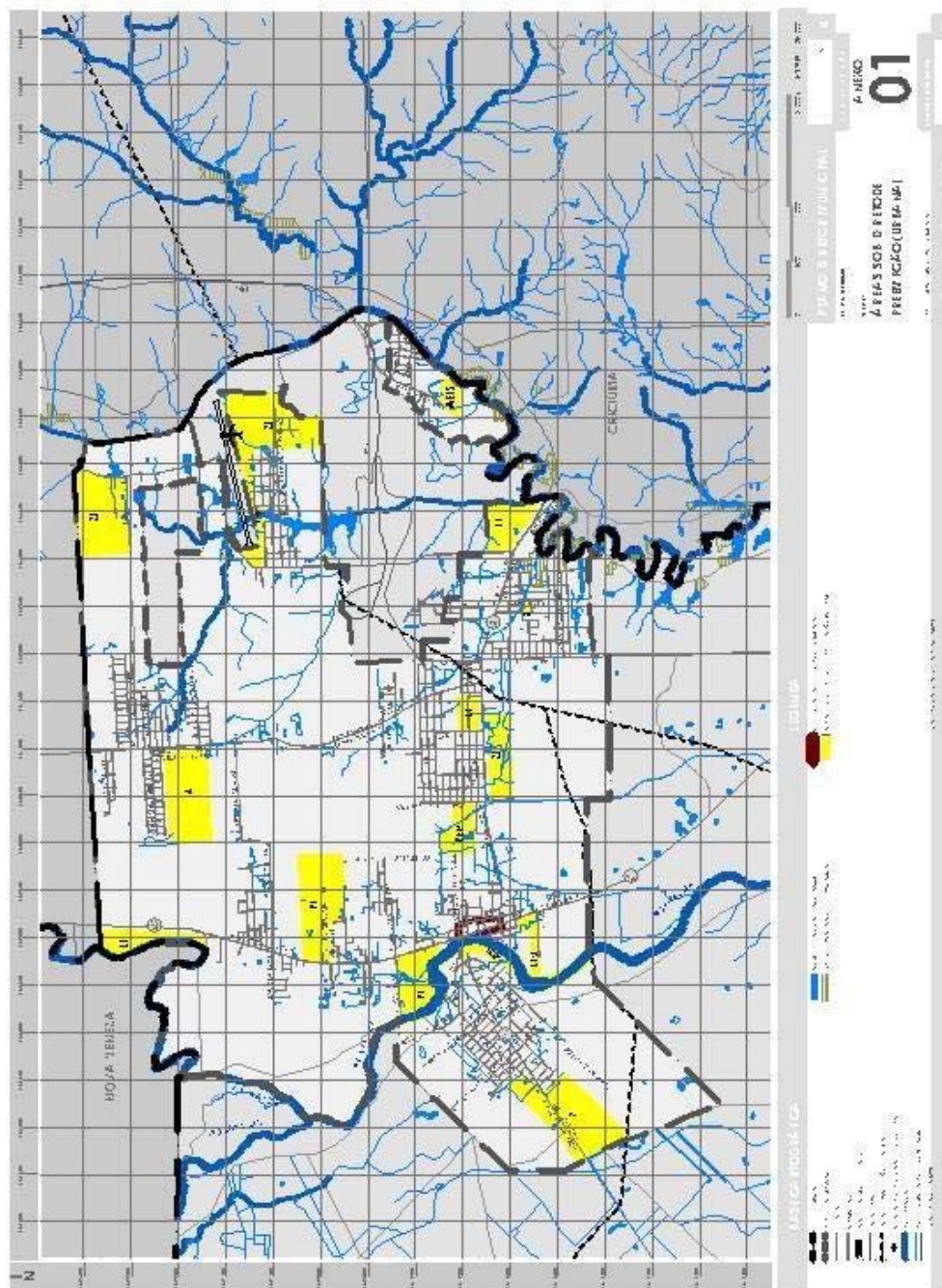
Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO 1

MAPA DAS ÁREAS DE DIREITO DE PREEMPÇÃO





**Lei Complementar Nº. 022, de 11 de Agosto de 2011.****LEI DA COMPULSORIEDADE DO SOLO URBANO DE FORQUILHINHA**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 022, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

ESTABELECE A COMPULSORIEDADE DO APROVEITAMENTO DO SOLO URBANO NO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DE FORQUILHINHA, DE FORMA A ASSEGURAR A FUNÇÃO E O USO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º A presente lei estabelece as áreas onde será aplicado o dispositivo de compulsoriedade de aproveitamento do solo urbano na sede do Município de Forquilha, em respeito à Constituição Federal, à Lei Orgânica Municipal e à Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como dispõe sobre formas, prazos e mecanismos para exercê-la.

Art. 2º Aplicar-se-á a notificação para aproveitamento compulsório do solo urbano, instituída no Art. 5º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), à propriedade urbana que estiver situada no Setor de Serviço e Comércio (SEC) e nas Zona Central (ZC), Zona Industrial (ZI) e Zona Residencial 2 (ZR2) da sede do Município e que não estiver cumprindo com sua função social, assim entendida como aquele lote urbano que:

I - estiver integralmente vazio ou estiver ocupado com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% (dez por cento) do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CA) definido para a respectiva zona ou setor, conforme os Parâmetros Urbanísticos de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Anexo 5 da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;

II - estiver, mesmo edificado, abandonado há mais dois anos, sem que tenha havido nesse período tentativa de venda, locação, cessão ou outra forma de dar uso social à propriedade.

Parágrafo único. Para o cálculo do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CA), será levada em conta apenas área computável, conforme definida na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal.

**CAPÍTULO II  
DA NOTIFICAÇÃO PARA APROVEITAMENTO COMPULSÓRIO**

Art. 3º O Poder Executivo fará notificar todos os proprietários de imóveis internos ao perímetro que consta do Mapa do Anexo 1 à presente lei, que apresentem as características mencionadas no Art. 2º desta Lei, para que promovam o uso socialmente sustentável de seu imóvel, através de parcelamento ou de edificação, devendo apresentar, dentro dos prazos adiante estabelecidos, projeto de aproveitamento.

§1º A notificação de que trata o caput do presente artigo será entregue por funcionário público municipal diretamente ao proprietário da área ou, em se tratando de pessoa jurídica, a quem tenha poderes para representá-la.

§2º Se eventualmente frustradas três tentativas de notificação, com decurso de tempo de 15 dias entre si, fará o Município publicar a notificação através de edital em jornal local ou regional de ampla circulação.

§3º O Município fará averbar a notificação de que trata o caput do presente artigo junto à matrícula do imóvel perante o Serviço Registral de Imóveis da Comarca.

**CAPÍTULO III  
DO PROJETO DE APROVEITAMENTO**

Art. 4º Dentro do prazo de um ano, contado da entrega da notificação ou da publicação do edital, poderá o proprietário apresentar projeto para parcelamento ou edificação de sua propriedade, de maneira a descaracterizar a falta de uso ou função social definida no Art. 2º desta Lei, comprometendo-se a iniciar as obras em prazo não superior a 2 (dois) anos de sua aprovação e concluí-las em prazo inferior a 5 (cinco) anos da mesma data.

Parágrafo único. O prazo máximo para trâmite do projeto apresentado será aquele consignado na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, devendo as irregularidades ser sanadas pelo interessado de modo a não prolongar o prazo de trâmite total acima de 6 meses, findos os quais o projeto será considerado automaticamente reprovado, ficando a propriedade sujeita ao Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo e à desapropriação-sanção de que tratam os Arts. 5º a 7º da presente Lei.

**CAPÍTULO IV  
DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) PROGRESSIVO NO TEMPO**

Art. 5º Decorrido o prazo para a apresentação do projeto sem manifestação do proprietário, ou caso apresentado, seja o mesmo recusado, passa a incidir sobre o imóvel objeto da notificação a progressividade temporal do Imposto Predial e Territorial Urbano, a partir do exercício fiscal imediatamente seguinte, com alíquota igual ao dobro da alíquota básica definida no Código Tributário Municipal, dobrando-se sucessivamente a alíquota em cada ano fiscal subsequente, até atingir o percentual de 15% estabelecido pelo § 1º do Art. 7º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), daí por diante mantido constante.

§1º A mesma penalidade será aplicada no caso de descumprimento dos prazos para início de obras e de término de obras, tratados no caput do Art. 4º, a partir do exercício fiscal imediatamente subsequente.

§2º A retomada da iniciativa de aproveitamento da área, mediante novo cronograma em relação aos prazos de que trata o Art. 4º, manterá congelada a última alíquota progressiva aplicada ao Imposto Predial e Territorial Urbano, até o término das obras.

Art. 6º É vedado ao Poder Público estabelecer qualquer forma de isenção ou de anistia aos proprietários de imóveis que não estejam cumprindo sua função social, conforme § 3º do Art. 7º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

**CAPÍTULO V  
DA DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO**

Art. 7º Após decorrido o quinto exercício fiscal com aplicação da alíquota máxima do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo, conforme Art. 5º da presente Lei, fica facultado ao Poder Público a desapropriação do imóvel, com pagamento de indenização conforme previsto no § 2º do Art. 8º da Lei 10.257/ 2001 (Estatuto da Cidade), num montante tal que:

I - refletirá o valor de base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras que tenha o Poder Público realizado na região de sua localização desde a emissão da notificação de que trata o Art. 3º da presente Lei;

II - não computará expectativa de ganhos, lucros cessantes nem juros compensatórios.

Parágrafo único. Caso autorizado pelo Senado Federal, na forma da legislação vigente, poderá o Município promover o pagamento da indenização de que trata o caput do presente artigo através de títulos da dívida pública, resgatáveis em até 10 (dez) anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurados os juros legais.

**CAPÍTULO VI  
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 8º No mesmo prazo consignado pelo Art. 4º da presente Lei, poderá o proprietário notificado propor ao Poder Público a

instituição de Consórcio Imobiliário, conforme Lei de Consórcio Imobiliário, caso em que estará sustada a contagem de prazo até que haja pronunciamento por parte do Município a respeito do interesse em constituí-lo.

Art. 9º A presente lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

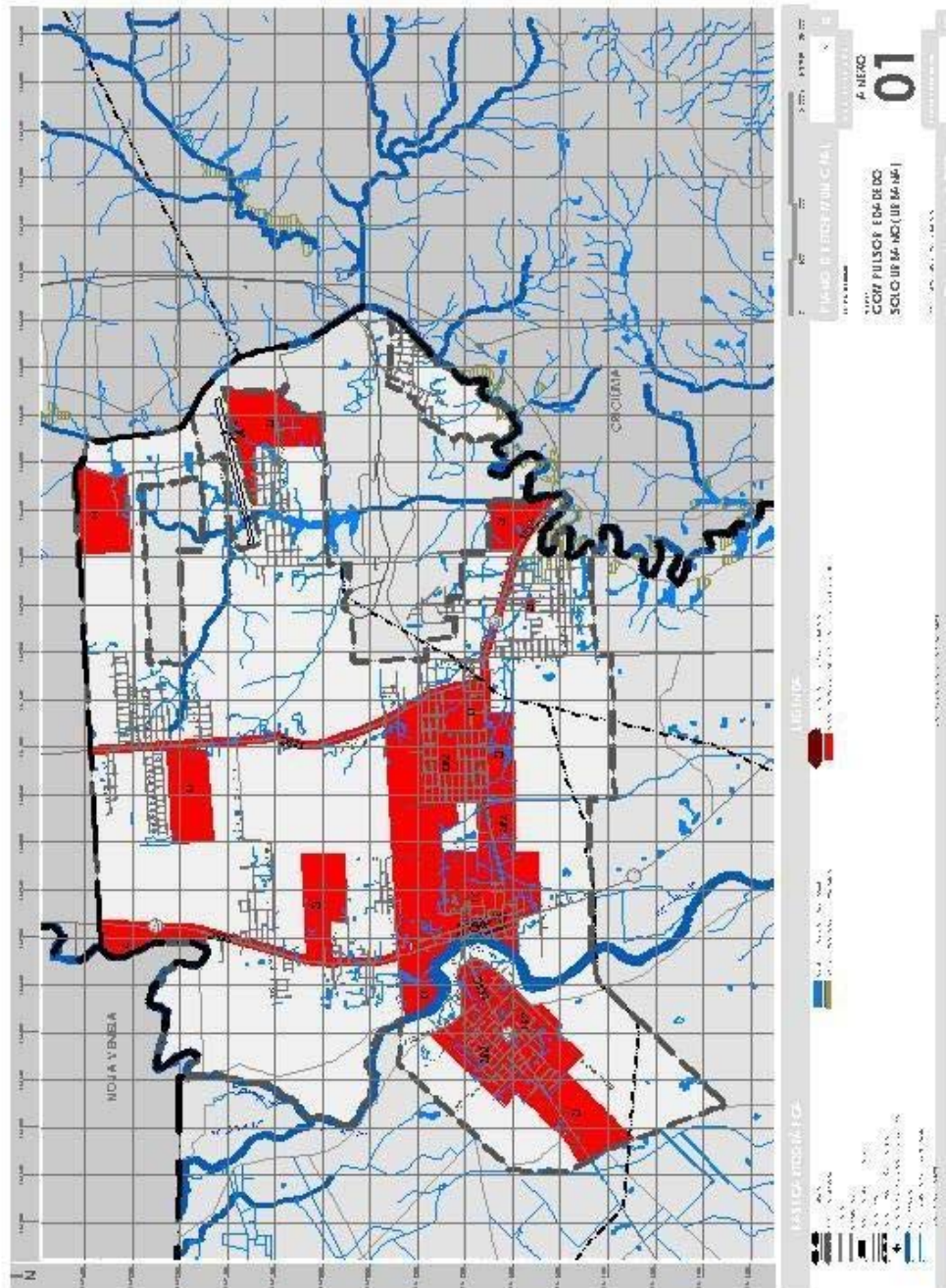
ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO 1

MAPA DE COMPULSORIEDADE DO SOLO URBANO





**Lei Complementar Nº. 023, de 11 de Agosto de 2011.****LEI DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR DE FORQUILHINHA**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 023, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º A presente lei tem por objetivo regulamentar a outorga onerosa do Direito de Construir, ou seja, a concessão de potencial construtivo adicional, estabelecida nos termos do Plano Diretor do Município de Forquilha.

Art. 2º A Outorga Onerosa do Direito de Construir, considerada como potencial construtivo adicional, somente poderá ser utilizada no Setor de Serviço e Comércio (SESC) e nas Zona Central (ZC), Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); Zona Industrial (ZI); Zona Institucional (ZIN); Zona Residencial 1 (ZR1); Zona Residencial 2 (ZR2); e Zona Ru-Urbana (ZUR).

Art. 3º A outorga onerosa de potencial construtivo adicional será requerida simultaneamente com o pedido de aprovação de edificação perante o órgão municipal competente, de acordo com a respectiva competência.

Parágrafo único. Não se aplica aos casos de solicitação de potencial construtivo adicional mediante outorga onerosa a possibilidade de início de execução de obra ou edificação antes de sua aprovação.

Art. 4º Analisado o projeto de edificação em face da legislação vigente e estando em condições de aprovação, o órgão municipal competente intimará o interessado para pagamento da contrapartida financeira, especificando o seu valor e informando que a expedição do alvará de aprovação da obra ficará condicionada ao seu pagamento integral, bem como das despesas acessórias e conexas cabíveis.

Parágrafo único. A intimação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Município e, sempre que possível divulgada em meio eletrônico.

Art. 5º O pagamento do valor total da contrapartida financeira poderá ser efetuado de uma só vez, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da publicação da intimação, ou em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga no mesmo prazo.

§1º O cálculo do valor sobre a área adicional a ser construída será baseado no valor do metro quadrado (m²) estimado para a imóvel, a partir da Planta Genérica de Valores atualizada, anualmente, pela Prefeitura Municipal.

§2º A mudança da destinação ou do uso no cálculo do valor da contrapartida financeira ficará sujeita à aprovação do órgão competente do órgão municipal competente condicionada ao prévio pagamento da diferença devida a ser apurada no cálculo do novo valor. A cobrança da diferença referida será feita no processo de aprovação de mudança da destinação ou do uso, observadas as demais disposições desta lei.

§3º O documento comprobatório do pagamento da contrapartida financeira obedecerá ao formulário padrão a ser fixado pelo órgão municipal competente, em comum acordo com outros órgãos municipais envolvidos.

Art. 6º O cálculo do valor da contrapartida financeira correspondente à outorga onerosa de potencial construtivo adicional será efetuado com base na fórmula matemática:

I -  $VO = (AO \times Pm^2) \times 2$  onde:

VO= Valor da Outorga

AO= Área Outorgada

Pm²= Valor Venal do m² do terreno

Art. 7º A expedição do alvará de aprovação da edificação só

poderá ser efetuada depois de concluído o pagamento integral da contrapartida financeira, conforme parágrafo anterior.

Parágrafo único. O pedido de aprovação de edificação com solicitação de Outorga Onerosa do Direito de Construir será indeferido imediatamente em caso de não pagamento do valor integral da contrapartida financeira ou de qualquer uma de suas parcelas dentro dos respectivos prazos.

Art. 8º O valor da contrapartida financeira será depositado na conta corrente do Fundo de Desenvolvimento Municipal, instituído por lei específica.

Parágrafo único. A autoridade municipal competente, mediante portaria própria, fixará as instruções complementares para o depósito do valor da contrapartida financeira na conta corrente mencionada.

Art. 9º Em caso de inobservância da destinação ou do uso, o órgão municipal competente procederá no que couber, à cassação dos respectivos alvarás de aprovação de edificação e de execução e do certificado de conclusão de obra, bem como determinará a imediata cobrança da diferença da contrapartida financeira que for apurada, acrescida de multa diária no valor equivalente a 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) sobre a referida diferença até a data do efetivo pagamento do valor integral, juros legais e correção monetária.

Art. 10. O órgão municipal competente procederá à análise da proposta apresentada, encaminhando-a ao Conselho de Desenvolvimento Municipal para aprovação.

Art. 11. O monitoramento do estoque de potencial construtivo será efetuado pelo órgão municipal competente a partir da data inicial de vigência da desta lei.

Art. 12. Caberá ao órgão municipal competente fornecer ao Conselho de Desenvolvimento Municipal todos os dados e informações disponíveis, devidamente atualizados, que forem necessários, tais como aqueles relativos ao valor da contrapartida financeira e seu pagamento, ao potencial construtivo adicional requerido, concedido e executado, contidos no requerimento de aprovação de edificação, no ato de sua aprovação, no alvará de execução de obra, no certificado de conclusão de obra e outros conexos.

Art. 13. A Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser utilizada para a regularização de empreendimentos, onde cabe ao proprietário requerer ao órgão municipal Competente o pedido de regularização.

§1º Serão considerados empreendimentos passíveis de regularização àqueles que não possuírem alvará de construção ou conclusão de obra.

§2º O valor para regularização será depositado na conta corrente do Fundo de Desenvolvimento Municipal, instituído por lei específica.

§3º A autoridade municipal competente, mediante portaria própria, fixará as instruções complementares para o depósito do valor da contrapartida financeira na conta corrente mencionada.

Art. 14. A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

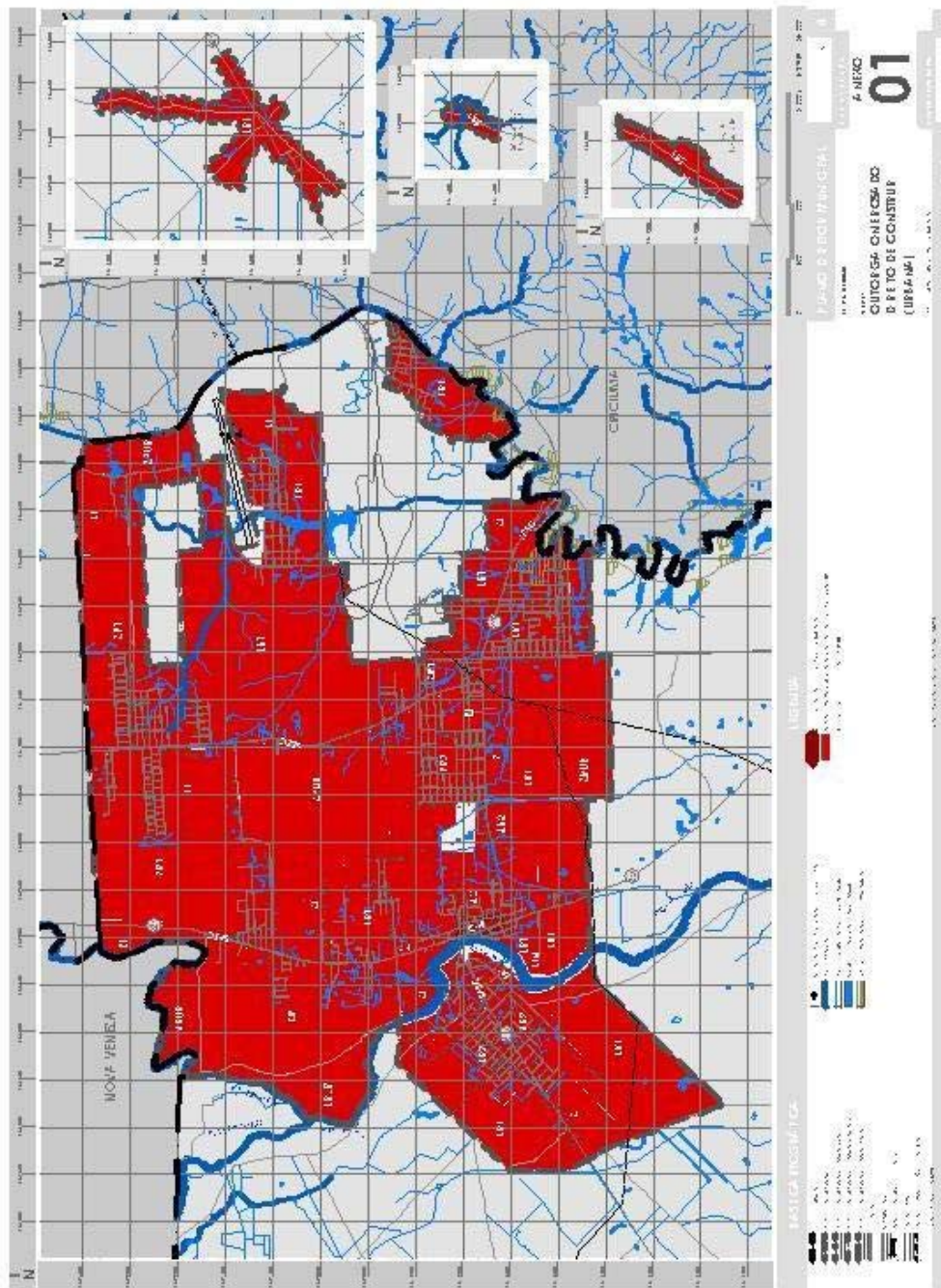
ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO 1

MAPA DE OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR





**Lei Complementar Nº. 024, de 11 de Agosto de 2011.****LEI DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR DE FORQUILHINHA**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 024, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Lei Municipal relativa à regulamentação da Transferência do Direito de Construir no Município de Forquilha, estabelecida nos termos do Plano Diretor Municipal.

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º A Transferência do Direito de Construir possibilita ao município transferir o direito correspondente à capacidade construtiva das áreas vinculadas ao sistema viário existente, à instalação dos equipamentos públicos, bem como à preservação de áreas significativas e de relevante valor ambiental, como forma de pagamento em desapropriação ou outra forma de aquisição.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer o direito de construir, em outro local passível de receber o potencial construtivo, deduzida a área construída utilizada, quando necessário, nos termos desta Lei, ou aliená-lo, parcial ou totalmente para fins de:

- I - preservação, quando for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

- II - regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

- III - estabelecimento de praças e parques municipais;

- IV - implantação de infra-estrutura municipal de abastecimento de água e de esgoto sanitário ou pluvial.

Parágrafo único. Os imóveis doados para o Município para fins de habitação de interesse social poderão transferir o correspondente ao valor do imóvel, conforme avaliação realizada pelo departamento competente da Prefeitura.

Art. 4º Para os fins desta lei, a Transferência do Direito de Construir será admitida exclusivamente para os imóveis situados no Setor de Serviço e Comércio (SESC); Zona Central (ZC); Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); Zona Industrial (ZI); Zona Institucional (ZIN); Zona Residencial 1 (ZR1); Zona Residencial 2 (ZR2); e Zona Ru-Urbana (ZUR).

§1º Os usos e parâmetros máximos para esses imóveis, estão estabelecidos no Quadro I, Anexo 2, parte integrante desta lei, considerados para os terrenos que recebem o potencial construtivo, situados na Área de Conservação Ambiental (ACA); Áreas de Preservação Permanente (APPs); Zona Especial de Parque (ZEP); e Zona Ru-Urbana (ZUR).

§2º Além do disposto no Quadro I, os imóveis que recebem o potencial construtivo deverão atender aos demais parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 5º Os proprietários particulares dos imóveis situados nas zonas especificadas no Art. 3 e 4, deverão garantir a preservação ambiental e a manutenção da área objeto da transferência, assegurando acesso público à sua utilização.

Art. 6º Nos casos em que os imóveis pertençam ao Poder Público Municipal, os recursos obtidos com a alienação do potencial construtivo deverão ser aplicados na implantação de infra-estrutura, no local objeto da transferência, ou na desapropriação ou implantação de áreas públicas de lazer em outros locais.

Art. 7º Será considerado o potencial construtivo do terreno para fins da Transferência do Direito de Construir, determinado em

metros quadrados de área computável, a partir da seguinte fórmula:

I -  $P_c = \frac{C_a \times A}{4}$  onde:

4

$P_c$  = Potencial Construtivo

$C_a$  = Coeficiente de aproveitamento permitido na zona ou setor onde está localizado o imóvel cedente;

$A$  = Área total do terreno cedente.

Art. 8º O potencial construtivo transferível é determinado em metros quadrados de área computável e equivale ao resultado obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

I -  $P_t = \frac{P_c \times V_{m_c} \times C_r}{V_{m_r} \times C_c}$  onde:

$V_{m_r}$   $C_c$

$P_t$  = Potencial Construtivo Transferível;

$P_c$  = Potencial Construtivo;

$V_{m_c}$  = Valor do metro quadrado de terreno do imóvel que cede o potencial;

$V_{m_r}$  = Valor do metro quadrado de terreno do imóvel que recebe o potencial;

$C_r$  = Coeficiente de aproveitamento da zona ou setor onde está localizado o imóvel que recebe o potencial;

$C_c$  = Coeficiente de aproveitamento da zona ou setor onde está localizado o imóvel que cede o potencial.

Parágrafo único. O valor do metro quadrado do terreno que cede e do que recebe o potencial, será avaliado, com base nos critérios a serem definidos por Decreto Municipal, dentro de 60 dias publicação da presente lei.

Art. 9º Sujeitam-se à licitação pública os imóveis de propriedade do Poder Público, para alienação do potencial construtivo.

**CAPÍTULO II  
CONTROLE DE TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO**

Art. 10. A transferência do potencial construtivo será efetuada mediante autorização especial a ser expedida pelo órgão municipal competente, ouvidos os órgãos competentes, através de:

- I - expedição de certidão, onde a transferência é garantida ao proprietário, obedecidas as condições desta lei e dos demais diplomas legais;

- II - expedição de autorização especial para a utilização do potencial transferido, previamente à emissão de alvará de construção, especificando a quantidade de metros quadrados passíveis de transferência, o coeficiente de aproveitamento, a altura e uso da edificação, atendidas as exigências desta lei e dos demais diplomas legais.

Art. 11. A transferência do potencial construtivo será averbada no registro imobiliário competente, à margem da matrícula do imóvel que cede e do que recebe o potencial construtivo.

Parágrafo único. No imóvel que cede o potencial, a averbação deverá conter além do disposto no "caput" deste artigo, as condições de proteção, preservação e conservação estabelecidas.

**CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. Extingue-se a faculdade de transferência do potencial construtivo no caso de não serem atendidas as condições de proteção, preservação e conservação do imóvel cedente.

Parágrafo único. Ao imóvel que perder o direito de transferência do potencial construtivo, só será permitido o uso residencial, com o devido registro imobiliário.

Art. 13. Lei específica poderá determinar novas áreas para receberem Transferência do Direito de Construir.

Art. 14. Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data de sua publicação.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2011.



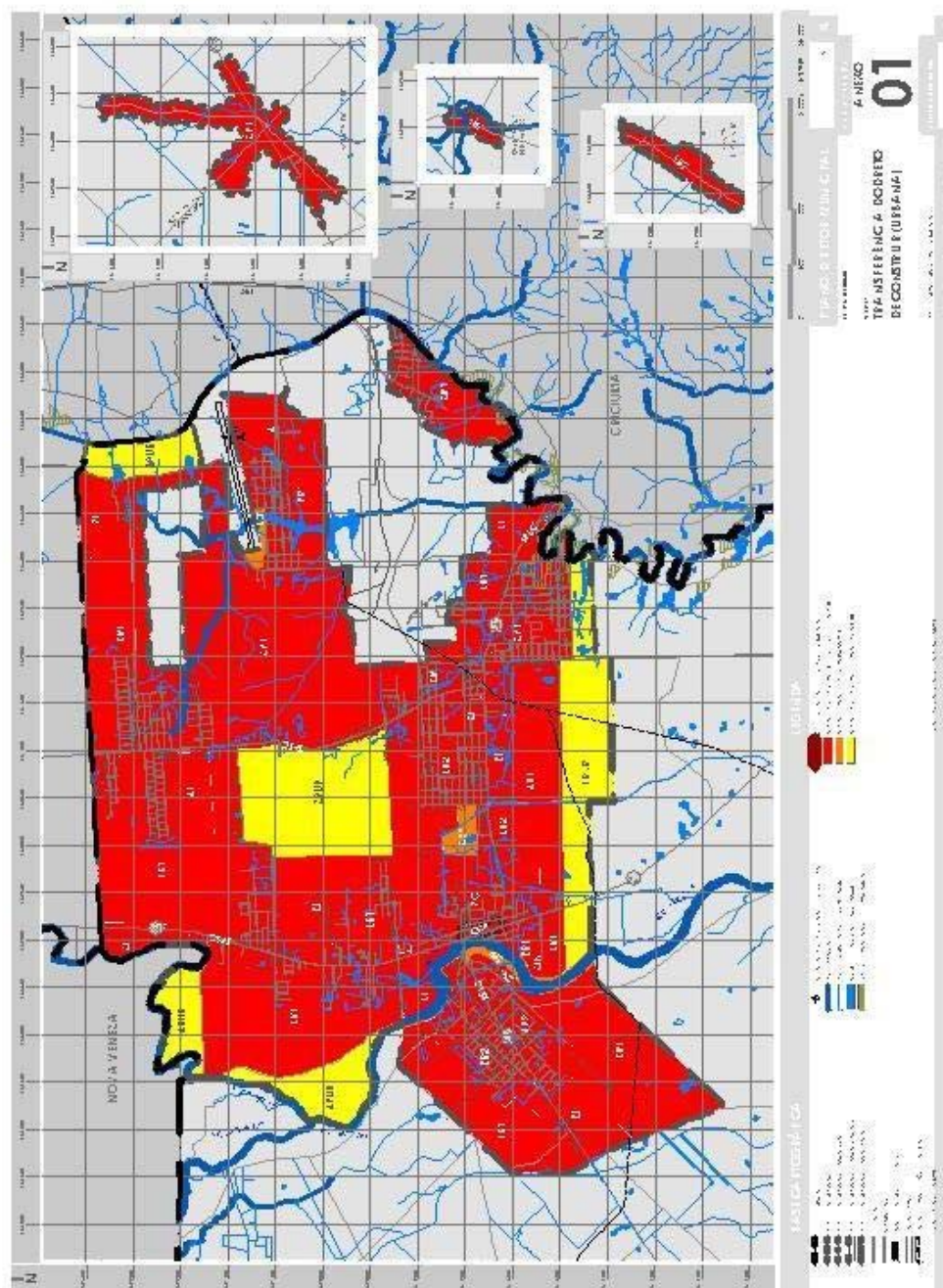
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

## ANEXO 1

### MAPA DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR



## ANEXO 2

### TABELA DE TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

**QUADRO I – Transferência de Potencial Construtivo**

ÁREAS, SETORES e ZONAS	USOS			OCUPAÇÃO													
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL <sup>1)</sup>	PROIBIDO	COEFIC. DE APROVEITAMENTO – CA		TAXA DE OCUPAÇÃO – TO (%)		TAXA DE INFILTRAÇÃO – TI (%)		TESTADA MÍN. (m)	LOTE		ALTURA MÁX. (Pav.)	reco Frontal (m)		AFAST. (a) LATERAL (m) <sup>(1)</sup>	
				BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.		MÍN. (m²)	MÁX. (m²)		BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.
APP	-C4 <sup>(6)</sup> ; <sup>(2)</sup>	-CSE2; <sup>(2)</sup>	- Todas demais atividades.	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SESC	-HCV; - In; -C2; - C4 <sup>(6)</sup> ; - CSVb; - CSS; - CSG.	-HU; - HCH; - C1; - C3; - CSE1; - -I2.	- Todas demais atividades.	1,5	2 <sup>(3)(4)</sup>	60	70 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	2.880	3 ou 4 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>	1,5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZC	-HU; - HCV; - In; -C1; - C2; - C4 <sup>(6)</sup> ; - CSVb; - CSS	-HCH; - -C3; - CSG; - CSE1; - -CSE2; - -I1; -I2	- Todas demais atividades.	3	4 <sup>(3)(4)</sup>	60	70 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	2.880	6 ou 8 <sup>(3)(4)</sup>	5 <sup>(7)</sup>	3 <sup>(3)(4)(7)</sup>	1,5 ≤ p ≤ h/5	1/6 <sup>(3)(4)</sup>
ZEIS	-HU; - HCH; - HCV; - In; -C1; - CSVb.	-C2; - C4; - CSS; - CSG; - CSE1; - -CSE2.	- Todas demais atividades.	1	1,5 <sup>(3)(4)</sup>	50	70 <sup>(3)(4)</sup>	30	20 <sup>(3)(4)</sup>	10/5 <sup>(5)</sup>	250/125 <sup>(5)</sup>	1.000 <sup>(3)(4)</sup>	2 ou 3 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)(5)</sup> /0 <sup>(5)</sup>	1,5	1,5 <sup>(3)(4)</sup>
ZEP	-C4 <sup>(6)</sup> ;	- In; - C1; - C3; - CSVb.	- Todas demais atividades.	0,5	*	30	*	40	*	15	720	7.200	2	10	*	3	*
ZI	-In; - C4 <sup>(6)</sup> ; - CSVb; - CSG; - CSE1; - I1; -I2; - I3;	-HU; - HCH; - C1; - C2; - C3; - CSS; - CSE2.	- Todas demais atividades.	1	1,5 <sup>(3)(4)</sup>	50	60 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	25	1.440	28.800	2 ou 3 <sup>(3)(4)</sup>	15	10 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZIN	-In; -C1; - -C2; - CSVb; - CSS.	-HU; - HCH; - HCV; - C3; - C4; - CSG; - CSE1; - -I1; -I2.	- Todas demais atividades.	1	2 <sup>(3)(4)</sup>	40	60 <sup>(3)(4)</sup>	30	20 <sup>(3)(4)</sup>	15	720	8.640	2 ou 4 <sup>(3)(4)</sup>	10	5 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>
ZR1	-HU; - HCH; - HCV; -	-C3; - C4; - CSS; -	- Todas demais atividades.	1	2 <sup>(3)(4)</sup>	50	60 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	2.160	2 ou 4 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>	1,5	3 <sup>(3)(4)</sup>

ÁREAS, SETORES e ZONAS	USOS			OCUPAÇÃO													
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO	COEFIC. DE APROVEITAMENTO – CA		TAXA DE OCUPAÇÃO – TO (%)		TAXA DE INFILTRAÇÃO O – TI (%)		TESTADA MÍM. (m)	LOTE		ALTURA MÁX. (Pav.)	recuo Frontal (m)		AFAST. (a) LATERAL (m) <sup>(1)</sup>	
				BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.		MÍN. (m²)	MÁX. (m²)		BÁS.	MÁX.	BÁS.	MÁX.
	In; -C1; -C2; -CSVb; -I1;	CSG; -CSE1; -CSE2; -I2;															
ZR2	-HU; -HCH; -HCV; -In; -C1; -C2; -CSVb; -I1;	-C3; -C4; -CSS; -CSG; -CSE1; -CSE2; -I2;	- Todas demais atividades.	2	3 <sup>(3)(4)</sup>	50	60 <sup>(3)(4)</sup>	25	20 <sup>(3)(4)</sup>	12	360	3.600	4 ou 6 <sup>(3)(4)</sup>	5	*	1,5 ≤ 2p ≤ h/5	h/6 <sup>(3)(4)</sup>
ZRUR	-HU; -HCH; -In; -CSVb; -I1;	-HCV; -C1; -C2; -C3; -C4; -CSS; -CSG; -CSE1; -CSE2; -I2; -I3	- Todas demais atividades.	1	2 <sup>(3)(4)</sup>	40	50 <sup>(3)(4)</sup>	30	25 <sup>(3)(4)</sup>	15	720	7.200	2 ou 4 <sup>(3)(4)</sup>	10	5 <sup>(3)(4)</sup>	5	3 <sup>(3)(4)</sup>

Notas

- (1) É Tolerado afastamentos nulos (0m), colado nas divisas opostas à via pública (empenas cegas), somente para um único pavimento de altura máxima, sendo tolerado o pavimento de mezanino, desde que obedecido o Código de Obras e Posturas, em especial para as soluções de ventilação e iluminação dos ambientes.
- (2) Mediante estudo específico, conforme ação específica do Plano Diretor Municipal e demais determinações dos órgãos ambientais e afins.
- (3) Mediante o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- (4) Mediante o instrumento da Transferência do Direito de Construir.
- (5) Parâmetros flexibilizados somente para os casos de regularização fundiária, seguindo os critérios e diretrizes dos Planos, Programas e Ações de regularização fundiária promovidas no município.
- (6) Exceto para a Atividade 3.4.1 Antenas de Celulares, Retransmissão e congêneres, sendo esse esta Atividade Permissíveis.
- (7) Serão tolerados recuos frontais nulos (0m) aos lotes inseridos pelo polígono do Centro Histórico de Forquilha (CHF), conforme apresentado no Anexo 11 – Área do Centro Histórico de Forquilha, parte integrante Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal.



**Lei Nº 1.698, de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 1.698, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO FORQUILHINHA FUTEBOL CLUBE.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros ao Forquilha Futebol Clube, entidade sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 97.533.830/0001-16, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com o objetivo de fomentar a prática de esportes no Município de Forquilha.

Art. 2º Para viabilização da presente Lei, fica o Município autorizado a celebrar convênio fixando critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação 08.01.2.041.3.3.50.01.00(119) do orçamento vigente do município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos para o exercício de 2011.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Lei Nº 1.699, de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 1.699, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA DO EXERCÍCIO DE 2011, MEDIANTE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Forquilha do Exercício de 2011 na importância de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme Atividade abaixo discriminada:

1300- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1301- Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0113 - Assistência Social Geral

2.047 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

3.3.90.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 95.000,00

TOTAL GERAL R\$ 95.000,00

Art. 2º As suplementações referentes à abertura do crédito adicional especial, decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulações parciais, das dotações orçamentárias dos elementos de despesas abaixo discriminadas:

1400- FUNDO MUNICIPAL DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

1401- Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescência

08.243.0121 - Assistência do Fundo M. Direito da Criança e Adolescência

2.043 - Manutenção do Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescência

3.1.90.00.00.00.0.1.00 (200) - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

3.3.90.00.00.00.0.1.00 (203) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Soma R\$ 95.000,00

TOTAL GERAL R\$ 95.000,00

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/09 de 18 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.576/10 de 24 de Agosto de 2010 e nos Anexos da Lei Orçamentária/2011 - Lei Municipal nº. 1.601/10 de 24 de Novembro de 2010, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito especial constantes da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos para o exercício financeiro de 2011.

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Fraiburgo****PREFEITURA****Decreto Nº 0241/2011**

DECRETO Nº 0241, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES PARA AS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Concurso Público nº 002/2011;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para as vagas reservadas às pessoas com deficiência do Edital de Concurso Público nº 002/2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Os prazos para recursos, a data e o horário da realização da prova escrita são os estabelecidos no Edital de Concurso Público n. 002/2011, sendo que os locais da realização da prova escrita serão divulgados posteriormente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 12 de Agosto de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Anexo Decreto N° 0241/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 002/2011**

**LISTAGEM DE INSCRIÇÕES PARA AS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**  
**HOMOLOGADAS**

<b>Cargo</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Candidato</b>
Professor - Matemática	347	FABIO JUNIOR SPATOSKI

**Decreto Nº 0242/2011**

DECRETO Nº 0242, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Finanças  
06.01 - Secretaria de Finanças  
04.122.0005.2.010 - Manutenção da Secretaria de Finanças  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (37) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

06.00 Secretaria de Finanças  
06.01 - Secretaria de Finanças  
04.122.0005.2.010 - Manutenção da Secretaria de Finanças  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (38) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Fraiburgo, 15 de Agosto de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0014/2011-FMS**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação futura de empresa do ramo para fornecimento de sucos e refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmitex, para alimentação dos servidores que trabalham no Pronto Atendimento Ambulatorial 24 horas e SAMU, durante o período de setembro de 2011 a abril de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 29/08/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de agosto de 2011.  
NILCE PINZ  
Secretária Municipal de Saúde

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0015/2011-FMS-RP 0006**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisições em contratações futuras de persianas, no período de setembro a dezembro de 2011. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 02/09/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de agosto de 2011.  
NILCE PINZ  
Secretária Municipal de Saúde

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0097/2011PMF-RP0045**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0097/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0045/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de larvicida biológico para uso em ações de combate ao mosquito borrachudo no interior do Município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 01/09/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de agosto de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1681/2011**

PORTARIA N.º 1.681 DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear PATRÍCIA FERREIRA TERRES MORAIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.385.499-76, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 1682/2011**

PORTARIA Nº 1.682, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Revoga Portaria 1.675/2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0808/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 1.675 de 12 de agosto de 2011, que reduziu a carga horária da servidora MIRIAN CARLA CRUZ, a partir de 15 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1683/2011**

PORTARIA Nº 1.683, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0809/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 34 (trinta e quatro) para 18 (dezoito) horas semanais a carga horária da servidora MIRIAN CARLA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 067.824.559-27, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, no período de 18 de agosto de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1684/2011**

PORTARIA Nº 1.684, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0811/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora TATIANA REZZADORI, que está na função de Diretora do Centro Educacional Municipal Faxinal dos Carvalhos;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 043.905.359-51, contratada em caráter temporário, na função de PROFESSOR-EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 16 de agosto de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1685/2011**

PORTARIA N.º 1.685 DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA HILLESHEIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 046.388.949-50, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1686/2011**

PORTARIA N.º 1.686 DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARLENE FORTES, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.350.529-94, na função de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2011 até 01 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

# Garopaba

## PREFEITURA

### Edital de Convocação N.º 010/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2011

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, sem que houvesse resposta,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA, o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreritável de 05 (cinco) dias contados da publicação do presente Edital:

a. CLEBER DA SILVA MOSSINI - 004816 - Enfermeiro;

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 12 de Agosto de 2011

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 16/08/2011

### Decreto N.º 107/2011

DECRETO N.º 107, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Orçamento vigente:

10.02 - SECRETARIA DE PLANEJ TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 30.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 30.000,00

17512311.045 - Func. e Manutenção do FMSB 30.000,00

3.3.90.0.1.65.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Aviso Licitação Cancelada PR66/2011

AVISO LICITAÇÃO CANCELADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2011

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que o PREGÃO PRESENCIAL 66/2011, Processo 138/2011, objetivando a Aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba, restou cancelado.

Garopaba, 15 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Aviso - Edital N.º 0005/2011

EDITAL N.º 0005/2011 - ENTREVISTA PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

DATA: 18/08/2011

HORÁRIO:

Marianna Medeiros - 13:30 hs

Ramon Bastos Silveira - 13:50 hs

Mário Luiz Junges Junior - 14:10 hs

Renata Bonaspetti - 14:30 hs

Afonso Mário Piliackas Jr - 14:50 hs

Laura Brandão Chaves - 15:10 hs

Carolina Sartori Angeli - 15:30 hs

Jóici Estácio Jordão Pokreviescki - 15:50 hs

Denise Valdira de Abreu - 16:10 hs

Leo Luciano - 16:30 hs

Simone da Cunha - 16:50 hs

LOCAL: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Endereço: Rodovia GRP - 010 (ao lado da Lotérica) - Centro - Garopaba/SC - Fone: (48) 3254-8223

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 11/2011

RESOLUÇÃO Nº 11/2011

"Prorroga prazo constante da Resolução Nº 006/2011, que cria Comissão Especial".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo para a Comissão Especial criada pela Resolução Nº 006 de 20 de abril de 2011, a qual tem por objetivo, tratar de assuntos relevantes aos limites entre bairros do município de Garopaba e suas respectivas fronteiras, regularização dos nomes de ruas no município, limites e fronteiras entre os municípios vizinhos, bem como estudo do sistema viário municipal, para apresentar parecer conclusivo de seus trabalhos ao Plenário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 12 de agosto de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária

### **Resolução Nº 12/2011**

RESOLUÇÃO Nº 12/2011

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de julho de 2011"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de julho de 2011 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 12 de agosto de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos doze dias do mês de agosto de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária

**Gaspar**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 4.448 de 09 de Agosto de 2011.**

DECRETO Nº 4.448 DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE BERÇARISTA, A SERVIDORA TALITA MAITÊ DA SILVA.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA, Prefeita Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 12 de agosto de 2011, a servidora TALITA MAITÊ DA SILVA, do cargo efetivo de Berçarista, a qual foi nomeada através do Decreto nº 1225/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de agosto de 2011.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA  
Prefeita Municipal em Exercício

### **Decreto Nº 4.451 de 09 de Agosto de 2011.**

DECRETO Nº 4.451 DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA, Prefeita Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Melina Cabral Paulino	Assistente Social	30h	18º	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Janice da Silva	Assistente Social	30h	19º	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Cássia Heiss	Terapeuta Ocupacional	30h	5º	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de agosto de 2011.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA  
Prefeita Municipal em Exercício

### **Decreto Nº 4.452 de 09 de Agosto de 2011.**

DECRETO Nº 4.452 DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA A SERVIDORA HEDIONE MARTA VIANA.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA, Prefeita Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a servidora HEDIONE MARTA VIANA, do cargo efetivo de Professora DOC III-8, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, a qual foi nomeada através do Decreto nº 685/2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de agosto de 2011.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA  
Prefeita Municipal em Exercício

### **Decreto Nº. 4.450, de 09 de Agosto de 2011.**

DECRETO Nº. 4.450, DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE ANA MIRIAM FONSECA BUENO.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA, Prefeita Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art.1º Torna sem efeito a nomeação de ANA MIRIAM FONSECA BUENO, para exercer o cargo de Assistente Social, nomeado pelo Decreto nº 4.400/2011 de 28 de junho de 2011, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de agosto de 2011.  
MARILUCI DESCHAMPS ROSA  
Prefeita Municipal em Exercício



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1115/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1115/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAU2094	54065345D	JOAO ADAO RODRIGUES DE OLIVEIRA	6920/0	233
APC1567	54065866D	VANDERLEI MINATTO	6912/0	232
AZI1221	54065712D	OSNILDO RONCAGLIO	6920/0	233
CYR5420	54065758D	RAIMUNDO DE CARVALHO	5045/0	162 * V
IIA5253	54066166D	EMERSON MERIZIO	6920/0	233
KNU2735	54065970D	DARLAN FRANCISCO MAYA	6661/0	230 * XII
LCL2000	55077122C	JEANE MOREIRA VASCONCELOS	6920/0	233
LNA4590	54064483D	MAURO DONIZETE PERREIRA	6599/2	230 * V
LXK7440	55116234C	VALDEMAR RODRIGO GAULKE	5010/0	162 * I
LYI0215	55116688C	JOSNEI KILIAN DE PAULA	5010/0	162 * I
LZT9055	54065295D	ACACIO NICOLAU ZANCA	6580/0	230 * IV
LZZ9523	55116212C	JOAO ALMERE DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MAL9123	54065884D	ANDRE IOLANDO PAULO	6920/0	233
MBS1085	54066173D	ROSIMERI TERESINHA RIEWE DE ARAUJO	6920/0	233
MDP8681	55116618C	JURANDIR BERTOLINO MIRANDA	5061/0	163 c/c 162 * I
MDQ6004	54065038D	CHARLINE ZIMMERMANN DE SOUZA	6920/0	233
MEF4376	54065226D	WERNER STARK	6920/0	233
MFJ4201	54066168D	CRISTIANY DE ASSUMPCAO BARROSO	6920/0	233
MFQ0322	54066182D	LUIZ MOIZES DE QUADROS	6920/0	233
MGL8312	54066155D	EVERALDO NICODEMOS DA CRUZ	6920/0	233
MHF4360	54066047D	LUCIANA DE VARGAS ZIELINSKI	6920/0	233
MHI7882	54066158D	MARIA LEONOR DE SOUZA	6920/0	233

---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1116/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1116/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AZI1221	54065573D	OSNILDO RONCAGLIO	6041/2	207
HRF8914	54064449D	CARLITO VIEIRA	5746/1	187 * I
LXK7440	55116235C	VALDEMAR RODRIGO GAULKE	7030/2	244 * I
MCD4495	55116177C	DIETER KLUG	5738/0	186 * II
MEA7296	54066356D	TINTURARIA E LAVANDERIA PEDRINI LTDA	5940/1	203 * III
MEX4495	54065099D	LOGIN TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA	5746/1	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1119/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1119/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJL1937	55074233C	GEOVANI DA SILVA	6920/0	233
ALA4785	54065989D	MARITA TRAPLE WEEGE	6599/2	230 * V
LXZ1208	54064555D	HUMBERTO ALVES SAMPAIO	6920/0	233
LZA3852	54066151D	BERTOLDO RAHN	6920/0	233
LZF8551	54066046D	RONALDO PEREIRA DA SILVA	6920/0	233
MAA4738	54065011D	ASTA HEUSSER PAUL	6920/0	233
MAH7981	55117718C	MARCELO BONETE	7340/0	252 * IV
MAJ1849	54064360D	JULIO FRANCISCO MANETTA	6920/0	233
MBE9032	54066174D	AROLDO CORDEIRO	6920/0	233
MDP8681	55116617C	JURANDIR BERTOLINO MIRANDA	5010/0	162 * I
MDW3427	55116576C	RICARDO ALEXANDRE NICOLODI	5045/0	162 * V
MEC1667	54066478D	CAIO TONIOLLI ZEITZ	6920/0	233
MEM2083	54065098D	BENAVENTOR DA SILVA	6599/2	230 * V
MEO3590	54065020D	GERSON ANTONIO OECHSLER	6920/0	233
MEY1988	54065012D	ADRIANO NICOLLETTI	6920/0	233
MGC1131	55115843C	CLEBER EDUARDO CORTABITARTE	5010/0	162 * I
MPB6969	55074299C	GIOVANE JAIME KRAUSS	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1120/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 1120/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALA4785	54065988D	MARITA TRAPLE WEEGE	5568/0	181 * XIX
COS0283	54066133D	ADEMIR ALVES DE MOURA	5568/0	181 * XIX
DID7613	54066128D	LUIZ CARLOS FURTADO	5568/0	181 * XIX
LYF7100	55116515C	EDWIN KAISER	5185/1	167
MCQ9699	55114346C	LEANDRO LUIZ DELFINO	5738/0	186 * II
MCW4651	54066057D	VALMOR LUCIO FURTADO	5541/6	181 * XVII
MFF4065	54065635D	JAMES COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	5746/3	187 * I
MFG7944	54066069D	MARCIO DA SILVA	6033/0	206 * V
MFW3675	54065992D	LINDOMAR DA COSTA	5568/0	181 * XIX
MFW3675	54066452D	LINDOMAR DA COSTA	5568/0	181 * XIX
MGE2218	54065100D	MURER TRANSPORTES LTDA ME	5746/1	187 * I
MGJ0528	54066331D	ARIANA BARBARA TONIOLI	5452/1	181 * VIII
MIG8585	54066063D	DEBORA ZUCHI	5991/0	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1117/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 147 1117/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABW3680	54066438D	PAULINO BUENO	6920/0	233
AEJ9212	54066442D	ARI DE OLIVEIRA	6920/0	233
ANB8360	54067034D	JOSE RICARDO PEREIRA	6920/0	233
CXY1685	54067025D	PAULO SERGIO BENEDITO DOS SANTOS	6920/0	233
HOV8197	54066955D	JUAREZ DA SILVA	6599/2	230 * V
HOV8197	54066956D	JUAREZ DA SILVA	5010/0	162 * I
HOV8197	54066957D	JUAREZ DA SILVA	5118/0	164 c/c 162 * I
LXW2548	54066450D	RUBENS DA CONCEICAO	6920/0	233
LZF6383	54066869D	VALDIR LINDNER	6920/0	233
LZG7318	55077127C	FABIANO VENHORST	6920/0	233
MBD6791	55077130C	MARIA CAROLINE FERNANDES BEZERRA	6920/0	233
MBK6038	54066851D	LUCIANO EGON KRUEGER	6920/0	233
MBR5087	54066874D	ROSANGELA SCHMITT	6920/0	233
MCD5387	54066798D	RODNEY ROSA MARTINS	6920/0	233
MCV2240	54066863D	ERICA ALVES	6920/0	233
MDC0082	54066872D	ACACIO JOSE BUZZI	6920/0	233
MDR4549	54066782D	ROGERIO ALVES DA SILVA	6920/0	233
MDX9053	54066873D	DOUGLAS JOSE DE SOUZA	6920/0	233
MED7455	55117578C	EDILCE WARMILING	5045/0	162 * V
MEX8634	55118956C	JOHNNY RODRIGO DICKMANN	5010/0	162 * I
MFI2729	54066788D	NELSON LUCHTENBERG	6920/0	233
MFJ1059	55114309C	SIDNEI APARECIDO DA SILVA	5010/0	162 * I
MFJ1059	55114310C	SIDNEI APARECIDO DA SILVA	6599/2	230 * V
MFJ9161	54065448D	LUIS CARLOS VELOSO DE LINHARES	6920/0	233
MGG5337	55114626C	ADRIANA DA SILVA	5010/0	162 * I
MGG5337	55114627C	ADRIANA DA SILVA	5061/0	163 c/c 162 * I

MGG5337	55114628C	ADRIANA DA SILVA	6599/2	230 * V
MGG5337	55114629C	ADRIANA DA SILVA	6912/0	232
MHQ4874	54067010D	WANDERLEY LUIZ COSTA	6920/0	233

---

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1118/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 147 1118/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABY2574	8147000474	MARIA BERNADETI NICOLODI	7455/0	218 * I
AEX4549	8147000765	MARIA DE LOURDES VIEIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
AJS6007	8147000548	MARIA SALETE HOSTIN	7455/0	218 * I
AOY4241	8147000709	JAMES RAIMONDI	7455/0	218 * I
DFS9022	8147000428	ALESSANDRO DA COSTA	7455/0	218 * I
DVL6674	8147000485	ISAC CAMARGO DE MATOS	7455/0	218 * I
HJK1245	8147000620	OLGA BRUGNAGO	7455/0	218 * I
KEP1353	8147000790	IVONI JOSE GULARTE	7455/0	218 * I
LWR8659	54065356D	ANDREI VIVIANI	5746/3	187 * I
LXU4236	8147000555	PAULO ROBERTO PACHECO CEZAR	7455/0	218 * I
LYO7002	8147000468	MARIO SOBERANSKI	7455/0	218 * I
LZD2418	8147000567	VANDIR DEBARBI	7455/0	218 * I
LZH1318	8147000432	ALMIR SALVIO	7455/0	218 * I
MAV1247	8147000712	SIDNEI JOSE COELHO	7463/0	218 * II
MCF6065	8147000776	IVETE EBERLE	7455/0	218 * I
MDE1341	54064325D	TRANSPORTES RAPIDO OUROSUL LTDA	5746/3	187 * I
MDV9959	8147000587	IRINEU MATIAS DA ROCHA	7455/0	218 * I
MEE5081	54066143D	CRISTIANO MARTINS DE SOUZA	7366/1	252 * VI
MFC6172	8147000769	GERTRUDES VILAIN MEDEIROS	7455/0	218 * I
MFD2623	8147000730	DAVILA COMERCIO DE ANTENAS PARABOLICAS LTDA ME	7455/0	218 * I
MFI7934	8147000611	HENRIQUE CASSIANO BENEDITO	7455/0	218 * I
MFJ8315	8147000573	EDUARDO TIENE DOLIVEIRA	7455/0	218 * I
MFL6852	8147000556	ADRIANO VIZENTIN	7455/0	218 * I
MFR6166	54066777D	JHON LENON DOS SANTOS SOUZA	5800/0	192
MGG5337	55114630C	ADRIANA DA SILVA	5878/0	199
MGQ1183	8147000469	MARCIO GERMANO	7455/0	218 * I



MGS1960	8147000461	VOLNEI ROBERTO CHIODINI	7455/0	218 * I
MGW5226	8147000784	GERALDO MAGELA MARTINS	7455/0	218 * I
MHD9942	8147000761	ROSANGELA MARIA JOSE PROCHAZKA FRIGERI	7455/0	218 * I
MHE0773	8147000749	JAISON DA CUNHA	7455/0	218 * I
MHJ2115	55116657C	RODNEY ROSA MARTINS	5185/1	167
MHK0197	8147000594	RODRIGO LUIZ DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MID5773	8147000718	VILSON ANTUNES DE JESUS	7455/0	218 * I
MIX1188	8147000500	FRANQUINHO JOAO MAESTRI	7455/0	218 * I
MJC1968	8147000476	JOSE CARLOS MARTENDAL	7455/0	218 * I
MJH7199	8147000542	SERGIO SCHROEDER CORREA	7455/0	218 * I
MKI5190	8147000480	VILMAR MACHADO	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1121/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 147 1121/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CZX8090	54067058D	DORVALINA SCOTTINI	6920/0	233
DEL2824	54067057D	ANDRE DA CRUZ SEMBARSKI	6920/0	233
DJC6019	54066896D	GRAZIELLE MARCOLLA	6920/0	233
LXA1481	54066885D	OLAIR DA SILVA	6920/0	233
LXR8148	54067068D	ALBERTO DE SOUZA	6920/0	233
LYC5647	55116702C	MARIA GORETI SCHMITT STEIN	6912/0	232
MAC2133	54066890D	NERI AMILTON BRAND	6556/5	230 * I
MCV9737	54067061D	WIND LIFE CONFECÇÕES LTDA. ME	6920/0	233
MDZ0553	54067060D	EMERSON VIEIRA DA SILVA	6920/0	233
MER8454	54066886D	CARLOS ALBERTO RIBEIRO	6920/0	233
MFS7818	54066899D	ROSA DA SILVA	6920/0	233
MGM4954	54067064D	JOSE MAURICIO MAIER	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N. 147 1122/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N. 147 1122/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBG5791	54067070D	EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA	5185/1	167
MCS4379	54066907D	1 DO SUL TRANSPORTES LTDA - ME	5746/1	187 * I
MFL6273	54066903D	EDSON LUIS SCHRAMM	6041/1	207
MFL6273	54066904D	EDSON LUIS SCHRAMM	5746/1	187 * I
MFM1469	54066815D	MARILANDE FEUZER	5819/1	193
MIC8735	8147000590	CONSTRUTORA MARCHIORI LTDA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 10 DE AGOSTO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Portaria Nº. 2.516 de 05 de Agosto de 2011.**

PORTARIA Nº. 2.516 DE 05 DE AGOSTO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA REGIANE ZWANG.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA, Prefeita Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora REGIANE ZWANG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 25 de julho de 2011 a 24 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 25 de julho de 2011.

Gaspar, 05 de agosto de 2011.  
MARILUCI DESCHAMPS ROSA  
Prefeita Municipal em Exercício

**Portaria Nº. 2.517, de 11 de Agosto de 2011.**

PORTARIA Nº. 2.517, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 04/2010, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

MARILUCI DESCHAMPS ROSA, Prefeita Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 18 de agosto de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de agosto de 2011.  
MARILUCI DESCHAMPS ROSA  
Prefeita Municipal em Exercício

**Guaramirim****PREFEITURA****Ata de Registro de Preços Pregao 66/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL 66/2011

Objeto: Aquisição de Material de Construção

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 66/2011.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Fornecedores:

Áurea de Oliveira Borba- Me.

Vencedor dos itens: 06-08-09-14-15-21-26-30-31-32-34-47-48-49-50.

Valor: R\$ 225.525,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos e vinte e cinco reais).

Kallus Comercio de Materiais de Construção Ltda- Epp

Vencedor dos itens: 16-23-44-51-52-53

Valor: R\$ 16.338,00 (dezesseis mil e trezentos e trinta e oito reais)

Guara Material de Construção Ltda - Me

Vencedor dos itens: 01-07-11-12-13-22-29-45-54

Valor: R\$ 22.154,00 (vinte e dois mil e cento e cinquenta e quatro reais)

Comercio e Industria Breithaupt S.A

Vencedor dos itens: 02-03-04-05-18-19-20-24-25-27-28-33-35-36-37-38-39-40-41-42-43-46-55.

Valor: R\$ 17.748,50 (dezessete mil e setecentos e quarenta e oito reais).

Liderança Construção e Comércio Atacadista de Material para Construção Ltda- Me.

Vencedor dos itens: 10-17

Valor: R\$ 401,00 (quatrocentos e um reais)

Vigência: Início: 25/07/2011 Término: 25/07/2012.

Guaramirim-SC, 25 de julho de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato ata de registro de preço pregao 67/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL 67/2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de caibros, forros, caixilhos, sarrafos e outros materiais provenientes da madeira para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 67/2011.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Fornecedores:

Madeiras Blumenau Ltda- Epp

Vencedor dos itens: 01-02-03-04-05-06-07-08-18-19-20-21-22-23.

Valor: R\$ 45.830,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e trinta reais).

Vigência: Início: 25/07/2011 Término: 25/07/2012.

Guaramirim-SC, 25 de julho de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato Ata de Registro de Preço Pregao 68/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL 68/2011

Objeto: Aquisição de areia fina, média, brita n.º 1 e pó de brita para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 68/2011.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.



## Fornecedores:

L.T. Wonsiewski &amp; Cia Ltda - Me

Vencedor dos itens: 01-02.

Valor: R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais)

Vigência: Início: 25/07/2011 Término: 25/07/2012.

Guaramirim-SC, 25 de julho de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

**Decreto Nº 2.939/2011.**

DECRETO Nº 2.939 DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.837 DE 30/12/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SC."

O Prefeito do Município de Herval D' Oeste-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional suplementar na importância de R\$ 5.336,00 (Cinco mil, trezentos e trinta e seis reais) por conta da anulação parcial de dotação orçamentária dos recursos próprios do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D' Oeste e Luzerna, na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas:

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas  
R\$ 300,00

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas  
R\$ 5.036,00

Art. 2º O crédito aberto no art. 1º deste Decreto, será coberto com as anulações das dotações abaixo descritas:

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 300,00

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 5.036,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D' Oeste- SC, em 11 de agosto de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 770/2011**

PORTARIA Nº 770/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO (Matr. 1405), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II - Nível - 5, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de abril de 2010 e 02 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 12 de agosto de 2011 a 10 de setembro de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 12 de Agosto de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 21/2011 (SEDESTH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDESTH

PROCESSO Nº 24/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 26 de agosto de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Aquisição de blocos de passes municipal para manutenção do CREAS( Centro de referencia especializado da assistência social). A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de agosto de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 22/2011 (SEDESTH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDESTH

PROCESSO Nº 25/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 26 de agosto de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido

pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Aquisição de material de limpeza e produtos de higienização para manutenção do centro de referência especializado da assistência social - CREAS. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de agosto de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

### **Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 36/2011 (SAUDE)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 45/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 26 de agosto de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa física ou jurídica especializada para realização de consultas especializadas. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de agosto de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

## **Iomerê**

### **PREFEITURA**

### **Beneficiados Bolsa Família**

Pagamento do Programa Bolsa Família - Agosto 2011

TITULAR	NISTITULAR
ALINE FANTINEL MIOTELLI	21253487318
IVANIR SALETE HARZ	12126923578
IZABETE KILD ZAPAROLLI SEIBEL	16321343561
LURDES INHAIA	12562788720
MARIANE CLAUDIA GARIPUINA	22804957720
ROSANE FRANCISCO	12417987173
ROSELI DO CARMO SZYNKOW	10815641009

## **Itapoá**

### **PREFEITURA**

### **Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço 06/2011**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 15/08/2011 Horário: 09h:30m

Licitação /Modalidade TOMADA E PREÇO

PROCESSO Nº 06/2011

Nº 60/2011

#### **OBJETO:**

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para execução de drenagem pluvial, implantação de calçadas, estacionamento e paisagismo da nova sede da Prefeitura Municipal, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, ART, planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 27/07/2011 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ/MF: 05.498.419/0001-39 e EMPAV TERRAPLANEGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63. Exatamente às 08h:30m encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
15/08/2011	378	07h:50m	EMPAV TERRAPLANEGEM LTDA	10.391.386/0001-63

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, foi constatado que a empresa estava de acordo com edital portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao resultado classificatório de R\$ 91.389,14 (noventa e um mil trezentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos), portanto a empresa EMPAV TERRAPLANEGEM LTDA foi vencedora do objeto, observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão de Licitação

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Membro

MARIZA APARECIDA FILLA

Membro

Licitantes presentes:

EMPAV TERRAPLANEGEM LTDA  
ALTAIR CESAR VILLAIN  
CNPJ/MF: 428.640.549-49

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Extrato de Termo de Convênio Nº 44/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 44/2011

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),  
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE VENDEDORES E VIAJANTES DO  
MEIO OESTE CATARINENSE - AVVIMOC  
OBJETO: ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO  
PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DES-  
TINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS COM INVESTIMENTOS  
NA EXECUÇÃO DE MURO JUNTO A SEDE DA ENTIDADE, CONFOR-  
ME PLANO DE APLICAÇÃO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊ-  
NIO  
VALOR: R\$ 15.000,00  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FI-  
NANCEIRO DE 2011.  
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
198 - 3.3.50.00.00.00.00.0.3.000.0 - TRANSFERÊNCIA A INS-  
TITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS  
VIGÊNCIA DE 02 MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINA-  
TURA.

Joaçaba - SC, 11 de Agosto de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

LUIZ UMBERTO NUNES DA SILVA  
Presidente

#### Decreto Nº 3.860 de 11 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº 3.860 DE 11 DE AGOSTO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-  
MENTAR AUTORIZADO PELO ARTIGO 17 DA LEI MUNICIPAL Nº  
4.070 DE 16/12/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVI-  
ÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL  
D'OESTE E LUZERNA - SC."

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que  
lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional su-  
plementar na importância de R\$ 5.336,00 (Cinco mil, trezentos  
e trinta e seis reais) por conta da anulação parcial de dotação  
orçamentária dos recursos próprios do Serviço Intermunicipal de  
Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D' Oeste e Luzerna, na forma  
do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº  
4.320/64, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas:  
17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ÁGUA - UR-  
BANO  
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas  
R\$ 300,00

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRA-  
TIVOS - SIMAE  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas  
R\$ 5.036,00

Art. 2º O crédito aberto no art. 1º deste Decreto, será coberto com  
as anulações das dotações abaixo descritas:  
17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ÁGUA - UR-  
BANO  
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic.  
Diretas R\$ 300,00

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRA-  
TIVOS - SIMAE  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic.  
Diretas R\$ 5.036,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba- SC, em 11 de agosto de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### Lei Complementar Nº 202 de 08 de Agosto de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 202 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 99/2005  
QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO DE PRE-  
VIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOAÇA-  
BA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Ficam alterados o art. 10, II; art. 24, § 1º; art. 55, 3º;  
art. 80, I; e o caput do art. 95, da Lei Complementar nº 99/2005,  
que Dispõe sobre a Reorganização do Instituto de Previdência dos  
Servidores Públicos Municipais de Joaçaba, e suas alterações, que  
passam a vigorar com a seguinte redação:

#### Art. 10.

II - filho não emancipado em qualquer condição, menor de dezoito  
anos ou portador de deficiência física ou psíquica, sendo também  
considerado dependente o filho estudante, maior de dezoito anos  
até a conclusão do primeiro curso superior, fixado o limite de vinte  
e quatro anos de idade.

#### Art. 24

§ 1º. Considera-se como de efetivo exercício na função de magis-  
tério a atividade docente do professor, bem como as funções de  
direção, coordenação e assessoramento pedagógico, desde que  
exercidos em estabelecimentos de ensino básico, por professores  
de carreira, excluídos os especialistas em educação.

#### Art. 55.

§ 3º. No caso de concessão de licença sem vencimentos, inexis-  
tência ou suspensão de remuneração, caberá ao segurado a obri-  
gação de recolhimento diretamente ao IMPRES das contribuições  
pessoais e patronais, considerando a base de cálculo prevista no  
artigo 13 desta Lei Complementar, nos termos do artigo 5º, § 3º,  
desta Lei Complementar, sendo que a interrupção no pagamento  
das contribuições acarretará a perda da qualidade de segurado do  
servidor, sendo que a qualidade de segurado, após ser perdida por  
ausência de contribuição, só será readquirida após a retomada do  
pagamento das contribuições mensais.

#### Art. 80.

I - analisar os pedidos de concessão dos benefícios previdenciários  
de que trata esta Lei Complementar, exarando parecer;

Art. 95. A taxa de administração para custeio do regime próprio

de previdência, será de 1,5% (um vírgula cinqüenta por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior.

Art. 2º. Fica incluído o parágrafo único, no art. 34; o § 4º, no art. 55; e o inciso X, no art. 79, da Lei Complementar nº 99/2005, que Dispõe sobre a Reorganização do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34.  
Parágrafo único. Para que o dependente tenha direito à percepção ao benefício da pensão por morte, desaparecimento ou ausência legal do segurado, deve comprovar que, antes da data do óbito ou do desaparecimento do segurado, era incapaz ou preenchia os requisitos previstos no art. 10, II, desta Lei Complementar.

Art. 55

§ 4º. Nos casos de ações judiciais propostas por servidores segurados contra o órgão que o remunera, cuja decisão final tenha reconhecido o direito à percepção de verbas que comporão a base de cálculo para a concessão do benefício previdenciário, cabe ao servidor e ao Município, através do órgão ao qual o segurado é vinculado, o pagamento das respectivas contribuições, sob pena de não ser, as verbas concedidas judicialmente, levadas em conta para fins de concessão do benefício previdenciário.

Art. 79.

X - conceder os benefícios previdenciários de que trata esta Lei Complementar.

Art. 3º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 08 de agosto de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Lei Nº 4.134 de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 4.134 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.  
AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LINHA PATO ROXO - SÃO PAULO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LINHA PATO ROXO - SÃO PAULO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 00.070.903/0001-49, visando a utilização por parte da entidade de um distribuidor de calcário e uma enciladeira marca Jomil, de propriedade do Município, nas atividades da agricultura.

Art. 2º O prazo de vigência desta Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas de manutenção e conservação do bem

móvel, provenientes da execução desta cessão de uso ocorrerão por conta da associação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Lei Nº 4.135 de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 4.135 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.  
AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ 97.492.425/0001-05, visando a utilização por parte da entidade de uma enciladeira, de propriedade do Município, nas atividades da agricultura.

Art. 2º O prazo de vigência desta Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas de manutenção e conservação do bem móvel, provenientes da execução desta cessão de uso ocorrerão por conta da associação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Lei Nº 4.136 de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 4.136 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.  
"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA FICAGNA E LINHA QUIOCA, objetivando a Permissão de Uso de um imóvel com área total de 1.000,40m² (antiga Escola Municipal), de propriedade do Município de Joaçaba(SC), objeto da matrícula Nº 13.767 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC).

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, tem por finalidade a utilização pela Entidade para reuniões, encontros e demais atividades previstas no Estatuto.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de



15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Lei Nº 4.137 de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 4.137 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a Associação de Vendedores e Viajantes do Meio Oeste Catarinense - AVVIMOC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado ao pagamento de despesas com investimentos na execução de muro junto a sede da entidade, em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas no prazo de trinta dias a contar da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta do superávit do exercício anterior, na seguinte dotação orçamentária:

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

198 - 3.3.50.00.00.00.00.0.3.000.0 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Lei Nº 4.138 de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 4.138 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BONITINHO, objetivando a Permissão de Uso de um imóvel com área total de 1.130,00m<sup>2</sup> (antiga Escola Municipal), de propriedade do Município de Joaçaba(SC), objeto da matrícula Nº 5.481 - 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC).

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, tem por finalidade a utilização pela Entidade para reuniões, encontros e demais atividades previstas no Estatuto.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Lei Nº 4.139 de 08 de Agosto de 2011.**

LEI Nº 4.139 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE JOAÇABA A FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA- HUST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Ajustamento de Conduta com o Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, inscrito no CNPJ sob o nº 84.592.369/0009-88, mantido pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, visando à adequação da ampliação das instalações do Hospital Universitário localizado na Av. Barão do Rio Branco, Centro, numa área total de 6.190,14m<sup>2</sup>, cujo Termo integra o Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa



jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito RAFAEL LASKE, ora COMPROMITENTE; e o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, com sede na Travessa Domingos Floriani Bonato 37, Manutenida pela FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA- UNOESC-, CNPJ nº 84.592.369/0001-20 neste ato representado pelo ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT, ora denominado COMPROMISSÁRIO, autorizados pela Lei nº 4.139/2011; e

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pelo HUST no atendimento médico e ambulatorial da população não só de Joaçaba, mas de toda região;

CONSIDERANDO a possibilidade de extensão dos atendimentos com a ampliação do espaço físico do HUST;

CONSIDERANDO a apresentação de projeto arquitetônico para ampliação das dependências do HUST, sem que, contudo, fossem atendidas todas as exigências da Lei Complementar nº 137/2007, o que inviabilizaria a sua aprovação;

CONSIDERANDO a deficiência do número de vagas de garagem previsto no projeto apresentado, em desacordo com a Lei Complementar nº 137/2007;

CONSIDERANDO a exigência de unificação dos terrenos em que a edificação será construída, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 134/2007;

RESOLVEM celebrar o presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, mediante os seguintes termos:

#### DO OBJETO

I - Este TERMO tem como objeto a adequação, por parte do COMPROMISSÁRIO, da ampliação de 6.190,14m<sup>2</sup>, das instalações do Hospital Universitário Santa Terezinha localizado na Av. Barão do Rio Branco, Centro, nos termos da legislação municipal, haja vista o projeto arquitetônico apresentado ao COMPROMITENTE.

#### DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se o COMPROMISSÁRIO a:

I - No prazo de 48 (quarenta e oito) meses contados da data da aprovação do projeto arquitetônico da ampliação disponibilizar 75 (setenta e cinco) novas vagas de garagem, na proporção de uma vaga de garagem para 75 m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados) de construção atendendo a legislação municipal, desconsiderando-se a área destinada a estacionamento, conforme Anexo IV - Tabela de Garagens/Vagas de Estacionamento, da Lei Complementar nº 137/2007;

II - Proceder, no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da assinatura do presente TAC, a unificação dos terrenos em que está localizada a ampliação do HUST conforme o projeto apresentado, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 134/2007;

III - Possibilitar que o Município, a qualquer tempo, vistorie e fiscalize a obra.

Obriga-se o COMPROMITENTE a:

I - Aprovar o projeto arquitetônico da ampliação, após atendidas às solicitações apontadas na análise técnica realizada pela Secretaria de Infraestrutura, sendo que a liberação de alvará de construção dependerá do atendimento dos requisitos legais previstos nas Leis Complementares nº 134/2007 e 137/2007 e neste TAC, salvo o número de vagas de garagem e a unificação dos terrenos.

#### DA MULTA E EXECUÇÃO

I- Pelo descumprimento das obrigações assumidas neste TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito à multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso.

As partes elegem o foro de Joaçaba para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente termo.

E, por estarem assim compromissadas firmam este TERMO em quatro três vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Joaçaba, SC, em 08 de agosto de 2011.

Compromissário:  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE

Compromitente:  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA-HUST  
ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT

Mantenedora; FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA OESTE CATARINENSE  
GENÉSIO TEO.- PRESIDENTE DA FUNOESC

Testemunhas: /

#### Lei Nº 4.140 de 08 de Agosto de 2011.

LEI Nº 4.140 DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE NORMAS REFERENTE AO PLANTIO DE EUCALIPTOS E OUTRAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE EM ÁREAS ONDE PASSA A REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1 - Fica estabelecido que a distância mínima para o plantio de nova árvores de grande porte [eucaliptos e pinus], junto à rede de distribuição de energia elétrica do Município de Joaçaba-SC, será de 18 (dezoito) metros, em relação ao eixo da mesma.

Parágrafo Único - O proprietário poderá nesta área de recuo plantar vegetação de pequeno porte como erva-mate, árvores frutíferas e pastagens ou culturas anuais, com até 2 (dois) metros de altura.

Art. 2º - As árvores mencionadas no Artigo 1º que já estiverem plantadas, e não obedecerem à distância regulamentar estabelecidas, deverão ser cortadas por seus proprietários, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Parágrafo Único - As árvores nativas existentes que estiverem dentro dos limites da presente Lei, somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

Art. 3º - O desrespeito à presente Lei acarretará aos responsáveis pelo plantio das árvores o pagamento por todo e qualquer dano que por ventura ocorrer devido à queda ou outro problema ocasionada pela árvore plantada.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 08 de agosto de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Edital de Intimação**  
EDITAL DE INTIMAÇÃO

O(s) Fiscal(is) de Tributos(s) deste Município, abaixo identificado(s), no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação do inciso III do artigo 263 da Lei Complementar nº 31/97,

**I N T I M A**

THEODOMIRO DA SILVEIRA FILHO ME., inscrita no Cadastro Municipal de Contribuintes sob o nº 78360, CNPJ nº 03.716.708/0001-31 a impugnar a exigência do Auto de Infração no 195/2011, no processo administrativo nº 119.365/2011, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual ficará caracterizada a revelia.

Considera-se feita a intimação, de acordo com o art. 263, III, da Lei Complementar nº 31/97, 30 (trinta) dias a partir desta data.

Joaçaba, 12 de agosto de 2011.

TATIANE MARATEU BORGES

Fiscal de Tributos Municipais

Matrícula 7.274

**IMPRES****Balancete Financeiro Julho 2011****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Julho/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	560.033,36	Despesa Orçamentária	211.942,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	116.048,11	Despesas exceto Intra-orçamentárias	211.942,99
RECEITA PATRIMONIAL	163.801,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.417,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.079,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	208.525,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAME	233.103,91		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇA	42.000,00		
Receita Extra - Orçamentária	253.480,75	Despesa Extra - Orçamentária	258.749,99
DEPOSITOS	41.537,76	DEPOSITOS	40.007,48
CONSIGNACOES	41.537,76	CONSIGNACOES	40.007,48
PENSAO ALIMENTICIA	1.284,84	PENSAO ALIMENTICIA	1.284,84
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.986,13	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.986,13
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	11.459,54	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	11.459,54
EMPRESTIMOS	17.520,86	EMPRESTIMOS	15.990,58
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.286,39	OUTROS CONSIGNATARIOS	4.286,39
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	211.942,99	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	209.869,55
OBRIGACOES A PAGAR	211.942,99	OBRIGACOES A PAGAR	209.869,55
FORNECEDORES	2.701,44	FORNECEDORES	2.039,44
PESSOAL A PAGAR	3.417,19	PESSOAL A PAGAR	3.417,19
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.489,30	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.800,24
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	203.335,06	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	202.612,68
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	8.872,96
		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	8.872,96
		OUTRAS BAIXAS DE VALORES	8.872,96
Saldos anteriores	21.751.128,27	Saldos atuais	22.093.949,40
Aplicações do RPPS	21.744.947,13	Aplicações do RPPS	22.087.821,03
BANCO C/ MOVIMENTO	6.181,14	BANCO C/ MOVIMENTO	6.128,37
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	22.564.642,38	Total	22.564.642,38

JOACABA, 14/08/2011

MARCIO ROBERTO PICCOLI  
CONTADOR CRCSC 025688/O

ELISABET M. Z. SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE

## Lages

### PREFEITURA

#### Convenio Celbrado Entre a PML/H NS dos Prazeres O MUNICÍPIO DE LAGES, SC TORNA PÚBLICO:

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E A SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA - HNSP  
VALOR: R\$ 4.676,12 - REPASSE PARA OS MÉDICOS REGIDENTES.  
PRAZO: 01/02/2011 À 28/01/2014.  
OBJETO: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM OPRTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA.  
FUNDAMENTO LEGAL: CNRM n.º 345/2010 C/C LEI 8080/90 E PORTARIA Nº3277/2006 - MS.

Lages, 12 de AGOSTO de 2011.  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito do Município de Lages

#### Edital PP 14-2011 SMS

Município de Lages/SMS, tornam público o lançamento dos Editais:

MOD	Nº	Objeto	Abertura
PP	14/2011 SMS	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Programa de Atenção Básica de Saúde e da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada da SMS, nesta cidade.	29/08/11 09:00
CC	04/2011 SMS	Aquisição de Medicamentos para uso na Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde.	19/09/11 09:00

A retirada dos Editais, obter-se-á no Setor de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de agosto de 2011.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato 109/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 109/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 34/2011  
Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.  
Valor: R\$ 24.562,85  
Vigência: 31 de dezembro de 2011.  
Assinatura: 01 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 110/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 110/2011 - 1º TA 93/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: H2O AMBIENTAL LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos serviços de engenharia visando a elaboração de projeto de loteamento de cunho social e licenciamento ambiental, em mais 30 (trinta) dias consecutivos.  
Vigência: 31 de dezembro de 2011.  
Assinatura: 04 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 111/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 111/2011 - 3º TA 254/2009

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CRI - COLETA, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA ME  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2009  
Objeto: Inclusão no objeto do contrato, de cláusula de prestação de serviços de coleta, transporte, e destinação final de resíduos químicos dos serviços de saúde.  
Valor: R\$ 4,00 (quatro reais) por quilograma coletado  
Quant. Anual Estimada: 30 quilogramas  
Vigência: 31 de dezembro de 2011.  
Assinatura: 10 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 112/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 112/2011 - 1º TA 95/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2011  
Objeto: Adequação técnica dos quantitativos dos itens a serem executados na obra de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q e sinalização horizontal do asfalto de acesso ao frigorífico Kaefer Agro Industrial Ltda.  
Valor: O valor total do contrato não sofrerá majoração, apenas alteração dos quantitativos inicialmente estipulados, para melhor aproveitamento dos recursos empregados.  
Vigência: 11 de novembro de 2011.  
Assinatura: 11 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 33/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 33/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA XV DE NOVENBRO

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para a manutenção das atividades da entidade.

Valor: R\$ 6.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 1.016/2011 de 13 de junho de 2011.

Assinatura: 01 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 34/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 34/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ESPORTE CLUBE CRUZEIRO

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para reforma no centro comunitário.

Valor: R\$ 6.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.

Assinatura: 03 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 35/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 35/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: S.E.R. CANÁRIO DA SERRA

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para reforma da churrasqueira do centro comunitário.

Valor: R\$ 6.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 999/2011 de 10 de março de 2011.

Assinatura: 03 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 36/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 36/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA ROSETTO

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para aquisição de equipamentos agrícolas e reforma de equipamentos agrícolas de propriedade da entidade.

Valor: R\$ 12.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: 1.016/2011 de 13 de junho de 2011.

Assinatura: 05 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 37/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 37/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ESPORTE CLUBE TRÊS PINHEIROS

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para ampliação da edificação onde funciona a sede da entidade.

Valor: R\$ 7.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: nº 999/2011 de 10 de março de 2011.

Assinatura: 05 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 38/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 38/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: AVAI FUTEBOL CLUBE

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para pintura do Centro Comunitário.

Valor: R\$ 4.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lei: nº 1.016/2011 de 13 de junho de 2011.

Assinatura: 05 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convênio 39/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 39/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:



Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SANTOS  
 Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para construção de piso no centro comunitário.  
 Valor: R\$ 12.000,00  
 Vigência: 31 de dezembro de 2011.  
 Lei: nº 1.016/2011 de 13 de junho de 2011.  
 Assinatura: 08 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
 Prefeito Municipal

**Massaranduba**

**PREFEITURA**

### Ata de Registro de Preços Nº. 01/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2011  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2011  
 Pregão Presencial Nº. 12/2011

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos doze dias do mês de Agosto do ano de 2011, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE e pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 12/2011 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Gestora e pelo Prefeito Municipal, abaixo assinados, RESOLVEM registrar os valores oferecidos PARA AQUISICAO DE OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDROS POR M3, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA (SC), AO LONGO DE 12 MESES, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIA SA, neste ato representado por ALEXANDRE SABINO DOS PASSOS	35.820.448/0107-94
PARALELO GASES LTDA, neste ato representado por OSVALDO NETO ROSA	00.192.752/0001-00

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDROS POR M3, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.  
 Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quant	Valor Unit.	Valor Total
00001	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIA SA	CILINDRO DE 01 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO02	CI-LINDRO	WHITE MARTINS	36,00	50,0000	1.800,00
00002	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIA SA	CILINDRO DE 02 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2).	CI-LINDRO	WHITE MARTINS	24,00	75,0000	1.800,00
00003	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIA SA	CILINDRO DE 03 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2)	CI-LINDRO	WHITE MARTINS	40,00	85,0000	3.400,00
00004	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIA SA	CILINDRO DE 07 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2)	CI-LINDRO	WHITE MARTINS	96,00	140,0000	13.440,00

Total do Fornecedor: R\$ 20.440,00

Total Geral dos Itens: R\$ 20.440,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 20.440,00 (VINTE MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 21/2011 - Pregão Presencial Nº. 12/2011.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 21/2011 - Pregão Presencial Nº. 12/2011 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação.

Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5.0. A CONTRATADA compromete-se a entregar os objetos licitados, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de compra, de segunda a sexta feira, das 07h às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.1. A Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: no Pronto Atendimento Municipal ou Postos de Saúde Municipais, conforme definido na Ordem de Compra, no ato do pedido.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá

acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.6. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

11.1.2. Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO MUNICIPAL solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.3. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.4. Entregar os objetos licitados rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação através de ordem de serviço, na sede do Pronto Atendimento e dos Postos de Saúde ora designados pela municipalidade, de segunda a sexta feira, das 07h00min às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

11.1.6. Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

11.1.7. Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

11.1.8. Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

11.1.9. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto deste contrato.

11.1.10. A empresa vencedora deverá ceder os cilindros de oxigênio medicinal, sendo eles disponibilizados em cilindros de 01, 03, 07 e 10 m³ de acordo com a solicitação do setor, por empréstimo para a Secretaria de Saúde e Assistência Social durante o tempo de fornecimento das cargas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2011, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 12 de Agosto de 2011.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS AS

CNPJ: 35.820.448/0107-94

Alexandre Sabino dos Passos

#### Edital Nº. 004/2011/SESAS/PMM

EDITAL Nº. 004/2011/SESAS/PMM

O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, através da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Técnicos de Enfermagem, Médicos e Serventes, para atuarem na Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Massaranduba, a serem contratados por tempo determinado para o ano de 2011, necessários a suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei Municipal n. 502 de 30 de Junho de 1993.

#### 1. DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

1.1 Os candidatos trabalharão em regime de substituição (Admissão Caráter Temporário – ACT) e por prazo determinado, conforme Lei Municipal Nº 502/93 e pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

1.2 O contrato será de no máximo 12 meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o quadro de vagas existente no momento da prorrogação.

1.3 O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, podendo ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da carga horária sempre que necessário ou na hipótese de retorno do titular que estiver sendo substituído.

1.4 O processo seletivo de que trata este edital compreenderá:

1.4.1 Primeira Etapa:

a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;

1.4.2 Segunda Etapa: avaliação de títulos, de caráter classificatório.

1.5 A prova objetiva e a entrega dos títulos serão realizadas no Município de Massaranduba (SC).



## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Ficam abertas as inscrições para o presente processo seletivo simplificado, do dia 12 de Agosto de 2011 a 12 de Setembro de 2011, pessoalmente, no Setor de Pessoal sito a Prefeitura Municipal de Massaranduba, localizada na Rua 11 de Novembro, nº 2765, Centro, no Município de Massaranduba, no horário das 8h e 30m às 11h e das 13h e às 16h 30min, durante os dias úteis.

2.3. Não haverá taxa de inscrição para o presente processo seletivo.

2.4 As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 5 deste Edital serão homologadas pela Comissão, significando tal ato que o candidato está habilitado para participar do processo seletivo.

2.5 A relação dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada na página da internet no endereço eletrônico [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br), bem como no mural oficial da Prefeitura Municipal.

### 2.3. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO:

Lançamento do Edital: 12 de Agosto de 2011.

Inscrições pessoalmente no Setor de Pessoal: de 12 de Agosto a 12 de Setembro de 2011.

Publicação das inscrições nulas ou indeferidas e deferidas: 13 de setembro de 2011

Realização das provas objetivas: 17 de setembro de 2011 às 8h e 30 minutos.

Publicação do Gabarito das provas: 21 de setembro de 2011.

Publicação do resultado preliminar e convocação para prova de títulos: 23 de setembro de 2011.

Recebimento dos títulos: 26 e 27 de setembro de 2011, das 08 às 11h 30 min. e das 14h às 16h e 30 min.

Publicação do resultado final: A partir de 28 de setembro de 2011.

2.3.1 As publicações serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como no sítio do município - [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

2.3.2 Eventuais alterações no cronograma serão comunicadas oficialmente pelos mesmos meios acima indicados.

2.3.3 Cada candidato poderá optar por apenas uma área de atuação ou disciplina, comprovando a habilitação no momento da assinatura do contrato de trabalho.

2.3.4 Não será admitida a inscrição por correspondência ou por fax.

## 3. REQUISITOS

3.1 O candidato deverá atender, cumulativamente, para contratação, aos seguintes requisitos:

a) ter sido aprovado e classificado no processo seletivo simplificado;

b) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse;

d) estar em gozo dos direitos políticos;

e) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

f) firmar declaração de não haver sofrido condenação definitiva por crime ou contravenção, nem penalidade disciplinar no exercício profissional ou de qualquer função pública;

g) possuir os pré-requisitos exigidos, conforme discriminado no Anexo deste Edital;

i) Ter sido considerado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo, mediante avaliação admissional a ser detalhada quando da nomeação para assunção ao cargo.

3.2 Não poderão participar do referido processo seletivo, candidatos que foram advertidos no período letivo de 2010 e 2011.

## 4. DAS PROVAS OBJETIVAS E DE TÍTULOS:

4.1. As provas objetivas serão aplicadas no dia 17 de setembro de 2011, na CASA DA JUVENTUDE DIEGO PETRY, situada na rua 25 de julho, ao lado da Rodoviária de Massaranduba com início às 09h00min e término às 12h00min, devendo o candidato estar no local da prova com 30 minutos de antecedência do horário de início.

4.1.1. Somente será admitido na sala de provas, o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou Documento de igual valor legal. Como não ficará retida, será exigida a apresentação do original.

4.2. O candidato deverá marcar, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as respostas da prova teórica na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções especificadas no Caderno de Provas. 4.3. Em nenhuma hipótese, haverá substituição de folha de Respostas por erro do candidato.

4.4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

4.5. As provas objetivas conterão 20 (vinte) questões, sendo 10 questões para as áreas de Conhecimentos Específicos, 05 questões para as áreas de Matemática e 05 questões para as áreas de Língua Portuguesa.

4.6 As respectivas questões serão de múltipla escolha, compostas de quatro alternativas, das quais somente uma será a correta, subdivididas conforme quadro abaixo

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,5	2,50
Matemática	05	0,5	2,50
Conhecimentos Específicos	10	0,5	5,00
TOTAL	20		10,00

4.7. As provas objetivas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e serão constituídas de questões objetivas de múltipla escolha.

4.8 A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que a média mínima do candidato para sua classificação deverá ser 5,0 (cinco), sendo automaticamente eliminado o candidato que não obtiver pelo menos 01 (um) acerto em quaisquer das disciplinas objeto de avaliação.

4.9. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, após o início delas, conforme item 4.1.

4.10. A prova de títulos será de caráter classificatório e deverá circunscrever-se aos seguintes parâmetros:

I – Tempo de serviço público efetivamente prestado na área-objeto do processo seletivo, superior a um ano;

II – Tempo de serviço privado prestado efetivamente na área-objeto do processo seletivo, superior a um ano;

III – Cursos de extensão com carga horária superior ou igual a 20 (vinte) horas, cuja área seja correlata à área-objeto do processo seletivo simplificado;

4.10.1 A avaliação de títulos, de caráter classificatório, ocorrerá nas datas de 26 e 27 de setembro de 2011, das 08 às 11h 30 min. e das 14h às 16h e 30 min, no Setor de Pessoal sito a Prefeitura Municipal de Massaranduba, localizada na Ra 11 de Novembro, nº 2765, Centro, no Município de Massaranduba

5.9.2 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data de sua entrega, observados os limites de pontos

definidos no quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A	Conclusão de Doutorado na área/vaga-objeto do concurso.	0,70	0,70
B	Conclusão de Mestrado na área/vaga-objeto do concurso.	0,50	0,50
C	Conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	0,30	0,30
D	Conclusão de curso de graduação, em qualquer área, desde que tal curso não seja pré-requisito para o acesso ao cargo/vaga pretendido.	1,00	1,00
E	Conclusão de curso de nível médio ou técnico/profissionalizante em nível médio, em qualquer área, desde que tal curso não seja pré-requisito para o acesso ao cargo/vaga pretendido.	0,10	0,10
F	Exercício profissional na área/vaga-objeto do concurso, obtido na Administração Direta do Município de Massaranduba.	0,10 por ano completo, sem sobreposição de tempo, para esta alínea.	0,8
G	Exercício profissional na área/vaga-objeto do concurso, obtido em empresas ou em entes de direito público da Administração Direta (Prefeituras, Estado, Município, etc.) ou Indireta, exceto no Município de Massaranduba.	0,04 por ano completo, sem sobreposição de tempo, para esta alínea	0,4
H	Conclusão de cursos de extensão (curta duração) área/vaga-objeto do concurso, desde que a duração de tais cursos seja igual ou superior a 20 horas/atividade, realizados em 2009, 2010 e 2011.	0,02	0,2
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			4,0

5.9.3 Receberá nota zero o candidato que não entregar documentos comprobatórios de títulos na forma, no prazo, no horário e no local estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

5.9.4 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

5.9.5 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pela Comissão, no qual indicará o título apresentado. Juntamente com esse formulário deverá ser apresentada uma cópia, autenticada pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo ou em cartório judicial ou extrajudicial, do título declarado. Os documentos apresentados não serão devolvidos, nem serão fornecidas cópias desses títulos.

5.9.5.1 A Comissão poderá autenticar os títulos imediatamente no momento da entrega dos mesmos, desde que o candidato apresente uma cópia do mesmo, conjuntamente com o original. Não serão fotocopiados nenhum documento para os candidatos.

5.9.5.2 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório ou pela Comissão, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados de mecanismo de autenticação.

5.9.6 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os

emitidos via fax, páginas eletrônicas ou outras formas não previstas neste edital.

5.9.7 Na impossibilidade de comparecimento do candidato, serão aceitos os títulos entregues por procurador, mediante apresentação do documento de identidade original do procurador e de procuração simples do interessado, sendo a firma do candidato reconhecida em cartório, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

5.9.8 Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega dos títulos na data prevista no edital de convocação para essa fase, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

## 6. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

6.1 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição credenciada pelo MEC, ou certificado/declaração de conclusão de curso, expedida por instituição credenciada pelo MEC, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da dissertação ou da tese.

6.1.1 Para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, apenas será aceito o diploma revalidado por instituição de ensino superior no Brasil, salvo se a revalidação for dispensada pela legislação brasileira de regência, fato que deve ser comprovado por documento hábil.

6.1.2 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina não serão aceitos como os títulos relacionados nas alíneas A e B do quadro de títulos.

6.2 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, o candidato deverá comprovar, por meio de certificado, que o curso de especialização foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE).

6.2.1 Caso o certificado não comprove que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende à Lei nº. 9.394, de 1996, ou às normas do CNE ou do extinto CFE.

6.2.2 Não receberá pontuação na alínea C do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 1996, ou com as normas do CNE ou do extinto CFE ou, ainda, sem a declaração da instituição referida no subitem 10.9.2.1 deste edital.

6.2.3 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que constem a carga horária mínima de 360 horas.

6.2.4 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, será aceito somente o histórico escolar em que constem as disciplinas cursadas, a carga horária e a menção obtida.

6.3 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea D do quadro de títulos, o candidato deverá comprovar, por meio de Diploma, a conclusão total do curso, devendo obrigatoriamente tal curso ser reconhecido pelo MEC, estando esse reconhecimento detalhado no corpo do Diploma.

6.4 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea E do quadro de títulos, o candidato deverá comprovar, por meio de Certificado, a conclusão total do curso, comprovando que tal curso foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com



as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), e apresentando histórico escolar do ensino médio ou do curso técnico/profissionalizante de nível médio.

6.5 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas F e G do quadro de títulos, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) para exercício de atividade em empresa/instituição privada ou empresa/instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional: será necessária a entrega dos seguintes documentos:

1 - cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; ou

2 - declaração do empregador com a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas no cargo, emprego ou função;

b) para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário: será necessária a entrega do seguinte documento: 1 - declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço realizado e as atividades desenvolvidas;

6.5.1 Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CPD), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

6.5.2 Para efeito de pontuação da alínea F do quadro de títulos, não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo no título referente a cada alínea.

6.5.3 Não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

6.5.4 Todos os documentos expedidos em língua estrangeira somente serão considerados se traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.5.5 Cada título será considerado uma única vez.

6.5.6 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados na tabela supra, serão desconsiderados.

6.5.7 Não receberá pontuação relacionados a alínea H do quadro de Títulos, os títulos emitidos antes do ano de 2009.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A nota final do candidato será calculada, considerando-se que NF é a nota final, NO é a nota da Prova Objetiva NT é a pontuação obtida pelo candidato na avaliação dos títulos apresentados, da seguinte forma:

a)  $NF = NO + NT$ , para todos os candidatos.

7.2 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados por cargo/área, conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final.

7.3 Em caso de empate na nota final do processo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste processo seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b) obtiver a maior nota na prova de conhecimentos específicos;

c) obtiver a maior nota na prova de português;

d) obtiver a maior nota na prova de matemática;

7.3.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias, através de processo protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Massaranduba, localizado à Rua 11 de novembro, nº 2765, Centro, Massaranduba/SC, a contar da publicação:

a) do indeferimento do pedido de inscrição;

b) da formulação das questões;

c) da discordância com o gabarito das provas escritas;

d) da classificação;

e) da homologação do resultado do processo seletivo.

8.2. Admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativo ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado com as seguintes informações:

a) indicação do nome do candidato;

b) indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada no gabarito;

c) argumentação lógica e consistente.

8.3. Se da análise do recurso resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independente da formulação de recurso ou não.

8.4. A decisão final da Comissão Organizadora será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 9. DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 06 (seis) meses, a partir da data de sua homologação, podendo sua lista classificatória, ser prorrogada por igual período por expressa determinação do órgão competente.

## 10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. A contratação dos candidatos classificados dar-se-á frente às necessidades de preenchimento imediato, conforme ANEXO 01 – Quadro de Vagas, a serem preenchidas de imediato, bem como à medida que surgir a necessidade de nova contratação para substituição, durante a vigência da Lista de classificação do referido processo seletivo.

10.2. As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas a partir de 01 de outubro de 2011 obedecendo à ordem classificatória.

10.3. O candidato classificado, que após devidamente convocado não comparecer para assumir o cargo no início ou desistir da vaga no decorrer da vigência deste processo, será eliminado do processo seletivo.

10.4. Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pela gerência de Pessoal da Prefeitura Municipal de Massaranduba, especificamente os que comprovem a habilitação específica para a qual o candidato concorreu.

10.5. A contratação do candidato classificado dependerá de aprovação prévia em exame médico adicional.

10.6. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

10.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Municipal de Saúde e Bem Estar social em conjunto com a Controladoria Municipal.

Massaranduba, 12 de agosto de 2011.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE ELISA FROELICH REINKE

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

EDITAL Nº. 004/2011/SESAS/PMM

ANEXO 02 – DESCRIÇÃO DOS CARGOS E VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS\*

CARGO/ CLASSE: Técnico Enfermagem

FUNÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA	VENCIMEN- TO BÁSICO	VAGAS					
<p><b>ATRIBUIÇÕES:</b> Atender as necessidades dos enfermos, atuando sob supervisão do enfermeiro ou do médico, bem como, realizar outras tarefas junto as unidades especiais hospitalares, tais como: Centro Cirúrgico, Central de Material, Centro Obstétrico, Berçário, UTI, etc. O Técnico de Enfermagem exerce atividades de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente: participar da programação, da assistência de Enfermagem; executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro; participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; participar da equipe de saúde.</p> <p><b>RESPONSABILIDADES:</b> Pelo serviço executado; Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente a disposição.</p> <p><b>ATIVIDADES TÍPICAS:</b> Controlar sinais vitais dos pacientes, utilizando-se de aparelhos para verificação dos mesmos; Ministrar medicamentos e tratamentos, observando horários, posologia e outros dados prescritos;</p>					<p>Fazer curativos simples, utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições; Preparar pacientes para consultas médicas e exames; Conferir e acondicionar o material a ser esterilizado; Esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos; Zelar pela assepsia, conservação e limpeza do material, instrumental, ambientes e equipamentos, destinados ao uso médico-cirúrgico; Armazenar e distribuir o material esterilizado; Recolher o material para análises clínicas; Buscar material e/ou equipamento no almoxarifado, mediante entrega de requisição; Transportar e entregar pedidos de materiais e resultados de exames laboratoriais, quando solicitados; Buscar material do banco de Sangue: plasma, sangue, etc; Auxiliar na passagem do paciente da mesa cirúrgica para a maca; Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito; Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal</p>	2º Grau completo, com certificado em Técnico em Enfermagem, com registro no COREN/SC;	40 h/s	R\$ 1.113,21	04

## CARGO/ CLASSE: Médico

FUNÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO BÁSICO	
<p>ATRIBUIÇÕES: Desenvolver atividade de execução qualificada, abrangendo serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, correlacionadas aos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde.</p> <p>RESPONSABILIDADES: Pelo serviço executado; Pelo material de consumo, equipamento e material permanente a sua disposição.</p> <p>ATIVIDADES TÍPICAS: Realizar atividades educativas coletivas; Fazer análise exame físico e seguimento dos pacientes; Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica; Solicitar exames complementares; Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais; Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito; Realizar tratamentos específicos de rotina, urgência e emergência e fazer anotações pertinentes no prontuário; Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional; Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico; Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhoria da assistência global; Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde; Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito; Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal.</p>	Curso superior completo na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40 h/s	R\$ 8.130,05	03

## FUNÇÃO: SERVENTE

FUNÇÕES	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO SUPERIOR	
<p>ATRIBUIÇÕES: Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da Prefeitura, ou serviços de copa, cozinha, merendeira, bar, preparo e distribuição de merenda escolar e serviços gerais de apoio administrativo.</p> <p>RESPONSABILIDADES: Pelo serviço executado; Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente a disposição.</p> <p>ATIVIDADES TÍPICAS: Receber e distribuir refeições, utilizando bandejas e/ou carrinhos; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres, após as refeições, providenciar sua lavagem e guarda, ou envio ao setor competente; Efetuar a pesagem e o registro das sobras alimentares, utilizando balanças apropriadas; Manter a ordem e a limpeza do local de trabalho, seguindo normas e instruções; Atender a Prefeitura de refeições ligeiras, preparando chá, café, sucos e outras bebidas e sanduíches na copa; Anotar diariamente o número e tipo de refeições distribuídas; Fazer o controle do material existente, relacionado as peças e suas respectivas quantidades; Executar o polimento dos talheres, vasilhames e outros utensílios da copa; Operar com aparelhos elétricos utilizados no Serviço de Alimentação, obedecendo instruções de uso; Servir refeições nas mesas; Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade. Realizar retirada de lixo contaminado com EPI – Equipamento de Proteção Individual; Realizar Lavagem de Roupas contaminadas EPI – Equipamento de Proteção Individual; Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito; Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal.</p>	Nível Ensino Fundamental (séries iniciais).	40 h/s	R\$ 861,85	01

\* As vagas e os vencimentos básicos referem-se a cargos previstos na Lei nº 751/2001 e alterações.

**\*\* Acrescente-se ao valor do salário o valor correspondente ao vale alimentação, implantado através da Lei nº 1304/2011**

EDITAL Nº. 004/2011/SESAS/PMM

### ANEXO 03 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1 Os conteúdos para os cargos de servente que exijam como escolaridade mínima o ensino fundamental incompleto:

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência;  
Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática;  
Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês.

#### MATEMÁTICA:

Número e problemas, envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples

#### Conhecimentos Gerais

Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Histórico Municipal. (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município).

1.2 Os conteúdos programáticos para a prova objetiva serão, para os cargos de Técnico em Enfermagem e Médico, com ensino médio e/ou superior:

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Semântica, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira: suas escolas, seus escritores e suas obras. Funções da Linguagem

#### MATEMÁTICA:

(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.

#### CONHECIMENTOS GERAIS:

Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais,

do Brasil e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal. (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). Constituição Federal nos assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão, administração pública, servidor público, previdência social.

Os conteúdos programáticos específicos para a prova objetiva serão:

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

- Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica;
- Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal
- Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios
- Saúde Pública e saneamento básico
- Conhecimentos sobre:
  - Hipercalcemia
  - Cianose
  - Tuberculose pulmonar e seu tratamento
  - Pneumonias
  - Varises esôfago – gástricas
  - Rubéola;
  - Alcalose respiratórias
  - Parada circulatória
  - Menigite
- Causas de mortalidade infantil
- Generalidades e conceitos fundamentais;
- As atribuições do profissional da categoria
- Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)
- Normas de biossegurança
- Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial,
- Assistência à saúde da mulher,(pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar, )
- Assistência à saúde da criança e do adolescente
- Assistência a saúde mental
- Assistência ao paciente hospitalizado
- Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública;
- Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes
- Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis
- Equipe de saúde e equipe de enfermagem
- Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial
- Esquema de vacinação – doenças parasitárias;
- Métodos contraceptivos;
- Rotinas Básicas:
  - Pressão arterial – Temperatura;
  - Acomodação de pacientes ao leito
  - Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios.
- Verificação de trabalho de parto
- Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório;
- Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção
- Unidades de transformação ( g, mg, l, ml e cm3
- Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica
- Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem
- Noções básicas de informática

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA MÉDICO:**

Febre tifóide, salmoneloses, difteria, meningites agudas, tétano, coqueluche, erisipela, escarlatina, encefalites a vírus, dengue, mononucleose infecciosa, gripe, caxumba, poliomielite anterior aguda, sarampo, rubéola, varicela, AIDS, toxoplasmose, cólera, leptospiroses humanas.

**DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO**

Bronquite crônica e enfisema pulmonar, asma brônquica, bronquites agudas, pneumonias adquiridas na comunidade e no hospital, tuberculose pulmonar.

**DOENÇAS DO SISTEMA CIRCULATÓRIO**

Insuficiência cardíaca congestiva, edema agudo do pulmão, angina pectoris, infarto agudo do miocárdio, dislipidemias, doenças vasculares periféricas: obstrução arterial aguda, trombose venosa aguda.

**DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO**

Hérnia de hiato e esofagite de refluxo, gastrites, úlcera péptica gastroduodenal, diarreias, parasitoses intestinais, constipação intestinal crônica, pancreatite aguda, pancreatite crônica, hepatites agudas a vírus, hepatite crônica, cirrose hepática.

**NEFROLOGIA**

Insuficiência renal aguda, insuficiência renal crônica, tratamento clínico da hipertensão arterial, infecção do trato urinário: fisiopatologia e tratamento.

**HEMATOLOGIA**

Anemias, agranulocitose, anemia aplástica, púrpuras trombopáticas, terapêutica anti-trombótica.

**ENDOCRINOLOGIA**

Diabetes insipidus, hipertiroidismo, hipotireoidismo, tiroidites, diabetes mellitus, hipoglicemias, obesidade.

**DERMATOLOGIA**

Acne vulgar, dermatite seborréica, urticária, psoríase, úlcera de perna, piodermites, micoses superficiais, sífilis, hanseníase, cancro mole, linfogranuloma venéreo, donovanose, gonococcia.

**NEUROLOGIA** – Noções Classificação clínica e diagnóstico das epilepsias, conduta prática nas convulsões, AVC, cefaléias, doença de Parkinson, neurocisticercose, síncope

**OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA** – Noções Pré-natal, hiperemese gravídica, abortamento, moléstia hipertensiva específica da gravidez, leucorréias, doença inflamatória pélvica aguda, tensão pré-menstrual, dismenorréia, sangramento uterino disfuncional, síndrome do climatério, câncer de mama, câncer de colo uterino

**PEDIATRIA - Noções**

Alimentação da criança, imunização: esquema de vacinação, infecções das vias aéreas superiores, gastroenterocolites agudas infecciosas, desidratação na síndrome diarreica, pneumonias e bronco pneumonias

**UROLOGIA** - Noções Hiperplasia benigna da próstata, litíase urinária, pielonefrites, infecções urinárias inespecíficas, infecções genitais

**PSIQUIATRIA** – Noções Oligofrenias, alcoolismo, depressões, esquizofrenias, distúrbio do pânico.

**REUMATOLOGIA** – Noções Artrite reumatóide, moléstia reumática, lúpus eritematoso sistêmico, espondilite anquilosante, osteomielite, osteoartrose, osteoporose.

**SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS;**

1. PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, LEIS E REGULAMENTAÇÃO;
2. PACTO PELA SAÚDE EM 2006;
- 3 RESPONSABILIDADE SANITÁRIA DAS INSTÂNCIAS GESTORAS DOS SUS.
4. PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF;
5. PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PAC.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA SERVENTE:**

Produtos de limpeza, equipamentos de prevenção, Portaria nº 15 de 23.08.88 da ANVISA. . Prevenção de acidentes no trabalho; prevenção de incêndios (Equipamentos de combate e prevenção contra incêndios) e prevenção de roubos. Relações humanas e profissionais: Comportamento e atitude em ambiente de trabalho; Funções do Grupo; O papel do indivíduo no grupo; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Regras de hierarquias no serviço público municipal; Zelo pelo patrimônio público. Vigilância do patrimônio público. Primeiros socorros. Equipamentos de proteção individual – EPI.

**Decreto Nº. 2237 de 10 de Agosto de 2011**

DECRETO Nº. 2237 DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0040.2005- Manutenção da Assessoria Jurídica

0201 - 44900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Receita Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0040.2005- Manutenção da Assessoria Jurídica

0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Receita Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Agosto de 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

**Decreto Nº. 2238 de 10 de Agosto de 2011**

DECRETO Nº. 2238 DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:



Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf.de Impostos/ Educação R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf.de Impostos/ Educação R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 10 de Agosto de 2011  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### Retificação Processo Licitatório Nº. 22/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2011 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

#### OBJETO:

" Aquisição de LEITE ESPECIAL para atendimento de pacientes oncológicos e crianças com necessidades especiais com prescrição nutricional, do Município de Massaranduba (SC).

#### RETIFICAÇÃO

Alteram-se as descrições dos itens "01, 02, 03, 05 e 08" descritos no Anexo II do edital, que passam a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VLR. REF.
01	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. Apresentação: embalagem de 400 gramas. Composição: Ingredientes: Maltodextrina, xarope de milho, proteína do soro do leite, sacarose, caseinato de potássio obtido do leite de vaca, óleo de canola de baixo teor erúxico, triglicérides de cadeia média, óleo de milho, lecitina de soja, fosfato de sódio, fosfato de potássio, vitaminas (vitamina A, vitamina D, vitamina E, vitamina K, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, vitamina B12, tiamina e taurina), cloreto de magnésio, carbonato de cálcio, bitartarato de colina, cloreto de cálcio, minerais (manganês, ferro, cobre, zinco, selênio, cromo, molibdênio e iodo), L-carnitina, acidulante ácido cítrico e aromatizante.	60	45,19

02	SUPLEMETAÇÃO ORAL. Apresentação: embalagem de 400gr. Composição: Leite em pó desnatado, maltodextrina, gordura láctea, inulina, minerais, vitaminas, aromatizante. Contém Glúten.	130	26,10
03	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. Apresentação: embalagem de 400gr. Composição: maltodextrina, lipídeo concentrado, caseinato de cálcio, proteína isolada de soro de leite, proteína isolada de soja, fosfato dissódico, cloreto de potássio, sulfato de magnésio, complexo polivalente de cálcio, potássio e fósforo, citrato de colina, vitamina C, Vitamina E Acetato de Tocoferila, Ferro Quelato, Sulfato de Zinco, Betacaroteno, Vitamina A Palmitato, Nicotinamida, Pantotenato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Vitamina D3, Piridoxina, Cianocobalamina, Sulfato de Cobre, Riboflavina, Tiamina, Cromo Quelato, Ácido Fólico, Selenito de Sódio, Fitomenadiona, Iodeto de Potássio, Molibdato de Sódio, Biotina, Aromatizantes e Edulcorante Artificial Sucralose. Aromatizado artificialmente. Não contém glúten.	200	35,04
04	ALBUMINA. Apresentação: Embalagem de 1000 gramas. Composição: Clara de Ovo Pasteurizada Desidratada.	40	35,20
05	DIETA INFANTIL PARA USO OY ENTERAL. Apresentação: embalagem de 400 gramas. Composição: Sacarose, maltodextrina, xarope de milho, proteína do soro de leite, óleo de girassol com alto teor oleico, caseinato de potássio obtido do leite de vaca, óleo de canola de baixo teor erúxico, óleo de milho, fosfato de potássio, citrato de cálcio, carbonato de cálcio, fosfato de sódio, cloreto de cálcio, vitaminas (vitamina A, beta-caroteno, vitamina D, vitamina E, vitamina K, vitamina C, vitamina B1, vitamina B2, niacina, vitamina B6, ácido fólico, ácido pantotênico, biotina e taurina), bitartarato de colina, cloreto de magnésio, minerais (zinco, ferro, cobre, cromo, molibdênio e iodo), L-carnitina e aromatizante. Não Contém Glúten e Lactose.	120	45,31
06	MALDODEXTRINA. Apresentação: embalagem de 400 gramas. Composição: Maltodextrina. Não contém glúten.	30	20,34
07	NUTRIDRINK. Apresentação: embalagem de 325 gramas. Composição: Proteínas, Carboidratos, Lipídios, Caseinato de cálcio, maltodextrina, dextrina, polissacarídeos, sem sacarose, Óleo de Palma, Óleo de Canola, Óleo de coco, Óleo de girassol, lecitina.	40	41,50
08	ENTERFIBER. Apresentação: embalagem de 400 gramas. Composição: Polissacarídeo de soja. Não Contem gluten.	06	71,17
09	NEOCATE. Apresentação: embalagem de 400 gramas. Composição: Fórmula elementar à base de 100% de aminoácidos livres, 100% de maltodextrina e 100% de lipídios de origem vegetal, nutricionalmente completa. Isenta de sacarose, lactose e glúten, com teores de nutrientes atendendo aos valores mínimos e máximos do Codex Alimentarius FAO/OMS para vitaminas e minerais. Osmolaridade 325 mOsm/l.	24	456,61

As demais especificações do edital permanecem inalteradas. E por força das alterações, PRORROGA-SE a data de abertura do edital para o dia 26 de Agosto de 2011 as 14:30 h.

Massaranduba (SC), 12 de Agosto de 2011.

SUZANE ELISA F. REINKE  
Gestora dos Fundos Municipais

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Extrato de Chamada Pública Nº 02/2011

EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2011  
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONFORME LEI 11.947/2009, PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2011.

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

#### PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação, para o ano de 2011. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no dia 23 de agosto de 2011, até às 13:45 horas, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rodovia SC 456, Km 15-centro, para abertura da Sessão Pública às 14:00 hs.

O objeto da presente é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, para segundo semestre de 2011, conforme especificações do Anexo V desta Chamada Pública.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo-SC, 15 de agosto de 2011  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 530/2011

Lei Complementar nº 530 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR PROJETO/ATIVIDADE, ELEMENTOS E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar projeto/atividade, elementos e abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 62.500,090 (sessenta e dois mil e quinhentos

reais), para a Recuperação e Manutenção das Estradas do Município, conforme identificação a seguir discriminada:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento  
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 8 - Estradas Vicinais  
Proj./Ativ.: 1.049 - Recuperação e Manutenção das Estradas do Município.  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0201- Aplicações Diretas - Transferências - Convênio Governo do Estado Secretaria Infra-Estrutura R\$ 50.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas - Recur. Ordinários R\$ 12.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o Art. 1º desta Lei, decorre de recursos provenientes do Convênio firmado entre o Município e a Secretaria de Estado da Infra Estrutura, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e a contrapartida do município no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), através de recursos próprios, pelo provável excesso de arrecadação, apurado no exercício.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Adm. e Finanças

#### Lei Complementar Nº 531/2011

Lei Complementar Nº 531/2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 8 - Estradas Vicinais, fica acrescido da Ação 1.049 - Recuperação e Manutenção das Estradas do Município, no valor de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Complementar nº 440, de 03/11/2010, referente ao Programa 8 - Estradas Vicinais, fica acrescido da Ação 1.049 - Recuperação e Manutenção das Estradas do Município, no valor de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para

2011, decorre de recursos provenientes do Convênio firmado entre o município e a Secretaria de Infra Estrutura, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e a contrapartida do município, no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), decorre de recursos próprios, pelo provável excesso de arrecadação apurado no exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de agosto de 2.011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

### **Lei Complementar Nº 532/2011**

Projeto de Lei Complementar nº 532 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO, E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e abrir crédito adicional especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para Melhoria Física da Unidade Sanitária Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF, conforme identificação a seguir discriminada:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 60 - Melhoria Física da Unidade Sanitária Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF

Projeto/Ativ. 1.058 - Melhoria Física da Unidade Sanitária Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0064 - Aplicações Diretas - Atenção Básica R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre de recursos oriundos do Governo através do Programa: Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto

nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

### **Lei Complementar Nº 533/2011**

Lei Complementar Nº 533 / 2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 60 - Melhoria Física da Unidade de Saúde Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF, dentro da Ação: 1.058 - Melhoria Física da Unidade de Saúde Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF, fica acrescido do elemento de despesa 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0064 - Aplicações Diretas - Atenção Básica, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme planilha anexa.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da L.D.O. para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 440 de 03/11/2010, referente ao Programa 60 - Melhoria Física da Unidade de Saúde Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF, dentro da Ação: 1.058 - Melhoria Física da Unidade de Saúde Madre Paulina e Aquisição de Equipamentos para Funcionamento do NASF, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme planilha anexa.

Art. 3º - A nova ação incluída no P.P.A 2010/2013 e na LDO para 2011, correrá por conta de recursos oriundos do governo através do Programa: Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), dentro do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de agosto de 2.011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

### **Lei Complementar Nº 534/2011**

Lei Complementar nº 534 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR PROJETO/ATIVIDADE, ELEMENTO E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar projeto/atividade, elemento e abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), para a Implantação de Rede de Iluminação Pública na Estrada do

Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, conforme identificação a seguir discriminada:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Programa: 59 - Implantação Rede de Iluminação Pública

Proj./Ativ.: 1.057 - Rede de Iluminação Pública na Estrada do Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0017- Aplicações Diretas - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CO-SIP R\$ 155.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o Art. 1º desta Lei, decorre de recursos provenientes do Convênio firmado entre o Município e a CELESC, para a cobrança da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

### **Lei Complementar Nº 535/2011**

Lei Complementar Nº 535 / 2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Complementar nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 59 - Implantação Rede de Iluminação Pública, fica acrescido da Ação 1.057 - Rede de Iluminação Pública, na Estrada do Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Complementar nº 440, de 03/11/2010, referente ao Programa 59 - Implantação Rede de Iluminação Pública, fica acrescido da Ação 1.057 - Rede de Iluminação Pública, na Estrada do Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2011, decorre de recursos provenientes do Convênio firmado entre o município e a CELESC, para a cobrança da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

### **Lei Nº 2.438/2011**

Lei nº 2.438 / 2.011

Concede Subvenção à Associação de Pais e Professores - APP, da Escola de Educação Infantil Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho, do Distrito de Claraíba, Nova Trento e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal , usando das atribuições que lhe confere o Art. 30 inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à Associação de Pais e Professores - APP, da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho, do Distrito de Claraíba, Nova Trento, estabelecida à Rua Geral - Claraíba, nº 7201, na cidade de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 83.809.087/0001-70.

Art. 2º - O valor a que se refere o Artigo 1º da presente Lei, será aplicado na aquisição de instrumentos novos, objetivando ampliar o número de componentes que integram a fanfarra Escolar, da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho, do distrito de Claraíba, município de Nova Trento.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de recursos próprios dentro do Orçamento Fiscal Vigente do Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Extrato da Ata de Registro de Preços FMS Nº 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Página: 1/36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos municípios na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AAS 100 mg	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SOBRAL	0	0,0100	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	IMEC	0	0,0100	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	IMEC	0	0,0100	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	IMEC	0	0,0100	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sobral	0	0,0100	5
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sobral	0	0,0100	6
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	IMEC	0	0,0100	7
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	IMEC	0	0,0100	8
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Imec	0	0,0100	9
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	IMEC	0	0,0100	10
2	AAS 100MG TAMPONADO	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,1500	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,1800	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	0,1800	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,1900	4
3	AAS 325 MG TAMPONADO	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,2400	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,2900	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	0,2900	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,3000	4
4	ACEBROFILINA XAROPE PEDIÁTRICO 25MG/5ML 120ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	1,6900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QCA	0	1,7500	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	1,9400	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	1,9400	4
5	ACICLOVIR 50MG/G 10G	BI	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,6900	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,7000	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,7300	3
6	ACIDO GAMA-AMINOBUTIRICO 200MG/ML 100ML	FR	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NIKKHO	0	26,7700	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NIKKHO	0	27,9800	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NIKKO	0	28,3000	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	NIKKHO	0	29,1400	4
7	albendazol 200 mg	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ROYTON	0	0,0800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,1000	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	VITAPAN	0	0,1000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 2/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO 10ML	FR	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,1000	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	greenpharma	0	0,1200	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,4300	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,4400	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,4900	3
9	ALENDRONATO SÓDICO 70MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,4900	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,4900	5
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ELOFAR	0	0,2700	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ELOFAR	0	0,2800	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	ELOFAR	0	0,3300	3
10	ALLOPURINOL 100 MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	ELOFAR	0	0,3300	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0300	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANVAL	0	0,0300	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	SANVAL	0	0,0300	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0300	4
11	AMBROXOL 30MG/5ML 120ML	FR	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0300	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0300	6
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0300	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	8
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,7200	1
12	AMBROXOL 15MG/5ML 120ML	FR	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,7900	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MARIOL	0	0,8000	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,7200	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MARIOL	0	0,7700	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,7900	3
13	AMOXICILINA 250MG/5ML 60ML	FR	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	HIPOLABOR	0	0,7900	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	1,0000	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	1,0900	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	1,0900	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	NEO QUIMICA	0	1,9000	1
14	AMOXICILINA 250MG/5ML 150ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	1,9200	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NEO QUIMICA	0	2,3000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 3/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	AMOXICILINA 500MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0600	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,0600	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0700	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0700	4
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0700	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,0700	6
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MULTILAB	0	0,0700	7
16	AMOXILINA+ACIDO CLAVULANICO 500+125MG	CP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOFARMA	0	0,5100	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	S.E.M.S.	0	0,5200	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BIOFARMA	0	0,5400	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	0,5500	4
17	AMOXICILINA+ACIDO CLAVULANICO 250/62,5MG/5ML 75ML	FR	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	S.E.M.S.	0	4,9400	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	4,9500	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sandoz	0	5,1000	3
18	AMPILICILINA 250MG/5 ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	1,2600	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	1,3900	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	1,4000	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	1,4000	4
19	AZITROMICINA 600MG SUSPENSÃO ORAL	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	2,4800	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	MULTILAB	0	2,6700	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	2,7000	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	2,7100	4
20	AZITROMICINA 500MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,2700	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MULTILAB	0	0,2800	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,3200	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,3200	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	S.E.M.S.	0	0,3400	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,3400	6
21	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML 100ML	FR	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	1,0800	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	1,1100	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	1,1500	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TEUTO	0	1,1500	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 4/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	BISACODIL 5MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	1,1500	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SOBRAL	0	0,0900	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sobral	0	0,1100	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	U.QUIMICA	0	0,1100	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CIFARMA	0	0,1100	4
23	BISSULFATO DE CLOPIDROGEL 75MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SOBRAL	0	0,1200	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sandoz	0	0,5500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,5600	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANDOZ	0	0,6800	3
24	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLONA+TROLAMINA 0,4+140MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA 8ML	FR	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ALCON	0	8,3600	1
25	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Belfar	0	0,1200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GREENPHARMA	0	0,1300	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,1400	3
26	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA +DIPIRONA 10/250MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0900	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	0,1000	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,1100	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,1100	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,1100	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,1100	6
27	BROMETO N-BUTILESCOPOLAMINA+DIPIRONA 20ML	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	FARMACE	0	1,0000	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	FARMACE	0	1,0300	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	HIPOLABOR	0	1,1000	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Farmace	0	1,1500	4
28	CARBIDOPA+LEVODOPA 25/250MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,2400	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,2500	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,2900	3
29	CARBONATO DE CALCIO+VITAMINA D 600MG/200UI	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NATULAB	0	0,0800	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	VITAMED	0	0,0800	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAMED	0	0,0800	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	vitamed	0	0,0900	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAMED	0	0,0900	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 5/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAMED	0	0,0900	6
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAMED	0	0,0900	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitamed	0	0,0900	8
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitamed	0	0,2400	9
30	cefalexina 500 mg	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,1200	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TEUTO	0	0,1300	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,1300	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,1300	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,1300	5
31	CEFALEXINA 250MG/5ML 60ML	FR	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	bergamo	0	1,8900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BERGAMO	0	1,9000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Bergamo	0	1,9400	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	1,9800	4
32	CETOCONAZOL+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5+ 20MG/G CREME 30 GRMAS	BI	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	2,7000	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	2,9900	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	3,5000	3
33	CETOCONAZOL+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA 0,64+20+2,5MG/G 0,5+20MG/G CREME 30 GRAMAS	BI	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MEDLEY	0	2,7500	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PHARLAB	0	2,9300	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	2,9400	3
34	CETOCONAZOL 200MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0600	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0700	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	0,0700	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0800	4
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0800	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0800	6
35	CICLOBENZAPINA 10MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GERMED	0	0,1600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BIOSINTETICA	0	0,1700	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,2000	3
36	CIPROFLOXACINO+DEXAMETASONA 3,5/1MG/ML COLIRIO 5ML	FR	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Germes	0	5,6800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	5,6900	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	LEGRAND	0	5,9800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 6/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	CIPROFLOXACINO+DEXAMETASONA 3,5/1MG/ML POMADA OFTÁLMICA 3,5G	BI	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	UNIÃO QUIMICA	0	15,1300	1
38	CIPROFLOXACINO 500MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0800	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0800	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0800	3
39	CLORANFENICOL+COLAGENASE 10MG+0,6u/g POMADA 15G	BI	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CRISTÁLIA	0	10,5600	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	CRISTALIA	0	10,8300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CRISTALIA	0	11,8000	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CRISTALIA	0	11,8000	4
40	CLORETO DE SODIO SOLUÇÃO NASAL 30ML+CONTA GOTAS	FR	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MARIOL	0	0,3500	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NATIVITA	0	0,3800	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MEDQUIMICA	0	0,3900	3
41	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA+CLORETO DE SODIO+ BENZALCONIO SOLUÇÃO NASAL ADULTO 30ML	FR	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	HIPOLABOR	0	0,5500	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NATIVITA	0	0,6000	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NATIVITA	0	0,8000	3
42	CLOTRIMAZOL 10MG/G CREME 20 GRAMAS	BI	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	1,1900	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	1,3000	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	1,3700	3
43	COMPLEXO B	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BELFAR	0	0,0400	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BELFAR	0	0,0400	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Belfar	0	0,0400	3
44	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML 120ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NEO QUIMICA	0	0,8700	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	NEO QUIMICA	0	0,8800	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,9700	3
45	DEXAMETASONA+CLORANFENICOL SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ALLERGAN	0	5,8500	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ALLERGAN	0	6,3300	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ALLERGAN	0	6,4000	3
46	DEXOMETASONA 1MG/G CREME 10G	BI	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,4600	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MULTILAB	0	0,4700	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,4700	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 7/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MULTILAB	0	0,4800	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	multilab	0	0,4900	5
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,5000	6
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	TEUTO	0	0,5000	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Multilab	0	0,5000	8
47	DEXCLOFENIRAMINA 2MG/5ML 100ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,7000	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,7800	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,7900	3
48	DIACEREINA 50 MG	CO	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1599)	TRB PHARMA	0	1,9200	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TRB	0	2,5800	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TRB	0	2,7600	3
49	DICLOFENACO DIETILAMONIO 10MG/G GEL 60GRAMAS	BI	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,9400	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	1,0400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	1,0600	3
50	DICLOFENACO POTÁSSICO RESINATO 15MG/ML 10ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BRASTERAPICA	0	1,2200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	1,3900	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CIMED	0	1,5800	3
51	DICLOFENACO DE SÓDICO 50MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAMED	0	0,0200	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAMED	0	0,0200	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	vitamed	0	0,0200	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAMED	0	0,0200	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0200	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0200	6
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	VITAMED	0	0,0200	7
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	VITAMED	0	0,0200	8
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAMED	0	0,0200	9
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	10
52	DIMENIDRATO+PIRIDOXINA 25/5MG 20ML	FR	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	CIFARMA	0	1,2800	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	CIFARMA	0	1,3900	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CIFARMA	0	1,4500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 8/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	DIMETICONA 75MG/ML 15 ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HIPOLABOR	0	0,5000	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,5100	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,5300	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,5300	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,5400	5
54	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NEO QUIMICA	0	0,1900	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NEOQUIMICA	0	0,1900	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	hyper	0	0,1900	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	NEO QUIMICA	0	0,1900	4
55	DIPIRONA COMPRIMIDOS 500MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BALM LABOR	0	0,0300	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BALM LABOR	0	0,0300	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0400	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BALM LABOR	0	0,0400	5
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	0,0400	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	7
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0400	8
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	BALM-LABOR	0	0,0400	9
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0400	10
56	DIPIRONA 500MG 10 ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,3400	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sobral	0	0,3500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	NEO QUIMICA	0	0,3600	3
57	DOXASOZINA 2MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,0900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	0,0950	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,1000	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,1000	4
58	DOXICICLINA 100MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0700	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,0800	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TEUTO	0	0,0800	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0900	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0900	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0900	6
59	DROPROPIZINA 1,5MG/ML 120ML	FR	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	1,2400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 9/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	DROPROPIZINA 3MG/ML 120ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QCA	0	1,7500	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	2,3000	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	1,8900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QCA	0	2,2300	2
61	ERITROMICINA 250MG/5ML 50ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	2,4000	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	1,6600	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	1,7200	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	1,7800	3
62	ESTRADIOL+NORETISTERONA 1/0,5MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BIOLAB	0	0,4900	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	BIOLAB	0	0,5700	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	biolab	0	0,5800	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,2100	1
63	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	SANVAL	0	0,2200	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	SANVAL	0	0,2300	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	9,5000	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	SANVAL	0	9,7500	2
64	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG/G CREME VAGINAL 25G	TU	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	10,0000	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sanval	0	10,0000	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,2600	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,2800	2
65	FINASTERIDA 5MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	0,3000	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	3,3200	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	3,3300	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	3,4400	3
66	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100ML	FR	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	3,4900	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,1400	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,1400	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,1400	3
67	FLUCONAZOL 150 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,1400	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,1500	5
			FLUNARIZINA 10MG	vitapan	0	0,0400	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 10/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QCA	0	0,0420	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	VITAPAN	0	0,0500	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAPAN	0	0,0500	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0500	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MEDLEY	0	0,0500	6
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	VITAPAN	0	0,0500	7
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,0500	8
69	FLUOCINOLONA+NEOMICINA+POLIMIXINAB+LIDOCAINA SOLUÇÃO OTOLGI	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ELOFAR	0	2,1500	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ELOFAR	0	2,2000	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	LEGRAND	0	3,0400	3
70	FLUTAMIDA 250 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BLAUSIGUEL	0	2,5500	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	BAUSIEGEL	0	4,0300	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MANTECORP	0	5,3800	3
71	FUROATO DE NOMETASONA 1MG/G CREME 20 G	BI	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GERMED	0	4,6600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	GERMED	0	5,3700	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	5,8500	3
72	GENFIBROZILA 600MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,3600	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,3600	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	GERMED	0	0,6900	3
73	GENTAMICINA COLIRO 5ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ALLERGAN	0	5,3400	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ALLERGAN	0	5,3500	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ALLERGAN	0	5,9400	3
74	GINKGO BILOBA 80MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,0900	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0900	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TKS	0	0,1000	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,1000	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	multilab	0	0,1000	5
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GREENPHARM	0	0,1000	6
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TKS	0	0,1100	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Multilab	0	0,1100	8
75	GLICOSAMINA+CONDROITINA 500/400MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	1,3200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 11/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 62MG/ML 100ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ACHÉ	0	1,3400	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOSINTETICA	0	1,3600	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ACHE	0	1,4300	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,7800	1
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	0,8000	2
77	IBUPROFENO 50MG/ML 30ML	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Mariol	0	0,8100	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	0,8300	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MARIOL	0	0,8500	5
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MULTILAB	0	1,0400	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	1,0800	2
78	IBUPROFENO 300MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	1,0800	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	multilab	0	1,1000	4
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GEOLAB	0	1,1000	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	multilab	0	0,0400	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,0400	2
79	IVERMECTINA 6MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0400	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MULTILAB	0	0,0400	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	0,0400	5
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0400	6
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,0400	7
80	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200/50MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,0400	8
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MULTILAB	0	0,0500	9
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0500	10
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,2600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CIFARMA	0	0,2700	2
81	LEVOFLOXACINO 500MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	VITAPAN	0	0,3300	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAPAN	0	0,3300	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ROCHE	0	1,7400	1
82	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200/50MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ROCHE	0	1,7500	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ROCHE	0	1,7900	3
83	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200/50MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOFARMA	0	0,5900	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,8200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 12/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,8600	3
82	LEVONOGESTREL+ETINILESTRADIOL TRIFASICO	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	SHERINGER	0	0,2700	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BAYER	0	0,2700	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Bayer	0	0,2800	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,2800	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SCHERING	0	0,2900	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,2900	6
83	LEVONOGESTREL+ETINILESTRADIOL 0,15/0,03MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	cifarma (mabra)	0	0,0300	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CIFARMA	0	0,0400	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	0,0400	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CIFARMA	0	0,0400	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,0400	5
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NEO QUIMICA	0	0,0400	6
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA	0	0,0400	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cifarma	0	0,0400	8
84	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	0,0800	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ACHE	0	0,0900	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	ache	0	0,0900	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ACHÉ	0	0,0900	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ACHE	0	0,0900	5
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	0,0900	6
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MERCK	0	0,0900	7
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	ACHE	0	0,1100	8
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	MERCK	0	0,1100	9
85	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	ache	0	0,0900	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ACHE	0	0,0900	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	0,0900	3
86	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	0,1000	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	0,1100	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ACHÉ	0	0,1100	3
87	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	0,1200	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ACHÉ	0	0,1300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 13/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	0,1400	3
88	LEVONOTIROXINA SODICA 100MCG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	0,0800	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ACHE	0	0,0800	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	ache	0	0,0900	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	0,0900	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MERCK	0	0,0900	5
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ACHÉ	0	0,0900	6
89	LOPERAMIDA 2 MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0400	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GLOBO	0	0,0500	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	0,0700	3
90	LORATADINA 10 MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0400	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	GEOLAB	0	0,0400	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0400	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	geolab	0	0,0400	5
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0400	6
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GEOLAB	0	0,0400	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,0500	8
91	LORATADINA 1MG/ML FRASCO 100ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,9700	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MARIOL	0	0,9800	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	1,0500	3
92	MEBENDAZOL 20MG/ML 30 ML	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,4100	1
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	0,4200	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MARIOL	0	0,4400	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sobral	0	0,4400	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	0,4400	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	BELFAR	0	0,4500	6
93	MELOXICAN 15 MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ROYTON	0	0,0300	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0400	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Royton	0	0,0400	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0400	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 14/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	royton	0	0,0500	6
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	0,0500	7
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0500	8
94	MESILATO DE CODERGOCRINA 1MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	1,0400	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NOVARTIS	0	1,0500	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVARTIS	0	1,0600	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	1,1000	4
95	MESILATO DE DIIDROERGOTAMINA+DIPIRONA SODICA+CAFEINA 1+350+100MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Cazi	0	0,4300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CAZI	0	0,4600	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	0,6900	3
96	MESILATO DE METILERGOMETRINA 0,12 MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	UNIÃO QUIMICA	0	0,2200	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UNIÃO Q	0	0,3000	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	0,4500	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	0,4500	4
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	0,4500	5
97	METOCLOPRAMIDA 10MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,0200	1
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Hipolabor	0	0,0200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	0,0200	3
98	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML FRASCO 10 ML	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	0,2400	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,2600	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MARIOL	0	0,2700	3
99	METRONIDAZOL 500MG/5G GELÉIA VAGINAL 50G	TU	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	1,0000	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	1,1000	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	1,1200	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	1,1200	4
100	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA 10G	BI	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,6100	1
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sobral	0	0,6200	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Multilab	0	0,6300	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	SOBRAL	0	0,6500	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,6500	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 15/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	NIMESULIDA 100MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	TEUTO	0	0,6700	6
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,6800	7
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	0,0300	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TKS	0	0,0300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANVAL	0	0,0300	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0300	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0300	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TKS	0	0,0300	6
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	VITAPAN	0	0,0300	7
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	vitapan	0	0,0400	8
102	NIMESULIDA 50MG/ML FRASCO 15ML	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,0400	9
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAPAN	0	0,0400	10
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANVAL	0	0,5000	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,5300	2
103	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100000UI/ML 30ML	FR	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,5400	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	1,1100	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	1,1700	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	1,2000	3
104	NISTATINA 100000UI/G CREME VAGINAL 60G	TU	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NATULAB	0	1,2000	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BERGAMO	0	0,8900	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,9700	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,9800	3
105	NITRATO DE FENTICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL 40G	BI	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	22,5000	1
106	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL 80G	BI	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	1,0900	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	1,2400	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	1,2900	3
107	NITROFURANTOINA 100MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0900	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,1000	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,1100	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,1100	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 16/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	NORETISTERONA 0,35MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOLAB	0	0,1700	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BIOLAB	0	0,1800	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	BIOLAB	0	0,1900	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Biolab	0	0,1900	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BIOLAB	0	0,1900	5
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	0,1900	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOLAB	0	0,1900	7
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BIOLAB	0	0,1900	8
109	NORFLOXACINO 400 MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MULTILAB	0	0,0800	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	multilab	0	0,1000	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MULTILAB	0	0,1000	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,1000	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,1000	5
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,1000	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	0,1000	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,1100	8
110	OLEO MINERAL 100ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MARIOL	0	0,9900	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	1,1600	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	MARIOL	0	1,1800	3
111	OMEPRAZOL 20MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0400	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0400	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0500	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0500	4
112	PARACETAMOL 200MG/ML	FR	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	0,3600	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,3600	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	0,3700	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MARIOL	0	0,3700	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,3800	5
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MARIOL	0	0,3900	6
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,3900	7
113	PARACETAMOL 500 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TKS	0	0,0200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	G.PHARMA	0	0,0200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 17/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	PERMETRINA 1% LOÇÃO 60ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0200	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,0200	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	STA TEREZINHA	0	0,6900	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANTA TEREZINHA	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Santa Terezinha	0	0,8500	3
115	PIROXICAM 20 MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	SANTA TEREZINHA	0	0,8600	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0500	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	GEOLAB	0	0,0500	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0600	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	0,0600	4
116	POLIVITAMINICO XAROPE 100ML	FR	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0600	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0600	6
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0600	7
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0600	8
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0600	9
117	PREDNIZONA 20 MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	QUIMIFAR	0	1,2700	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Quimifar	0	1,3100	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MEDQUIMICA	0	1,4000	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0500	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0500	2
118	PROMETAZINA 25MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0500	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA	0	0,0500	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0500	5
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0500	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	7
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0200	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0300	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sanval	0	0,0300	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0300	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0300	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,0300	6
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	SANVAL	0	0,0400	7
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0400	8
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,0400	9

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 18/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
119	PROTETOR SOLAR FPS50 120ML	FR	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0400	10
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SUNNYDAY	0	10,2000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SUNNYDAY	0	11,5000	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SUNNYDAY	0	11,9900	3
120	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL, ENVELOPE 27,9 GR	UN	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,2200	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NATULAB	0	0,2300	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,2400	3
121	SECNIDAZOL 1000MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NEOQUIMICA	0	0,2600	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,2900	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,3200	3
122	SILIMARINA 70MG	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NYCOMED	0	1,2600	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NYCOMED	0	1,3500	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NYCOMED	0	1,3700	3
123	SIN VASTATINA 20MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	LABORIS	0	0,0400	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	LABORIS	0	0,0400	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	laboris	0	0,0400	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	LABORIS	0	0,0420	4
124	SULFATO DE TERBUTALINA 0,3MG/ML 100ML	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	1,9800	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	2,2900	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	2,3700	3
125	SULFATO FERROSO GOTAS FRASCO 30ML	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	0,4500	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	HIPOLABOR	0	0,4900	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NATULAB	0	0,4900	3
126	SULFATO FERROSO 40MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0300	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0300	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0300	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0300	6
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0300	7
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	0,0400	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 19/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0400	9
127	TETRACICLINA 500MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0800	1
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0800	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0800	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0800	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0800	5
128	TETRACICLINA+ANFOTERICINA B 25+12,5MG/G CR VAGINAL 45GRAMAS	BI	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	4,5500	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	5,2900	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	5,6700	3
129	TIAMINA 300MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	0,0900	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TEUTO	0	0,1100	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Tks	0	0,1100	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,1100	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,1200	5
130	TIRAS PARA GLICEMIA ACCU CHEK ACTIVE 50 TIRAS	CX	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ABBOTT	0	89,9900	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ROCHE	0	90,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Roche	0	93,7500	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	roche	0	95,7000	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ROCHE	0	96,0000	5
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Roche	0	99,0000	6
131	TROXERRUTINA+CUMARINA 90/15MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,1600	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CIFARMA	0	0,2000	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CIFARMA	0	0,2200	3
132	VITAMINAS A+D SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANVAL	0	1,6900	1
133	ACIDO VALPROICO 500MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ABBOTT	0	0,4600	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SANOFI	0	0,4700	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	SANOFI	0	0,4800	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANOFI	0	0,4900	4
			CIRÚRGICA JAW COM.DE MAT.MÉD.HOSPIT.LTDA (1619)	ABBOTT/DEPAKENE	0	0,5000	5
134	ALPRAZOLOM 0,50MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ZYDUS	0	0,0900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 20/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GERMED	0	0,1000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1100	3
135	AMANTADINA 100 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EUROFARMA	0	0,4000	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	0,5200	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EUROFARMA	0	0,5300	3
136	AMITRIPTILINA 25 MG	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA		0,0300	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0300	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NEO QUIMICA	0	0,0300	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,0300	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0300	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0300	6
137	AMITRIPTILINA 75 MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CRISTALIA	0	0,1200	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	0,1400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UCI FARMA	0	0,1400	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	UCI	0	0,1400	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	cristália	0	0,1400	5
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	CRISTALIA	0	0,1900	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Uci Farma	0	0,1900	7
138	BIPERIDENO 2MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0500	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0600	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0600	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0600	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0600	6
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0700	7
139	BROMAZEPAN 6MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0400	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANVAL	0	0,0400	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sanval	0	0,0400	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0440	4
140	BUPROPIONA 150MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EUROFARMA	0	1,3200	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	1,3500	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GLAXO	0	1,3800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 21/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	1,4000	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EUROFARMA	0	1,4400	5
141	CARBAMAZEPINA 200MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,0400	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA	0	0,0500	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0500	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0500	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0500	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0500	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,0600	7
142	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO 100ML	FR	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MEDLEY	0	3,1600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MEDLEY	0	3,2500	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MEDLEY	0	5,2000	3
143	CARBAMAZEPINA CR 200MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	0,5000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVARTIS	0	0,5100	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	0,5400	3
144	CARBAMAZEPINA CR 400MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	1,2300	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVARTIS	0	1,2400	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	1,2800	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	1,2900	4
145	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ARROW	0	0,0700	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,0700	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	HIPOLABOR	0	0,0800	3
146	CITALOPRAM 20MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,0900	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	0,1000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1100	3
147	CLOBAZAM 20MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANOFI	0	0,5500	1
148	CLOMIPRAMINA 25MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NEO QUIMICA	0	0,0800	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,0800	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NEOQUIMICA	0	0,0800	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 22/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	CLONAZEPAN 2 MG	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA	0	0,0300	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,0300	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	0,0300	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NEOQUIMICA	0	0,0300	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0300	5
150	CLONAZEPAM 2,5MG/ML FRASCO 20 ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	1,3500	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	1,5800	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	HIPOLABOR	0	1,6800	3
151	CLORIDRATO DE MEMANTINA 10 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	APSEN	0	1,6000	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	APSEN	0	1,8700	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	APSEN	0	1,8800	3
152	CLORPROMAZINA 100MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	0,0900	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UNIÃO Q	0	0,1000	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	U.QUIMICA	0	0,1000	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CRISTALIA	0	0,1100	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CRISTALIA	0	0,1100	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	0,1100	6
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	crístalia	0	0,1100	7
153	CODEINA+PARACETAMOL 30/500MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ARROW	0	0,3800	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ARROW	0	0,4000	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	U.QUIMICA	0	0,4400	3
154	DEPAKENE XAROPE 50 MG/ML COM 100 ML (ETICO)	FR	CIRÚRGICA JAW COM.DE MAT.MÉD.HOSPIT.LTDA (1619)	ABBOT/DEPAKENE	0	7,3200	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ABBOTT	0	9,1300	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ABBOTT	0	9,4500	3
155	DIAZEPAM 5MG/ML AMPOLA 2ML	FR	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Santisa	0	0,3300	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANTISA	0	0,3400	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,3500	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,3500	4
156	DIAZEPAN 10 mg	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANTISA	0	0,0200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANTISA	0	0,0200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 23/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Santisa	0	0,0200	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	SANTISA	0	0,0300	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	SANTISA	0	0,0300	5
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANTISA	0	0,0300	6
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Santisa	0	0,0300	7
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	santisa	0	0,0300	8
157	FENITOINA 100 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0500	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0600	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0600	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0600	4
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0700	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0700	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0700	7
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0700	8
158	FENORBABITAL 100MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	0,0300	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QCA	0	0,0300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANVAL	0	0,0400	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CRISTALIA	0	0,0400	4
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	0,0400	5
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sanval	0	0,0400	6
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0400	7
159	FLUOXETINA 10MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	0,2100	1
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Ems	0	0,2900	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	E.M.S	0	0,3100	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	E.M.S	0	0,3100	4
160	FLUOXETINA 20 MG	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0400	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0400	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0400	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0400	5
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	TEUTO	0	0,0400	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0400	7
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0400	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 24/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NEOQUIMICA	0	0,0400	9
161	GABAPENTINA 300MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ARROW	0	0,3200	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,3300	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ARROW	0	0,3600	3
162	HALOPERIDOL 5 MG	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0300	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0300	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0300	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0300	5
163	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML 1ML	AM	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	2,2000	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	crístália	0	2,3600	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	UNIAO QCA	0	2,3900	3
164	IMIPRAMINA 25MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	0,0300	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0300	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA	0	0,0400	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0400	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0400	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0400	6
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0400	7
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0400	8
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0400	9
165	IMIPRAMINA 75 MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	0,9900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVARTS	0	1,0000	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	1,1000	3
166	LAMOTRIGINA 100MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,1500	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1900	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CRISTALIA	0	0,4100	3
167	MIRTAZAPINA 15MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Chiesi	0	3,1800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Organon	0	3,3300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SHERING	0	3,5000	3
168	MIRTAZAPINA 30MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,5600	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,6300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 25/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TORRENT	0	1,0000	3
169	NORTRIPTILINA 25MG	CO	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,1100	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,1100	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,1400	3
170	PAROXETINA 20MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ZYDUS	0	0,1800	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	0,1800	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CRISTALIA	0	0,1900	3
171	PREGABALINA 75 MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	P.Faizer	0	2,5000	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PFIZER	0	2,5400	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Pfizer	0	2,6500	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PFIZER	0	2,8500	4
172	RISPERIDONA 1MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,0300	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,0400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TORRENT	0	0,0600	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TORRENT	0	0,0600	4
173	RISPERIDONA 3 MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,0900	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	neo quimica	0	0,1000	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TORRENT	0	0,1500	3
174	SERTRALINA 50 MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UCI FARMA	0	0,1100	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NEO QUIMICA	0	0,1200	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	UCI-FARMA	0	0,1300	3
175	SULFATO DE TRANILCIPROMINA 10 MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	GLAXO	0	0,8800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Glaxosmithkline	0	0,9000	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GLAXO	0	0,9400	3
176	SULPIRIDA+BROMAZEPAM 25/1MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GERMED	0	0,6900	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SANOFI	0	0,7600	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	0,7600	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanofi Aventis	0	0,8300	4
177	TIORIDAZINA 50MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	UNIAO QUIMICA	0	0,3400	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	UNIAO QCA	0	0,3700	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 26/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	TOPIRAMATO 25MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	U.QUIMICA	0	0,3800	3
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sandoz	0	0,1900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BIOSINTETICA	0	0,2100	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,2800	3
179	TOPIRAMATO 50MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sandoz	0	0,4500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	BIOSINTETICA	0	0,4600	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,5000	3
180	VALPROATO DE SÓDIO 300MG	CO	CIRÚRGICA JAW COM.DE MAT.MÉD.HOSPIT.LTDA (1619)	ABBOTT/DEPAKENE	0	0,4700	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ABBOTT	0	0,5600	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ABBOTT	0	0,5700	3
181	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO CR 500MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,3100	1
			CIRÚRGICA JAW COM.DE MAT.MÉD.HOSPIT.LTDA (1619)		0	0,5000	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TORRENT	0	0,6900	3
182	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VALPROICO CR 300MG	CP	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,3100	1
			CIRÚRGICA JAW COM.DE MAT.MÉD.HOSPIT.LTDA (1619)	ABBOTT/DEPAKENE	0	0,4700	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TORRENT	0	0,5600	3
183	VENLAFAXINA 75MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,2800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,3000	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	MEDLEY	0	0,4200	3
184	ZIPRAZIDONA 40MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PFIZER	0	7,1500	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PFIZER	0	7,9700	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	PFIZER	0	8,1800	3
185	AMILORIDA+FUROSEMIDA 10/40MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	EUROFARMA	0	0,8900	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	0,9200	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,9400	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EUROFARMA	0	0,9400	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	EUROFARMA	0	0,9400	5
186	AMILORIDA+HIDROCLOROTIAZIDA 5/50MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAPAN	0	0,0600	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,0600	2



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 27/36

## FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	AMIODAROMA 200MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	VITAPAN	0	0,0600	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0700	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAPAN	0	0,0700	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	vitapan	0	0,0700	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0700	7
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	VITAPAN	0	0,0700	8
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GERMED	0	0,1200	9
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GEOLAB	0	0,1000	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GEOLAB	0	0,1000	2
188	ATENOLOL 50MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	geolab	0	0,1000	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,1000	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,1100	5
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,1100	6
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GEOLAB	0	0,1100	7
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,1100	8
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	GEOLAB	0	0,1100	9
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0200	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAPAN	0	0,0200	2
189	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12, 5MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0200	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0200	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	VITAPAN	0	0,0200	7
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	PRATI	0	0,0200	8
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	vitapan	0	0,1000	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOSINTETICA	0	0,1200	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,1300	3
190	BESILATO DE ANLODIPINO 5MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0200	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0200	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAPAN	0	0,0200	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,0200	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0200	5
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	ROYTON	0	0,0200	6
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	GEOLAB	0	0,0200	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 28/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	CAPTOPRIL 25 MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	geolab	0	0,0300	8
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0300	9
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,0100	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	MARIOL	0	0,0200	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0200	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	MARIOL	0	0,0200	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CIMED	0	0,0200	5
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,0200	6
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	0,0200	7
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	PRATI	0	0,0200	8
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0200	9
192	CAPTOPRIL 50MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Brasterapica	0	0,0200	10
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0200	11
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MARIOL	0	0,0200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PHARLAB	0	0,0200	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MARIOL	0	0,0200	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0200	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	0,0200	5
193	CARVEDILOL 6,25MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MARIOL	0	0,0220	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,0900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,1060	2
194	CARVEDILOL 3,125MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1100	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,0800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TORRENT	0	0,0840	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1100	3
195	CARVEDILOL 25MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	0,1100	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BALDACCI	0	0,1800	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BIOLAB	0	0,2900	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QCA	0	0,2900	3
196	CLORIDRATO DE LERCANIDIPINO 10MG	CP	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	0,3300	4
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MEDLEY	0	2,1400	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	MEDLEY	0	2,1700	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 29/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MEDLEY	0	2,1900	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Medley	0	2,2000	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MEDLEY	0	2,2300	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Medley	0	2,3000	6
197	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,1600	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	sandoz	0	0,1800	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANDOZ	0	0,2500	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	E.M.S	0	0,2500	4
198	CLORIDRATO DE VERAPRAMIL 80MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sanval	0	0,0400	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0500	3
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	P.DONADUZZI	0	0,0500	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANVAL	0	0,0500	5
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0500	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	7
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0500	8
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,0500	9
199	DIGOXINA 0,25MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0300	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	VITAPAN	0	0,0300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PHARLAB	0	0,0300	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	0,0300	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PHARLAB	0	0,0300	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Pharlab	0	0,0300	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PHARLAB	0	0,0300	7
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	pharlab	0	0,0300	8
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0300	9
200	DILTIAZEM 60MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	TEUTO	0	0,0800	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0900	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0900	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0900	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,0900	5
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,1000	6
201	ENALAPRIL 10MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ROYTON	0	0,0200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CIMED	0	0,0200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 30/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	ROYTON	0	0,0300	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Royton	0	0,0300	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,0300	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	ROYTON	0	0,0300	6
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	royton	0	0,0300	7
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CIMED	0	0,0300	8
202	ENALAPRIL 20MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GREENPHARMA	0	0,0300	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CIMED	0	0,0300	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	VITAPAM	0	0,0300	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,0300	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	royton	0	0,0300	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CIMED	0	0,0300	6
203	ENALAPRIL+HIDROCLOROTIAZIDA 20/12,5MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,3500	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	cifarma	0	0,4200	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	LEGRAND	0	0,4300	3
204	ESPIRONOLACTONA 25 MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ASPEN	0	0,1000	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EMS	0	0,1100	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GERMED	0	0,1100	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CELLOFARM	0	0,1100	4
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CELLOFARM	0	0,1100	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	cellofarm (aspen)	0	0,1100	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	0,1100	7
205	FEMPROCUMONA 3MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Roche	0	0,2600	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ROCHE	0	0,2700	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ROCHE	0	0,2800	3
206	FUROSEMIDA 40 MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0200	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0200	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,0200	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CIMED	0	0,0200	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,0200	6
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0200	7
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0200	8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 31/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
207	GLIBENCLAMIDA 5MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0200	9
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,0200	10
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ROYTON	0	0,0100	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	MEDQUIMICA	0	0,0100	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	GEOLAB	0	0,0100	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	MEDQUIMICA	0	0,0100	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	geolab	0	0,0100	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0100	6
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CIFARMA	0	0,0700	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CIFARMA	0	0,0800	2
208	GLIMEPIRIDA 2MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	CIFARMA	0	0,0800	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	CIFARMA	0	0,0800	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	cifarma	0	0,0800	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	CIFARMA	0	0,1000	6
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0200	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0200	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0200	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GEOLAB	0	0,0200	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GEOLAB	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,0200	6
209	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0200	7
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0200	8
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0200	9
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0200	10
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0200	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0200	2
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0200	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GEOLAB	0	0,0200	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GEOLAB	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,0200	6
210	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0200	7
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0200	8
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	prati	0	0,0200	9
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,0200	10
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CIMED	0	0,0100	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0130	2
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	PHARLAB	0	0,0200	3
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0200	4
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Pharlab	0	0,0200	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 32/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
211	LISINOPRIL 20MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D	0	0,0200	11
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,1200	1
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	CRISTALIA	0	0,3600	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOSINTETICA	0	0,3700	3
212	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	PRATI	0	0,0400	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	LABORIS	0	0,0400	3
213	LOSARTANA POTASSICA-HIDROCLOROTIAZIDA 100/25MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	LABORIS	0	0,1600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	LABORIS	0	0,1800	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	BIOLAB	0	0,1800	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	LABORIS	0	0,2000	4
214	LOSARTANA POTÁSSICA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12,5MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,0800	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	LABORIS	0	0,0800	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	BIOLAB	0	0,1000	3
215	METFORMINA 500MG	CO	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	multilab	0	0,0500	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,0500	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MULTILAB	0	0,0600	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Multilab	0	0,0600	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MULTILAB	0	0,0700	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	MULTILAB	0	0,0700	6
216	METFORMINA 850MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0500	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	teuto	0	0,0500	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0500	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0500	5
217	METILDOPA 250MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	LABORIS	0	0,0600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TKS	0	0,0660	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	LABORIS	0	0,0700	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	LABORIS	0	0,0700	4
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	laboris	0	0,0700	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,0700	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 33/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
218	METILDOPA 500MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TKS	0	0,1200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TKS	0	0,1300	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	SANVAL	0	0,1300	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,1300	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	SANVAL	0	0,1300	5
219	METOPROLOL 50 MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ASTRAZENECA	0	0,9600	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ASTRA	0	0,9700	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	ASTRAZENECA	0	0,9900	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ASTRA	0	0,9900	4
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Ems	0	1,0000	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ASTRA	0	1,0300	6
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Astra Zeneca	0	1,0300	7
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	ASTRAZENECA	0	1,0300	8
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ASTRAZENECA	0	1,0500	9
220	NIFEDIPINO 20MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0200	1
			DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	GEOLAB	0	0,0300	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GEOLAB	0	0,0300	3
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GEOLAB	0	0,0300	4
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	GEOLAB	0	0,0300	5
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	geolab	0	0,0300	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0300	7
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GEOLAB	0	0,0300	8
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,0400	9
221	NIMODIPINO 30 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NEOQUIMICA	0	0,0600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CIFARMA	0	0,0600	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NEO QUIMICA	0	0,0700	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Quimica	0	0,0700	4
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	NEO QUIMICA	0	0,0700	5
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NEO QUIMICA	0	0,0700	6
222	PINDOLOL+CLOPAMIDA 10/5MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	NOVARTIS	0	1,5900	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	1,6300	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	1,6800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 34/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
223	PROPANOLOL 40 MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	1,7000	4
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAPAN	0	0,0100	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	OSORIO	0	0,0100	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0100	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0100	4
224	PROPATILNITRATO 10 MG	CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0100	5
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BMS	0	0,2600	1
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	bristol	0	0,2700	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	BRISTOL	0	0,2800	3
225	VALSARTANA 80MG	CO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	LEGRAND	0	0,5600	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	E.M.S	0	1,1700	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	e m s	0	1,2900	3
226	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 160/12,5MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NOVARTIS	0	2,2900	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Novartis	0	2,6800	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	3,0000	3
227	AMINOFILINA 100 MG	CO	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	TEUTO	0	0,0200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAPAN	0	0,0200	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	HIPOLABOR	0	0,0200	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NEOQUIMICA	0	0,0200	4
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,0200	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (826)	TEUTO	0	0,0200	6
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	0,0200	7
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HIPOLABOR	0	0,0200	8
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Hipolabor	0	0,0200	9
228	BROMETO DE IPATROPIO 0,25MG/ML 20ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,5200	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,5300	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	TEUTO	0	0,5800	3
229	BROMETO DE IPATROPIO+BROMIDRATO DE FENOTEROL 0,04/0,1MG/DOSE 300 DOSES AEROSOL	FR	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Boheringuer	0	27,7900	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BOEHRINGER	0	27,8000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 35/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**

Número do Registro de Preços: 1/2011

Data do Registro: 10/03/2011

Válido até: 10/03/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BOEHRINGER	0	27,9500	3
230	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	1,0600	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	1,1900	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	HIPOLABOR	0	1,2500	3
231	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250MCG/DOSE SPRAY 200 DOSES	FR	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GLENMARK	0	20,0900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CHIESI	0	20,1000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Glenmark	0	25,0000	3
232	SALBUTAMOL 2MG/5ML 100ML	FR	DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (1544)	NEOQUIMICA	0	0,6900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NEO QUIMICA	0	0,7400	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,7500	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SOBRAL	0	0,7500	4
233	TRIANCINOLINA ACETONIDA 0,055 MG/ML SPRAY NASAL	FR	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	37,9600	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	ACHÉ	0	45,9600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Ache	0	46,1500	3
234	XINAFOATO DE SALMETEROL+PROPIONATO DE FLUTICASONA 50/500MCG 60 DOSE	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GLAXO	0	90,0000	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GSK	0	90,7500	2
			SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	gsk	0	94,0000	3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	GLAXO	0	99,3400	4
235	XINAFOATO DE SALMETEROL+PROPIONATO DE FLUTICASONA 25/125MCG SPRAY 120 DOSES	FR	SULMEDI COM.PROD.HOSPITALARES LTDA (1097)	gsk	0	52,7500	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GSK	0	52,8000	2
			S & R DISTRIBUIDORA LTDA (1486)	GLAXO	0	52,9500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

Página: 36/36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011****Número do Registro de Preços: 1/2011****Data do Registro: 10/03/2011****Válido até: 10/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição futura de medicamentos para distribuição aos munícipes na farmácia básica do município, com aplicação de recursos próprios, de recursos do SUS do governo federal e estadual, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	GLAXO	0	58,0400	4

NOVO HORIZONTE, 10 de Março de 2011.



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### Decreto Nº 119/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 119 DE 04 DE AGOSTO DE 2011.

"ABRE CREDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES DO EXERCÍCIO DE 2011 POR CONTA DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em exercício do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 53 da Lei Orgânica combinado com a lei nº 755/2011;

Art. 1º - Fica aberto Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura de Passo de Torres, do Exercício de 2011, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais ), na Atividade relacionada abaixo:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0402 - Ensino Regular

2.011 - Aquisição de Ônibus e Veículos

4.490.00.00.00.00.00.0058 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0402 - Ensino Regular

2.010 - Manutenção do Ensino Regular

3.3.90.00.00.00.00.0058 (34) R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 708/2010 de 15 de Setembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 714/2010 de 29 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito especial constante do presente Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 04 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### Decreto Nº 120/2011

DECRETO Nº. 120, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

"NOMEIA MANOEL RIBEIRO, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo

de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 598 de 23 de Maio de 2007.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Manoel Ribeiro para ocupar o cargo de Assessor de Coordenação e planejamento, Nível "DAS-2", com remuneração específica em Lei.

Art.2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

### Lei Nº 753/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº.753 DE 04 DE AGOSTO DE 2011.

"FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E A ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL BENEFICIENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE TORRES/RS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em exercício do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que A Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, entre o Município de Passo de Torres/SC e a Associação Educadora São Carlos - AESC - Hospital Beneficente Nossa Senhora Dos Navegantes, de Torres/RS, nos termos da Minuta do Convênio em anexo.

Art. 2º - Para a execução financeira do Convênio, o Município repassara mensalmente ao Hospital a importância constante na minuta do convênio.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde: 3.3.50.00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### Lei Nº 754/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº.754 DE 04 DE AGOSTO DE 2011.

"CRIA OS CONSELHOS ESCOLARES NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a, Lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação( LDB), faço saber que a câmara Municipal de Passo de Torres aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - O Conselho Escolar (CE) é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola. Na forma do artigo 14,II DE Lei nº 9394/96 (LDB).

Parágrafo Único - entende-se por comunidade escolar, para efeito deste artigo, o conjunto de alunos, pais e responsáveis por alunos, membros do magistério e funcionários de escola em efetivo exercício na unidade escolar.

Art.2º - Os conselhos Escolares terão funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora,constituindo-se no órgão máximo em nível de escola, a fim de apoiar, avaliar, promover e estimular a promoção da qualidade da educação.

Art.3º- As atribuições do conselho Escolar constam no Regimento Unificado das Unidades Escolares da rede Municipal, sendo essas:

I- elaborar alterações no Regimento do conselho Escolar, quando necessário;

II- Supervisionar o plano administrativo anual, elaborado pela Direção da Escola, sobre a programação e aplicação dos recursos à manutenção e conservação da Escola;

III- Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição de projetos político-administrativo-pedagógicos da unidade escolar;

IV- participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;

V- convocar assembléias gerais dos segmentos da comunidade escolar;

VI- elaborar Plano de ação anualmente;

VII- recorrer à instância superior sobre decisões que não julgar apto a decidir, conforme o regimento escolar;

VIII- emitir parecer sobre assuntos administrativos e pedagógicos, quando consultado;

IX- Fiscalizar a execução de decisões administrativas e pedagógicas, representando-as quando irregulares.

X- Opinar na organização e aprovar o calendário escolar, no que competir à unidade, observando a legislação vigente;

XI- zelar pelo cumprimento do mínimo de oitocentas (800) horas e de duzentos (200) dias letivos de efetivo trabalho escolar nas classes do ensino fundamental, em cumprimento ao que determina o art.24, inciso I da Lei 9394, de 1996 e da Lei nº.10.287 de 2001, mediante acompanhamento das ações previstas no calendário escolar;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

XII- zelar pelo cumprimento de no mínimo duzentos (200) dias letivos de efetivo atendimento alimentar e cuidados a crianças de creche, pré-escola e ensino fundamental, conforme §1, art.17 da Resolução do FNDE/CD nº. 005, de 24 de março de 2006;

XIII- acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, reprovação, nível de aprendizagem, entre outros), propondo, quando necessário, intervenções pedagógicas, médicas e/ou sociais, visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;

XIV- participar da elaboração do plano de formação continuada dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XV- desencadear campanhas de esclarecimento sobre o zelo e

conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação pública de qualidade, dentre outras;

XVI- promover atividades culturais visando o enriquecimento curricular.

Parágrafo Único - Na definição das questões pedagógicas deverão ser resguardados os princípios constitucionais, as normas e diretrizes dos conselhos Nacional e Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

Art.4º - O Conselho Escolar é composto por número ímpar de integrantes, não inferior a cinco (05) nem superior a vinte e um (21).

Parágrafo Único - O Conselho Escolar das escolas com até dois (02) membros do magistério público poderá ser composto por um mínimo de três (03) integrantes.

Art.5º - O conselho Escolar é constituído por:

I- diretor, membro nato;

II- representantes de alunos;

III- representantes de membros do magistério público;

IV- representantes de servidores públicos;

V- representantes de pais ou responsáveis por alunos;

Parágrafo único - No impedimento do diretor, um de seus vice-diretores, por ele indicado, o representará.

Art.6º - Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no conselho escolar, assegurada a proporcionalidade de cinquenta por cento(50%) para pais e alunos e cinquenta por cento (50%) para membros do magistério e servidores.

§1º- No impedimento do segmento dos alunos ou do segmento dos pais, o percentual de cinquenta por cento (50%) será completado, respectivamente por representantes de pais e de alunos.

§2º- Na inexistência do segmento de servidores o percentual de cinquenta por cento (50%) será completado por representantes dos membros do magistério.

Art.7º - A eleição dos representantes de cada segmento da comunidade escolar que integra, o Conselho Escolar, bem como a de seus respectivos suplentes;

é realizada na escola, em cada segmento, por votação direta e secreta, uninominalmente ou através de chapas, na mesma data.

§1º- Na forma de eleição uninominal, respeitado o número de representantes em cada segmento, os mais votados são os conselheiros titulares os seguintes são os conselheiros suplentes.

§2º- Na forma de eleição através de chapas, respeitando, o número de representantes em cada segmento, devem constar nas chapas os nomes dos conselheiros titulares bem como dos conselheiros suplentes.

Art.8º - Tem direito de votar na eleição:

I-aluno maior de doze (12) anos, regularmente matriculado na escola;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

II- Um dos pais ou responsável legal pelo aluno menor de dezoito (18) anos, perante a escola;

III- membro do magistério e servidor público em efetivo exercício na escola, no dia da eleição;

§1º- Ninguém pode votar mais de uma vez na mesma escola, ainda que represente segmentos diversos ou acumule cargos ou função;

§2º- Os membros do magistério e servidores públicos que possuem filhos regularmente matriculados na Escola podem concorrer somente como membros do magistério ou servidores públicos, respectivamente.

Art.9º - Para dirigir o processo eleitoral será constituída uma comissão eleitoral, de composição paritária, com um (01) ou dois (02) representantes de cada segmento que compõe a comunidade escolar.

§1º- poderão compor a Comissão eleitoral, como representante de seu segmento, alunos com direito a votar e ser votados.

§2º- A comissão Eleitoral elegerá seu presidente dentre os

membros que a compõem, maiores de dezoito (18) anos, o que deverá ser registrado em ata, bem como todos os demais trabalhos pertinentes ao processo eleitoral.

Art.10- Os membros da comissão eleitoral serão escolhidos pelo conselho Escolar.

Parágrafo único - Os membros da Comissão eleitoral que dirigirá o processo de eleição do primeiro conselho Escolar serão eleitos por seus pares em assembleias gerais, em cada segmento, convocados pelo diretor da escola.

Art.11 - Os membros da comunidade escolar, integrantes da comissão Eleitoral, não poderão concorrer como candidatos ao conselho Escolar.

Art.12 - A comunidade escolar com direito de votar; de acordo com o art.8 desta lei, será convocada pela comissão eleitoral, mediante edital, na segunda quinzena de abril, para, na segunda quinzena de maio, proceder a eleição.

Parágrafo único - O edital convocando para a eleição e indicando pré-requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação das nominatas ou chapas, dia, hora e local da votação, credenciamento de fiscais de votação e apuração, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral, será afixado em local visível na escola, devendo a Comissão remeter o aviso do edital aos pais ou responsáveis por alunos, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

Art.13 - Os candidatos ou as chapas deverão ser registrados junto à comissão eleitoral até quinze (15) dias antes da realização, observados os itens

do edital, cabendo a comissão Eleitoral, divulgá-las junto à comunidade escolar.

Art.14- Da eleição será lavrada ata que, assinada pelos membros da comissão eleitoral, ficará arquivada na escola.

Art.15 - Qualquer impugnação relativa ao processo de votação deverá ser arguida à comissão eleitoral no ato de sua ocorrência. Parágrafo Único - No prazo máximo de três (03) dias, a Comissão eleitoral apreciara as impugnações a ela apresentadas.

Art.16 - O conselho Escolar tomará posse quinze (15) dias após sua eleição.

§1º- A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela direção da Escola e aos seguintes, pelo próprio conselho Escolar.

§2º- O conselho Escolar elegerá seu presidente entre os membros maiores de dezoito (18) anos que o compõe, excluindo os seus membros que ocupam cargos de direção e vice-

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

direção na unidade escolar.

Art.17 - O mandato de cada membro do conselho Escolar terá a duração de dois (02) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

Art.18 - O conselho Escolar deverá reunir-se ordinariamente uma (01) vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, fazendo sua convocação:

Art.19 - O Conselho Escolar funcionara somente com quorum mínimo de metade mais um (01) de seus membros.

Parágrafo Único - Serão válidas as deliberações do conselho Escolar tomadas por metade mais um (01) dos votos dos presentes à reunião.

Art.20- A vacância da função de conselheiro dar-se-á nos seguintes casos:

I- Por conclusão do manda

II- renuncia;

III- aposentadoria;

IV- desligamento da unidade escolar;

V- destituição ou exoneração da função ou cargo;

VI- falecimento.

Art.21 - A destituição da função de um membro do Conselho Escolar ocorre:

I- por infrequência as reuniões;

II- por solicitação de seu segmento.

§1º- O não comparecimento injustificado do membro do conselho Escolar a três (03) reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco (05) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas implica em vacância da função.

§2º- No prazo mínimo de quinze (15) dias, preenchidos os requisitos do §1 deste artigo, O conselho Escolar convoca uma assembleia geral do respectivo segmento da comunidade escolar, quando os pares, ouvidas as partes, deliberam sobre o afastamento ou não do membro do conselho Escolar, que é destituído se a maioria dos presentes à assembleia geral assim o decidir.

§3º- Qualquer segmento da comunidade escolar pode solicitar a destituição de um membro do conselho Escolar que o representa se a convocação para uma assembleia geral, com a devida justificativa, conter, no mínimo, vinte por cento (20%) de assinaturas de seus pares, devendo o conselho Escolar só aceitar o pedido de destituição previamente aprovado pelo segmento proponente e de acordo com os itens acima.

§4º- Na ocorrência das hipóteses dos § 2º e 3º deste artigo, o conselheiro suplente completa o mandato do Conselheiro titular.

Art.22 - Cabe ao suplente:

I- substituir o titular em caso de impedimento;

II- completar o mandato do titular em caso de vacância.

Parágrafo Único - Caso algum segmento da comunidade escolar tenha a sua representação diminuída, o conselho providenciara a eleição de novo representante com seu respectivo suplente, no prazo máximo de trinta (30) dias após a vacância.

Art.23 - Os estabelecimentos de ensino público municipal deverão contar com um Conselho Escolar no prazo máximo de um (01) ano, a contar da data da publicação desta lei, ou do efetivo funcionamento da unidade escolar.

Art.24 - O disposto nesta lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo poder publico municipal de passo de Torres.

Art.25 - As situações omissas a esta lei serão tratadas em Regimento Interno dos Conselhos Escolares e, em caso de omissão deste, pelo Secretario Municipal de Educação,

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

ouvida procuradoria do Município.

Art.26 - O Regimento Interno Unificado do Conselho Escolar será aprovado pelos membros dos conselhos, e homologado, por decreto, pelo poder executivo municipal.

Art.27 - A presente lei poderá ser regulamentada mediante decreto do executivo, naquilo que couber.

Art.28 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### Lei Nº 755/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº.755 DE 04 DE AGOSTO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CREDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES DO EXERCÍCIO DE 2011 POR CONTA DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em exercício do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura de Passo de Torres, do Exercício de 2011, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais ), na Atividade relacionada abaixo:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0402 - Ensino Regular

2.011 - Aquisição de Ônibus e Veículos

4.490.00.00.00.00.00.0058 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0402 - Ensino Regular

2.010 - Manutenção do Ensino Regular

3.3.90.00.00.00.00.0058 (34) R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 708/2010 de 15 de Setembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 714/2010 de 29 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito especial constante da presente Lei.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 04 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 056/2011**

PORTARIA Nº 056, DE 29 DE JULHO DE 2011.

"DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, NOMEIA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Nº 118, de 13 de Outubro de 1994;

CONSIDERANDO, o teor da Comunicação Nº 001/2011 de 18 de julho de 2011 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, onde descreve que houve o pagamento de R\$ 64.347,77 (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos ), referente a reforma de Retroescavadeira Case a Empresa Luciano dos Santos Flores, CNPJ 10.726.175/0001-34, sem a devida liquidação da despesa.

CONSIDERANDO, ainda, que tal atitude fere a Lei 4.320/64.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo de apurar os fatos antes descritos, com a apresentação de relatório conclusivo no prazo de 60 dias, a contar da data de sua Instalação, prorrogáveis por até 30 dias.

Art. 2º - Nomear Comissão Disciplinar, a qual será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Vera Regina Bueno Lopes;

Membro : Luis Antonio Schneider da Costa

Membro: Alessandra Rodrigues Luiz.

Parágrafo Único - Compete à referida Comissão apurar os fatos que originaram a presente Portaria, devendo proceder de acordo com o estabelecido no Art. 164 e seguintes da Lei Nº 118/94.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 29 de Julho de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 29 de Julho de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 057/2011**

PORTARIA Nº 057, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, FATIMA DOS SANTOS RODRIGUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Fátima dos Santos Rodrigues, referente ao período aquisitivo de 13/12/2004 à 12/12/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 058/2011**

PORTARIA Nº 058, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOELSON DA SILVA REZENDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".



Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Joelson da Silva Rezende, referente ao período aquisitivo de 05/01/2003 à 04/01/2008.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 059/2011**

PORTARIA Nº 059, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, VERA REGINA BUENO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Vera Regina Bueno Lopes, referente ao período aquisitivo de 16/12/1999 à 15/12/2004.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 060/2011**

PORTARIA Nº 060, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Maria de Lourdes dos Santos, referente ao período aquisitivo de 18/03/2006 à 17/03/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 061/2011**

PORTARIA Nº 061, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE FÉRIAS AOS `SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1 - Conceder férias aos servidores público municipal, abaixo relacionados no período de 01 /08/2011 à 30/08/2011 e 02/08/2011 à 31/08/2011 referente aos respectivos períodos aquisitivo em referencia:

-Venicio Pereira de Souza - Período Aquisitivo: 05/03/2008 à 04/03/2009;  
- Marta Dutra dos Santos - Período Aquisitivo: 02/07/2010 à 01/07/2011;  
- Milton Santana Antonio - Período Aquisitivo: 30/10/2009 à 29/10/2010;  
- Marinelma G. Scheffer - Período Aquisitivo: 04/02/2008 à 03/02/2009;  
- Elizandra da Silva Martins - Período Aquisitivo: 21/06/2010 à 20/06/2011;  
- Silvia Mª Andrioli da Silva - Período Aquisitivo: 14/05/2010 à 13/05/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.



EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 062/2011**

PORTARIA Nº 062, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº037 DE 01 DE ABRIL DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Carla Simone Fragoso da Silva que trata o artigo 1º da Portaria nº 037 de 01 de abril de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 063/2011**

PORTARIA Nº 063, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº038 DE 01 DE ABRIL DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica suspensa a designação do Servidor Luiz Antonio Schneider da Costa, que trata o artigo 1º da Portaria nº 038 de 01 de abril de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 064/2011**

PORTARIA Nº 064, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

“DESIGNA SIMONI LEMOS FERNANDES SCHOEFFER, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA EXERCER FUNÇÕES DE

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 736/2011 .

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar Simoni Lemos Fernandes Schoeffer, Professor em caráter efetivo, para exercer a função de Orientador Educacional, na Escola Municipal Manoel Rodrigues da Silva, de acordo com a Lei Municipal Nº.736/2011 .

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação de exercício de cargo técnico estabelecida no artigo 36 da Lei 736/2011, ficando suspenso quando findar a execução da função mencionado no caput do artigo 1º.

Art. 3º - A referida servidora não fará jus a regência de classe.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 065/2011**

PORTARIA Nº 065, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

“DESIGNA ALESSANDRA RODRIGUES LUIZ, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA EXERCER FUNÇÕES DE SUPERVISÃO ESCOLAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 736/2011 .

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar Alessandra Rodrigues Luiz, Professor em caráter efetivo, para exercer a função de Supervisão Escolar, na Escola Municipal Manoel Rodrigues da Silva, de acordo com a Lei Municipal Nº.736/2011 .

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação de exercício de cargo técnico estabelecida no artigo 36 da Lei 736/2011, ficando suspenso quando findar a execução da função mencionado no caput do artigo 1º.

Art. 3º - A referida servidora não fará jus a regência de classe.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 066/2011**

PORTARIA Nº 066, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"DESIGNA MAIRA DA SILVA PACHECO SANTOS, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA EXERCER FUNÇÕES DE SUPERVISÃO ESCOLAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 736/2011 .

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar Maira da Silva Pacheco, Professor em caráter efetivo, para exercer a função de Supervisão Escolar, na Escola Municipal Manoel Rodrigues da Silva, de acordo com a Lei Municipal Nº.736/2011 .

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação de exercício de cargo técnico estabelecida no artigo 36 da Lei 736/2011, ficando suspenso quando findar a execução da função mencionado no caput do artigo 1º.

Art. 3º - A referida servidora não fará jus a regência de classe.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 067/2011**

PORTARIA Nº 067, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ADRIANA SCHEFFER HESPANHOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Adriana Scheffer Hespagnol, referente ao período aquisitivo de 22/07/2002 à 21/07/2007.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 068/2011**

PORTARIA Nº 068, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CARINA SILVEIRA PORTO PERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Carina Silveira Porto Peres, referente ao período aquisitivo de 22/07/2002 à 21/07/2007.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

**Portaria Nº 069/2011**

PORTARIA Nº 069, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROSA PERPETUA JORGE SCHARDOSIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Rosa Perpetua Jorge Schardosim, referente ao período aquisitivo de 01/08/2002 à 01/01/2008.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/08/2011 e terminará em 29/10/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

## Porto União

### PREFEITURA

#### Edital de Convocação Nº 035/2011 -

Edital de convocação 035/2011

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 12/08/2011 a 19/08/2011, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Diretoria de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - DISTRITO DE SANTA CRUZ DO TIMBÓ

NOME	CLAS	ASSINATURA
JOSE TOBIAS STEIN	2º	
RENATO DOS SANTOS	3º	

Porto União (SC), 11 de agosto de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

#### Edital de Convocação Nº 036/2011

Edital de convocação 036/2011

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 12/08/2011 a 19/08/2011, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Diretoria de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS - NIVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA
MARCIO BURAK	8º	

Porto União (SC), 11 de agosto de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 624/2011**

DECRETO Nº. 624, de 02 de agosto de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATIVIDADE 2011 - Programa de Alimentação Escolar-Ensino Fundamental  
MODALIDADE 3390-100 - Aplicações Diretas 01 20.000,00

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Serviços Administrativos de Ensino  
MODALIDADE 3390-100 - Aplicações Diretas 60 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no Exercício 2010 na Fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de agosto de 2011.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto Nº 627/2011**

DECRETO Nº 627, de 10 de agosto de 2011.

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o Decreto nº 573, de 10 de maio de 2011 e a Portaria nº 016, de 10 de maio de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno da III Conferência Municipal de Saúde, discutido e aprovado pelos membros participantes no dia 09 de junho de 2011, que com este é baixado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2011.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO UNIÃO

REGIMENTO GERAL

**CAPÍTULO I**

Dos Objetivos

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde de PORTO UNIÃO convocada, pelo Decreto Municipal nº 573, de 10 de maio de 2011, terá por finalidade reorganizar o modelo de atenção à saúde com base na participação popular, através da discussão dos problemas de Saúde do Município e da proposição de diretrizes para atualizar o Plano Municipal de Saúde, seguindo os termos da Lei nº. 8.080/90 e da Resolução nº 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde, tem por objetivos:

I- impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde garantidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, na perspectiva do fortalecimento da Reforma Sanitária;

II- avaliar o SUS e propor condições de acesso à saúde, ao acolhimento e à qualidade da atenção integral;

III- definir diretrizes e prioridades para as políticas de saúde, com base nas garantias constitucionais da Seguridade Social, no marco do conceito ampliado e associado aos Direitos Humanos;

IV- fortalecer o Controle Social no SUS e garantir formas de participação dos diversos setores da sociedade;

V- eleger delegados para representar o município na instância estadual da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Parágrafo único. Somente poderão ser votados para representar o município na instância estadual da 14ª Conferência Nacional, os delegados que estiverem presentes no momento da eleição, não podendo deixar substituto no local para este fim.

**CAPÍTULO II**

Da Realização

Art. 2º A 3ª Conferência Municipal de Saúde será realizada nos dias 08 e 09 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Conferência será realizada no Centro Cultural 25 de Julho sob os auspícios da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde.

**CAPÍTULO III**

Do Temário

Art. 3º Nos termos do Decreto Municipal nº 573, de 10 de maio 2011 e da Portaria nº 016, de 10 de maio de 2011 a Conferência terá como tema básico:

“TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO”.

Art. 4º Além do temário central a Conferência terá como sub-temas:

- Política de Saúde na Seguridade Social, Segundo os Princípios da Integralidade, Universalidade e Equidade;

- Participação da Comunidade e Controle Social;

- Gestão do SUS (Financiamento; Pacto pela Saúde e Relação Público x Privado; Gestão do Sistema, do Trabalho e da Educação em Saúde).

Art. 5º A abordagem do temário será realizada por exposição de



no mínimo 01 (um) conferencista, seguida de discussão na plenária e posterior discussão nos grupos de trabalho.

Parágrafo único. Os membros presentes previamente convidados serão subdivididos em três grupos que abordarão os sub-temas, sendo que cada grupo de trabalho terá um coordenador e um relator eleito pelo próprio grupo, tendo presente no mínimo um facilitador disponibilizado pela Comissão Organizadora.

Art. 6º Será facultado a quaisquer dos membros da Conferência, por Ordem e mediante prévia inscrição à mesa de trabalhos manifestarem-se verbalmente ou por escrito durante o período de debates, através de perguntas ou observações pertinentes ao tema.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Organização da Conferência

Art. 7º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde (Presidente da Conferência) e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Artigo 8º A Conferência Municipal de Saúde terá como membros da Comissão Organizadora:

Presidente de Honra: Renato Stasiak

Presidente: Jair Giraldi

Coordenador Geral: Dra. Fernanda Rech Gomes Gregol

Coordenadores Adjuntos:

Simão Ilczyszyn

Ilse Simioni

Luiz Fernando Stacechen

Nilza Custódio Michelotto

Eveli da Costa Silva

Neilor Grabovski

Márcia Maria Baggio Caus

Secretária Executiva: Eliane Bradoski dos Santos;

Franciele Aparecida Locatelli

Tesoureiros: Carlos Henrique Serrer e

Rodrigo Fernando dos Santos

Secretária de Credenciamento:

Idelgarnet de Andrade;

Eliane Maria Schneck Bortolon;

Viviane Glaza;

Alice Christiane do Nascimento Sczemberg

Secretaria de Divulgação e Comunicação:

Camila Godoi

Eduardo Ilha Bagolin

Claudio Budal

Relator Geral: Daniel Benoni

Relator Adjunto: Gustavo Abraão Ribas

Art. 9º As diversas subdivisões da referida Comissão terão as seguintes funções:

Coordenador geral: assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma. Coordenadores Adjuntos: auxiliar os coordenadores e se responsabilizar pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento.

Secretário Executivo: encaminhar as solicitações das diversas subseções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Tesoureiro: ordenar as receitas e despesas da Conferência.

Relator Geral e Adjunto: elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados e elaborar o relatório final da Conferência.

Secretário de credenciamento: responder pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficar à disposição até o dia 07 de junho de 2011 na sede da Secretaria Municipal de Saúde, e durante a Conferência nos dias 08 e 09 de junho de 2011, na sede do Clube 25 de julho; e após a Conferência na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos delegados.

Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregar de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Cronometrista: caberá ao cronometrista cumprir os horários estabelecidos neste regimento e fazer cumprir a pauta do dia.

Parágrafo único. A mesa de trabalhos será presidida pelo Coordenador Geral da Conferência, secretários e cronometristas.

#### CAPÍTULO V

##### Dos Membros

Art. 10. Poderão inscrever-se como membros da Conferência, todas as pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento da Política de Saúde, na condição de:

- a) Delegados;
- b) Participantes,e
- c) Convidados.

§ 1º Os membros inscritos como Delegados terão direito a voz e voto; os participantes terão apenas direito a voz, assim como os convidados.

§ 2º Como participantes inscrever-se-ão membros credenciados de associações, instituições públicas, entidades de classe e de representação da sociedade civil.

§ 3º Poderão ser convidadas entidades e ou representantes de outras cidades e ou instituições Estaduais e Nacionais, como participantes ou conferencistas.

Art. 11. A Conferência Municipal de Saúde será constituída por:

I- delegados: A III Conferência Municipal de Saúde terá 120 (cento e vinte) delegados distribuídos da seguinte forma: 60 (sessenta) do segmento usuário e 60 (sessenta) dos demais segmentos, sendo estes, representantes de entidades e instituições públicas e/ou privadas, movimentos populares e sociais organizados, comissões especiais conforme a Lei nº 8.142/90;

II- participantes: Todo e qualquer cidadão interessado nas questões de saúde;

III- convidados.

Parágrafo único. Nos termos do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a representação dos delegados do segmento usuário em todas as Etapas da 14ª Conferência Nacional de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação:

I- 50% dos participantes serão representantes dos usuários;

II- 50% dos participantes serão divididos em: 1/3 para representantes dos prestadores de serviços, 1/3 para representantes dos gestores e 1/3 para representantes dos profissionais da saúde.

#### SEÇÃO I

##### Dos Delegados

Art. 12. Tomarão parte da Conferência na condição de Delegado:

I- titulares ou representantes, formalmente credenciados, de instituições governamentais (municipais, estaduais e federais);



II- titulares ou representantes, formalmente credenciados, instituições prestadoras de serviço de saúde, públicas e privadas;  
III- titulares ou representantes, formalmente credenciados, de entidades de representação dos trabalhadores da área de saúde;  
IV- representantes de usuários; organizações sindicais de trabalhadores rurais e urbanos; entidades patronais, associações comunitárias ou de moradores; clube de serviço; partidos políticos; organizações estudantis; conselhos de pais; assim como outras instituições da sociedade civil organizada que não se incluam nos itens anteriores.

§ 1º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde são membros natos da Conferência.

§ 2º Os delegados titulares e suplentes representantes das comunidades rurais serão escolhidos nas pré-conferências realizadas com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º Nos termos do Artigo 1º da Lei 8.142/90, a representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde.

Art. 13. A secretaria do evento funcionará na Secretaria Municipal da Saúde até o dia 14 de junho de 2011 e no Centro Cultural 25 de Julho nos dias 08 e 09 de junho de 2011.

Art. 14. Os delegados das instituições deverão se inscrever mediante a ficha de inscrição enviada pela Secretaria da Saúde.

Art. 15. A plenária final da Conferência terá como objetivos:

- a) Apreciar e submeter à votação a síntese das discussões do Temário Central que tenham relatórios finais apresentados pelos grupos de trabalho;
- b) Aprovar as diretrizes da Política Municipal de Saúde para os próximos 2 (dois) anos;
- c) Eleger 8 (oito) delegados com a finalidade de participação na Conferência Estadual de Saúde.

Parágrafo único. Do total de delegados eleitos para participar de Conferência Estadual (oito), 50% (quatro) deverão representar os usuários e 50% (quatro) serão divididos entre prestadores de serviço privado (um), prestadores de serviço público (um), e profissionais da área (dois), sendo um representante governamental e um não governamental.

Art. 16. Participarão da Plenária Final os delegados e participantes credenciados, sendo que os delegados terão direito a voz e voto e os participantes apenas a voz.

Parágrafo único. Apenas os delegados poderão pedir destaques de propostas.

Art. 17. A mesa de trabalhos será responsável pela condução das propostas elencadas pelos grupos, com possíveis destaques, réplica e tréplica.

Parágrafo único. Os destaques, réplica e tréplica terão o tempo limitado de um (1) minuto respectivamente.

Art. 18. A apreciação e votação das propostas consolidadas nos relatórios terão o seguinte encaminhamento:

I- a Comissão Relatora procederá a leitura do Relatório Geral de modo que o pontos de divergência possam ser identificados como destaques para serem apreciados, no final da leitura por ordem de apresentação;

II- a aprovação das propostas será por maioria simples dos

delegados presentes.

Art. 19. A plenária é soberana à mesa e lhe será facultada questionamentos pela ordem à mesa, sempre que, a critério dos participantes, não se esteja cumprindo o regulamento.

Parágrafo único. Os pedidos de questão de ordem, poderão ser feitos a qualquer tempo, exceto durante o período de votação, desde que a mesa tenha submetido à apreciação da plenária os anteriormente feitos.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Gerais

Art. 20. Será fornecido certificados a todos os participantes de acordo com sua categoria:

I- em caso do participante ser funcionário público municipal, a ausência ao trabalho será considerada justificada mediante apresentação do documento mencionado no "caput" deste artigo;  
II- em caso de o participante ser funcionário privado, a ausência ao trabalho será justificado mediante apresentação do documento "certificado", sendo facultativo à empresa conforme determinação interna da mesma.

Art. 21. As decisões administrativas e de funcionamento durante a Conferência serão tomada pela Comissão Organizadora, que deverá prestar contas de todos os gastos de receitas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o término dos trabalhos, sendo facultado a todos os participantes, ou não, da Conferência o acesso às contas e documentos probatórios.

Este Regimento, foi elaborado pelos membros participantes da III Conferência de Saúde em 09 de junho de 2011.

Porto União (SC), 09 de junho de 2011.

JAIR GIRALDI

Secretário de Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde

## Portaria Nº 032/2011

PORTARIA Nº 032, de 12 de agosto de 2011.

Dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Porto União no dia 06 de setembro do corrente ano, excluídos desta previsão os expedientes nas repartições cujos serviços não admitam paralisação.

§ 1º Torna obrigatória a compensação de horas àquelas repartições alcançadas pelo disposto no caput deste artigo.

§ 2º A compensação de horas será efetuada com o acréscimo de 1h (uma hora) no início da jornada de trabalho dos servidores municipais durante os dias 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16 e 19 de setembro do corrente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Portaria Nº 747/2011 - RH

PORTARIA Nº 747, de 04 de julho de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

#### RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO, a Servidora efetiva Annelore Wilke Cendron, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "07", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2011.

Porto União - SC, em 04 de julho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

## Rio do Sul

### PREFEITURA

### Ata de Registro de Preço 058/2011

3ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 058/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos onze (11) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e onze (2011), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO CENTRO LTDA., estabelecida na Al. Aristiliano Ramos, 11, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Gerente, Sr. Deonísio Bilinski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 143/2010 de 09/12/2010, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01

Fornecedor: Posto Centro Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2,74 (dois reais e setenta e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Gasolina comum.	2,74

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

DEONÍSIO BILINSKI

Sócio Administrador

mk

### Ata de Registro de Preço 118/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 118/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos oito (08) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa LZK Construtora Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.977/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de 1.900 toneladas de concreto asfáltico usinado a quente para manutenção de ruas asfaltadas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

#### ITEM 01

Fornecedor: LZK Construtora Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ)	178,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de julho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

FERNANDO LAZAREK

Sócio Administrador

### 228/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 228/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com

sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FERNANDO GUEDES DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 005.222.909-22, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Rua JORGE THEINDL, 167 SUMARE, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Médico Psiquiatra CAPS, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no CAPS, para atender programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.200,00(Quatro mil e duzentos reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**Parágrafo único -** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/03/2011 e encerrando-se em 01/09/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de Março de 2011.  
VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

FERNANDO GUEDES DE OLIVEIRA  
Contratado (a)

## 245/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 245/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT portador(a) do CPF nº 821.641.009-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Rua CHILE, s/n Salto Pilão, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI MARIA JOSE STRAMOSK, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso publico, ate realização de novo concurso.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.604,17(mil seiscentos e quatro reais e dezessete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**Parágrafo único -** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/04/2011 e encerrando-se em 08/07/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de Abril de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração

ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT  
Contratado (a)

## 287/2011

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO portador(a) do CPF nº 020.924.739-80, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Rua Pref. Wenceslau Borini, 2248 Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Geografia, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Willy Schleumer, em substituição a Maurício Visentainer (em licença para tratamento de saúde).

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 802,08(oitocentos e dois reais e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**Parágrafo único -** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/07/2011 e encerrando-se em 29/09/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias

próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de julho de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração

SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO  
Contratado (a)

## Resumo de Aditivo 054/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 054/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 042/2011  
Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS ANGELO TOMIO E BULÇÃO VIANA EM RIO DO SUL  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 05 de agosto de 2011.

Rio do Sul, 11 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

## Resumo de Aditivo 055/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 055/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 041/2011  
Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA SD E BECO SD NO BAIRRO JARDIM AMÉRIA EM RIO DO SUL  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a



CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 05 de agosto de 2011.

Rio do Sul, 11 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Aditivo 056/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 056/2011  
Pregão Presencial nº 046/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: SULANDIA PRESENTES E CONFECÇÕES LTDA  
Do Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PERMANENTES PARA UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.  
Do Acréscimo: Fica acrescido ao edital em referência os seguintes itens:

Item 02 (Gangorra), numa quantidade de 16 Un., ficando num valor total de R\$ 1.438,40 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), conforme justificativa em anexo;  
Item 03 (Cercadinho), numa quantidade de 08 Un., ficando num valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme justificativa em anexo;  
Item 04 (Bola pula pula), numa quantidade de 16 Un., ficando num valor total de R\$ 639,20 (seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos), conforme justificativa em anexo;  
Item 05 (Triciclo), numa quantidade de 24 Un., ficando num valor total de R\$ 1.126,80 (um mil, cento e vinte e seis reais e oitenta centavos), conforme justificativa em anexo.

Rio do Sul, 11 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Aditivo 057/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 057/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 024/2011  
Tomada de Preços nº 011/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. ME  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE GALERIA TUBULAR DE CONCRETO NA RUA FRANCISCO FERRARI, FUNDO CANOAS  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 26 de julho de 2011.

Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 7.508,53 (sete mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e três centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 11 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Aditivo 059/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 059/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 038/2011  
Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS PARA REPAVIMENTAÇÃO COM MICRO REVESTIMENTO ASFÁLTICA A FRIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AL. ARISTILIANO RAMOS, CENTRO E JARDIM AMÉRICA  
Da Supressão: Fica suprimidos os itens 1.1 a 1.6 da planilha contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo uma supressão de R\$ 68.795,00 (sessenta e oito mil e setecentos e noventa e cinco reais), conforme planilha anexa.

Do Acréscimo: Fica acrescida os itens 4.1 a 4.4 da planilha contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de R\$ 148.510,11 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos e dez reais e onze centavos), conforme planilha anexa.

Rio do Sul, 14 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Aditivo 060/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 060/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 047/2010  
Tomada de Preços nº 029/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS PARA DRENAGEM URBANA  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 22 de setembro de 2011.

Rio do Sul, 26 de junho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Aditivo 061/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 061/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 069/2011  
Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: NEMA ELETROTÉCNICA LTDA.  
Do Objeto: SERVIÇOS DE INFRA ESTRUTURA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREVENTIVAS DO PAVILHÃO HERMANN PURNHAGEM  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 27 de agosto de 2011.

Rio do Sul, 25 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Aditivo 062/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 062/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 071/2011  
Concorrência nº 023/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.  
Do Objeto: AQUISIÇÃO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS SEMAFÓRICOS PARA INSTALAÇÃO NOS CRUZAMENTOS DAS: AV. IVO SILVEIRA, RUA JACÓ FINARDI, AV. IVO SILVEIRA, RUA WENCESLAU



BORINI E AL. BELA ALIANÇA E RUA PRESID. KENNEDY NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 157 (cento e cinquenta e sete) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2011.

Rio do Sul, 25 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 112/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 112/2011

Carta Convite nº 068/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Gutjhar Ltda

Objeto: execução de sistema preventivo de incêndio, proteção contra descargas atmosféricas e sistema hidráulico preventivo, com área de 1.221,65m², nas dependências do Centro de Convivência de Idosos, localizada na rua Verde Vale, 70, Canta Galo em Rio do Sul

Valor: R\$ 58.265,92 (cinquenta e oito mil e duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 113/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 113/2011

Carta Convite nº 074/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: TONON ESTRUTURA METÁLICAS LTDA.

Objeto: execução de cobertura metálica da parte externa de 109,00m², nas dependências do Centro Educacional Pedro dos Santos, localizada na rua Voluntários da Pátria, 146, Canoas em Rio do Sul

Valor: R\$ 11.303,00 (onze mil e trezentos e três reais).

Prazo de Entrega: 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 06 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 114/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2011

Carta Convite nº 081/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: INDESI BRASIL - Instituto de Desenvolvimento e Inovação da Gestão Pública.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA AO FISCO MUNICIPAL NA AUDITORIA E NO LEVANTAMENTO, IDENTIFICAÇÃO E APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS E OUTROS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS RELACIONADOS AO ARRENDAMENTO MERCANTIL DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), sendo em 06 (seis) parcelas de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Prazo de Entrega: 180 (cento e oitenta) dias acordo com a solicitação através de ordem de serviços.

Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 14 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 115/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 115/2011

Dispensa de Licitação no inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Gutjhar Ltda

Objeto: execução da reforma da guarita de acesso ao Centro de Eventos Hermann Purnhagem, localizada na rua Prefeito Wenceslau Borini, Canta Galo em Rio do Sul

Valor: R\$ 12.443,25 (doze mil e quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 116/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 116/2011

Dispensa de Licitação no inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Gutjhar Ltda

Objeto: execução da reforma do hall de entrada do acesso ao Centro de Eventos Hermann Purnhagem, localizada na rua Prefeito Wenceslau Borini, Canta Galo em Rio do Sul

Valor: R\$ 14.870,22 (quatorze mil e oitocentos e setenta reais e vinte e dois centavos).

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após a entrega da Nota

Fiscal  
Recurso: Próprio  
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 117/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 117/2011  
Dispensa de Licitação no inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: Construtora Gutjhar Ltda  
Objeto: execução da reconstrução de um muro de contenção, localizada no Centro Educacional Infantil Ilse Soldatelli em Rio do Sul  
Valor: R\$ 13.468,22 (treze mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos)  
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.  
Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal  
Recurso: Próprio  
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 119/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 119/2011  
Carta Convite nº 083/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: Carta Convite nº 083/2011  
Objeto: execução de muro de pedras de arenito, com área de 110,90m², no Centro Educacional Ricardo Marchi, localizada na rua Eugênio Marchi, bairro Santa Rita em Rio do Sul  
Valor: R\$ 32.333,33 (trinta e dois mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).  
Prazo de Entrega: 120 (cento e vinte) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.  
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal  
Recurso: Próprio  
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 28 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 120/2011

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 120/2011  
Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: CAROLINA FERNANDA KUHL

Objeto: elaboração dos projetos referentes à edificação CEI Pinquinho de Gente,  
Valor: R\$ 7.900,00 ( sete mil novecentos reais)  
Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.  
Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal  
Recurso: Próprio  
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de junho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 0559/2011

PORTARIA Nº. 0562/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 04/08/2011 a 10/08/2011, de acordo com o Art. 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor SAULO ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, conforme certidões de nascimentos n.º 0039232 93 e nº 0039233 91 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de BRUNO ANDRADE e VINICIUS ANDRADE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Agosto de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

### Portaria Nº 0562/2011

PORTARIA Nº. 0559/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o §1º do Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor SAULO ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, conforme certidões de nascimentos n.º 0039232 93 e nº 0039233 91 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de BRUNO ANDRADE e VINICIUS ANDRADE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Agosto de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 629**

RESOLUÇÃO Nº 629, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza pagamento de ½ (meia) diária e indenização de transporte a vereador

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária ao Vereador Dionísio Maçaneiro, no valor de R\$ 121,97 (cento e vinte e um reais e noventa e sete centavos), para participar do "Encontro Estadual de Vereadores", promovido pela União dos Vereadores de Santa Catarina - UVESC, nos dias 18 e 19 de agosto do corrente ano, na cidade de Blumenau - SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Blumenau será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Vice Presidente da Mesa

DIÓGENES DELLA GIUSTINA

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Aviso de Licitação 106/2011**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/08/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 76/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC PARA DREAGEM .Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Extrato do Termo de Compromisso de Estágio Nº 001, de 08 de Agosto de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 001, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

UNIDADE CONCEDENTE: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

ESTAGIÁRIO: Jhone dos Passos

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Faculdade Mater Dei, CNPJ nº

78.243.599/0002-62.

VALOR: Bolsa mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas semanais.

DATA DA ASSINATURA: 08 de agosto de 2011.

VIGÊNCIA: A vigência será da data da assinatura até 20 de dezembro de 2012.

SIGNATÁRIOS: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Jhone dos Passos - Estagiário, e Ivone Maria Pretto Guerra - pela Faculdade Mater Dei.

**São Pedro de Alcântara****PREFEITURA****Contrato de Prestação de Serviço N.º 091/2011**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 091/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de oito horas de som volante, comunicando os munícipes a participar da cerimônia de inauguração da recuperação da Ciclovia Arnoldo Victor da Silva e da Praça Osni Bernardino Pereira, dia 13 de agosto de 2011 às 10h.

O serviço será realizado no dia 12 de agosto de 2011.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 256,00 (duzentos e cinquenta e seis reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 12/08/2011.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos,

as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de agosto de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

### **Contrato de Prestação de Serviço Nº 090/2011**

CONTRATO Nº 090/2011

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e. Sr. ALMIR MIRINHO DA SILVA, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. DANILO BARBOSA, residente na Rua Bons Amigos, 42, Flor di Nápoles - São José - SC, portador do RG: 837874, inscrito no CPF sob nº. 499.634.909-30, Pasep nº 1.225.397.159-8, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de músico para Confraternização dos Grupos de Idosos, a realizar-se nos dias 10/08/2011, 16/08/11 e 31/08/2011 no Município de São Pedro de Alcântara.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço de músico definido no objeto o valor total de R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais). O pagamento será efetuado em três parcelas no valor de R\$ 188,00 (cento e oitenta e oito reais) a cada evento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste Contrato será de apenas um dia, ou seja, 10/08/2011 a 31/08/2011

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 9 de agosto de 2011.

CONTRATANTE      CONTRATADO

### **Contrato de Prestação de Serviço Nº 092/2011**

CONTRATO Nº 092/2011

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. VALMIR SCHEIMANN, residente na Rua Fermina dos Passos Meinchein - Boa Parada - São Pedro de Alcântara - SC, inscrito no CPF sob nº 753.148.519.20, Pasep nº. 124.36.707.091, doravante denominada contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de mão de obra a execução de uma mureta de tijolos a vista de 1,40x 0,60 x 1,10, para colocação de placas da Praça Osni Bernardino e Ciclovia Arnoldo Vitor da Silva..

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço de mão de obra definido no objeto deste, o valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais)

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste Contrato será de 10/08/2011 a 12/08/2011.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 10 de agosto de 2011.

CONTRATANTE      CONTRATADO

### **Decreto n.º 092/2011**

DECRETO n.º 092/2011

EXONERA FRANCIELI FRANCESKA BARBOSA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELI FRANCESKA BARBOSA do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN



Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### **Decreto Nº90/2011**

DECRETO Nº90/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

#### **04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.04.2005 - Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 17.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 12 de agosto de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

### **Portaria N.º 284/2011**

PORTARIA N.º 284/2011

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 10/07/2008 por Concurso Público.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 10/07/2008, por Concurso Público nº. 001/2007, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

- JANICE DE FREITAS.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### **Portaria n.º 285/2011**

PORTARIA n.º 285/2011

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA QUE MENCIONA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

- JANICE DE FREITAS - AGENTE ADMINISTRATIVO - LETRA B.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### **Portaria n.º 286/2011**

PORTARIA n.º 286/2011

Concede férias a servidora JANICE DE FREITAS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias por 30 dias que gozará a partir de 15/08/2011 a 13/09/2011, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### **Portaria n.º 287/2011**

PORTARIA n.º 287/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora FABIANA DE ANDRADE, pelo período de 04 (quatro) dias, a contar da data de 09/08/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,



retroagindo seus efeitos a partir de 09/08/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Schroeder**

**PREFEITURA**

### Extrato de Contrato Nº. 125/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 125/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 37/2011-PMS - Processo nº. 107/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TIRONI CONSULTORA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.654.705/0001-34, estabelecida na Rua Padre Francken, nº. 174, sala 02, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada para serviços de engenharia e assessoria, correspondentes às atividades necessárias para viabilização do processo de licenciamento ambiental (LAP e LAI) da abertura da Avenida dos Imigrantes no Município de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Contratação de empresa especializada para serviços de engenharia e assessoria, correspondentes às atividades necessárias para viabilização do processo de licenciamento ambiental (LAP e LAI) da abertura da Avenida dos Imigrantes no Município de Schroeder/SC, sendo: a) Assessoria ambiental para viabilização do licenciamento prévio (LAP) e de instalação (LAI) para execução da obra de abertura da Avenida Imigrantes. b) Elaboração de estudo ambiental simplificado - EAS, conforme resolução CONSEMA 01/2006 e 03/2008, requerendo a Fundação do Meio Ambiente - FATIMA, Licença Ambiental Prévia(LAP) e Licença Ambiental de Instalação(LAI). c) Processo de supressão de vegetação de trechos da Avenida, requerendo a Fundação do Meio Ambiente - FATIMA a Autorização de Corte de Vegetação (AuC).	1	Unidade	14.350,00	14.350,00
TOTAL R\$					14.350,00

Valor do contrato: R\$ 14.350,00 (Quatorze mil trezentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 15/08/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 126/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 126/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 38/2011-PMS - Processo nº. 110/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ANELISE COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE DECORAÇÕES E ARTIGOS EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.340.561/0001-90, estabelecida na Rua 28 de agosto, nº 1199, sala 01, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em decoração com balões para o Ginásio de Esportes Alfredo Pasold no Evento Criança em Dança, que será realizado no dia 10 de setembro do corrente ano, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Flor grande de chão com 350 balões cada	4	Unidade	50,00	200,00
02	Flor media de chão com 300 balões cada	8	Unidade	35,00	280,00
03	Flor pequena de chão com 180 balões cada	10	Unidade	10,00	100,00
04	Flores pendurados com 200 balões cada	10	Unidade	6,00	60,00
05	Arco com armação de ferro para o fundo com 550 balões	1	Unidade	350,00	350,00
06	Correntes com 2000 balões cada.	10	Unidade	100,00	1.000,00
TOTAL R\$					1.990,00

Valor do contrato: R\$ 1.990,00 (Um mil novecentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 15/08/2011 - Vigência: 15/10/2011

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 002293/11 de 5 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 002293/11 DE 5 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.939,16 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL  
3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.939,16

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
Subtrair superávit financeiro R\$ 3.939,16

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 05 de Agosto de 2011  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### Aviso de Licitação Deserta e Repetição Carta Convite Nº. 04/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO CARTA CONVITE Nº. 04/2011-FAS

PROCESSO Nº. 23/2011-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 15 de agosto de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, para contratação de pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos para prestação de serviços para atender o desenvolvimento da Oficina Percussão e Expressão Corporal com crianças/adolescentes referenciados no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Carta Convite nº. 04/2011-FAS, realizar-se-á em 25 de agosto de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 16 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Aviso de Pregão Presencial No 49/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 49/2011 - PMS

PROCESSO Nº. 108/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em locação e manutenção de impressoras multifuncionais para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de agosto de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de agosto de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 16 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Dispensa Nº 07/2011-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 7/2011 - DL**

**Processo Nr.: 19/2011**  
**Data: 12/08/2011**

Folha: 1/2

**Fornecedor:** A. NEGRI ENGENHARIA LTDA  
**Endereço:** RUA OLIVIO DOMINGOS BRUGNAGO, Nº 238, S1  
**Cidade:** JARAGUÁ DO SUL - SC  
**CNPJ:** 07.713.442/0001-24

**Código:** 10357**Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para análise das instalações elétricas da Unidade de Saúde do Centro, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC,

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada para análise das instalações elétricas da Unidade de Saúde do Centro, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo: "□ Medição com RE 600; "□ Análise geral das instalações; "□ Relatório geral - medições e fotos; "□ Avaliação conjunta com os técnicos da Prefeitura; "□ Tomada de decisão referente às soluções; "□ Proposta de atualização do projeto; "□ Diagrama unifilar do sistema existente; "□ Diagrama unifilar do sistema proposto; "□ ART - Anotação de responsabilidade Técnica Quitada; "□ Acompanhamento da obra.	UN	2.000,00	2.000,00

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" d I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente

**TEXTO**

De acordo com pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social a escolha da empresa é devido ser uma empresa bem conceituada no mercado, para a realização deste serviço, como está Unidade de Saúde foi ampliada em varias etapas e nunca foi tomado o devido cuidado com a fiação elétrica, vem acontecendo muitas quedas de energia, ocasionando a queima de aparelhos causando muitos transtornos na secretaria.

SCHROEDER, 12 de Agosto de 2011

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 7/2011 - DL****Processo Nr.: 19/2011****Data: 12/08/2011**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 5 de Agosto de 2011

**Valor da Despesa:** 2.000,00 (dois mil reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Bruna Tanisa Moreira**

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BRUNA TANISA MOREIRA, inscrita no CPF sob nº. 050.039.809-73, aprovada em 12º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE EXPEDIENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 15 de setembro de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 15 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Concurso Público nº. 001/2010-GAB/PMS - Dayanne do Prado**

Convocação Concurso Público nº. 001/2010-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DAYANNE DO PRADO, inscrita no CPF sob nº. 059.057.509-04, aprovada em 17º lugar no Concurso Público nº. 001/2010-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 15 de setembro de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 12.2.1.

Schroeder (SC), 15 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Edital 006/2011 - Eleição de Membros do Conselho Tutelar de Schroeder(SC) e Convocação para Formação do Colégio Eleitoral**

EDITAL 006/2011 - ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER(SC) E CONVOCÇÃO PARA FORMAÇÃO DO COLÉGIO ELEITORAL

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público que estão abertas as inscrições para formação de Colégio Eleitoral e escolha dos membros do Conselho Tutelar de Schroeder, sendo que dos 05 (cinco) membros previstos em lei, serão neste procedimento eleitos 02 (dois) titulares e a partir do 3º (terceiro) mais votado serão considerados suplentes.

**ITEM 1 - DAS ATRIBUIÇÕES:****1.1 São Atribuições do Conselho Tutelar:**

a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 131, Lei Federal 8.069/90), instalado nos termos de resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e regulamentado por seu regimento interno.

**1.2 São atribuições do Conselheiro Tutelar, nos termos do art. 136 da Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente):**

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- b) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- c) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
  - i. requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
  - ii. representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- d) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- e) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- f) providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto, para o adolescente autor de ato infracional;
- g) expedir notificações;
- h) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- i) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- j) representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- k) representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

**ITEM 2 - DA DESCRIÇÃO DO CARGO:****2.1 - Cargo: Conselheiro Tutelar**

2.2 - Carga Horária: 40 horas ou 20 horas semanais em exercício da função, com plantão emergencial a ser definido com a totalidade dos Conselheiros Tutelares eleitos, com a concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

2.3 - Situação funcional: Lei Municipal nº 1.628 de 11 de dezembro de 2007 e alterações.

2.3.1 - Os membros do Conselho Tutelar, no exercício de seus mandatos, não farão parte do quadro de servidores, e serão remunerados pelo Município, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social por meio do FIA (Fundo Municipal da Infância e da Adolescência).

**2.4 Remuneração dos membros titulares eleitos:**

2.4.1 Para carga horária de 40 horas semanais, o valor é de R\$ 1.025,55 (hum mil e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), valor ao qual se adiciona R\$ 100,10 (cem reais e dez centavos) a título de auxílio-alimentação;

2.4.2 Para carga horária de 20 horas semanais, o valor é R\$ 512,78 (quinhentos e doze reais e setenta e oito centavos), valor ao qual se adiciona R\$ 50,05 (cinquenta reais e cinco centavos) a título de auxílio-alimentação.

2.5 Número de Vagas a serem preenchidas: 01 (uma) titular com carga horária de 40 horas semanais e 01 (uma) titular com carga

horária de 20 horas semanais.

2.6 Prazo do mandato: 03 (três) anos, a partir da data da posse, permitindo-se uma única recondução.

2.7 Aos conselheiros tutelares titulares é devida a contribuição patronal à Previdência Social, não sendo devido, no entanto, o depósito no Fundo de Garantia Sobre o Tempo de Serviço - FGTS

### ITEM 3 - DA ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR:

#### 3.1 Da formação do Colégio Eleitoral:

3.1.1 Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo voto direto, secreto e facultativo, dos membros do Colégio Eleitoral formado por 01 (um) representante de cada entidade não-governamental legalmente constituída no Município de Schroeder (SC), em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

3.1.2 A inscrição do delegado se dará mediante apresentação de ofício emitido pela entidade representativa, acompanhado de fotocópia da identidade do delegado, bem como de documentação relativa à regularidade da entidade não-governamental junto à Prefeitura Municipal de Schroeder(SC), emitida pela Diretoria de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Após a regular inscrição do delegado, o CMDCA expedirá credencial para a participação do mesmo na votação.

3.1.2.1 O recebimento dos ofícios de inscrição de delegados será no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sito a Rua Marechal Castelo Branco 3329, Centro, Schroeder (SC), no período de 18 de agosto de 2011 a 16 de setembro de 2011, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min.

3.1.3 O CMDCA publicará a relação dos delegados com inscrição homologada no endereço e local de inscrição, no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), sendo o comunicado de sua liberação publicado por meio de Edital específico no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em data prevista no cronograma existente no Edital e na página do concurso no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

#### 3.2 Da Inscrição Preliminar dos Candidatos às Vagas de Conselheiro Tutelar:

3.2.1 Poderão concorrer às vagas de Conselheiro Tutelar, os candidatos registrados e que preencham os seguintes critérios:

- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade superior a 21 anos;
- c) portar, o Candidato à vaga, Carteira Nacional de Habilitação;
- d) residir no Município de Schroeder há mais de um ano;
- e) estar em gozo de seus direitos políticos;
- f) apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio;
- g) comprovação de experiência profissional ou voluntária de, no mínimo, 2 (dois) anos em trabalho direto na área da criança, do adolescente e família, nos últimos 5 (cinco) anos;
- h) não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar, nos 5 (cinco) anos antecedentes à eleição;
- i) ser aprovado em avaliação escrita de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e das legislações pertinentes à área da criança e do adolescente.

3.2.2 São documentos necessários para a inscrição preliminar às vagas de Conselheiro Tutelar:

- a) carteira de identidade (cópia autenticada);
- b) comprovante de residência (cópia simples);
- c) diploma de nível médio ou superior (cópia autenticada);
- d) apresentação de curriculum vitae;

e) carteira nacional de habilitação (CNH) para automóvel (cópia autenticada);

f) certidão de regularidade com a justiça eleitoral;

g) título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral (cópia autenticada);

Parágrafo único: caso o candidato não detenha comprovante de residência em seu nome, o mesmo deverá apresentar uma declaração especificando o período em que reside no município, citando 02 (duas) testemunhas com dados pessoais e endereço, para que o CMDCA/Schroeder possa diligenciar comprovando o que foi declarado. A declaração deverá ter firma reconhecida em cartório. A comissão analisará o caso em que o candidato não tiver qualquer comprovação de residência em seu nome, podendo considerar para tanto a certidão.

3.2.3 Para a inscrição da candidatura, o candidato deverá apresentar um requerimento (a ser preenchido no ato da inscrição) acompanhado da documentação citada no item anterior.

3.2.4 O recebimento das inscrições será no período de 18 de agosto de 2011 a 16 de setembro de 2011, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min, na Rua Marechal Castelo Branco, 3329 Centro, (CRAS - Centro de Referência de Assistência Social) Schroeder(SC), tendo como responsável pelo recebimento a Senhora Aneli Fischer ou Sylvania Ferreira.

#### 3.3 Da Publicação das Inscrições Preliminares e da Chamada para a Avaliação Escrita de Conhecimentos Gerais, conforme Item 3.2.1, "i":

3.3.1 Encerrado o prazo para as inscrições preliminares, o CMDCA publicará a relação das inscrições preliminares homologadas, bem como a convocação para a Avaliação prevista no Item 3.2.1, "i", no endereço e local de inscrição, no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), sendo o comunicado de sua liberação publicado por meio de Edital específico no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em data prevista no cronograma existente no Edital e na página do concurso no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

3.3.2 A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade terá prazo de 48 horas para impugnar a candidatura com, base nos critérios do registro de candidatos, oferecendo prova do alegado.

3.3.3 O candidato impugnado terá 48 horas para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da intimação;

3.3.4 O resultado da impugnação dos inscritos também será publicado, em data prevista no cronograma existente no edital, nos moldes do Item 3.3.1 supra.

3.3.5 A avaliação escrita, requisito para a Inscrição Definitiva do Candidato, será composta de 10 (dez) questões objetivas com cinco alternativas de resposta, sendo somente uma correta, valendo 1,0 (um) ponto cada questão respondida corretamente pelo candidato, sendo que o candidato será considerado APTO a inscrever-se definitivamente ao cargo de Conselheiro Tutelar se auferir no mínimo 6,0 (seis) pontos nesta Avaliação. Caso o candidato não alcance tal pontuação, será considerado INAPTO, sendo indeferida sua inscrição definitiva ao cargo de Conselheiro Tutelar.

3.3.5.1 O conteúdo programático específico da avaliação de conhecimentos supra referida será determinado no Edital de Convocação para tal avaliação, e versará sobre a legislação pertinente à criança e ao adolescente, políticas públicas e determinações técnicas concernentes à área.

#### 3.4 Da Publicação das Inscrições Definitivas e da Convocação para o Escrutínio dos Candidatos:

3.4.1 Após a aplicação da avaliação de conhecimentos, será publicado edital com a relação das inscrições definitivas deferidas, bem como a convocação para o escrutínio, pelo Colégio Eleitoral formado, dos candidatos aptos à votação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no sítio da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC) - [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) - para ciência pública.

3.4.2 O escrutínio será realizado em data prevista no cronograma existente no edital e local a ser designado no Edital referido no Item 3.4.1, e será organizado da seguinte maneira:

- a) a mesa receptora e apuradora, que realizará também os trabalhos de apuração dos votos, será composta por um Presidente, um Secretário e dois mesários indicados pelo CMDCA/Schroeder, sendo dois representantes das entidades governamentais e dois representantes das entidades não governamentais;
- b) caberá ao Presidente da mesa receptora e apuradora:
  - i. conferir o material que será utilizado na assembléia de eleição e na apuração;
  - ii. colher as assinaturas dos eleitores na listagem de nominata;
  - iii. realizar juntamente com os demais componentes da mesa a contagem de votos;
- c) caberá aos mesários da mesa receptora e apuradora:
  - i. entregar a cédula dos eleitores;
  - ii. conferir a entrega de votos na urna;
  - iii. realizar juntamente com os demais componentes da mesa a contagem de votos;
  - iiii. assinar a ata da eleição e de apuração;
- d) Será impedido de votar o delegado que não apresentar a credencial e a carteira de identidade ou que apresentar dúvida quanto a sua identidade, sendo tal análise realizada pelos mesários da mesa receptora.

3.4.3 A escolha será por votação secreta, pelos integrantes do Colégio Eleitoral, em cédula aprovada e definida pela Comissão Eleitoral, processo coordenado pelo presidente da mesa receptora e apuradora e fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3.1 Cada delegado terá direito a dois votos;

3.4.3.2 Serão considerados eleitos para o cargo, os dois candidatos mais votados individualmente. A partir do 3º colocado serão suplentes na ordem de pontuação. Será usado como critério de desempate maior idade.

3.4.3.2.1 Os candidatos eleitos, a partir de ordem decrescente, poderão escolher a vaga a qual desejem ocupar, se 40h/s ou 20h/s, tendo preferência de escolha o mais votado.

3.4.3.3 Os candidatos mais votados poderão assumir uma vaga de Conselheiro Tutelar titular, com carga horária de 40 horas semanais e uma vaga de Conselheiro Tutelar titular, com carga horária de 20 horas semanais.

3.4.3.4 Os Conselheiros Tutelares que forem considerados suplentes serão convocados a assumirem a vaga de titular, em caso de vacância da mesma, independentemente da carga horária a que esteja submetida a vaga;

3.4.5 Caso os Conselheiros Tutelares eleitos, por qualquer impossibilidade não puderem assumir o Conselho Tutelar, o CMDCA/Schroeder, poderá solicitar aos demais candidatos participantes do pleito eleitoral, por ordem de votos recebidos a preencher a vaga em aberto durante o mandato vigente.

3.4.6 Quando o Conselheiro Tutelar não puder assumir a vaga, conforme descrito na Lei Municipal nº 1.628/07 e alterações, deverá declarar por escrito ao CMDCA/Schroeder.

3.4.7 Aquele candidato que não conseguir nenhum voto, não

estará apto à assumir qualquer vaga de titular ou suplente no Conselho Tutelar.

#### ITEM 4. DA APURAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO ESCRUTÍNIO:

4.1 A apuração dos votos será realizada imediatamente após o término do escrutínio, devendo ser lavrada ata em que seja consignado, no mínimo, a relação total dos votantes, o número total de votos apurados, o número de votos conferidos a cada um dos candidatos, os votos em branco e os votos nulos.

4.2 Caso não se atinja, no processo eleitoral, o número mínimo de votos válidos correspondentes à metade dos votantes mais um voto, o processo eleitoral deverá ser considerado nulo, devendo o mesmo ser repetido em data a ser divulgada atendendo aos pressupostos legais.

4.2.1 Consideram-se válidos, para fins deste escrutínio, os votos conferidos diretamente a um dos candidatos, descontados os votos em branco e os votos nulos.

4.3 Ao final da apuração, verificando-se o atendimento aos pressupostos do Item 4.2, será lavrada a finalização da ata e proclamado, pelo Presidente da Mesa Receptora e Apuradora, o resultado final da votação, com a respectiva posição de cada candidato.

4.4 O resultado final será submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para homologação, sendo esta homologação submetida ao Prefeito Municipal de Schroeder, para que seja publicado Decreto ratificando os resultados do escrutínio.

#### ITEM 5. DA POSSE E DO EXERCÍCIO:

5.1 A posse dos candidatos eleitos às vagas de Conselheiro Tutelar será realizada nos termos do art. 10, VIII, da Lei Municipal n.º 1.628/2007, conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### ITEM 6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1 Os membros do CMDCA/Schroeder, caso queiram concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar, deverão licenciar-se até o dia 26 de agosto de 2011, sob pena de indeferimento de suas inscrições. Caso sejam eleitos, deverão renunciar ao mandato nesse Conselho;

6.2 Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ficam impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro (a), genro ou nora; irmãos, cunhados, tio (a) e sobrinho (a); padrasto ou madrasta e enteado (a). Entende-se o impedimento do candidato, também em relação à autoridade jurídica, e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

6.3 Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Schroeder, 15 de agosto de 2011.

SILVANIA FERREIRA  
Presidente do CMDCA

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

ANEXO

ETAPAS	DATAS
Publicação do Edital	15/08/11
Período de inscrições Preliminares dos candidatos e delegados	18/08 à 16/09/2011
Publicação das inscrições preliminares homologadas dos candidatos	21/09/2011
Publicação das inscrições homologadas dos delegados	21/09/2011
Prazo de impugnação e recurso quanto a homologação das inscrições preliminares dos candidatos e delegados	22 e 23/09/2011
Prazo para candidato manifestar-se quanto a impugnação da inscrição preliminar	26 e 27/09/2011
Publicação final das inscrições homologadas e convocação para a avaliação escrita	30/09/2011
Prova escrita	05/10/2011
Publicação do gabarito	06/10/2011
Recebimento de recurso contra o gabarito e prova	07/10/2011
Publicação do resultado final da avaliação escrita e convocação dos delegados para a eleição	11/11/2011
Eleição (escrutínio)	17/10/2011
Publicação do Resultado Final	18/10/2011
Posse	20/10/2011

**Timbó**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 2411, de 22 de Julho de 2011**

DECRETO Nº 2411, DE 22 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 93.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.1027. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.03.012.361.0022.1027. ENSINO FUNDAMENTAL  
04.03.012.361.0022.1027. CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUND.  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.35800 SUPERAVIT FINANCEIRO SALÁRIO EDUCAÇÃO 93.000,00  
TOTAL 93.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de julho de 2011; 141º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2413, de 27 de Julho de 2011**

DECRETO Nº 2413, DE 27 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO - FUMTRAN  
24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN  
24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.15600 CONVÊNIO TRANSITO PREFEITURA 10.000,00  
TOTAL 10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 27 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2414, de 27 de Julho de 2011**

DECRETO Nº 2414, DE 27 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 162.075,36.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 162.075,36 (cento e sessenta e dois mil, setenta e cinco reais e trinta e seis centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
15.02.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS



0.32300 SUP. FINANCEIRO - CONV. MUNICIPIOS 62.075,36  
 TOTAL 62.075,36  
 15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO  
 15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO MDO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 337100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS  
 0.36700 SUP. FINANCEIRO - ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA 50.000,00  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.36700 SUP. FINANCEIRO - ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA 50.000,00  
 TOTAL 100.000,00  
 TOTAL GERAL 162.075,36

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 27 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2415, de 29 de Julho de 2011**

DECRETO Nº 2415, DE 29 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 187.345,10.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 187.345,10 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e cinco reais e dez centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2152. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.01.010.301.0070.2152. SERVIÇOS EM SSAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
 15.01.010.301.0070.2152. MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.16400 ATENÇÃO BASICA 56.000,00  
 TOTAL 56.000,00  
 15.01.010.301.0070.2154. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.01.010.301.0070.2154. SERVIÇOS EM SSAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
 15.01.010.301.0070.2154. MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 32.400,00  
 TOTAL 32.400,00  
 15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E

AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 33.000,00  
 TOTAL 33.000,00  
 15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.12300 VINC. CONV. MUNICIPIOS 7.045,10  
 TOTAL 7.045,10  
 15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 25.000,00  
 TOTAL 25.000,00  
 15.04.010.304.0074.2166. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.04.010.304.0074.2166. VIGILANCIA EM SAUDE  
 15.04.010.304.0074.2166. MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 8.000,00  
 TOTAL 8.000,00  
 15.04.010.305.0074.2168. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.04.010.305.0074.2168. VIGILANCIA EM SAUDE  
 15.04.010.305.0074.2168. MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10200 REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF IMP. SAUDE 7.500,00  
 TOTAL 7.500,00  
 15.05.010.122.0078.2176. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.05.010.122.0078.2176. GESTÃO DO SUS  
 15.05.010.122.0078.2176. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 15.000,00  
 TOTAL 15.000,00  
 15.05.010.125.0073.2172. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.05.010.125.0073.2172. GESTÃO DO SUS  
 15.05.010.125.0073.2172. REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10200 REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF IMP. SAUDE 3.400,00  
 TOTAL 3.400,00  
 TOTAL GERAL 187.345,10

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2416, de 29 de Julho de 2011**

DECRETO Nº 2416, DE 29 DE JULHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2417, de 05 de Agosto de 2011**

DECRETO Nº 2417, DE 05 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 8.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.451.0050.2090. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.451.0050.2090. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.451.0050.2090. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.31700 SUPERAVIT FINANCEIRO COSIP 8.000,00

TOTAL 8.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2418, de 05 de Agosto de 2011**

DECRETO Nº 2418, DE 05 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 107.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.02.015.451.0052.1071. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.015.451.0052.1071. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.015.451.0052.1071. ESPAÇOS PÚBLICOS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.38300 SUPERAVIT FINANCEIRO OPERAÇÃO DE CRÉDITO 107.000,00

TOTAL 107.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Lei Complementar Nº 404, de 16 de Agosto de 2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº 404, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

Altera a Lei Complementar nº. 294, de 17 de outubro de 2005.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A ementa da Lei Complementar nº. 294, de 17 de outubro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza a permuta de imóveis para o desenvolvimento urbano do Município e dá outras providências.”

Art.2º O art. 1º da Lei Complementar nº. 294, de 17 de outubro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a realizar permuta de imóveis com o Sr. Curt Erich Wilhelm Roepke, portador do CPF nº 010.762.059-68 e sua esposa Sra. Leonida Roepke, para o desenvolvimento urbano do Município de Timbó.

”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 16 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Extrato da Ata de Registro de Preço 78-2011**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

78-2011/Pregão Presencial

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Timbó

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USUÁRIOS DO CAPS I, SERVIDORES EM REGIME DE PLANTÃO E EXTRATO DE TOMATE PARA MERENDA ESCOLAR.

Empresa fornecedora: SUPERMERCADO BUSARELLO LTDA

Valor Total Estimado: R\$ 15.338,94

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: 31/12/2011

Órgãos Participantes: Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Funrebomopm

Timbó, 11/08/2011

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Portaria No 2239, de 25 de Julho de 2011**

PORTARIA No 2239, DE 25 DE JULHO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº

2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
(Fundo Municipal de Saúde)

Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Samir Jorge Curi Aya-che (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	11.08.79	037.336.549-78	44h	25/07/2011 a 08/08/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 2241, de 25 de Julho de 2011**

PORTARIA No 2241, DE 25 DE JULHO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Eliane Norato (Subst. Cleide R.Ewald, que se encontra em Lic.para Tratamento de Saúde)	25/07/84	045.945.219-32	40h	26/07/2011 a 10/08/2011
Jamile Martins Bastos (Subst.Tania M.S.Slomp, que se encontra em férias)	17/02/78	018.547.549-39	40h	25/07/2011 a 12/08/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de julho de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2240, de 25 de Julho de 2011

PORTARIA No 2240, DE 25 DE JULHO DE 2011

Autoriza Servidor lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Clovis Alberto Krueger	Operador de Máquinas	01532398506 / AD

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de julho de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2242, de 25 de Julho de 2011

PORTARIA No 2242, DE 25 DE JULHO DE 2011

Autoriza Servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril

de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Marcela Conti	Agente de Saúde Pública	04876778053 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de julho de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2244, de 28 de Julho de 2011

PORTARIA No 2244, DE 28 DE JULHO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Driele Karine Moser Marchi, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal DRIELE KARINE MOSER MARCHI, contratada temporariamente para o cargo de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1759, de 10 de janeiro de 2011, alterada pelas Portarias nº 1935, de 01/03/2011; nº 2077, de 02/05/2011 e nº 2199, de 30/06/2011, a contar de 1º de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2245, de 28 de Julho de 2011

PORTARIA No 2245, DE 28 DE JULHO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Vera Márcia Oliveira Spiess, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal VERA MARCIA OLIVEIRA SPIESS, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2238, de 21 de julho de 2011, a contar de 1º de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 2243, de 28 de Julho de 2011

PORTARIA Nº 2243, DE 28 DE JULHO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ademir Taborda	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Airton José Dallagnolo	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Elvira de Borba	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Gilmar Peyerl	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Ingomar Marquardt	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Iris L.B. de Borba	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Ivo Andreazza	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Jurides L. Dallabona	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Lides Soares	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Luis Damasco do Nascimento	1816 de 28/01/2011	27/01/2012

Moacir Antonio Possamai	1823 de 01/02/2011	27/01/2012
Odir Antonio Slomski	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Olevir Alves	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Pedro Hamilton Cardoso	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Rolf Brehmer	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Terezinha Vansuit Staack	1816 de 28/01/2011	27/01/2012
Wilfrid Westphall	1823 de 01/02/2011	27/01/2012

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## CÂMARA MUNICIPAL

### Contrato Nº. 06/2011

Câmara de Vereadores de Timbó

Estado de Santa Catarina

E X T R A T O DE CONTRATO

Contrato nº. 06/2011.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: CITADINO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica na área urbanística, para auxiliar a Comissão de Urbanismo, Obras Públicas, Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente na apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 08/2010, que tem por objetivo a delimitação física dos bairros no perímetro urbano com georreferenciamento dos marcos, limites dos bairros e elaboração de mapas.

- Dispensa de Licitação número 04/2011

Valor: R\$ 4.872,00

Vigência: Agosto até votação Projeto LC

Assinado: 11/08/2011 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas Presidente) e Cassandra Helena Faes

### Dispensa de Licitação Nº 4/2011

Câmara de Vereadores de Timbó

Estado de Santa Catarina

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2011

CAUSA ENSEJADORA: Artigo 24, II c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93. JUSTIFICAÇÃO: Valor da proposta - R\$ 4.872,00 ser inferior ao limite legal para a abertura de procedimento licitatório. RAZÃO: Dos profissionais consultados para orçar o serviço, foi a única proposta apresentada. JUSTIFICAÇÃO: Preço aquém do limite máximo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) estabelecido na Lei 8.666/93 para contratação sem licitação. OBJETO: Assessoria técnica na área urbanística, para auxiliar a Comissão de Urbanismo, Obras Públicas, Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente na apreciação do projeto de lei complementar nº 08/2010, que tem por objetivo a delimitação física dos bairros no perímetro urbano com georreferenciamento dos marcos, limites dos bairros e elaboração de mapas. CONTRATADA: CITADINO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.771.760/0001-44, Timbó (SC). VALOR: R\$ 4.872,00 (quatro mil e oitocentos e setenta e dois reais). Timbó (SC), 9 de Agosto de 2011. Ismael Maas - Presidente da Câmara Municipal de Timbó



## Três Barras

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 93/2.011.  
RATIFICAÇÃO DE CONTRATOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA - CNPJ 67.729.178/0004-91 no valor de R\$ 22.315,30 (vinte e dois mil e trezentos e quinze reais e trinta centavos)

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso V da lei 8.666/93 alterada pela lei 8.883/94, considerando que foi realizado licitação no primeiro momento - procedimento administrativo nº. 70/2.011 edital pregão presencial nº. 43/2.011 emitido em 19/05/2.011 sendo que os itens não foram cotados; o procedimento licitatório foi repetido para os itens em questão sob o nº. 83/2.011 - edital pregão presencial nº. 49/2.011 emitido em 28/06/2.011 permanecendo os itens sem cotação.

#### Extrato Contrato

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 93/2.011.  
RATIFICAÇÃO DE CONTRATOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 05.993.698/0001-07 no valor de R\$ 16.664,54 (dezesesseis mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso V da lei 8.666/93 alterada pela lei 8.883/94, considerando que foi realizado licitação no primeiro momento - procedimento administrativo nº. 70/2.011 edital pregão presencial nº. 43/2.011 emitido em 19/05/2.011 sendo que os itens não foram cotados; o procedimento licitatório foi repetido para os itens em questão sob o nº. 83/2.011 - edital pregão presencial nº. 49/2.011 emitido em 28/06/2.011 permanecendo os itens sem cotação.

#### Extrato Contrato

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 93/2.011.  
RATIFICAÇÃO DE CONTRATOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 02.520.829/0001-40 no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil e oitocentos e noventa reais).

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso V da lei 8.666/93 alterada pela lei 8.883/94, considerando que foi realizado licitação no primeiro momento - procedimento administrativo nº. 70/2.011 edital pregão presencial nº. 43/2.011 emitido em 19/05/2.011 sendo que os itens não foram cotados; o procedimento licitatório foi repetido para os itens em questão sob o nº. 83/2.011 - edital pregão presencial nº. 49/2.011 emitido em 28/06/2.011 permanecendo os itens sem cotação.

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 21/2011 Material Cirúrgico

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2011  
Edital de Pregão Presencial nº 12/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma imediata, para aquisição de Material Médico Cirúrgico, utilizado nos laboratórios junto à Unidades de Saúde.

Entrega das propostas até às 8h00min do dia 31/08/2011.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 12 de agosto de 2011

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

#### Processo de Licitação Nº 22/2011 Manutenção dos gabinetes odontológicos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2011  
Edital de Pregão Presencial nº 13/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega de forma imediata, aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 8h00min do dia 30/08/2011.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 15 de agosto de 2011

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 1.817/2011 10 de Agosto de 2011

DECRETO 1.817/2011, DE 10 de Agosto de 2011.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por ENXURRADA.

NABOR JOSÉ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de



janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a ocorrência de enxurrada, acompanhado de chuva intensa e concentrada, nos dias 08 e 09 de Agosto de 2011, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;
- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

- I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;
- II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco

intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Vidal Ramos - SC, 10 de Agosto de 2010.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

**Pregão Presencial Nº. 39/2011 - Contratação de Empresa para Fornecimento e Implantação de Placas de Sinalização**

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 39/2011

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS/SC, CONFORME PLANILHA CONSTANTE NO ANEXO. Quantidade apurada por estimativa, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2011, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:00 hrs do dia 30 de agosto de 2011, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 30 de agosto de 2011.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 15 de agosto de 2011.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### Edital de Convocação Nº 073/2011 Processo Seletivo Nº 11/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 073/2011  
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 11/2009:

CONVOCADO	CARGO
1. DIRCEU PAULO MOSCON	AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas de saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 12 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 9.766/11

DECRETO Nº 9.766/11, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Designa Servidores para procederem a autenticação de documentos exigidos para os procedimentos licitatórios e demais documentos públicos.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Instrução Normativa nº 002/09 da Unidade Central do Controle Interno,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores MÁRCIA REGINA VANZ, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, LUCÉLIA GRUTZMACHER, RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA,

AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI, PATRÍCIA MARQUES e KALYNE DANIELEWICZ, para procederem a autenticação de documentos exigidos para os procedimentos licitatórios e demais documentos públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.381/10.

Videira, 12 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 9.767/11

DECRETO Nº 9.767/11, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 144.602,60 (Cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração  
01 - Administração  
2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 45.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração  
02 - Encargos Especiais  
2.014 - Contribuição ao Pasep  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0015.0 3.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças  
01 - Departamento Financeiro e Tributário  
2.023 - Manutenção da Secretaria de Finanças  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 7.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças  
01 - Departamento Financeiro e Tributário  
2.024 - Manutenção do Departamento de Contabilidade  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 12.000,00

04 - Secretaria Municipal de Finanças  
01 - Departamento Financeiro e Tributário  
2.025 - Manutenção do Departamento de Tesouraria  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 15.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
01 - Departamento de Educação  
2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.0 20.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
01 - Departamento de Educação  
2.030 - Manutenção da Biblioteca  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.0 10.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
03 - Departamento de Ensino Infantil  
2.036 - Merenda Escolar - Creches PNAC  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.0 20.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação  
04 - Departamento de Ensino Médio  
2.038 - Manutenção do Ensino Médio  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0027.55 12.602,60

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 144.602,60

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2011 e também pela anulação da seguinte dotação:

07 - Secretaria Municipal de Educação  
02 - Departamento de Ensino Fundamental  
2.034 - Transporte Escolar - 1º Grau  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0027.55 12.602,60

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 12.602,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 9.768/11**

DECRETO Nº 9.768/11 DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10 de 15 de dezembro de 2010.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 89.319,00 (Oitenta e nove mil, trezentos e dezenove reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura  
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
1.007 - Construção de Passeios, Escadarias e Obras Especiais  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.00 10.000,00

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
1.012 - Implementos Agrícolas  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.3.0061.24 79.319,00  
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 89.319,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 9.769/11**

DECRETO Nº 9.769/11, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 861.195,76 (Oitocentos e sessenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação  
03 - Departamento de Ensino Infantil  
1.004 - Construção/Ampliação e Melhorias de Creches  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 614.707,42

07 - Secretaria Municipal de Educação  
03 - Departamento de Ensino Infantil  
1.004 - Construção/Ampliação e Melhorias de Creches  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura 5.209,17

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
1.007 - Construção de Passeios, Escadarias e Obras Especiais  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura  
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
1.007 - Construção de Passeios, Escadarias e Obras Especiais  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0  
234.950,28

6.328,89  
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 861.195,76

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2011, pelo provável excesso de arrecadação proveniente do Convênio 700074/2011 firmado com o FNDE e pelo provável excesso de arrecadação proveniente do Convênio 0330851-72/2010 firmado com o Ministério das Cidades.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 9.770/11**

DECRETO Nº 9.770/11, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 221.939,47 (duzentos e vinte e um mil novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS  
01 - Fundo Municipal da Saúde  
2.080 - Manutenção da Saúde no Município  
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 - Aplicações Diretas  
221.939,47

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 221.939,47

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Complementar Nº 110/11**

LEI COMPLEMENTAR Nº 110/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

Inclui o inciso VII, no artigo 18 da Lei Complementar nº 69/85 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluído o inciso VII, ao artigo 18 da Lei nº 69, de 05/12/1985, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 - Fica isento do imposto o bem imóvel:  
( )

VII - pertencente ao portador de neoplasia maligna (câncer), desde que seja a sua única propriedade. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC,

nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.591/11**

LEI N.º 2.591/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

Homologa o Termo Aditivo nº 01/2011 ao Contrato Administrativo nº 13/2011, celebrado entre o Município de Videira e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS- AMARP.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Termo Aditivo nº 01/2011 ao Contrato de Rateio nº 13/2011, celebrado entre o Município de Videira e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, para o exercício de 2011, que altera a Cláusula Quarta - Dos Valores e Forma de Repasse, conforme termo anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.592/11**

LEI N.º 2.592/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Mitra Diocesana de Caçador, para os fins que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Mitra Diocesana de Caçador, mediante termo cuja minuta integra a presente Lei, de um imóvel de propriedade do Município de Videira, SC, localizado na Rua Ernesto Lazzaroto, sendo parte da Área Institucional do Loteamento Vila Verde, com área total de 426,37m2 (quatrocentos e vinte e seis metros e trinta e sete centímetros quadrados), para os fins de funcionamento e desenvolvimento das atividades da Pastoral da Criança.

Art. 2º Fica dispensada a concorrência, conforme previsto no



art. 123, da Lei Orgânica Municipal, por tratar-se de entidade assistencial.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2481/11.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO  
LEI Nº 2.592/2011

Termo de Concessão de Direito Real de Uso que entre si celebram o Município de Videira e a Mitra Diocesana de Caçador, visando a concessão gratuita de área de terra para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades da Pastoral da Criança.

Aos dias do mês de de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. WILMAR CARELLI, brasileiro, residente e domiciliado em Videira/SC, portador da C.I. nº 229.320, inscrito no CPF sob o nº 056.326.419-53, doravante denominado CONCEDENTE, e a MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ nº 83.059.758/0015-28, com sede e foro na cidade de Videira, Estado do Santa Catarina, à Rua Padre José de Anchieta, nº 380, neste ato representada pelo Sr. ONERES MARCHIORI, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordaram e ajustaram, nos termos da Lei Municipal nº 2.592/2011, a concessão de direito real de uso, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O CONCEDENTE outorga, gratuitamente, à CONCESSIONÁRIA, o uso de um imóvel de propriedade do Município de Videira, SC, localizado na Rua Ernesto Lazzaroto, sendo parte da Área Institucional do Loteamento Vila Verde, com área total de 426,37m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e seis metros e trinta e sete centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: ao norte confronta-se com a Área Institucional do Loteamento Vila Verde com a distância de 30,46m; ao sul confronta-se com a Rua Ernesto Lazzaroto com a distância de 18,71m; ao leste confronta-se com a Área Institucional do Loteamento Vila Verde em duas linhas distintas com a distância de 12,71m e mais 15,29m; e, a oeste confronta-se com a Rua Ernesto Lazzaroto em linha reta com distância de 7,11m e mais 5,76m em arco, conforme planta em anexo.

Parágrafo Único - O presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso deverá ser devidamente registrado pelo CONCEDENTE, no competente Cartório de Registro de Imóveis do Município de Videira.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

A CONCESSIONÁRIA compromete-se a utilizar a área recebida em concessão de direito real de uso para o fim específico de utilização com o funcionamento e o desenvolvimento das atividades da Pastoral da Criança.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A presente concessão de direito real de uso é realizada a título gratuito, cabendo à Concessionária o ônus das despesas de

manutenção do imóvel, como água, luz, limpeza e reparos, durante todo o tempo que vigor a concessão.

#### CLÁUSULA QUARTA

A CONCESSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar desta concessão para outro mister que não seja com o funcionamento e exercício das atividades da Pastoral da Criança, sem o expresso consentimento do CONCEDENTE.

Parágrafo Único - O imóvel reverterá ao Município caso não lhe seja dado o uso prometido ou haja o desvio de sua finalidade contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA

Ao CONCEDENTE fica facultado vistoriar e examinar o imóvel, sempre que lhe aprouver.

#### CLÁUSULA SEXTA

O presente termo de concessão de direito real de uso vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data da publicação da Lei que o ampara, findo o prazo, se não for renovado de comum acordo entre as partes, o imóvel será restituído à Concedente, sem que seja devida qualquer indenização a Concessionária, a qualquer título.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Quando do término do contrato de concessão de direito real de uso, não havendo renovação, a concessionária desocupará o imóvel independentemente de notificação ou aviso prévio.

§ 1º As benfeitorias, de qualquer natureza, efetuadas nos imóveis objetos desta Lei, reverterão para o Município quando do término do contrato, sem que caiba à concessionária qualquer indenização, tampouco lhe outorga direito à retenção do bem.

#### CLÁUSULA OITAVA

Ao presente contrato aplicam-se normas e princípios de direito administrativo e, subsidiariamente, de direito civil.

#### CLÁUSULA NONA

Fica desde já eleito o foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir todas as dúvidas ou questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, acordados, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2011.  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal  
Concedente

MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR  
Concessionária

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**Lei Nº 2.593/11**

LEI N.º 2.593/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação, com a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, visando a execução das atividades do Projeto da Cozinha Experimental de Alimentos para Fins Especiais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação, com a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC, nos moldes da minuta do termo de cooperação anexo, parte integrante da presente Lei,

Art. 2º O objeto do Termo de Cooperação de que trata a presente Lei é a execução das atividades constantes do Projeto da Cozinha Experimental de Alimentos para Fins Especiais, a ser desenvolvido em parceria entre a UNOESC CAMPUS DE VIDEIRA e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações próprias constantes do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2011.

Videira, 10 de agosto de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**MINUTA - TERMO DE COOPERAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.039.842/0001-84, com sede na Rua Manoel Roque, nº 188, Videira/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Wilmar Carelli e pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Sandro Antonio Caregnato, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC mantenedora da UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC CAMPUS DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.592.369/0002-01, inscrição estadual isenta, com sede na Rua Paese, n.º 198, Bairro Universitário, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo vice-reitor do Campus, Antonio Carlos de Souza, residente e domiciliado na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO tem por objetivo a execução das atividades constantes do Projeto da Cozinha Experimental de Alimentos para Fins Especiais (Projeto em anexo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento), a ser desenvolvido em parceria entre a UNOESC CAMPUS DE VIDEIRA e a SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

Constituem responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos este TERMO DE COOPERAÇÃO:

I – da UNOESC:

- a) Disponibilizar utensílios e equipamentos das unidades de serviços (- usina de alimentos e – laboratório de nutrição localizados no bloco K do campus);
- b) Disponibilizar 01 (um) acadêmico (monitor) de suporte para a condução dos trabalhos;
- c) Indicar 01 (um) Coordenador Responsável pela coordenação geral do Termo de Cooperação;
- d) Divulgar no âmbito institucional as ações decorrentes da parceria.

II – da PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- a) Disponibilizar 01 (uma) nutricionista para coordenar e prestar assessoria/suporte necessário para a condução dos trabalhos;
- b) Mediante requerimento efetuado pela nutricionista acima citada, fornecer e entregar todos os gêneros alimentícios necessários à execução de cada atividade culinária prevista no projeto da “Cozinha Experimental”, com antecedência de até 02 (dois) dias da data prevista para a atividade. Em se tratando de produtos perecíveis, deverá ter-se combinada a data e a hora da entrega com o responsável do setor.
- c) Fornecer material didático, tais como: folders, blocos de notas, canetas, receitas impressas e demais materiais pertinentes à execução do projeto;
- d) Viabilizar o transporte dos participantes do projeto, assumindo os riscos deste ato;
- e) Disponibilizar vestimentas adequadas aos executores e participantes do projeto, tais como: touca de cabelo, avental e luvas descartáveis, bem como camisetas e bolsas personalizadas, com o intuito de identificar os cooperados e o projeto.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

Toda e qualquer divulgação dos Projetos relacionados a este termo de cooperação, incluindo apresentações e publicações em eventos técnico-científicos, ficará vinculada à anuência dos Cooperados.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente termo de cooperação, será por prazo determinado, com início em 1º/08/2011 e final em 30/12/2011.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

A rescisão do presente Termo terá efeito desde que seja comunicado por um dos Cooperados ao outro, mediante carta registrada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que respeitada as atividades em andamento.

§1º Ocorrendo em relação a qualquer dos Cooperados motivo de força maior, que comprovadamente impeça o cumprimento das obrigações pactuadas por um período contínuo superior a 30 (trinta) dias, poderá ser rescindido o presente Termo, desde que devidamente comprovado.

§2º Os cooperados serão considerados inadimplentes, dando causa à rescisão desse Termo pelo outro Cooperado, entre outros casos, se:

- a) transferir a execução de projetos a terceiros;  
 b) desobedecer deliberadamente às instruções e especificações técnicas aplicáveis ao Projeto, ou, desobedecer a essas instruções e especificações técnicas de forma não deliberada, recusar-se a refazer os trabalhos pertinentes sob as referidas instruções e especificações dentro do prazo razoável.  
 c) não cumprir quaisquer outras obrigações ajustadas, de maneira que resultem prejuízos ao outro Cooperado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Participantes voluntários e monitor, que realizarem as atividades previstas em cada projeto não serão remunerados, bem como não gerará quaisquer tipo de vínculo empregatício, com quaisquer dos cooperados;  
 b) Os COOPERADOS obrigam-se a zelar o bom nome, no âmbito das atividades decorrentes do Termo de Cooperação;  
 c) Os COOPERADOS devem envidar todos os esforços para a execução do programa dentro dos mais altos padrões de qualidade;  
 d) As atividades constantes do projeto poderão ser revistas de comum acordo entre os COOPERADOS, por meio de celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes.  
 e) Cada COOPERADO deve assumir inteiramente as obrigações civis, trabalhistas e previdenciárias de seus(as) empregados/atividades.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

No caso de litígios ou divergências oriundas do presente Termo ou dos seus Termos Aditivos, no tocante à execução, os COOPERADOS envidarão seus esforços no sentido de dirimi-los inicialmente pela via amigável. A tentativa de acordo será considerada fracassada, assim que um dos COOPERADOS tiver feito tal comunicação ao outro por escrito.

Parágrafo único: Os COOPERADOS elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer divergências acerca da execução desse Termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por se acharem justas e acordados, os COOPERADOS assinam perante as 02 (duas) testemunhas abaixo, o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Videira(SC) , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

ANTONIO CARLOS DE SOUZA Vice-Reitor de Campus Funoescc – Campus de Videira	WILMAR CARELLI Prefeito Municipal de Videira
MARCELO ZENARO Diretor de PPGE Funoescc – Campus de Videira	SANDRO ANTONIO CAREGNATO Secretário Municipal De Saúde Videira/SC
Testemunhas:  Ana Letícia Barcelos Coordenadora do Projeto Funoescc – Campus de Videira	LUIZA SABINA GAZZI Nutricionista Videira/SC  Testemunhas: Cristiane Bonatto de Moraes Coord. de Extensão e Cultura Funoescc – Campus de Videira

#### Lei Nº 2.594/11

LEI N.º 2.594/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar a doação de bem móvel que especifica à Polícia Militar de Santa Catarina, e dá

outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Estado de Santa Catarina, através de seu órgão da Polícia Militar, do bem móvel constante da tabela abaixo, adquirido com recursos das transações penais, repassados pelo Poder Judiciário à Polícia Militar na conta do convênio de trânsito, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.202/09:

ITEM	QTDA-DE	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$	AQUISIÇÃO	Nº DO PATRIMÔNIO
01	01	Veículo - Marca: Volkswagen; Modelo: Parati 1.6 Plus; Chassi: 9BWGB05W2BP099099; Ano: 2011/2011; Placa: MJB-8764	R\$ 49.200,00	Pregão Pre-sencial 81/2011	021457

Art. 2º A doação será formalizada mediante termo no qual deverá constar o encargo de o donatário utilizar o bem doado no órgão da Polícia Militar sediado no Município de Videira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### Lei Nº 2.595/11

LEI Nº 2.595/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

Altera disposições contidas na Lei nº 2.369/10, que Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 2º, da Lei nº 2.369/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispões a administração pública, especialmente nas seguintes hipóteses:

I - Assistência à situação de calamidade pública, urgência e emergência, bem como combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a saúde animal e vegetal, pelo prazo máximo de seis (seis) meses;

II - Atendimento à situação transitória que signifique um aumento excepcional e inesperado na atividade desenvolvida por órgão da Administração Pública Municipal, inclusive da rede de ensino municipal, incapaz de ser executado satisfatoriamente pelos servidores que compõem aquele órgão, por 12 (doze) meses;

III - Vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria, quando não houver concurso público em vigência, por 12 (doze) meses;

IV - Vacância de cargos, quando houver concurso em vigor, no período compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado até a efetiva entrada em exercício;

V - Substituição a servidor efetivo transitoriamente afastado de suas funções, especialmente decorrente de licença saúde, licença maternidade, licença prêmio, licença por motivo de doença em pessoa da família, férias e outros afastamentos de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo prazo que durar o período de afastamento, podendo ser renovado, sucessivamente, pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses;

VI - Substituição a servidor efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo, pelo prazo do mandato;

VII - Execução de projetos, programas, inclusive institucionais, e convênios, celebrados com organismos internacionais ou com órgãos dos governos federal, estaduais ou municipais, mediante justificativa do titular da Secretaria respectiva, nos dois primeiros anos da vigência do ajuste;

VIII - No caso específico de Programas Federais, a possibilidade de contratação por tempo determinado, mediante processo seletivo, somente poderá ocorrer nos dois primeiros anos, sendo necessária, depois deste período, a criação de cargo para provimento por concurso público;

IX - Atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo que deve ocorrer no prazo máximo de 1 (um) ano ou no mês de janeiro de cada ano, o que primeiro suceder; e

X - Especificamente ao magistério público:

- a) Em substituição aos afastamentos legais dos titulares dos cargos efetivos;
- b) Em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos; e
- c) Em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante.

**Parágrafo Único.** Os prazos definidos nos incisos I a III são prorrogáveis pelo período de até 12 (doze) meses, desde que justificada a permanência da necessidade temporária de excepcional interesse público".(NR)

**Art. 2º** Altera o artigo 3º, da Lei nº 2.369/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. As contratações destinadas a prover as hipóteses dos incisos anteriores serão realizadas mediante processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, estando o edital sujeito à ampla divulgação em órgão oficial e em jornal de circulação local e estadual, bem como publicação no sítio municipal na internet, sendo vedado o aproveitamento do contratado em outra atividade.

**Parágrafo 1º.** Os critérios do edital do processo seletivo simplificado previsto no caput deste artigo serão definidos em edital

próprio, obedecidos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

**Parágrafo 2º.** A contratação para atender às necessidades decorrentes de assistência às situações de calamidade pública, emergência ambiental e de emergência em saúde pública, descritas no inciso I do artigo 2º, prescindirá de processo seletivo, devendo ser justificada expressamente.

**Parágrafo 3º.** Fica permitida a contratação de candidatos, fora do processo seletivo simplificado, quando esgotada a lista classificatória, ou quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, (por ausência de interessado ou aprovado), devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de 1 (um) ano depois da última seleção".(NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2011.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.596/11**

LEI Nº 2.596/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Concede Revisão Geral de que trata o artigo 37, X da Constituição Federal na Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, ativos e inativos, pensionistas; membros do Conselho Tutelar e, no Subsídio dos Agentes Políticos do Município de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, ativos, inativos e pensionistas; membros do Conselho Tutelar e, ainda, de todos os Agentes Políticos do Município: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a partir de 1º de maio de 2.011, fica revisada em 6,30% (seis vírgula trinta por cento), correspondente ao índice de inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período de 1º de maio de 2.010 a 30 de abril de 2.011.

**Art. 2º** A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, ativos, inativos e pensionistas e membros do Conselho Tutelar a partir de 1º de maio de 2.011, fica ainda reajustada em 2,00% (dois por cento), que adicionada ao índice de revisão prevista no art. 1º desta Lei, totaliza nominalmente 8,30% (oito vírgula trinta por cento) de acréscimo aos respectivos vencimentos do mês de maio de 2.011.

**Parágrafo Único** O reajuste de que trata o caput deste artigo incide sobre os valores pagos a título de gratificações instituídas pela Lei nº 2.100/09 e alterações e pela Lei Complementar nº 069/08.

Art. 3º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.533/11.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.597/11**

LEI Nº 2.597/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

Homologa o Termo de Convênio que entre si celebram a Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV e o Município de Videira.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio que entre si celebram a Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV e o Município de Videira, visando proporcionar a realização de estágios obrigatórios, previstos no projeto pedagógico dos cursos, conforme determinação das diretrizes curriculares, aos acadêmicos da UNIUV, de acordo com o termo anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.598/11**

LEI Nº 2.598/11, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESCOLINHA FUTSAL BAIRRO AMARANTE.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Escolinha Futsal Bairro Amarante, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 13.509.698/0001-17, com sede à Rua Lucila A. Ribeiro, s/nº, Bairro Amarante, município de Videira (SC).

Art. 2ª Assegura-se a Associação as vantagens e direitos da Legislação pertinente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Tomada de Preços Nº 20/201 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2011 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO POLICIAL, ALAMBRA-DO DO PARQUINHO INFANTIL, PRAÇA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO BAIRRO RIO DAS PEDRAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 01 de Setembro de 2011. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 12 de Agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal.

### **Portaria Nº 0588/11**

PORTARIA nº 0588/11

Concede Licença Geração

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Geração de 120 (cento e vinte) dias à servidora FRANCIELI RIBEIRO DE LIMA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 04 de agosto de 2011 até 1º de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 566/11.

Videira, 10 de agosto de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração



**Portaria Nº 0589/11**

PORTARIA nº 0589/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10657/11,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IVANIR CARMINATTI FAGANELLO, Professora, MG02, de 03 de outubro de 2011 até 03 de janeiro de 2012, referente ao quinquênio de 1º de outubro de 2002 até 30 de setembro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0482/11.

Videira, 11 de agosto de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0594/11**

PORTARIA nº 0594/11

Admite Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 051/06, na Lei Federal nº 11.350/06 e na Lei Municipal nº 1.942/07, bem como o contido no Processo Administrativo nº 11063/2011,

**RESOLVE**

Admitir, NEUSA DIAS DA SILVA, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no Bairro Rio das Pedras, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2011.

Videira, 12 de agosto de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Portaria Nº 154/2011**

P O R T A R I A Nº 154/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIANA SENS

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 15 de agosto de 2011 até o dia 14 de setembro de 2011, em substituição à servidora ZENEIDE ROCHA, afastada para tratamento de saúde, sendo o prazo de contratação automaticamente prorrogado ou rescindido conforme o período de afastamento da servidora.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de Agosto de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 15/08/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 155/2011**

P O R T A R I A Nº 155/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: JULIANA SENS

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com vigência a partir de 15 de agosto de 2011.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de Agosto de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 15/08/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.



**Portaria Nº 156/2011**

P O R T A R I A Nº 156/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SOLANGE APARECIDA FAUSTO BOING

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 02/08/2011 a 16/08/2011, conforme Atestado Médico da Dra. Gizlaine de Oliveira Breder, CRM/SC 17.201, sendo que a partir desta data a servidora deverá ser encaminhada ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de Agosto de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 15/08/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 157/2011**

P O R T A R I A Nº 157/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SOLENIR SABEL

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 03 de agosto de 2011 até o dia 16 de agosto de 2011, em substituição à servidora SOLANGE APARECIDA FAUSTO BOING, afastada para tratamento de saúde, sendo o prazo de contratação automaticamente prorrogado ou rescindido conforme o período de afastamento da servidora.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de Agosto de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 15/08/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 158/2011**

P O R T A R I A Nº 158/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: SOLENIR SABEL

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com vigência a partir de 03 de agosto de 2011.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de Agosto de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 15/08/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## Consórcios

### CONEXSUL

**Edital de Convocação da Assembléia Geral Extraordinária n. 0004/2011**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA N. 004/2011

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Extremo Sul Catarinense - CONEXSUL, José Antonio Tiscoski da Silva, Prefeito Municipal de Sombrio/SC, no uso de suas atribuições legais e contratuais, CONVOCA os Prefeitos Municipais dos entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal do Extremo Sul Catarinense - CONEXSUL, para fazerem parte da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na cidade de Santa Rosa do Sul, SC., sito a Rua Ferminio Pedro Rauup, nº 400, Centro, em data de 19 de agosto de 2011 (sexta-feira), às 09:00 horas, em primeira convocação, tendo os seguintes assuntos como ordem do dia:

I - Aprovação do orçamento plurianual de investimentos 2011/2014;

II - Aprovação do programa anual de trabalho proposto pela Presidência, para os anos de 2011 e 2012;

III - Aprovação das Diretrizes e do Orçamento Anual do Consórcio Público para os exercícios de 2011 e 2012;

IV - A "apreciação de eventuais moções de censura";

V - Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio Intermunicipal do Extremo Sul Catarinense - CONEXSUL;

VI - Outros assuntos diversos.

Sombrio (SC), 15 de agosto de 2011.

JOSÉ ANTONIO TISCOSKI DA SILVA

Presidente do CONEXSUL

Prefeito de Sombrio